



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DAS SESSÕES 147 A 149 DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

VOLUME 35 Nº 62
29 E 30 DE AGOSTO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2011

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

(2011-2012)

PRESIDENTE	Senador	JOSÉ SARNEY	(PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE	Senadora	MARTA SUPPLY	(PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador	WILSON SANTIAGO	(PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO	Senador	CICERO LUCENA	(PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador	JOÃO RIBEIRO	(PR-TO)
3º SECRETÁRIO	Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO	(PTB-PI)
4º SECRETÁRIO	Senador	CIRO NOGUEIRA	(PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	GILVAM BORGES	(PMDB-AP)
2º Senador	JOÃO DURVAL	(PDT-BA)
3ª Senadora	MARIA DO CARMO ALVES	(DEM-SE)
4ª Senadora	VANESSA GRAZZIOTIN	(PC do B-AM)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
Apelo em favor da aprovação, pela Câmara dos Deputados, da Emenda Constitucional nº 457, de 2005, que aumenta o limite de idade para a aposentadoria compulsória dos servidores públicos. Senador Luiz Henrique.....	130	jornal <i>O Dia</i> , no dia 05 de junho de 2011. Senador Geovani Borges.....	4
Registro do envio de carta de Sua Excelência ao presidente Curt Trennepohl, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), na qual defende a manutenção dos escritórios ou bases avançadas no Estado de São Paulo. Senador Eduardo Suplicy...	241	Registro da matéria intitulada “Vesícula. Pacientes sofrem na longa fila de espera”, publicada no jornal <i>Folha de Boa Vista</i> , edição de 29 de agosto de 2011. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	123
		Registro da matéria intitulada “Em menos de 24 horas, 120 médicos pedem demissão”, publicada no jornal <i>A Gazeta</i> , edição de 27 de agosto de 2011. Senador Geovani Borges.....	127
AGRICULTURA		ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
Registro da abertura da 34ª Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários (Expointer) na região metropolitana de Porto Alegre, no dia 27 de agosto. Senadora Ana Amélia.....	108	Relatório da visita de Sua Excelência a municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Senadora Ana Amélia.....	108
Aparte à senadora Ana Amélia. Senador Acir Gurgacz.....	110	Registro da visita de Sua Excelência ao Município de Xapuri, no Estado do Acre, para participar da solenidade de filiação de Dercy Teles de Carvalho, militante seringueira e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Senador Randolfe Rodrigues..	149
Aparte à senadora Ana Amélia. Senador Rodrigo Rollemberg.....	110	Registro da participação de Sua Excelência, como representante do Senado Federal, de seminário na Argentina sobre o futuro da integração da América Latina, em que apresentou palestra sobre a perspectiva da renda básica de cidadania. Senador Eduardo Suplicy.....	186
Aparte à senadora Ana Amélia. Senador Paulo Paim.....	111	Avaliação do governo da presidente Dilma Rousseff. Senador Pedro Simon.....	188
Registro da participação de Sua Excelência em debate do Clube da Fibrã, na Argentina, sobre a cultura do algodão. Avaliação da agricultura brasileira e argentina, destacando a necessidade de consenso na reformulação do Código Florestal. Senador Blairo Maggi.....	192	Aparte ao senador Pedro Simon. Senador Pedro Taques.....	190
Aparte ao senador Blairo Maggi. Senadora Ana Amélia.....	193	Aparte ao senador Pedro Simon. Senador Cristovam Buarque.....	190
ARTIGO DE IMPRENSA		Protesto contra a absolvição, pela Câmara dos Deputados, da deputada Jaqueline Roriz. Defesa em prol de medidas de combate à corrupção, destacando a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 50, de 2006, que estabelece o fim do voto secreto parlamentar. Senador Randolfe Rodrigues.....	310

	Pág.		Pág.
COMÉRCIO EXTERIOR			
Justificação do projeto de lei de autoria de Sua Excelência, que altera a Lei nº 11.508, a “Lei das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs)”. Registro da assinatura, pelo presidente Lula, de decreto criando a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Senador Guiomard no Estado do Acre. Senador Jorge Viana.....	224	no Estado do Piauí, destacando a necessidade de melhorias na infraestrutura dos meios de transporte do estado. Senador Ciro Nogueira.....	323
Aparte ao senador Jorge Viana. Senador Valdir Raupp.....	225	EDUCAÇÃO	
Aparte ao senador Jorge Viana. Senador Vital do Rêgo.....	226	Indignação com a situação da educação no País e com a falta de políticas públicas que possam garantir uma revolução educacional. Senador Cristovam Buarque.....	132
Anúncio da adesão de Sua Excelência ao projeto de lei de autoria do senador Jorge Viana, que visa à implantação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) nas faixas de fronteira da Região Norte do País. Senador Anibal Diniz.....	237	Aparte ao senador Cristovam Buarque. Senador Jorge Viana.....	134
CORRUPÇÃO		Registro da realização da 31ª edição da “Caminhada Alexandrina”, na capital do Estado do Amapá, evento que já faz parte do calendário de programação da Escola Estadual Alexandre Vaz Tavares, cujo tema foi a acessibilidade. Senador Geovani Borges.....	182
Comentários sobre as importantes iniciativas do governo, do Congresso Nacional e da sociedade civil no combate à corrupção no Brasil. Preocupação com os abusos na prática jornalística que podem causar danos à democracia. Senador Wellington Dias.....	255	Registro do empenho do governo do Estado da Bahia para a realização da 1ª Feira de Ciência e Tecnologia Sociais e o 2º Encontro de Educação Profissional da Bahia. Senador Walter Pinheiro. ...	248
DATA COMEMORATIVA		Considerações sobre a marcha de estudantes a ser realizada em Brasília, com o objetivo de reivindicar a ampliação de investimentos na educação pública brasileira. Senador Inácio Arruda. ...	250
Registro dos 50 anos do Dia do Movimento Legalista, comemorado em 27 de agosto de 2011, destacando a importância do evento para a agropecuária brasileira, sobretudo para o Estado do Rio Grande do Sul. Senadora Ana Amélia.....	108	ESPORTE	
Homenagem ao Dia Nacional de Combate ao Fumo, comemorado em 29 de agosto de 2011. Senador Antonio Carlos Valadares.....	156	Registro da participação de Sua Excelência em evento enxadrista que contou com a presença do campeão mundial de xadrez, o russo Garry Kasparov. Defesa da importância do ensino desse esporte nas escolas brasileiras. Senador Anibal Diniz.	160
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		Justificação do projeto de lei apresentado por Sua Excelência, que obriga os clubes de futebol profissional a contratarem seguro de vida e de acidentes pessoais para seus atletas, como prevê a Lei Pelé. Senador Zezé Perrella.	191
Considerações sobre as dificuldades no desenvolvimento do turismo e da economia da região do litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul, sobretudo os Municípios de Tramandaí e Imbé, devido ao assoreamento do Rio Tramandaí. Senador Paulo Paim.....	175	Registro da realização de evento mundial no Rio de Janeiro, o “ <i>Ultimate Fight</i> ”, com a participação de Paulo Tiago, policial do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope). Senador Magno Malta.	236
Aparte ao senador Jorge Viana. Senador Walter Pinheiro.....	226	EXERCÍCIO PROFISSIONAL	
Aparte ao senador Jorge Viana. Senador Cyro Miranda.....	227	Solicitação de apoio ao Senado Federal para a aprovação do projeto de lei que regulamenta o exercício da atividade profissional dos comerciantes. Senador Paulo Paim.....	175
Satisfação com a expansão das exportações e o crescimento econômico do Município de Piripiri,		Aparte ao senador Paulo Paim. Senador Ricardo Ferraço.....	177

	Pág.		Pág.
GOVERNO ESTADUAL		HOMENAGEM	
Denúncia do descaso do governador do Estado de Roraima com a saúde pública. Defesa de providências dos órgãos federais e estaduais para fiscalizar e combater a corrupção no governo estadual. Senador Mozarildo Cavalcanti.	123	Comemoração do sexagésimo aniversário do jornal <i>O Dia</i> , ocorrido no dia 5 de junho de 2011. Senadora Ana Amélia.....	2
Denúncia de crise na educação e na saúde pública dos Estados do Amapá e de Roraima, em virtude da omissão do governo em atender as reivindicações dos professores e dos médicos. Senador Geovani Borges.....	127	Comemoração do sexagésimo aniversário de fundação do jornal <i>O Dia</i> , ocorrido no dia 5 de junho de 2011. Senador Geovani Borges.....	4
Registro de audiência de Sua Excelência com a ministra Gleisi Hoffmann, na qual destaca as principais propostas em defesa do Estado de Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti.	180	Homenagem aos 60 anos de fundação do jornal <i>O Dia</i> , comemorado em 5 de junho de 2011. Senador Marcelo Crivella.	44
Aparte ao senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Geovani Borges.....	181	Homenagem aos 60 anos de fundação do jornal <i>O Dia</i> , comemorado em 5 de junho de 2011. Senador Wilson Santiago.	46
Comentários sobre as atividades desenvolvidas pela Subcomissão do Nordeste, presidida pelo deputado Wellington Landim, que percorre o País visitando as cidades nordestinas, sobretudo o Estado do Ceará. Senador Inácio Arruda.	250	Homenagem aos 60 anos de fundação do jornal <i>O Dia</i> , comemorado em 5 de junho de 2011. Senador Renan Calheiros.	47
Aparte ao senador Inácio Arruda. Senador Wellington Dias.....	251	Homenagem aos profissionais de química do Brasil, reconhecendo o indispensável papel do químico na sociedade moderna. Senador João Alberto Souza.	131
GOVERNO FEDERAL		Homenagem aos 123 anos de emancipação do Município de Itabaiana, no Estado de Sergipe, cidade natal de Sua Excelência. Senador Eduardo Amorim.....	163
Questionamento sobre o anúncio, pelo Governo Federal, de aumento do superávit primário, que não contribui nem para a redução das taxas de juros nem para cortes de gastos. Senador Alvaro Dias.	142	Agradecimento ao título de cidadão recebido por Sua Excelência na Câmara dos Vereadores do Município de Marcolândia, no Estado do Piauí. Senador João Vicente Claudino.	254
Aparte ao senador Alvaro Dias. Senador Roldolfo Rodrigues.....	143	Congratulações ao senador João Vicente Claudino pelo recebimento do título de Cidadão do Município de Marcolândia, no Estado do Piauí, e pelo transcurso dos 15 anos da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço). Senador Wellington Dias.....	255
Apoio às medidas anunciadas pelo governo, que objetivam atenuar o impacto da crise econômica internacional. Senador Antonio Carlos Valadares..	156	HOMENAGEM PÓSTUMA	
Aparte ao senador Antonio Carlos Valadares. Senador Valdir Raupp.....	157	Homenagem pelo falecimento do jornalista Walmor Bergesch, na capital Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e do diretor de redação do jornal <i>O Globo</i> , Rodolfo Fernandes, filho do jornalista Hélio Fernandes. Senadora Ana Amélia. ...	108
Aparte ao senador Antonio Carlos Valadares. Senador Eduardo Amorim.....	158	Homenagem ao cineasta Glauber Rocha pelo transcurso de 30 anos de seu falecimento, ocorrido no dia 22 de agosto de 1981. Senador Romero Jucá.....	167
Congratulações à presidente Dilma Rousseff e a todos os ministros, em especial os da área econômica, pelas medidas anunciadas para o Brasil continuar crescendo, apesar da crise internacional. Senador Valdir Raupp.....	165	Homenagem de pesar pelo falecimento, no dia 29 de agosto de 2011, do senhor Heitor de Azevedo Picanço, professor e ex-prefeito dos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá. Senador Geovani Borges.....	182
Apelo à presidente Dilma Rousseff para que não faça um “governo de continuidade”. Senador Cristovam Buarque.....	195		

IV

	Pág.		Pág.
Homenagem de pesar pelo falecimento do jornalista Rodolfo Fernandes. Senador Eduardo Suplicy..	186	da República Federativa do Brasil e o governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 1º de junho de 2009. Senador Marcelo Crivella.....	211
IMPrensa		Parecer nº 850, de 2011 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 648, de 2010 (nº 2.831/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros dos Países de Língua Portuguesa, assinada na cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005. Senador Mozarildo Cavalcanti.	214
Defesa da discussão dos limites de atuação de órgãos de imprensa como forma de impedir eventos como o produzido pela revista <i>Veja</i> , em Brasília, em prejuízo dos limites da ética jornalística. Senador Humberto Costa.	130	Parecer nº 851, de 2011 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2011 (nº 2.721/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Maláui, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2009. Senador Marcelo Crivella.....	216
LEGISLAÇÃO COMERCIAL		Parecer nº 852, de 2011 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2011 (nº 2.835/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de Moçambique no domínio da defesa, assinado em Maputo, em 26 de março de 2009. Senador Luiz Henrique.	218
Considerações sobre a atualização e modernização do Código de Defesa do Consumidor, devido ao aumento do comércio pela internet, ao uso do cartão de crédito e ao endividamento dos consumidores. Senador Rodrigo Rollemberg.....	118	PECUÁRIA	
Cumprimentos ao governador Tião Viana e à presidente Dilma Rousseff pela adoção de medidas de estímulo à microempresa e ao empreendedor individual, para a geração de empregos e melhor distribuição de renda. Senador Anibal Diniz.....	237	Registro da realização de palestras no Estado de Rondônia, iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater sobre o preço do leite e a elaboração de uma política de longo prazo para o setor leiteiro. Senador Acir Gurgacz.....	116
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA		Registro da realização da 34ª Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários (Expointer), no Município de Esteio, no Estado do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.....	144
Registro de reunião na Subcomissão de Trabalho e Previdência, sob a presidência de Sua Excelência, para debater a redução da jornada de trabalho e dos encargos sobre a folha de pagamentos. Senador Paulo Paim.....	144	POLÍTICA CULTURAL	
MENSAGEM DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA		Registro da pré-divulgação do filme da cineasta Eva Neide, na Comissão de Educação do Senado Federal, que resgata a história dos “soldados da borracha” no Brasil, no período da Segunda Guerra Mundial. Senadora Vanessa Grazziotin.....	174
Mensagem nº 126, de 2011 (nº 338/2011, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano para ser reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)..	51	Cumprimentos ao governo do Estado do Rio Grande do Norte pela promoção do Programa Agosto da Alegria, que visa à valorização da cultura da região. Senador Paulo Davim.	179
PARECER			
Parecer nº 846, de 2011 (do Plenário), sobre a Medida Provisória nº 531, de 2011, que permite a transferência de recursos financeiros a Estados e a Municípios, com vistas a reconstruir, reformar e adequar a infraestrutura física predial de escolas públicas. Senador Flexa Ribeiro.	198		
Parecer nº 849, de 2011 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 634, de 2010 (nº 2.350/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o governo			

	Pág.	V Pág.
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO		
Esclarecimentos acerca do projeto de lei de autoria de Sua Excelência, que dispõe sobre os critérios de partilha dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para corrigir a injustiça contra os estados da Região Norte. Senador Randolfe Rodrigues.	149	
Aparte ao senador Randolfe Rodrigues. Senador Ataídes Oliveira.....	150	
Aparte ao senador Randolfe Rodrigues. Senador Valdir Raupp.....	151	
Aparte ao senador Randolfe Rodrigues. Senadora Vanessa Grazziotin.....	152	
Aparte ao senador Randolfe Rodrigues. Senador Antonio Carlos Valadares.	153	
POLÍTICA DE TRANSPORTES		
Cumprimentos ao secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça pela pronta ação na regulamentação do serviço de táxi no Distrito Federal. Senador Rodrigo Rollemberg.	118	
Denúncia de problema na travessia do Rio Madeira, na BR-364, entre as cidades de Porto Velho, no Estado de Roraima, e Rio Branco, no Estado do Acre, solicitando a ação imediata dos órgãos competentes. Senador Jorge Viana.....	139	
Aparte ao senador Jorge Viana. Senador Randolfe Rodrigues.....	140	
Solidariedade ao pedido do senador Jorge Viana, para que as autoridades competentes acelerem a construção da ponte sobre o Rio Madeira, na BR-364, ligando Porto Velho, capital do estado de Rondônia, a Rio Branco, capital do Estado do Acre. Senador Anibal Diniz.....	160	
Registro da participação de Sua Excelência e do senador Jorge Viana em audiência com o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, acerca da construção da ponte sobre o Rio Madeira, entre as capitais Porto Velho, em Rondônia, e Rio Branco, no Acre. Senador Anibal Diniz.....	237	
POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE		
Críticas ao Projeto de Lei nº 30, de 2011, que propõe a reforma do Código Florestal, em tramitação no Senado Federal, por estimular um modelo de desenvolvimento baseado na devastação do meio ambiente. Senadora Marinor Brito.	183	
POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA		
Registro da participação de Sua Excelência, como representante do Partido Comunista do Bra-		
sil (PC do B), da reunião do Conselho Político da presidente Dilma Rousseff, para debate sobre o posicionamento do Brasil devido à crise econômica internacional. Senadora Vanessa Grazziotin.		121
Análise da conjuntura econômica brasileira e internacional por ocasião da divulgação da nova taxa de juros e da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre. Senadora Marta Suplicy.....		185
Expectativa de empenho por parte do Banco Central para a diminuição da taxa de juros a fim de contribuir com o setor produtivo, com a geração de emprego e com o desenvolvimento do Brasil. Senador Wilson Santiago.....		235
Elogios às medidas adotadas pelo governo para o controle da inflação e a manutenção do desenvolvimento econômico do País. Senador Walter Pinheiro.		248
Elogios às medidas do governo para manter a estabilidade monetária e estimular o crescimento econômico do Brasil. Comentários acerca de projetos de lei apresentados por Sua Excelência sobre a política econômica, taxas de juros e combate à inflação. Senador Lindbergh Farias.		260
Aparte ao senador Lindbergh Farias. Senador Randolfe Rodrigues.....		265
POLÍTICA ENERGÉTICA		
Expectativa de ampliação da discussão acerca da necessidade de uma divisão equilibrada dos <i>royalties</i> do petróleo, considerando os impactos de sua extração nos estados produtores. Senador Ricardo Ferraço.		181
Defesa do aproveitamento do lixo para a produção de energia elétrica no Brasil, devido à grande produção de resíduos sólidos urbanos nos municípios brasileiros. Senador Antonio Carlos Valadares.....		194
Defesa da importância do plano de negócios 2011/2015, da Petróleo Brasileira S/A (Petrobrás), que prevê investimentos para a ampliação da capacidade de exploração do petróleo no Estado da Bahia. Senador Walter Pinheiro.....		248
POLÍTICA INDUSTRIAL		
Registro da 11ª edição da Feira de Tecnologia e Calçados, realizada no Município de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará. Senador Eunício Oliveira....		265
POLÍTICA INTERNACIONAL		
Considerações sobre as eleições primárias que ocorreram na Argentina, no dia 14 de agosto de 2011. Senador Eduardo Suplicy.....		186

	Pág.		Pág.
POLÍTICA PARTIDÁRIA			
Registro da importante volta da juventude do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) a integrar o quadro da executiva da União Nacional dos Estudantes (UNE), depois de vinte anos afastada. Senador Valdir Raupp.....	165	talhada da Previdência Social e de seu orçamento, elaborada pela equipe técnica da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip). Senador Romero Juca.....	324
Justificação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 23, de 2011, apresentada por Sua Excelência, que consolidará o princípio democrático no âmbito de cada partido político e em todo o País. Senador Eduardo Suplicy.....	186	PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL	
		Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 27, de 2011, proveniente da Mensagem nº 85, de 2011 (nº 339/2011, na origem), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 73.633.333,00, para os fins que especifica, e dá outras providências. ..	73
POLÍTICA SALARIAL		PROJETO DE LEI DO SENADO	
Registro da participação de Sua Excelência em ciclo de debates sobre o salário mínimo regional, que beneficia os trabalhadores sem representação sindical e que não possuem acordo coletivo de trabalho, realizado no Estado de Minas Gerais. Senador Roberto Requião.....	154	Projeto de Lei do Senado nº 519, de 2011, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 4.898, de 1965, para estabelecer que a apresentação de preso provisório aos meios de comunicação de massa, com o intuito de expô-lo a vexame, configura abuso de autoridade. Senador Humberto Costa.....	101
Registro da realização, na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, do seminário da comissão especial do Projeto nº 7.495, de 2006, que regulamenta o piso salarial dos agentes de saúde e de combate a endemias. Senador Eduardo Amorim....	242	Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2011, que altera o § 4º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal), para incluir como causa de aumento de pena o cometimento de crime de homicídio de servidor público no exercício de suas funções, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 1990, para incluir como crime hediondo esse tipo de homicídio. Senador Humberto Costa.....	102
Aparte ao senador Eduardo Amorim. Senador Walter Pinheiro.....	244	Projeto de Lei do Senado nº 521, de 2011, que altera a Lei nº 11.771, de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 1991; e dá outras providências, para incluir os municípios na composição do Sistema Nacional de Turismo. Senador Eduardo Amorim.....	104
Aparte ao senador Eduardo Amorim. Senador Wellington Dias.....	244	Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2011, que altera a Lei nº 11.771, de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 1991; e dá outras providências, para dispor sobre os convênios, contratos e parcerias firmados com o Ministério do Turismo. Senador Eduardo Amorim.....	105
Aparte ao senador Eduardo Amorim. Senador Antonio Carlos Valadares.....	244	Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2011, que estabelece programa de abatimento do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) do gasto na compra de medicamentos de doenças que especifica e dá outras providências. Senador Alvaro Dias.....	107
POLÍTICA SOCIAL			
Destaque ao papel da família na prevenção de problemas sociais, como o uso de drogas, a criminalidade e a violência. Proposta de transformação do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome em Ministério do Desenvolvimento Social e da Família. Senador José Sarney.	229		
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Elogios à decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e acatada pelo Ministério da Previdência Social (MPS), de garantir o pagamento de reajuste adequado aos aposentados que foram prejudicados na sua aposentadoria. Senador Paulo Paim.....	144		
Aparte ao senador Paulo Paim. Senador Ataídes Oliveira.....	146		
Registro do recebimento da publicação Análise da Seguridade Social em 2010, avaliação de-			

Pág.		Pág.
	Projeto de Lei do Senado nº 524, de 2011, que altera a Lei nº 8.036, de 1990, para dispor sobre a multa incidente sobre o montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) durante a vigência do contrato de trabalho, na hipótese de tratar-se de mulher chefe de família. Senadora Ana Rita.	172
	Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2011, que altera a Lei nº 7.998, de 1990, para dispor sobre o seguro desemprego da trabalhadora desempregada que seja chefe de família. Senadora Ana Rita.....	173
	Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições financeiras manterem dispositivos antifurto que inutilizem as cédulas de moeda corrente depositadas no interior dos terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos) em caso de tentativa ilícita de abertura. Senador Vital do Rêgo.....	317
	Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2011, que altera o art. 1º da Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, para determinar que percentual não inferior a 5% (cinco por cento) da receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta será destinado a programas de manutenção e desenvolvimento do ensino. Senadora Marinor Brito.	319
	Projeto de Lei do Senado nº 529, de 2011, que altera a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, para vedar a emissão de títulos da dívida pública remunerados pela taxa de juros apurada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e por taxas de câmbio, após prazo de dois anos de alteração proposta. Senador Lindbergh Farias.....	321
	PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	
	Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011, que altera o art. 134 da Constituição Federal, com o objetivo de garantir autonomia administrativa e funcional às Defensorias Públicas da União (DPU) e do Distrito Federal. Senadora Vanessa Grazziotin.	92
	Proposta de Emenda à Constituição nº 83, de 2011, que estabelece a maioria civil e penal aos dezesseis anos, tornando obrigatório o exercício do voto nesta idade. Senador Clésio Andrade.....	314
	Proposta de Emenda à Constituição nº 84, de 2011, que acrescenta o § 17 ao art. 100 da Constituição Federal, para conceder aos dependentes e pensionistas dos credores de precatórios o direito de serem pagos com preferência, no termos do § 2º do mesmo artigo. Senador Paulo Paim.	315
	PROJETO DE RESOLUÇÃO	
	Projeto de Resolução nº 41, de 2011, que acrescenta o art. 94-A ao Regimento Interno do Senado Federal, para dispor que a audiência pública agendada para se realizar em reunião extraordinária de comissão, bem como as reuniões das subcomissões e comissões temporárias, não poderão coincidir com os horários das reuniões ordinárias das demais comissões. Senador Cyro Miranda. ...	322
	RELIGIÃO	
	Comemoração pela escolha da capital do Estado do Rio de Janeiro como sede da 27ª Jornada Mundial da Juventude, que será realizada em 2013, pela Igreja Católica. Senador Valdir Raupp.	165
	REQUERIMENTO	
	Requerimento nº 1.068, de 2011, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 489, de 2008, e 408, de 2009, aos Projetos de Lei do Senado nºs 431, de 2003; 406, de 2005; 181, 196 e 495, de 2007; 150, de 2009; e 106, de 2011, que já tramitam em conjunto, por versarem sobre a mesma matéria. Senador Ana Amélia.	88
	Requerimento nº 1.069, de 2011, que solicita remessa à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2011, que altera as alíquotas das contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social, de formação profissional e de fomento empresarias, e dá outras providências, para analisar sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Senador Armando Monteiro. ...	88
	Requerimento nº 1.070, de 2011, que solicita informações ao ministro da Fazenda a respeito das empresas instaladas no País que utilizam os benefícios tributários na produção de bens de informática, dos produtos fabricados e das instituições de pesquisas públicas e privadas que recebem os recursos provenientes dos incentivos às empresas beneficiadas pela Lei de Informática, tendo em vista os prejuízos incalculáveis à Zona Franca de Manaus. Senadora Vanessa Grazziotin.	88
	Requerimento nº 1.071, de 2011, que solicita informações ao ministro de Ciência e Tecnologia a respeito das empresas instaladas no País que utilizam os benefícios tributários na produção de bens de informática, dos produtos fabricados e das instituições de pesquisas públicas e pri-	

	Pág.		Pág.
vadas que recebem os recursos provenientes dos incentivos às empresas beneficiadas pela Lei de Informática, tendo em vista os prejuízos incalculáveis à Zona Franca de Manaus. Senadora Vanessa Grazziotin.	89	Requerimento nº 1.072, de 2011, que solicita informações ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a respeito das empresas instaladas no País que utilizam os benefícios tributários na produção de bens de informática, dos produtos fabricados e das instituições de pesquisas públicas e privadas que recebem os recursos provenientes dos incentivos às empresas beneficiadas pela Lei de Informática, tendo em vista os prejuízos incalculáveis à Zona Franca de Manaus. Senadora Vanessa Grazziotin.....	90
Requerimento nº 1.073, de 2011, que solicita autorização para Sua Excelência ausentar-se do País entre os dias 12 a 16 de setembro de 2011, para participar do Programa <i>Ciudad Mujer</i> da Comissão de Defesa da Mulher do Parlamento Salvadorenho, representando o Senado Federal. Senador Ana Rita.	90	Requerimento nº 1.074, de 2011, que solicita ao Tribunal de Contas da União que seja realizada auditoria nos gastos da construção do petroleiro João Cândido. Senador Alvaro Dias.....	91
Requerimento nº 1.075, de 2011, que solicita informações ao ministro das Minas e Energia sobre a construção de navios petroleiros pela Petrobrás. Senador Alvaro Dias.	91	Requerimento nº 1.076, de 2011, que solicita o envio de voto de pesar à viúva do jornalista Rodolfo Fernandes, diretor de redação do jornal <i>O Globo</i> , falecido no dia 27 de agosto de 2011, na cidade do Rio de Janeiro. Senadora Ana Amélia. .	92
Requerimento nº 1.077, de 2011, que solicita voto de pesar à viúva do jornalista Walmor Bergesch, falecido em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Senadora Ana Amélia.	92	Requerimento nº 1.078, de 2011, que solicita a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) nº 58, 59, 62 e 64, todas de 2011, que dispõem sobre a garantia dos mesmos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais aos trabalhadores domésticos. Senadora Ana Rita.....	174
Requerimento nº 1.079, de 2011, que solicita voto de aplauso ao Fundo Cristão para Crianças, pelo transcurso dos 45 anos de atividades em prol do desenvolvimento comunitário social no Brasil, com foco na formação de crianças e adolescentes para a vida adulta. Senador Mozarildo Cavalcanti.	221	Requerimento nº 1.080, de 2011, que solicita voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 29 de agosto de 2011, de Heitor Azevedo Picanço, ex-prefeito da capital Macapá, no Estado do Amapá. Senador Geovani Borges.	313
		Requerimento nº 1.081, de 2011, que solicita a criação de comissão temporária composta por cinco membros, para, no prazo de cento e vinte dias, estudar e elaborar proposições legislativas que visem o aperfeiçoamento e a adequação do nosso ordenamento jurídico às necessidades decorrentes da organização e realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Senador Marcelo Crivella.....	313
		Requerimento nº 1.082, de 2011, que solicita a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2011, que estabelece regime especial para a definição da área de reserva legal em propriedade ou posse situada na Amazônia Legal, de autoria de Sua Excelência. Senador Romero Jucá.	314
		SAÚDE	
		Comentários sobre os riscos causados pelo tabagismo, e saudação à prefeitura de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, pelas iniciativas que contribuíram para que a cidade tenha o menor número de fumantes do Brasil. Senador Antonio Carlos Valadares.	156
		Defesa da aprovação, pela Câmara dos Deputados, da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, em face do resultado de pesquisa, que reafirma que a principal preocupação da população brasileira é a saúde. Senador Paulo Paim.	175
		Aparte ao senador Paulo Paim. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	176
		Aparte ao senador Paulo Paim. Senadora Marinor Brito.	176
		Aparte ao senador Paulo Paim. Senador Paulo Davim.....	177
		Destaque para a importância dos trabalhos desempenhados pelos agentes de saúde e de combate às endemias. Senador Eduardo Amorim.....	242
		Aparte ao senador Eduardo Amorim. Senador Jayme Campos.....	243
		SENADO FEDERAL	
		Apelo à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e à Comissão de Assuntos Econômicos para que acelerem a votação dos projetos sobre o Fundo de Participação dos Estados (FPE). Senador Randolfe Rodrigues.	149

	Pág.		Pág.
Convite para a reunião dos parlamentares na Câmara dos Deputados, a favor da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades no governo federal, sobretudo a corrupção. Senador José Agripino.....	222	a diminuição de tributos pagos pelas empresas brasileiras e a defesa de maior transparência por parte das empresas que compõem o sistema S. Senador Ataídes Oliveira.	135
Aparte ao senador José Agripino. Senador Alvaro Dias.....	223	Aparte ao senador Ataídes Oliveira. Senador Cristovam Buarque.	138
Aparte ao senador José Agripino. Senador Cristovam Buarque.	223	Aparte ao senador Ataídes Oliveira. Senador Alvaro Dias.....	138
SEGURANÇA PÚBLICA		TURISMO	
Preocupação com a grave crise na segurança pública do Estado do Mato Grosso. Defesa da melhoria dos salários dos policiais militares e da elaboração de política efetiva de combate à violência no Brasil. Senador Jayme Campos.....	245	Registro de dois importantes eventos ocorridos no Estado da Bahia, para discutir a preparação do País para a Copa de 2014 e o fortalecimento do turismo nacional. Destaque à Medida Provisória nº 540, de 2011, que discute o Plano Brasil Maior. Senadora Lídice da Mata.....	232
TRIBUTOS		Aparte à senadora Lídice da Mata. Senador Antonio Carlos Valadares.	234
Justificação do Projeto de Lei nº 467, de 2011, de autoria de Sua Excelência, que propõe		Aparte à senadora Lídice da Mata. Senador Wellington Dias.....	234

Ata da 147ª Sessão, Especial, em 29 de agosto de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney

(Inicia-se a sessão às 11 horas 18 minutos e encerra-se às 12 horas e 13 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o sexagésimo aniversário de fundação do jornal **O Dia**, nos termos dos **Requerimentos nºs 720 e 770, de 2011**, do Senador Marcelo Crivella e outros Senadores.

Peço aos Srs. Senadores e Senadoras que se encontram em outras dependências da Casa ou em seus gabinetes que compareçam ao plenário, pois estamos iniciando a sessão de comemoração do sexagésimo aniversário do jornal **O Dia**.

Quero convidar para compor a Mesa o primeiro signatário da presente sessão, o Exmº Sr. Senador Marcelo Crivella; quero convidar para compor a Mesa a Embaixadora da Filipina, Exmª Srª Eva Betita, e, principalmente, a Presidente do Conselho de Administração da Empresa Jornalística e Editora do Jornal **O Dia**, Srª Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos. *(Pausa.)*

Quero também convidar o Sr. Nuno Vasconcellos para compor a Mesa, um dos editores do jornal **O Dia**; o Diretor-Executivo da Empresa e Chefe de Redação do Jornal **O Dia**, Sr. Alexandre Freeland, e a Diretora de Relações Institucionais da Empresa Jornalística, Srª Evanise Santos.

Agradeço a presença das Exmªs Srªs e Srs. Membros do Corpo Diplomático que aqui se encontram, dos senhores profissionais de comunicação que estão presentes a esta sessão, também o Embaixador de Cuba, Sr. Carlos Zamora.

Minhas senhoras e meus senhores, a liberdade de pensamento e de expressão está assegurada pela nossa Constituição em vários dispositivos, especialmente no artigo 5º do Título II, denominado Dos Direitos e Garantias Fundamentais. O exercício responsável e criterioso desse direito é o desafio da comunicação social em nossos dias em qualquer base material ou mídia. Tão importante quanto a prática do bom jornalismo é assegurar-se de que as informações cheguem ao

receptor da maneira mais clara, mais direta e possível. Com efeito, essa tem sido a marca de **O Dia**.

O jornal foi fundado em 1951, pelo Deputado Carlos Chagas, posteriormente alçado à condição de Governador do Estado da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro. Ao longo dessa trajetória de sessenta anos, o diário passou por várias fases, teve seu controle acionário modificado, assumiu novos perfis, sofreu remodelações importantes, mas manteve sempre uma marca: a sua proximidade com o leitor, o que lhe garantiu o grande apreço popular que tem.

Em maio de 2010, após longa direção do jornalista Ary de Carvalho e seus familiares, o jornal passou para o controle da Ejesa. A partir desse momento, sob a direção competente da Srª Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos, o grupo encabeçado pelo **Diário Carioca** tem-se robustecido, alcançando, na atualidade, mais de 3,5 milhões de leitores diários, o que é um feito notável, acho mesmo que singular no jornalismo brasileiro.

Em solenidade que ocorreu no Rio de Janeiro, a nossa Presidente Dilma Rousseff bem lembrou que o jornal **O Dia** vive um momento especial, convergente com o bom momento do Rio de Janeiro e do Brasil. O evento, que transcorreu no Museu Histórico Nacional, contou com a presença também do Governador Sérgio Cabral, do Prefeito Eduardo Paes e dos Senadores Dornelles e Lindbergh Farias, além de diversas autoridades.

Considerando a importância da data comemorativa, a relevância do jornal e sua imensa popularidade, o Senado não poderia abster-se de prestar esta homenagem a esse diário inovador e essencialmente carioca.

Devemos esta sessão solene ao requerimento do Senador Marcelo Crivella e, com ele, surge a oportunidade de parabenizarmos cada um dos funcionários e dirigentes de **O Dia**.

Saibam os senhores e as senhoras que os sessenta anos do jornal possuem elevado valor, condensam muita história e que o seu sucesso deve ser, em boa medida, atribuído a todos que o fazem.

Contudo, o mais importante talvez seja destacar os profissionais que fazem de **O Dia** um meio de comunicação voltado para o futuro, com qualidade aprimorada e cada vez melhor.

Confesso que tenho uma satisfação pessoal de ter conhecido o fundador do jornal **O Dia**, Chagas Freitas, meu colega aqui no Congresso Nacional, e hoje presenciar e testemunhar o desenvolvimento, a importância que o jornal teve sob a direção de D. Maria Alexandra Vasconcellos.

Quero desejar ao jornal **O Dia** mais sessenta anos, e não só mais sessenta, que não nos limitemos à vontade do Criador estabelecendo só sessenta anos mais à frente, mas também que, por muito e muito tempo, marque a imprensa brasileira com o estilo que ele tem, com os leitores que tem e com a importância que tem na história da imprensa brasileira.

Muito obrigado.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente José Sarney, que, além de presidir o Senado e o Congresso Nacional, também está presidindo esta sessão especial comemorativa dos sessenta anos do jornal **O Dia**; Senador Marcelo Crivella, primeiro signatário desta sessão; Embaixadora das Filipinas, Sr^a Eva Betita; Presidente do Conselho de Administração da empresa jornalística Brasil Econômico S.A. e da editora do jornal **O Dia**, Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos; Diretor-Executivo da empresa Ejesa, Alexandre Freeland; Diretora de Relações Institucionais, Evanise Santos; Sr. Nuno Vasconcelos; demais autoridades presentes a esta cerimônia, cheguei a esta Casa na Legislatura presente, vinda de uma experiência de quase quarenta anos na área da comunicação multimídia. Por representar nesta homenagem o meu Líder, o Líder do nosso Partido no Senado, o grande político Francisco Dornelles, Senador pelo Rio de Janeiro, é muito honrosa para mim esta oportunidade.

Talvez, até as pessoas que não tinham convivência, como eu, com a direção dessa grande empresa jornalística também estejam, como eu, felizes, porque no comando dessa empresa estão algumas mulheres, Sr. Presidente, José Sarney. O senhor valoriza muito a presença e o empoderamento das mulheres – portanto, o nosso empoderamento – em todas as atividades do País. Isso não deixa de ter relevância significativa.

Portanto, como eu disse, represento aqui o Senador Francisco Dornelles, que não pôde comparecer à sessão e que, por isso, pediu-me que o representasse. Lembro que, no último mês de junho, o Senador Dornelles teve a oportunidade de participar da cerimônia de comemoração do 60º aniversário do jornal realizado no Rio de Janeiro, numa grande festa no Museu Histórico Nacional, evento que, como disse o Presidente Sarney, contou com a presença da Presidenta Dilma Rousseff. O Senador me contou, naquela ocasião,

que pôde constatar o clima geral de reconhecimento a tudo que representou e segue representando para o Rio de Janeiro e para as comunicações – portanto, para o Brasil também – essa publicação inovadora, extremamente popular e altamente comprometida com os mais legítimos interesses da sociedade carioca, fluminense e do Brasil, que convive com essa cidade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, sobre a importância da imprensa para a cidadania, penso que não resta muito a dizer. Talvez, possamos sintetizá-la no conhecidíssimo e, por isso mesmo, sempre repetido dilema proposto e respondido por Thomas Jefferson em 1787, quando escreveu e disse: “Se eu tivesse de decidir entre uma sociedade com governo e sem jornais e uma sociedade com jornais e sem governo, eu não hesitaria, nem por um momento, antes de escolher a segunda opção”. Exagerada ou não, o fato é que a frase dá a medida exata do que significa para as pessoas, especialmente no mundo de hoje, no século XXI, o direito e o acesso à informação, principalmente aquela oriunda de fontes independentes da máquina governamental.

O direito à informação, Sr. Presidente, senhores representantes do veículo homenageado hoje, os antigos romanos já o exercitavam nos tempos de Júlio César, quando a Acta Diurna Populi Romani, ou seja o relato diário ao povo de Roma, era publicada em grandes placas brancas expostas nos locais públicos mais frequentados. Por meio da Acta Diurna, os cidadãos eram informados sobre os eventos políticos e sociais, sobre as guerras em andamento àquela época, sobre as sentenças judiciais prolatadas e, é claro, para não haver novidade, sobre os escândalos de governo da época. A sociedade vai apenas sofrendo mutações.

Correram os anos, correram os séculos, e os meios de comunicação foram sendo aperfeiçoados, com destaque para o grande salto representado pela prensa de Gutenberg, que inaugurou a era moderna da disseminação das informações. Desde então, os avanços foram formidáveis e se fizeram sentir ainda com mais força no século XX, quando passaram a ser alcançados em progressão geométrica e atingiram, com essa maravilha do mundo contemporâneo, que é a Internet, um ponto quase inimaginável pelos nossos ancestrais.

De qualquer maneira, Sr. Presidente José Sarney, Sr^{as} e Srs. Senadores, representantes do jornal **O Dia**, homenageado hoje, não há como negar que, entre todos os veículos de informação, existe um, o jornal, que se destaca por atributos quase mágicos. Todas as previsões que se faziam com o advento da Internet não se confirmaram. Ao contrário, temos a necessidade de tocar, de pegar o jornal. Temos a convivência,

eu diria, quase familiar com o cheiro do jornal, que foi mudando também com a modernização da impressão gráfica, mas sabemos perfeitamente, naquele jornal diário que chega à nossa porta, onde está a editoria política, onde está a editoria de economia, onde está o esporte, onde está a área de segurança, tudo isso nós sabemos, pela representatividade essencial que é a informação diária quando recebemos o jornal. Eu imagino que os assinantes de **O Dia** também sintam isso, como todos os brasileiros que gostam de estar atualizados, porque quem tem informação, de alguma forma, tem poder.

Para grande parte da população, Sr. Presidente, para diversas gerações de brasileiros – a minha incluída, é claro –, o jornal representa bem mais do que um mero transmissor de informações. Representa, na verdade, um companheiro muito querido, indispensável, insubstituível que todo dia nos coloca em conexão com o mundo. E é esse papel que o jornal vem desempenhando em nosso País, desde as primeiras edições do **Correio Braziliense**, impresso em Londres, ininterruptamente, entre 1808 e 1822, e da **Gazeta do Rio de Janeiro**, impressa aqui mesmo no Brasil, a partir de 1808. E é esse papel, Sr. Presidente, que vem sendo cumprido, há sessenta anos, com muita ousadia e com muito criatividade, mas também com muito senso de responsabilidade ou, para resumir todos o predicados em uma só palavra, com muita competência pelo **O Dia**.

O jornal **O Dia** surgiu, como sabemos, naquele interregno democrático, entre 1945 e 1964, um período, Sr^{as} e Srs. Senadores, de eventos decisivos para a história do nosso País, período de transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, de formação de um parque industrial ainda incipiente, mas pleno de potencialidades – hoje, o Brasil é a oitava potência do mundo. Foi um período de grande efervescência política, de ameaças e de incertezas institucionais, mas também um período, como poucos em nossa história, de liberdade incontida, de felicidade quase geral, embalado pela democracia, pela afirmação da indústria nacional, pelas conquistas esportivas, pela repercussão internacional da arte aqui produzida, com destaque para a música. Nosso povo exibiu uma enorme confiança no futuro. Esse futuro está chegando a cada dia. É nesse cenário que o jornal **O Dia** começa a funcionar, investindo, evidentemente, no jornalismo político – na época e, ainda hoje, o filão preferencial da imprensa brasileira –, mas investindo também e principalmente num jornalismo mais ligado às questões sociais, aos dramas do cotidiano, às notícias policiais, ao campo comportamental e também ao de costumes. O sucesso imediato só fez confirmar o acerto dessa escolha.

É certo que, ao longo dessas seis décadas, com o propósito de atender a um mercado muito exigente, a um mercado constantemente em busca do novo, o jornal reformulou algumas vezes sua linha editorial, mas as características essenciais, o pensamento independente, o respeito ao gosto popular, a honestidade de propósitos, o compromisso com o desenvolvimento do Brasil – é claro, do Rio de Janeiro, a começar pela sua base –, felizmente, foram sempre preservadas, e são elas, afinal, que forjam e mantêm a credibilidade de um jornal.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade, primeiro, para cumprimentar o jornal por essa edição tão simbólica com as cores da bandeira brasileira e, sobretudo, pelo presente que a direção da empresa, o jornal **O Dia**, está oferecendo aos seus leitores, que são verdadeiros parceiros ou sócios nesse desafio permanente de estar conectado com o Rio, com o Brasil e com o mundo, exatamente seis ideias que estão mudando o Rio de Janeiro, uma cidade que terá pela frente, como disse nesse encarte especial, o desafio de realizar eventos que vão mobilizar e atrair a atenção de todo o mundo em 2014 e em 2016.

Então, é por isso que peço licença, porque me impressionou muito o texto, por ser jornalista também, para ler os compromissos que a Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos escreveu nesse verdadeiro editorial de apresentação dessa edição especial. Escreveu ela:

E começamos este novo desafio [dos próximos sessenta anos], mostrando, nesta edição especial, as 60 ideias que estão transformando nossas vidas. Não tenho dúvidas de que essas 60 iniciativas estarão presentes na plataforma de conteúdo do **DIA** pelos próximos sessenta anos.

Perdoe-me se estou roubando seu texto, mas é para o bem. É para o bem, porque essas palavras são muito importantes, especialmente para mim, que fui, durante muito tempo, jornalista, comunicadora multimídia.

Pensar o futuro do Rio de Janeiro também implica pensar o futuro do **DIA** e dos meios de comunicação como um todo. E isso não significa apenas refletir sobre como os jornalistas cobrirão os fatos nos próximos 60 anos. Mas, sim, como a notícia chegará aos leitores nas próximas seis décadas. É justamente no formato da notícia que estamos nos preparando para investir nos próximos anos.

Parabéns, Maria Alexandra!

E, para encerrar este pronunciamento breve, destaco o que escreveu ela nesse suplemento especial:

A convergência de plataformas e de distribuição de conteúdo já faz parte das novidades que começamos a implementar no início deste ano, quando unimos as redações do jornal impresso com a redação online. Estamos lançando hoje um serviço inovador: **O DIA 24 HORAS**, em que oferecemos informações sobre os fatos da Região Metropolitana atualizados a cada instante, em diversos meios eletrônicos, incluindo o **Twitter**.

Eu também sou “**twitteira**”, Maria Alexandra. Continua ela: “Em um futuro bem próximo, nós, do *DIA*, apostamos na convergência de distribuição de conteúdo para TV, via Internet. E não tenho dúvidas de que o *DIA* será precursor dessa nova forma de produzir e distribuir conteúdo”.

Não tenho dúvida, Maria Alexandra, de que, com esse compromisso, o jornal vai manter, por esse conteúdo, o mesmo senso de responsabilidade de todo veículo sério, comprometido com o interesse nacional, exercendo sua função de maneira muito qualificada.

Os meus cumprimentos, Sr. Presidente, às senhoras e aos senhores homenageados, aos senhores participantes dessa cerimônia, aos dirigentes, aos jornalistas, aos funcionários que, ao longo desses sessenta anos, fizeram a grandeza desse veículo **O Dia**, um jornal que muito contribuiu e que, com a graça de Deus, seguirá sempre contribuindo para a grandeza, o aperfeiçoamento, o engrandecimento e a consolidação não só do jornalismo, mas da própria democracia, que tem na comunicação e na liberdade de expressão a sua essência.

Os meus cumprimentos se estendem, é claro, aos demais veículos de comunicação da Editora **O Dia**, bem como ao Instituto Ary Carvalho, pelo belíssimo trabalho social e cultural que vem desenvolvendo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente e senhores homenageados.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente da Mesa do Senado Federal, Exm^o Sr. Senador José Sarney; primeiro signatário da presente sessão, Exm^o Sr. Senador Marcelo Crivella e outros; Embaixadora da Filipina, Exm^a Sr^a Eva Betita; Presidente do Conselho de Administração da Empresa Jornalística Econômico S. A– Ejesa e Editora do Jornal **O Dia**, Sr^a Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos; Diretor-Executivo da Empresa Jornalística Econômico S.A-Ejesa e Chefe de Redação do Jornal **O Dia**, Sr. Alexandre Freeland; Diretora de Relações Institucio-

nais da Empresa Jornalística Econômico S.A-Ejesa, Sr^a Evanise Santos; Sr. Nuno Vasconcellos, marido da Sr^a Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos; demais autoridades; Exm^o Sr. Embaixador de Cuba, Carlos Zamora; Exm^{as} Sr^{as} e Srs. Membros do Corpo Diplomático; senhoras e senhores profissionais de comunicação social, senhoras e senhores; Sr^s Senadoras e Srs. Senadores; nossa querida Senadora Ana Amélia que me antecedeu na tribuna, como sempre, com o brilho especial, porque jorra na sua veia aquele sangue jornalístico que mexe conosco, toda vez que sobe a esta tribuna, principalmente numa sessão especial como esta; eu não poderia deixar de me unir às Senadoras e aos Senadores que prestam, hoje, esta bela homenagem ao jornal **O Dia**, que completou, no último 5 de junho, 60 anos de existência.

Cumprimento, inicialmente, o nobre Senador Marcelo Crivella, primeiro signatário do requerimento que propôs a realização desta comemoração. V.Ex^a, Senador Crivella, como sempre, representa com brilho o Rio de Janeiro nesta Casa e nos chama sempre a atenção, uma vez mais, para um aspecto da cultura do seu Estado, que enche de orgulho os fluminenses e também a nós, brasileiros de outras partes do País – estendo isso também à Senadora Ana Amélia que representou o Senador Dornelles aqui, com muita competência.

De fato, S. Presidente, o jornal **O Dia** pode ser visto como uma das várias e belas manifestações culturais de que o Estado do Rio de Janeiro é tão rico.

Fundado em 1951, quando a cidade do Rio de Janeiro ainda era a capital do País, **O Dia** teve um início, de certa forma, tímido, como, de resto, é o início de qualquer publicação que se aventure a competir com diários do porte de um **Jornal do Brasil** ou um **O Globo**.

Tanto é assim que, em seus primeiros anos de existência, **O Dia** adotou uma postura editorial de forte apelo popular, buscando conquistar um lugar ao sol na imprensa carioca e assegurar, assim, uma base de leitores que pudesse ser posteriormente expandida.

A estratégia funcionou, pois **O Dia** incorporou-se, definitivamente, ao dia a dia da cidade maravilhosa e conquistou um lugar de destaque entre os diários do Rio de Janeiro, especialmente a partir dos anos 90, ocasião em que o jornal passou por uma completa reforma editorial que o modernizou, tornou-o mais respeitado e ampliou seu público.

Hoje, além do próprio jornal, compõem o grupo jornalístico o jornal **Meia Hora**, um portal de notícias *on-line*, uma TV e uma rádio. A eles, acrescentou-se o jornal esportivo **Marca Campeão**, após a compra do grupo **O Dia** pela Ejesa em 2010, mais uma evidência

da importância e da atratividade que o jornal adquiriu nessas seis décadas de vida.

Nossos cumprimentos, portanto, à equipe do jornal **O Dia**, pela continuada contribuição à imprensa carioca e brasileira, e nossos votos de ao menos mais 60 anos de sucesso e realizações.

Aproveitando a oportunidade, com a permissão do Senador Crivella, primeiro signatário desta sessão especial, li que **O Dia** renasce com o Rio – e estou pedindo permissão porque sou do Amapá e estou homenageando o Rio de Janeiro, com muita admiração e com muito respeito, essa cidade maravilhosa que é uma referência do País e do mundo. Não poderia ficar lá do extremo Norte – e com muita honra pertencço à Bancada do Amapá que tem como liderança maior esse grande estadista Senador José Sarney, que também faz parte do meu querido Estado do Amapá – sem fazer uma referência à nossa Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos, a quem a nossa Senadora Ana Amélia fez uma homenagem justa, uma referência toda espe-

cial, e também aproveito a oportunidade para citar a reportagem “a cidade é olímpica” da jornalista Elaine Gaglianome – desculpem-me a pronúncia, mas tentei acertar –, outro jornalista Pedro Landim, Aline Salgado, Luciana Werner e vai por aí. Para não cometer nenhuma injustiça e não ser omissos nesta sessão especial, vou pedir a permissão da Mesa, sob o comando e a Presidência do Senador José Sarney, para colocar nos Anais desta sessão especial a edição “60 ideias que estão mudando o Rio” do jornal **O Dia**, como peça do meu pronunciamento na sua íntegra.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR GEOVANI BORGES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

O DIA EDIÇÃO COMEMORATIVA DOS 60 ANOS DO JORNAL O DIA

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

60 ideias que estão mudando o Rio

A transformação do Rio não vem só dos recursos investidos, nem se mede apenas pela quantidade de obras. É uma mudança de espírito e de hábitos. Uma cidadania comum e grandes empresários, aproximações comunitárias e iniciativas de governos. Veja neste especial as ideias, os projetos e os movimentos populares que estão criando uma nova era de esperança na cidade e no estado.

E VOCÊ AÍ? COMO VAI NOS AJUDAR A ESCREVER O DIA DE AMANHÃ?

A HISTÓRIA DO RIO É MARAVILHOSA.

É CLARO QUE NEM TUDO FORAM FLORES, MAS SEGUIMOS A OBRIGAÇÃO DO OFÍCIO PUBLICANDO OS FATOS COMO ELAS SÃO. E DECIDIMOS IR ALÉM. DECIDIMOS SER UM JORNAL QUE BRIGARIA POR UM RIO LINDO DE SE LER.

ESTA CAMPANHA É UMA HOMENAGEM ORGULHOSA A TUDO E TODOS QUE FIZERAM A BELEZA DO RIO. E É, PRINCIPALMENTE, UMA CONVOCAÇÃO A TODO APAIXONADO POR ESTE ESTADO VAMOS PREENCHER NOSSAS FUTURAS PÁGINAS COM BONITAS HISTÓRIAS.

ELAS ESTÃO EM BRANCO E A PREVISÃO É DE BONS TEMPOS NO HORIZONTE.

PODEMOS CONTAR COM VOCÊ?

COMPARTILHE SUA HISTÓRIA COM A GENTE E FAÇA PARTE DA NOSSA CAMPANHA:

WWW.ODIA.COM.BR



60 anos
O DIA
Estado Rio de Janeiro

O DIA renasce com o Rio

MARILIA ALEXANDRA MASCARENHAS MISCONECELLOS

Nenhum outro jornal respira tanto o Rio de Janeiro como O DIA. A história recente de cariocas e fluminenses se confunde com a história do jornal. A relação do DIA com o Rio é tão intensa que arrisco dizer que a trajetória do jornal tem acompanhado a trajetória da cidade e do estado. O renascimento do Rio de Janeiro, que vem resgatando todo o seu prestígio econômico e político, perdido ao longo de três décadas, marca o nosso renascimento. Hoje, dia 5 de junho, completamos 21.534 edições e 60 anos de vida. E temos que agradecer, principalmente, aos milhares de leitores que diariamente acompanham as novidades do Rio através das páginas do DIA.

Não é preciso detalhar aqui o que o jornal realizou nos últimos 60 anos. Até porque seria injusto, e até impossível em apenas um texto, discorrer sobre as nossas grandes conquistas. Quero aproveitar esta data para imaginar o Rio de Janeiro daqui a 60 anos. E começamos este novo desafio mostrando, nesta edição especial, as 60 ideias que estão transformando nossas vidas. Não tenho dúvidas de que essas 60 iniciativas estarão presentes na plataforma de conteúdo do DIA pelos próximos 60 anos.

Pensar o futuro do Rio de Janeiro também implica pensar o futuro do DIA e dos meios de comunicação como um todo. E isso não significa apenas refletir sobre como os jornalistas cobrirão os fatos nos próximos 60 anos. Mas, sim, como a notícia chegará aos leitores nas próximas seis décadas. É justamente no formato da notícia que estamos nos preparando para investir nos próximos anos.

A convergência de plataformas e distribuição de conteúdo já faz parte das novidades que começamos a implementar no início deste ano, quando unimos as redações do jornal impresso com a redação online. Estamos lançando hoje um serviço inovador, O DIA 24 HORAS, em que oferecemos informações sobre os fatos da Região Metropolitana atualizados a cada instante, em diversos meios eletrônicos, incluindo o Twitter. Em um futuro bem próximo, nós do DIA apostamos na convergência de distribuição de conteúdo para TV via Internet. E não tenho dúvidas de que o DIA será percussor dessa nova forma de produzir e distribuir conteúdo.

Não temos muito tempo a perder com esses novos investimentos. O Rio de Janeiro tem hoje o melhor e mais importante calendário de eventos do mundo para os próximos cinco anos. A cidade será sede dos Jogos Militares, da Copa 2014, da Olimpíada de 2016 e da Paraolimpíada. Esse novo Brasil que nasce para o mundo tem como abre-alas o novo Rio de Janeiro. Uma região que viveu durante anos sob o estigma da violência, da perda de talentos, da fuga de investimentos e da frustração de ter perdido a capital para Brasília renasceu graças a uma série de iniciativas do setor público e privado, e hoje é um exemplo para o mundo de superação.

Estar à frente de um jornal que é a marca do Rio de Janeiro em um momento tão sublime é uma responsabilidade enorme. Retratar este novo Rio, contar as histórias que marcam o renascimento da cidade e do estado, relatar os fatos que num passado recente pareciam impossíveis de se concretizar é, primeiramente, um grande prazer. Especialmente para mim, que nasci e vivi a minha adolescência no Rio de Janeiro, testemunhar todas essas reconquistas é algo marcante, e poder ler e acompanhar seu renascimento através das páginas do DIA é grande privilégio.

Talvez estejamos sendo injustos ao colocar nas páginas desta edição apenas 60 ideias que estão mudando o Rio de Janeiro. Certamente, são vários movimentos que estão transformando a cidade. Uma cidade não renasce apenas com o trabalho dos setores público e privado. Renasce, sobretudo, com o resgate da auto-estima do seu povo, que escolhe livremente seus governantes e que pressiona e fiscaliza as instituições. Se hoje o Rio de Janeiro voltou às manchetes internacionais e é a ponta de lança desse novo Brasil, pujante e cada vez mais promissor, isso se deve, primeiramente, ao seu povo. Aqui, já peço desculpas aos criadores e defensores das milhares de ideias que não estão retratadas nesta edição especial, mas tenho certeza de que ao longo dos anos terão espaço de sobra nas páginas do DIA. Porque nenhum outro jornal representa tanto o Rio de Janeiro como nós.

Obrigada a todos.

Marília Alexandra Mascarenhas Misconecellos é presidente do Conselho de Administração da Gesa



A previsão inicial de investimento na cidade é de mais de R\$ 28,6 bilhões. Os Jogos dão ao Rio oportunidade excepcional de acabar com o modelo de cidade segregada entre ricos e pobres, entre os com-futuro e os sem-futuro

a cidade é OLÍMPICA

ELABORADO POR
ELABORADO POR
elab@edilsonnet.com.br



Entre no jogo, o jogo é agora, rumo ao futuro. O incentivo inscrito no Caderno de Legados-Rio 2016 mostra bem o espírito e a ideia que devem nortear os preparativos das Olimpíadas na cidade.

A 1.888 dias do início do maior evento esportivo da Terra, o Rio já é uma cidade olímpica. E a disputa que enfrenta agora é tão importante quanto os Jogos: a de fazer com que o investimento estimado em mais de R\$ 28,6 bilhões para a realização do evento traga transformação e união à cidade e ao estado.

Para as Olimpíadas serão construídos equipamentos esportivos, vias expressas, vila olímpica e metrô. O Maracanã está sendo totalmente reformado, ao custo de quase R\$ 1 bilhão, e seus arredores serão transformados, ganhando praças, passarelas e estacionamento integrado. Serão remodelados a Quinta da Boa Vista, o Porto, a Lagoa, a Marinha da Glória, o Engenheiro e suas cercanias, o Sambódromo. Nada ficará como antes.

A expectativa é que essa afirmação seja mesmo verdade depois das competições,

aproveitando os investimentos para mudar a realidade de cidade segregada — dividida entre a zona rica e as muitas áreas pobres.

Ex-prefeito de Barcelona (Espanha), sede das Olimpíadas de 1992 e maior exemplo do que os Jogos podem deixar de bom, Pasqual Maragall já citou a cartilha que o Rio deve seguir: "O governo tem de envolver toda a sociedade na preparação do evento", ensinou.

Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), o arquiteto e urbanista Sérgio Magalhães reforça o conceito: "A grande qualidade da escolha é mobilizar positivamente as pessoas. O resultado é passar a acreditar na cidade. Mas os investimentos têm que ser bem-feitos para que os efeitos positivos sejam prolongados para depois de 2016", alerta ele, responsável pelo Favela-Bairro, um dos primeiros projetos de agregar as favelas ao restante da cidade.

Para o prefeito Eduardo Paes, não é preciso falar duas vezes. "A Olimpíada é o grande ponto de virada, a oportunidade de a cidade se reencontrar. O evento esportivo vai acontecer, mas temos que pensar que ele é um momento de transformação decisivo para a cidade", resume. De volta ao Caderno de Legados Sociais: com as Olimpíadas, o Brasil e o Rio querem chegar muito além das nuvens.

SEREMOS GRANDES

■ R\$ 20 bilhões é a estimativa de investimentos feita pelo governo estadual em transportes só na capital até 2016. A maior parte dos recursos será aplicada na construção da Linha 4 do metrô (Barra da Tijuca-Zona Sul) e em melhorias no sistema de trens.

■ A maior parte das 11 instalações esportivas que serão erguidas no Rio — 56% — e a Vila Olímpica ficará na Barra da Tijuca. Lá serão disputadas 20 modalidades. Os outros pólos de competições são Maracanã, Deodoro e Copacabana, que terá jogos de vôlei e competições aquáticas.

■ Educação aliada ao esporte é a promessa de legado para a juventude brasileira com as Olimpíadas de 2016. A meta é atingir 3 milhões de estudantes nos próximos quatro anos. Parceria entre os governos trabalha para universalizar o esporte no Brasil, inclusive no Rio, com ações que promovam o esporte educacional como inclusão social.

“

“A Olimpíada é oportunidade de o Rio se reencontrar. É um ponto de virada”,
prefeito
Eduardo Paes

”

PLACAR

11

Número de instalações que serão construídas para receber jogos e competições da Olimpíada do Rio

205

Países esperados nas Olimpíadas do Rio, com 11 mil atletas. Expectativa é que o público supere os Jogos de 2008, em Pequim, com 6,5 milhões de ingressos

R\$ 28,6 BI

Estimativa de custos feita por consultorias nacionais e internacionais nos Jogos Olímpicos cariocas

380 MIL

Número de turistas estrangeiros a mais que devem chegar ao Rio por causa das Olimpíadas, prevê o Ministério do Turismo. Na Copa, a estimativa é que sejam 600 mil turistas a mais na cidade que terão jogos

542 MIL

Número de pessoas com mais de 15 anos que não estão alfabetizadas no Rio, segundo dados do Censo 2010 do IBGE

R\$ 1.518,55

Renda per capita média por domicílio na capital, segundo Censo de 2010. No estado, a renda média é R\$ 1.074,36

92,20%

Percentual de alunos do Ensino Médio, na Cidade de Deus, que estão mais de dois anos atrasados no colégio, conforme o Censo Escolar de 2009. É o pior índice do Rio.

(O)TRAVÉ gringo

■ **TELE TURISTA** no sentido anônimo, no sentido histórico, Masako, Bob Nodkarni, Nicolas Krassik e Scott Palmer, na foto abaixo, e expressão cultural Direção: Roger Motta

■ **LABÇADO** há 20 anos a vendem do cerca de 500 apartamentos normais, o Urup How to Be a Carioca é um fenômeno editorial que desvendou o que acontece com o carioca, dos avessos de sinal a como tirar o melhor proveito de algum que acabou de retornar. A autora, Priscilla Costa, é uma americana há mais de 30 anos no Rio. "É a grande cidade tem problemas, mas o jeito positivo de encarar isso é só do carioca. Ele tem um charme único", diz ela. Priscilla, é casada com um carioca. "Não existe nada aqui e isso é o que faz do Rio, por isso são tantos os estrangeiros".

PEDRO LAMORE
pedrolam@bol.com.br



Eles chegaram sem a intenção de ficar e foram seduzidos pela paisagem de natureza e cultura. Se o francês Nicolas sugeriu a cervejinha na biraça, foi a japonesa Masako que melhor apresentou sua porção carioca, ao ele-

gitar o visual do The Mace, hotel que o inglês Bob Nodkarni ergueu na favela Tavares Bastos: "Caraca, muito legal". Com seu português, o americano Scott Palmer contagiou o time de estrangeiros que estudam com música a cidade que escolheram para viver.

"O Rio é uma enorme fonte de inspiração, você sente energia das ruas", diz Nicolas Krassik, 42, nascido em Malsuns-Alfort, na França. O "vaticano" há uma década com seu vizinho que toca samba e fôro.

Se a Lapa é obrigatória, eles escolheram também a Praia de Ipanema, a bicicleta na Lagoa e o fim de tarde no Asfalto, de onde se avistam Corcovado e Pão de Açúcar.

A comida a quilo, rara no exterior, também faz sucesso, e nesse ponto é a cantora Masako Danza, 41, nascida em Kobe, no Japão, que pede a palavra: "O camocão não come nada na churrascaria? Então por que não posso comer carne?", questiona, rindo. Como os outros músicos, ela chegou há 10 anos sem falar uma palavra de português. Hoje, canta samba, toca vários instrumentos de percussão e é uma das Mulheres de Chico, bloco feminino dedicado às canções de Chico Buarque.

De Nova York, o músico Scott Palmer, 43, passou pelo Rio e foi seduzido pelo pandeiro. Levou o instrumento para o jazz e ficou na cidade. "Mesmo a falta de compromisso do carioca tem o lado da espontaneidade. Um telefonema e de repente você está numa festa com pessoas legais", diz Scott.

CARIOCA NO DNA

■ O dia do empresário cultural Daniel Koshinoff, 35, dependa do "carioca" Masako Pedro. "Tem à parte o fato de que, ali vejo que pode variar", conta. O carioca é certo, e pode se estender à assim chamada segunda, mas horários flexíveis se ajustam ao surto da Ipanema, remédios de calceste na Urca ou ainda na Estação da Sumaré, com guarda para a cervejinha.

"Há cidades onde tudo funciona e se ganha mais dinheiro. Mas não me imagino em outro lugar. Só posso ser quieto se sou no Rio", comenta Daniel, sócio do Grupo Hertz e suas casas noturnas. Criado no México, Zona Norte, envolvido na Zona Sul, o músico coléctro a que dos criadores do bloco Esquadrão 89, traz no espírito a integração que é marca da cidade. "Você nasceu para trabalhar e é isso que te faz diferente para lidar com as experiências da vida", afirma.

CIDADE

tem os braços abertos

O impacto econômico do turismo na cidade em 2009 foi de mais de US\$ 2 bilhões, isto é, quase R\$ 3,24 bilhões

Pacificação de favelas resgata autoestima dos cariocas e leva a uma nova era

de ouro do turismo. A ideia é: não há mais baixa temporada na cidade

ALINE SALGADO
aline.salgado@rednet.com.br



A retomada do clima de segurança na Cidade Maravilhosa, com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (Upps), começa a refletir positivamente nos índices de atração de visitantes. Em 2010, foram 1,61 milhão de estrangeiros. A taxa de ocupação hoteleira superou a marca dos últimos dez anos, chegando a 73,75%. Os bons ventos já fazem especialistas do setor turístico e hoteleiro apontarem para uma nova década de ouro na cidade.

"O Rio sempre esteve no imaginário dos turistas, mas existia uma carga contrária por conta da insegurança e do amor próprio do carioca, em baixa. O resgate da autoconfiança foi fundamental pa-

ra a boa propaganda da cidade. Agora, o mundo está marcando encontro no Rio", avalia o secretário estadual de Turismo, Ronald Azaro.

Só no Carnaval, 400 mil estrangeiros desembarcaram na cidade, quando a previsão inicial era de 173 mil. Para o Rock in Rio são aguardados 300 mil turistas. "Não existe mais baixa temporada no calendário carioca. A ocupação hoteleira vem mantendo sempre uma boa média", atesta o secretário municipal de Turismo e presidente da Riotur, Antônio Figueira de Melo.

Presidente da Associação Brasileira de Indústria de Hotéis (ABIH-Rio), Alfredo Lopes identifica na criação de um calendário fixo de eventos a chave para o novo sucesso. "A partir do Pan-Americano, o Rio decolou em termos de investimentos e captação de turistas. O Rock in Rio só vem a contribuir com esse crescimento", afirma.

ESPECIAL DO ANO
 2011-2012 05.06.12
O DIA
 www.odia.com.br

VIVA A DIVERSIDADE!

Geografia privilegiada e povo hospitaleiro fazem do Rio um espaço aberto às diferenças e destino top do turismo gay mundial

LOCIANA WEINER
 lociana.weiner@odiamet.com.br



O estilista Carlos Tufvesson não tem dúvida: a natureza exuberante do Rio, assim como a simpatia, a simplicidade e o alto-astral de seu povo, são os grandes responsáveis pelo título de melhor destino do turismo gay mundial, conquistado pela cidade em 2009. Para ele, que está à frente da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual, criada há dois anos pela Prefeitura, a vocação para aceitar as diferenças é

outro encanto carioca. Não ter preconceito é uma ideia que pegou.

"Como o Cristo Redentor, estamos de braços abertos a todos. Nossa rede hoteleira é competente. Temos duas festas maravilhosas que encantam por seu luxo e pelo contato com o povo: o Carnaval e o Réveillon. Além disso, o Rio é pioneiro em uma lei que assegura que nenhum estabelecimento comercial ou repartição pública carioca pode discriminar pessoas em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero", enumera ele.

Coordenador do Programa Rio Sem Homofobia e presidente do Conselho Esta-

«PARA Tufvesson, os moradores estão de braços abertos a todos. Carol concorda e diz que os guetos estão acabando

dual dos Direitos da População LGBT, Cláudio Nascimento diz que a vocação do Rio para conviver com a diversidade fez com que o Estado se transformasse no primeiro e único da América Latina a possuir um grande projeto ligado ao tema.

"Temos até campanha de TV. Só o Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBT conta com 76 profissionais, entre advogados, psicólogos e assistentes sociais, e presta atendimentos variados. Essas políticas públicas fazem diferença, aumentam o diálogo com a sociedade, esclarecem e informam. Houve muito avanço. Basta observar as paradas gays, cheias de simpatizantes. A sociedade como um todo está cada dia mais aberta à discussão", garante Nascimento.

Produtora cultural, Carol Bandeira, de 25 anos, também acha que o Rio está cada vez mais democrático. Ela conta que, junto da namorada, circula confortavelmente pela cidade. "Percebo que, antigamente, só havia guetos, lugares gays e héteros. Agora é diferente, há uma mistura sadia", declara.

O RIO ESTÁ SE TRANSFORMANDO CONHEÇA: CIDADE OLÍMPICA.COM

CIDADE OLÍMPICA

RIO DE JANEIRO | BRASIL



SEMPRE PRESENTE

cidade dos **JOVENS**

Ideia do turismo mochileiro atrai cada vez mais visitantes interessados em conhecer melhor a vida dos cariocas

Parabéns!

Ao JORNAL O DIA pelos seus 60 ANOS.
Nos orgulhamos de participar desta história.



Acesse e surpreenda-se:
www.jgpublicidade.com.br/oa

JLG
PUBLICIDADE

KAMILLE VIOLA
kamille.viola@odarenet.com.br



Uma forma de turismo não para de ganhar espaço no Rio de Janeiro. É o turismo mochileiro, que atrai viajantes não apenas interessados em gastar menos, mas também em conhecer melhor a vida dos habitantes da cidade.

Um reflexo disso é a popularização dos albergues, que não se restringem aos já manjados bairros de Copacabana e Ipanema: hoje, estão em lugares como a Lapa, um dos redutos dessa turma jovem e curiosa, louca pelo ambiente democrático do bairro. São lugares como o Books Hostel, que funciona há nove meses na Rua Francisco Muratori.

"O Rio de Janeiro está num crescimento exponencial de número de albergues", diz Guilherme Lobo, um dos sócios do lugar. "Às vezes me surpreende como os turistas

estrangeiros têm conhecimento sobre o Rio e curiosidade sobre a cidade", diz.

Outro sinal do crescimento da cultura mochileira por aqui é a popularização do site Couch Surfing ("surfe de sofá", em inglês), uma rede social voltada para a cooperação entre viajantes. Funciona assim: quem se inscreve na rede cria um perfil e se dispõe ou a hospedar, ou ao menos a se encontrar com turistas que o contactarem.

Existem grupos em cada cidade — só do Rio tem quase 15 mil membros —, onde os moradores e turistas trocam informações, além de combinarem eventos. O grupo do Rio tem um encontro toda quinta-feira à noite, que acontece em um quiosque em Copacabana, e acaba de chegar à 100ª edição. "O site atrai um turista que quer conhecer a cidade pelos olhos do morador, fazer coisas que ele não conheceria de outra forma", explica Marcelo Cerqueira, um dos organizadores dos eventos.

Obras para todos os lados, benefício por toda parte.

Itaboraí vive um novo tempo, uma nova realidade. A Prefeitura trabalha para a cidade crescer, gerar oportunidades e desenvolvimento para todos. Nos últimos anos, muitas conquistas. Parceria na construção da UPA 24h e de conjuntos habitacionais, reforma de postos de saúde, construção e reativação de escolas, obras de infraestrutura e incentivo à capacitação profissional.



Itaboraí
PREFEITURA

Um novo tempo já começou



Às vezes me surpreende como os turistas estrangeiros têm conhecimento sobre o Rio
Guilherme Lobo, dono de albergue



FERREIRA ARCO-IRIS DOURA

A hospitalidade
do Rio atrai imigrantes de todo
canto. Gente que chega, vence e fica,
como os 'nordestinos cariocas'

FABIANA SOBRAL fabraf@colinet.com.br

6

"Aqui tem vida. Não troco o Rio de Janeiro por nada", declara, com sorriso largo no rosto e um resto de sotaque, o paraibano Antônio Augusto Ferreira, 74 anos, 41 deles vividos em terras fluminenses. Seu Antônio é um dos milhares de nordestinos que migraram para o Rio, desde o século passado, em busca de vida melhor. Melhor? Será mesmo? "É sim, dona", responde o hoje pequeno comerciante de castanhas. "Tudo é melhor do que viver em Guarabira, minha terra natal. Aqui a gente se vira. Lá não tem para onde correr", conta Antônio, que um ano após chegar à Cidade Maravilhosa já fazia bicos de bombeiro hidráulico e mandou vir a mulher, Severina, companheira de toda a vida, e os quatro filhos. O quinto "é carioca", assim como os dez netos, brinca o morador da Nova Brasília, no Complexo do Alemão.

O carinho de Antônio pelo Rio não difere do sentimento desenvolvido por milhares de conterrâneos e demais imigrantes acolhidos pelo Rio e seu povo. Para se ter uma ideia da busca pelas portas abertas da cidade, dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, do IBGE, apontam que 1,28 milhão de nordestinos vivem no Rio em 2009, sendo 1,14 milhão no Grande Rio. Um contingente e tanto a impulsionar a vida e a economia do estado, através de diferentes aspectos culturais e econômicos. Uma mostra? O comércio pujante da Rocinha, reduto de nordestinos no Rio. "O estado nos deu condição de ter o que temos hoje. Nos acolheu e 70% de nossa família vive atualmente no Rio", conta o comerciante Alex Araújo, 36, que trabalha com o pai, Aloisio Adão, 63. A família, de Campina Grande (PB), aqui chegou em 1981 e estabeleceu-se em Duque de Caxias. Tinha o objetivo de todo nordestino que aqui chega: vencer. E é essa ideia que persegue, há dez meses, o garçom cearense Manuel Lourenço, 23. "Aqui tenho mais perspectivas de vida", diz, lembrando o entusiasmo de Seu Antônio.

é possível

Criada para retornar territórios antes dominados por traficantes de drogas, a Unidade de Polícia Pacificadora é uma ideia que mudou o conceito de segurança pública

ANAMBUQUEZ
anam@odontoet.com.br



A ideia inicial era retomar para o Estado o território até então dominado por traficantes. Mas desde que a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) foi inaugurada — no Morro Santa Marta, em 19 de dezembro de 2008 — o que se viu foi uma total mudança no conceito de segurança pública no Rio. “A UPP nada mais é do que a criação de um ambiente para chegar cidadania”, define o secretário estadual de Segurança, José Mariano Beltrame.

Cenas até então impensáveis tornaram-se corriqueiras: crianças e adultos moradores das comunidades aterrorizadas por bandidos passaram a saudar a chegada dos policiais que, por sua vez, começaram a colocar em prática a teoria da polícia cidadã. A relação se estreitou de tal forma que comandantes de UPPs chegaram a ser procurados por mães em busca de um emprego fictício para os filhos, envolvidos com o tráfico de drogas.

Seguras, as comunidades com UPPs começaram a atrair turistas e celebridades, como a cantora Madonna, levada ao Morro Santa Marta pelo governador Sérgio Cabral em novembro de 2009. Na Cidade de Deus, outro visitante ilustre: o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, esteve na favela em março deste ano.

Mais do que atrair gente de fora, a pacificação conseguiu juntar famílias que não

se viam há anos. Moradores de comunidades dominadas por quadrilhas de facções

rivais eram impedidos de cruzar as fronteiras impostas pelos bandidos.

Os benefícios trazidos pela instalação das Unidades de Polícia Pacificadora não ficaram restritos às comunidades. Com a queda dos índices de criminalidade, no entorno, imóveis que antes permaneciam fechados por causa da violência reabriram e foram valorizados. O sucesso do programa atraiu autoridades de outros estados e até do exterior: vem aí a UPP para exportação.

ONDE JÁ TEM UPP

■ A primeira Unidade de Polícia Pacificadora, no Morro Santa Marta, foi inaugurada em 2008. A última, no Morro de São Carlos, começou a funcionar no mês passado.

Andaraí
Babilônia/Chapéu Mangueira
Batalha
Bom Retiro
Cidade de Deus
Copa/Folhet/Fogueirão
Escondido/Inho/Prazeres
Formiga
Macacos
Parque Paraisópolis/Cantagalo
Providência
Salgueiro
Santa Marta
São Carlos
São João/Matriz/Quilô
Taboas/Cabritos
Turano

sem danos COLATERAIS

Cresce uso de armas não letais pela PM. Ideia é evitar as balas perdidas. Nas UPPs, fuzis ficam trancados no arsenal

JOÃO CARLOS AZEVEDO
joao@odontoet.com.br



O que parecia restrito às telas de cinema em filmes de ficção aproxima-se da realidade: o Rio livre das armas de longo alcance. A aposta de uma nova era na Segurança Pública começa pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Armas, por lá, só mesmo a pistola no coldre dos

PMs e o kit não-letal. Os fuzis, as escopetas e metralhadoras ficam trancados no arsenal. É tempo de combater a violência nas ruas, mas sem os danos colaterais das balas perdidas.

A ideia do secretário José Mariano Beltrame é retirar de pouco em pouco todos os fuzis das ruas. No máximo deixá-los no quartel ou em viaturas específicas de patrulhamento em áreas de risco. E no mesmo ritmo que saem as armas longas, entram as não letais. Além das UPPs, as motos e Patacos da PM já estão equipadas com os kits, que podem ter de spray de pimenta e bastões até pistolas elétricas, carabinas com balas de borracha, gás lacrimogêneo e granadas de luz e som.

“Usar armas não letais não significa desarmar os policiais. Eles terão novas opções”, destaca Beltrame. E a certeza do sucesso faz a indústria apostar em novas tecnologias. A Condor tem munição com rastreador — ótimo para o controle do estoque — e prepara uma pistola com o mesmo impacto da arma convencional. Só que com uma diferença: o projétil é de borracha. Derriba o adversário, mas sem matar.

■ **EXÉRCITO** equipa suas tropas no Haiti com munição de borracha, gás de efeito moral e spray de pimenta. Um arsenal a serviço da paz

O número de registros de bala perdida reduziu no Rio de Janeiro de 193 casos, em 2009, para 139, no ano passado. A meta é zerar até a Copa



■ **BALARTEA** (ao lado) é uma das novidades do Batalhão de Choque. A granada é de gás lacrimogêneo, fica em movimento constante

AL PATRIMONIO DO VIDA DOS SEUS CIDADÃOS.

NÃO LETAL É CONDOR.

Disseção do filme dos Pracinhas: Rio de Janeiro, 02.08.2011
A Condor se orgulha em participar deste processo tão significativo na vida dos policiais: os olhos de polígrafo, o olhar de volta e segurança do policiamento, preservar a vida, garantir o respeito à cidadania e aos direitos humanos.

Em 1995, o sequestro bateu recorde no Rio: foram 715 reféns

Sequestro de Medina foi sinal de alerta na polícia. Repórter do DIA encontrou publicitário após cativo

INTELIGÊNCIA vence o crime

Antecipar o movimento dos criminosos é a meta dos agentes da Polícia Civil. Números do Instituto de Segurança Pública ajudam a planejar o policiamento nas ruas do Rio e capacitar novos policiais

ISP traz números da violência para melhorar o policiamento nas ruas

Agentes da DAS mantêm mais de 100 pessoas sob vigilância para evitar novos casos de sequestro

JOÃO ANTÔNIO BARROS
jbarro@odiario.com.br



A inteligência para salvar o Estado. Ao olhar a estatística ultrapassar a barreira dos 110 sequestros por ano, o governo se viu numa grande encruzilhada: de nada adiantavam os músculos e o dedo certo de seus policiais. Era preciso entender a mente do crime, entrar na cabeça de quem usava a psicologia do terror para apavorar as famílias das vítimas e anestesiar as ações da polícia. No olho do furacão nascia a Divisão Anti-Sequestro (DAS), com a ideia de revolucionar os métodos de investigação. Surgiam as interceptações telefônicas, mapas de riscos, rede de computadores, gerenciamento de crise... Tudo para fazer a polícia prender sem dar um tiro.

O sucesso veio nos anos seguintes. Uma a uma as quadrilhas, identificadas, foram presas e as vítimas libertadas sem pagar resgate. As leis endureceram e tornaram o crime he-

çundo. As ações de inteligência tinham um objetivo: transformar o sequestro num péssimo negócio para os criminosos. E foi alcançado. Vinte e um anos após o publicitário Roberto Medina ser levado para o cativo e 15 anos depois do rapto do filho do presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, o índice de sequestros no Rio é praticamente zero.

Para vencer a década do terror — como ficaram conhecidos os anos 90 —, a DAS investiu na formação do policial. Foram desde aulas de psicologia e gerenciamento de crise até de resgate de reféns e técnicas de combate. Cursos ministrados no Brasil, Estados Unidos e Israel. “O sequestro é um crime que exige muito da psicologia na investigação. A polícia trabalha durante a ação da quadrilha, que normalmente arrasta vítima e família para o cativo”, analisa o diretor da DAS, Cláudio Góis.

A onda de sequestro passou, mas o trabalho dos agentes continua. Eles monitoram mais de uma centena de pessoas — entre elas criminosos do passado. A meta agora é se antecipar. Coisa de polícia de Primeiro Mundo. Igual ao trabalho do Instituto de Segurança Pública (ISP). O universo de tecnologia chama a atenção do órgão criado em 1999 para ajudar o policiamento com dados exatos dos locais com maior incidência de crimes. São 43 pessoas interpretando o mundo de números da estatística, fornecendo detalhes para planejar o policiamento nas ruas e ajudando na capacitação dos novos policiais. “Deixamos de ser só estatística. Somos suporte de estratégia para a Secretaria de Segurança”, destaca Carlos Teixeira, diretor-presidente do ISP, ao falar da colaboração com dados para a invasão da polícia no Morro da Providência e no Complexo do Alemão.

“Somos suporte para a estratégia da Secretaria de Segurança”

Carlos Teixeira, presidente do ISP

do na capacitação dos novos policiais. “Deixamos de ser só estatística. Somos suporte de estratégia para a Secretaria de Segurança”, destaca Carlos Teixeira, diretor-presidente do ISP, ao falar da colaboração com dados para a invasão da polícia no Morro da Providência e no Complexo do Alemão.

11 mil pessoas ligaram para denunciar os assassinos do menino João Hélio

As ligações levaram à prisão cinco PMs envolvidos na Chacina da Baixada Fluminense



“A maioria não aparece para receber o dinheiro. Não tem interesse.

A nossa vantagem é a indignação. A população quer é a prisão do criminoso”

Zeca Borges, superintendente da Associação Rio Contra o Crime



ENCONTRA-SE

Ideia do Comando Militar do Leste, o Dique-Denúncia se transformou na grande arma da população para ajudar a polícia a combater o crime

JOÃO ANTÔNIO BORGES
jborbes@odinef.com.br



A luta contra o crime ao alcance das mãos. A primeira impressão era de que o Rio de Janeiro tinha retornado no tempo e visitado o Velho Oeste americano. Puro engano. Os cartazes com o rosto do bandido e o preço pela captura estampados no papel se mostraram uma das armas mais eficientes para desbançar os criminosos. E o Disque-Denúncia se transformou em preciosa ferramenta da população: em seus 15 anos de operação, ajudou a polícia com 1,565 milhão de informações — ou seja, um a cada 10 moradores ligou para o 2253-1177.

Inspirado no modelo americano e canadense de estimular a população a denunciar o criminoso, o segredo do sucesso do Disque-Denúncia no Rio vai além do valor pago pela delação. O anonimato é a grande virtude do programa, ideia do Comando Militar do Leste (CML) lançada durante a Operação Rio — desencadeada pelo Exército, em 1994, para ocupar as favelas e dar um basta na onda de violência na cidade.

A população não quer só dinheiro. “A prova é que quem denuncia não se interessa pelo dinheiro

é que a maioria nem aparece para pegar a recompensa. A população deseja é a prisão do criminoso”, revela Zeca Borges, superintendente da Associação Rio Contra o Crime, responsável por manter, com doações de empresários, o Disque-Denúncia.

R\$ 100 MIL POR BEIRA-MAR

Da herança militar restaram o número e a iniciativa. A onda de sequestro no Rio levou os empresários, em 1995, a injetar recursos e turbinar a campanha pela denúncia. Chegaram computadores, central telefônica, pessoal e dinheiro para a recompensa. Nunca mais os telefones pararam. O volume cresce a cada dia: em maio, o projeto bateu o recorde com 13.276 chamadas, superando a tomada do Complexo do Alemão, quando a população fez 12.683 ligações.

O tráfico está na dianteira das denúncias e o bandido-símbolo da invasão do narcotráfico no Rio é também o maior valor já ofertado pela prisão de um delinqüente: R\$ 100 mil, a quantia fixada pela cabeça de Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, em 2000. Borges revela que com as Unidades de Polícia Pacificadora o perfil das denúncias mudou. Agora, as ligações são sobre agiotagem, violência doméstica e delitos que antes eram impossíveis de ser delatados pelas comunidades.

R\$ 100 mil foi o valor da recompensa pela prisão de Fernandinho Beira-Mar

Nunca para a prisão do traficante Paulo César Silva dos Santos, o Linho, valia R\$ 40 mil



“O Disque-Denúncia é um projeto de mobilização popular, é fruto da sociedade civil organizada no combate ao crime”

Zeca Borges, superintendente da Associação Rio Contra o Crime



TANQUES DA PAZ

1.700 homens do Exército ocupam hoje as 20 favelas do Alemão

400 mil pessoas em 40 mil casas são atendidas pelas tropas no Alemão



Tanques e homens numa guerra pela paz. O apoio das Forças Armadas nas operações de pacificação de favelas do Rio era um anseio que saiu do plano das ideias e conquistou simpatia nas comunidades e no asfalto. “As Forças Armadas só sairão da área no momento em que for possível, ou seja, quando as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) estiverem mobilizadas”, informou o ministro da Defesa, Nelson Jobim em sua última revista às tropas que ocupam o complexo de favelas do Alemão, na Zona da Leopoldina.

É a primeira vez que tropas militares federais prestam apoio a operações da polícia do Rio no combate ao tráfico de drogas. Já são mais de cinco meses de ação conjunta. Ao pessoal dos quartéis, a maioria do Exército, cabe o patrulhamento, revista e prisão em flagrante de criminosos. A ação está prevista em acordo assinado em dezembro de 2010 estabelecendo as atribuições dos militares, o que driblou o impedimento constitucional de sua atuação.

Segundo informações do Ministério da Defesa, repassadas pela 9ª Brigada de Infantaria Motorizada, que comandou a Força de

Pacificação entre fevereiro e maio, “o apoio da população para a pacificação das favelas tem sido essencial para a motivação da tropa e o sucesso da operação”.

Os moradores das áreas pacificadas, antes amedrontados pelo tráfico, são, segundo a Defesa, os primeiros a ajudar as tropas com denúncias anônimas por meio do telefone 0800 021 7171, ou mesmo pessoalmente. De acordo com dados do “Disque Denúncia” e da Fundação Getúlio Vargas, a Força Pacificadora tem hoje 94% de aprovação pela população, que aponta a “liberdade de ir e vir” como um dos pontos que tiveram melhora significativa.

24
ODIA
 ESPECIAL 40 ANOS
 CONANGO, 05.08.2011
 WWW.OODIA.COM.BR

salvar vidas no ASFALTO

Operação Lei Seca virou referência no Brasil e no mundo no combate à mistura álcool-direção

CRISTINE GERK
 cristine.gerk@odiamet.com.br



Desde março de 2009, mais de 5.200 vidas foram salvas no Rio de Janeiro. Os heróis responsáveis por essa façanha são os 140 agentes da Operação Lei Seca, que atuam diariamente nos bairros da capital e municípios da

Região Metropolitana (Niterói, São Gonçalo e Maricá) e da Baixada Fluminense. Segundo o Ministério da Saúde, no ano passado o Rio conseguiu reduzir em 32% o número de vítimas fatais do trânsito — índice mais de cinco vezes maior do que a média brasileira, de 6,2%.

A ideia é conhecida: se beber, não dirija. Mas só com a Operação Lei Seca a população sentiu que a lei é para valer. O programa já virou referência no País e fora dele. Comitivas de cinco estados estiveram no Rio para conhecer a operação e estudar a implantação em seus territórios. Em 2009, a Organização Mundial de Saúde referendou o trabalho como modelo de programa a ser adotado no mundo todo.

“A iniciativa funciona porque tem caráter permanente, trabalha com a integração da secretaria de governo, do Detran e da PM”, elogia o major Marco Andrade, comandante da operação. “Desde abril, intensificamos ações de prevenção, com palestras em escolas, empresas e universidades. Pretendemos aumentar também o efetivo. Hoje, 25 mil veículos são fiscalizados por mês. Nenhum outro estado fiscaliza tanto”.

Segundo Fernando Moreira, presidente da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego no Rio, houve uma mudança na cultura fluminense: “Hoje o cidadão pensa duas vezes antes de misturar bebida e direção”.

458.612

testes com bafômetro foram realizados desde 2009; 4.352 condutores sofreram sanções administrativas e 1.601, criminais

No ano passado, o Rio reduziu em 32% o número de vítimas fatais

Hoje, 25 mil veículos são fiscalizados por mês

DESPOLUIÇÃO das águas do Rio

Lagoas e baías do estado ainda enfrentam problemas sérios, mas programas de despoluição fazem progressos importantes, inclusive no espelho d'água onde Tom Jobim dava braçadas

CENAS da Lagoa Limpa: detritos são retirados das águas mais rasas através de lanchas, enquanto dragagem cuida do assoreamento

JOÃO RICARDO GONÇALVES
jrgoncalves@folha.uol.br



Uma cidade e um estado que têm o Rio no próprio nome não podem ter águas sujas. Quem viu a Bossa Nova nascer, lembra que o maestro Tom Jobim, quando jovem, costumava nadar na Lagoa Rodrigo de Freitas. Nas décadas seguintes, lagoas e baías de várias partes do estado foram convertidas em espaços malcheirosos que dificilmente inspirariam alguém a dar um mergulho. Nos últimos anos, entretanto, programas de despoluição têm feito progressos importantes, inclusive no próprio espelho d'água da Zona Sul.

Parceria do Grupo EBX, de Eike Batista, com as secretarias estadual e municipal de Meio Ambiente e com a Cedae, o programa Lagoa Limpa nasceu em 2007. O projeto envolve ações como a limpeza do espelho d'água, obras de saneamento, um Centro de Controle Operacional de Esgoto e a filmagem da rede de águas pluviais. Os resultados já co-

meçam a aparecer. "Hoje, não cai mais esgoto 'in natura' na Lagoa", diz o Diretor de Sustentabilidade do Grupo EBX, Paulo Monteiro. Presidente do Inea, Marilene Ramos também relata mais oxigenação da água, menos coliformes fecais e menos mortalidade de peixes.

Quando se fala em tentativas de despoluição é difícil não lembrar do fracasso do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, concluído em 2006. Nos últimos anos, porém, foram retomadas iniciativas de limpeza da baía. A ligação de redes de esgoto de pontos da cidade com a Estação Alegria foi terminada e mais recursos devem chegar até as Olimpíadas. Mais avançada está a limpeza da Lagoa de Araruama, onde 60% dos 1000 litros de esgoto que são despejados lá por segundo são tratados. A situação mais dramática, hoje, é a da Lagoa de Jacarepaguá: a quantidade de lodo e outros materiais a serem retirados é tão grande que é preciso dar uma solução até para onde serão levados os caminhões com a sujeira.

47 mil m³ de sedimentos foram tirados da Lagoa em 4 anos. Em Araruama, 60% do esgoto é tratado

Mais de 1 bilhão de dólares foram investidos na despoluição da Baía de Guanabara, com resultados pióios

meçam a aparecer. "Hoje, não cai mais esgoto 'in natura' na Lagoa", diz o Diretor de Sustentabilidade do Grupo EBX, Paulo Monteiro. Presidente do Inea, Marilene Ramos também relata mais oxigenação da água, menos coliformes fecais e menos mortalidade de peixes. Quando se fala em tentativas de despoluição é difícil não lembrar do fracasso do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, concluído em 2006. Nos últimos anos, porém, foram retomadas iniciativas de limpeza da baía. A ligação de redes de esgoto de pontos da cidade com a Estação Alegria foi terminada e mais recursos devem chegar até as Olimpíadas. Mais avançada está a limpeza da Lagoa de Araruama, onde 60% dos 1000 litros de esgoto que são despejados lá por segundo são tratados. A situação mais dramática, hoje, é a da Lagoa de Jacarepaguá: a quantidade de lodo e outros materiais a serem retirados é tão grande que é preciso dar uma solução até para onde serão levados os caminhões com a sujeira.

SOUZA CRUZ. HÁ 108 ANOS CONTRIBUINDO PARA A SUSTENTABILIDADE DO PLANETA

A Souza Cruz conduz seus negócios de forma responsável também com o meio ambiente. E esta preocupação não se restringe apenas às Unidades da Empresa, mas é levada a toda sua cadeia produtiva, da lavoura ao ponto de venda. No campo, orienta cerca de 40 mil produtores rurais integrados sobre o correto manejo do solo e uso

SOUZA CRUZ

de agrotóxicos. Nos mais de 260 mil varejos que comercializam suas marcas, a Companhia promove, entre outras iniciativas, a conscientização ambiental através da reutilização e reciclagem de caixas de papelão. Com ações como estas, a Souza Cruz contribui para a sustentabilidade do planeta. E vai continuar sempre contribuindo, como faz há 108 anos.

Cariocas da gema e de coração contam como é conviver com seu maior tesouro natural, o Parque Nacional da Tijuca, que contrasta com o mar e com a cidade

vida na

FLORESTA

urbana

GESLÂNDIA GOVERNADOR
gblandia@odiamet.com.br



Morar na cidade que abriga a maior floresta urbana do mundo é um privilégio e tanto. E os cariocas — da gema e de coração — sabem bem disso. Com as desapropriações e o reflorestamento, iniciados há 150 anos, a Floresta da Tijuca passou por muitas transformações. Após a Proclamação da República, em 1889, sofreu com quase 50 anos de abandono. Somente em 1961 foi protegida pelo Governo Federal, que criou o Parque Nacional do Rio de Janeiro, depois alterado para Parque Nacional da Tijuca. Desde então, a floresta urbana tornou-se um dos recantos preferidos de moradores e turistas, que se deleitam com atrativos como a Cascatinha Thunay, a Capela Mayrink, o Mirante do Excelsior, o

Após a Proclamação da República, em 1889, a Floresta sofreu 50 anos de abandono

Açude da Solidão, a Gruta Paulo e Virgínia e o Lago das Fadas. A ideia é descansar da vida urbana em pleno coração da cidade.

“É incrível o Rio, além das belezas naturais, ter um acervo biológico dentro da cidade”, comenta o comerciante Pedro Teixeira, 48 anos. “A Floresta é, para mim, a junção de lazer, prazer e a satisfação de contemplar a natureza”, exalta o bibliotecário Alexandre Justino. O empresário português Tino Ribeiro, 50, há 25 anos no Rio, diz sentir-se um carioca em meio ao cenário da floresta. “Gosto de andar de bicicleta aqui e admirar essa exuberância. É nosso paraíso verde”, diz.

Já para o funcionário público Ivan Fernandes, 67, a floresta tem um significado especial. “Nasci aqui. Meu pai construiu uma casa na mata, onde vivo até hoje. Me considero um guardião desse lugar. É nosso tesouro natural e devemos preservá-lo”, declara.

Cada vez mais cariocas vêm adotando a bicicleta como meio de transporte: é uma das ideias mais solidárias dos dias de hoje. Bem para todos. Fundamental para o mundo

PEDALA, carioca!

BARLA RONDON PRADO
barla@senado.gov.br



Tudo começa com o lado lúdico: a bicicleta é um dos primeiros presentes de Natal. E termina com o futuro: ter a magrela como meio de transporte é tendência mundial. Sair de 'bike' por aí é uma das atitudes mais solidárias que o carioca pode tomar: é bom para ele, para o próximo e para o meio ambiente.

No Rio, nos últimos 15 anos, o uso da bicicleta aumentou cinco vezes: hoje, são mais de 500 mil viagens por dia na cidade. "Quanto mais pessoas andam, mais seguro é o trânsito", diz Zé Lobo, 50 anos, fundador e presidente da Associação Transporte Ativo. Por amor, como ele mesmo define, desde 2003 participa do projeto cicloviário do Rio e só se destaca sobre duas rodas. Ele colabora com o tema dando palestras, traduzindo cartilhas, fornecendo estrutura a eventos do esporte e colhendo dados. "Na Zona Oeste é onde mais se usa a bicicleta e 50% dos deslocamentos da cidade são lá."

Ainda estamos longe do ideal, mas vivemos um "boom" que reflete, além do aumento

do uso da bicicleta espontaneamente, o investimento em infraestrutura por parte da Prefeitura. São 200 km de malha cicloviária — a segunda maior da América Latina, só perdendo para Bogotá, Colômbia — e, até o fim do mandato, o prefeito Eduardo Paes prometeu chegar aos 300 km.

Partiu do secretário estadual de Transportes, Júlio Lopes, a ideia do livro 'Bicicleta: a Cara do Rio', coautoria de Zé Lobo e Cláudio Santos, presidente da Federação de Ciclismo do Estado do Rio de Janeiro (Fecierj), que mostra como o uso do veículo pode melhorar a vida dos grandes centros. Ciclista desde os 5 anos, Cláudio, de 44, é um dos nomes mais avulsos do esporte. Promove o ciclofarismo e o 'Dia sem Carro', que este ano será em 18 de setembro e ano passado reuniu 25 mil ciclistas. De 27 a 31 de julho, lidera o 2º Tour do Rio, que sai da Barra e vai até Angra dos Reis, reunindo equipes nacionais e de outros seis países.

"A bicicleta é necessária da infância à terceira idade", diz Cláudio. "E dez ciclistas ocupam o espaço de um carro", lembra. "Educação e conscientização ainda são pendências", analisa Zé. "Mas aderir ao ciclismo é uma grande ideia. É atitude interativa". Pedala!

caminho ECOLÓGICO

Pneus usados viram asfalto-borracha. Ideia reduz custos de manutenção das rodovias e ajuda a preservar a natureza

SELIANA SOUZA
seliana@senado.gov.br



Um novo modelo de pavimentação vem chamando a atenção de motoristas que trafegam pela via RJ-122: o asfalto-borracha. A novidade vem sendo aplicada pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER-RJ) e utiliza pneus usados como matéria-prima. O saldo desta iniciativa não está apenas na inovação tecnológica, mas também no ganho ambiental que a ideia oferece.

"As estradas têm um grau de desgaste, necessitando de verbas e tempos em tempos para obras de conservação e tapa-buracos. Isso não acontece com a nova técnica, que visa economia e sustentabilidade. A durabilidade está estimada em 20 anos. É 60% maior que o asfalto comum", destaca o Diretor de Obras do DER-RJ, Angelo Monteiro Pinto, um dos idealizadores do projeto.

Na RJ-122, que liga os municípios de Cachoeiras de Macacu a Guapimirim, foi erguida a 1ª Usina de Fabricação de Asfalto-Borracha. Lá, toneladas de pneus descartados em larga escala são triturados e transformados em pó de borracha. São 11 mil pneus re-

ciclados para cada quilômetro de asfalto.

"Achei interessante tanto pela questão ambiental como pela aderência proporcionada ao automóvel. E notei menor vibração no volante. Tive a impressão de estar passando sobre um tapete", elogia o fotógrafo César Soares, que trafegou pela pista da RJ-122. No segundo semestre, novas estradas vão receber o asfalto-borracha.

ASFALTO COLORIDO NA CIDADE

Outra tecnologia ecológica de pavimentação dará um colorido especial às ruas da cidade. Trata-se do asfalto enriquecido com pigmentos coloridos, que absorve menos calor, ajuda a diminuir as deformações causadas pelo tráfego e tem durabilidade maior, de dez anos, em média. Outra vantagem é que a aplicação é feita com temperatura abaixo de 140 graus, o que reduz as emissões de gases durante o processo.

A Estrada Dona Castorina, no Jardim Botânico, foi a primeira a receber o pavimento. Lá, o verde foi a cor escolhida para harmonizar com o ambiente de floresta. Segundo a Secretaria Municipal de Obras, o asfalto colorido será estendido a outros pontos da cidade nos próximos meses, incluindo ciclovias, parques e túneis. O branco deve ser a cor mais usada para auxiliar na iluminação das vias, com o reflexo da luz.



"Dez ciclistas ocupam o espaço de um carro"

Cláudio Santos, presidente da Federação de Ciclismo do Estado do Rio de Janeiro



5 razões para andar de bicicleta

MOBILIDADE URBANA

MELHORA A SAÚDE

COMBATE A OBESIDADE

PROTEGE O MEIO AMBIENTE

DESAFIO DO TRÂNSITO E ALÍVIO DO ESTRESSE

DE 'BIKE' POR AÍ

DIA ADIA: 11 mil entregas são feitas por dia, de bicicleta, só dentro de Copacabana.

gem no metrô, nem nas barcas. SuperVia vai aderir à integração.

DOBRÁVEL: A 'bike' dobrável, dentro da bolsa, pode ser carregada como bagagem e não paga passa-

gem no metrô, nem nas barcas. SuperVia vai aderir à integração.

SEGURANÇA: Roubos não são privilégio do Rio: na Flórida foram 1 milhão por ano. Use duas trancas de U e de corrente.

GUARDIÕES DA NATUREZA

PEDRO LANDIM
landim@odinet.com.br



São altas ondas, 'brother', mas elas podem destruir. E vêm causando prejuízos constantes em áreas como o Recreio, devido à urbanização feita sem critérios nos últimos anos, causa de erosões e desabamentos que derrubam calçadões e quiosques. O remédio vem de quem vive mais perto do mar e das areias, e faz do litoral estilo de vida e profissão. Daniel Gonçalves, 18 anos, é campeão estadual de surfe amador, acaba de se profissionalizar, mas há tempos faz um trabalho 'de formiguinha', que mobiliza surfistas locais: o replantio da vegetação nativa de restinga, parte litorânea e rica da Mata Atlântica que perde espaço nas praias das cidades grandes.

"Proteger a natureza é fundamental para o esporte que eu faço e também para a vida de todos no futuro. Vivemos num lugar muito bonito, vale a pena ser voluntário em projetos de preservação", ensina Daniel.

A preocupação da comunidade das ondas com a situação de áreas como as faixas de areia da Barra da Tijuca, Recreio, Grumari e

Replanteio de mata nativa nas praias: ideia genial para preservar a orla, um dos locais preferidos dos cariocas

Praíinha, começam a virar ação em 1999, num campeonato de surfe que inchava palestras ecológicas, coletas de lixo e replantio.

Abílio Fernandes, presidente da Federação de Surf do Rio (Feserj) e gestor do Parque Natural Municipal de Marapendí, foi um dos pais da ideia. Ele também criou o projeto Alunos Guardiões da Orla — extinto por falta de apoio —, que envolveu 2.400 alunos da rede municipal com o plantio de 20 mil mudas na orla.

"Há uma área de quiosques que já foi reconstruída oito vezes aqui no Recreio. Com o tempo, algumas casas e prédios da orla começam a ser ameaçados", afirma Abílio. "Onde há vegetação, não há erosão. E ao plantar vegetação nativa estamos interagindo de modo sustentável com a natureza", comenta, mostrando os estragos da última ressaca num trecho da praia sem vegetação.

Como explicaram Daniel e Abílio, há um ecossistema rico na restinga, incluindo flores raras e espécies animais como a preá, a coruja buraqueira, o gavião e a lagartixa-da-praia, que se alimenta de insetos e — legítima carioca — só vive no Rio de Janeiro.

IDEIA QUE MUDA VIDAS

Programa de Aceleração do Crescimento resgata dignidade de quem morava em áreas de risco, muda hábitos e revitaliza bairros

RICARDO ALBUQUERQUE
ricardo.albuquerque@odinet.com.br



Pela primeira vez na vida, a manicure Isis de Assis Ribeiro Gomes, 27 anos, sentiu orgulho do lugar onde mora. Há nove meses, ela e sua família ocupam um dos 352 apartamentos do Conjunto Habitacional Poesi, em Ramos, construído com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

"Agora pago água, luz e condomínio. No morro, além do risco de bala perdida, sentia vergonha do meu endereço na hora de abrir crediário ou procurar emprego. Hoje, tenho direitos e deveres como qualquer cidadão", desabafa ela, que perdeu a casa no Morro do Adeus, no Complexo do Alemão, durante as chuvas de abril de 2010.

O mesmo orgulho sente o zelador Pedro Miranda Brito, 48 anos. Ele e os amigos Severino Ramos, 36, e José Adriano Barbosa, 51, são unânimes em afirmar que as obras do PAC provocaram a maior mudança de hábito de suas vidas. Só no Complexo do Ale-

mão, mais de R\$ 721 milhões foram aplicados para construir 728 apartamentos, áreas de lazer, dois colégios, UPA, expansão do sistema de água e esgoto e pavimentação de ruas. O teleférico será inaugurado em julho.

INVESTIMENTO PESADO

Em Mangueiras, os investimentos do PAC somam R\$ 565,6 milhões. Foram entregues 896 apartamentos, colégios, parque aquático, complexo esportivo, UPA, biblioteca e centros de referência. Está prevista também a construção de 686 apartamentos no terreno da fábrica da CCPL. A nova linha férrea suspensa, na Rua Leopoldo Bulhões, vai dar mais fluidez ao trânsito e evitar alagamentos. Na Rocinha, a aplicação de R\$ 272 milhões já garantiu a construção dos complexos esportivo e de saúde, da passarela e a urbanização de ruas. No Pavão-Pavãozinho, foram investidos R\$ 45 milhões em obras de infraestrutura.

PORTO

de cara nova



A cidade do Rio passa pela terceira grande reforma urbanística de sua história. Depois de mudanças para receber a Família Real em 1808 e modificações idealizadas pelo prefeito Pereira Passos, na primeira década de 1900, a zona portuária e bairros próximos (Saúde, Gamboa e Santo Cristo) estarão completamente transformados até 2015. Orçado em R\$ 7,9 bilhões, o projeto Porto Maravilha é a ideia responsável por obras de infraestrutura, urbanização, construção de prédios empresariais e residenciais, resgate de marcos históricos e culturais da região e capacitação profissional de moradores da área. Tudo de olho no futuro e em eventos como as Olimpíadas de 2016.

“É o projeto mais emblemático da prefeitura. Após 30 anos de teoria, finalmente está saindo do papel”, afirma o secretário municipal de Urbanismo, Sérgio Dias.

A iniciativa, que abrange uma área de cinco milhões de metros quadrados entre as avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho, fará uma das portas de entrada da Cidade Maravilhosa ficar de cara nova. “São intervenções marcantes que vão mudar a região”, diz Alberto Silva, assessor especial da Presidência da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (Cdurp), que coordena o projeto, ressaltando que 3% dos recursos dos Certificados de Potencial Adicional Construtivo (Cepacs), lançados para levantar verbas, serão aplicados em valorização de patrimônio.

PRIMEIRA FASE EM PLENO VAPORE

A primeira fase — construção de novas redes de esgoto, água e drenagem nas avenidas Barão de Teffé e Venezuela, urbanização do Morro da Conceição e restauração dos Jardins do Valongo — já está em pleno vapor. São investimentos de R\$ 350 milhões, com previsão de terminar no fim de 2012.

A segunda etapa começa este ano, com a derrubada de 4 quilômetros da Perimetral e a adaptação da antiga Via Trilhos em avenida para absorver o trânsito da Rodrigues Alves. Até 2015, a região estará reurbanizada e com padrão de qualidade de serviços.

Investimentos de R\$ 7,9 bilhões promovem transformações urbanísticas na região portuária e resgatam marcos históricos

Depois de anos longe dos holofotes, região volta a despertar interesse de empresários. Obras de infraestrutura e melhoria da segurança trouxeram de volta empresas que buscam espaço para se instalar

CENTRO DOS INVESTIMENTOS

Após anos de abandono, o Centro do Rio — no eixo da Avenida Presidente Vargas e arredores — vive período de retomada econômica e valorização imobiliária. Empreendimentos corporativos e residenciais refletem o bom momento da região. Atraídas por obras de infraestrutura como a estação Cidade Nova do Metrô, melhoria na segurança pública e projetos como o Porto Maravilha, empresas buscam espaços para se instalar novamente nesta área. O aumento da produção de petróleo na Bacia de Campos também contribuiu para o ressurgimento econômico do Centro.

E para atendê-las, pelo menos cinco complexos de salas comerciais serão entregues até junho de 2012. "Muitas empresas foram para a Barra em busca de espaço. Agora, o Centro volta a atrair empresários. A Petrobras, por exemplo, está locando os espaços que cacoeira", explica o presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), Conde Caldas.

Com a procura, a valorização imobiliária também ocorreu. Segundo o presidente da Ademi, o metro quadrado de um sala custava, há sete anos, R\$ 2 mil, em média. Hoje, a mesma metragem varia de R\$ 8 mil a R\$ 10 mil, com tendência de alta. "Os espaços vão valorizar ainda mais com a Copa do Mundo e as Olimpíadas", avalia Caldas.

Segundo o secretário municipal de Urbanismo, Sérgio Dias, a revitalização faz parte da política da prefeitura de reforçar a centralidade do Rio, ideia levada à frente com planejamento urbano. "O Centro sempre foi a alma do Rio", lembra.

Os primeiros sinais de mudança apareceram com a instalação da BR Distribuidora na Cidade Nova. Em seguida, veio o Centro Empresarial SulAmérica, bem ao lado da sede da Prefeitura do Rio.

EM CONSTRUÇÃO

■ **Office Tower Centro.** O empreendimento fica na Avenida Presidente Vargas 1.001. Tem 13 andares e o prazo de entrega é julho de 2011. O Rio Office Tower, no mesmo endereço, tem previsão para junho de 2012.

■ **Virtus Corporate Office.** Fica na Presidente Vargas 955 e as obras deve terminar em julho de 2011.

■ **Marques dos Reis.** Localizado na Praça Pio X 54, o imóvel tem 12 andares e previsão de ficar pronto em setembro.

■ **Presidente Business.** O endereço é Presidente Vargas 2.555. Possui 17 andares e deve ficar pronto em dezembro.

ESPECIAL 60 ANOS
DOMINGO, 03 DE 2011

O DIA
www.o-dia.com.br

A FORÇA DO INTERIOR

Tendência é de crescimento com investimentos nas regiões fluminenses: Norte recebe R\$ 8 bilhões com Porto do Açu, e polo metalmeccânico do Sul desponta

MARCOS GALVÃO
mgalvao@odiario.com.br



Uma avalanche de investimentos está impulsionando o interior do Estado do Rio. A ideia é de crescimento. São João da Barra, no

Norte Fluminense, receberá o maior investimento em infraestrutura portuária da América Latina: o Porto do Açu, megaempreendimento da ILLX, empresa de logística do grupo EBX, do empresário Elke Batista, orçado em US\$ 5 bilhões (cerca de R\$ 7,89 bilhões). A construção já emprega 2 mil trabalhadores, e a previsão é de que sejam gerados 50 mil postos de trabalho. A estimativa é de atrair US\$ 40 bilhões (cerca de R\$ 63,12 bilhões) em investimentos na região, como uma usina termelétrica movida a gás natural, uma siderúrgica e até uma cidade para 50 mil pessoas.

"O investimento representa a total transformação do

Norte Fluminense", afirma Cristiano Prado, gerente de Infraestrutura e Novos Investimentos da Firjan.

O interior também começa o crescimento do polo metalmeccânico nas regiões do Médio Paraíba, Centro Sul Fluminense e Região Serrana. De acordo com a Firjan, a implantação da oficina de locomotivas da MRS Logística, em Paraíba do Sul, e da Lata-pack Ball, em Três Rios, injetará recursos de R\$ 200 milhões. Três Rios também receberá a terceira fábrica da Nestlé no Rio. O empreendimento, de R\$ 300 milhões, vai empregar mil pessoas.

Após as fortes chuvas que devastaram a Região Serrana, as indústrias locais já mostram sinais de recuperação. Segundo Cezar Vasquez, diretor superintendente do Sebrae/RJ, em abril, a indústria de confecção de Friburgo voltou a contratar. Já Petrópolis e Teresópolis investem cada vez mais no turismo histórico e gastronômico.

FOTOS: IMPLANTAÇÃO ILLX

A HORA DO PROGRESSO

Obras como o Comperj e o Arco Rodoviário geram empregos e desenvolvimento na Região Metropolitana

MARCOS GALVÃO
mgalvao@odiario.com.br

A Região Metropolitana do Rio respira ares de progresso. A ideia é investir. Iniciativas em andamento, como o Complexo Petroquímico de Itaboraí (Comperj) e o Arco Rodoviário, prometem levar desenvolvimento econômico a municípios da Baixada Fluminense e do entorno do polo petroquímico, como Niterói e São Gonçalo. "As duas iniciativas vão gerar serviço e empregos em toda a região", explica Cristiano Prado, gerente de Infraestrutura e Novos Investimentos da Firjan.

Numa área de 45 km², extensão superior a muitos municípios do Estado do Rio, o Comperj é a maior obra em andamento no País. O investimento é de US\$ 8,38 bilhões (cerca de R\$ 13,2 bilhões) e marca a retomada da Petrobras no setor petroquímico.

Na Baixada, o aporte de investimento também é grande. Estão previstos cerca de R\$ 6,2 bilhões em recursos públicos e privados no próximo biênio. A perspectiva é que sejam gerados nada menos que 800 mil empregos na região. O Arco Rodoviário, que ligará o Porto de Itaguaí até o Complexo Petroquímico de Itaboraí (Comperj), está orçado em R\$ 797 milhões e vai interligar cinco rodovias. Já o Porto Sudeste e o terminal de submarinos da Marinha, ambos em Itaguaí, são iniciativas privadas, com investimento total de quase R\$ 17 bilhões.

Em Quelimados, o município comemora a revitalização do Distrito Industrial, que em menos de dois anos recebeu 31 novas empresas, como a multinacional Procter & Gamble. Para o auxiliar de produção Felipe Freitas, a notícia não poderia ser melhor. Morador de Quelimados, ele gastava mais de duas horas de condução para chegar ao emprego anterior, na Barra. "Agora, levo 20 minutos. Sem contar o salário, que é bem melhor", diz.

RIO capital do petróleo

ESPECIAL 60 ANOS
DO SENADO FEDERAL
ODIA
www.odia.com.br

Desenvolvimento energético: a grande companhia 'O Petróleo é Nosso', a ideia é reforçar a importância do Rio no cenário mundial; o pré-sal e o Comperj também são nossos

LUCIENE BRAGA
lbraga@odiainet.com.br

Há 60 anos, o Brasil ousou contrariar um estudo norte-americano que tirava esperanças de haver petróleo em terras e águas nacionais. Hoje, não há dúvida de que estamos certos e de que o ouro negro brasileiro é fluminense: o Rio detém 80% da produção nacional de petróleo, alçou a Petrobras à condição de referência mundial em tecnologia de produção em águas profundas e é base da desafiante tarefa de produzir abaixo da camada de sal, a 7 mil metros de profundidade e a 300 quilômetros da costa. O pré-sal, gigantesca acumulação de óleo com 800 quilômetros de extensão do Espírito Santo a Santa Catarina, tem o Rio no centro do mapa de interesse mundial.

Atualmente, os campos maduros contêm 14 bilhões de barris. Só as áreas licitadas do pré-sal concentram outros 16 bilhões. Petroleiras que atuam no Brasil têm compromisso com a Agência Nacional de Petróleo (ANP) de perfurar 161 poços ao longo do

ano, sendo que a Petrobras prevê a perfuração de 162 poços, informa o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). "Os cinco maiores campos do Brasil estão no litoral do Rio: Roncador, Marlim Sul, Marlim, Marlim Leste e Barracuda. Juntos, foram responsáveis por 49% da produção nacional. É uma das explicações para o estado ser a capital do petróleo", explica Márcio Serrão, diretor do Departamento de Recursos Minerais do Rio.

Em Itaboraí será instalado o Complexo Petroquímico do Estado do Rio (Comperj), que entrará em operação a partir de 2013, com conclusão em 2016 ou 2017. O projeto vai atrair R\$ 20 bilhões em investimentos. O empreendimento é parceria da Petrobras com a Braskem, do grupo Odebrecht, e terá duas unidades de refino para produzir 165 mil barris diários de diesel, gasolina, querosene de aviação e gás liquefeito de petróleo, além de uma central petroquímica.

Os dois grandes projetos se unem em iniciativa inovadora: a Petrobras usará o gás natural do pré-sal — e não só o petróleo pesado ou nafta como se previa no início — como matéria-prima para fabricar petroquímicos no Comperj. A ideia reduz em até 30% o custo do projeto e as emissões de gás carbônico. "Como o pré-sal está se tornando realidade, vamos usar o gás para a fabricação do eteno", diz o diretor de Abastecimento da companhia, Paulo Roberto Costa. O gás virá dos poços Lula (ex-Tupi), Guard ou Itacema transportado por 250 quilômetros de dutos submarinos ou em navios, liquefeito em alto-mar e regaseificado em terminais próximos ao Comperj.

POR DENTRO DO SETOR PETROLÍFERO

■ O pré-sal é uma grande bacia petrolífera, mas ainda não se sabe exatamente se é um conjunto de enormes campos independentes, mas próximos, ou um único campo gigantesco. Segundo o professor da Universidade Católica de Brasília Marcos Brandão, avalia-se que haja entre 70 e 100 bilhões de barris (um barril tem 158,9 litros) na grande área.

■ Reservas brasileiras atuais somam 14 bilhões de barris. Geólogos mais otimistas falam em até 200 bilhões ou 300 bilhões no pré-sal, se o campo for único ou maior que a área já mapeada.

■ A Federação das Indústrias do Rio (Firjan) aponta que os investimentos no setor petrolífero vão atingir R\$ 181 bilhões no período 2011-2013.

■ Um dos maiores projetos da Petrobras, o Comperj de Itaboraí aumenta a competitividade da indústria petroquímica nacional e tem impacto em 11 municípios, com ganho econômico e empregabilidade.

EMPREENDEDORISMO QUE TRAZ CIDADANIA

Vocação da população para trabalho por conta própria posiciona o estado entre os que mais legalizam pequenos negócios individuais. Sebrae/RJ vai mapear comunidades para oferecer serviços direcionados

LEILA SOUZA LIMA
lsouzalima@odiainet.com.br

De aproximadamente 1,1 milhão de brasileiros que entram para a economia formal por meio do programa do governo federal Empreendedor Individual, mais de 150 mil são do Rio de Janeiro. Essa alta taxa de participação se deve a um traço marcante de quem vive aqui: dom para o empreendedorismo. "Enquanto em São Paulo as pessoas perdem o emprego e vão em busca de outro, no Rio boa parte resolve partir para iniciativa própria", compara Cezar Vasquez, diretor-superintendente do Sebrae/RJ, uma das portas de acesso à formalização. A instituição fará pesquisa em comunidades para traçar os perfis empreendedores e oferecer serviços adequados a cada realidade.

O trabalho será feito em parceria com o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade e vai mapear regiões com Unidades de Polícia Pacificadora. A ideia chegará a sete áreas: Formiga, Borel, Salgueiro, Turano, Macuco, Andaraí/Flor da Mina, São João/Matriz/Quieto. "Há um mês, fizemos prévia no Morro da Formiga e na Ladeira dos Tabajaras: empreendedores, em geral, têm mais de 24 anos, aproximadamente 50% são donos de negócios com mais de cinco anos, vivem nas comunidades e já passaram pelo mercado de trabalho", detalha Vasquez.

Jorge Eduardo Ribeiro, 33 anos, é exemplo próximo desse perfil. Após deixar o emprego, abriu um pet com sua mulher, Carolina Alves, 32, perto da Rocinha, onde vivem. "Procurou o Sebrae quando o programa foi lançado. Eu queria vender remédios e rações importadas. E só com a legalização seria possível", conta Ribeiro.

Para a esteticista Adriana de Faria Xavier, a formalização também deu frutos: "Depois que passei a ser empreendedora individual, montei um site (www.adrianaestetica.com.br) e posso fazer anúncios. Tornar-se formal é vantagem para o futuro".

Alinhado às comunidades

■ O Sebrae/RJ vai padronizar linhas de ações que atendam às necessidades de cada região alcançada pelo programa. A ideia é observar características como grau de instrução, atividades predominantes e outras. Dos mais de 150 mil formalizados no Estado do Rio, pelo menos 15% estão nos cadastros do Sebrae/RJ, porque acessaram a instituição em alguma fase do processo de legalização empresarial.

Mas um dos problemas identificados é o alta taxa de inadimplência no recolhimento das contribuições legais. É um percentual alto (58,5%), se comparado à média apurada em todo o País — 45%. "É preciso entender que, para dar certo, é necessário cumprir com as obrigações", alerta Cezar Vasquez.

CASA PRÓPRIA AO ALCANCE DE TODOS

ESPECIAL 89 ANOS
DOMINGO, 01 DE 2011
www.odia.com.br

Programa de habitação popular do governo federal torna realidade a compra do primeiro imóvel para milhares de trabalhadores de todas as faixas de idade

CRISTIANE CAMPOS
cristiane.campos@odiamet.com.br

O projeto de alcançar o sonho da casa própria já é realidade para milhares de famílias em todo o País. O programa habitacional 'Minha Casa, Minha Vida', criado pelo Governo Lula, tirou do papel o maior desejo dos brasileiros: ter um teto para chamar de seu. O melhor é que a ideia contempla trabalhadores jovens, quarentões e até a Melhor Idade.

O Brasil parece um canteiro de obras gigante. No Rio, bairros como Campo Grande, Bangú, Jacarepaguá, Cordovil, Benfica e Pedra de Guaratiba contam com empreendimentos do 'Minha Casa, Minha Vida', sendo construídos para famílias de renda entre R\$ 1.395 e R\$ 4.900. Desde o início do

ano, o teto do valor para compra dos imóveis subiu de R\$ 130 mil para R\$ 170 mil nas regiões metropolitanas.

Segundo o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda, o programa visa a preencher a carência de moradias, além de atender realmente a quem precisa, com concessão de subsídios que chegam a R\$ 23 mil para famílias com renda de até R\$ 2.790.

"É sem dúvida o programa habitacional mais coerente que o País já teve porque reconhece a capacidade do brasileiro de ter acesso à moradia", afirma Hereda.

Um dos milhares de brasileiros beneficiados com o programa, o pedreiro Osman Rodrigues da Silva, 53 anos, conseguiu comprar um apartamento da construtora Celta, com direito ao subsídio.

PARCERIA DE GOVERNO PÕE FIM A ANOS DE ESTAGNAÇÃO

Ideia que se concretizou: união político-administrativa entre União, estado e município possibilitou ao Rio sair da última para a primeira colocação em recursos federais. Defesa dos royalties foi prioridade

AURÉLIO GOMES
aurelio.gomes@odiamet.com.br



Em 2007, quando Sérgio Cabral assumiu pela primeira vez o governo do Estado, o Rio de Janeiro recebeu R\$ 436 milhões de transferência voluntária da União. Um ano antes, ainda no governo Rosinha Garotinho, a quantia tinha sido de R\$ 188 milhões.

Porém, já em 2008 esse valor subiu para R\$ 687 milhões; no ano seguinte, R\$ 1,109 bilhão; e atingiu R\$ 1,169 bilhão no ano passado. O crescimento no volume de transferências voluntárias de recursos da União para o Estado confirma a boa relação criada

entre as duas esferas de Poder.

"No segundo turno da campanha eleitoral de 2006, eu e o presidente Lula decidimos construir uma parceria para que o Rio de Janeiro saísse do isolamento político e da estagnação econômica em que se encontrava há anos", revela o governador.

Segundo ele, a eleição de Eduardo Paes para a Prefeitura do Rio, em 2008, fortaleceu ainda mais essa ideia de parceria. "Com isso, o nosso estado saiu do penúltimo lugar em obtenção de recursos federais para o primeiro. É esse mesmo alinhamento que continua com o governo de Dilma Rousseff", acrescenta Sérgio Cabral.

Cientista político do departamento de Sociologia da PUC-Rio, Ricardo Ismael lem-

bra que, em 2006, havia o interesse político de Lula ter uma presença mais forte no Rio de Janeiro, para neutralizar as vitórias de José Serra, em São Paulo, e Aécio Neves, em Minas Gerais.

Segundo o professor, como o estado é dependente dos recursos federais, a formação da parceria também era interessante para Sérgio Cabral, que havia acabado de vencer a eleição. "Apesar dos interesses políticos, a parceria deu certo e trouxe dividendos para o Rio", confirma Ismael.

Prefeito do Rio, Eduardo Paes diz que a parceria foi possível porque tanto ele quanto Cabral têm o Rio como prioridade.

EM DEFESA DOS ROYALTIES DE PETRÓLEO

■ A força da parceria entre a União e o Estado também surgiu, no final do ano passado, quando o presidente Lula vetou a emenda Ibsen Pinheiro, aprovada pelo Congresso Nacional, que retiraria do Rio cerca de R\$ 7,32 bilhões de recursos dos royalties de petróleo. Para denunciar o 'roubation', Cabral e Paes colocaram 150 mil pessoas protestando na Cinelândia, em março do ano passado.

Coordenador do movimento Frente Pró Rio, o empresário Francis Bogossian destaca que, ao deixar de ser capital federal, o Rio foi abandonado pela União. "A aproximação entre Lula e Cabral mudou a cara do Rio. O desenvolvimento voltou", diz Bogossian.

A partir de 2007, o governo federal investiu no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com obras no Alemão, em Manguinhos, Rocinha e Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, além da construção do Arco Metropolitano e de outros grandes investimentos.

A parceria entre as três esferas de governo teve seu momento mais simbólico em outubro de 2009, em Copenhague, na Dinamarca, quando a cidade do Rio foi escolhida para sediar as Olimpíadas. Lá estavam Paes, Cabral e Lula, além de Carlos Arthur Nuzman, presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), e o ministro dos Esportes, Orlando Silva. "Vamos deixar um legado para a cidade", declarou Cabral.

Novo conceito: municípios se unem para acelerar desenvolvimento, reivindicar apoio e criar projetos. A ideia já deu resultados nas áreas de cultura e saúde

União faz a força na BAIXADA

NELVO LESSA
Nessa@odinef.com.br



A união foi a estratégia encontrada pelas 13 prefeituras da Baixada Fluminense para a conquista de investimentos e melhorias comuns aos cerca de 3,7 milhões de moradores

da região. Na área de Saúde, por exemplo, os prefeitos formaram um bloco para buscar recursos federais, a fim de ter-

minar as obras do Hospital de Queimados e reduzir a carência de leitos para internação. Enquanto a verba está em negociação, ações integradas são criadas para melhorar o atendimento, através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense (Cisbaf), um sistema de regulação do atendimento hospitalar. Na área cultural, secretários se uniram para desenvolver projetos. Criaram o Fórum de Secretários da Baixada, de incentivo à Cultura.

Prefeitos conseguiram a aprovação dos três projetos no Ministério da Saúde: conclusão das obras do Hospital

• **HISTORIADOR** Marcus Monteiro com peças que serão do acervo do Museu da Baixada

Regional de Queimados, ampliação e equipagem dos três hospitais regionais (Posse, Saracuruna e Moacyr do Carmo) e incremento das UPAs.

Prefeito de Belford Roxo e presidente do Cisbaf, Alcides Rolim esclarece que uma meta é suprir a carência na região de unidades de emergência, além de reforçar a atenção básica, com mais hospitais de referência. O prefeito de Queimados, Max Lemos, ressalta a união: "É a primeira vez que municípios se juntam".

Já Sheila Gama, de Nova Iguaçu, destaca a reestruturação dos hospitais e a criação de unidades regionais para desafogar o Hospital da Posse, unidade referência. Tarciso Pessoa, de Paracambi, chama a atenção para a necessidade de mudanças na região. "O País cresce e temos que acompanhar", justifica. Para o prefeito de Japeri,IVALDO DOS SANTOS, o Timor, a união deve atrair empresas e gerar empregos.

INCREMENTO À CULTURA

Um dos principais projetos do Fórum de Secretários para incrementar a cultura é a criação de um espaço multicultural. "A região não tem teatros, museus ou bibliotecas federais e estaduais. É importante, então, investirmos em ações comuns. Planejamos um espaço multicultural em São João de Meriti, devido à facilidade de acesso", contou o secretário de Cultura de Nilópolis, Augusto Vargas, presidente interino do grupo.

Na última reunião, participaram os secretários Gutemberg Cardoso, de Caxias, Márcia Braga, de Mesquita, e Sílvia Regina de Andrade, de Nova Iguaçu. Vargas destaca as iniciativas individuais, como o Museu da Baixada, que será erguido em Nilópolis.

13 municípios

Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

População

3.652.147 habitantes

Área

2.798.007 km²

Densidade demográfica

1.304,13 hab./km²

Região

Metropolitana



Elas não tiveram medo de superar o novo e contribuíram para importantes mudanças no serviço público. E, pelo reconhecimento de um trabalho diferenciado, ainda têm os seus talentos premiados pelos gestores mas uma ideia que tem mudado o funcionalismo como um todo.

Há 28 anos no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), a chefe da Seção de Atendimento em Niterói, Maria Lúcia Gonçalves David, 58 anos, se orgulha de ter participado do Programa de Melhor Atendimento — instituído em 1999 e responsável pela recuperação e informatização das agências — e da Central de Atendimento 135 — criada em 2007, que acabou com as filas nos postos. "Foram os principais momentos da minha carreira. E as principais mudanças para os segurados. O fim das filas foi uma conquista", conta Maria Lúcia.

Ela explica que, atualmente, a Escola da Previdência capacita os servidores à distância. "O resultado dessa qualificação aparece quando batemos as nossas metas. E quando elas são superadas ainda ganhamos gratificações", diz a servidora.

O recebimento de bônus por mérito também é novidade para os servidores da Prefeitura do Rio. Segundo o secretário-chefe da Casa Civil, Pedro Paulo Carvalho Teixeira, o plano estimula as classes e melhora os serviços municipais.

Diretora do Ciep Lindolpho Collor, em Rio das Pedras, Zona Oeste do Rio, há 19 anos, Heloísa Maria Moreira Teixeira, 59, colhe os frutos pela 1ª colocação no 7º ano das Escolas do Amanhã — projeto de aten-

dimento especial às escolas localizadas em área de risco: "Temos mais recursos para oferecer mais oportunidades para as nossas crianças. Podemos, desde então, mostrar novos caminhos. Fazer parte da Escola do Amanhã foi um presente para alunos e professores."



O resultado dessa qualificação aparece quando batemos as nossas metas Maria Lúcia Gonçalves, do INSS



MOBILIDADE URBANA: UMA VIAGEM PARA O FUTURO

Projetos postos em prática e outros em andamento revolucionam o sistema de transporte público do Rio, de olho na Copa de 2014 e nas Olimpíadas de 2016

Importante para o sucesso dos grandes eventos que o Rio vai sediar, um dos destaques é a construção de vias expressas que permitirão a circulação de ônibus biarticulados

Corredores rápidos de ônibus vão reduzir tempo de viagem e prometem revolucionar o sistema público de transporte na cidade

MAHOMED SAREG
msareg@codfane.com.br



Corredores exclusivos para ônibus, Bilhete Único, integração entre modais e construção de vias expressas que permitirão a operação de ônibus biarticulados. Esses são apenas alguns dos projetos que apostam na ideia de revolucionar o sistema de transporte no Rio de Janeiro. Essas iniciativas têm influenciado de maneira direta na qualidade de vida da população. No que diz respeito à Mobilidade Urbana nos grandes centros, em especial na capital, os resultados já começaram a ser notados. É o caso do BRS (Bus Rapid Service, na sigla em inglês).

Implantado no início do ano em Copacabana, este corredor exclusivo para ônibus mudou a realidade do trânsito na região. Seus reflexos foram imediatos e provocaram importante redução no tempo de deslocamento no bairro. Aprovada por motoristas e passageiros, a novidade chegará a seis ruas de Ipanema, Leblon e Méier até dezembro.

Outra importante conquista da população foi a criação do Bilhete Único — municipal e intermunicipal. Antigo sonho dos usuários do serviço de transporte público no estado, o benefício representa uma grande economia no fim do mês. Com o BU Intermunicipal, lançado em fevereiro de 2010, é possível fazer até duas viagens — desde que um delas seja num trecho intermunicipal — por apenas R\$ 4,40. O serviço inclui integração com ônibus, trem, metrô, barcas e vans.

O Bilhete Único Carioca (BUC), que entrou em funcionamento em outubro de 2010, também permite a realização de duas viagens com economia: R\$ 3,70. Desde mês passado, passageiros podem usar o cartão nos trens da SuperVia. Com isso, milhares de moradores de cidades da Baixada Fluminense que trabalham na capital também desfrutam dessa facilidade. O próximo passo será a incorporação do metrô e das barcas a este sistema.

Todos esses fatores contribuem para a mudança que o Rio experimenta hoje, e que faz parte do processo de preparação para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Fundamental para o sucesso desses grandes eventos, também merece destaque a construção de novas vias expressas que permitirão a circulação de ônibus biarticulados. Uma das mais aguardadas é a Transolímpica, que ligará o Recreio a Deodoro. Com 26 km de extensão, vai unir Transoeste (Santa Cruz—Barra) e Transcarioca (Barra—Penha), além de chegar à Avenida Brasil e à rede ferroviária.

Para completar essa seleção de programas de Mobilidade Urbana que promete colocar o sistema de transporte do Rio nos trilhos, destaque para a compra de novos trens para o metrô, assim como para a reforma e a construção de novas estações da SuperVia. Com essas iniciativas, o Rio finalmente arrancou para o futuro. E, graças a essas medidas, já podemos sonhar com mais Mobilidade Urbana nos próximos 60 anos.

1 MILHÃO

Total de pessoas que deverão ser beneficiadas no Rio com a implantação dos quatro corredores de ônibus

130 KM

Extensão de vias exclusivas de BRT que estarão em funcionamento até 2016. Isso equivale a duas vezes o percurso da Avenida Brasil

580

Quantidade de ônibus articulados, refrigerados, semelhantes a vagões de metrô, vão servir à população nos corredores de BRTs

CHRISTINA NASCIMENTO
christina.nascimento@codfane.com.br



Treze anos após a última grande obra viária do Rio — a Linha Amarela —, a cidade volta a expandir. Só que agora em ritmo acelerado. O berço dos Jogos Olímpicos de 2016 redesenha suas ruas e avenidas para receber corredores exclusivos para ônibus, os BRTs. À medida em que as obras para o trânsito avançam, os bairros cortados pelas vias expressas ganham novo visual, resultado de projetos de reurbanização.

A construção dos quatro corredores — Transoeste (Barra da Tijuca—Santa Cruz), Transcarioca (Barra da Tijuca—Galeão), Transbrasil (Avenida Brasil) e Transolímpica (Barra da Tijuca—

Deodoro) — irá aumentar de 15% para 50% a quantidade de pessoas que usam transporte público rápido no Rio. Uma ideia que os cariocas aplaudem.

Melhorias que já refletem no setor de venda e aluguel de imóveis. A região que vai receber a Transoeste, por exemplo, tem previsão de crescimento, segundo a Associação de Dirigentes do Mercado Imobiliário (Ademi-RJ), de 30% por ano em lançamento de unidades habitacionais. "Tínhamos uma rejeição na Zona Oeste por causa do transporte. O corredor na região já impacta no aumento da procura", revela o vice-presidente da Ademi, Cláudio Hermolin.

FERNANDA FERREIRA
fernanda.ferreira@rednet.com.br



Quem te viu, quem te vê. Não faz muito tempo, quem gostava de brincar Carnaval foca nos salões e dos desfiles oficiais tinha que procurar ruas de cidades do Nordeste ou da Região dos Lagos. O Cordão da Bola Preta, que arrastou 2 milhões de foliões em seu último desfile, chegou a zanhar uma longa decadência. Seu presidente, Pedro Ernesto Araújo Marinho, lembra que, no início dos anos 90, o bloco mal conseguia reunir 500 pessoas em torno de sua bandeirola.

Mas, já naquela época, a folia espontânea, gratuita e irreverente renasceu na Zona Sul do Rio. Em 1985, vestidos de amarelo e lilás — cores de um compridão contra a ressaca —, um grupo lançou o grito que se tornaria clássico: “Alô, burguesia de Ipanema!”. Daí em diante, o Rio aprendeu que, no Carnaval, Simpatia é Quase Amor. No mesmo ano, o Bloco do Barbas ocupou Botafogo e o carioca começou a perceber que havia muita animação fora do Sambódromo. Presidente da Sebastiana — associação que reúne agremiações da Zona Sul —, Rita Fer-

naudes conta que o sucesso dos pioneiros gerou em muita gente o sonho do bloco próprio — e tome Carneitas, Sovaco do Cristo, Escravos da Mãe, Imprensa Que Eu Gamo. Em 2011, 150 blocos foram autorizados a desfilar na cidade. Os foliões também se multiplicaram: em 1999, 15 mil seguiram o Simpatia; este ano, 150 mil.

Tanta gente nas ruas e tanta urina pelos cantos geraram o que Antônio Pedro Figueira de Mello, presidente da Riotur, chama de “doce problema”: conciliar a alegria de 5 milhões de pessoas com a vida da cidade. Uma tarefa que não é simples, mas que deu bons resultados em março passado. No fim das contas, mais e mais pessoas resolveram ficar por aqui no Carnaval. A festa das ruas virou atração turística. Uma folia democrática, sem cordões ou abadás. A ideia é simples: as praças cariocas são do povo.

“Em nenhum outro lugar existe uma festa que reúna tanta gente por tanto tempo”

Rita Fernandes

2 milhões

Número de foliões que, em 2011, ocuparam as ruas do Centro no sábado de Carnaval para participar do desfile do Cordão da Bola Preta, maior bloco do mundo

5 milhões

Nunca antes na história o Carnaval reuniu tanta gente como na última edição da festa. A Riotur exigiu inscrições de blocos e distribuiu os desfiles na Zona Sul

CAPITAL DO BATUQUE



Desde que o samba é samba é assim: ele não é o mesmo sem o Rio, e o Rio não vive sem ele. Dizem até que nasceu na Bahia, mas... deixa falar! Foi aqui que criou mar, ganhou fama e viveu o ritmo da cidade e do Brasil.

Da Praça Onze, se expandiu e tornou-se o maior símbolo de nosso País. “O turista já chega ao Rio sambando, o samba é o nosso color harmoniano, o que nos faz ser a Ilha da Fantasia”, compara em prosa, com a mesma perfeição de seus versos, o sambista Moacyr Luz.

Sempre sem hora para acabar, no boteco, no palco ou na passarela, a ideia é que no Rio o samba não é só gênero musical: é fator de identidade e integração social. Nasceu secreteado e já teve seus altos e bai-

ros, mas nunca deixou de ser grande. “Aqui ele tem sotaque próprio e se renova o tempo todo. Novos nomes surgem sem parar”, atesta a cantora Teresa Cristina, cria do subúrbio consagrada na noite da Lapa.

Lapa hoje que concentra a maior quantidade de casas de samba a reunir cariocas do Rio, do Brasil e do mundo. Democráticos e Rio Secularium são só dois exemplos nas redondezas. Fora de lá, há o Samba do Trabalhador, o Trapiche Gamboa, as rodas nas escolas de samba... para citar poucos exemplos.

Mais de primeira do que nunca, o samba, tão amado pelos cariocas, já mais vai çambar.

samba de primeira e PROFISSIONAL

Carnaval do Rio cresce e fica ainda mais espetacular graças a ideias como a transformação das escolas em grandes empresas, a criação da Cidade do Samba, a maior organização dos ensaios técnicos e a ampliação do Sambódromo

HUMBERTO TAVOLAS
htavolas@rednet.com.br



O desfile das escolas de samba do Rio nunca recebeu tanto o título de “Maior Espetáculo da Terra”. O motivo de tamanho sucesso é o incrível profissionalismo que transformou a festa do Carnaval carioca nos últimos anos.

As agremiações viraram empresas, surgiu a Cidade do Samba, os ensaios técnicos cresceram, e o Sambódromo será ampliado.

“O Carnaval mudou. As escolas passaram a ter mais estrutura para trabalhar e mostrar seu Carnaval”, afirma Jorge Castanheira, pre-

sidente da Liga Independente das Escolas de Samba. Neginho da Beija-Flor, intérprete da Azul e Branca de Nilópolis há 36 anos, assina embaixo: “Sou do tempo em que as escolas começavam a desfilar à noite e só terminavam na tarde do dia seguinte. Não tinha contagem de tempo, todo mundo atrasava”.

Prova dessa organização, a Cidade do Samba, criada em 2005, é um marco para os sambistas. Ela permite que os carnavalescos desenvolvam seus trabalhos num ambiente espaçoso, mais adequado. “Ajudou a mudar a performance das escolas”, diz Castanheira.

Outro fator positivo foi a “explosão” dos ensaios técnicos. Além de permitir que as escolas se preparem, tornaram-se programa obrigatório (e gratuito!) no pré-Carnaval do carioca. “É quando a gente se prepara. Está superorganizado”, compara Neginho.

Ano que vem, o Sambódromo terá 15 mil novos lugares. No total, 75 mil pessoas assistirão aos desfiles na Sapucaí. Isso será possível graças à construção de novas arquibancadas e à demolição do Setor 2.

O sucesso é tanto que a batucada atravessou fronteiras. Este ano, pela segunda vez, houve desfile na Argentina (Carnaval do Rio em San Luis), que reuniu 50 mil pessoas.

CIDADE DOS RITMOS

KARLLE VIOLA
karlleviola@oi.com.br

Se nos anos 90 o funk carioca ocupou barreiras ao sair das favelas e conquistar a classe média e a alta, nos anos 2000 ele foi além: conquistou o planeta.

O DJ americano Diplo, que sampleou a funkeira Deize Tigrona, foi um dos que contribuíram para divulgar o gênero mundo afora. Ele também dirigiu, com o brasileiro Leandro HBL, o documentário 'Favela on Blast' (2008), que mostra bailes no Rio. A ideia é deixar o exotismo para trás e ser ouvido e tocado em todo o mundo. "O funk teve um 'boom' na Europa em 2006, mas agora está renascendo", observa a cineasta brasileira Sabrina Fidalgo, que vive em Berlim, na Alemanha, e filma o documentário 'Cidade do Funk'. "Ele não é mais um 'sub-produto exótico' ou 'música de gueto', como alguns classificam. Em Londres, nas maiores lojas de CD, existe a categoria Baile Funk. Nas mais antenadas, há CDs e vinis no departamento de Funk Carioca. O ritmo foi incorporado ao 'mainstream', virou referência para vários artistas e produtores estrangeiros", afirma Sabrina.

"O Funk percorreu, nos últimos anos, o mesmo caminho da cultura pop brasileira em geral, do cinema ao futebol, se estabelecendo no mercado internacional", completa o DJ John Woo, do coletivo Apavoramento, que moderniza o funk ao misturá-lo com música eletrônica e faz sucesso em festas de classe média.

Mas nem só de funk vive a cidade. "No que diz respeito aos ouvintes, o carioca ouve, gosta, absorve de tudo um pouco", defende João Cavalcanti, vocalista do grupo Casuarina. Para ele, o samba ganhou força no Rio e conquistou o País. "O samba toca nas casas de jovens de todo o Brasil. Se não é exatamente novidade, é algo que não acontecia há muito tempo", comemora.

Do samba ao funk, movimentos musicais surgidos em terras cariocas atravessam as fronteiras ao se espalhar pelo Brasil inteiro e conquistar o mundo

Na rota dos shows internacionais e locação de produções de Hollywood, Rio atrai artistas de todo o mundo

cenário PREFERIDO

GUILHERME SCARPA
guilhermescarpa@oi.com.br

Reza a lenda de que foi em uma suíte do Copacabana Palace que Walt Disney estreitou de vez os laços entre Hollywood e o Rio. Criado em 1942, o papagaio Zé Carioca apresenta a Cidade Maravilhosa ao Pato Donald no filme 'Alô, Amigos', que tem 'Aquarela do Brasil', de Ary Barroso, na trilha sonora.

Quem poderia imaginar que, mais de 60 anos depois, um cineasta brasileiro iria fazer um longa em 3D com nossos cartões-postais? "O Rio é uma cidade com grandes atrativos visuais para filmagens. Tem praia, montanha, arquitetura interessante, população com diversidade étnica. Para quem não conhece, vem a vontade de um dia conhecer a cidade e vivenciar essa energia", elogia o carioca Carlos Saldanha, diretor de 'Rio'.

Até as franquias de sucesso 'Creptúculo' e 'Veloze e Furiosos' vieram para cá em busca de uma beleza de cenário e do calor do carioca. Este último, aliás, é um dos motivos pelos quais hoje em dia, além de set de filmagem, o Rio abriga megashows e já

garantir aos Rolling Stones seu recorde de público: 1,5 milhão de pessoas na Praia de Copacabana, em 2006. "Foi noticiado no mundo todo, um acontecimento", lembra o empresário Luiz Oscar Niemeyer, que trouxe Paul McCartney à cidade 21 anos depois dos históricos shows no Maracanã.

Segundo Niemeyer, o Rock In Rio I, de 1985, foi fundamental para colocar a cidade no mapa das grandes turnês. De lá para cá, até Michael Jackson e Madonna passaram por aqui. "O 'Rock in Rio' foi um divisor de águas. Antes era difícil. O Brasil não tinha tradição de grandes espetáculos. Nos anos 90, com a estabilidade da moeda, melhorou. Temos infraestrutura. O Engenheiro (onde McCartney se apresentou) deu supercerto", diz ele.

Virar filial de Hollywood e capital definitiva dos shows é uma ideia que não está longe de se tornar realidade. "Com o Maracanã pronto, teremos dois estádios", diz Niemeyer. Para Saldanha, a hora é essa. "Através de produções locais ou estrangeiras, espero que a cidade não perca essa oportunidade", deseja.

Prédios antigos do Rio atraem investimentos públicos e privados, reformados, renovam a autoestima da cidade

RESGATE HISTÓRICO

NEA/STC/MOTA
beatriz.mota@odanet.com.br



Carregando a História do Rio em seus pilares, os prédios antigos da cidade permaneceram por muito tempo no esquecimento. Mas a retomada geral de investimentos na cidade, nos últimos anos, voltou para essas construções os olhares do governo e de investidores privados. São obras emblemáticas — como as que ocuparam o Teatro Municipal, no ano passado —, que garantem a preservação da memória do Rio e a renovação da autoestima de seus moradores, funcionários e visitantes. A ideia é resgatar.

“Quando você trabalha em um lugar bonito e recuperado você se sente automaticamente valorizado. E os brasileiros sentem-se orgulhosos com o Municipal. Isto se traduz nos elogios que escuto e também na bilheteria. Des-

de que reabriu, o Teatro vive dias de casa lotada”, analisa Carla Camurati, presidente do Teatro, reinaugurado em maio de 2010.

O impacto da aproximação dos grandes eventos internacionais na cidade — Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016 — pode ser conferido em toda área de patrimônio cultural e arquitetônico. De acordo com dados da Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design, desde 2009 houve o aumento de 30% de pedidos de licenças para obras em construções tombadas. De pequenos sobrados a restaurações grandiosas, como a do Hotel Glória — pela EBX, empresa de Elke Batista —, o antigo vem ganhando cara nova. E provocando um efeito dominó de boas ideias. “Cada prédio revitalizado gera uma onda de vitalidade. Os proprietários do entorno criam o interesse de recuperar também os seus imóveis. Toda a região se beneficia”, diz Paulo Vidal, coordenador de conservação e projetos especiais da subsecretaria.

PASSARELA MARAVILHOSA

Em 60 anos, pontos turísticos do Rio, galpões e armazéns viraram cenário para desfiles de moda, uma ideia que tem a cara da cidade

MARCIA DESITZER
marcia@odanet.com.br



A história da moda brasileira está intimamente ligada ao Rio de Janeiro, maior lançador de modismo e tendências do País. Em 60 anos, desde o nascimento do nosso jornal O DIA, a primeira tentativa de organizar o calendário da moda — seguindo a máxima de que a união faz a força — aconteceu na década de 70, graças ao Grupo Moda Rio, formado por marcas como Blu-Blu, de Marília Valls, e Jo and Co, de José Augusto Bicalho. “Eram desfiles menores, só para a imprensa, dentro de hotéis”, relembra a consultora de moda Ana Maria Andrezza.

Foi em 1992 que a empreendedora Eloyza Simão, hoje à frente do Senac Rio

Fashion Business, criou a Semana de Moda Leslie. “Vivíamos uma grande crise pós-Collar. Resolvemos, então, fazer um evento que reunisse as empresas do setor”, diz Eloyza. “Já naquele momento, procuramos mostrar a riqueza do Rio, promovendo desfiles em cenários maravilhosos, como o Museu Nacional de Belas Artes”.

A Semana de Moda Leslie virou Semana BarraShopping de Estilo e, depois, Fashion Rio. A evolução dos eventos de moda coincidiu também com o “boom” das modelos brasileiras, capitaneadas por Gisele Bündchen, no final da década de 90: a partir daí, a moda entrou na moda e ganhou espaço na mídia. Os desfiles passaram a atrair, além da imprensa, artistas, celebridades e compradores, e a ocupar espaços ao ar livre, como o Pão de Açúcar, e armazéns, com a transferência do Fashion Rio para o Pier Mauá, em 2009. “Os desfiles no Rio aproveitam o visual único da cidade. Fora isso, temos o poder transformador da moda, que é capaz de revitalizar um lugar, como o Cais do Porto”, resume a consultora de moda Glória Kalil.

HOLLYWOOD É AQUI

Os complexos de estúdios da Globo e da Record fizeram do Rio uma referência mundial quando o assunto é TV e transformaram a cidade num atrativo para artistas

FÁBIO SOUZA
fabio.souza@odanet.com.br

Atores e atrizes circulando pelas ruas, bares e restaurantes famosos pela concentração de estrelas. Parece Hollywood, mas é o Rio de Janeiro, que se transformou no polo de produção de novelas do Brasil graças aos complexos de estúdios da Globo, o Projac, e da Record, o Recnov. Os dois mudaram a cara da cidade, muito além de seus muros, com a ideia de fazer do Rio uma referência internacional na área de teledramaturgia.

Fundado em 1995 com a novela ‘Explode Coração’, o Projac ocupa 1,6 milhão de m² em Jacarepaguá e reúne numa só área dez estúdios e três cidades cenográficas, além de oficinas de cenário, figurino e maquiagem. Tudo para produzir 2.500 horas de programação. “Hoje, impressionamos os estrangeiros com a nossa qualidade. Para ultrapassarmos Hollywood só falta termos mais tempo para produção. Estamos perseguindo isso”, diz Mário Monteiro, diretor de arte da Globo. E para fazer melhor ainda o que já é feito, o Projac vai ampliar sua área em mais 300 mil m² e construir outros quatro estúdios. “Não pensamos só em produtividade, somos uma indústria de sonhos. Trabalhamos com paixão”, diz Edson Fimenzel, diretor executivo de competências.

A expansão também é a meta do Recnov, que foi inaugurado em 2005, tem uma área de 300 mil m², em Vargem Grande, e dos atuais cinco estúdios pretende pular para dez, ocupando um total de 800 mil m². Isso sem contar a cidade cenográfica, em Grumari, que tem um total de 600 mil m². “Construímos nossos estúdios no Rio porque a cidade é referência no audiovisual. Tem locações agradáveis com as quais o público se identifica”, conta Hiran Silveira, diretor geral de teledramaturgia.

ESPECIAL DE ARTES
QUINTA, 05 DE 2011

ODIA
www.odia.com.br

MODERNA

casa das artes

A ideia de enriquecimento arquitetônico e democratização da cultura do Rio é consolidada por novos museus

GABRIELA GERMANO
gabriela.germano@oficinadecol.com.br

Rio, cidade bonita por natureza. Suas formas esculturais são atrativas para moradores e turistas que encontram em praias e montanhas uma alternativa de lazer. Parece uma briga injusta disputar com tamanha exuberância de mares e florestas. Mas novos museus a serem inaugurados por aqui, como o da Imagem e do Som, em Copacabana, e o do Amanhã, na Zona Portuária, prometem um show de casadão arquitetônica e conteúdo cultural. De olho no futuro, o cenário está mudando, literalmente.

"Hoje somos mais lembrados por nossas belezas geográficas e pela alegria do povo. Mas com a construção desses espaços, apresentamos mais uma opção. Os acervos que esses lugares vão disponibilizar e a importância desses empreendimentos vão favorecer quem vive aqui ou vem nos visitar. Vamos alimentar a cadeia produtiva do turismo, fazer com que as pessoas fiquem mais tempo e gastem mais", ressalta o secretário estadual de turismo, Ronald Azaro.

PROMETOS QUE IMPRESSIONAM

Com previsão de inauguração no segundo semestre de 2012, o Museu do Amanhã tem projeto do renomado arquiteto espanhol Santiago Calatrava, vai ocupar 12,5 mil m² do Pier Mauá e prevê a demolição da Perimetral. Sua estrutura será toda feita de material reciclável e seu acervo tratará questões do homem moderno e do futuro.

Quebração o paredão de prédios da orla de Copacabana, o Museu da Imagem e do Som é idealizado pelos americanos Elizabeth Diller e Ricardo Scofidio, que se inspiraram no calçadão de Copacabana para desenhar o prédio que guardará, além de um centro de documentação digitalizado, uma galeria de exposições e um espaço para espetáculos. "O Rio já se destaca pela presença do Museu de Arte Moderna, o MAM, e pelo de Arte Contemporânea, o MAC. Em meio às novidades, destaca o MAR, Museu de Arte do Rio, em plena Praça Mauá, onde aportam os transatlânticos com turistas de todo o mundo. O projeto dos cariocas Bernardes e Jacobson trabalha com nossa tradição de renovar prédios históricos", ressalta Ceca Guimarães, coordenadora do Grupo de Estudos de Arquitetura de Museus da UFRJ, ao citar o museu que ocupará o tombado palacete de D. João VI e o edifício onde funcionou o hospital da Polícia Civil.

Para o arquiteto Luiz Eduardo Indio da Costa, cujo escritório dá suporte à obra do MIS, o importante é democratizar a cultura. "Copacabana é uma área carente nesse sentido, é bom que o MIS seja instalado lá. A Cidade da Música, na Barra, é outro exemplo, um prédio interessante arquitetonicamente na região. Precisamos de ícones arquitetônicos". A

VIK MANZ
Artista plástica

PONTO DE VISTA

"Se o cara nunca viu uma obra que o tocou, sua vida é pobre"

O que mais me interessa é que tudo seja maior do que cumprir metas do calendário esportivo da cidade e que esses investimentos aperfeiçoem a relação do carioca com a cultura local, além de passarem a imagem de um Rio mais cultural para o mundo. A cidade é conhecida por suas paisagens, sua música, mas também pela violência. O Rio é um lugar de gente criativa e criatividade é um vírus que se transmite. Mas é um local que foi esquecido

por um tempo. Às vezes nos impressionamos com um garoto que tira a vida de outro no trânsito. Mas o respeito pela vida a gente só tem vendo coisas bonitas. Se o cara nunca viu uma obra de arte que o tocou, sua vida é pobre e sua relação com o outro vai ser assim. Esses novos espaços se juntam ao querido MAM, que foi palco de minha exposição mais importante e levou todo tipo de gente para ver minhas obras na cidade que tanto amo.

BRUNO GAZZAN

ANDRÉ HIPPERT
Editor executivo de arte

PONTO DE VISTA

"O Rio merece esse legado artístico e arquitetônico"

Além de algumas preciosidades remanescentes do passado colonial, dos anos dourados do então prefeito Pereira Passos, que reinventou a cidade no início do século XX com prédios inspirados na arquitetura francesa, e de algumas intervenções modernistas, não temos muito o que admirar em termos arquitetônicos no Rio de Janeiro. A cidade é reconhecida por sua beleza, mas isso deve-se mais aos dotes naturais do que ao pa-

drão estético de seus prédios emblemas. Por isso vejo com bons olhos esses novos e ousados projetos que farão parte do conjunto de obras que ficará como legado dos dois grandes eventos que a cidade irá sediar: a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Independentemente de aumentar a oferta cultural, esses novos museus e centros culturais chegam também para disputar com a exuberância da natureza a atenção de moradores e visitantes.

OS NOVOS ANOS DOURADOS

ESPECIAL 60 ANOS
DOMINGO, 07 DE JUNHO
ODIA
www.odia.com.br

O poder público acordou da letargia e uma força-tarefa de adoradores da cidade ajuda a resgatar o glamour do Rio

BRUNO CASTUTO
bruno.castuto@odiarj.com.br

Quando a primeira edição do nosso **O DIA** chegou às bancas, o Rio de Janeiro começava a viver os chamados Anos Dourados. Não que todo mundo tivesse ouro no bolso, longe disso, mas a cidade tinha virado, pela primeira vez, o destino do chamado jet-set internacional e de suas estrelas por conta do sol permanente, um hotel belíssimo à beira-mar, o Copacabana Palace, e a famosa alegria do povo carioca. Em suma, o Rio era o destino exótico da vez.

Na cabeça desse grupo animado vinha Jorginho Guinle, grande playboy brasileiro, cujo tio havia fundado o Copa. Dono de charme e fortuna irresistíveis, fez grandes amizades na Europa e nos Estados Unidos, notadamente em Hollywood, onde capitaneava grandes estrelas para o Carnaval carioca.

Quando a Bossa Nova explodiu, no fim dos anos 50, a cidade virou produto de exportação. Nos anos 60, Brigitte Bardot, musa do cinema francês, passou duas temporadas en-

tre o Rio e Búzios. Nos anos 70, embora a ditadura estivesse comendo solta, filiais de boates internacionais como Régi-ne's e Castel se instalaram por aqui, atraindo nova leva de celebridades. Não se falava em geração saúde, ninguém dormia e todos levavam o biquíni na bolsa para emendar na praia. Daí o empresário Ricardo Amaral abriu o Hippopotamus, a boate das boates, e deslocou para Ipanema o eixo da badalação.

Mas os anos 80 e 90 foram cruéis com o Rio: sitiada pela violência e empobrecida pelo descaso do poder público, a Cidade Maravilhosa virou sinônimo de assaltos e tráfico de drogas, um perigo. Casas noturnas e restaurantes fecharam as portas, ne-nbura hotel de bandeira internacional respeitável investiu aqui e os gringos glamurosos, que atraem o turismo de luxo — trazendo dividendos para a economia local — sumiram. Foram anos bem difíceis.

Felizmente, uma conspiração positiva se deu conta de que o Rio é a varanda do Brasil e encampou a ideia de resgatá-lo das sombras. As UPPs restabeleceram a dignidade dos moradores, hotféis como o Fasano e o

Santa Teresa abriram o le-que de opções para o viajante de maior poder aquisitivo, a necessidade de reformas para a Copa de 2014 e os Jogos de 2016 acordou os governantes da letargia administrativa e uma força-tarefa de adoradores da cidade, como a socialite Andréa Dellal e o fotógrafo Mario Testino, começou a chamar as celebridades para cá. O Rio voltou a ser cenário de editoriais de moda importantes, tornou-se sede de pré-estreias cinematográficas e virou até título de animação de Hollywood.

Príncipes de Mônaco são vistos pegando jacaré na praia, atores de fama internacional circulam pelo calçadão, os elegantes bailes de Carnaval são resgatados, os blocos voltam às ruas e até Madonna assiste a um show no Circo Voador, como uma garota qualquer da Lapa — se estivesse vivo, Jorginho Guinle estaria pulando de alegria. Mas é preciso continuar a investir no aprimoramento do setor de serviços e na infraestrutura da cidade (os aeroportos, por exemplo, são um lixo), para que essa boa onda dos novos anos dourados não seja apenas ouro-de-tolo.

VOLUNTÁRIOS: RIO DE MÃOS DADAS

MARIA LUIZ MAGALHÃES
mlm@odiarj.com.br

"Se eu disser que esse homem vendeu uma sobrinha não me dão de crer". É a voz do jornalista aposentado Marcos de Castro, 76 anos, que 'Anedota Pecuniária', de Machado de Assis, e outras histórias chegam a Júlio César da Silva, 44, cego há seis. A perda da visão não o impediu de ter acesso aos livros graças a Castro, que há 11 anos faz leituras no Instituto Benjamin Constant, na Urca.

Como o jornalista, milhares de cariocas praticam a máxima de 'fazer o bem sem olhar a quem' na tentativa de tornar o Rio melhor. Uma ideia solidária que se mostra ainda mais presente em catástrofes, como a das chuvas que arrasaram a Região Serrana do estado em janeiro. Mobilização que ajuda a salvar vidas.

É por isso que voluntários da Cruz Vermelha não se arrependem quando trocaram a segurança e o conforto de casa, a boa comida e as festas pelo difícil, cansativo e perigoso trabalho na Serra. "Fomos a lugares onde não chegava ajuda. Comíamos uma vez por dia, mal dormíamos e chorávamos, mas valeu", conta o arquiteto Marcos Cordeiro, 38 anos. Ele continua voluntário na instituição, que atua também em favelas.

A vontade de transformar o Rio em um lugar igual para todos mobiliza milhares de cariocas que dedicam cada vez mais tempo para ajudar o próximo

MARIA HEZ MAGALHÃES
mhez@odine.com.br

Cansados de reclamar da violência e da desigualdade social e de esperar pela iniciativa das autoridades, eles decidiram apostar em suas ideias e colocar o discurso na prática. Juntos, têm transformado a realidade dos cariocas e da cidade.

O coordenador executivo do AfroReggae, José Junior, é um dos principais responsáveis por essas mudanças. Há 18 anos, incentiva atividades culturais para estimular a união da favela com o asfalto. "O AfroReggae rolou sem ser programado. Nosso público eram nossos amigos, parentes, gente como a gente. Por isso, defendo que as pessoas participem mais dessas questões, não adianta culpar A ou B", diz.

Com seus 50 projetos, o AfroReggae emprega quase 300 pessoas, tira muita gente do crime, impede que jovens se tornem bandidos, dá trabalho a ex-detentos, atua nos conflitos nas favelas e ainda aproxima a polícia da sociedade.

Washington Rimas, o Feijão, e o policial civil Beto Chaves são alguns dos engajados nesse trabalho. Ex-traficante, Feijão coordena o Centro Cultural Waly Salomão, em Vigário Geral. "Ofereço oportunidade às pessoas para reescreverem suas histórias como fiz com a minha", conta. "Somos um projeto de rela-

juntos pela INCLUSÃO

É cada vez maior o número de cariocas e grupos, como o AfroReggae, engajados na luta pela paz e no combate à discriminação

ções humanas", avalia Beto, que dá palestras no Papo de Responsa.

Já Frei David há 35 anos promove a inclusão de negros nas universidades com a Educafro. A instituição começou com aulas de pré-vestibular na Baixada Fluminense e hoje está em todo País. Por ela já passaram cerca de 50 mil pessoas, 10 mil concluíram o ensino superior. "É um desafio que me dá alegria", comemora.

A morte da única filha por bala perdida em 2003 fez Cleyde Prado e Carlos Ribeiro criarem o Movimento Gabriela Sou da

Paz. Cleyde morreu em 2008. Em 2007, surgiu o Rio de Paz, que também protestou contra a violência.

O DIA participou do engajamento que une tantos cariocas. Em abril, em uma edição especial sobre o assassinato de 12 alunos na escola Tasso da Silveira, em Realengo, o jornal deu um abraço simbólico no bairro. Ronaldinho Gaúcho foi um dos que deram aquele abraço em Realengo. Em 2000, o caderno 'Basta, eu quero paz' deu nome ao movimento que levou brasileiros às ruas em protesto contra a violência.

■ RONALDINHO Gaúcho 'abraçou' Realengo em solidariedade aos 12 alunos mortos numa escola do bairro em abril. Junior (D) luta pela união da favela com o asfalto

mutirão da LIMPEZA

Ideias da prefeitura estão incentivando os cariocas a cuidar das ruas e têm dado resultado. Com isso, fica no passado o rótulo de cidade dos sujismundos

EDUARDO PIERRE
piere@odine.com.br



A caçada aos mijões no Carnaval de rua provou que 'blocos de sujeitos' são coisa cada vez mais do passado. O Rio do século 21 quer varrer a fama de cidade porca-lhona — não para debaixo do tapete, nem só durante o reinado de Momo. O trabalho é árduo e permanente, como a rotina de um gari. Mas tem dado resultado, garante a Comlurb, 'mãe' de duas boas ideias: Lixômetro e Onda Limpa.

"Nossos homens não estão na cidade só para tirar o que 'deixamos cair'", defende Angela Fonti, presidente da companhia de limpeza. "Cada carioca ainda deixa meio quilo de detritos na rua por dia. Mas pelo menos percebemos uma mudança de comportamento em muitos bairros", atesta.

O Lixômetro é um painel atualizado semanalmente. De tempos em tempos, é divulgado um balanço — e os bairros mais sujos levam um puxão de orelha nos painéis eletrônicos da CET-Rio.

Nas praias, a conscientização é ao som do Onda Limpa. O grupo musical tem feito sucesso: o saquinho de lixo aos poucos vai subindo nas paradas. "Basta levar o lixinho para a calçada. Nem precisa carregar até em casa. O que não pode é achar que tudo vai se desmanchar na areia", resume Angela. Todos esperamos que a limpeza não seja uma onda passageira.

521

gramas por dia produz cada carioca

40

milhões de reais recebeu a Cidade de Deus por ser a que menos sujou

91

mil toneladas de lixo recolhidas em abril

SAÚDE PARA TODA A FAMÍLIA

Médicos e enfermeiros atendem cerca de 1,4 milhão de pessoas em suas casas no Rio e em Niterói. A ideia permite que pacientes recebam vacinas e dicas de prevenção e tenham consultas e exames marcados pelos profissionais

PÂMELA OLIVEIRA
pamela.oliveira@odiario.com.br



Aos 7 meses, o sorridente Miguel Coelho está com todas as vacinas e consultas em dia. Quando tem febre ou chora sem que seus pais saibam a razão, o menino é consultado no mesmo dia, sem precisar marcar. Na casa da aposentada Paulina Néspoli, de 74 anos, a falta de um médico também não é problema. A família tem um 'anjo da guarda' de plantão: a médica Mônica Oliveira, que cuida de todos e não recusa o suco de caju feito por Paulina. Assim como a família Néspoli, Miguel também não tem plano de saúde. Todos são beneficiados pelo Programa Médico de Família (PMF), em Niterói, que atende cerca de 1,4 ml pessoas, segundo a prefeitura.

Do outro lado da ponte, uma ideia parecida, o Programa Saúde da Família (PSF), já atende cerca de 1,3 milhão — 22% dos moradores. Muitos deles não cuidavam da saúde antes do PSF e das Clínicas de Família. "Eu não tinha como ir ao médico porque, desde 1996, eu só ando com ajuda do andador. Como moro em uma ladeira, não tenho como sair de casa. Agora, faço tratamento da pressão, artrose e diabetes. As meninas (a agente comunitária Daniele Tomaz e a enfermeira Paloma Fernandes) são dois anjos. Elas trazem meus remédios em casa e marcam meus exames e o médico quando preciso", conta Marlene Maria Pereira, 76, moradora do Engenho da Rainha.

"Fiz o pré-natal no postinho (do PMF) Quando faltava à consulta, eles me procuravam para saber o que tinha acontecido. Se Miguel tem qualquer problema, é atendido na hora", diz Carmem Coelho, 33, que antes da existência do médico de família passava horas nas filas de hospitais para conseguir atendimento para a filha mais velha.

Segundo Luiz Hubner, um dos coordenadores do programa, inspirado no modelo cubano começou a ser implantado em 1992. "Os médicos e enfermeiros vão à casa das pessoas e conhecem os pacientes pelo nome. Hoje, 29% da cidade está coberta", comenta Luiz.

■ **A ENFERMEIRA** Paloma atende Marlene em casa, ao lado. Acima, a médica Mônica conversa com Paulina, Lucrécia e Arjair Néspoli. Na foto maior, a médica M Tavares e a técnica de enfermagem Letícia Pereira examinam Miguel, no colo da mãe

Do outro lado da ponte, uma ideia parecida, o Programa Saúde da Família (PSF), já atende cerca de 1,3 milhão — 22% dos moradores. Muitos deles não cuidavam da saúde antes do PSF e das Clínicas de Família. "Eu não tinha como ir ao médico porque, desde 1996, eu só ando com ajuda do andador. Como moro em uma ladeira, não tenho como sair de casa. Agora, faço tratamento da pressão, artrose e diabetes. As meninas (a agente comunitária Daniele Tomaz e a enfermeira Paloma Fernandes) são dois anjos. Elas trazem meus remédios em casa e marcam meus exames e o médico quando preciso", conta Marlene Maria Pereira, 76, moradora do Engenho da Rainha.

“A gente conhece a maioria dos pacientes pelo nome e adquire alguma intimidade que acaba facilitando o trabalho”
Mônica Oliveira, médica

O Hemorio conquistou o respeito do carioca. Instituto, aos 67 anos, abastece 207 unidades de saúde

sangue BOM

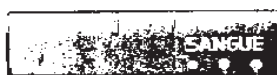
PÂMELA OLIVEIRA
pamela.oliveira@odiario.com.br

A ideia é solidariedade e amor ao próximo, e tem endereço certo no Rio: Rua Frei Caneca, número 8. É lá, no Instituto Estadual de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcanti, mais conhecido como Hemorio, que o carioca dá seu sangue para salvar a vida de outros que sequer conhece. O hemoceentro, que fornece sangue para 207 unidades de saúde no estado, coleciona prêmios de qualidade nacionais e internacionais. E nas horas mais difíceis, como nas recentes tragédias na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, e nas enchentes na Região Serrana, consegue transformar o luto do morador do Rio em vontade de ajudar.

"Eu já doei sangue 71 vezes aqui no Hemorio. No início eu tinha medo da agulha,



Cada voluntário doa cerca de 450 ml de sangue



Pelo menos três pessoas são beneficiadas em cada doação

O sangue, após a doação, é separado em três componentes: hemácias (1), plaquetas (2) e plasma (3)

Além de coletar sangue, o instituto tem 12 mil pacientes, inclusive crianças, com leucemia, hemofilia e outras doenças hematológicas

O Hemorio foi o primeiro hemoceentro da América Latina a conquistar a certificação da Associação Americana de Bancos de Sangue (AABB), em 2001

Precisa coletar 305 mil bolsas por ano para abastecer as unidades. Mas tem coletado apenas 185 mil devido à falta de doadores

mas superei porque tenho consciência do desespero que é para uma família saber que um filho precisa de sangue e não ter quem doar. Fico feliz em poder ajudar", conta o vigilante Altair Pereira Couto, 52 anos.

Altair não foi o único que desafiou o medo. "A maioria das pessoas que vêm doar a primeira vez tem receio. Poucos vêm tranquilos. Mas o amor ajuda a superar o medo", diz a coletora de sangue Maria José dos Santos, 57, que trabalha no Hemorio há 23.

Diretora-geral do instituto, Clarisse Lobo não esconde o orgulho por fazer parte, há 25 anos, da história do lugar. "A gente vê a credibilidade que tem e isso é mais um incentivo". Clarisse lembra que, um dia após as chuvas da Região Serrana, precisou fechar o portão do instituto às 15h devido ao excesso de voluntários. "O salão estava cheio e tinha mais de 300 pessoas esperando para fazer cadastro. Foram mais de 1.100 doações em um dia", diz, alertando que o Hemorio precisa de doações de sangue em todas as épocas do ano.

“Se todas as pessoas saudáveis doassem uma vez por ano, não faltaria sangue nos hospitais. Eu doo porque quero ajudar”
Altair Couto, 52

SEGREDO É A ATIVIDADE

■ Morador de Bangu, João da Cruz, casado, pai de dois filhos, está à espera do primeiro neto. Acorda cedo e pega o trem às 5h30 para trabalhar, de segunda à sexta-feira.

Ferrovário aposentado há um ano, depois de 40 de labuta, vê o trabalho como meta. "Não quero parar. Com o trabalho, viajo e conheço todo o Brasil. Sou feliz em casa, o comodismo vai chegando e a idade pesa", pondera.

"Eu não me preocupo com essa história de idade. Eu vivo a vida"

Marla de Lourdes

ALYSSON CARDINALI
alysson.cardinali@odanet.com.br



O Rio de Janeiro é uma cidade maravilhosa para, através do esporte, dar oportunidades e transformar, com inúmeros projetos sociais, pequenos cariocas em cidadãos. Em meio ao caos da violência, amenizada pelas UPPs instaladas em várias comunidades, muitos jovens fazem da beleza natural deste Rio 40 graus o cartão postal perfeito para buscar um futuro melhor, livre da criminalidade, repleto de sucesso e paz — em locais onde, hoje, a luta é somente para vencer na vida e ficar na crista da onda.

Que o digam os integrantes do projeto Favela Surf Clube (FSC), no Complexo Cantagalo, Pavão e Pavãozinho. Criado em 1988, o FSC já formou centenas de surfistas e muitos profissionais na área, como Helloá Mayara (ver quadro abaixo), que trabalha no desenho e fabricação de pranchas.

Outro projeto de sucesso, desta vez no Santa Marta, ocorreu graças à ação da Unidade de Polícia Pacificadora implantada no local. O soldado Bruno Rodrigues Faria, de 32 anos, formado em Educação Física e faixa preta de caratê, passou a ensinar, em junho de 2009, os fundamentos desta arte marcial para as crianças do local.

"Foi uma ideia da Polícia Militar com a Suderj. O objetivo é fazer um elo entre o Estado e a comunidade e integrar o policial com os moradores. Daí iniciamos esse trabalho com as crianças, que com as aulas,

A 3ª é a melhor idade, desde o Estatuto do Idoso. Viver após os 60 não é como antigamente: trabalho, saúde e direitos amadurecem

IDOSOS e talentosos

SENHORA DE SI, SIM

■ Casada, com dois filhos e uma neta, Marla de Lourdes não faz o tipo "senhora", admite. Inverente e batalhadora, a secretária teve que brigar para voltar ao serviço público na Justiça. "Fazer 60 anos é bom e não limita ninguém: dirijo meu carro, trabalho, sou independente e tenho saúde", diz. Se é uma senhora? "De mim", resume, enquanto posa para fotos.

LUCIENE BRAGA
lbraga@odanet.com.br



João e Maria têm 60 anos. Os dois são avós bem dispostos, que trabalham, acordam cedo, divertem-se, fazem exercícios físicos e não pensam em se aposentar de fato tão cedo. Retratos de uma nova geração de representantes da Terceira Idade que já sente os efeitos do Estatuto do Idoso — que adotou a ideia da Melhor Idade — em diversas áreas da vida, não lembram em nada as vovós e os vovós de antigamente: nada de colocar o pijama para jogar dominó e fazer tricô. Como seus contemporâneos e os mais jovens, os dois lotam as fileiras dos teatros e casas de shows — com a ajuda da lei da meia-entrada, que reconheceu a longa história de contribuição à cultura.

Os novos idosos não têm desculpas para o ócio. Nem querem: por toda a cidade, da Zona Norte à Zona Sul, e em municípios mais remotos do estado, há projetos gratuitos de exercícios físicos com profissionais especializados. Planos de saúde já estudam conceder descontos para quem se cuida — o que já não é tão raro assim — porque, afinal, vão limitar gastos com doenças evitáveis.

João da Cruz e Maria de Lourdes Fonseca Borges não sentem o peso das seis décadas. "Minha vida é tão corrida que nem tive tempo de pensar que fiz 60 anos", observa ela, bem-humorada. "Ando 14 quilômetros por dia. Sete na ida ao trabalho e outros sete na volta. Quem fica parado, fica velho", comenta João, dando a receita da vitalidade.

MARAVILHOSAS oportunidades

2009

Ano em que aulas de caratê foram introduzidas no Santa Marta

1988

Ano de criação do Favela Surf Clube, no Cantagalo e adjacências

melhoraram o resultado na escola. A importância social do projeto é muito grande, com a formação de cidadãos", avalia Faria.

Outro tipo de luta, o kickboxing, também ajuda a salvar vidas na Vila Cruzeiro. Graças à dedicação de Henrique Silva, mo-

rador que iniciou um trabalho comunitário para ajudar os jovens e que, além de comandar as aulas, não poupa esforços na busca por recursos para que o projeto não acabe. "Meu ideal de vida é dar perspectivas a essa gente", frisa, emocionado, Henrique.

DAS ONDAS PARA A PROFISSÃO

■ Helloá Mayara, de 16 anos, começou pegando onda, depois ensinando os mais novos a "dropar" e, hoje, graças a tudo o que aprendeu, é formada em design técnico — além de surfista, passou a desenhar e fazer pranchas. "O surf é um estado de liberdade, longe do meio das drogas e das pessoas ruins. Todos os dias estou no projeto e surfo mais e mais", diz Helloá, que viu, graças à pacificação da comunidade, a procura pelo FSC crescer muito, com pessoas interessadas em consertar ou comprar pranchas.

LONGE DAS DROGAS, PERTO DA MEDALHA OLÍMPICA

Jovens que perderam amigos para o tráfico encontraram redenção no esporte e tornaram-se campeões

RICARDO ALBUQUERQUE
ricardo.albuquerque@odanet.com.br



Cada metro percorrido na pista de atletismo por Thompson Jorge Ramos de Oliveira, 21 anos, Jackson Cesar da Silva, 18, e Jorge Henrique da Costa Vides, 16, amplia a distância entre o passado sombrio e o presente de conquistas. Antes de se tornarem colecionadores de medalhas, eles participaram de 'hondres' na Zona Norte do Rio e viram amigos presos ou mortos em confrontos com a polícia.

Considerados promessas olímpicas pelo alto rendimento, os três rapazes reconhecem que o esporte foi a redenção de suas vidas. "Sem a disciplina que a minha profissão exige, tenho plena consciência de que teria pego a estrada errada em direção às drogas e à vida bandida", desabafa Thompson, campeão brasileiro juvenil do octatlo e estadual nos 110m com barreira.

Há seis anos, Thompson trocou Bento Ribeiro por Curicica, em Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio, onde o professor de Educação Física Paulo Servo da Costa — o mesmo que revelou a velocista Bárbara Leôncio — man-

tém o núcleo do projeto 'Lançar-se Para o Futuro', na Vila Olímpica do Mato Alto e na Escola Municipal Silveira Sampaio, em Jacarepaguá. Jorge Vides seguiu a mesma ideia: há três anos o seu endereço deixou de ser o Complexo da Maré. "Nunca me envolvi com drogas ou roubos, mas sei de amigos da minha idade que acabaram presos ou mortos. Era impossível treinar na Maré quando havia tiroteio. Sempre tive medo de levar uma bala perdida. Aqui me sinto seguro e cercado de gente com o mesmo objetivo: vencer", diz ele, campeão de salto em distância, 400m com barreira e revezamento 4x100m.

CIDADE radical

LIA CARLA GOMES
scarla@odiario.com.br



A largada na Praça Saens Peña tinha um significado especial, com a ideia de promover a união entre o asfalto e a comunidade pacificada. A partir dali, os ciclistas entraram em trilhas onde, no lugar do medo, agora reina a esperança. Uma experiência única, vivida por 50 dos melhores competidores de mountain bike do País na primeira etapa do Circuito XC de Favelas, dia 7 de maio, no Turano e no Salgueiro. Em iniciativas como essas, o esporte ocupa novos caminhos, como aconteceu em 15 de maio no Desafio da Paz, corrida que usou a mesma rota de fuga dos traficantes na histórica retomada do Complexo do Alemão, em novembro de 2010.

"Foi uma experiência nova. Sou de outro estado e vimos imagens do Rio pela TV, com pessoas armadas, um clima estranho. Mas entramos num lugar pacificado. Na véspera da prova, fomos lá e a criança parou, veio perguntar de onde éramos e o que estávamos fazendo", recorda o ciclista vencedor, Edívando de Souza Cruz, de Diadema (SP).

Proprietário da Pedal2, idealizadora e organizadora do Circuito XC de Favelas, Thiago Gomes conta como surgiu a ideia de levar os ciclistas para comunidades pacificadas. "Esses locais têm morros íngremes, vielas e trilhas perfeitas para o mountain bike estilo cross country. E temos a questão social. A largada tem um simbolismo de levar as pessoas do asfalto para a favela. É a renovação da autoestima dessas comunidades rotuladas como violentas", analisa Thiago que, até o fim do ano, promoverá mais três etapas. "Em outubro, queremos fazer no Fallet, Foguetiro e Prazeres, em Santa Teresa. Em novembro, a ideia é fazer no Borel e na Chácara do Céu e, em dezembro, no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro", diz.

O Circuito ainda deixará um legado: a cada etapa, serão selecionados 10 jovens para fazer um curso de mecânica de bicicleta.

LUCIANO MELLO
lucianomello@odiario.com.br



Houve um tempo, num passado não muito distante, em que o Rio se transformou no alvo dos profetas do apocalipse. Em qualquer mesa-redonda, era possível ouvir alguém decretar a morte do esporte de alto nível na cidade, especialmente do futebol. Nos últimos anos, porém, esse discurso desapareceu, por falta de provas. Hoje, a cidade vive um momento exuberante nos gramados, quadras, piscinas e tatames, na esteira da ideia de se tornar um centro do esporte de alto rendimento.

No único município do mundo com quatro clubes grandes de futebol, Botafogo, Flamengo, Fluminense e Vasco estão ligados à história do povo carioca há mais de um século. No Maracanã, no Engenheiro ou em São Januário, a paixão aparece no rosto de cada torcedor. Eles têm motivos para sorrir. Nos últimos dois anos, o troféu do Brasileiro parou nas Laranjeiras e na Gávea. Agora, o Vasco está perto de ganhar a Copa do Brasil.

O esporte descobre no Rio novos caminhos em comunidades pacificadas, muitos deles passando por áreas antes controladas por bandidos

■ EM MAIO deste ano, eventos esportivos tomaram conta dos monos do Rio: mountain bike no Turano e no Salgueiro, na Tijuca (no alto), e o Desafio da Paz, no Complexo do Alemão

VITÓRIA FANTÁSTICA

■ Quase seis meses depois da pacificação do Complexo do Alemão, as imagens aéreas do local mostravam uma realidade bem diferente na comunidade que sofria com a ação dos traficantes. Em vez de bandidos fugindo da polícia, a população viu corredores num caminho da paz, num desafio emocionante vencido pelo experiente maratonista Franck Caldeira.

"Não foi uma vitória apenas especial. Foi fantástico. Há seis meses, o que prevalecia aqui era a violência, e hoje temos a paz. Em pouco mais de 15 minutos de prova, vi que existe coração e alma nas pessoas. Isso é que tem que ser preservado. Foi dada a largada para que aproveitem mais esse lugar especial", afirmou Franck.

Além disso, os times voltaram a atrair astros do porte de Ronaldinho, Juninho, Deco e Loco Abreu. Há também aqueles que chegam sem fama, como um argentino tímido que se transformou em ídolo tricolor.

"Logo me senti em casa aqui. O Rio tem um povo feliz e está preparado para organizar eventos de grande porte", diz Conca.

De olho nos Jogos Olímpicos, o Rio não brilha só nos campos. Símbolo da hegemonia brasileira no vôlei, o técnico Bernardinho rejeitou diversas ofertas, só para continuar na cidade em que nasceu. Sob o seu comando, a Unilever ganhou cinco das últimas seis edições da Superliga.

"É um momento fervilhante. A cidade pode se transformar num polo esportivo. É saber usufruir, fazer bem-feito. Que se torne um processo perene", alerta o técnico.

A expectativa pelos Jogos de 2016 atrai grandes nomes do esporte brasileiro, como o nadador, agora rubro-negro, Cesar Cleto e a tricolor Natália Falavigna, do taekwondo. Além, é claro, daqueles que construíram aqui toda a carreira, como Diego Hypólito e Flávio Canto. Assim, fica a certeza de que os milhões de cartões que praticam esportes não precisam olhar para longe na hora de procurar exemplos e ídolos.

■ ADRIANO e Petkovic comemoram o hexa do Flamengo em 2009. Um ano depois, foi a vez de Conca levar o Fluminense à conquista do Campeonato Brasileiro. No vôlei, Bernardinho simboliza a hegemonia brasileira na modalidade

A NOVA MECA DO ESPORTE DE ALTO NÍVEL

Seja nos gramados, nas quadras, nas piscinas ou nos tatames, o Rio vive momento exuberante e atrai os grandes nomes de cada modalidade

■ **ALUNOS** da Escola Tagore têm aulas no laboratório de informática e reforço em leitura

Meta é colocar o Estado do Rio entre os cinco melhores do País até 2014

Em 2010, 195 mil alunos fizeram a Prova-Rio. Simulados incentivaram os estudos

Até o fim do ano, mais de 500 escolas municipais receberão salários extras

“**Todos já têm acesso à educação. O desafio é garantir a qualidade**”
Paolo Fontani, representante da Unesco no Brasil

Ideias para incentivar professores e estudantes fazem desempenho do ensino público do Rio de Janeiro voltar a registrar avanço, após mais de 20 anos de decadência

MARIA LUISA BARROS
mlusa@odiario.com.br



A cidade que abrigou a primeira universidade brasileira assistiu nas últimas décadas à precarização do ensino público. Dois séculos depois, estado, município, empresas e instituições implantaram pacote de medidas para tentar passar uma borracha nas notas vermelhas que o Rio colecionou nos últimos 20 anos e reescrever o seu futuro. O governador Sérgio Cabral assumiu o compromisso de colocar, até 2014, o estado entre os cinco melhores no ranking no Ideb, índice criado pelo MEC para medir a qualidade da educação. Atualmente, o ensino fluminense só ganha do Piauí. A prefeitura pôs fim à aprovação automática e adotou a ideia de premiação por mérito, que paga até três salários extras aos profissionais que cumprem metas de aprendizagem. Sistema também seguido pelas escolas estaduais.

O bônus leva em conta o desempenho dos alunos em provas — Saerj no estado e Prova Rio no município — e nas taxas de evasão e repetência. Estímulo para mestres e alunos. Melhores em Português e Matemática recebem notebooks e bicicletas. Pelo IDE-Rio, que avalia colégios municipais, 53% deles atingiram as metas, com incentivo à leitura, oficinas culturais e turmas de aceleração e realfabetização.

A professora Maria Lúcia de Oliveira será uma das premiadas, com diretores e merendeiras da Escola Municipal Haydeia Vianna Fiuzza de Castro, em Paciência. Na Escola Municipal Tagore, no Engenho de Dentro, alunos recebem reforço do programa 'Nenhuma Criança a Menos'. "O Rio de Janeiro universalizou o acesso à educação. O desafio agora é garantir a qualidade do ensino. Os resultados mostram que os investimentos estão dando retorno", reconhece Paolo Fontani, coordenador para a Educação da Unesco no Brasil.

Escolas do Amanhã em horário integral para alunos de áreas de risco e unidades high tech melhoram índices de colégios

MARIA LUISA BARROS
mlusa@odiario.com.br



Metade dos jovens do Ensino Médio abandona os estudos no meio do caminho. Para evitar que eles saiam por uma porta, a tecnologia está entrando por outra. Escolas do Rio de Janeiro já contam com laboratórios de informática, aulas multimídia e ambientes high tech em unidades que oferecem ensino profissionalizante. No Nave — escola na Tijuca patrocinada pela Oi Futuro —, alunos aprendem a desenvolver jogos digitais, enquanto em São Gonçalo, estudantes do Núcleo Avançado em Tecnologia de Alirinclos (Nata) fabricam pães de olho no mercado de trabalho.

A ideia saiu do asfalto e invadiu favelas cariocas situadas em áreas controladas pelo tráfico, milícia ou recém-pacificadas. Nas 150 Escolas do Amanhã, crianças e jovens passam nove horas, fazem três refeições diárias, praticam esportes e recebem reforço escolar. O programa realizado em parceria com a Unesco, órgão das Nações Unidas (ONU), reduziu, em dois anos, a evasão de 5,1% para 3,2% em 2010. A meta é alfabetizar todos no 1º ano. Na avaliação externa aplicada, pela prefeitura para medir quantos aprenderam a ler na idade certa, a campeã foi a Escola Municipal Prefeito Djalma Maranhão, no Vidigal, Zona Sul.

INOVAÇÃO na educação

40

Ótima de alunos que ganharam bicicleta por terem notas altas

150

Número de Escolas do Amanhã

91

Escolas do Amanhã que atingiram as metas no IDE-Rio

País do futuro em FORMAÇÃO

LETÍCIA SOUZA LIMA
letisouza.lima@odiario.com.br



Abertos em 2003 no País com o objetivo de fortalecer a rede nacional de difusão e popularização do conhecimento científico e profissional, os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) oferecem aproximadamente, só no Rio de Janeiro, 300 mil vagas em cursos técnicos, profissionalizantes, de idiomas e de informática por ano. São cerca de 30 unidades no estado, situadas em áreas estratégicas, informa o secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Alexandre Cardoso. O próximo passo, adianta ele, será o lançamento, em agosto, de oficinas de inglês e espanhol setoriais, de acordo com a profissão. Algumas comunidades que receberam Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) — Cidade de Deus, Com-

plexo do Alemão, Santa Marta, Pavão-Pavãozinho, Batan e Chapéu Mangueira/Babilônia — estão incluídas no mapa de expansão.

Moda, Construção Civil, áreas ligadas a Petróleo e Gás e ao setor Automotivo são alguns dos focos do projeto, que está ajudando a transformar o quadro de qualificação profissional regional. Em boa hora: oportunidades para quem está preparado não vão faltar, em face dos inúmeros investimentos previstos no Rio de Janeiro, garante Cardoso.

"Até outubro, havia um índice elevado de evasão, porque os alunos não tinham vale-transporte. Mas resolvemos isso", explica o secretário. Segundo ele, a meta é acabar com o chamado apagão de mão de obra: "Lançamos um desafio: qualquer empresa que chegar ao Rio terá profissionais treinados".

Outro programa de inclusão importante, especialmente para as classes de menor renda, é o Sesi Cidadania, lançado pelo Sistema

■ **INCLUSÃO** por meio da qualificação técnica profissional é estratégia para preparar mão de obra voltada a diferentes segmentos da economia

"Lançamos desafio: qualquer empresa que chegar ao Rio terá mão de obra treinada"

Alexandre Cardoso, secretário estadual de Ciência e Tecnologia

300 MIL

Total de vagas oferecidas anualmente pelos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) do estado. Proposta é difundir conhecimento

50 MIL

Atendimentos feitos até hoje pelo projeto Sesi Cidadania, lançado pelo Sistema Firjan em agosto. Chega a 15 comunidades com UPPs

Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) em agosto passado. O projeto já prestou 50 mil atendimentos gratuitos para moradores de 15 comunidades com UPPs. São ações contínuas de educação, saúde, esporte, lazer, cultura e qualidade de vida. O planejamento para oferta de serviços se orienta por pesquisa feita pelo Sistema Firjan, em parceria com o Iets (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade), que aponta as carências e tendências econômicas.

Também alinhado à proposta, o Programa Senac na Comunidade qualifica e certifica para promover o acesso ao emprego formal ou ajuda na busca por oportunidades de microempreendedorismo. A iniciativa chega a todo o Estado do Rio, em parceria com ONGs, associações de moradores e lideranças. Além disso, a instituição mantém parcerias com empresas para inserção de seus alunos no mercado de trabalho.

APRENDER COM JUSTIÇA

Cotas e programas de apoio derrubam mitos e levam educação a milhares de jovens. Classes C e D já são maioria na universidade

ÉLICO BRAGA
elico@braga@uol.com.br



A resposta simples e desanimadora mudou destinos. Início de 1990, saíram da Igreja da Matriz, em São João de Meriti: cem jovens negros e carentes falavam sobre a fé. Por curiosidade, frei David Raimundo dos Santos perguntou quantos queriam fazer faculdade. "Apenas dois irmãos confessaram a intenção, obrigados pela mãe, agraciada por bolsas na instituição em que trabalhava como servente", lembra. O episó-

dio levou à criação da Educafro, influente entidade empenhada na democratização do acesso à faculdade pública. A ideia tornou o Rio mais justo e se espalhou pelo Brasil. Nos últimos cinco anos, mais negros entraram na universidade do que em todos os séculos anteriores somados.

Uma multidão de carentes passou a enxergar uma brecha no muro da faculdade. Política de cotas, pré-vestibulares comunitários e Programa Universidade para Todos (ProUni), do Governo Federal, criaram novo cená-

rio. As classes C e D se tornaram maioria na universidade: 72,4%. "Diziam que eu, me-rendeira, filha de lixeiro, não podia fazer faculdade", conta Therezinha Mello, 71, formada há seis em Serviço Social. Contrários à ideia argumentavam que cotistas não conseguiriam acompanhar a turma. Pesquisa entre 2003 e 2006 mostrou desempenho do cotista superior em 29 dos 48 cursos na Uerj. "A minha grande alegria é que as cotas derubaram a máscara das universidades públicas brasileiras", diz Frei David.

"Ninguém acreditava que eu conseguiria a bolsa. Faço Engenharia na PUC"

Ana Luísa Santos
estudante

A CONEXÃO é de todos

Pirai, no Sul Fluminense, e comunidades da Região Metropolitana dão sinais de melhoria na qualidade de vida e criam oportunidades graças a projetos que apostam na ideia de acesso público e gratuito à Internet por redes sem fio

LARA BOECHAT
lara.boechat@uol.com.br



A universalização do acesso à Internet começa a se tornar realidade no Estado graças à expansão das redes sem fio públicas, como os projetos 'Pirai Digital' e 'Rio Estado Digital'. Desde 2004, a cidade de Pirai, no Sul Fluminense, tem acesso Wi-Fi gratuito em todo seu território. A ideia foi importada para a Região Metropolitana em 2008, oferecendo acesso a comunidades como Cidade de Deus, Rocinha e Santa Marta, além de trechos da Orla, vias expressas e municípios da Baixada Fluminense. Já são 33 mil acessos por dia, número que aumentará a partir do final de junho, quando a rede chegará ao Complexo do Alemão.

Para auxiliar administrativa Amanda Ribeiro, de 23 anos, moradora da Rocinha, a rede 'wireless' (sem fio) trouxe várias oportunidades. "A Internet gratuita me permitiu descobrir novas formas de conhecimento e de economia para o bolso", conta a jovem, que agora faz apenas compras na web.

■ **CRIANÇAS** da rede pública de ensino de Pirai, no Sul Fluminense, estudam com netbooks distribuídos pelo projeto 'Um Computador por Aluno' (UCA)

Apesar dos benefícios, Amanda acredita que a rede deve ser aprimorada. "É uma pena que o sinal não seja bom em todos os pontos da comunidade", lamenta.

Segundo o secretário de Ciência e Tecnologia, Alexandre Cardoso, uma equipe está sendo montada para trabalhar 24 horas em locais com problemas de acesso pela rede sem fio. Ele calcula que em um ano o estado terá uma estrutura completa para a vida online.

CIDADE CONECTADA

No final dos anos 90, Pirai tinha apenas um computador. A situação começou a mudar em 2004, com a implementação do 'Pirai Digital', e hoje os 26 mil habitantes da cidade já se acostumaram a usar a Internet no dia a dia, tanto pela rede sem fio quanto pelos 110 pontos de acesso espalhados pela cidade. Os maiores beneficiados são os alunos da rede pública, que, além de tudo, receberam em 2007 netbooks do programa 'Um Computador por Aluno' (UCA), do Ministério da Educação. A combinação deu certo e fez da rede de ensino de Pirai a terceira melhor do Estado, com avaliação cada vez melhor no Índice de Desenvolvimento Escolar Básico (Ideb).

Segundo a professora Maria Helena Horta, coordenadora pedagógica do UCA, o projeto ajudou a mudar a relação dos alunos com a escola e trouxe novas perspectivas de futuro, principalmente para as mulheres, público que mais procura os cursos profissionalizantes. "As meninas começam a vislumbrar a possibilidade de trabalhar na área tecnológica. Antes, suas opções eram apenas trabalhar no comércio ou como doméstica", explica.

Big Brother RIO DE JANEIRO

Central de Operações mais moderna do mundo vigia a cidade 24 horas por dia e ajuda na prevenção de catástrofes e na solução de incidentes urbanos

■ FÉNA

TECNOLOGIA: Dona Nilza relembra a última forte chuva do Rio: "Era muita água. O alerta não parava de tocar e os moradores não paravam de sair de suas casas. Ninguém dormiu naquela noite"

ALINE FREIRE
aline.freire@odfanel.com.br



"Lembro bem quando o lançamento de um foguete foi transmitido ao vivo pela TV. Foi o dia em que comecei a acreditar na tecnologia", conta Nilza Rosa dos Santos, agente comunitária do Morro da Formiga, na Tijuca, Zona

Norte. A comunidade é uma das 11 que já tiveram as sirenes contra chuvas acionadas, ajudando a alertar os moradores para situações de perigo. Aos 59 anos, a ex-doméstica nascida e criada na comunidade acredita que o Rio está a caminho de se tornar referência mundial no uso de inovações tecnológicas em benefício da população.

A sirene do Morro da Formiga soou pela primeira vez na noite de 25 de abril. Naquela segunda-feira, cerca de 500 famílias que moram em áreas de risco tiveram que deixar suas casas só com a roupa do corpo. "Se tivéssemos esse sistema nas chuvas de 1988, não seriam tantos os mortos", diz dona Nilza, lembrando a tragédia que matou 17 pessoas só na Formiga e 300 no estado.

ALERTAS PELO CELULAR

O Rio tem aproximadamente 18 mil famílias morando em áreas sob risco de deslizamento em 117 comunidades. Para que o alerta chegue o mais rápido possível aos moradores desses locais, ele é transmitido por SMS

(torpedo) para o celular de agentes comunitários treinados pela Defesa Civil, como dona Nilza, e pelas 25 sirenes instaladas em pontos altos da cidade. Durante as chuvas de abril, o sistema ajudou a remover cerca de 400 famílias e evitar mortes.

Sávio Franco, chefe-executivo do Centro de Operações da Prefeitura, explica que as sirenes disparam automaticamente. O Centro de Operações cruza os dados recebidos de um radar meteorológico com informações de 33 pluviômetros espalhados pela cidade e chega a um cálculo meteorológico, que serve de base para avaliar se há risco de chuvas fortes e se a população precisa ser alertada. "Hoje temos a cidade monitorada 24 horas por dia, sete dias da semana", diz Savio Franco, a quem o prefeito Eduardo Paes concedeu o poder de decretar estado de emergência.

1 Radar meteorológico, instalado no Sumaré, tem alcance de 250km. Prevê não só volume de chuva, mas também os bairros que serão afetados

2 Centro de Operações recebe dados do radar e são somados a fatores meteorológicos. Alertas são enviados para a população

3 Sirenes das comunidades em áreas de risco são acionadas. Agentes comunitários recebem mensagens pelo celular



O Centro de Operações é único porque temos órgãos integrados cuidando da rotina da cidade como um todo
Sávio Franco, chefe-executivo



48 HORAS ANTES DA CHUVA

Inaugurado em dezembro, o Centro de Operações é considerado o mais moderno do mundo. A ideia é ser um Big Brother do bem: são mais de 500 câmeras de cerca de 30 concessionárias e órgãos públicos, que monitoram a cidade, localizam problemas em tempo real e acionam os responsáveis por solucioná-los. Um telão de 80 metros quadrados permite que técnicos vejam as imagens dos principais pontos da cidade. Mais de 150 câmeras são da Prefeitura, que estudou as cen-

trais de monitoramento de Cingapura, Nova York e Madri. A partir do segundo semestre, a Prefeitura planeja contar com uma tecnologia inédita, capaz de prever chuvas fortes com até 48 horas de antecedência. "Nunca tivemos a cidade tão bem preparada tecnologicamente. Sabemos que chuvas fortes virão, e não podemos prever o local exato. A natureza é quem manda. Estamos trabalhando para preservar vidas", diz o Coronel Sérgio Simões, subsecretário da Defesa Civil.

Centros de excelência em pesquisa como Impa, Fiocruz e Coppe colocam o Brasil no topo. Ideia agora é impor seu conhecimento para o mercado

DANIELA DABIANO
daniela.dabiano@ocianet.com.br



Teia horizontal que aperfeiçoa tecnologia 3D, captação de energia de ondas do mar, avanços em saúde pública e cientistas de 'primeiro mundo'

saem de centros de excelência com certidão de nascimento e alma cariocas. É num instituto de pesquisa do Rio, a Fiocruz, que o filantropo criador da Microsoft, Bill Gates, quer investir parte de sua fortuna na produção de vacinas em larga escala.

"Nosso portfólio de inovação tem 80 projetos de fármacos e vacinas, várias esperando parceria de empresas. Nosso destaque hoje é a primeira vacina para esquistossomose, em desenvolvimento pré-clínico. A tetravalente (para 4 tipos) da dengue está em fase de protótipo", conta a diretora do Instituto Oswaldo Cruz, da Fiocruz, Tânia Araújo.

Avanços em medicina também saem de um local aparentemente improvável: o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), que hoje pesquisa modelos para 'adivinhar' como o HIV vai se desenvolver no organismo. Previsões calculadas podem gerar tratamentos precoces e eficazes. Mas biomatemá-

ciência carioca de PRIMEIRO MUNDO

tica é só uma fração do que se produz lá. "O Impa é uma espécie Meca da matemática na América Latina. Está entre as 10 melhores do mundo", diz o diretor, Cezar Camacho.

A Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (Coppe/UFRJ), com suas 200 teses de doutorado ao ano, não fica atrás. O desafio, observa o diretor de Tecnologia e Inovação Segen Estefen, é transfor-

mar teses em produtos e processos no mercado. "Temos tecnologias de ponta no País e há oportunidades no mar no futuro próximo", considera. Até 2012, a Coppe terá 10 grandes empresas internacionais em seu parque tecnológico voltadas para tecnologias do pré-sal. "Assim como a viagem espacial gerou tecnologia em telecomunicação, temos que pensar além do petróleo, o pós-pré-sal", ressalta.

■ **MAIOR FOTO** do mundo foi produzida no Impa, por equipe do matemático Luiz Velho, que desenvolve pesquisas em 3D

HENRIQUE FREITAS
henrique@ocianet.com.br



A garotada de hoje pode não ter muito mais tempo ou interesse para brincadeiras lúdicas, como pião, amarelinha ou pique. Mas quem disse que isso é um problema? Os jovens estão se divertindo de outra forma e, o melhor,

transformando entretenimento em projetos produtivos.

No Rio, essa é uma ideia que já pegou. É que está realmente fazendo diferença. Prova disso é que foi um jovem de 17 anos a principal fonte de informação em tempo

real da histórica tomada do Complexo do Alemão pelas forças de segurança do Estado, em novembro do ano passado. Com uma rede de amigos espalhada por toda a região, o estudante do Ensino Médio Rene Silva conseguiu passar, de forma enfática e emocionante, o que estava acontecendo do ponto de vista dos moradores.

Apaixonado por comunicação, Rene já publicava um jornal impresso havia cinco anos na região. Mas foi a Internet que o transformou em figura conhecida mundialmente. Seus perfis no Twitter têm mais de 70 mil seguidores e seu jornal, "A Voz da Co-

munidade", ganhou uma versão online. Com tamanha popularidade, Rene se tornou fonte de inspiração para outros jovens. "É uma grande responsabilidade, mas é muito gratificante perceber a força que a minha iniciativa ganhou", comenta o jovem, que convidou amigos também adolescentes para trabalhar com ele em sua redação. "Minha geração comprou essa ideia. Somos digitais e conectados, compartilhando muita informação. E isso está contribuindo para mudar o mundo", conclui.

Jovens como Rene Silva usam a Internet para compartilhar ideias e transformar o mundo

JUVENTUDE conectada

■ **RENE SILVA** em sua redação, no Complexo do Alemão: seus perfis no Twitter e a versão online de seu jornal recebem visitas de todos os cantos do mundo

ELCIO BRAGA
elcibraga@odiamet.com.br



Muçulmanos e judeus estão às turras desde os primórdios na Terra Santa. Protestantes e católicos travam disputa secular na Irlanda. Budistas, hare-krishnas, cultos afros e outros credos

enfrentam repressões em várias partes no mundo. No Rio de Janeiro, graças ao bom Deus, as religiões deram as mãos em busca do entendimento. A ideia de apaziguar os ânimos, com a realização de atos ecumênicos, ganhou força no início dos anos 90. O diálogo da fé tem ajudado a construir a paz na cidade.

A palavra ecumênico provém do grego. Em sentido amplo, significa esforços em favor da unidade entre religiões. No Dia do Trabalhador, na Quinta da Boa Vista, a festa contou com ato ecumênico. Tem sido assim: compartilhar momentos importantes na vida da cidade propicia cumplicidade entre os credos. "A primeira questão do ecu-

AFÉ NO RIO

- 61.15% católicos
- 18.34% evangélicos
- 13.34% sem religião
- 3.49% espiritualistas
- 1.93% orientais
- 1.75% afro-brasileira

menismo é perceber que Deus, o sagrado, não pode ser privatizado. As nossas verdades têm de ser criadas em conjunto", observa o pastor presbiteriano Alexandre Marques Cabral, da Comunidade Igreja Reformada Ecumênica, de Copacabana, participante há dez anos desse diálogo.

O discurso pela paz está cada vez mais afinado. Ex-coordenador do Movimento Inter-Religioso, André Porto aponta avanços. "Da ECO 92, momento onde surge o MIR, para cá, a realidade tem nos mostrado o quanto o foco pioneiro de ação do Movimento é uma prioridade para um Brasil pacífico e democrático. Valorizar nossa capacidade de lidar com diferenças culturais e religiosas é fundamental para o Brasil cumprir seu papel de liderança emergente", diz.

Os católicos abraçaram a ideia. Inaugurado no dia 28, o Santuário de Nossa Senhora de Fátima, no Recreio, atraiu dois dias depois visitantes espíritas e evangélicos. Fundador da Associação Tarde com Maria, Berthaldo Soares investe no diálogo inter-religioso. "Na Festa de Pentecostes, temos o culto ecumênico com representantes de todas as religiões. Posso não ter o mesmo credo. Mas tenho de rezar junto. Rezanos por um mundo melhor", afirma.

diálogo da

FE

INTERIOR mostra o seu valor

Ecoturismo ganha força nas cidades fluminenses. Praias limpas, monumentos históricos, cultura e boa comida atraem milhares de visitantes à procura de lazer



Para quem pensa que o Estado do Rio de Janeiro se resume à capital, o interior fluminense mostra sua riqueza turística.

Da Serra ao mar, os tesouros naturais são atrativos para quem viaja e principal fonte de renda dos municípios. E o que era bonito ficou espetacular com transatlânticos ancorados em Búzios, a invasão do surfe em Saquarema, do bodyboard e da pesca em Rio das Os-

tras, com o circuito cultural do café pelo Vale do Paraíba e o recanto dos veleiros de Angra dos Reis, com suas 365 ilhas. E ainda tem o romantismo da Serra e suas cachoeiras.

Para chegar lá, as cidades precisaram arregaçar as mangas. Reformas de pontos turísticos, ampliação da rede hoteleira e novas estradas atraem mais turistas a cada ano. Cabo Frio restaurou o Forte de São Mateus, seu principal monumento, com 390 anos de existência.

Os transatlânticos invadem Búzios, e o Vale do Café abre 30 fazendas ao público

A aposta no ecoturismo é outra ideia para atrair mais pessoas a cidades como Angra e Campos. As cidades aproveitaram áreas de preservação ambiental e águas cal-

mas e criaram roteiros com caminhadas e passeios de barco e pesca.

Já a Serra aposta tanto no verde como no turismo histórico. O Parque Nacional Serra dos Órgãos, em Teresópolis, é um belo exemplo. Na vizinha Petrópolis, o Museu Imperial traz as lembranças de Dom Pedro II na região. E se o visual é belo no interior, a culinária deixa água na boca. São pratos característicos de cada colonizador, como a cozinha suíça, em Nova Friburgo.



ESCAVANDO TÚMULOS!

A FILHA DE EPITÁCIO PESSOA PUBLICOU UM LIVRO NEGANDO O PATRIOTISMO E A BRAVURA DOS DEZENTOS DO FORTI DE COPACABANA. O brigadeiro Eduardo Gomes recusa-se a falar sobre o assunto — O general Carlos Tinoco da Fonseca defende seus bravos comandados — D. Sr. Jairo Bernardes escreve um editorial para muito breve — Adalberto Correia não resista porque o autor do livro é mulher

A CASA do livro tem uma nova área a mais: a seção "Escavando Túmulos", em homenagem ao aniversário de 10 de maio de 1964, o ano e o movimento conhecido e símbolo representativo da revolução de 25 de julho de 1964, ocorrido no Brasil, como se fosse um outro ponto de vista, o que constitui, em realidade, uma das páginas mais importantes e mais vibrantes da nossa história, por ter sido frutado e escrito, e desenvolvido, o livro de a obra de laboratório da sociedade atual, a respeito do livro rubro da própria história.



RONCANDO

ADHEMAR DE BARROS
PROCLAMANDO O DIA DO SANGUE PRETO
FUGIU O DIA DE OPORTUNISMO DE AQUELE
SUA FÉ, POR SE TERIA CORRUPTO

ODIA DE OLHOS ABERTOS



A TRAGÉDIA DE UM POVO QUE SÓ TEM EXISTIDO PARA SOFRER E PAGAR IMPOSTOS

UMA LUTA QUE SE INICIA PARA REINTEGRAR AS CLASSES POPULARES NA POSSE AMPLA DA SUA CONSCIÊNCIA E DAS REGALIAS QUE LHE SÃO DEVIDAS

O MELHOR BANQUETE...

UMA LUTA QUE INICIA APRESENTA UM PROBLEMA DE INTERESSE EM...
...O MELHOR BANQUETE...
...O MELHOR BANQUETE...
...O MELHOR BANQUETE...

Os «tubarões» em maus lençóis!

O CASO DOS TELEFONES...
...Os «tubarões» em maus lençóis!
...O CASO DOS TELEFONES...
...Os «tubarões» em maus lençóis!



Adhemar de Barros

MODOS DE BIEER



ORGANIZAM A MANHA OS HERÓIS DA CAMPANHA DA SAÚDE

CAMPEÕES DO MUNDO
Os brasileiros deram espetáculo ao futebol conquistando o "Copa Jules Rimet"

FUZILADO O JOVEM MILIONÁRIO

Humanidade emocionada vê hoje a descida de seus astronautas

HORAS DRAMATICAS NA LUA E NA TERRA

ODIA

ERBY KENNEDY QUASE MORREU NUM DESASTRE

POLICIA TOMA O ALIADO EM MATAIS

ODIA

El escapote: 6 a 3

ODIA

Como o Brasil se preparou para o terremoto

Cientistas brasileiros fazem alerta: MAIS TERREMOTOS VEM AÍ

Milicianos são como o dragão de São Jorge

Uma capa 'rachada' por terremoto levou o Prêmio Esso Especial de Primeira Página em 2008

Em 2009, O DIA ganhou o mesmo prêmio ao traduzir graficamente a queda do Vasco para a Segundona

ODIA

A FAIXA PRETA HOJE É DE LUTO

Felizes emocionados matou africano

CERTIDÃO de nascimento

ALEXANDRE FREILAND
alexandrefreiland@uol.com.br

Está gravado no DNA do jornal e consagrado na primeira de suas primeiras páginas: **O DIA** nasceu para ficar ao lado de "um povo que só tem existido para sofrer e pagar impostos". É seu porta-voz.

Uma capa como aquela de 6 de junho de 1951, da manchete 'Roncando de Olhos Abertos', não envelhece quando o Sol se põe. Vira documento, carta de princípios. É como se fosse certidão de nascimento em que o bebê recebe e proclama as bandeiras éticas que o levarão até a maturidade.

Nessas seis décadas de existência, não foram poucas as vezes em que **O DIA** as-

sumiu esse papel, seja como defensor dos moradores do Rio, seja como testemunha de sua História. É uma relação de tamanha cumplicidade que o Jornal é capaz de abraçar uma escola inteira, como na edição de abril de 2011 em que reuniu dezenas de manifestações de apoio às famílias de Realengo, da primeira à última página, após o massacre da Tasso da Silveira.

Nesse breve mosaico de capas surgem mobilizações pela paz, escândalos políticos, conquistas e tragédias no esporte, grandes causas sociais. E fica evidente que uma coisa não mudou no **DIA**: a luta incansável pelo Rio e por sua gente, um compromisso firmado há 60 anos.

Alexandre Freiland é Diretor de Redação do DIA

■ HISTÓRICO: em 29 de novembro de 2010, a primeira página destacou a retomada do Complexo do Alemão pelas forças de segurança

UMA LIÇÃO PARA SE ORGULHAR

Diretora-geral Sueli Gaspar recebe medalha de 'O DIA' por ter transformado o Ciep 1º de Maio, em Santa Cruz, na melhor escola do primeiro segmento entre 971 unidades da rede municipal

MARIA LUIZA BARROS
mbarros@uol.com.br

Durante toda a infância, a professora Sueli Pontes Gaspar, 51 anos, foi educada pela mãe, lavadeira, na base de provérbios. Um deles, porém, se recusou a obedecer: "Pau que nasce torto morre torto". "Costumava brincar com minha mãe dizendo que sempre era possível mudar, nem que fosse preciso colocar uma estaca para endireitar", ensina. Ela estava certa. Dona de um carisma contagiante e com uma dedicação extrema ao ensino público, a ex-merendeira chegou a diretora-geral e transformou o Ciep 1º

de Maio, em Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio, na melhor escola do primeiro segmento (1º ao 5º ano do Ensino Fundamental) entre 971 unidades da rede municipal.

Uma história de superação que lhe valeu a primeira das medalhas 'Orgulho do Rio', que serão entregues por **O DIA** todo domingo aos profissionais que mais contribuíram para um Rio melhor no ano em que o jornal completa 60 anos. "Quando me tornei professora, minha mãe sempre quis me dar um anel de formatura. Mas não teve condições. Hoje ganhei uma medalha que me enche de orgulho. Tenho certeza de que onde ela estiver, estará feliz por mim", emociona-se.

O pai, guarda noturno e compositor nas horas vagas, sonhava que a filha fosse maestra. "Não segui a profissão como ele queria. Mas de certa forma, hoje eu vivo regendo a vida dos meus alunos. Meus pais sempre apostaram muito em mim. Por isso, acredito tanto nos meus alunos e eles retribuem", explica ela.

Pais e professores que a ajudaram a transformar a comunidade garantem que o mérito é todo dela. "A Sueli conseguiu resgatar valores que foram se perdendo", diz a coordenadora pedagógica Sandra de Souza.

RECEITA DE SUCESSO

Estímulo à participação de pais, simulados e reforço de aprendizado

A semente que agora dá frutos foi plantada por Sueli há cinco anos, quando ela assumiu a direção da escola da Zona Oeste. No primeiro dia, a diretora se deparou com portões escancarados, banheiros depredados e portas e vidros quebrados. A escola já tinha sido furtada 23 vezes. Haviam levado tudo: computadores, aparelhos de televisão, vídeos, até fiação elétrica.

Movida por desafios, ela decidiu arregaçar as mangas e abrir as portas para as famílias das comunidades de Rola e Antares, regiões dominadas pelo tráfico de drogas. Com o comprometimento dos professores, implantou ideias simples, como simulados semanais, que estão fazendo a diferença na melhoria do ensino público carioca. Receita de sucesso da antiga merendeira, temperada com amor. "Temos que mudar para melhor a vida das pessoas", ensina ela.

Lição aprendida por pais ausentes que se tornaram os maiores parceiros. "A Sueli sempre foi muito exigente. Quería que chegasse no horário, não faltasse à reunião de pais e trouxesse as crianças lim-

pinhas e arrumadinhas", conta Soraila Fernandes Silva, de 33 anos, que acabou se tornando uma das mais atuantes entre as mães voluntárias.

Na escola de Santa Cruz, Sueli estimula as turmas a participar do programa Vapt-Vupt. Na sexta-feira, todos os estudantes levam livros para casa e os trazem de volta na segunda-feira, junto com diário onde escrevem sobre o que leram. A escola criou projeto de reforço S.O.S. para os que têm dificuldades na aprendizagem: quem aprende a ler e a escrever recebe "alta".

No último IDE-Rio, o índice criado pela prefeitura para medir aprendizado em português e matemática, evasão e repetência, o colégio saltou de 4,7 (2009) para 8,1 (2010), numa escala de zero a 10. A média da rede hoje é 4,5.

Sueli dedicou a conquista aos professores, alunos e sua família. "Minha mãe não era letrada, mas me transmitiu valores. Ela dizia: 'você tem muita responsabilidade neste mundo. Não vai deixar a peteca cair'. Parecia que ela sabia o que o destino reservava para mim".



Hoje ganhei uma medalha que me enche de orgulho. Tenho certeza de que onde ela (minha mãe) estiver, estará feliz por mim

Sueli Gaspar, diretora-geral do Ciep 1º de Maio



O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento de V. Ex^a está deferido pela Mesa.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Marcelo Crivella, primeiro signatário do requerimento para esta sessão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sua presença aqui hoje abrilhanta, engrandece esta sessão, como Presidente do Congresso Nacional, Presidente José Sarney.

Quero saudar também a Senadora Ana Amélia, sempre tão lúcida, sempre tão ilustrada, ocupando esta tribuna e mostrando não só toda beleza, toda ternura da alma feminina, mas também a cultura e as resistências morais da mulher brasileira para orgulho nosso. E ao meu companheiro do Amapá, que foi tão gentil, Geovani Borges.

Quero saudar também a Sr^a Embaixadora da Filipina, Sr^a Eva Betita, augurar a senhora dos nossos mais efusivos votos de que a tempestade, o furacão que atinge o seu país possa trazer o mínimo de danos e que aquele povo trabalhador, humilde, possa reconstruir as perdas. Seja bem-vinda entre nós.

Quero também saudar o Embaixador de Cuba, Sr. Carlos Zamora. Quero saudar o Presidente do Conselho de Administração da Empresa Jornalística Econômica (Ejesa) e Editora do jornal **O Dia**, Sr^a Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos, muito obrigado pela sua presença, o seu investimento no meu Estado, o Rio de Janeiro, é para nós muito importante.

Quero saudar também o meu companheiro Alexandre Freeland, que tem sido um grande batalhador naquele jornal, enfrentado a empresa do porte de **O Globo**, que não só tem um jornal de muitas décadas no Estado do Rio de Janeiro, um jornal tradicional, mas também tem televisão, rádios importantes, revistas; é um império. Mas vocês, como Davi, que tinha apenas a funda para enfrentar o Golias, continuam no coração do povo do Rio de Janeiro.

O trabalho do jornal **O Dia** é muito mais só o de informar, porque a minha cidade, Ana Amélia, a cidade do Rio de Janeiro não é uma só, são duas, duas irmãs siamesas e, eu diria, infelizmente, monstruosas. De um lado, tem-se um Rio muito culto, bonito, um Rio que viaja, um Rio que se educa, um Rio do lazer, um Rio das praias, dos condomínios, das **lan houses**, dos **shoppings**, um Rio que não fica a dever em nada a Milão, a Nova York, a Paris, a Los Angeles. Agora, a uma distância constrangedora, há também uma imensa parcela da nossa população vivendo abaixo da linha da dignidade humana, crianças em barracos, em favelas, no meio de ratos.

E o jornal **O Dia** é, de uma maneira misteriosa, alguma coisa que une essas duas cidades, porque, com

a sua linguagem, com seu dia a dia, com os seus colunistas, com as suas reportagens, de repente, parece que o leitor de **O Dia** acaba sendo envolvido nessa atmosfera da informação, do entretenimento, da cidade, do encanto, e as nossas diferenças se tornam pequenas.

Eu admiro muito o jornal **O Dia**. Não pude estar naquela ocasião. Mas, agora de manhã, eu estava na reunião com a Presidenta Dilma. A Presidenta Dilma está preocupada porque a crise internacional acentua-se e ela está convencida de que o Brasil, para não sofrer os efeitos dessa crise, precisa fazer um esforço para manter o seu equilíbrio fiscal. Então, ela reuniu a base do Governo para avisar que vai subir o superávit primário, mas vai subi-lo exatamente para a gente abaixar os juros, para a gente poder atrair capitais não especulativos e manter o investimento, a garantia do trabalho, os programas sociais, essas obras que estão mudando o Brasil e que começaram no governo do glorioso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Então, eu disse a ela que teria que sair para vir a esta homenagem, e ela disse: “Então, por favor, você reitere, eu estive no Rio de Janeiro, mas você reitere o meu apreço, a minha admiração a esse grande jornal. E parabéns ao Congresso por homenageá-lo”.

É interessante que políticos tenham tanto apreço por um jornal, porque normalmente políticos têm é mágoa de jornais. Mas aqui é diferente, o jornal **O Dia**, embora crítico, não deixando de cumprir a sua missão, não é promotor do ódio gratuito; aqueles jornalistas que muitas vezes se movem apenas pelo rancor da notícia, que deve ser dada – a notícia da corrupção política nos horroriza a todos –, mas deve ser sempre tratada com pesar. Em algumas editorias, parece que ela é tratada com uma orgia, numa alegria neurótica, num júbilo enlouquecido, ensandecido, e, quando termina um escândalo, buscam logo outro e, muitas vezes, nem apuram. Nesse dilúvio, meu Deus do céu, de ódios, às vezes, acabam cometendo injustiças tão graves contra homens públicos que dedicaram a sua vida às nossas instituições e que sofrem com suas famílias.

Pois bem, o jornal **O Dia** é diferente. As suas críticas têm por objetivo aperfeiçoar a nossa vida democrática. O jornal **O Dia** é um jornal de informação. O jornal **O Dia** trata da cidade como ela é, da alma carioca, da alma do Rio, do Estado do Rio de Janeiro. O jornal **O Dia** é uma leitura gostosa, ela nos enternece nas suas cores, muitas vezes, nas nossas mazelas, na nossa violência, nos acidentes, nos crimes que, infelizmente, são contingências inevitáveis nos nossos processos de evolução social, mas, ainda assim, na página seguinte, tem-se a foto dos nossos eventos, dos nossos **shows**, das nossas praias, das coisas curiosas que acontecem no Rio. E essa alma carioca, essa coisa do jornal **O Dia** já vem desde 1951, com Chagas Freitas, que foi, primeiro, Deputado Federal e, depois, Governador do Estado

do Rio de Janeiro, e uma das lideranças políticas mais influentes nos anos 60 a 80. **O Dia** consta de uma lista de poucos jornais longevos do País.

Pois bem. Hoje, tem uma média diária de 60 mil exemplares, acompanha as tendências dos periódicos mais destacados do País e também mantém versão digital em seu portal, belíssima. Tenho certeza de que milhões de pessoas visitam **O Dia**, sou um **habitué** desse portal, cuja arquitetura é muito clara, é cativante, são bonitas suas cores, suas páginas. Além disso, tem também o grupo o jornal **Meia Hora**, que é leitura obrigatória dessas classes D e E, que, agora, estão pulando para a C, desses brasileiros que, agora, estão tendo recurso e tempo para se informar, para conhecer melhor a nossa terra, e eles lêem o jornal **Meia Hora**, campeão de vendas no Rio de Janeiro.

Mas ainda tem a TV **O Dia** e tem também a rádio, que é primeiro lugar, a FM **O Dia**. Ela é muito ouvida no Rio de Janeiro. Seus eventos são um sucesso! Ela é ouvida nos carros, pelos meninos *motoboys*, nos táxis, nas casas. A FM **O Dia** é, disparada, a primeira rádio em audiência e ela está, realmente, no coração do povo do Rio de Janeiro. Além disso, há uma agência de notícias e o Instituto Ary Carvalho.

E quando me refiro a Ary Carvalho, lembro-me com pesar de uma manhã como esta, talvez neste horário mesmo, 11h57, ele, que era um carioca de Ipanema, um homem que gostava tanto da nossa música, da rotina do Rio, da alma, da idiossincrasia carioca, num acidente em casa, num acidente doméstico, fere seu nariz, é socorrido na Beneficência Portuguesa, mas, para nossa tragédia, para nossa tristeza, ele acaba falecendo, afogado com o próprio sangue. Que coisa dolorosa ocorreu naquele momento, deixando suas filhas e sua esposa e o povo do Rio de Janeiro com o coração esfaqueado de saudade e com imensa gratidão pelo seu esforço.

Com ele, **O Dia** cresceu muito. **O Dia** chegou, nos áureos momentos, a disputar o primeiro lugar em vendagem no Rio de Janeiro. Ary ampliou suas rotativas, sua gráfica enorme, imensa, na região de Benfica, seu prédio no centro da cidade. O povo do Rio de Janeiro podia constatar e ver que ali estava um jornalista presente, atuante, inteligente, dos maiores do seu tempo. E, como eu disse, sempre enfrentando um grande adversário, um dos maiores jornais do País, que é o jornal **O Globo**, que tem também, instrumentalizando suas vendas, uma televisão que é a primeira do País.

O Dia, então, surge na época de ouro do jornalismo impresso, naqueles dias de junho de 51, quando o jornal lançava suas primeiras edições. A Guerra da Coreia, um dos episódios mais tensos da Guerra Fria, ocupava o noticiário. Getúlio Vargas, que estava em seu primeiro ano de governo, montava a base política no Parlamento, assentada na coligação PTB-PSD-PSP, e o Censo de 50

anunciava que a população brasileira alcançara mais de 52 milhões de habitantes, cada vez mais concentrados nas cidades, como disse a ilustre dama Ana Amélia.

O Brasil ensaiava a consolidação do regime democrático após a ditadura do Estado Novo, que se notabilizara, entre outros feitos, por estabelecer um regime de completa restrição da liberdade de imprensa. A atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o estabelecimento de autorização para circulação de publicações impuseram forte controle dos meios de comunicação. Assim, quando as liberdades democráticas se restabeleceram, após a queda da ditadura varguista, a liberdade de imprensa surgiu como seu sucedâneo natural.

Todos esses fatores contribuíram para que os anos de 1945-1964 fossem considerados a época de ouro do jornal impresso no Brasil. De acordo com levantamento da agência de publicidade J. Walter Thompson, em 1952 estavam em atividade 230 jornais, com uma circulação total de 5,75 milhões de exemplares. O rádio desfrutava de enorme audiência, a televisão estava em seus primórdios, porém, o jornal impresso era o veículo formador de opinião por excelência.

Nesse ambiente de experimentação democrática surgiu **O Dia**. Para Alberto Dines, o jornal “é o fragmento da história e da memória de um país”. Nada mais verdadeiro para o periódico carioca, que acompanhou todos os grandes fatos da história nacional, repercutidos e noticiados em suas páginas. É um patrimônio da cultura do Rio de Janeiro, mas que se extravasa para todo o Brasil.

Um dos jornais mais populares do Brasil, **O Dia**, refletia o Brasil a partir de mirada particular, a do Rio de Janeiro. **O Dia** estabeleceu-se no cotidiano carioca do café da manhã à mesa dos restaurantes. Comercializados a preços inferiores aos da concorrência, quem o adquiria era o público mais humilde, com absoluto e refutável sucesso nas escadarias da Central do Brasil, que concentrava o fluxo de habitantes vindos dos subúrbios distantes do Rio.

Definido como jornal popular de notícias do dia a dia, alterou sua linha editorial em tempos recentes, transformando-se em jornal de excelente nível, sem perder sua raiz e sua vinculação com as classes mais populares.

Comemorar o aniversário desse importante veículo de comunicação é também comemorar a liberdade de Imprensa.

Machado de Assis deixou-nos esta frase:

O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções.

Como carioca, eu não poderia deixar de prestar esse tributo, em nome do povo da minha terra, a um jornal que faz parte não só da nossa história, mas do nosso cotidiano. Nós não saberíamos se teria nossas vidas o mesmo encanto no futuro se não tivéssemos, sempre a nossa disposição, o jornal **O Dia** para lermos as coisas de nossa cidade e de nosso Estado. Que **O Dia** continue com essa nobre missão e que possamos voltar a esta tribuna outras vezes para comemorar o sucesso desse veículo que tanto se identifica com o viver do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Teremos a satisfação agora de ouvir a Sr^a Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos, Presidente do Conselho da Editora Jornal **O Dia** e do Grupo Econômico Ejesa.

A SRA. MARIA ALEXANDRA MASCARENHAS VASCONCELLOS – Exm^o Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, José Sarney; Exm^o Sr. Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella; Senadora Ana Amélia; Senador Geovani Borges; Sr^a Embaixadora das Filipinas; Sr. Embaixador de Cuba; Exm^{os} Srs. Senadoras e Senadores; caríssimo D. Paulo, meus amigos e minhas amigas aqui presentes, é um enorme prazer estar hoje, aqui, para celebrar uma data tão importante para o Grupo **O Dia**, para o Rio de Janeiro e, por que não dizer, para a própria democracia. Não falo em meu nome apenas. Tenho a honra de vir a esta Casa participar da comemoração dos 60 anos do jornal **O Dia** não apenas como presidenta e principal acionista do grupo editorial Ejesa, controladora do Grupo **O Dia**, mas também como representante dos mais de 700 funcionários e colaboradores, dos antigos proprietários, enfim, de todas as pessoas que contribuíram para que o jornal atravessasse seis décadas de existência ajudando a escrever a história do Rio de Janeiro e do Brasil.

Nos últimos 60 anos, o Brasil já foi comandado por 20 Presidentes da República, teve oito moedas diferentes, viveu as dores e as delícias do crescimento e do amadurecimento institucional. Tudo isso foi decisivo para transformar o Brasil em um dos países mais pujantes da atualidade. Entre 2003 e este ano, quase 50 milhões de pessoas – o equivalente à população da Espanha – ingressaram nas classes A, B e C. O crescimento da renda e a queda da desigualdade estão desenhando uma nova geografia econômica e social, abrindo perspectivas e encerrando, definitivamente, a ideia de que o Brasil é o país do futuro. Somos o País do presente. O mundo inteiro, hoje, olha para cá com respeito e admiração pela força da nossa economia, o vigor da nossa democracia e a incomparável alegria de viver do nosso povo.

O mesmo aconteceu com o Rio de Janeiro, cidade onde nasci e vivi até a adolescência, quando, por questões familiares, mudei-me para Portugal. Mas nun-

ca deixei de vir ao Brasil e ao Rio, onde decidi investir tempo e recursos em um projeto jornalístico que me orgulha e motiva cada vez mais. O Rio, depois de décadas de brigas políticas, atraso e perda de representatividade, passa por uma grande transformação. Uma série de iniciativas, muitas delas com o apoio decisivo desta Casa, está ajudando o Rio a se levantar e a reconquistar todo o seu prestígio dentro e fora do Brasil. Poucos lugares do mundo têm uma agenda para a próxima década como o Rio: sede da Copa do Mundo, em 2014, e das Olimpíadas, em 2016, cartão-postal do Brasil, o Rio é hoje um lugar integrado, moderno, polo de atração de investimentos públicos e privados.

Todas essas extraordinárias transformações, senhoras e senhores, têm uma impressionante simetria com as mudanças que vêm sendo implementadas em **O Dia**. O Grupo **O Dia** tem, hoje, mais de três milhões de leitores no Rio de Janeiro. O jornal está cada vez mais ágil, dinâmico, presente em todas as plataformas de mídia e presente, sobretudo, na vida dos milhões de habitantes e leitores do Rio de Janeiro.

Desde o ano passado, quando assumimos o controle do jornal, modernizamos nossas instalações, investimos em talento e tecnologia, dedicamos todas as nossas energias para entregar informação precisa como, onde e quando as pessoas necessitam e desejam. Queremos oferecer cada vez mais e melhor leitura com a independência e o rigor que os brasileiros merecem.

Não tenho dúvidas, Sr^{as} e Srs. Senadores, que esta Casa tem participação decisiva na construção desse novo Brasil e desse novo Rio, que tem despertado a atenção do mundo todo. Para nós, de **O Dia**, é um privilégio ser testemunha dessa fascinante história.

Muito obrigada a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os Srs. Senadores Wilson Santiago e Renan Calheiros enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, começo meu discurso nesta segunda-feira, 29, parabenizando o Senador Marcelo Crivella pela feliz iniciativa em homenagear o jornal **O Dia** com sede no Rio de Janeiro, mas, de circulação em diversas regiões do país. **O Dia** completa 60 anos de atividade, o que, com toda a certeza, deve ser motivo de comemoração a todos os que amam as liberdades democráticas, o que implica na ampla liberdade de expressão, somente possível pelo funcionamento da imprensa, sem qualquer tipo de amarra.

O jornal foi fundado em 5 de junho de 1951 pelo então deputado Chagas Freitas, futuro governador dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Desde então optou por uma linha jornalística mais ligada ao

popular, sendo o preferido das camadas suburbanas cariocas, o que lhe garantiu enorme tiragem. Essa opção criou, também, dificuldades entre as camadas mais intelectualizadas da população, que torciam a cara às manchetes que invariavelmente referiam-se a fatos policiais ou bizarros. Foi duramente estigmatizado.

Durante um bom tempo o jornal seguiu o seu curso nesse diapasão. Chegou a formar uma legião de seguidores através de outros pequenos jornais regionais que se espelhavam em **O Dia**, na opção pelas manchetes de natureza popularesca. Isto, até o ano de 1983, quando foi comprado pelo jornalista e empresário Ary Carvalho, que resolveu mudar completamente a linha editorial do órgão, enveredando por um jornalismo mais voltado para as classes médias mais letradas, leitoras do *Jornal do Brasil*.

Consta na história do jornal que a mudança não foi muito boa para **O Dia**. Segundo avaliam os observadores da mídia brasileira, ficava bastante difícil uma mudança tão radical de uma hora para a outra. Era impossível fazer com que a população carioca, e brasileira, deixasse de ver **O Dia** senão marcado por uma característica expressa pela máxima “se espremer sai sangue”, com que foi batizado o jornal durante sua existência até então. Afinal de contas, foi assim que o noticiário de **O Dia** ficou marcado, ou seja, pela absoluta predominância de matérias inteiramente voltadas para o policial.

No entanto, Ary Carvalho, que hoje dá nome a uma fundação ligada à empresa **O Dia**, prosseguiu em seu intento de modificar a imagem do jornal perante o leitor. Investiu no visual, ficou colorido, as fotos bem tratadas. Os temas começaram a variar entre as reivindicações dos servidores, tanto civis como militares. Segundo o jornalista carioca Roberto Porto, em artigo publicado no Portal Comunique-se, **O Dia** “arrebentou a boca do balão”, abrindo brechas generosas no nicho de leitores dos tradicionais jornais do Rio de Janeiro.

Em meados de 1988, o jornal **O Dia** apresentou um novo tipo de caderno: o Caderno D, que atualmente é conhecido como **O Dia D**. O caderno passou a trazer diariamente guias da programação televisiva, piadas, jogo de erros e palavras cruzadas, e também tiras de quadrinhos diárias. Os quadrinhos são marcas registradas de jornais que buscam incentivar a criatividade e o bom entretenimento, com conteúdo elevado. Algumas dessas tiras originais ainda sobrevivem em **O Dia**.

Atualmente, sob a propriedade da Empresa Jornalística Econômico S.A. (EJESA), que publica o *Brasil Econômico*, a Editora **O Dia** inclui ainda o jornal *Meia Hora*, o esportivo *MarcaCampeão*, o portal **O Dia Online**, a *TV O Dia*, além de uma agência de notícias e do Instituto Ary Carvalho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, e, volto a afirmar, sempre muito importante registrarmos solenemente nesta Casa o aniversário de um jornal, como **O**

Dia. Dessa forma, estamos incentivando o surgimento de novos órgãos de Imprensa, cuja existência emprestara contornos cada vez mais sólidos à democracia brasileira. Portanto, aceitem os meus mais sinceros parabéns todos os que fazem o jornal **O Dia**, desde sua direção, aos administradores, às oficinas e aos seus dedicados jornalistas.

Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, no dia 5 de junho passado, o jornal **O Dia** comemorou 60 anos de existência, consagrando-se como um dos mais importantes meios de comunicação do nosso País.

O veículo de informação foi fundado pelo jornalista Chagas Freitas, que foi Deputado Federal, Governador da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro. Ele foi um homem público polêmico e de grande prestígio na cena política do Rio de Janeiro e do Brasil, entre os anos 1955 a 1983.

O jornal **O Dia** começou sua trajetória inovando frente aos demais. Surgiu como um matutino e era o primeiro a chegar às bancas. Nas primeiras horas da madrugada, já estava disponível, estampando na primeira página notícias quentes da cidade do Rio de Janeiro e do País. Os outros jornais só chegavam mais tarde, normalmente no final da manhã, e traziam manchetes sobre assuntos que não interessavam ao grande público. Com o tempo, eles perceberam que precisavam também se tomar madrugadores, para poderem competir com **O Dia**, que não parava de crescer.

Além dessa inovação de sair de madrugada, **O Dia** contava com um sistema de distribuição bastante simples e eficiente, que também o diferenciava dos outros concorrentes. A estratégia usada era a seguinte: o distribuidor recolhia o jornal no seu local de impressão, na Rua Marechal Floriano, no centro do Rio de Janeiro, e o levava para o Largo da Carioca, onde centenas de jornaleiros já estavam à espera para buscá-lo. Com isso, em menos de um mês de circulação, **O Dia** assumiu a liderança de vendas em todas as bancas do Rio de Janeiro.

Por outro lado, é importante lembrar que, naquela época, não existia a concorrência da televisão e os jornais tinham um papel fundamental como fonte de informação e, também, como formadores de opinião. Dessa forma, pela sua própria característica de divulgar notícias de impacto popular, de chegar às mãos dos leitores em primeiro lugar e de dispor de um sistema de gestão e de distribuição cuidadosamente monitorados, o jornal **O Dia** logo assumiu o lugar de líder incontestável de preferência. Normalmente, o veículo de comunicação era visto e lido por toda parte. Nas ruas, nos locais de trabalho, nos bares, nos cafés, nos ônibus, nas lotações, nos trens suburbanos e em

outros transportes de massa, via-se que a maioria da gente simples trazia consigo **O Dia**.

A partir de 1983, o jornal foi comprado pelo jornalista Ary Carvalho, que fez uma reforma profunda no matutino. Como acabei de assinalar, no tempo de Chagas Freitas, o veículo se caracterizava pela publicação de notícias populares, que eram preferidas pelas camadas de baixa renda e serviam aos interesses políticos e eleitorais do seu dono. Após as transformações, o jornal mudou seu conteúdo e praticamente abandonou o caminho anterior. Passou a apresentar matérias visando os leitores de maior nível educacional e abriu uma concorrência com outros meios de comunicação, tais como O Globo e o Jornal do Brasil, que tinham como foco principal o público de classe média e os consumidores mais intelectualizados.

Após o falecimento do jornalista Ary Carvalho, em 2003, a empresa jornalística passou a ser administrada por suas três filhas. Naquela ocasião, o Grupo como um todo compreendia a Rádio MPB FM; a Editora O Dia; o Jornal Meia Hora; o Portal **O Dia Online**; a TV O DIA; a Rádio FM O Dia; uma agência de notícias e o Instituto Ary Carvalho. Em 2010, a Editora O Dia foi vendida, por 75 milhões de dólares, à Empresa Jornalística Econômico S.A. (EJESA), que publica o **Brasil Econômico**.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde a sua primeira edição até os dias de hoje, **O Dia** teve a preocupação de refletir a realidade do Rio de Janeiro, do Brasil e do mundo, por meio de um estilo jornalístico direto e contundente. Inegavelmente, ao longo desses 60 anos de história, o estilo de jornalismo praticado em **O Dia** transformou o jornal em testemunha fidedigna dos acontecimentos do Rio de Janeiro e do Brasil. Assim, nessas seis décadas de serviços prestados, **O Dia** foi comentado nas ruas, no cotidiano e fez parte do imaginário popular. Podemos dizer que, em seu acervo, estão gravados 60 anos da história do homem comum carioca, do nosso comportamento social e do nosso processo político e histórico recente.

Por tudo isso, por tudo o que representou e representa esse jornal para a sociedade carioca e brasileira, nossos parabéns pelo transcurso de seus 60 anos de fundação.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Antes de encerrar esta sessão, quero agradecer a presença da Embaixadora das Filipinas, Ex^{ma} Sr^a Eva Betita; do Sr. Embaixador de Cuba, Carlos Zamora; quero agradecer a presença honrosa da Sr^a Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos, presidente do grupo Ejesa (Empresa Jornalística Econômico S.A) e editora do jornal **O Dia**; quero agradecer a presença do Sr. Nuno Vasconcellos; do diretor-executivo da Empresa Jornalística e chefe de redação do jornal **O**

Dia, Alexandre Freeland, que, naturalmente, é quem carrega o dia a dia do jornal e nos ombros de quem repousa o sucesso; a diretora de relações institucionais da Ejesa, Sr^a Evanise Santos; Ex^{mas} Sr^{as} e Srs. membros do Corpo Diplomático, senhoras e senhores profissionais de comunicação, minhas senhoras e meus senhores que honram o Senado com suas presenças nesta sessão, esta é realmente uma homenagem muito significativa. Sem dúvida, na história do jornal, ela ficará marcada com a sessão que aqui se realiza, no Senado brasileiro, que é a instituição que representa a Nação, em homenagem a uma data tão significativa, dos seus sessenta anos.

Quando surgiu a grande invasão das novas formas de tecnologia, dois alvos principais dizia-se que desapareceriam: o livro impresso e o jornal escrito. O tempo mostrou que não só não desapareceram, não desaparecem e não desaparecerão. Nem o livro, nem o jornal. E eu sempre digo que o livro, pela alta tecnologia que ele representa, porque não precisa de eletricidade, não precisa de nenhum outro meio, cai e não quebra, pode-se abrir e levar, a qualquer momento, a qualquer lugar; com absoluta simplicidade, ele está à disposição das pessoas. E o jornal, que todos diziam que seria pautado pela Internet, hoje está pautando a própria Internet. E, ao contrário do que se pensava, que desapareceria, aumenta cada vez mais, no mundo inteiro, o número de leitores de jornal. Evidentemente que para isso uma nova forma de jornal tem que ser construída, que é o jornal com responsabilidade, o jornal que é feito com dinamismo e o jornal que estará, sem dúvida alguma, sintonizado com o povo. Sem isso, evidentemente, o jornal moderno não pode se sobreviver. Quer dizer, essa nova linguagem, essa nova postura é realmente aquilo que o faz concorrer com as novas tecnologias.

O jornal **O Dia**, sem dúvida alguma, no Brasil é sinônimo do jornal popular. É aquele que está sintonizado com a alma do povo, aquele que está presente não nas notícias elitistas somente, mas também na vida diária, porque o cidadão deseja conhecer a realidade em que vive e, ao mesmo tempo, as ideias que recebe. O jornal **O Dia**, portanto, é um sinônimo também não da população do Rio de Janeiro, mas é um jornal carioca, tudo o que diz de singularidade nessa palavra, com os seus valores. Portanto, é com muita honra que nós agradecemos a presença de todos.

Encerramos esta sessão, saudando os sessenta anos do jornal **O Dia**.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Está encerrada a sessão. (*Palmas*.)

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 13 minutos.*)

Ata da 148ª Sessão, Não Deliberativa, em 29 de agosto de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência da Sra. Vanessa Grazziotin e dos Srs. Geovani Borges,
Mozarildo Cavalcanti, Anibal Diniz, Ataídes Oliveira e Paulo Paim*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 19 horas e 55 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos seguintes Projetos de Decreto Legislativo:

- **nº 563, de 2003** (nº 2.589/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural de Belo Horizonte para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais;
- **nº 264, de 2007** (nº 1.782/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Maranhense de Assistência Comunitária – Fumac para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís, Estado do Maranhão;
- **nº 318, de 2007** (nº 136/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Integração FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul;
- **nº 654, de 2009** (nº 1.185/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Bayeux Fm Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Puxinanã, Estado da Paraíba;
- **nº 610, de 2010** (nº 2.674/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora

em frequência modulada na cidade de Mendes Pimentel, Estado de Minas Gerais;

- **nº 700, de 2010** (nº 1.332/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Nova Veneza para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Veneza, Estado de Goiás;
- **nº 702, de 2010** (nº 1.484/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos de Turvânia – AATUR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Turvânia, Estado de Goiás;
- **nº 703, de 2010** (nº 1.550/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Lago dos Tigres para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Britânia, Estado de Goiás;
- **nº 705, de 2010** (nº 1.749/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiofusão de Comunitária de Cumari para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cumari, Estado de Goiás;
- **nº 706, de 2010** (nº 1.801/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mineiros, Estado de Goiás;
- **nº 2, de 2011** (nº 2.280/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Rio Tungo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirinzal, Estado do Maranhão;
- **nº 20, de 2011** (nº 2.568/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à SBC – Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curuçá, Estado do Pará;
- **nº 32, de 2011** (nº 2.653/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização

- à Associação Comunitária e Rural Afonsense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais;
- **nº 35, de 2011** (nº 2.672/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Record de Bauru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bauru, Estado de São Paulo;
 - **nº 52, de 2011** (nº 2.770/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Douradoquarense – ACCD para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Douradoquara, Estado de Minas Gerais;
 - **nº 57, de 2011** (nº 2.782/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à H. Sul Fm Rádio Difusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **nº 64, de 2011** (nº 2.806/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário São Sebastião para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paratinga, Estado da Bahia;
 - **nº 69, de 2011** (nº 2.817/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Mendonça para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mendonça, Estado de São Paulo;
 - **nº 87, de 2011** (nº 1.069/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Cebelwam Comunicação e Consultoria Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Água Branca, Estado do Piauí;
 - **nº 110, de 2011** (nº 1.409/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Amigos de Alvorada do Gurguéia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada do Gurguéia, Estado do Piauí;
 - **nº 113, de 2011** (nº 2.481/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Centauro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinésia, Estado de Minas Gerais;
 - **nº 114, de 2011** (nº 2.908/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação L'Hermitage para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; e

- **nº 172, de 2011** (nº 2.993/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educadora São José para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2008 – Complementar**, do Senador Mão Santa, que vincula recursos para a Seguridade Social.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2010** (nº 4.930/2009, na Casa de origem, do deputado José Chaves), que denomina Sistema Metroviário do Recife Engenheiro Pelópidas Silveira o Metrô do Recife/Metrorec, operado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 188, de 2010**, (nº 4.751/2009, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que altera os arts. 1º e 7º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e dá providências correlatas.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2011**, do Senador Pedro Taques, que altera o Código Penal, para prever o crime de formação de quadrilha ou bando com o fim de cometer crime contra agente público, nas hipóteses que especifica.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência comunica ao Plenário que,

tendo em vista a realização de Sessão Solene do Congresso Nacional, no último dia 10, destinada a reverenciar a memória do Senador e ex-Presidente da República Itamar Franco, encaminha o **Requerimento nº 804, de 2011**, ao Arquivo, por já ter sido atendido o seu objetivo.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu, da Senhora Presidente da República, a **Mensagem nº 328, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2010 (nº 5.203/2009, na Casa de origem, do Deputado Arlindo Chinaglia), que *acrescenta arts. 14-A e 14-B à Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para dispor so-*

bre as comissões intergestores do Sistema Único de Saúde (SUS), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e suas respectivas composições, e dar outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 12.466, de 2011.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar de cada autógrafo.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 126, de 2011** (nº 338/2011, na origem), da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

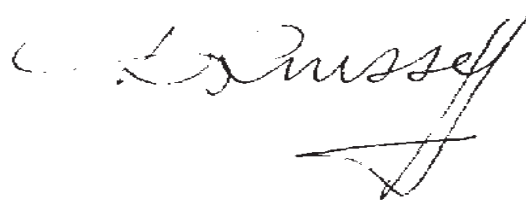
É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM
Nº 126, DE 2011
(nº 338/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor **DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO** para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Brasília, 26 de agosto de 2011.



Curriculum vitae

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

Nascimento: 04/02/1966, Ibaté/SP – Brasil

Carteira de identidade: 15360778 – SSP/SP – 09/03/1987

CPF: 058.918.758-96

Endereço residencial:

Alameda Mariana, nº. 64

Parque Sabará

CEP: 13.567-680 São Carlos/SP – Brasil

Telefone: +55 (16) 3411-3660

E-mail: dirceu.barbano@uol.com.br

Resumo Curricular

Formado em Ciências Farmacêuticas, na modalidade Farmácia Industrial, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas em 1989, onde iniciei a carreira profissional como docente.

Durante 10 anos ministrei as disciplinas de Farmacobotânica e Farmacognosia, além de atuar na Supervisão de Estágios em Indústrias Farmacêuticas e Farmácia Hospitalar dos alunos do Curso de Ciências Farmacêuticas da PUC-Campinas. Em 1991, concluí o Curso de Especialização em Biofarmacognosia na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo – USP. Na mesma Faculdade, cursei Pós-Graduação em Fármacos e Medicamentos, nível de Mestrado. Entre 1993 e 1997 foi cumprido um total de 68 créditos, tendo sido aprovado na qualificação, embora não tenha concluído o curso.

Paralelamente à atividade docente foram desenvolvidas inúmeras outras atividades profissionais, entre as quais destaco o exercício do cargo de Conselheiro do Conselho Federal de Farmácia e diretor do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo durante quatro anos, um ano como Vice-Presidente e os outros três, como Presidente.

Em 1996, reorientei minhas atividades profissionais com as primeiras experiências na gestão de serviços de saúde ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Na época assumi a função de coordenador de uma equipe multiprofissional de apoio à gestão do Hospital Universitário da PUC-Campinas. Foram dois anos e meio de trabalho que levaram a uma qualificação irreversível da assistência, da gestão e da articulação do ensino, da pesquisa e da extensão na instituição.

Nos anos de 1998 e 1999, atuei como Gerente Administrativo do Centro Infantil Domingos Boldrini, hospital de tratamento de doenças hematológicas e oncológicas infantis, localizado na cidade de Campinas.

Entre 2001 e 2004, tive a primeira experiência na gestão direta do SUS, quando ocupei o cargo de Secretário Municipal de Saúde de Ibaté-SP. Além da estruturação da rede municipal de saúde, com ênfase na implantação da estratégia de saúde da família, destaco a municipalização da Vigilância Sanitária e a criação do Hospital e Maternidade Municipal como marcos da gestão.

Em 2004, fui convidado para atuar no Ministério da Saúde como Coordenador Geral do Programa Farmácia Popular do Brasil, na sua fase de criação e implantação. O programa possibilitou um modelo de prestação de serviços públicos na área da assistência farmacêutica, articulando o poder de compra do Governo, os Laboratórios Oficiais e as experiências da Fundação Oswaldo Cruz.

Em maio de 2005, ao assumir o cargo de Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, fui designado para a função de Secretário Substituto de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, permanecendo até abril de 2006. Durante esse período, importantes projetos foram desenvolvidos, entre os quais podem se destacar a expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil para as farmácias privadas, mediante a criação do sistema de co-pagamento denominado “Aqui tem Farmácia Popular”; a criação da Rede Brasileira de Produção Pública de Medicamentos; a revisão do financiamento da Assistência Farmacêutica e o início da revisão da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME).

De abril de 2006 a abril de 2007, atendendo a convite do Prefeito Newton Lima Neto, de São Carlos-SP, exerci cargo de Secretário Municipal de Saúde da cidade. No período, a

gestão municipal foi orientada para a ampliação e qualificação das ações de atenção básica, envolvendo a estratégia de saúde da família e a vigilância em saúde. Foi realizado um intenso trabalho de reestruturação da Vigilância Sanitária Municipal, cujas responsabilidades se expandiram para áreas mais complexas da produção de bens e serviços. Considero muito relevante o envolvimento na gestão da parceria entre a Universidade Federal de São Carlos e a Prefeitura Municipal, visando à instalação do Curso de Medicina, com foco na Medicina Comunitária e de Família.

Destaca-se ainda a construção de articulação entre os institutos de pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, Universidade de São Paulo – Campus São Carlos, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Universidade Estadual Paulista (UNESP), com o objetivo de constituir um centro de pesquisa, inovação e assistência à saúde. A estruturação do portal Ciência, Inovação e Tecnologia em São Carlos (CITESC) (<http://www.citesc.org.br>) e a realização de uma mostra regional de tecnologia e inovação em saúde representam uma experiência que pode servir de base para uma abordagem regionalizada da Política Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde.

A partir de maio de 2007, retornei às funções de Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, mediante convite do Ministro José Gomes Temporão. Nesse novo período à frente do Departamento de Assistência Farmacêutica destaco como resultados relevantes: a ampliação do elenco e do financiamento para a assistência farmacêutica básica; a reorganização da estrutura organizacional do Departamento; o desenvolvimento do Sistema de Gestão para Medicamentos Excepcionais e a conclusão do Formulário Terapêutico Nacional. No Programa Farmácia Popular do Brasil foi atingida a marca de 2,3 milhões de atendimentos ao mês nas 480 farmácias da rede própria e mais de 5.500 farmácias privadas credenciadas no sistema de co-pagamento.

Em outubro de 2008 fui nomeado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, função que exerço até o presente. Em dezembro do mesmo ano fui designado para exercer o cargo de substituto do Diretor-Presidente. Por fim, em abril de 2011 fui designado para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Anvisa.

Atualmente, a Anvisa passa por um momento importante, na qual destaco três grandes linhas prioritárias de ação, sendo a primeira delas a de demonstrar para a sociedade como a capacidade técnica da Agência, o seu rigor e grau de responsabilidade podem ser traduzidos em maior eficiência na relação com os setores da sociedade. Outro ponto prioritário é o necessário alinhamento das ações de vigilância sanitária com as questões de maior impacto e interesse da saúde pública no País, como, por exemplo, a ampliação do acesso a medicamentos e o enfrentamento da exposição das pessoas ao uso de drogas como o crack e o álcool. Nesse sentido, destaca-se que a vigilância sanitária deve ser compreendida como parte integrante do SUS, devendo suas ações ser sinérgicas para a estruturação do sistema, o que implica na adoção de um processo de descentralização de ações que seja solidário e que dê amparo e apoio às esferas municipais. Assim, os municípios terão condições de reforçar sua capacidade de atuação e poderão assumir as atividades que se relacionam diretamente aos seus territórios. O terceiro ponto diz respeito à atuação da Anvisa no atual cenário de desenvolvimento econômico do País, na perspectiva de que a atividade regulatória deverá ter a capacidade de amparar esse momento, e, em conjunto com os setores produtivos, atender às demandas do sistema público de saúde. Além disso, deve-se ressaltar a necessária priorização de medidas que possam atender a demandas de inovação na área industrial da saúde.

Na atuação como Diretor dessa Agência cabe ressaltar as ações voltadas à promoção de maior previsibilidade, transparência, estabilidade e participação da sociedade no processo

regulatório. Nesse sentido, destaco a realização de reuniões públicas da Diretoria Colegiada, reuniões presenciais abertas à participação do público e transmitidas pela internet, bem como a maior abertura ao diálogo, conforme se observa no amplo debate conduzido pela Anvisa nas questões relacionadas aos medicamentos inibidores de apetite e ao descarte de medicamentos. Do ponto de vista regulatório, destaco as ações voltadas ao controle de produtos que oferecem risco à população, como a proibição do uso para fins estéticos das câmaras de bronzeamento artificial e a adoção de regras sanitárias mais rigorosas para prescrição e venda de medicamentos antimicrobianos em farmácias e drogarias.

Formação Acadêmica

- Universidade de São Paulo - USP (nível especialização)
Faculdade de Ciências Farmacêuticas
Curso de Especialização em BIOFARMACOGNOSIA
1990 – 1991
- Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas
Curso de Ciências Farmacêuticas - F.C.M.
Graduação em Ciências Farmacêuticas
Habilitação Farmácia Industrial
1985 – 1989
- Universidade de São Paulo - USP (nível mestrado – não concluído)
Faculdade de Ciências Farmacêuticas
Curso de Pós-Graduação em Fármacos e Medicamentos
Qualificação em Dezembro/1997
- Universidad de La Plata – UNLP – Argentina (nível aperfeiçoamento)
Curso Latinoamericano de Enseñanza de Farmacoterapeutica Racional
Junho 2001

Experiência Profissional

⇒ Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária Brasília - DF

- Período: Abril/2011 até o presente
- Designação: Decreto de 27 de abril de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 80, de 28 de abril de 2011, Seção 2, pag. 1.

⇒ Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária Brasília - DF

- Período: Dezembro/2008 até Abril/2011
- Designação: Portaria nº 3.177, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União nº 253, de 30 de dezembro de 2008, Seção 2, pag. 82.

⇒ Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária Brasília - DF

- Período: Outubro/2008 até o presente
- Designação: Decreto de 10 de outubro de 2008, publicado no Diário Oficial da União nº 198, de 13 de outubro de 2008, Seção 2, pag. 1.

- ⇒ **Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos**
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Ministério da Saúde – Brasília - DF
- Período: Abril/2007 até Outubro/2008
 - Designação: Portaria GM/Casa Civil n.º 328 de 26 de abril de 2007.
- ⇒ **Secretário Municipal de Saúde**
Município de São Carlos - Estado de São Paulo
- Período: Abril 2006 a Abril de 2007
 - Designação: Portaria GP n.º 118 de 31 de março de 2006.
- ⇒ **Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica**
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Ministério da Saúde – Brasília - DF
- Período: Maio/2005 a Abril/2006
 - Designação: Portaria GM/Casa Civil n.º 328 de 03 de maio de 2005.
 - Direção e administração do Departamento de Assistência Farmacêutica
 - Subsídio à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos na formulação de políticas, diretrizes e metas para as áreas de Política de Assistência Farmacêutica e de Medicamentos.
 - Coordenação da gestão das políticas nacionais de Assistência Farmacêutica e de Medicamentos
 - Coordenação e implantação da Rede Brasileira de Produção Pública de Medicamentos
- ⇒ **Secretário Substituto de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos**
Ministério da Saúde – Brasília - DF
- Período: Abril/2005 a Abril/2006
 - Designação: Portaria GM/MS n.º 299 de 25 de Fevereiro de 2005.
- ⇒ **Secretário Interino de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos**
Ministério da Saúde – Brasília - DF
- Período: Fevereiro/2005 a Abril/2005
 - Designação: Portaria GM/MS n.º 299 de 25 de Fevereiro de 2005.
- ⇒ **Coordenador Geral do Programa Farmácia Popular do Brasil**
Departamento de Assistência Farmacêutica
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Ministério da Saúde – Brasília - DF
- Período: Março/2004 a Fevereiro/2005
 - Designação: Portaria GM/MS n.º 517 de 24 de março de 2004.
 - Coordenação técnica e monitoramento da implantação do Programa Farmácia Popular do Brasil, desenvolvido em conjunto com a Fundação Oswaldo Cruz.
 - Elaboração de manual de normas e rotinas para instalação das unidades do Programa Farmácia Popular
- ⇒ **Diretor Substituto do Departamento de Assistência Farmacêutica**
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Ministério da Saúde – Brasília - DF
- Período: Abril/2004 a Fevereiro/2005
 - Designação: Portaria GM/MS n.º 635 de 13 de abril de 2004.
- ⇒ **Secretário Municipal de Saúde**
Município de Ibaté - Estado de São Paulo
- Período: Julho/2001 a Fevereiro/2004

⇒ **Consultor**

CONSAÚDE - Consultoria Auditoria e Planejamento

- Período: Janeiro 2002 a Dezembro 2002
- Consultoria realizada para a Secretaria de Estado da Saúde de Mato Grosso que teve como objetivo a elaboração de diagnóstico e de projeto para a reestruturação da Política Estadual de Assistência Farmacêutica. Apoio na implantação do projeto, com atuação direta junto ao Secretário de Estado da Saúde, cujo relatório final fora encaminhado à Secretaria Estadual da Saúde de Mato Grosso e ao Ministério da Saúde, através da Empresa Consaúde. Projeto contratado pelo Ministério da Saúde, com financiamento do CNPq.

⇒ **Colaborador**

**Gerência Técnica de Assistência Farmacêutica – DAB - SPS
Ministério da Saúde**

- Período: Março 2001 a Julho 2002
- Colaboração na elaboração de projetos e manuais técnicos voltados para o aprimoramento dos instrumentos de gestão da Assistência Farmacêutica nos níveis Estaduais e Municipais.

⇒ **Professor Assistente**

Faculdade de Ciências Médicas

Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas - FCM

- Período: Março/1990 a Setembro/2000
- Disciplinas ministradas – Graduação em Ciências Farmacêuticas
 - Estágio Supervisionado em Farmácia Ambulatorial e Hospitalar
 - Estágio Supervisionado em Indústrias de Medicamentos, Cosméticos e Alimentos
 - Farmacobotânica
 - Farmacognosia
 - Deontologia e Legislação Farmacêutica.
- Pesquisador nas áreas de atenção farmacêutica, saúde coletiva, saúde pública e plantas medicinais.

⇒ **Gerente Administrativo**

Centro Infantil Domingos A. Boldrini - Campinas - SP

Centro de Referência em Oncologia e Hematologia Pediátrica - 80 Leitos

- Período: Abril/1999 a Abril 2000
- Atuação na estruturação da área de suprimentos hospitalares, envolvendo o cadastramento e contratação de fornecedores; a gestão de estoques de medicamentos, material hospitalar e insumos em geral, obtendo maior rotatividade no estoque, redução nos custos dos processos de aquisição e nos preços dos produtos.
- Coordenação dos setores de Farmácia Hospitalar, Almoxarifado e Compras, tratando da estruturação interna e articulação com os demais setores do Hospital.
- Responsável pela Gerência Administrativa, tendo trabalhado na estruturação e articulação da equipe de coordenadores e chefias das diversas áreas do Hospital.
- Acompanhamento da evolução do setor de Faturamento, envolvendo a negociação de contratos com Convênios Privados e Sistema Único de Saúde.
- Acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas áreas Financeira e de Recursos Humanos.

⇒ Professor Instrutor**Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP**

- Período: Abril/1994 a Dezembro/1994
- Disciplina ministrada – Graduação em Ciências Farmacêuticas
 - Farmacognosia

⇒ Assessor Técnico da Superintendência**Hospital e Maternidade Celso Pierro - Hospital Universitário PUC-Campinas**

Hospital Geral - 410 leitos.

- Período: Abril/1996 a Julho/1998
- Responsável pela elaboração e implantação de planos e projetos envolvendo a qualificação técnica; o dimensionamento de recursos humanos e de suprimentos; o suporte logístico e o acompanhamento de custos operacionais das áreas de apoio.
- Assessoramento às Comissões de Controle de Infecções Hospitalares, de Farmácia e Terapêutica e de Padronização de Materiais e Fornecedores.
- Vários projetos desenvolvidos na área de qualidade e aprimoramento de gestão hospitalar, destacando-se as áreas de farmácia, lavanderia e limpeza.

⇒ Presidente do Conselho Regional de Farmácia – CRF-SP**Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - CRF-SP**

Autarquia Federal

- Período: Janeiro/1995 a Dezembro/1997
- Responsável pela gestão administrativa do Órgão, ao qual subordinam-se os gerentes Financeiros e de Contabilidade, de Recursos Humanos, do Departamento Jurídico, de Materiais e Serviços Gerais, de Atendimento aos Usuários e Tramitação de Documentos do CRF-SP.

⇒ Vice-presidente do Conselho Regional de Farmácia – CRF-SP**Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - CRF-SP**

Autarquia Federal

- Período: Janeiro a Dezembro/1994
- Responsável pelo gerenciamento do Setor de Fiscalização, envolvendo a Elaboração e Implementação dos Planos de Fiscalização e a gestão de Recursos Humanos do Setor.

Outras atividades profissionais

- **Membro Titular** da Câmara Setorial de Medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA – Abril/2007.
- **Coordenador** da Comissão Intergovernamental de Política de Medicamentos do Mercosul – Abril 2007 até presente. Atualmente o Brasil ocupa a presidência Pró-Tempore da Comissão.
- **Coordenador** do Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos, organizado de forma conjunta entre o Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e Organização Panamericana de Saúde - OPAS – Abril/2007.
- **Membro Titular** do Comitê Técnico Permanente para a Área de Insumos Estratégicos da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde – setembro 2007.
- **Membro Titular** do Comitê Gestor do Programa Nacional de Fomento à Produção Pública e Inovação no Complexo Industrial da Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde – julho de 2008.

- **Coordenador** da comissão de implantação do Hospital Escola Municipal Prof. Dr. Horácio Carlos Panepucci – Parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde de São Carlos e a Universidade Federal de São Carlos.
- Período: Setembro/2006 até Abril/2007.
- **Membro** do Comitê Gestor da Rede Brasileira de Produção Pública de Medicamentos. Representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - CONASEMS. Designação: Indicação formal do CONASEMS.
- Período: Maio/2006 a Abril/2007.
- **Membro** do Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos. Representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - CONSAMEMS. Nomeação – Portaria n.º 426 de 26 de fevereiro de 2007.
- Período: Fevereiro/2007 a Abril 2007.
- **Diretor** do Conselho de Secretários Municipais de Saúde de São Paulo - COSEMS – SP. Período – Maio/2006 a Abril/2007.
- **Coordenador** do Comitê Gestor da Rede Brasileira de Produção Pública de Medicamentos - Portaria SCTIE/MS n.º 08/2005 até Abril/2006.
- **Coordenador** do Grupo Ad Hoc de Política de Medicamentos do MERCOSUL. Designação por Ofício n.º 455/SCTIE/MS.
- **Membro Titular** da Câmara Setorial de Medicamentos da ANVISA. Designação: Portaria ANVISA n.º 478/2005.
- **Coordenador Substituto** e Ordenador de Despesas do Projeto UNESCO 914/BRA/2000. Designação: Portaria SE/ME n.º 207/2005.
- **Coordenador** da execução do Termo de Cooperação n.º 24, firmado entre o Ministério da Saúde e a Organização Panamericana de Saúde – OPAS/OMS. Designação: Por Ofício SCTIE/MS n.º 188/2005.
- **Presidente** do Conselho Municipal de Saúde do Município de Ibaté, representando o Governo Municipal.
Período: Julho/2001 a Fevereiro/2004.
- **Conselheiro** do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campinas, representando os Profissionais de Saúde, inscritos em Conselhos Profissionais.
Período: Outubro/1998 a Outubro/2000
- **Conselheiro** do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF-SP) - São Paulo - SP.
Período: Janeiro/1998 a Julho/1999
- **Membro Titular** da Comissão Interinstitucional para o Desenvolvimento do Sistema de Controle de Dispensação de Medicamentos e de Almoarifado da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas.
Período: Dezembro/1993 a Dezembro/1995
- **Conselheiro** do CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF) - Brasília - DF
Período: Janeiro a Dezembro/1993.

- **Membro** da Comissão de Política de Medicamentos do Conselho Federal de Farmácia.
Período: Abril/1993 a Dezembro/1993
- **Membro** da Comissão de Ensino do Conselho Federal de Farmácia.
Período: Abril/1993 a Dezembro/1993

Missões Internacionais

- **País:** Estados Unidos
Período: 27 a 29 de junho de 2011
Objetivo: participar da Conferência Internacional de Biotecnologia (Bio International Convention 2011), participar de reuniões com a Comissinada da Food and Drug Administration (FDA) e com a Diretora Geral da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).
Organizadores: Biotechnology Industry Organization (Conferência) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (reuniões)
- **País:** China
Período: 15 a 18 de março de 2011
Objetivo: realizar visita oficial à autoridade sanitária regulatória chinesa, China State Food and Drug Administration (SFDA), para discutir o intercâmbio de informações, desenvolver um Plano de Trabalho de cooperação nas áreas de produtos médicos, farmacêuticos, inspeção sanitária, vigilância pós-comercialização e registro e ações de controle de insumos farmacêuticos ativos, bem como trabalhar nas perspectivas futuras de trabalhos conjuntos entre Anvisa e SFDA.
Organizadores: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e China State Food and Drug Administration (SFDA)
- **País:** Estados Unidos
Período: 30 e 31 de janeiro de 2011
Objetivo: participar do Simpósio "Food and Drugs: can safety be ensured in a time of increased globalization?", promover a imagem da Anvisa no cenário internacional, aprimorar o diálogo com a Food and Drug Administration (FDA) e defender os interesses da Anvisa no cenário global.
Organizador: Council on Foreign Relations
- **País:** Inglaterra
Período: 13 a 15 de outubro de 2010
Objetivo: participar da 5ª Cúpula de Diretores das Agências Regulatórias de Medicamentos (5th Summit of the Heads of Regulatory Agencies). Trata-se de Cúpula de alto nível de participação e representação no âmbito da regulação de medicamentos, cujo principal objetivo é o de fortalecer uma rede de contatos das agências reguladoras de medicamentos, como forma de gerenciar os desafios e tendências futuras na regulação de medicamentos.
Organizador: Autoridade Reguladora de Medicamentos e Produtos para a Saúde do Reino Unido (Medicines and Healthcare Products Regulatory Agency - MHRA)
- **País:** Estados Unidos
Período: 22 a 25 de setembro de 2010
Objetivo: representar a Anvisa em reunião com a sanitária regulatória dos Estados Unidos (Food and Drug Administration - FDA), com vistas à assinatura do Acordo de

Confidencialidade entre Anvisa e FDA, para a troca de informações entre as duas agências. Pelo acordo, informações sigilosas relativas às áreas de medicamentos, biológicos, alimentos, produtos médicos, cosméticos, tabaco, entre outras, poderão ser compartilhadas entre a Anvisa e o FDA.

Organizadores: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Food and Drug Administration

- **País:** Cuba

Período: 07 e 08 de setembro de 2010

Objetivo: representar a Anvisa na reunião trilateral dos Dirigentes das autoridades regulatórias do Brasil, Argentina e Cuba, respectivamente, ANVISA, Administración Nacional de Medicamentos, Alimentos y Tecnología Médica (ANMAT) e Centro Estatal para el Control de la Calidad de los Medicamentos (CECMED), que teve como objetivo discutir a articulação estratégica que devem ter as três autoridades, na condição de Autoridades Regulatórias Nacionais (ARNs) de referência para as Américas, conforme qualificação dada pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Durante a missão foi assinado Memorando de Entendimentos Trilateral pelos Diretores das ARNs.

Organizadores: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Centro para el Control Estatal de la Calidad de los Medicamentos (CECMED)

- **País:** Estados Unidos

Período: 03 a 06 de maio de 2010

Objetivo: compor comitiva de governo que participou da Conferência Internacional de Biotecnologia (Bio International Convention 2010), evento no qual foram abordadas tendências globais da biotecnologia, incluindo aspectos relacionados à inovação, desenvolvimento, legislação, regulamentação, segurança e acesso.

Organizador: Biotechnology Industry Organization (Bio)

- **País:** Cuba

Período: 23 e 24 de fevereiro de 2010

Objetivo: participar de reuniões estratégicas com a Autoridade Reguladora de Medicamentos de Cuba (Centro Estatal para el Control de la Calidad de los Medicamentos – CECMED), preparatórias à missão do Presidente Lula; planejar a implementação do Plano de Ação referente ao Projeto de Cooperação entre Anvisa e CECMED na área de vigilância sanitária, incluindo vigilância pós-comercialização, de produtos para a saúde, sangue e tecidos e insumos farmacêuticos ativos.

Organizadores: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Centro Estatal para el Control de la Calidad de los Medicamentos (CECMED).

- **País:** China

Período: 08 a 11 de dezembro de 2009

Objetivo: representar o Diretor Presidente da Anvisa na delegação do Ministério da Saúde. A missão teve como objetivo principal o fortalecimento das relações bilaterais entre Brasil e China no setor saúde e a promoção do intercâmbio de informações em políticas de saúde e aspectos regulatórios na área de vigilância sanitária, de forma a fomentar as trocas comerciais e os investimentos entre os setores farmacêuticos de ambos os países.

Organizadores: Ministério da Saúde da China

- **País:** Cuba

Período: 01 a 04 de dezembro de 2009

Objetivo: identificar novos temas para a continuidade da cooperação entre a Agência e a Autoridade Reguladora de Medicamentos de Cuba (Centro Estatal para el Control

de la Calidad de los Medicamentos – CECMED). Aprofundar o conhecimento de como estão sendo trabalhados os temas de regulação de produtos para a saúde, de sangue e hemoderivados e a vigilância pós-comercialização, para que se possa definir as prioridades para cooperação nessas áreas.

Organizadores: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Centro Estatal para el Control de la Calidad de los Medicamentos (CECMED).

- **País:** Marrocos
Período: 01 a 05 de novembro de 2009
Objetivo: participar do 32º Encontro Anual dos representantes dos Centros Nacionais que participantes do Programa Internacional de Monitoramento de Medicamentos da Organização Mundial da Saúde (OMS) e apresentar trabalho no formato pôster.
Organizador: Organização Mundial da Saúde (OMS)

- **País:** Turquia
Período: 27 de abril de 2009 a 01 de maio de 2009
Objetivo: Participar do 12º Congresso Mundial de Saúde Pública (12th World Congress on Public Health) e apresentar trabalhos no formato pôster.
Organizadores: World Federation of Public Health Associations (WFPHA), em colaboração com a Turkish Public Health Association

- **País:** Canadá
Período: 06 a 09 de julho de 2008
Objetivo: Participar do V Encontro Anual do Health Technology Assessment International (HTAi), promovido pelo Health Technology Assessment International (HTAi), no qual são apresentados trabalhos e discutidas questões relacionadas à avaliação de tecnologias em saúde e os impactos de sua incorporação nos sistemas de saúde públicos e privados, em Montreal.
Organizadores: Health Technology Assessment International e Associação para a Saúde Pública do Quebec.

- **País:** Argentina
Período: 25 a 28 de maio de 2008
Objetivo: Participar de reunião da Comissão Intergovernamental de Política de Medicamentos realizada nos dias 26 e 27 de maio de 2008 na cidade de Buenos Aires,, que teve caráter preparatório para a reunião dos ministros da saúde do Mercosul e países associados.
Organizadores: Ministério da Saúde dos Países do Mercosul e associados.

- **País:** Canadá
Período: 18 a 24 de novembro de 2007
Objetivo: Participar da Conferência 2007 da iniciativa Luso-Francófona sobre o acesso a medicamentos e a proteção ao cidadão, promovida pela Associação para a Saúde Pública do Quebec, em Montreal, durante a 11.a Jornada Anual de Saúde Pública do Quebec, Canadá, apresentando trabalho e coordenando mesa redonda.
Organizador: Associação para a Saúde Pública do Quebec.

- **País:** Uruguai
Período: 12 a 14 de novembro de 2007
Objetivo: Participar de reunião do Grupo Ad Hoc de Política de Medicamentos do Mercosul realizou-se nos dias 12 e 13 de novembro de 2007 na cidade de Montevideu no Uruguai, e teve caráter preparatório para a reunião dos ministros da saúde do Mercosul e países associados.

- Organizadores:** Ministério da Saúde dos Países do Mercosul e associados.
- **País:** Peru
Período: 09 a 12 de novembro de 2007
Objetivo: Participar de reunião da Cúpula Mundial de Harmonização em Medicina Tradicional, Alternativa e Complementar na cidade de Lima, na qualidade de expositor sobre o tema da Política Nacional Brasileira de Fitoterápicos e Plantas Medicinais.
Organizadores: Colégio Médico do Peru.
 - **País:** Canadá
Período: 12 a 17 de outubro de 2007
Objetivo: Participar da II Congresso Internacional sobre a Cadeia de Medicamentos: Olhares Interdisciplinares sobre a Diversidade e a Complexidade, na cidade de Montreal, ocasião em que apresentou três trabalhos.
Organizador: Universidade do Quebec em Montreal.
 - **País:** Israel
Período: 26 de setembro a 02 de outubro de 2005
Objetivo: Identificar tecnologias, produtos e processos de interesse potencial para compor acordo bilateral entre Brasil e Israel nas áreas de ciência e tecnologia em saúde, da indústria de fármacos e medicamentos e de organização de rede de serviços de saúde.
Organizadores: Ministério da Saúde do Brasil e Câmara de Indústria e Comércio Brasil-Israel.
 - **País:** Argentina
Período: 10 a 13 de outubro de 2005
Objetivo: Identificar desdobramentos do "Protocolo de Intenções entre o Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil e o Ministério da Saúde e Ambiente da República Argentina sobre Cooperação na Área da Saúde sobre Medicamentos", assinado em 22 de agosto de 2005.
Organizadores: Ministério da Saúde do Brasil, Fundação Oswaldo Cruz e Ministério da Saúde e Ambiente da Argentina.
 - **País:** Uruguai
Período: 24 a 27 de outubro de 2005
Objetivo: Participar de reunião do Grupo Ad Hoc de Política de Medicamentos do Mercosul realizou-se nos dias 25 e 26 de outubro na cidade de Montevideo no Uruguai, e teve caráter preparatório para a XIX Reunião dos ministros da saúde do Mercosul e países associados.
Organizadores: Ministério da Saúde dos Países do Mercosul e associados.

Produção Técnica e Científica

Livros, prólogos e capítulos

- **Barbano, Dirceu. Os desafios da vigilância sanitária como sistema nacional.** Capítulo de livro, In: **O CNJ e os desafios da efetivação do direito à saúde.** Coordenadores: Milton Augusto de Brito Nobre e Ricardo Augusto Dias da Silva Belo Horizonte: Editora Fórum Ltda., 2011.
- **Barbano, Dirceu. Os desafios de gestão e financiamento da assistência farmacêutica do SUS.** Capítulo de livro, In: **Buscando uma política de**

medicamentos para o Brasil. Seminário 2008. Organizador: José Luiz Gomes do Amaral. São Paulo: Febrapharma, 2008.

- **Barbano, Dirceu. Prólogo, In: Atenção Farmacêutica: conceitos, processos e casos práticos.** Maria José Faus DDader, Pedro Amariles Munõz e Fernando Martínez-Martínez. São Paulo: RCN Editora, 2008.

Artigos, posters e talks

- **BARBANO, Dirceu Brás Aparecido; Castanheira, Laura Gomes; Rech, Norberto. Current development in regulation of similar biotherapeutic products in Brazil.** Artigo aceito para publicação no periódico Biologicals. Elsevier Ltd.
- **BARBANO, Dirceu Bras Aparecido Barbano; Costa da Cunha, Claudia Simone; Correa, Eliane C.; Calado, Giselle S. Impact of the health public politics to guarantee the drugs access in Brazil: The program of high cost drugs dispensing. 12th World Congress on Public Health.** Istanbul - Turquia, 27 de abril a 01 e maio de 2009. **Apresentação no formato pôster.**
- **BARBANO, Dirceu Bras Aparecido Barbano; Calado, Giselle S; Costa da Cunha, Claudia Simone. Impact of the health public politics to guarantee the drugs access in Brazil: The measure DHS experience. 12th World Congress on Public Health.** Istanbul - Turquia, 27 de abril a 01 e maio de 2009. **Apresentação no formato pôster.**
- **BARBANO, Dirceu Bras Aparecido Barbano; Costa da Cunha, Claudia Simone; Silva, Nelson; Junior, Zich Moyses;. Service d'Assistance Pharmaceutique/Secrétariat de Science, Technologie et Produits Stratégiques, Ministère de la Santé, Brésil. Politique industrielle pharmaceutique au Brésil: le contexte de sa formulation. 2^o Congrès International. La Chaîne des Médicaments: Regards Indisciplinaires sur la Diversité et la Complexité.** Montréal - Canadá. Du 14 au 17 octobre 2007. **Apresentação Oral.**
- **BARBANO, Dirceu Bras Aparecido Barbano; Costa da Cunha, Claudia Simone; Silva, Nelson; Junior, Zich Moyses;. Service d'Assistance Pharmaceutique/Secrétariat de Science, Technologie et Produits Stratégiques, Ministère de la Santé, Brésil. Politique industrielle pharmaceutique au Brésil: progrès et recommandations. 2^o Congrès International. La Chaîne des Médicaments: Regards Indisciplinaires sur la Diversité et la Complexité.** Montréal - Canadá. Du 14 au 17 octobre 2007. **Apresentação Oral.**
- **BARBANO, Dirceu Bras Aparecido; Silva, Nelson; Junior, Zich Moyses; Costa da Cunha, Claudia Simone. Service d'Assistance Pharmaceutique/Secrétariat de Science, Technologie et Produits Stratégiques, Ministère de la Santé, Brésil. Programme Pharmacie Populaire au Prive: une stratégie effective d'élargissement de l'accès aux médicaments au Brésil? 2^o Congrès International. La Chaîne des Médicaments: Regards Indisciplinaires sur la Diversité et la Complexité.** Montréal - Canadá. Du 14 au 17 octobre 2007. **Apresentação Oral.**
- **BARBANO, Dirceu B A; Sander, Guilherme; Martins, Norberto L C; Picon, Paulo D; Messeder, Ana Marcia; Costa, Andry F; de Souza, Monica V. - NATIONAL DATABASE FOR BRAZILIAN GUIDELINES FOR HIGH-COST MEDICINES IMPLEMENTATION AND PUBLIC HEALTH PLANNING.** Submitted papers - Oral: Reimbursement of

pharmaceuticals. In: 3rd Annual Meeting of Health Technology Assessment International (HTAi), 2006. ADELAIDE, AUSTRÁLIA.

- **BARBANO, Dirceu B. A.**; Picon, Paulo Dornelles; Schwartz, Ida Vanessa; Krug, Bárbara Corrêa; Martins, Norberto L. C.; Vieira, Eliane A. Lavôr; Filizzola, Eduardo R.; - **GAUCHER DISEASE: SETTING STRATEGIES FOR THE PROMOTION OF RATIONAL USE OF IMIGLUCERASE IN BRAZIL.** Submitted papers - Poster: Assessment of pharmaceuticals. In: 3rd Annual Meeting of Health Technology Assessment International (HTAi), 2006. ADELAIDE, AUSTRÁLIA.
- **BARBANO, Dirceu B. A.** - Coordenação. **A FITOTERAPIA NO SUS E O PROGRAMA DE PESQUISAS DE PLANTAS MEDICINAIS DA CENTRAL DE MEDICAMENTOS,** Ministério da Saúde – Editora do Ministério da Saúde, BRASIL, 2006. 148p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- **BARBANO, Dirceu B. A.**; RODRIGUES, Ângelo G.; CORRÊA, Ana Paula R.. Organizadores. **POLÍTICA NACIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS,** Ministério da Saúde – Editora do Ministério da Saúde, BRASIL, 2006. 60p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- **BARBANO, Dirceu B. A.** et al. Colaboradores. **DIABETES MELLITUS,** Ministério da Saúde – Editora do Ministério da Saúde, BRASIL, 2006. 64p. (Cadernos de Atenção Básica) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- **BARBANO, Dirceu B. A.**; MARIN, Nelly Jamarillo; IVAMA, Adriana e outros - Organizadores. **AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO BRASIL: ESTRUTURA PROCESSOS E RESULTADOS,** Organização Pan-americana da Saúde – OPAS/Organização Mundial da Saúde – OMS e Ministério da Saúde, BRASIL, 2005. 260p (Série Medicamentos e Outros Insumos Essenciais para a Saúde).
- **BARBANO, Dirceu B. A.** e GIORA; Jamaira - Organizadores. **PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL: MANUAL BÁSICO,** Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz – Editora do Ministério da Saúde, BRASIL, 2005. 102p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- **BARBANO, Dirceu B. A.** – **IDENTIFICAÇÃO DE POTENCIALIDADES EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE PARA ACORDO BILATERAL ENTRE BRASIL E ISRAEL,** Relatório de Missão Internacional, promovida pelo Ministério da Saúde e Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Israel. Disponibilidade: restrita. 17p. Instituição Promotora: Ministério da Saúde, 2005. BRASÍLIA – DF, BRASIL
- **BARBANO, Dirceu B. A.** – **REESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO,** Relatório de Consultoria prestada a Secretaria de Estado da Saúde visando fornecer à Secretaria de Estado da Saúde um projeto para reorganização da Política de Assistência Farmacêutica e auxiliar no início de sua implantação. Disponibilidade: restrita. 54p. Instituição promotora: Ministério da Saúde. Instituição financiadora CNPQ, 2002. CUIABÁ – MT, BRASIL.
- **BARBANO, Dirceu B. A.** – **CURSO DE CAPACITAÇÃO DE PRESCRITORES PARA PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS,** Curso com 80 horas, promovido pelo Ministério da Saúde em parceria com OPAS/OMS e UNESCO. Qualidade de docente, integrando a equipe juntamente com outros 05 professores

convidados, oriundos da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de La Plata (UNLP – Argentina), 2002. BRASÍLIA – DF, BRASIL.

- **BARBANO, Dirceu B. A. et al – POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DE NÍVEL MÉDIO.** In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 1997, ÁGUAS DE LINDÓIA – SP, BRASIL.
- **BARBANO, Dirceu B. A. et al – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA INTEGRADA NO MUNICÍPIO: EXPERIÊNCIA DE CAMPINAS –SP.** In: I CONGRESSO DE FARMÁCIA DO CONE SUL, 1991, GRAMADO – RS, BRASIL.
- **BARBANO, Dirceu B. A. et al – DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS..** In: I CONGRESSO DE FARMÁCIA DO CONE SUL, 1991, GRAMADO – RS, BRASIL.

Participação em Bancas Examinadoras e de Prêmios

- **CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB.** Projeto: Assistência Farmacêutica no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Território – TJDFT. Outubro de 2006.
- **CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB.** Projeto: Estratégia para Reorganização e otimização das atividades destinadas ao fornecimento de medicamentos demandados judicialmente contra a Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Outubro de 2006.
- **PRÊMIO DE INCENTIVO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O SUS – 2005.** Parecerista *ad hoc*. Promovido pelo Departamento de Ciência e Tecnologia – DECIT/SCTIE. Agosto de 2005

Recentes participações em Congressos, Seminários e Eventos

- **V SIMPÓSIO BRASILEIRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (V SIMBRAVISA), 2010.** Instituição promotora: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO). Local: Belém - PA. Qualidade: Coordenador da mesa redonda: Tecnologia em Saúde: risco e regulação; Coordenador do painel: Regulação para o desenvolvimento: estratégias para a vigilância sanitária; Expositor no painel: Dez anos de Anvisa e a vigilância sanitária no Séc. XXI.
- **I ENCONTRO DO FÓRUM NACIONAL DO JUDICIÁRIO PARA A SAÚDE: A JUSTIÇA FAZ BEM À SAÚDE, 2010.** Instituição promotora: Conselho Nacional de Justiça. Local: São Paulo - SP. Qualidade: Painelista no painel: Os desafios da vigilância sanitária como sistema nacional, análise e registros, produtos, informação, prevenção, posto, aeroportos, fronteiras, pesquisa em saúde.
- **V FÓRUM NACIONAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, 2010.** Instituição promotora: Ministério da Saúde. Local: Brasília - DF. Qualidade: Palestrante.
- **III CONGRESSO BRASILEIRO DE TOXICOLOGIA CLÍNICA. A TOXICOLOGIA CLÍNICA NAS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE, 2010.** Instituição promotora:

Associação Brasileira de Centros de Informação e Assistência Toxicológica e Toxicologistas Clínicos. Local: Florianópolis - SC. Qualidade: Debatedor no painel: Antídotos em serviços de emergência: de quem é a responsabilidade?

- **CONGRESSO BRASILEIRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA**, 2010. Instituição promotora: Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia. Local: Brasília - DF. Qualidade: Conferencista.
- **SEMINÁRIO A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA FRANCO-BRASILEIRA**, 2010. Instituições promotoras: Universidade Federal Fluminense e Universidade Paris Descartes. Local: Rio de Janeiro - RJ. Qualidade: Palestrante no painel: O acesso aos cuidados e aos produtos de saúde.
- **9º SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ECONOMIA DA SAÚDE**, 2010. Instituição promotora: Centro Paulista de Economia da Saúde. São Paulo - SP. Qualidade: Conferencista.
- **SAFETY SIMPOSIUM – QUALIDADE DO CUIDADO: SEGURANÇA DO PACIENTE**, 2010. Instituição promotora: Aesculap Academia. Local: São Paulo - SP. Qualidade: Palestrante.
- **SIMPÓSIO DE CÉLULAS TRONCO: POTENCIALIDADES, IMPLICAÇÕES ÉTICAS E PERSPECTIVAS NA ÁREA DA SAÚDE**, 2010. Instituições promotoras: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) e Hospital das Clínicas da FMUSP. Local: São Paulo - SP. Qualidade: Palestrante.
- **44º CONGRESSO BRASILEIRO DE PATOLOGIA CLÍNICA / MEDICINA LABORATORIAL**, 2010. Instituição promotora: Sociedade Brasileira de Patologia Clínica / Medicina Laboratorial. Local: Rio de Janeiro - RJ. Qualidade: Palestrante na mesa redonda: Incorporação de novas tecnologias em saúde no Brasil - Impactos e desafios.
- **SEMINÁRIO AVALIAÇÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE: INTEGRAR PARA DECIDIR**, 2010. Instituições promotoras: Instituto Nacional do Câncer (INCA), Instituto Nacional de Cardiologia (INC), Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO), Instituto Fernandes Figueira (IFF) - Fiocruz. Local: Rio de Janeiro - RJ. Qualidade: Palestrante no painel: Desafios na gestão de tecnologias em saúde.
- **SEMINÁRIO CAMINHOS PARA O FINANCIAMENTO E ACESSO À SAÚDE**, 2010. Instituição promotora: Jornal Valor Econômico. Local: São Paulo - SP. Qualidade: Palestrante no painel: Como Construir Programas de Acesso aos Medicamentos.
- **I ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E IV SEMANA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE NATAL**, 2009. Instituição promotora: Secretaria Municipal de Saúde de Natal (RN). Local: Natal - RN. Qualidade: Palestrante na mesa redonda: A saúde urbana da cidade saudável.
- **I SEMINÁRIO DE DIREITO SANITÁRIO DA ANVISA – O DIREITO À SAÚDE, O SUS E A VIGILÂNCIA SANITÁRIA**, 2009. Instituição promotora: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Local: Brasília - DF. Qualidade: Debatedor de mesa.

- **X CONGRESSO BRASILEIRO DE MUNICÍPIOS**, 2009. Instituições promotoras: Associação Brasileira de Municípios e Associação Transparência Municipal. Local: Brasília - DF. Qualidade: Conferencista.
- **V ENCONTRO ANUAL DO HEALTH TECHNOLOGY ASSESSMENT INTERNACIONAL (HTAi)**, 2008. Instituição promotora: Health Technology Assessment International (HTAi). Montreal – Canadá. Qualidade: participante.
- **SEMINÁRIO POLÍTICA NACIONAL DE MEDICAMENTOS**, 2008. Instituições promotoras: Frente Parlamentar da Saúde – Câmara dos Deputados, Associação Médica Brasileira – AMB e Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Local: Brasília – DF. Qualidade: Conferencista e Debatedor.
- **XXIII CONGRESSO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE**, 2008. Instituição Promotora: Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS. Local: Belém – PA. Qualidade: Debatedor e painelistas.
- **II MOSTRA SES**, 2008. Instituição Promotora: Secretaria de Estado da Saúde. São Paulo – SP. Qualidade: Conferencista.
- **1º SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA**, 2008. Instituições promotoras: Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Local: Belo Horizonte – MG. Qualidade: Conferencista.
- **SEMINÁRIO SOBRE O COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE**, 2008. Instituição promotora: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Local: Rio de Janeiro – RJ. Qualidade: Conferencista.
- **11^{es} JOURNÉES ANNUELLES DE SANTÉ PUBLIQUE**, 2007. Instituição promotora : ASPQ – Association pour la Santé Publique du Quebec. Local : Montreal – Canadá. Qualidade : Conferencista e painelistas.
- **CUMBRE MUNDIAL DE ARMONIZACIÓN EN MEDICINA TRADICIONAL, ALTERNATIVA Y COMPLEMENTARIA**, 2007. Instituição promotora: Colégio Médico do Peru. Local: Lima, Peru. Qualidade: Conferencista.
- **2.º CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE O USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS**, 2007. Instituições promotoras: Ministério da Saúde, OPAS e Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Local: Florianópolis – SC. Qualidade: Conferencista e debatedor.
- **FORO REGIONAL DE LA OMPI SOBRE PROPIEDAD INDUSTRIAL Y ACCESO A LOS PRODUCTOS FARMACÉUTICOS**, 2006. Instituições promotoras: Organización Mundial de la Propiedad Intelectual (OMPI) e Oficina Cubana de la Propiedad Industrial (OCPI). Local: La Habana, Cuba. Qualidade: Conferencista.
- **JORNADA FARMACÊUTICA: Inovação e Produção de Conhecimento**, 2006. Instituição promotora: Faculdade de Ciências Farmacêuticas da UNESP – Araraquara. Local: Araraquara – SP. Qualidade: Expositor no simpósio: SUS: As Políticas que o regem e os desafios que enfrenta.

- **I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE IMUNOBIOLOGICOS E SAÚDE HUMANA, 2006.** Instituição promotora: Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos – Biomanguinhos - Fiocruz. Local: Rio de Janeiro.- RJ. Qualidade: Expositor na mesa redonda: Biofármacos, situação atual e perspectivas para o Brasil.
- **I OFICINA DE TRABALHO ENTRE ANVISA E CENTROS PÚBLICOS DE EQUIVALÊNCIA FARMACÊUTICA E BIOEQUIVALÊNCIA, 2006.** Instituição promotora: Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Local: Brasília – DF. Qualidade: Expositor e debatedor
- **SEMINÁRIO COMEMORATIVO DO 35.º ANIVERSÁRIO DO INPI: A PROPRIEDADE INTELECTUAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2005.** Instituição promotora: Instituto Nacional de Propriedade Intelectual. Local: Rio de Janeiro – RJ. Qualidade: Palestrante.
- **SEMINÁRIO DE GESTÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE, 2005.** Instituição promotora: Departamento de Ciência e Tecnologia / Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde. Local: Belo Horizonte – MG.
- **SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PANDEMIA DE INFLUENZA, 2005.** Instituição promotora: Secretaria de Vigilância em Saúde / Ministério da Saúde. Local: Rio de Janeiro - RJ.
- **I SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, 2005.** Instituição promotora: Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Local: Porto Alegre – RS. Qualidade: Palestrante.
- **I CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS, 2005.** Instituições promotoras: Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Local: Porto Alegre – RS. Qualidade: Palestrante.
- **15.º SEMANA RACINE DE ATUALIZAÇÃO EM FARMÁCIA, 2005.** Instituição promotora: Instituto Racine de Qualificação Profissional. Local: São Paulo – SP. Qualidade: Palestrante.
- **FÓRUM REGIONAL DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, INCLUSÃO SOCIAL E REDES DE COOPERAÇÃO, 2005.** Instituição promotora: Ministério da Ciência e Tecnologia. Local: Ararajuara – SP. Qualidade: Debatedor.
- **4.º CONGRESSO RIOPHARMA DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS, 2005.** Instituição promotora: Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro. Local: Rio de Janeiro – RJ. Qualidade: Palestrante.
- **V CONGRESSO NACIONAL DE FARMÁCIA HOSPITALAR, 2005.** Instituição promotora: Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar. Local: São Paulo - SP.
- **VII JORNADA FARMACÊUTICA – FCF – PUC-CAMPINAS, 2005.** Instituição promotora: Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Pontifca Universidade Católica de Campinas. Local: Campinas – SP. Qualidade: Palestrante.

- **4.º CONGRESSO MUNDIAL DE CENTROS DE CIÊNCIA E EXPO-INTERATIVA: CIÊNCIA PARA TODOS**, 2005. Instituição promotora: Fundação Oswaldo Cruz. Local: Rio Centro – Rio de Janeiro – RJ.
- **VIII CONGRESSO E XIX ENCONTRO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO**, 2005. Instituição promotora: Conselho de Secretários Municipais de Saúde de São Paulo – COSEMS-SP. Local: Campos do Jordão – SP. Qualidade: palestrante.
- **PLENÁRIA PARITÁRIA REGIONAL DE SAÚDE**, 2003. Instituição promotora: Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo – DIR VII; Local: Biblioteca Carlos Gomes; Cidade: Araraquara – SP. Qualidade: Organizador.
- **CONFERÊNCIA NACIONAL DE MEDICAMENTOS E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**, 2003. Instituição promotora: Ministério da Saúde; Local: Brasília – DF. Qualidade: Delegado – COSEMS – SP.
- **CONFERÊNCIA ESTADUAL DE MEDICAMENTOS E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**, 2003. Instituição promotora: Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo; Local: São Paulo – SP. Qualidade: Delegado – COSEMS – SP.
- **CONFERÊNCIA ESTADUAL DE MEDICAMENTOS E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DE PERNAMBUCO**, 2003. Instituição promotora: Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Pernambuco; Local: Olinda – PE; Qualidade: Palestrante.
- **I ENCONTRO REGIONAL DE POLÍTICA DE MEDICAMENTOS E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**, 2003. Instituição promotora: Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo – DIR VII – Araraquara; Local: Araraquara – SP. Qualidade: Palestrante.
- **XVII CONGRESSO NACIONAL DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE – OFICINA: “ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA”**, 2001. Instituição promotora: Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde; Local: Vitória – ES; Qualidade: Facilitador.

Prêmios de reconhecimento

- **COMENDA DO MÉRITO FARMACÊUTICO - 2008**, outorgada pelo Conselho Federal de Farmácia em janeiro de 2008 visando “distinguir profissionais pelos relevantes serviços prestados à Profissão Farmacêutica e à Farmácia Brasileira”.
- **MEDALHA COMEMORATIVA BICENTENÁRIO LQFEx**, outorgada pelo Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, em maio de 2008, como reconhecimento pelos relevantes serviços prestados àquela Organização Militar de Saúde, à Ciência e à Profissão Farmacêutica

Participação em sociedades

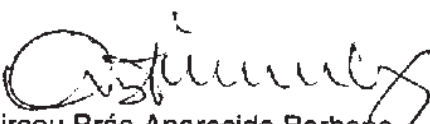
Membro Efetivo do Health Technology Assessment International (HTAi)/ano 2008

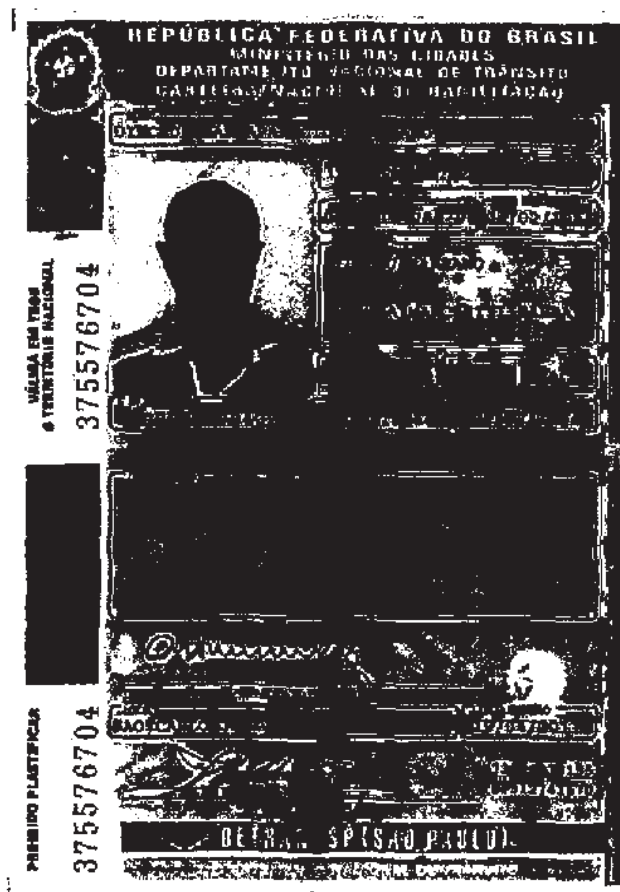
Informações adicionais

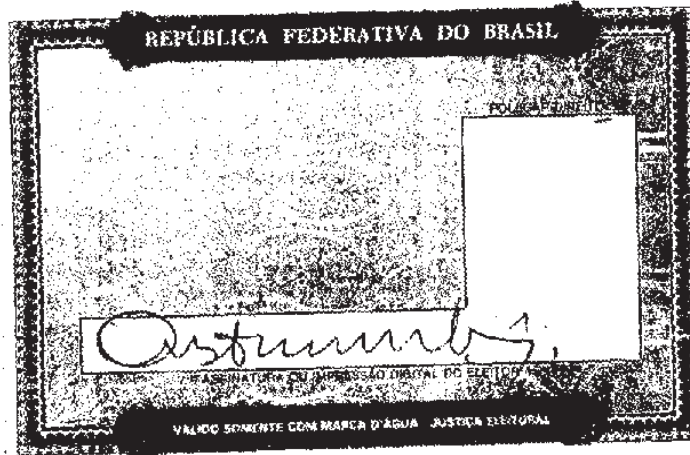
- Cursos de curta duração ministrados – 12 (**doze**)

- Palestras proferidas em Congressos e Seminários – 59 (cinquenta e nove)
- Participações em Congressos Científicos e Seminários – 102 (cento e dois)
- Ocorrências no site de busca google.com.br para “Dirceu Brás Aparecido Barbano” em 16/08/2011: 33.700 (trinta e três mil e setecentos)

Brasília, 16 de agosto de 2011.


Dirceu Brás Aparecido Barbano





BANCO DO BRASIL | 001-9 | 00194.52101 00010.345510 90000.000662 1 000

Local de pagamento

Vencimento

**O Cartão Ourocard
Estilo Platinum Visa
traz muito mais
vantagens para voc**

27780271



DIRCEU B A BARBANO
SOS 111 BL A AP 402
ASA SUL
70374-010 BRASILIA - DF



7208043140140240000001228030060811

0295-200411752



Até pessoas ao redor
do mundo vão com Visa.



Aviso nº 491 - C. Civil.

Em 26 de agosto de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Assuntos Sociais)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a **Mensagem nº 85, de 2011-CN** (nº 339, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 27, de 2011-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.*

O projeto vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Leitura: 29-8-2011

Até 3-9

prazo para publicação e distribuição de avulsos;

até 11-9

prazo para apresentação de emendas;

até 16-8

prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas apresentadas; e

até 1º-10

prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulsos e no **Diário do Senado Federal** de 30 de agosto do corrente. Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto de lei:

**PROJETO DE LEI
Nº 27, DE 2011-CN
MENSAGEM Nº 85, DE 2011-CN
(nº 339/2011, na origem)**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 73.633.333,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II a esta Lei.

Art. 3º O Plano Plurianual 2008-2011 passa a incorporar as alterações constantes do Anexo III desta Lei, em conformidade com o art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação		Credito Especial											
UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00											
ANEXO I		PROGRAMA DE TRABALHO											
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F		G N D		R P D		M O D		I U E		VALOR
			4	2	4	2	4	2	4	2	4	2	
1073		Brasil Universitário										72.433.333	
PROJETOS													
12.364	1073 1204	Construção do Prédio da Reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF											26.700.000
12.364	1073 1204 0031	Construção do Prédio da Reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF - No Estado de Minas Gerais											26.700.000
12.364	1073 1205	Prédio construído (% de execução física): 50	F	4	2	90	0	112					26.700.000
12.364	1073 1205 0031	Implantação do Parque Científico e Tecnológico da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF											40.733.333
		Implantação do Parque Científico e Tecnológico da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF - No Estado de Minas Gerais											40.733.333
		Parque implantado (% de execução física): 37	F	4	2	90	0	100					23.333.333
12.364	1073 1206	Expansão do Ensino Superior - Campus de Governador Valadares											17.400.000
12.364	1073 1206 0031	Expansão do Ensino Superior - Campus de Governador Valadares - No Estado de Minas Gerais											5.000.000
		Vaga disponibilizada (unidade): 820	F	4	2	90	0	100					5.000.000
TOTAL - FISCAL													72.433.333
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													72.433.333

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ANEXO I

Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						VALOR
			E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	F T E	
1449 Estatísticas e Avaliações Educacionais									1.200.000
ATIVIDADES									
12 128	1449 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							1.200.000
12 128	1449 4572 0053	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Distrito Federal							1.200.000
		Servidor capacitado (unidade): 374	F	3	2	90	0	112	1.200.000
TOTAL - FISCAL									1.200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.200.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora

ANEXO II

Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00										VALOR			
			E	S	F	G	R	M	I	F	T	E				
			S	N	D	P	O	D								
1073 Brasil Universitário													44.100.000			
ATIVIDADES																
12.364	1073 2E14	Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior														42.600.000
12.364	1073 2E14 0031	Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais														42.600.000
12.364	1073 6368	Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino	F	4		2	90	0						112		42.600.000
12.364	1073 6368 0031	Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado de Minas Gerais	F	4		2	90	0						112		1.500.000
TOTAL - FISCAL													44.100.000			
TOTAL - SEGURIDADE													0			
TOTAL - GERAL													44.100.000			

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João Del Rei

ANEXO II

Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					VALOR	
			E S F	Q N D	R P D	M O D	I U E		
1073 Brasil Universitário								28.333.333	
ATIVIDADES									
12.364	1073.4009	Funcionamento de Cursos de Graduação						28.333.333	
12.364	1073.4009.0031	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Minas Gerais	F	3	2	90	0	100	28.333.333
			F	4	2	90	0	100	10.766.667
									17.566.666
TOTAL - FISCAL								28.333.333	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								28.333.333	

Piano Plurianual 2008-2011

Anexo III Programas de Governo – Finalístico

Objetivo de Governo *Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade*
Objetivo Setorial *Reestruturar a educação superior pública federal e ampliar o acesso a esse nível de ensino*

Programa 1073 Brasil Universitário **Órgão Responsável** 26000 Ministério da Educação (MEC)

Objetivo *Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento*

Público-alvo *Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas*

AÇÕES DA ESFERA FISCAL

Projetos

Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Início Término	Órgão Executor	Valor Total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico			
							2008	2009	2010	2011
1204	Construção do Prédio da Reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora - U.FJF	Prédio construído (% de execução física)	07/2011 12/2012	MEC	45.000.000 100	Sudeste	-	-	-	26.700.000 90
1205	Implantação do Parque Científico e Tecnológico da Universidade Federal de Juiz de Fora - U.FJF	Parque implantado (% de execução física)	07/2011 12/2013	MEC	100.733.333 100	Sudeste	-	-	-	40.733.333 37
1206	Expansão do Ensino Superior - Campus de Governador Valadares	Vagas disponibilizadas (unidade)	07/2011 12/2014	MEC	63.100.500 3.124	Sudeste	-	-	-	6.000.000 820

EM nº 00112/2011/MP

Brasília, 10 de junho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011) crédito especial no valor de R\$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), em favor do Ministério da Educação, e dá outras providências, conforme discriminado a seguir:

R\$ 1,00

Discriminação	Aplicação	Origem dos Recursos
Ministério da Educação	73.633.333	73.633.333
Universidade Federal de Juiz de Fora	72.433.333	44.100.000
Fundação Universidade Federal de São João Del Rei	0	28.333.333
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	1.200.000	1.200.000
Total	73.633.333	73.633.333

2. A presente proposta visa possibilitar, no âmbito da Universidade Federal de Juiz de Fora, a construção do Prédio da Reitoria e a implantação do Parque Científico e Tecnológico e de

um “campus” avançado em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais, bem como a capacitação de servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

3. Vale mencionar que o crédito em questão decorre, parcialmente, de solicitações dos parlamentares Carlos William, Edmar Moreira, George Hilton, Jô Moraes, Júlio Delgado, Luiz Fernando Faria, Mário Heringer e Paulo Delgado de ajustes em emendas de suas respectivas autorias.

4. O pleito viabilizar-se-á mediante Projeto de Lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, à conta de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.

5. Cabe informar que, de acordo com o Ministério da Educação, os remanejamentos propostos não trarão prejuízos à execução da programação objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de sua possibilidade de dispêndio até o final do presente exercício.

6. Ressalte-se, a propósito do que determina o art. 56, § 12, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011, LDO-2011, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da nova programação, cuja execução fica condicionada aos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

7. Destaque-se, finalmente, que integra o presente Projeto de Lei, em atendimento ao disposto no art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, anexo específico com as informações sobre as projeções plurianuais e os atributos das ações 12Q4 – Construção do Prédio da Reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, 12Q5 – Implantação do Parque Científico e Tecnológico da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e 12Q6 - Expansão do Ensino Superior – Campus de Governador Valadares, que passam a se incorporar ao Plano Plurianual 2008-2011. Em relação à ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, envolvida neste crédito, não altera o referido Plano, tendo em vista que já consta do Plano Plurianual 2008-2011.

8. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa à abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,

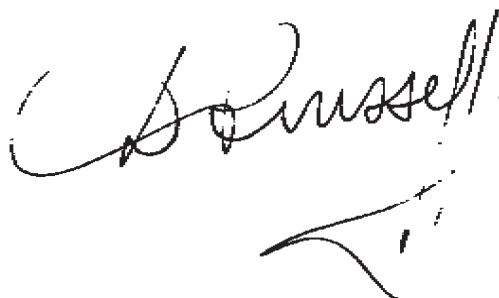
Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior

Mensagem nº 339

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 73.633.333,00, para os fins que especifica, e dá outras providências”.

Brasília, 26 de agosto de 2011.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

.....

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

.....

II – os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

.....

§ 3º - Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

.....

§ 2º - O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete:

I - no âmbito da União, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais;

.....

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

LEI Nº 11.653, DE 7 DE ABRIL DE 2008.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

Art. 15. A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais desde que apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.

LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências.

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2011, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 12. As exposições de motivos a que se refere o § 5º deste artigo, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.

§ 13. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais de órgãos do Poder Judiciário e do MPU, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

.....

Art. 70. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela Lei, até o 20º (vigésimo) dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º deste artigo.

.....

§ 4º O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional e aos órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, no mesmo prazo previsto no caput deste artigo, relatório que será apreciado pela CMO, contendo:

.....

LEI Nº 12.381, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.

.....

DECRETO Nº 7.445, DE 1º DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011 e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto.

.....

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites constantes do Anexo I deste Decreto.

.....

ANEXO I

LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Demais (*)		Obrigações		Total		R\$ mil
	Lei (a)	Disponível (b)	Lei (c)	Disponível (d)	Lei (e) = (a+c)	Disponível (f) = (b+d)	
20000 Presidência da República	3.226.030	2.544.314	63.671	63.671	3.289.702	2.607.985	
20102 Vice-Presidência da República	3.500	3.223	133	133	3.633	3.356	
20114 Advocacia-Geral da União	269.093	228.000	36.037	36.037	305.120	264.037	
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.666.865	1.168.713	202.703	202.703	2.869.568	1.401.416	
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia	5.675.484	4.721.885	85.320	85.320	5.760.804	4.807.205	
25000 Ministério da Fazenda	3.443.252	2.640.000	303.152	303.152	3.746.404	2.943.152	
26000 Ministério da Educação	21.289.484	18.187.590	6.727.416	6.727.416	28.026.900	24.925.007	
28000 Ministério do Desenv., Indústria e Comércio Exterior	827.891	622.493	20.528	20.528	848.419	643.021	
30000 Ministério da Justiça	4.500.667	2.974.300	259.467	259.467	4.760.134	3.233.767	
32000 Ministério de Minas e Energia	938.702	701.881	40.105	40.105	978.807	741.936	
33000 Ministério da Previdência Social	1.855.286	1.500.000	310.667	310.667	2.165.953	1.810.667	
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.151.332	876.000	62.220	62.220	1.213.553	938.220	
36000 Ministério da Saúde	12.782.795	12.204.092	50.327.800	50.327.800	63.110.595	62.531.892	
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.395.860	900.000	60.414	60.414	1.456.274	960.414	
39000 Ministério dos Transportes	18.209.860	15.816.414	201.776	201.776	18.411.636	16.018.190	
41000 Ministério das Comunicações	1.028.203	425.000	26.915	26.915	1.055.118	451.915	
42000 Ministério da Cultura	1.307.376	778.006	28.663	28.663	1.336.039	806.669	
44000 Ministério do Meio Ambiente	1.031.882	633.727	46.607	46.607	1.078.490	680.335	
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	982.924	775.550	305.642	305.642	1.288.566	1.081.192	
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.087.771	2.158.402	180.606	180.606	3.268.382	2.339.008	
51000 Ministério do Esporte	2.371.508	860.000	3.222	3.222	2.374.731	853.222	
52000 Ministério da Defesa	13.113.315	8.730.163	2.161.764	2.161.764	15.275.079	10.891.927	
53000 Ministério da Integração Nacional	4.610.180	2.793.271	38.338	38.338	4.648.518	2.831.608	
54000 Ministério do Turismo	3.652.438	670.000	3.415	3.415	3.655.853	573.415	
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	4.081.907	4.029.058	13.713.154	13.713.154	17.765.060	17.742.209	
56000 Ministério das Cidades	21.076.281	12.488.812	43.751	43.751	21.120.012	12.542.562	
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	524.637	214.000	1.991	1.991	526.628	215.991	
71000 Encargos Financeiros da União	1.360.426	672.511	0	0	1.360.426	672.511	
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	41.350	8.000	87.343	87.343	128.693	95.343	
74902 Rec. Superv. Fundo Finance. Est. Ensino Superior/FIEES-MEC	141.423	141.423	0	0	141.423	141.423	
74903 Rec. Superv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-MDIC	60	60	0	0	60	60	
74912 Rec. Superv. Fundo Nacional de Cultura	800	800	0	0	800	800	
TOTAL	136.608.759	100.407.638	75.342.822	75.342.822	211.951.582	175.750.460	

(*) Inclui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

(A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.068, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 258 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 489, de 2008 e 408, de 2009 aos Projetos de Lei do Senado nºs 431, de 2003; 406, de 2005; 181, 196 e 495, de 2007; 150, de 2009; e 106, de 2011, que já tramitam em conjunto, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2011. – Senadora **Ana Amélia** (PP-RS).

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Há sobre a mesa Requerimento do Senador Armando Monteiro, solicitando audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2011.

É o seguinte o Requerimento

REQUERIMENTO Nº 1.069, DE 2011

Senhor Presidente,

O projeto de Lei do Senado nº 442 de 2011, que altera as alíquotas das contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social, de formação profissional e de fomento empresarial, e dá outras providências, tramita na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE. Nos termos do inciso II, alínea c, item 12, do art. 255, combinado com o inciso I do art. 101, todos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro que a matéria também seja remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para analisar sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. – Senador **Armando Monteiro**.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.070, DE 2011

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista os incentivos

fiscais concedidos em todas as regiões do País para a produção dos bens de informática e sua vinculação às atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação (Leis nºs 7.232/84, 8.248/91, 8.387/91, 10.176/01, 10.664/03, 11.077/04, 12.249/10 e 12.431/11, entre outros), requeiro que sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, informações a respeito das seguintes questões:

1. Quais as empresas instaladas no País que utilizam os benefícios tributários na produção dos bens de informática? Especificar os nomes dessas empresas e sua localização (estado e município);
2. Quais os produtos fabricados e os respectivos quantitativos – ano a ano, de 2005 a 2010 -, de cada uma dessas empresas?
3. Especificar as instituições de pesquisas públicas e privadas que recebem os recursos provenientes dos incentivos às empresas beneficiadas pela Lei de Informática, indicando quais as empresas que foram suas destinatárias – ano a ano, de 2005 a 2010;
4. Especificar o total da renúncia fiscal relativa a cada empresa – ano a ano, de 2005 a 2010;
5. Qual o número de trabalhadores de cada empresa?
6. Especificar, por fim, os dados gerais relativos à produção destes bens em territorial nacional, discriminando por Unidade da Federação, produção total e valor da renúncia fiscal.

Justificação

Na década de 1980 do século XX iniciou-se um processo de grandes avanços na área de tecnologia de informação (TI), principalmente da informática voltada para os computadores de mesa (*desktops*), mais leves e potentes, sendo capazes de transmitir e receber informações de quaisquer partes do mundo, a partir da década de 1990, através da internet.

Por consequência, os grandes conglomerados empresariais, com sedes em diversas partes do mundo, passaram a se interligar de forma mais rápida, viabilizando a produção em escala nos países asiáticos e latino-americanos, como o Brasil, e originando o que se denominou de globalização, mediante a implantação de políticas neoliberais.

Nesse contexto, as indústrias nacionais e internacionais produtoras de bens de informática instalaram-se na Zona Franca de Manaus (ZFM) em razão do modelo de exceção criado ainda na época da ditadura militar como um modelo de desenvolvimento industrial, que buscava equiparar as condições socioeconômicas da Região Norte com a realidade vivida pelas outras regiões brasileiras.

Assim, já na década de 1990, após anos de ditadura militar e de vigência do modelo protecionista, o Brasil iniciou um processo de abertura de seu mercado

doméstico aos produtos importados, o que possibilitou a revitalização da indústria nacional, sendo necessária então uma renovação tecnológica para concorrer com os produtos internacionais.

Aberta a competição dos produtos brasileiros com os internacionais, a legislação brasileira precisava se adequar à nova realidade nacional, sendo então sancionada a Lei nº 8.248, de 1991, chamada de Lei de Informática, a qual institucionalizou o Processo Produtivo Básico (PPB) no País.

Todavia, essa Lei de Informática, ao ser promulgada, provocou o primeiro grande impacto sofrido pelo modelo da ZFM, uma vez que concedeu benefícios fiscais para todas as regiões do País de forma equânime, tendo apenas como contrapartida para as empresas o requisito de obediência ao PPB determinado pelo governo federal.

Com a prorrogação da vigência do prazo da Lei de Informática, decorrente da edição da Lei nº 10.176, de 2001, o prazo do benefício fiscal para o setor de TI foi estendido até 2019, acarretando prejuízos incalculáveis à ZFM, visto o claro deslocamento da produção de bens de informática para outras regiões do País.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.071, DE 2011

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista os incentivos fiscais concedidos em todas as regiões do País para a produção dos bens de informática e sua vinculação às atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação (Leis nºs 7.232/84, 8.248/91, 8.387/91, 10.176/01, 10.664/03, 11.077/04, 12.249/10 e 12.431/11, entre outros), requeiro que sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia informações a respeito das seguintes questões:

1. Quais as empresas instaladas no País que utilizam os benefícios tributários na produção dos bens de informática? Especificar os nomes dessas empresas e sua localização (estado e município);
2. Quais os produtos fabricados e os respectivos quantitativos – ano a ano, de 2005 a 2010 -, de cada uma dessas empresas?
3. Especificar as instituições de pesquisas públicas e privadas que recebem os recursos provenientes dos incentivos às empresas beneficiadas pela Lei de Informática, indicando quais as empresas que foram suas destinatárias – ano a ano, de 2005 a 2010;
4. Especificar o total da renúncia fiscal relativa a cada empresa – ano a ano, de 2005 a 2010;

5. Qual o número de trabalhadores de cada empresa?
6. Especificar, por fim, os dados gerais relativos à produção destes bens em territorial nacional, discriminando por Unidade da Federação, produção total e valor da renúncia fiscal.

Justificação

Na década de 1980 do século XX iniciou-se um processo de grandes avanços na área de tecnologia de informação (TI), principalmente da informática voltada para os computadores de mesa (*desktops*), mais leves e potentes, sendo capazes de transmitir e receber informações de quaisquer partes do mundo, a partir da década de 1990, através da internet.

Por consequência, os grandes conglomerados empresariais, com sedes em diversas partes do mundo, passaram a se interligar de forma mais rápida, viabilizando a produção em escala nos países asiáticos e latino-americanos, como o Brasil, e originando o que se denominou de globalização, mediante a implantação de políticas neoliberais.

Nesse contexto, as indústrias nacionais e internacionais produtoras de bens de informática instalaram-se na Zona Franca de Manaus (ZFM) em razão do modelo de exceção criado ainda na época da ditadura militar como um modelo de desenvolvimento industrial, que buscava equiparar as condições socioeconômicas da Região Norte com a realidade vivida pelas outras regiões brasileiras.

Assim, já na década de 1990, após anos de ditadura militar e de vigência do modelo protecionista, o Brasil iniciou um processo de abertura de seu mercado doméstico aos produtos importados, o que possibilitou a revitalização da indústria nacional, sendo necessária então uma renovação tecnológica para concorrer com os produtos internacionais.

Aberta a competição dos produtos brasileiros com os internacionais, a legislação brasileira precisava se adequar à nova realidade nacional, sendo então sancionada a Lei nº 8.248, de 1991, chamada de Lei de Informática, a qual institucionalizou o Processo Produtivo Básico (PPB) no País.

Todavia, essa Lei de Informática, ao ser promulgada, provocou o primeiro grande impacto sofrido pelo modelo da ZFM, uma vez que concedeu benefícios fiscais para todas as regiões do País de forma equânime, tendo apenas como contrapartida para as empresas o requisito de obediência ao PPB determinado pelo governo federal.

Com a prorrogação da vigência do prazo da Lei de Informática, decorrente da edição da Lei nº 10.176, de 2001, o prazo do benefício fiscal para o setor de TI foi estendido até 2019, acarretando prejuízos incalculáveis à ZFM, visto o claro deslocamento da produção de bens de informática para outras regiões do País.

láveis à ZFM, visto o claro deslocamento da produção de bens de informática para outras regiões do País.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO N° 1.072, DE 2011

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista os incentivos fiscais concedidos em todas as regiões do País para a produção dos bens de informática e sua vinculação às atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação (Leis nºs 7.232/84, 8.248/91, 8.387/91, 10.176/01, 10.664/03, 11.077/04, 12.249/10 e 12.431/11, entre outros), requeiro que sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, informações a respeito das seguintes questões:

1. Quais as empresas instaladas no País que utilizam os benefícios tributários na produção dos bens de informática? Especificar os nomes dessas empresas e sua localização (estado e município);
2. Quais os produtos fabricados e os respectivos quantitativos – ano a ano, de 2005 a 2010 -, de cada uma dessas empresas?
3. Especificar as instituições de pesquisas públicas e privadas que recebem os recursos provenientes dos incentivos às empresas beneficiadas pela Lei de Informática, indicando quais as empresas que foram suas destinatárias – ano a ano, de 2005 a 2010;
4. Especificar o total da renúncia fiscal relativa a cada empresa – ano a ano, de 2005 a 2010;
5. Qual o número de trabalhadores de cada empresa?
6. Especificar, por fim, os dados gerais relativos à produção destes bens em territorial nacional, discriminando por Unidade da Federação, produção total e valor da renúncia fiscal.

Justificação

Na década de 1980 do século XX iniciou-se um processo de grandes avanços na área de tecnologia de informação (TI), principalmente da informática voltada para os computadores de mesa (*desktops*), mais leves e potentes, sendo capazes de transmitir e receber informações de quaisquer partes do mundo, a partir da década de 1990, através da internet.

Por consequência, os grandes conglomerados empresariais, com sedes em diversas partes do mundo, passaram a se interligar de forma mais rápida, viabilizando a produção em escala nos países asiáticos e latino-americanos, como o Brasil, e originando o que

se denominou de globalização, mediante a implantação de políticas neoliberais.

Nesse contexto, as indústrias nacionais e internacionais produtoras de bens de informática instalaram-se na Zona Franca de Manaus (ZFM) em razão do modelo de exceção criado ainda na época da ditadura militar como um modelo de desenvolvimento industrial, que buscava equiparar as condições socioeconômicas da Região Norte com a realidade vivida pelas outras regiões brasileiras.

Assim, já na década de 1990, após anos de ditadura militar e de vigência do modelo protecionista, o Brasil iniciou um processo de abertura de seu mercado doméstico aos produtos importados, o que possibilitou a revitalização da indústria nacional, sendo necessária então uma renovação tecnológica para concorrer com os produtos internacionais.

Aberta a competição dos produtos brasileiros com os internacionais, a legislação brasileira precisava se adequar à nova realidade nacional, sendo então sancionada a Lei nº 8.248, de 1991, chamada de Lei de Informática, a qual institucionalizou o Processo Produtivo Básico (PPB) no País.

Todavia, essa Lei de Informática, ao ser promulgada, provocou o primeiro grande impacto sofrido pelo modelo da ZFM, uma vez que concedeu benefícios fiscais para todas as regiões do País de forma equânime, tendo apenas como contrapartida para as empresas o requisito de obediência ao PPB determinado pelo governo federal.

Com a prorrogação da vigência do prazo da Lei de Informática, decorrente da edição da Lei nº 10.176, de 2001, o prazo do benefício fiscal para o setor de TI foi estendido até 2019, acarretando prejuízos incalculáveis à ZFM, visto o claro deslocamento da produção de bens de informática para outras regiões do País.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

(À Mesa para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 1.073, DE 2011

Com fulcro nos artigos 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito autorização para ausentar-me do País entre os dias 12 a 16 de setembro do corrente ano, para participar do Programa Ciudad Mujer da Comissão de Defesa da Mulher do Parlamento Salvadorenho, representando o Senado Federal. – Senadora **Ana Rita**, (PT/ES).

REQUERIMENTO Nº 1.074, DE 2011**Solicita ao Tribunal de Contas da União que seja realizada auditoria nos gastos da construção do petroleiro João Cândido.**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do disposto no inciso VII do art. 71 da Constituição Federal, e no inciso X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria nos gastos da construção do petroleiro João Cândido, encomendado pela Petrobras junto ao Estaleiro Atlântico Sul.

Justificação

O governo federal, por intermédio do BNDES, patrocinou a criação do Estaleiro Atlântico Sul com a finalidade de construir 21 petroleiros encomendados pela Petrobras. Esse projeto tinha o objetivo de fomentar a indústria naval no Brasil. Entretanto, a construção do primeiro navio denominado de João Cândido foi realizada com inúmeros problemas. Foram detectados sérios problemas técnicos que comprometeram a estrutura do petroleiro, bem como o superfaturamento nos valores gastos que já alcançaram 336 milhões de reais, mais que o dobro das previsões de mercado.

Neste sentido, o presente requerimento tem por objetivo verificar, por intermédio de auditoria do Tribunal de Contas da União, se os valores gastos pela Petrobras com a construção do navio João Cândido foram empregados corretamente.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2011. – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.075, DE 2011**Solicita informações ao Sr. Ministro das Minas e Energia sobre a construção de navios petroleiros pela Petrobrás.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro das Minas e Energia sobre o investimento da Petrobrás na construção de navios petroleiros:

1. Qual foi o investimento total da Petrobrás para a construção do navio petroleiro João Cândido? Os valores estão de acordo com o preço de mercado?

2. Qual foi o prazo estabelecido para a entrega deste petroleiro e qual a justificativa para os eventuais atrasos?
3. Houve falhas no projeto do petroleiro João Cândido? Descreva com detalhes todos os problemas encontrados.
4. Qual será o montante aplicado pela Petrobrás para a construção de navios petroleiros no Brasil e qual é a viabilidade técnica de se construir esses navios em território nacional com economia e eficiência?
5. Qual o programa de qualificação de mão de obra, específica para a construção de navios petroleiros, que está sendo implementado pela Petrobrás? O custo desta qualificação compensa a aplicação do montante de recursos?
6. Por que a criação do Estaleiro Atlântico Sul foi formando por empresas como a Camargo Correia e Queiroz Galvão, que não tem qualquer experiência na construção de navios de grande porte? Por que não houve licitação para a escolha das empresas que fariam parte deste Estaleiro?

Justificação

A Revista **Veja**, em sua edição de 31 de agosto de 2011, publicou importante matéria sobre o desperdício de dinheiro público na construção do navio petroleiro João Cândido. Segundo a reportagem, o lançamento do navio em 2007 serviu apenas para criar mais um factóide político do governo Lula e que o investimento na construção foi o dobro do valor praticado pelo mercado. O navio João Cândido teve graves problemas estruturais que demandou custos muito maiores do que o previsto, deixando dúvida sobre a capacidade de se criar uma indústria naval no Brasil.

É importante frisar que todos os países que têm indústria naval bem estruturada tiveram subsídios para alavancar o setor. Entretanto, nesses países houve um planejamento estratégico confiável, estabelecendo exigências técnicas e prazos que obrigassem a indústria a adquirir eficiência e se tornar independente do governo, evitando o desperdício de dinheiro público.

Portanto, torna-se essencial que esta Casa, responsável última pela fiscalização dos atos do Poder Executivo, tenha informações claras e objetivas para que sejam tomadas as devidas providências. Destarte, o Senado Federal deve exigir o mais rapidamente possível as informações aqui solicitadas, pois garantirão que a sociedade catarinense tenha real compreensão do que está ocorrendo.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2011. – Senador **Alvaro Dias**.

(À Mesa para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.076, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhadas Votos de Pesar, à viúva do jornalista Rodolfo Fernandes, Diretor de Redação do **Jornal O Globo**, falecido no sábado (27), aos 49 anos de idade, na cidade do Rio de Janeiro.

Ele lutou nos últimos dois anos contra uma doença degenerativa, a esclerose lateral amiotrófica, que lhe impôs severas limitações físicas, mas não o impediu de continuar trabalhando.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2011. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO Nº 1.077, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados Votos de Pesar, à viúva do jornalista Walmor Bergesch, falecido no início da madrugada dessa segunda-feira (29), no Hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre.

Jornalista, escritor, radialista e empresário Walmor Bergesch tinha 73 anos e estava internado desde 7 de julho lutando contra um câncer raro nos rins. Ele foi um dos profissionais que atuou na instalação e na inauguração das primeiras emissoras de TV de Porto Alegre.

Os votos deverão ser encaminhados para à viúva, Senhora Marilene Bitencourt, no seguinte endereço: Rua Coronel Armando Assis, 286 – Bairro Três Figueiras – Porto Alegre-RS CEP 91330-010

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2011. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Líder do PP.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência designa, nos termos do **Ofício nº 237, de 2011**, da Liderança do PMDB, o Senador Sérgio Souza para integrar como membro titular

a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

É o seguinte o Ofício:

Of. GLPMDB nº 237/2011

Brasília, 26 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Sergio Souza para ocupar vaga de titularidade na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo, conforme Ofício nº 106/2011 – GLDBAG.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 107/2011-GLDBAG

Brasília, 29 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senhor Cristovam Buarque como membro suplente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 82, DE 2011

Altera o art. 134 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O artigo 134 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 134.

§ 2º

§ 3º Aplica-se o disposto no § 2º às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal.”(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Defensoria Pública da União (DPU) é instituição fundamental para a implementação e a prática da cidadania, possibilitando o acesso à justiça para parcela considerável da população brasileira. Estima-se como potenciais usuários da DPU algo em torno de 134 milhões de brasileiros.

Atualmente, a DPU conta com 480 (quatrocentos e oitenta) defensores públicos federais, tendo como responsabilidade a atuação junto aos Tribunais Superiores, Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça Militar da União.

No ano de 2010, apesar do pequeno número de defensores, a DPU realizou mais de 1(hum) milhão de atendimentos, no entanto, esse trabalho é fruto da abnegação dos defensores, pois, faltam a eles melhores condições para ajudarem as camadas menos favorecidas da sociedade a terem acesso ao Judiciário.

É notável o avanço alcançado pelas Defensorias Públicas Estaduais após a EC nº 45/2004, em Estados cujos governos atentam ao cumprimento da Constituição da República. Mas nem todos o fazem, limitando, sem justificativa, o investimento necessário à implantação, ao desenvolvimento e à melhoria dos serviços públicos essenciais prestados pela Defensoria Pública, tanto no âmbito judicial quanto na seara extrajudicial, a fim de promover o acesso dos mais necessitados ao direito.

Assim, a emenda em questão guarda compatibilidade com o desenvolvimento das finalidades da República de reduzir as desigualdades sociais, ao conferir solidez às condições orçamentárias e financeiras da Defensoria Pública, ainda ausente em vários Estados federados brasileiros.

Assim, faz-se necessária a aprovação por esta Casa da Proposta de Emenda Constitucional que ora apresento, que objetiva dar à DPU o mesmo tratamento legal dado

às Defensorias Públicas Estaduais, que gozam de autonomia administrativa e funcional desde o ano de 2004.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2011. –

Senadora **Vanessa Grazziotin**.

SENADOR(A)	PARTIDO
<i>Didico da Mata e Souza</i>	PSB/BA
<i>Armando de F. Humberto Costa</i>	PT/PE
<i>Renato Moura</i>	PP
<i>Antonio Carlos</i>	PMDB
<i>Ignacio</i>	PMDB
<i>Milha A.</i>	CRISTIANO - PT/DF
<i>Paulo Sérgio</i>	PSDB
<i>Paulo Sérgio</i>	PP
<i>Paulo Sérgio</i>	PMDB
<i>Edoardo Braga</i>	PMDB - AM
<i>Luiz Rita Bergamini</i>	PMDB
<i>Paulo Sérgio</i>	PMDB
SENADOR(A)	PARTIDO
<i>Waldir</i>	
<i>Paulo Sérgio</i>	PMDB
<i>Roberto</i>	
<i>Quinto</i>	PMDB
<i>Paulo Sérgio</i>	
<i>Paulo Sérgio</i>	PMDB
<i>Paulo Sérgio</i>	PMDB
<i>Paulo Sérgio</i>	PMDB
<i>Paulo Sérgio</i>	PMDB
<i>Paulo Sérgio</i>	PMDB

LEGISLAÇÃO CITADA

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I
Do Poder Legislativo

Seção VIII
Do Processo Legislativo

Subseção II
Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO IV
Das Funções Essenciais à Justiça

Seção III

Da Advocacia e da Defensoria Pública

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º LXXIV.

§ 1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

§ 2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa, e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45

Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 117, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

Art. 1º Os arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

LXXVIII – a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.” (NR)

“Art. 36.

III – de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal.

IV – (Revogado).

.....” (NR)

“Art. 52.

II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade:

“Art. 92.

I – O Conselho Nacional de Justiça;

§ 1º O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal.

§ 2º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.” (NR)

“Art. 93.

I – ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, a ordem de classificação;

II –

c) aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e prestação no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidas de aperfeiçoamento;

d) na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

e) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao erário sem o devido despacho ou decisão;

III – o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância;

IV – previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados;

VII – o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal;

VIII – o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa;

VIII – a remoção a pedido ou a permuta de magistrados de comarca de igual entrância atenderá, no que couber, ao disposto nas alíneas **a**, **b**, **c** e **e** do inciso II;

IX – todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário são públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

X – as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

XI – nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno;

XII – a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juizes em plantão permanente;

XIII – o número de juizes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população;

XIV – os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório;

XV – a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição.” (NR)

“Art. 95.

Parágrafo único. Aos Juizes é

vedado:

IV – receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

V – exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.” (NR)

§ 1º Lei federal disporá sobre a criação de juizados especiais no âmbito da justiça Federal.

“Art. 98.

§ 1º (antigo parágrafo único)

§ 2º As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.” (NR)

“Art. 99.

§ 3º Se os órgãos referidos no § 2º não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 1º deste artigo.

§ 4º Se as propostas orçamentárias de que trata este artigo forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados na forma do §1º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

§ 5º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.” (NR)

“Art. 102.

I –

h) (Revogada).

r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;

d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

§ 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.” (NR)

“Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

IV – a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

V – o Governador de Estado ou do Distrito Federal; § 4º (Revogado).” (NR)

“Art. 104.

Parágrafo único. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:” (NR)

Art. 105.

I –

i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias;

III –

b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;

Parágrafo único. Funcionário junto ao Superior Tribunal de Justiça:

I – a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira;

II – o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.” (NR)

“Art. 107.

§ 1º A lei disciplinará a remoção ou a permuta de juízes dos Tribunais Regionais Federais e determinará sua jurisdição e sede.

§ 1º (antigo parágrafo único)

§ 2º Os Tribunais Regionais Federais instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

§ 3º Os Tribunais Regionais Federais poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.” (NR)

“Art. 95.

V – as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo;

§ 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.” (NR)

“Art. 111.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).” (NR)

“Art. 112. A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.” (NR)

“Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

I – as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os antes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II – as ações que envolvam exercício do direito de greve;

III – as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;

IV – os mandados de segurança, **habeas corpus** e **habeas data**, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;

V – os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o;

VI – as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;

VII – as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;

VIII – a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;

IX – outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

§ 1º

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de

proteção ao trabalho, bem como as convenionadas anteriormente.

§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.” (NR)

“Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:

I – um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94;

II – os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por antiguidade e merecimento, alternadamente.

§ 1º Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

§ 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmeras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.” (NR)

“Art. 125.

§ 3º A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.

§ 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

§ 5º Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares.

§ 6º O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmeras regionais, a

fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

§ 7º O Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

“Art. 126. Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.

.....” (NR)

Art. 127.

§ 4º Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 3º

§ 5º Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do § 3º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

§ 6º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.” (NR)

“Art. 128.

§ 5º

I –

b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo veto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa;

II –

e) exercer atividade político-partidária;

f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.

§ 6º Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 95, parágrafo único, V.” (NR)

“Art. 129.

§ 2º As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão

residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.

§ 3º O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93.

§ 5º A distribuição de processos no Ministério Público será imediata.” (NR)

§ 1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

“Art. 134.

§ 1º (antigo parágrafo único)

§ 2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa, e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º” (NR)

“Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º

.....” (NR)

Art. 2º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A:

“Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública

que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

I – um Ministro do Supremo Tribunal Federal, indicado pelo respectivo tribunal;

II – um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal;

III – um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal;

IV – um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

V – um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

VI – um juiz federal de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VII – um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VIII – um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;

IX – um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;

X – um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República;

XI – um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual;

XII – dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

XIII – dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º O Conselho será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que votará em caso de empate, ficando excluído da distribuição de processos naquele tribunal.

§ 2º Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

§ 3º Não efetuadas, no prazo legal, as indicações previstas neste artigo, caberá a escolha ao Supremo Tribunal Federal.

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I – zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II – zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV – representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

V – rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

VI – elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

VII – elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

§ 5º O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as seguintes:

I – receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários;

II – exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e de correição geral;

II – requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.

§ 6º Junto ao Conselho oficialão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 7º A União, inclusive no Distrito Federal e nos Territórios, criará ouvidorias de justiça, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional de Justiça.”

“Art. 111-A. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:

I – um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94;

II – os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.

§ 1º A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho.

§ 2º Funcionarão junto ao Tribunal Superior do Trabalho:

I – a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira;

II – o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.”

“Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

I – o Procurador-Geral da República, que o preside;

II – quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;

III – três membros do Ministério Público dos Estados;

IV – dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça;

V – dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VI – dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º Os membros do Conselho oriundos do Ministério Público serão indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei.

§ 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

I – zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II – zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;

III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV – rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;

V – elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessários sobre a situação do Ministério Público nos Países e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI.

§ 3º O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes:

I – receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;

II – exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral;

III – requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.

§ 4º O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao Conselho.

§ 5º Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público.”

Art. 3º A lei criará o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, integrado pelas multas decorrentes de condenações trabalhistas e administrativas oriundas da fiscalização do trabalho, além de outras receitas.

Art. 4º Ficam extintos os tribunais de Alçada, onde houver, passando os seus membros a integrar os Tribunais de Justiça dos respectivos Estados, respeitadas a antiguidade e classe de origem.

Parágrafo único. No prazo de cento e oitenta dias, contado da promulgação desta Emenda os Tribunais de Justiça, por ato administrativo, promoverão a integração dos membros dos tribunais extintos em seus quadros, fixando-lhes a competência e remetendo, em igual prazo, ao Poder Legislativo, proposta de alteração da organização e da divisão judiciária correspondentes, assegurados os direitos dos inativos e pensionistas e o aproveitamento dos servidores no Poder Judiciário estadual.

Art. 5º O Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público serão instalados no prazo de cento e oitenta dias a contar da promulgação desta Emenda, devendo a indicação ou escolha de seus membros ser efetuada até trinta dias antes do termo final.

§ 1º Não efetuadas as indicações e escolha dos nomes para os Conselhos Nacional de Justiça e do Ministério Público dentro do prazo fixado no **caput** deste artigo, caberá, respectivamente, ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União realizá-las.

§ 2º Até que entre em vigor o Estatuto da Magistratura, o Conselho Nacional de Justiça, mediante resolução, disciplinará seu funcionamento e definirá as atribuições do Ministro Corregedor.

Art. 6º O Conselho Superior da justiça do Trabalho será instalado no prazo de cento e oitenta dias, cabendo ao Tribunal Superior do Trabalho regulamentar seu funcionamento por resolução, enquanto não promulgada a lei a que se refere o art. 111-A, § 2º, II.

Art. 7º O Congresso Nacional instalará, imediatamente após a promulgação desta Emenda Constitucional, comissão especial mista, destinada a elaborar, em cento e oitenta dias, os projetos de lei necessários à regulamentação da matéria nela tratada, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional.

Art. 8º As atuais súmulas do Supremo Tribunal Federal somente produzirão efeito vinculante após sua confirmação por dois terços de seus integrantes e publicação na imprensa oficial.

Art. 9º São revogados o inciso IV do art. 36; a alínea **h** do inciso I do art. 102; o § 4º do art. 103; e os §§ 1º a 3º do art. 111.

Art. 10. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de dezembro de 2004.

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Deputado JOÃO PAULO CUNHA Presidente	Senador JOSÉ SARNEY Presidente
Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA 1º Vice-Presidente	Senador PAULO PAIM 1º Vice-Presidente
Deputado LUIZ PIAUHYLINO 2º Vice-Presidente	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS 2º Vice-Presidente
Deputado GEODEL VIEIRA LIMA 1º Secretário	Senador ROMEU TUMA 1º Secretário
Deputado SEVERINO CAVALCANTI 2º Secretário	Senador ALBERTO SILVA 2º Secretário
Deputado NILTON CAPIXABA 3º Secretário	Senador HERÁCLITO FORTES 3º Secretário
Deputado CIRO NOGUEIRA 4º Secretário	Senador SÉRGIO ZAMBIASI 4º Secretário

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 519, DE 2011

Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, para estabelecer que a apresentação de preso provisório aos meios de comunicação de massa, com o intuito de expô-lo a vexame, configura abuso de autoridade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 4º

Parágrafo único. No caso da alínea **b** do *caput*, considera-se vexatória e constrangedora a apresentação de preso provisório aos meios de comunicação de massa, quando feita com o intuito de humilhá-lo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

As operações policiais que cumprem mandados de prisão sempre são acompanhadas de perto pelos veículos de comunicação de massa, que muitas vezes são mesmo convidados para filmar e fotografar o preso e, com isso, produzir matérias sensacionalistas.

Isso ocorre, na maioria das vezes, quando o preso é pessoa pública, sendo que a polícia, nesses casos, contribui para o espetáculo televisivo colocando-lhe um par de algemas, medida quase sempre desnecessária.

Recentemente, por ocasião da Operação Voucher, pela qual a Polícia Federal vinha investigando um amplo esquema de corrupção e desvio de dinheiro público no Ministério do Turismo, foram presos 36 funcionários públicos, os quais foram fotografados com o dorso nu, durante o procedimento de identificação na delegacia. Esse procedimento seria regular, não fosse o vazamento das fotografias para os meios de comunicação.

Ora, quando a exposição do preso provisório se dá de forma vexatória, com o intuito de humilhá-lo, essa conduta constitui abuso de autoridade, de que trata a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965.

Todo cidadão, inclusive o preso, merece ter sua dignidade protegida. Com efeito, o art. 1º, III, da Constituição Federal estabelece, como fundamento da República, a dignidade da pessoa humana. Mais adiante, o art. 5º, X, prescreve que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

Obviamente, a exposição vexatória de presos viola o princípio da dignidade da pessoa humana, sendo certo que a autoridade pública que promove ou permite essa humilhação age de forma abusiva.

Nesse contexto, faze-se necessário explicitar essa hipótese ferimento à dignidade da pessoa do preso, pelo acréscimo de parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 4.898, de 1965.

Pelo exposto, conclamo os nobres Pares a votar pela aprovação deste projeto, que, transformado em lei, representará efetivo prestígio ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Sala das Sessões, agosto de 2011. – Senador Humberto Costa.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.898, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 4º Constitui também abuso de autoridade:

a) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder;

b) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei;

c) deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa;

d) deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada;

e) levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei;

f) cobrar o carcereiro ou agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança não tenha apoio em lei, quer quanto à espécie quer quanto ao seu valor;

g) recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa;

h) o ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal;

i) prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade. *(Incluído pela Lei nº 7.960, de 21/12/89)*

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 520, DE 2011

Altera o § 4º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir como causa de aumento de pena o cometimento de crime homicídio

de servidor público no exercício de suas funções, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir como crime hediondo esse tipo de homicídio.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º O § 4º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa vigor com a seguinte redação:

“Art. 121.

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos ou contra servidor público no exercício de suas funções.

.....” (NR).

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V) e homicídio cometido contra servidor público no exercício de suas funções (art. 121, §4º, **in fine**);

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A segurança pública deve ser garantida indistintamente a todos brasileiros. Entretanto, homicídios cometidos contra servidor público no exercício da função merecem maior agravamento da pena, uma vez que é um ultraje ao Estado Democrático de Direito.

É muito lamentável a recente morte da ilustre magistrada do Rio de Janeiro, Patrícia Lourival Acioli, juíza de uma vara criminal, que condenou traficantes de drogas e policiais participantes de grupo de extermínio e milícias. Segundo dados publicados, recentemente, ela condenou 60 policiais ligados às milícias, razões pelas quais recebia constantemente ameaças de morte. As autoridades supõem que esse crime tenha sido motivado por vingança desses julgamentos.

O Estado brasileiro não pode admitir que homicídios dessa natureza aconteçam e se repitam, sem a tomada de posição imediata e contundente contra os autores e mandantes, bem como não se busque a prevenção e intimidação desses tipos de crimes.

A morte da Juíza Patrícia Acioli não é fato isolado e nem pode ser tratado como episódico, pois dezenas de juízes espalhados por nosso país convivem diariamente com ameaças de morte e de agressão física.

Essa morte não é a única, tendo em vista que em 2003, na cidade de Presidente Venceslau, em São Paulo, Antonio José Machado Dias, então titular da Vara de Execuções Criminais, foi assassinado sob a ordem do Primeiro Comando da Capital.

A Corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, afirmou que, atualmente, 87 juízes brasileiros vivem sob ameaça de morte.

Não é admissível que o Brasil se transforme numa Colômbia dos anos 80 ou numa Itália dos anos 90. Na Colômbia, a sua Corte Suprema perdeu, seguidamente, 10 magistrados mortos pelo tráfico de drogas nos anos 80. Fato semelhante ocorreu na Itália nos anos 90, quando foram assassinados os magistrados do Ministério Público Giovane Falcone e Paolo Boserlino, em 1992.

Sem dúvidas que não só os membros da Magistratura, mas também os integrantes do Ministério Público, policiais, advogados, procuradores jurídicos, fiscais e outros agentes públicos que apuram ilícitos merecem respeito à dignidade de sua pessoa humana e maior segurança, quando do exercício de suas funções, sob pena de enfraquecimento do Estado Democrático de Direito.

É hora de refletirmos sobre a proteção da democracia e lutarmos contra o crime de servidores públicos. Deixá-los ao alvedrio da ação do crime organizado é um atentado ao regime democrático de direito.

Em face do exposto, conclamamos os ilustres pares para aprovação deste projeto de lei, que pretende aumentar a pena daqueles delinquentes que infirmam os representantes do Estado.

Sala das Sessões, – Senador **Humberto Costa**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Dos Crimes Contra a Vida

.....

Homicídio simples

Art 121. Matar alguém:

Pena – reclusão, de seis a vinte anos.

Caso de diminuição de pena

§ 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, ou juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II – por motivo fútil;

III – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V – para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena – reclusão, de doze a trinta anos.

Homicídio culposo

§ 3º Se o homicídio é culposo: (Vide Lei nº 4.611, de 1965)

Pena – detenção, de um a três anos.

Aumento de pena

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as conseqüências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos. (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

§ 5º Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as conseqüências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária. (Incluído pela Lei nº 6.416, de 24.5.1977)

LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, consumados ou tentados: (Redação dada pela Lei nº 8.930, de 1994)

I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

II – latrocínio (art. 157, § 3º, **in fine**); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

III – extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

IV – extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, **caput**, e §§ 1º, 2º e 3º); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

V – estupro (art. 213, **caput** e §§ 1º e 2º); (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

VI – estupro de vulnerável (art. 217-A, **caput** e §§ 1º, 2º, 3º e 4º); (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

VII – epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º). (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

VII-A – (VETADO) (Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 1998)

VII-B – falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, **caput** e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, com a redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998). (Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 1998)

Parágrafo único. Considera-se também hediondo o crime de genocídio previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956, tentado ou consumado. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 521, DE 2011

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para incluir os Municípios na composição do Sistema Nacional de Turismo.

O Congresso Nacional decreta

Art. 1º Acrescente-se o seguinte inciso IV, no § 1º, do art. 8º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo:

Subseção I

Do Sistema Nacional de Turismo

Da Organização e Composição

Art.8º.....

IV – os representantes municipais daqueles municípios escolhidos como prioritários para a política de desenvolvimento turístico do respectivo Estado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor depois de transcorridos 60 dias da data de sua publicação.

Justificação

O turismo vem se constituindo num fenômeno de grande importância para o desenvolvimento econômico, cultural e social do Brasil. Tal fato decorre, em parte, pela somatória de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos e suas inter-relações.

Especialmente, no que diz respeito aos municípios, o turismo vem se tornando uma atividade rentável responsável por alavancar o desenvolvimento daquela região gerando emprego e renda para a sua população. Isso porque, os programas de desenvolvimento do turismo incorporam os municípios no processo de execução das políticas públicas e são importantes instrumentos para uma política moderna de desenvolvimento econômico municipal.

A presença dos municípios, ao menos daqueles considerados fundamentais para a política de desenvolvimento turístico de um determinado Estado, é muito importante para manter a sincronia das atividades em todo o Brasil.

Incluir os municípios na composição do Sistema Nacional de Turismo contribuirá muito para o debate.

Espero merecer o apoio dos ilustres senadores desta respeitada Casa legislativa.

Sala das Sessões, – Senador **Eduardo Amorim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008

CAPÍTULO II

Da Política, do Plano e do Sistema Nacional de Turismo

Seção III

Do Sistema Nacional de Turismo

Subseção I

Da Organização e Composição

Art. 8º Fica instituído o Sistema Nacional de Turismo, composto pelos seguintes órgãos e entidades:
I – Ministério do Turismo;
II – EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo;
III – Conselho Nacional de Turismo; e
IV – Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo.

§ 1º Poderão ainda integrar o Sistema:

I – os fóruns e conselhos estaduais de turismo;
II – os órgãos estaduais de turismo; e
III – as instâncias de governança macrorregionais, regionais e municipais.

§ 2º O Ministério do Turismo, Órgão Central do Sistema Nacional de Turismo, no âmbito de sua atuação, coordenará os programas de desenvolvimento do turismo, em interação com os demais integrantes

(À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, DE 2011

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para dispor sobre os convênios, contratos e parcerias firmados com o Ministério do Turismo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte Capítulo na Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo:

CAPÍTULO VI

Dos Convênios, dos Contratos e das Parcerias Firmados com o Ministério do Turismo

SEÇÃO I

Da seleção, chamada pública ou licitação

“Art. 44. Os convênios, contratos ou parcerias firmados entre o Ministério do Turismo e as entidades de turismo, os prestadores de

serviços turísticos ou as organizações não-governamentais (ONGs), para fins de capacitação de pessoas ou serviços deverão ser precedidos de seleção, chamada pública ou licitação, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo as entidades contratadas para o Programa “Bem Receber Copa”.

SEÇÃO II Da fiscalização

“Art. 45. Os convênios, contratos e parcerias firmados entre o Ministério do Turismo e as entidades de turismo, os prestadores de serviços turísticos ou as organizações não-governamentais (ONGs), para fins de capacitação de pessoas ou serviços com o objetivo de fomentar o turismo, estão sujeitos a fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU) durante todo o prazo de vigência ou duração.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo as entidades contratadas para o Programa “Bem Receber Copa”.

SEÇÃO III Das Ações de Qualificação

“Art. 46. As ações de capacitação de pessoas prestadas pelas entidades do setor de turismo, os prestadores de serviços turísticos ou as organizações não-governamentais (ONGs), devem ocorrer em conformidade com as normas técnicas criadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para o setor.

Parágrafo único. O reconhecimento profissional se dará por meio de um certificado de normatização técnica expedido pela ABNT.

Art. 2º. Renumerar o Capítulo que trata “Das Disposições Finais”

Art. 3º Esta lei entrará em vigor depois de transcorridos 60 dias da data de sua publicação.

Justificação

Recentemente, os brasileiros foram surpreendidos com mais um escândalo de corrupção envolvendo os Ministérios. A “Operação Voucher”, deflagrada pela Polícia Federal no dia 9-8-11, teve por finalidade a dissolução de um suposto esquema de desvio de recursos públicos do Ministério do Turismo. Estima-se que tenham sido desviados do Ministério do Turismo R\$ 3 milhões dos R\$ 4,5 milhões do contrato destinado à qualificação de 1,9 mil profissionais de turismo no Amapá.

Segundo o delegado que acompanha o caso, o esquema envolve empresários, funcionários do ministério, da ONG Ibrasi e de empresas de fachada.

Esse lamentável episódio ocorreu, em parte, pela fragilidade dos mecanismos de fiscalização utilizados pelo Ministério do Turismo, no controle dos convênios firmados. Daí a importância de criarmos mecanismos mais robustos e eficientes.

A presença do TCU e da CGU durante todo o prazo de vigência ou de duração desses instrumentos contribuirá para auferir mais rigor no processo de fiscalização utilizado pelo Ministério do Turismo.

Tal providência torna-se ainda mais salutar num momento em que o Brasil se prepara para sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A realização desses eventos implicará no aumento significativo do número de convênios, contratos e parcerias firmados com o Ministério do Turismo para capacitação de pessoas e serviços.

A ideia não é desmoralizar os convênios e parcerias nem tampouco bani-los da esfera administrativa. Estes mecanismos são fundamentais para fomentar o turismo e possibilitar a participação direta da iniciativa privada especializada no setor turístico, o que certamente agrega vantagens para o turismo em geral.

É importante notar que, a ideia de agilidade que fundamenta a dispensa da licitação e da fiscalização para os convênios firmados entre os Ministérios e a iniciativa privada, na prática, não funciona.

É preciso deixar a teoria de lado e nos preocuparmos em melhorar esse mecanismo de participação da iniciativa privada que tanto contribui para o desenvolvimento econômico e social do país, porém, carece de fiscalização dando margem para ações fraudulentas envolvendo dinheiro público.

Segundo reportagem de Vinicius Sassine, publicada no Jornal **Correio Braziliense** de 27/08/11 – Política, “o Ministério do Turismo já pagou R\$ 41,5 milhões para entidades qualificarem trabalhadores que atuarão na Copa do Mundo de 2014, sob risco evidente de prejuízo aos cofres públicos, pagamentos duplicados, dispensas ilegais de licitação, sobreposição de atividades e descumprimento das metas acertadas. A pasta também deixou de fiscalizar as ações de qualificação e não se preocupou em comparar os orçamentos apresentados pelas entidades contratadas com os preços praticados por outras organizações que atuam na área de capacitação.”

Revela, ainda, que “a pasta deixou de fiscalizar as ações de qualificação e não se preocupou em comparar os orçamentos apresentados pelas entidades contratadas com os preços praticados por outras organizações que atuam na área de capacitação.”

Por fim, é importante estender às regras as entidades contratadas do Bem Receber Copa, uma vez que, “o Ministério do Turismo planeja gastar R\$ 440 milhões com o “Bem Receber Copa” até 2013, na capacitação de 306 mil profissionais.” (Fonte: reportagem de Vinicius Sassine, publicada no Jornal **Correio Braziliense** de 27-8-11 – Política)

Com o intuito de contribuir para a diminuição das fraudes envolvendo dinheiro público, espero merecer o apoio dos ilustres parlamentares dessa respeitada Casa legislativa.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2011. –
Senador **Eduardo Amorim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008

Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO VI Disposições Finais

Art.44. O Ministério do Turismo poderá delegar competência para o exercício de atividades e atribuições específicas estabelecidas nesta Lei a órgãos e entidades da administração pública, inclusive de demais esferas federativas, em especial das funções relativas ao cadastramento, classificação e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, assim como a aplicação de penalidades e arrecadação de receitas.

Art.45. Os prestadores de serviços turísticos cadastrados na data da publicação desta Lei deverão adaptar-se ao disposto nesta Lei quando expirado o prazo de validade do certificado de cadastro.

Art. 46. (VETADO)

Art. 47. (VETADO)

Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado, quanto ao seu art. 46, o disposto no inciso I do caput do art. 106 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Art.49. Ficam revogados:

I – a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977

II – o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986; e

III – os incisos VIII e X do caput e os §§ 2º e 3º do art. 3º, o inciso VIII do caput do art. 6º e o art. 8º da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, DE 2011

Estabelece Programa de abatimento no IRPF do gasto na compra de medicamentos de doenças que especifica e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Subsídio a medicamentos de doenças que especifica, mediante o abatimento na Declaração Anual de ajuste de Imposto de Renda (Pessoa Física) da parcela correspondente ao valor da compra de medicamento de uso domiciliar, desde que aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, enquadrado nas seguintes categorias:

- I – tratamento de câncer;
- II – tratamento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – SIDA;
- III – tratamento de **Alzheimer**;
- IV – tratamento de diabetes;
- V – tratamento de mal de **Parkinson**;
- VI – tratamento de depressão clínica;
- VII – tratamento de transtorno bipolar;
- VIII – Interferon Alfa ou Beta;
- IX – tratamento de fibromialgia;
- X – tratamento cardíaco crônico.

§ 1º O valor do abatimento nunca poderá ser inferior a meio salário-mínimo.

§ 2º O Contribuinte deverá guardar, pelo prazo de cinco anos, as notas fiscais das compras.

Art. 2º A assistência farmacêutica será previamente aprovada por perícia feita em hospital credenciado no Sistema Único de Saúde, a partir de laudo médico, contendo a indicação:

- I – do diagnóstico detalhado da patologia, com o respectivo CID;
- II – dos medicamentos que serão utilizados no tratamento, com as respectivas dosagens e formas de administração;
- III – da duração estimada do tratamento.

§ 1º Na hipótese de aprovação, a perícia médica fixará prazo de validade da assistência farmacêutica, que não poderá exceder 6 (seis) meses.

§ 2º Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior e persistindo a indicação do tratamento, o beneficiário ou seu representante legal poderá requerer a continuidade da assistência farmacêutica.

Art. 3º Para habilitar-se ao benefício previsto nos termos desta lei, o beneficiário, ou seu representante legal, protocolizará na Delegacia da Receita Federal de sua região solicitação especial para o abatimento dos gastos de compra no imposto de renda.

Art. 4º O pedido de inclusão junto a Delegacia da Receita Federal deverá conter o laudo médico da perícia.

Art. 5º É competente para solicitar o benefício o beneficiário ou seu representante legal.

Art. 6º A Receita Federal deverá criar campo específico nos formulários de declaração para atender ao disposto nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor 45 dias após a sua publicação.

Justificação

A saúde constitui-se em serviço essencial a vida de qualquer pessoa. É sabido que existem doenças crônicas que afetam as pessoas durante toda a sua vida e que, assim, causam um peso financeiro enorme sobre o orçamento familiar. A Constituição Federal estabelece que a saúde é dever do estado. Assim, o objetivo do presente projeto é garantir a todo cidadão em risco de saúde que lhe seja franqueado subsídio financeiro a fim de que possa custear seu tratamento sem desequilibrar a própria subsistência das famílias.

Acredito que meus pares saberão perceber a importância do presente projeto e assim possibilitem sua aprovação o mais rápido possível.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**.

(Às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O Senado Federal recebeu o seguinte Aviso de Ministro de Estado:

– **Nº 1.906, de 26 de agosto de 2011**, do Ministro de Estado da Justiça, em resposta ao Requerimento nº 793, de 2011, de informações, do Senador Sérgio Petecão.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Geovani.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, gostaria de ser o primeiro orador inscrito para fazer uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – V. Exª está inscrito, Senador Geovani Borges, como primeiro orador a fazer uma comunicação inadiável.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Tem a palavra o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, peço que me inscreva para falar em nome da Liderança do PDT.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Perfeito, V. Exª terá a palavra como Líder.

Drª Cláudia, como havíamos acertado, também faço minha inscrição como Líder pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Então, iniciamos nossos trabalhos, convidando para fazer uso da palavra as Senadoras e os Senadores inscritos como oradores na sessão de hoje, dia 29 de agosto.

O primeiro orador seria o Senador Paulo Paim, que permuta seu tempo com a Senadora Ana Amélia, que convido para fazer uso da palavra. A Senadora Ana Amélia, no dia de hoje, dispõe de 20 minutos para fazer seu pronunciamento. A atuante Senadora do Rio Grande do Sul dispõe de até 20 minutos na tribuna.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, disponho de 20 minutos pelo Regimento e do restante pela sua generosidade.

Cara Presidente Vanessa Grazziotin, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, venho a esta tribuna para falar sobre um evento importantíssimo para a agropecuária brasileira, em particular do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Mas, antes, quero fazer o registro, Senador Acir Gurgacz, de duas perdas lamentáveis. Eu o faço com o coração muito sentido, porque são duas figuras que conheço. Com um deles tive maior convivência profissional e, com o outro, colega meu, convivi em Brasília e ressalto sua eficiência, seu talento e seu caráter.

Falo sobre a morte, na madrugada de hoje, do jornalista, escritor e radialista Walmor Bergesch, que

faleceu em decorrência de um câncer no hospital Moínhos de Vento, em Porto Alegre. Apresento à família do Walmor meus sentimentos e minhas condolências. Tive uma convivência muito grata com ele. Walmor Bergesch produziu também um livro sobre a televisão no meu Estado, e fui, de certo modo, modestamente, também protagonista dessa radiografia que ele fez para resgatar a memória de uma história de sucesso, que é a televisão no Rio Grande do Sul.

Também fiquei chocada, hoje pela manhã, ao saber da morte de um admirado colega, que conheci em Brasília, na convivência no Congresso – este deve ser o seu caso também, Senador Paim. Refiro-me a Rodolfo Fernandes, filho de Hélio Fernandes. Ele era diretor de redação de *O Globo*. Eu dizia sempre que era um garoto doce, fino no trato, delicado, aplicado no ofício da boa comunicação com responsabilidade, a comunicação mais difícil de fazer, que é a comunicação da cobertura política em Brasília. Ele chegou por seus méritos a ser o diretor de redação do jornal *O Globo*. Morreu em decorrência de uma doença que também vitimou outro amigo meu, o ex-Governador e Deputado Sinval Guazzelli, doença bem rara e complicada, como testemunham as pessoas que a acompanham, pelas consequências que traz.

Gostaria que a Mesa, Presidenta Vanessa Grazziotin, apresentasse condolências às famílias desses dois jornalistas, Walmor Bergesch e Rodolfo Fernandes, e endossasse a apresentação de pesar pela morte dessas duas queridas pessoas, muito importantes para as comunicações.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Mesa recebe a proposição de V. Ex^a e se associa às suas considerações e ao voto de solidariedade.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidenta Vanessa Grazziotin, pela acolhida a essa minha solicitação.

Senadora Vanessa – V. Ex^a iniciou a vida bem perto do meu Estado, em Santa Catarina, e, hoje, apresenta, com muita honra, o Estado do Amazonas –, começou, neste sábado, dia 27, a 34^a Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários (Expointer) no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, na região metropolitana de Porto Alegre.

Essa feira, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, é reconhecida como um dos maiores eventos no mundo do seu gênero, evidenciando o potencial da produção agropecuária não apenas do Rio Grande do Sul, mas de todo o País e até do Mercosul, pois ali estão também representantes dos países vizinhos e até de países europeus,

o que dá à Expointer um caráter de vitrine bem posta do que existe de melhor em matéria de genética, de avanço na biotecnologia e na produção agropecuária e de avanço tecnológico no setor, Senador Acir Gurgacz, de máquinas e implementos agrícolas. É o conjunto que faz a riqueza do País, aliás, justificando os números da nossa balança comercial.

Neste ano, a abertura da Expointer aconteceu em uma data muito importante para a história dos brasileiros e, em especial, para o povo do meu Estado do Rio Grande do Sul. No dia 27 de agosto, completaram-se cinquenta anos do Movimento da Legalidade, sobre o qual dedicamos parte da sessão plenária da última quinta-feira, com pronunciamentos expressivos, que marcaram aquela tarde, como os dos Senadores Paulo Paim e Rodrigo Rollemberg, entre os que se manifestaram desta tribuna. E o que era o Movimento da Legalidade senão um grande ato dos brasileiros que queriam ver o cumprimento da Constituição Federal, a legalidade, a segurança jurídica, o Estado de direito? O Movimento Legalista, Presidenta Vanessa, foi o movimento dos brasileiros pela segurança jurídica, pelo cumprimento das leis, pela ordem jurídica nacional. É, portanto, carregado de simbolismo o fato de a Expointer 2011 abrir seus portões naquela data comemorativa, dada a importância da segurança jurídica para a atividade agropecuária.

As questões de segurança jurídica no campo são muito mais amplas do que simplesmente a questão relacionada, Senador Rodrigo Rollemberg, ao Código Florestal que estamos examinando nesta Casa. Em que pese ser fundamental para a sobrevivência de todos os seres humanos, a atividade agrícola é cercada de ameaças que necessitam de ampla proteção social para garantir o abastecimento alimentar da população de todo mundo.

Além de conviver com as incertezas da legislação, que podem transformar a qualquer momento a produção de alimentos numa atividade ilegal, os produtores convivem, portanto, com as incertezas do tempo, com a volatilidade dos preços dos alimentos, com dificuldades para obtenção de financiamento da produção, com problemas logísticos e com uma série de outras questões que atingem diretamente a vida do campo. Nem falo sobre o protecionismo dos países ricos e importadores que fazem concorrência, eu diria, até predatória com a nossa produção. Temos maior competitividade, mas perdemos quando se trata de estabelecer o papel do Estado no oferecimento de uma logística capaz de dar ao escoamento da produção as condições para que obtenha melhores resultados quando faz as suas operações de venda.

Todas essas questões, Presidenta Vanessa, precisam ser enfrentadas com muito equilíbrio. Se o Brasil realmente quiser consolidar-se na liderança mundial

da produção de alimentos e da proteção ao meio ambiente, deveremos ampliar a segurança jurídica dos produtores brasileiros, para que eles permaneçam – e eles o querem – na legalidade, Senador Acir Gurgacz.

Possuímos a maior extensão de terras agricultáveis do mundo e, ao mesmo tempo, somos responsáveis pela missão de preservar o maior conjunto de bens naturais do Planeta. Temos 18% da água potável e a maior capacidade ociosa para produção de comida. De acordo com estudos da CNA e da Embrapa realizados com dados do Incra e do IBGE, ainda utilizamos apenas 19,94%, ou seja, 170 milhões de hectares de nossa extensão territorial com a produção agropecuária. Somente em áreas de reserva legal, o Brasil reserva 31,54% do seu território, o que representam, Senador Acir Gurgacz, Senador Rodrigo Rollemberg, 268 milhões de hectares. Outros 31% são Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Unidades de Conservação, e quase 18% são destinados a áreas indígenas e quilombolas.

Com muito prazer, concedo um aparte ao Senador Acir Gurgacz, que preside, aliás, com grande competência e com dedicação, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária desta Casa.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Peço o aparte para cumprimentá-la pelo seu pronunciamento e para dizer que, no dia 1º, o PDT fará um movimento forte no Estado de V. Exª, o Rio Grande do Sul, comemorando o ato da legalidade, os 50 anos. Será no dia 1º, no dia 2 e no dia 3 o Encontro Nacional do PDT, em que comemoraremos, junto com os demais colegas do Partido, essa data tão importante para todos nós. Quero dizer que a senhora tem feito um trabalho muito importante na nossa Comissão, principalmente na Comissão da Agricultura, no sentido de darmos legalidade também ao nosso agricultor, exatamente da forma como V. Exª fala nesta tarde de hoje. Entendo que é obrigação da nossa parte fazer com que nosso produtor rural produza, como vem produzindo, mas com tranquilidade jurídica. Esse é o grande desafio que temos. Não tenho dúvida de que, com o apoio V. Exª, com o apoio do nosso Senador Rodrigo Rollemberg, que é Presidente da Comissão do Meio Ambiente, e com o apoio do Senador Eduardo Braga, que é Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, vamos continuar o nosso debate sobre o Código Florestal nesse clima, nesse ambiente em que todos nós queremos a mesma coisa, cientistas, ambientalistas, produtores rurais. Todos nós queremos, em primeiro lugar, alimento para toda a população e um ambiente agradável para se viver. Portanto, temos de cuidar do meio ambiente. Então, acredito muito que vamos convergir nossas ideias e chegar a um consenso, para que possamos gerar essa

segurança e essa tranquilidade de que as pessoas que vivem no campo necessitam. Muito obrigado e meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Acir Gurgacz.

Talvez, ainda com resquícios do vezo jornalístico, vi o cartaz que dizia desse Encontro quando passei pelo corredor onde está meu gabinete, na Ala Afonso Arinos, e onde está instalado o gabinete de um dos Senadores do seu Partido, o Senador Pedro Taques, em cuja porta está afixado esse cartaz. Na quinta-feira, pedi ao repórter que visse todos os dados. Será realizado do dia 1º ao dia 3 esse seminário, que é um congresso do Partido comemorativo aos 50 anos da legalidade. Na quinta-feira, quando fiz o aparte ao Senador Paulo Paim, fiz referência a esse Encontro. Tenho a certeza de que o senhor, que representa Rondônia, será muito bem recebido lá. O senhor representa Rondônia, um Estado muito importante do ponto de vista da produção agropecuária. E, no comando dessa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, também está fazendo um papel importantíssimo em direção ao Código Florestal.

Mas queria lhe dizer que o grande líder, o homem que levantou o Rio Grande e o Brasil com o Movimento da Legalidade, Leonel Brizola, tinha a noção exata da importância dessa produção de alimentos para o Brasil, e ele, voltando do exílio em 79, falava muito do modelo que o Brasil deveria seguir. Foi várias vezes à Austrália e dizia que a Austrália deveria ser uma referência.

Veja só, aquele homem, lá nos anos 60, teve a antevisão de que educação era a grande força motriz de desenvolvimento, e lamentavelmente esqueceram-se disso, por isso estamos amargando índices desoladores na área da educação fundamental, aquele homem que teve essa visão também já percebia a relevância que a agropecuária e a produção de comida tem para o Brasil e para o mundo. Leonel Brizola realmente era um homem à frente do seu tempo.

Muito obrigada, Senador Acir Gurgacz.

Agora concedo, com muita alegria, o aparte ao Senador Rodrigo Rollemberg, que preside a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, quero cumprimentar V. Exª por seu pronunciamento sempre muito oportuno, especialmente a primeira parte que se refere à Campanha da Legalidade, que foi liderada por Leonel Brizola e que teve em um outro Governador, um goiano ilustre, também um grande colaborador, um grande apoiador, o ex-Governador Mauro Borges. Quero registrar que prestei bastante atenção no aparte que V. Exª fez ao Senador Paulo Paim e abordei o mesmo tema em seguida, mas, quando a senhora registrou com mui-

ta gratidão que parte da sua formação educacional se deve a Leonel Brizola, a programas implementados por Leonel Brizola quando governador do Rio Grande do Sul, isso demonstra, de forma cristalina, a importância do investimento em educação. Não existe nenhum investimento com retornos econômicos e sociais melhores do que investimento em educação. Basta dizer que nós não conhecemos nenhum analfabeto filho de família alfabetizada. O que demonstra que, quando se faz um investimento em educação, toda uma geração é beneficiada. Mas quero também aqui registrar a participação de V. Ex^a; pela sua assiduidade, pela oportunidade, pela combatividade, pela competência com que se tem posicionado nos debates sobre o Código Florestal. V. Ex^a representa um Estado importante para a agricultura brasileira, e nós estamos diante de um grande desafio: produzir um Código Florestal moderno, um Código Florestal que trate da ocupação, do uso e do solo, que dê tranquilidade e segurança jurídica aos nossos produtores rurais, mas que também permita que o Brasil continue sendo, cada vez mais, uma potência ambiental. Nós estamos chegando àquele momento de afunilamento. Tivemos oportunidade, na semana passada, em dois grandes momentos, de ouvir os ex-Ministros do Meio Ambiente, depois os ex-Ministros da Agricultura com contribuições muito significativas; amanhã teremos especialistas que falarão do impacto do Código Florestal nas cidades; já temos, para o dia 13 de setembro, uma audiência marcada com juristas, Ministros do Supremo e do STJ, especialistas em direito ambiental, e começamos esta semana o nosso ciclo de visitas. Faremos audiência pública na grande exposição de Esteio. No dia 16, teremos outra em Chapecó, em Santa Catarina, depois iremos a outras regiões do País conhecer experiências bem-sucedidas que conseguiram aliar produção agrícola com preservação ambiental. Quero cumprimentar V. Ex^a pelo trabalho que tem desempenhado na Comissão de Agricultura, nas audiências conjuntas com a Comissão de Meio Ambiente e no Senado de uma forma geral, V. Ex^a tem sido uma excelente Senadora, e quero aqui cumprimentar o povo do Rio Grande do Sul pela excelente e feliz escolha que fez.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Rodrigo Rollemberg, fico até comovida com suas palavras, porque um aparte é mais do que colaborar ou ampliar as informações a respeito de um tema tão importante. Essa sua palavra, para mim, é extremamente gratificante. Fico bastante emocionada com o que disse, porque a gente trabalha tanto e, quando vê um colega fazer esse reconhecimento, realmente passa a se sentir ainda mais encorajada a continuar essa luta conjunta. Estamos juntos sempre. Amanhã estarei lá. Para isso, teremos que abrir mão de algumas das

nossas Comissões – nós que estamos sempre participando de muitas Comissões –, mas não deixo de dar prioridade a esse tema, dada a relevância que tem.

Não é pouca coisa que o Brasil tenha de produzir comida de uma forma sustentável. O que significa isso? Aumentar a produção e a produtividade para evitar desmatamento, evitar a destruição do meio ambiente, preservar as suas fontes, os seus mananciais, as suas matas ciliares. Então essa é a conveniência que temos ao examinar esse tema. Tenho que dar prioridade, sim, porque o meu Estado, o Rio Grande do Sul, depende basicamente do setor agropecuário.

Os índices apresentados pela Fundação de Economia e Estatística desse primeiro quadrimestre de 2011, Senador Rodrigo Rollemberg, foram positivos só por conta da produção agropecuária – uma excelente safra de arroz, safras agrícolas de muito boa qualidade. Então, veja, não dá para ignorar a relevância disso e de produtores que têm a consciência de sua responsabilidade para com a preservação ambiental.

Por isso, eu me ocupo hoje em falar sobre a Expointer e desejo que o senhor se recupere do acidente que sofreu para estar conosco na sexta-feira, quando teremos audiência pública, na Expointer, sobre o Código Florestal.

Muito obrigada, mais uma vez, pelas palavras generosas do caro colega Rodrigo Rollemberg.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim, com muita alegria, Presidenta Vanessa Grazziotin.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Amélia, é muito rápido. Quero cumprimentá-la também e dizer que tenho muita alegria por ter retornado ao Senado junto com V. Ex^a, pois nos elegemos agora – e é bom ver dois fãs do Leonel Brizola. V. Ex^a tem demonstrado isso, e não é a primeira vez. Por isso, emocionou-se – percebo eu – da tribuna. Às vezes, quando a gente se emociona da tribuna alguns não entendem. É como se a gente não fosse humano. A gente se emociona como qualquer um se emociona. Eu percebi que V. Ex^a, da tribuna, está emocionada, falando de Leonel Brizola, uma liderança, para nós todos uma referência. Acho, inclusive, uma alegria para o próprio PDT saber que há dois Senadores que têm em Leonel Brizola uma referência na sua caminhada e na sua história. Só isso. Meus cumprimentos. V. Ex^a está fazendo um excelente trabalho, e eu comentava com V. Ex^a que também serei companheiro de V. Ex^a e do Senador Simon no Mercosul. Estaremos juntos também naquele fórum, debatendo os temas de interesse do Rio Grande e do Brasil. Mas o meu aparte é mais para cumprimentá-la. Tenho certeza de que será uma grande audiência pública a que os senhores vão realizar lá no Rio Grande, na Expointer. Eu vou falar um

pouquinho da Expointer, claro, depois, mas na mesma linha que V. Ex^a falou, apenas repetindo a importância dessa feira. Meus cumprimentos a V. Ex^a. Que bom ter trocado de lugar. Só assim tive oportunidade de ouvi-la. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, meu querido colega e amigo, Senador Paulo Paim. Temos palmilhado juntos aqui, sempre em defesa do Rio Grande, quando vou ao interior, também percebo – agora, farei um breve relato, se a generosidade da nossa Presidente Vanessa Grazziotin permitir, mas agradeço sempre –, que o cidadão e a sociedade querem políticos assim: comprometidos com os interesses legítimos da sua comunidade. Estamos aqui juntos, o caro colega Paulo Paim e o Senador Pedro Simon, também para esse grande desafio.

Mas os dados que eu mostrei, Sr^a Presidente, sobre a produção e as áreas que são destinadas para a agricultura, para os parques nacionais, para os quilombolas, para reservas indígenas revelam apenas que há uma parte pequena do território brasileiro que é, hoje, ocupada pelo desenvolvimento da agropecuária de Estados importantes, como o Paraná, do Senador Roberto Requião, que está aqui no plenário também.

Os dados mostram que o Brasil só conseguiria aliar a produção de alimentos com a preservação ambiental devido ao aumento da produtividade das nossas lavouras. Até os anos 60 e 70, o Brasil era um País importador de alimentos. Nos últimos anos, ampliando em 48% a área de nossas lavouras, conseguimos aumentar em 268% – não é, Senador Rodrigo Rollemberg? – a produtividade. Portanto, praticamente na mesma área, muito maior produção. Esse aumento da produtividade é resultado do esforço dos produtores, Presidenta Vanessa Grazziotin, que desenvolvem ciência e tecnologia aplicada ao cultivo de alimentos, que utilizam a biotecnologia do manejo adequado do solo, praticam o plantio direto para não degradar o meio ambiente.

Bom exemplo de tudo o que é desenvolvido no âmbito da agricultura de precisão pode ser encontrado anualmente na Expodireto, realizada lá em Não-me-Toque, no Rio Grande do Sul, e que, nos últimos anos, tem comemorado excelentes resultados com a produtividade das lavouras de milho e de soja, por exemplo.

Feiras como a Expodireto e a Expointer são motivos de orgulho para todos os gaúchos. São exposições que enaltecem o resultado do trabalho corajoso e competente dos produtores do meu Estado e que viram, no desenvolvimento tecnológico, um forte aliado para a preservação ambiental; produtores que já desbravaram Santa Catarina, o Paraná, de Roberto Requião, a Rondônia, de Acir Gurgacz, o Distrito Federal, de Rodrigo Rollemberg, e assim por diante; estão

os agricultores em Goiás, estão em Tocantins, estão no Maranhão, estão na Bahia, estão em toda parte, levando o desenvolvimento.

A Expointer é a vitrine moderna da agropecuária familiar e empresarial. No mesmo espaço a agricultura familiar convive com as empresas modernas. Juntos aplicam o seu talento e a sua coragem para mostrar ao Brasil que é possível produzir mais na mesma área em que se protege o meio ambiente.

O Rio Grande do Sul é o pioneiro na aplicação de uma legislação preservacionista e as áreas de matas nativas são a prova de que o agricultor gaúcho tem consciência da sua responsabilidade ambiental.

Eu gostaria, Sr^a Presidente, que ficasse registrado nos Anais este meu pronunciamento, por causa do tempo, em função de ele já ter se esgotado.

Mas eu queria apenas fazer um registro da presença da Presidenta Dilma Rousseff na...

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – São poucas páginas, V. Ex^a pode concluir.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muita obrigada. Eu lhe agradeço imensamente.

Eu queria então dizer que nós teremos, no dia 2,...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... nesta próxima sexta-feira, com a presença do presidente Acir Gurgacz, uma audiência pública, e desejamos também a presença do Senador Rodrigo Rollemberg e dos Relatores Luiz Henrique da Silveira e Jorge Viana, para debatermos, na Expointer, o Código Florestal. Essa audiência pública será produzida no ambiente do Canal Rural, no Parque de Exposições de Esteio, e transmitida diretamente pela TV Senado para todo o Brasil.

É hora de continuarmos esse debate que vai, sem dúvida, representar uma nova etapa no processo de modernização, com a produção sustentável em nosso País.

Além da presença da Presidenta Dilma Rousseff, na abertura oficial da Expointer, também registro, com agrado, a escolha do Deputado Mendes Ribeiro Filho, do PMDB do meu Estado, para conduzir o Ministério da Agricultura. Isso não é apenas o reflexo da importância da política gaúcha no cenário nacional, mas de um Líder político que sempre teve compromisso com a produção agropecuária no nosso Estado.

Por fim, Sr^a Presidenta, estive neste final de semana percorrendo algumas regiões importantes do meu Estado, como a região carbonífera, em Charqueadas e Minas do Leão; estive em contato com o Vice-Presidente do Sindicato dos Mineiros do Rio Grande do Sul, Adão Carlos Oliveira, que manifestou as preocu-

pações desses trabalhadores com a possibilidade de fechamento da Usina Termelétrica da CGTEE de São Jerônimo, a mais antiga em funcionamento no Brasil.

Como 6,5 toneladas mensais de carvão são destinadas mensalmente pelos mineiros para a Usina, 150 trabalhadores do setor correm o risco, Senador Paulo Paim, de ficar sem emprego. Há, ainda, risco de desemprego para cerca de 300 funcionários e suas famílias que trabalham na Usina, e 1,8 mil empregos indiretos na região.

Por esses motivos, para batalhar pela manutenção do funcionamento da Usina Termelétrica de São Jerônimo, no próximo dia 2, os trabalhadores da região carbonífera farão um manifesto na BR-290, no trevo de acesso a Minas do Leão. Estarão presentes, nessa manifestação, lideranças das cidades de São Jerônimo, Minas do Leão, Butiá, Charqueadas, Barão do Triunfo, General Câmara, Arroio dos Ratos e Triunfo.

Já em Santa Cruz do Sul, cidade do Vale do Taquari, que tem sua economia baseada no cultivo do fumo, participei de um encontro com lideranças locais, empresariais e também políticas, representadas pelas Prefeituras Municipais.

Na ocasião, foram-me relatadas, Sr^a Presidente, além das demandas tradicionais da região relacionadas às Resoluções nºs 112 e 117 da Anvisa e também o Código Florestal, deficiências locais do atendimento do SUS e a situação precária dos hospitais da comunidade.

Em Lajeado, que também está localizada na região do Vale do Taquari,...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... a 120 quilômetros de Porto Alegre, participei de uma reunião com mais de 600 lideranças de 18 Municípios.

Para surpresa de todos que dizem que o brasileiro está apático em relação aos problemas nacionais, as principais reivindicações que me foram apresentadas não dizem respeito às questões locais.

A população de Lajeado e cidades vizinhas está acompanhando atentamente as ações de combate à corrupção promovida pela Presidente Dilma e aprovou o apoio desta Casa a essas ações. A população tem a compreensão de que a corrupção é o principal problema gerador da falta de infraestrutura sofrida pela região, como, por exemplo, a precariedade da BR-386.

Por fim, em Taquari, cidade conhecida pelas corredeiras do rio Paranhana, tratei das ações desta Casa no combate ao *crack*, como o trabalho que vem sendo realizado na Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool e *Crack*.

O evento foi marcado pela apresentação do grupo de teatro formado por jovens da Comunidade Terapêu-

tica Desafio Jovem Luz do Vale, de Campo Bom, que foi criada há 16 anos e hoje abriga mais de setenta dependentes. A peça teatral evidenciou a importância da prevenção como meio de combate às drogas.

Em Viamão, cidade histórica da região metropolitana de Porto Alegre, pude ter contato com os problemas típicos das cidades vizinhas das grandes metrópoles, onde há um grande contingente populacional, mas são escassas as condições de infraestrutura para atender a essa população. No caso de Viamão, vejam só, 70% do território é rural e, por isso, nós também temos grande interesse nessa região pelos desdobramentos do Novo Código Florestal que está em exame nesta Casa.

Sr^a Presidente, muito obrigada pela generosa acolhida e pelo tempo que pude dispor para apresentar e completar o meu pensamento.

Muito obrigada, também, Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado.

Muito obrigada.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA ANA AMÉLIA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. art. 210,
inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)*

Morre aos 73 anos um dos pioneiros da televisão no Rio Grande do Sul, Walmor Bergesch Jornalista morreu por volta de 1h desta segunda no Hospital Moinhos de Vento, na Capital.

O jornalista, escritor, radialista e empresário Walmor Bergesch morreu no início da madrugada desta segunda-feira no Hospital Moinhos de Vento, na Capital. Walmor tinha 73 anos e estava internado desde o dia 7 de julho lutando contra um câncer raro nos rins. Ele foi um dos profissionais que atuou na instalação e na inauguração das primeiras emissoras de TV de Porto Alegre.

O velório ainda não possui horário e local definidos. Já o enterro ocorrerá nesta segunda-feira, às 17h, no Cemitério da Comunidade Evangélica de Porto Alegre. Os familiares do escritor devem se pronunciar somente pela manhã.

Walmor Bergesch nasceu na cidade de Estrela, em 10 de abril de 1938. Em 1995, se transferiu para Porto Alegre e começou a trabalhar na Rádio Farrupilha. O jornalista foi um dos 16 profissionais selecionados a pedido de Assis Chateaubriand, diretor dos **Diários e Emissoras Associados**, para ir ao Rio de Janeiro realizar um curso sobre televisão.

Passou cerca de seis meses na TV Tupi apreendendo sobre a nova mídia, que já operava desde 1950 e 1951 em São Paulo e no Rio. De volta ao Estado, integrou a equipe que instalou e inaugurou a TV Piratini em dezembro de 1959.

Uma de suas façanhas foi conseguir trazer, para um programa de Bibi Ferreira, atores americanos famosos nos anos 1960, como Anthony Perkins e Karl Malden, que tinham ficado retidos no aeroporto Salgado Filho, a caminho de Buenos Aires.

Em 1962, a convite de Maurício Sirotsky, foi chamado para atuar na inauguração da TV Gaúcha como chefe de programação. Se aposentou na RBS em 1998, mas continuou exercendo o cargo de vice-presidente da área de TV por assinatura até o ano 2000.

Walmor, junto com Salimen Júnior, foi quem introduziu a cor na televisão brasileira, em 1972, quando dirigia a TV Difusora de Porto Alegre, atual TV Bandeirantes. Ele foi também o criador do Canal Rural, da TVCOM e implantou redes regionais de TV em vários estados brasileiros.

Morreu na tarde deste sábado, no Rio de Janeiro, o jornalista Rodolfo Fernandes, aos 49 anos. Diretor de redação do jornal **O Globo**, ele estava internado na Clínica São Vicente, na Gávea, zona sul do Rio de Janeiro, onde lutava desde 2009 contra a esclerose lateral amiotrófica (ELA), doença neurológica fatal que provoca lesões musculares progressivas.

A doença foi diagnosticada em julho daquele ano. Fernandes enfrentava insuficiência respiratória mas, segundo o jornal, continuou trabalhando até a última quinta-feira. O governo do Rio decretou luto oficial.

Filho do jornalista Hélio Fernandes, Rodolfo iniciou a carreira aos 16 anos, na **Tribuna da Imprensa**. Passou também por veículos como **Última Hora**, **Jornal de Brasília**, **Folha de S.Paulo** e **Jornal do Brasil**, em Brasília foi repórter atuante no acompanhamento do cotidiano da Presidência da República e do Congresso Nacional.

Rodolfo Fernandes trabalhava em **O Globo** havia 22 anos. Inicialmente, na Sucursal de Brasília, onde exerceu as funções de coordenador de política e chefe de redação. De volta ao Rio em 2000, assumiu a editoria de Política. No ano seguinte, tornou-se chefe da redação.

Rodolfo era casado com Maria Sílvia Bastos Marques, ex-executiva do Banco Icatu, ex-secretária de Fazenda da cidade do Rio de Janeiro e Presidente da Empresa Olímpica Municipal, criada pela prefeitura com a função de coordenar os projetos para os Jogos Olímpicos a serem disputados no Rio em 2016. Do primeiro casamento, com Sandra Fernandes, o jornalista deixa dois filhos, Felipe e Letícia. Irmão mais novo de Hélio Fernandes, o jornalista, escritor e dramaturgo Millôr Fernandes era seu tio.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DA SRA. SENADORA ANA AMÉLIA.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado.

Teve início, no sábado, dia 27, a 34^a Expointer, Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários, no Parque de Exposições Assis Brasil, na cidade de Esteio, Região Metropolitana de Porto Alegre.

Esta feira é reconhecida como um dos maiores eventos do mundo em seu gênero, evidenciando o potencial do agronegócio do Rio Grande do Sul.

Neste ano, a abertura da Expointer aconteceu em uma data muito importante para a história dos brasileiros, e em especial, do povo gaúcho: no dia 27 de agosto, completou 50 anos o “Movimento da Legalidade”, sob o qual dedicamos parte da sessão plenária da última quinta-feira.

E o que era o Movimento da Legalidade, senão um grande ato de brasileiros que queriam ver o cumprimento da Constituição Federal?

O movimento legalista foi um movimento dos brasileiros pela segurança jurídica, pelo cumprimento das leis, pela ordem nacional!

É, portanto, carregado de simbolismo o fato de a Expointer abrir os seus portões nesta data comemorativa, dada a importância da segurança jurídica para a atividade agropecuária!

Sr^{as} e Srs. Senadores, as questões de segurança jurídica no campo são muito mais amplas que a questão do Código Florestal. Em que pese seja fundamental para a sobrevivência de todos os seres humanos, a atividade agrícola é cercada de ameaças que necessitam de ampla proteção social para garantir o abastecimento alimentar da população mundial.

Além de conviver com as incertezas da legislação, que pode transformar, a qualquer momento, a produção de alimentos em uma atividade ilegal, os produtores convivem com as incertezas do tempo, a volatilidade dos preços dos alimentos, dificuldades para obter o financiamento da produção, problemas logísticos, e uma série de outras questões que atingem diretamente a vida no campo.

Todas essas questões precisam ser enfrentadas com equilíbrio. Se o Brasil realmente quiser consolidar-se na liderança mundial da produção de alimentos e proteção ao meio ambiente, devemos ampliar a segurança jurídica dos produtores brasileiros, para que permaneçam na legalidade!

Possuímos a maior extensão de terras agriculturáveis do mundo e, ao mesmo tempo, somos responsáveis pela missão de preservar o maior conjunto de bens naturais do planeta. Temos 18% da água potável

do planeta, e a maior capacidade ociosa para a produção de alimentos.

De acordo com estudos da CNA e da Embrapa, realizados com dados do Incra e do IBGE, ainda utilizamos apenas 19,94% (ou 170 milhões de hectares) de nossa extensão territorial com a produção agropecuária. Somente em áreas de reserva legal, o Brasil preserva 31,54% de seu território (268 milhões de hectares). Outros 31% são Áreas de Preservação Permanente (APP's) e Unidades de Conservação, e quase 18% é destinado a áreas indígenas e quilombolas.

Esses dados nos mostram que o Brasil só conseguiu aliar a produção de alimentos com a preservação ambiental devido ao aumento da produtividade de nossas lavouras. Até os anos 60 e 70, o Brasil era um país importador de alimentos. Nos últimos anos, ampliando em 48% a área de nossas lavouras, conseguimos aumentar a produção de alimentos em 268%.

Esse aumento da produtividade é resultado do esforço dos produtores brasileiros, que desenvolveram ciência e tecnologia aplicada ao cultivo de alimentos, que utilizam a biotecnologia no manejo adequado do solo, e praticam o plantio direto para não degradar o meio ambiente.

Bom exemplo de tudo o que é desenvolvido no âmbito da agricultura de precisão pode ser encontrado anualmente na Expodireto, realizada anualmente na cidade de Não Me Toque, no Rio Grande do Sul, e que nos últimos anos tem comemorado os bons resultados do milho e do soja.

Feiras como a Expodireto quanto a Expointer são motivos de orgulho dos gaúchos. São exposições que enaltecem o resultado do trabalho corajoso e competente dos produtores do Rio Grande do Sul, que viram no desenvolvimento tecnológico um forte aliado para a preservação ambiental.

A Expointer é a vitrina da moderna agropecuária familiar e empresarial. No mesmo espaço, a agricultura familiar convive com empresas modernas. Juntos, aplicam o seu talento e a sua coragem para mostrar ao Brasil que é possível produzir mais na mesma área em que se protege o Meio Ambiente.

O Rio Grande do Sul é pioneiro na aplicação de uma legislação "preservacionista", e as áreas de matas nativas são a prova de que o agricultor gaúcho tem consciência de sua responsabilidade ambiental.

Foram esses princípios "preservacionistas" que fizeram com que milhares de gaúchos fossem levados a ampliar a fronteira agrícola brasileira, fincando a bandeira das tradições gaúchas e da moderna agropecuária, que podem ser vistas em todas as regiões do país.

A Expointer 2011 consagra a importância da união entre a agropecuária e a sustentabilidade.

A relevância desta feira ganhará destaque, também, com a realização de uma Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no dia 2 de setembro, para discutir o novo Código Florestal.

A Audiência foi requerida por mim, e contará com as presenças dos Senadores Acir Gurgacz (PDT-RO), e dos relatores do Código Florestal nas Comissões de Constituição e Justiça, Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC) e na Comissão de Meio Ambiente, Jorge Viana (PT-AC).

Telespectadores de todo o Brasil poderão assistir à audiência, que será transmitida pela TV Senado, com imagens produzidas pelo Canal Rural.

Tenho a convicção de que até meados de novembro teremos condições de concluir o desafio de preparar um Código à altura da importância que o Brasil tem no cenário mundial da produção de alimentos e da preservação ambiental.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a Expointer 2011 aguarda pela visita da Presidenta Dilma Rousseff. Sua presença no Parque de Exposições Assis Brasil simboliza a relevância atribuída pelo Governo Federal a este setor, que nos últimos anos, tem garantido o superávit da balança comercial brasileira. Em 2010, os derivados do soja foram responsáveis por 8,5% de nossa pauta de exportações, os derivados da cana 6,8%, e as carnes 6,7%, apenas para citar alguns produtos.

Nesse contexto, a escolha de Mendes Ribeiro Filho (PMDB) para conduzir o Ministério da Agricultura não é apenas o reflexo da importância da política gaúcha no cenário nacional, mas de um líder político que sempre teve compromissos com a produção agrícola.

Muito obrigada.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Pronunciamento da Senadora Ana Amélia (PP-RS) Plenário do Senado Federal, 29 de agosto de 2011, Roteiro pelo RS-26 a 28 de agosto de 2011.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, Telespectadores da TV Senado

Este final de semana estive em roteiro pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Em Charqueadas e Minas do Leão, na região carbonífera do Estado, estive em contato com o vice-presidente do Sindicato dos Mineiros do Rio Grande do Sul, Adão Carlos Oliveira, que manifestou as preocupações desses trabalhadores com a possibilidade de fechamento da Usina Termelétrica da CGTEE de São Jerônimo, a mais antiga em funcionamento no Brasil.

Como 6,5 toneladas mensais de carvão são destinadas mensalmente pelos mineiros para a Usina, 150 trabalhadores do setor correm o risco de ficar sem

emprego. Há, ainda, risco de desemprego para cerca de 300 funcionários e suas famílias que trabalham na Usina, e 1800 empregos indiretos na região.

Por esses motivos, para batalhar pela manutenção do funcionamento da Usina Termelétrica de São Jerônimo, no próximo dia 2 os trabalhadores da região Carbonífera farão um manifesto na BR-290, no trevo de acesso a Minas do Leão. Estarão presentes, nessa manifestação, lideranças das cidades de São Jerônimo, Minas do Leão, Butiá, Charqueadas, Barão do Triunfo, General Câmara, Arroio dos Ratos e Triunfo.

Em Santa Cruz do Sul, cidade do Vale do Taquari, que tem sua economia baseada no cultivo do fumo, eu participei de um encontro com lideranças locais e empresariais.

Na ocasião, me foram relatadas, além das demandas tradicionais da região relacionadas às resoluções 112 e 117 da Anvisa e o Código Florestal, deficiência locais do atendimento do SUS e a situação precária dos hospitais da cidade.

Em Lajeado, que também está localizada na Região do Vale do Taquari, a 120 km de Porto Alegre, participei de uma reunião com mais de 600 lideranças de 18 municípios.

Para a surpresa de todos que dizem que o brasileiro está apático em relação aos problemas nacionais, as principais reivindicações que me foram apresentadas não dizem respeito a questões locais.

A população de Lajeado e cidades vizinhas está acompanhando atenta às ações de combate à corrupção promovidas pela Presidenta Dilma, e aprovaram o apoio desta Casa às ações. A população tem a compreensão de que a corrupção é o principal problema gerador da falta de infraestrutura sofrida pela região, como a precariedade da BR-386.

Em Taquari, cidade conhecida pelas corredeiras do Rio Paranhana, tratei das ações desta Casa no combate ao **crack**, como o trabalho que vem sendo realizado na Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool e "Crack".

O evento foi marcado pela apresentação do grupo de teatro formado por jovens da Comunidade Terapêutica Desafio Jovem Luz do Vale, de Campo Bom, que foi criada há 16 anos e hoje abriga mais de 70 dependentes. A peça Teatral evidenciou a importância da prevenção como meio de combate às drogas.

Em Viamão, na região metropolitana de Porto Alegre, pude ter contato com os problemas típicos das cidades vizinhas das grandes metrópoles, onde há um grande contingente populacional, mas são escassas as condições de infraestrutura para atender a essa população.

No caso de Viamão, 70% do território é rural, e por isso há, também, grande interesse com os desdobramentos do Novo Código Florestal.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Mesa cumprimenta V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, não só pelo pronunciamento mas pela dedicação, pelo envolvimento no debate relativo ao novo Código Florestal brasileiro.

Dando seqüência aos oradores inscritos, convido para fazer uso da palavra o Senador Acir Gurgacz, que falará pela Liderança do PDT. Na seqüência, Senador Rodrigo Rollemberg, como orador inscrito.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Vanessa Grazziotin, do nosso querido Estado do Amazonas, vizinho do meu Estado de Rondônia, meu tempo é de 15 minutos, e não cinco. Agradeço a sua compreensão, mas não vou utilizar os 15 minutos.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vários temas importantes estão sendo discutidos na nossa Comissão de Agricultura aqui no Senado. Mas uma das nossas obrigações também é trazer para a discussão aquilo que está acontecendo hoje na agricultura brasileira.

Na última sexta-feira, tivemos uma experiência, no meu entendimento, muito importante, na Comissão de Agricultura aqui no Senado, com a realização de audiências públicas em quatro Municípios do Estado de Rondônia, em um único dia, de forma itinerante: nos Municípios de Alvorada do Oeste, Nova Brasilândia, São Miguel do Guaporé e Seringueiras. Essas audiências fazem parte do ciclo de debates e palestras que começamos este ano, assim que assumimos a Presidência da Comissão de Agricultura.

Os seminários e palestras também estão sendo acompanhados pelas autoridades, pelo Governo e pelo mercado em geral, auxiliando na formulação de políticas públicas para o setor. Já realizamos 17 seminários desse modelo às sextas-feiras, sendo que quatro eventos ocorreram fora do Senado, muito próximo dos nossos agricultores, como essas quatro audiências em um único dia que tivemos no Estado de Rondônia, nas quais mais de 1.300 agricultores discutiram a formação do preço do leite no nosso Estado de Rondônia, que está muito baixo não só lá em Rondônia, mas em todo o País. Mas, principalmente no meu Estado de Rondônia, o preço do leite tem sido motivo de descontentamento, de preocupação por parte dos nossos agricultores, por parte dos nossos produtores rurais.

A Comissão de Agricultura já realizou três seminários para discutir exatamente as diferenças e discrepâncias dentro das relações comerciais do Mercosul, assim como também já realizamos um debate espe-

cífico para tratar do mercado do leite no Brasil. Tais debates foram considerados pelo Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, importantes na negociação dos parâmetros para a importação do leite no Brasil. Tais negociações têm um resultado efetivo dentro do mercado do leite nacional, pois deverão impedir uma continuidade de baixa do preço, principalmente eliminando o risco da triangulação de mercadorias. Nessas audiências, lá em Rondônia, colhemos informações diretamente com os envolvidos na produção, na industrialização e na comercialização do leite, para que possamos conversar com os demais Senadores da Comissão de Agricultura, com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, com o Ministro da Agricultura, com o nosso Governador do Estado, Confúcio Moura, e mesmo com a nossa Presidenta Dilma.

Tudo isso para que juntos possamos encontrar uma solução imediata para esse problema e construir uma política de longo prazo para o setor leiteiro. Isso porque não adianta apenas resolvermos o problema do preço do leite. Precisamos organizar os produtores, fortalecer o Conceleite, estimular o cooperativismo e oferecer tecnologia, linhas de créditos e incentivo para que os nossos agricultores possam continuar produzindo e melhorando suas condições de vida no campo.

Rondônia tem hoje uma produção média de dois milhões de litros de leite por dia, sendo que 95% dessa produção vêm da agricultura familiar. O preço médio do litro de leite pago ao produtor da bacia leiteira de Rondônia é R\$0,55. O valor pago pelos laticínios varia de R\$0,40 a R\$0,60. No Paraná, o preço pago pelo litro de leite aos produtores é em média de R\$0,75. Em São Paulo, o preço médio é de R\$0,90. Em Minas Gerais, é de aproximadamente R\$0,80. Percebemos, portanto, que alguma coisa está errada na formação do preço do leite em Rondônia. Espero que as audiências públicas que realizamos sirvam para que essa distorção seja corrigida o mais rápido possível.

Falo que é uma distorção, porque, nessas condições, muitos agricultores...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senador, nós daremos, sim, a V. Ex^a, porque V. Ex^a falou quinze.

De acordo com o art. 14 do Regimento Interno, quando não há Ordem do Dia, o período para comunicação pela liderança é de cinco minutos, mas V. Ex^a terá o tempo necessário para concluir o seu pronunciamento, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

O custo de produção do leite, segundo análise da Universidade Federal do Paraná, que foi contratada pelo Estado de Rondônia para fazer essa avaliação e construir o Conceleite, até o mês de maio, dividido entre quatro setores, mini, pequeno, médio e grande produtor rural, gira em torno de R\$0,50 a R\$0,55. Considerando esse alto custo de produção, os produtores de Rondônia, realmente, estão pagando para fornecer leite à população.

Nosso papel não é o de acusar os responsáveis por essas distorções, mas, sim, o de promover o debate aberto dentro do setor agropecuário no segmento produtivo de leite para encaminharmos as soluções. Nesse sentido, o funcionamento do Conselho Estadual do Leite, o Conceleite, é imprescindível para dar transparência nesse processo.

Realizaremos reunião com o governo do Estado, através da participação dos Secretários da Agricultura, do Secretário da Fazenda, do Secretário do Meio Ambiente, para que esse impasse possa ser resolvido o mais rápido possível. Queremos nos reunir esta semana, se possível, senão na próxima semana, também com o Governador Confúcio, que está muito preocupado com essa situação. É importante salientar que boa parte do sucesso dos produtores rurais em conquistarem um melhor preço para seus produtos passa pela própria organização do setor.

Na realização dessas audiências, contamos com o apoio do presidente da Associação Rondoniense dos Municípios (AROM), o Prefeito Laerte Gomes, de Alvorada do Oeste, que há algum tempo vem apontando o baixo preço praticado pelos laticínios. Contamos também com o apoio e a participação do Secretário de Estado da Agricultura, Anselmo de Jesus, que vem atuando em favor do pequeno agricultor desde a época em que era deputado federal e, hoje, no Governo, está iniciando um grande trabalho de reestruturação do setor e a construção de um programa de desenvolvimento agrícola para o Estado.

Destaco, ainda, a participação do presidente da Federação da Agricultura do Estado de Rondônia (Fetagro), Lázaro Dobri, do Superintendente do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado de Rondônia (SESCOOP/RO), Alexandre Nobre, do representante dos laticínios, Sr. André Gonçalves, dos prefeitos de São Miguel, Ângelo Fenali, de Seringueiras, Celso Luiz, e de Nova Brasilândia, Valcir Silas, que organizaram, junto com os produtores, essas reuniões importantes para o setor no Estado de Rondônia. Contamos também com a participação de representantes da Emater, Embrapa, Sindicatos e Associações de Produtores Rurais, além de centenas de agricultores, produtores de leite, em cada reunião.

Em Alvorada do Oeste, na abertura dos trabalhos, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, João Luiz, e os produtores Romeu Aparecido Bortolan e Sebastião Cândido manifestaram o descontentamento do setor com a política de preços controlados pelos laticínios.

Em São Miguel do Guaporé, os produtores manifestaram as suas preocupações com a atual situação da pecuária leiteira do Estado através de Vanderlei Alberto e o Sr. Clarindo Mutz, além do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Miguel Ramirez, de seu vice-presidente, Valmir Pessoa. O presidente da Cooperativa de Produtores de Lei de Rolim de Moura, Eurides Batista, também se manifestou. Todos reclamam do baixo preço pago e da ausência de regras claras para a comercialização do produto.

Os produtores entregam o leite e não sabem qual valor vão receber, pois entregam hoje e receberão daqui a 50 dias pelo leite, mas sem saber se vai ser o preço do dia e sem saber exatamente quanto vai ser. Essa é uma das grandes preocupações.

Em Nova Brasilândia, contamos com a presença do representante de leite, Sr. André Gonçalves, que entregou um documento abordando as questões de infraestrutura, transporte, importações e logística que impactam a formação do leite. Os produtores Sr. Valdemir Cecatto, o Dica, e Valdir Aquino – um abraço a todos de Nova Brasilândia – também se manifestaram e colocaram suas preocupações com relação a essa situação do preço do leite no nosso Estado de Rondônia.

Em Seringueiras, além dos debatedores da mesa...

(Interrupção do som.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – ...dos debatedores da mesa, usaram a palavra o Sr. Ricardo Bispo Bezerra, da Emater, e o Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do Município, Sr. Adão Aparecido, que se colocou muito bem com relação a essa questão dos laticínios e o preço do leite no Estado de Rondônia.

Vamos acompanhar os desdobramentos para que nossos agricultores não sejam prejudicados por uma lógica mercantilista onde apenas um lado ganha. Nosso desejo é que todos ganhem; para isso, as regras do jogo precisam ser discutidas abertamente com os envolvidos. Por isso, a solução, meus amigos de Rondônia, é montar urgentemente o Conseleite, para que este conselho possa ajudar todos os nossos produtores de leite do Estado.

Portanto, abrir os canais da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal para discutir esse tema é mais do que uma missão de nosso mandato. É obrigação nossa fazer com que todos

tenham acesso às discussões e possam apresentar também as suas ideias.

É com grande satisfação que estamos trabalhando para contribuir com o fortalecimento da nossa economia. Agradeço a presença de todos que participaram das quatro audiências e tenho certeza, Sr^a Presidente, de que elas terão os seus objetivos alcançados. Junto com a questão do leite, foi discutida também a legalização fundiária e a reforma do Código Florestal, que estamos fazendo aqui. Todos estão preocupados com a legalidade, com o documento das suas áreas e com a possibilidade de estar em dia com o meio ambiente, com as fiscalizações. Tenho certeza de que vamos avançar com relação à reforma do Código Florestal aqui, no Senado.

Muito obrigado.

(Interrupção do som.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Só para agradecer.

Muito obrigado, Sr^a Presidente, pela sua atenção e generosidade com o nosso tempo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A reciprocidade é a mesma. V. Ex^a, quando dirige os trabalhos, tem sido também muito generoso com seus colegas, e, afinal de contas, nós estamos numa sessão não deliberativa, apenas de debates. É importante que todas as Senadoras e os Senadores tenham a possibilidade e a oportunidade de se pronunciar. Cumprimento V. Ex^a, Senador Acir.

Agora convidamos para fazer uso da palavra o Senador Rodrigo Rollemberg, que recentemente dirigiu uma delegação brasileira que fez uma longa e importante visita à China.

Senador Rodrigo Rollemberg com a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin, que preside esta sessão, Senadora amazônida.

Prezados Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senador, ouvintes da Rádio Senado, minhas senhoras e meus senhores, ao completar sua maioria, o Código de Defesa do Consumidor, um dos mais importantes conjuntos normativos de nosso arcabouço jurídico, prepara-se para receber relevante atualização e modernização.

Nascido de imposição constitucional e fruto da premência de regulamentar uma sociedade de consumo crescente, o Código de Defesa do Consumidor surgiu como ferramenta essencial de intervenção do Estado no sentido de ordenar e proteger os direitos do consumidor. E está mais do que comprovada, Sr^a Presidente, a incapacidade do próprio mercado em promover,

por si só, o equilíbrio e a harmonia necessários para o bom termo dessas relações de consumo. Parte mais frágil desse sistema, o consumidor precisa de regras que restabeleçam o balanço de forças no mercado e ofereçam um ambiente seguro e previsível para os negócios e as transações de natureza comercial.

Com esse espírito, há 21 anos, em 11 de setembro de 1990, foi sancionada a Lei nº 8.078, dispoendo sobre a proteção e a defesa do consumidor. Mais do que um marco jurídico, a nova lei viria a representar, com singular simbolismo, uma nova era de liberdade política e econômica, respeito à cidadania e compromisso com o Estado democrático de direito. Prescrita é a discussão técnica sobre o seu caráter de codificação ou de mera legislação geral. Embora sancionada sob essa última etiqueta, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) – não somente por mandamento constitucional expresse, mas, sobretudo, por características de sua própria condição sistemática – assume contornos indistiguíveis de Código, homogêneo e autônomo que é acerca da matéria que regula.

Naturalmente, sua gênese também se conecta a modelos legislativos de outros países, adaptados e circunstanciados às características particulares de nossa realidade jurídica. Longe, portanto, de haver transcrição literal de dispositivos alienígenas, nossa lei sistemática de proteção ao consumidor soube se inspirar, sem copiar, em boas influências normativas espalhadas pelo mundo.

Nesse sentido, podemos citar, em primeiríssimo lugar, o francês **Projet de Code de La Consommation**, erigido sob o mesmo espírito de codificação e aglutinação normativa. Também foram fontes inequívocas de inspiração a Lei Geral de Defesa dos Consumidores da Espanha, além de adaptações e incorporações específicas de dispositivos legais portugueses, alemães e da comunidade europeia.

Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Código de Defesa do Consumidor, além de estabelecer e definir claramente seus direitos e garantias básicos, trouxe importantíssimas contribuições para a matéria. Entre as principais, podemos destacar a inversão do ônus da prova do processo civil, especificamente em caso de verossimilhança da alegação feita pelo consumidor. Em verdade, a relevância fundamental do Código de Defesa do Consumidor reside, essencialmente, nas diretrizes fixadas e nos instrumentos criados para a efetiva defesa do consumidor – mais do que na própria exatidão de normas materiais que busquem esse fim. Esses instrumentos de defesa não se restringem aos institucionais, como as promotorias de justiça de proteção ao consumidor, delegacias especializadas, juizados especiais e assistência jurídica integral e gratuita para o consumidor

carente. Além deles, há uma gama de normas das mais variadas formas e tipos que, de maneira esquemática, sistematizam as diretrizes que permeiam toda a sua legislação. Contudo, lá se vão 21 anos de existência, Sr^a Presidente, e, embora seus princípios fundamentais e formuladores ainda gozem de plena vitalidade e vigor, algumas novas condições nas relações de consumo requerem as atualizações devidas.

O comércio pela Internet, por exemplo, é uma realidade que se impõe. Somente no ano passado, o comércio eletrônico movimentou quase R\$15 bilhões em nosso País! A previsão para este ano é um crescimento de 33% nesses valores, chegando à casa dos R\$20 bilhões. Regular esse novo tipo de transação compõe uma das novas facetas trabalhadas pela Comissão de Juristas, presidida pelo Ministro Herman Benjamin, no anteprojeto de atualização do Código de Defesa do Consumidor, que brevemente será apresentado e discutido, inicialmente na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e, em seguida, pelo Plenário desta Casa.

Trata-se, Sr^s e Srs. Senadores, de esforço normativo da mais alta importância e absolutamente necessário para a adequação legal desses novos condicionantes em relação à matéria de defesa e proteção do consumidor.

Além do comércio eletrônico, outros aspectos presentes nesse esforço de modernização estão na questão do superendividamento e no uso de cartão de crédito. Dispositivos referentes à prevenção e ao aumento do endividamento, estabelecendo um programa de refinanciamento de dívidas superiores à capacidade momentânea de pagamento do consumidor, fazem parte de algumas propostas elaboradas pela Comissão de Juristas.

Sr^a Presidente, Sr^s Senadoras e Srs. Senadores, há 21 anos, ao promulgar seu primeiro Código de Defesa do Consumidor, o Brasil se posicionou na vanguarda da proteção jurídica e da regulamentação de suas relações de consumo. Depositário de importantes inovações jurídicas e fiador de inúmeros instrumentos de defesa desses novos mecanismos, o Código de Defesa do Consumidor estabeleceu diretrizes e princípios modernos que perpassam a ação do tempo e que acabaram por consolidar uma nova cultura jurídica em nosso País.

Para se manter nessa posição de vanguarda, é chegada a hora de adaptar-se aos novos condicionantes da atualidade e modernizar algumas de suas regras, ampliando sua abrangência sem comprometer sua essência formadora.

É importante ressaltar, Sr^a Presidenta, Sr^s Senadoras e Srs. Senadores, que qualquer modificação no Código de Defesa do Consumidor deve ser no sentido de atualizá-lo diante de questões que não estavam

presentes na vida cotidiana quando da aprovação do Código de Defesa do Consumidor. Jamais poderemos abrir precedentes para retrocessos no Código de Defesa do Consumidor.

E, por falar em defesa do consumidor, eu quero aqui cumprimentar o Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Sr. Vinícius Marques de Carvalho, pela ação pronta da Secretaria de Direito Econômico em relação à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, em função de uma decisão daquela Secretaria, que proibia empresas de radiotáxi de cobrar o desconto de 30% no serviço de táxi da cidade.

Essa polêmica já aconteceu na cidade algumas vezes. A Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou uma lei regulamentando o assunto. Em 2008, essa mesma polêmica veio à tona – se as empresas poderiam ou não poderiam conceder o desconto; se a tarifa de táxi no Distrito Federal deveria ser única ou não – e, naquele momento, o entendimento da Secretaria de Direito Econômico, que acabou prevalecendo, foi que as empresas não podem oferecer uma tarifa maior do que aquela pactuada, mas as empresas podem, em respeito à lei, em respeito à Constituição, em respeito à livre concorrência, oferecer descontos individuais aos passageiros. Essa foi a interpretação dada, então, à época. E, sem nenhuma modificação na lei que regulamenta a questão, quis a Secretaria de Transportes ter um entendimento diferenciado.

A esse respeito, quero ler, para ficar registrada nos Anais desta Casa, a comunicação que foi expedida pelo Sr. Vinícius Marques de Carvalho, Secretário de Direito Econômico, no dia 25 de agosto de 2011, dirigida ao Sr. José Walter Vazquez Filho, Secretário de Estado de Transportes do Distrito Federal.

Diz a correspondência:

Assunto: Solicitação de informações sobre a aplicação de descontos na prestação de serviços de táxi no DF e encaminhamento de estudo sobre o setor.

Senhor Secretário,

Esta Secretaria de Direito Econômico – SDE tomou conhecimento, por meio da imprensa local, de que estaria proibida a concessão de descontos convencionados entre os passageiros e os taxistas que optarem por tal prática.

Entretanto, essa mesma Secretaria de Estado de Transportes, ao responder o ofício [da Secretaria] nº 556/2008/CGSI/DPDE, referente ao procedimento administrativo nº 08012.000544/2008-18 manifestou-se no sentido “de que não há proibição de descontos, porém os mesmos devem ser negociados di-

retamente com o motorista, tendo por base o valor registrado no taxímetro”.

E transcreve trecho daquela resposta de 2008:

(...)

Ante ao relato, está havendo erro de interpretação, pois, o que a Lei Distrital nº 4.056/07 proíbe é o desconto direto no taxímetro, ou seja, o valor aferido no taxímetro a um trajeto percorrido por um taxista tem que ser igual a todos os táxis, porém o valor cobrado pelo taxista pode ser diferenciado, a lei não proibiu o desconto. Assim, o desconto fica alvedrio do proprietário do táxi.

Porém, tal desconto deve ser dado em cima do valor fixado no taxímetro, assim de evitar o mascaramento do desconto (...) Ou seja, o consumidor não é prejudicado com a implantação da tarifa única, pelo contrário, garante que o valor cobrado pelo serviço prestado esteja em conformidade com a Lei de regência.

A manifestação acima reproduzida (cópia em anexo) foi emitida no âmbito da instrução do procedimento administrativo [a que me referi] nº 08012.000544/2008-18, à época em trâmite nesta Secretaria, que visava apurar as condições concorrenciais no mercado de prestação de serviços de táxi do DF.

Nesse passo, solicita-se que seja informada qual foi a fundamentação legal adotada por essa Secretaria de Transportes para alterar o seu entendimento sobre a concessão de descontos, uma vez que não se tem conhecimento de alteração legislativa incidente sobre o setor em tela desde então.

Outrossim, por meio do aludido procedimento a SDE, em conjunto com a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – SEAE/MF elaborou aprofundado estudo com diversas sugestões para aprimorar a regulação do serviço de táxi. O referido estudo foi encaminhado a essa Secretaria, datado de 23 de junho de 2008.

Por oportuno, reencaminho o estudo em tela e solicito que sejam informadas quais foram as providências adotadas por essa Secretaria, desde o recebimento do aludido estudo, no sentido de promover uma maior concorrência no setor de prestação de serviços de táxi no Distrito Federal.

Atenciosamente, Vinícius Marques de Carvalho, Secretário de Direito Econômico.

Portanto, aqui está muito clara a manifestação do órgão do Ministério da Justiça que regulamenta e que

regula as relações econômicas para dizer que a tarifa única é para impedir uma tarifa maior, mas jamais para permitir o desconto.

Quero registrar que tenho procurado defender os taxistas de nossa cidade. Recentemente, cobrei da Infraero uma solução para os taxistas que têm o ponto de apoio no aeroporto do Distrito Federal e que, em função das obras de ampliação, estão ameaçados de perder seu espaço. Entendo que deve ser tarefa da Infraero, juntamente com o Governo do Distrito Federal, encontrar outro local que possa servir de ponto de apoio para os taxistas do Distrito Federal.

Também entendo que devemos garantir à Capital da República, além de uma qualificação de boa qualidade para os taxistas se preparem para receber os turistas internacionais, cujo número deve crescer muito em função da Copa, melhores condições dos pontos de táxi, dos pontos de apoio nas superquadras do Distrito Federal; não só nas superquadras do Plano Piloto, mas em todas as quadras, com pontos de apoio adequados, com locais em que os taxistas possam esperar os passageiros com conforto, com tranquilidade, com banheiros.

Aqui quero fazer essa defesa, que é a defesa dos consumidores, a defesa de que possamos ter a livre concorrência, que possamos ter um serviço de boa qualidade e que seja mais barato para a população do Distrito Federal.

Era esse registro que eu gostaria de fazer, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. A Mesa cumprimenta V. Ex^a, Senador Rodrigo Rollemberg.

Passo a direção dos trabalhos, neste instante, ao Senador Geovani Borges.

A Sr^a Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Vanessa, pelo tempo da liderança. V. Ex^a dispõe de 15 minutos. Foi isso que V. Ex^a pediu, né?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, nobre Presidente, Senador Geovani.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, companheiras e companheiros, hoje participei, como uma das representantes do meu Partido, o PCdoB, da reunião do Conselho Político, juntamente com a Presidenta Dilma Rousseff e alguns de seus ministros. Participaram da reunião todos os partidos que compõem a base de sustentação do Governo da Presidenta Dilma.

Primeiro, quero registrar que, antes de entrar nos temas que debateríamos durante a reunião, a Presidenta fez um breve destaque, um breve relato acerca daquilo que a imprensa brasileira – e não é toda –, alguns segmentos da imprensa brasileira insistem em dizer: que as dificuldades e os problemas que ela estaria enfrentando em seu Governo seriam a herança do governo do ex-Presidente Lula.

Ela deixou bem claros, em pouquíssimas palavras – mesmo porque esse não foi o tema do debate –, a importância e o papel que cumpriu o Presidente Lula para que o Brasil chegasse ao ponto em que chegou; para que nós alcançássemos não só a estabilidade, mas também as condições positivas para fazer com que a Nação brasileira seja uma nação a serviço do seu povo e a serviço da sua gente.

É óbvio que faço a minha observação de que temos muito que avançar, mas, se fizermos uma comparação isenta de questões políticas – uma comparação somente numérica das condições estatísticas, das condições do Brasil de hoje, do povo brasileiro de hoje e do que era alguns anos atrás –, percebemos que houve uma melhoria significativa não somente das condições de vida do povo, mas uma melhoria significativa das possibilidades de o Brasil continuar crescendo, de o Brasil continuar se desenvolvendo.

Então, tenho certeza de que a opinião da Presidenta Dilma – e não somente dela – é de que o Presidente Lula não deixou absolutamente nenhuma herança negativa. Pelo contrário, tudo o que ele deixou foi extremamente positivo, tanto que podemos lembrar aqui o que foi a sucessão presidencial, o que foi a última campanha eleitoral, sobretudo para a Presidência da República. Uma mulher, pela primeira vez, elege-se no Brasil, e uma mulher, Senador Luiz Henrique, ex-Governador da querida Santa Catarina, uma mulher que nunca tinha sido candidata a nada.

Ela teve no meu Estado, por exemplo, a maior votação proporcional do Brasil, sem lá ter ido sequer uma vez durante a campanha: nem uma única vez a Presidenta Dilma, então candidata, esteve no Amazonas para pedir votos. Mas nós sabíamos que aquele seria o seu desempenho, porque muitas vezes ela lá esteve acompanhando, enquanto Ministra, o Presidente Lula.

E como o Estado do Amazonas vem se transformando nesses últimos anos! Aqui cito o exemplo do Amazonas não por ser o meu Estado, mas por ser, acredito, o melhor exemplo, porque é o Estado que tem a maior interface com o Governo Federal: 98% da nossa economia é fruto de um projeto coordenado, orientado e dirigido pelo Governo Federal, que é o projeto Zona Franca de Manaus. Então, é óbvio: a Zona Franca irá melhor ou pior, se desenvolverá mais

ou menos de acordo com o compromisso, a compreensão e o entendimento que tenha o Governo Federal.

O Presidente Lula é uma pessoa extremamente respeitada e admirada no meu Estado não apenas por seu carisma, pelo discurso fácil, que fala diretamente às pessoas humildes e ao coração de todos os brasileiros e brasileiras, mas sobretudo pelo compromisso que demonstrou nos seus oito anos com o Brasil e com as regiões menos desenvolvidas.

É óbvio que temos como centro, como meta, como objetivo principal do Governo o combate às desigualdades sociais. Então, nós precisamos entender que o combate às desigualdades sociais se fará, necessariamente, com o combate às desigualdades regionais. Por isso, as políticas de desenvolvimento regional têm sido valorizadas nesses últimos anos no País.

Mas houve uma segunda fase, quando entramos na pauta propriamente dita do Conselho Político no dia de hoje. Houve um segundo momento, quando se abriu a pauta da reunião, em que a Presidenta fez uma fala que foi por todos destacada.

Naquela etapa da reunião, discutíamos a crise econômica internacional e o posicionamento do Brasil diante dessa crise econômica. Ela disse o seguinte: “A crise a gente combate com investimento; a crise a gente combate com crescimento”.

Ou seja, não apenas dando sequência à reação que o Brasil teve em 2008, quando estourou a crise financeira e econômica internacional, a partir dos Estados Unidos da América do Norte. Todos nós recordamos que o ex-Presidente Lula e toda sua equipe econômica entenderam que a melhor forma de enfrentar e combater a crise seria dinamizar o mercado interno. E aí inúmeras ações de abertura de crédito foram efetivadas. Principalmente as pessoas mais carentes, de mais baixo poder aquisitivo, tiveram acesso facilitado ao crédito, e produtos importantes no sistema produtivo nacional também sofreram uma desoneração marcante.

Segundo a própria Presidente, com o que concordamos todos, há uma diferença da crise de 2008 para hoje. Apesar de a crise de hoje ter como base, como raiz a crise de 2008, ela tem um aspecto diferenciado. Todos nós sabemos que ela decorre principalmente do elevado endividamento de países do centro do capitalismo e por conta de seu descontrole fiscal.

Primeiro, quero deixar claro que as medidas foram anunciadas antecipadamente aos presidentes de partido, aos líderes partidários, na reunião do Conselho, e, logo em seguida, o Ministro Guido Mantega saiu para dar uma coletiva à imprensa, quando anunciou que uma das medidas para trabalhar o enfrentamento da crise será o aumento do superávit primário. Repito, o aumento do superávit primário, que hoje é de R\$117

bilhões e passará a ser R\$127 bilhões, o que representa 0,25% do PIB brasileiro.

E muita gente deve estar se questionando: “Como crescer, como ampliar os investimentos, se o que a Presidenta fez, se o que o Ministro da Fazenda fez foi anunciar um aumento do superávit primário?” Ora, essa questão diz respeito diretamente a uma mudança que acredito deva iniciar agora nas questões relativas às orientações na macroeconomia brasileira. Ou seja, possivelmente, essa medida deva iniciar um período de diminuição das taxas de juros oficiais de nosso País. Ou seja, dos juros da taxa Selic, dos mais elevados do mundo, se não os maiores do planeta, Senador Geovani Borges. E taxas que nós não mais podemos suportar, porque, se levarmos em consideração todas as medidas de desoneração que o Governo Federal vem fazendo, todas as medidas, o custo da dívida, do pagamento dos serviços da dívida brasileira, em decorrência da elevadíssima taxa de juros, tem sido maior do que tudo aquilo que tem sido feito. Então, esse aumento do superávit primário anunciado no dia de hoje deverá ser o início e a sinalização de um período de diminuição, de queda nas taxas de juros do Brasil.

Falarei aqui alguns dados, Sr. Presidente. O superávit, como eu já disse, de R\$117 bilhões aproximadamente, passará a R\$127 bilhões, com o aumento de R\$10 bilhões hoje anunciado.

O superávit alcançado no primeiro semestre deste ano, Senador Luiz Henrique, foi de R\$92 bilhões. Ou seja, bem acima da meta estipulada pelo Governo brasileiro, muito acima da meta estipulada pelo Governo brasileiro. Alcançamos um superávit no primeiro semestre, nos primeiros seis meses, de R\$92 bilhões. Entretanto, o serviço da dívida pública brasileira foi de R\$138 bilhões. O que significa dizer que tivemos um déficit nominal na ordem de aproximadamente R\$46 bilhões. Ou seja, serviço da dívida, R\$138 bilhões; com a economia que o Governo brasileiro fez, que é o chamado superávit primário, R\$92 bilhões; ainda faltaram R\$46 bilhões para fazer frente ao serviço público da dívida. Em decorrência de quê? Em decorrência exatamente das elevadas taxas de juros praticadas no Brasil.

Então, quero dizer que eu e meu partido temos sido uma das maiores críticas dessa tríade na macroeconomia brasileira: primeiro, câmbio flutuante; segundo, taxas elevadas de juros, o que obriga o Governo a fazer um elevado superávit também. Entretanto, quero aqui dizer que acredito e tenho muita expectativa de que a posição firme, sólida, não só do Ministro Guido Mantega, mas da Presidenta Dilma, uma posição extremamente firme, leva-nos a acreditar que, de fato – e nós aguardamos –, possa ocorrer, em breve, a redução da taxa de juros, porque só isso explica mais um au-

mento de R\$10 bilhões na meta, já elevadíssima, do superávit primário.

Espero também que, com todas essas medidas de desoneração que o Brasil vem adotando... Inclusive, a gente tem que cumprimentar o Governo brasileiro pelo grande esforço que vem fazendo para enfrentar a crise, um esforço gigantesco. Um esforço que vai de medidas de desoneração do nosso mercado, desoneração com o aumento das faixas daqueles que estão enquadrados no Super Simples, com um aumento importante da faixa; a desoneração da folha de pagamento, como um projeto piloto para segmentos importantes para a indústria brasileira, como a indústria têxtil, a calçadista, a de **software**, de móveis, ou seja, tendo os tributos desonerados; a desoneração de tributos para diversos outros segmentos produtivos brasileiros; a proteção da indústria nacional, com o endurecimento da fiscalização daqueles que trazem produtos subfaturados. Tudo isso é muito importante para o mercado interno, porque, como disse a Presidenta, não basta abrir o crédito, porque nós podemos abrir o crédito e, assim, expandir o mercado interno; agora, temos que tomar cuidado para que essa expansão não sirva como mercado para produtos importados, produtos fabricados em outras regiões do País. Daí a necessidade de outras medidas econômicas – e não só econômicas complementares – para que a gente possa superar a crise, porque abrir o mercado, expandir o mercado interno é importante, mas expandir a produção com desenvolvimento tecnológico é fundamental, para que o nosso desenvolvimento, para que o nosso crescimento seja cada vez mais sólido, Sr. Presidente.

Acredito que ela tenha a melhor das boas intenções. O aumento do superávit é uma sinalização ao mercado, sobretudo ao mercado internacional, ao grande capital. Do meu ponto de vista, Senador Paim, não era preciso essa sinalização, porque o Brasil é um dos países que têm uma proporção maior entre o tamanho da dívida e o pagamento de juros. Nós temos uma dívida geral – e não pública, que esta está em torno de 39% do PIB – em torno de 59% do PIB, e o Brasil gasta mais de 5% do PIB com o pagamento de serviços da dívida. Analisemos outras nações. A Grécia, por exemplo: 142% é a dívida total em relação ao seu PIB, e ela gasta em torno de 5,6% do Produto Interno Bruto; é o único país para quem o Brasil perde na proporção do dispêndio dos recursos para o pagamento dos serviços da dívida. A França tem uma dívida equivalente a 82% de seu

(Interrupção do som.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E eu concluo, Sr. Presidente.

Dizia que a França tem uma dívida de 82% em relação ao seu Produto Interno Bruto e despende, gasta com os serviços dessa mesma dívida, com juros, em torno de 2% do PIB somente.

Ou seja, acho que não necessitaria essa sinalização. Entretanto, o Brasil tem, há alguns anos, optado pelo caminho da segurança. E é esse caminho da segurança que faz com que essas medidas de hoje tenham sido anunciadas, para que a gente possa não permitir uma queda do PIB, que foi detectada nesse último período – uma queda pequena, mas houve uma queda, uma desaceleração da produção, do crescimento nacional –, mas que essas medidas possam servir para ampliar o crescimento e, num curto espaço de tempo, a gente inicie um ritmo de queda das taxas de juros. Assim, ganhará não apenas o Brasil; ganhará o povo brasileiro, que é o mais importante.

Presidente, o Ministro Guido Mantega nos deu a certeza de que os investimentos públicos não cessarão, não sofrerão nenhuma interrupção, nenhuma solução, não perderão a sua continuidade; eles continuarão todos os investimentos, principalmente aqueles que são necessários para preparar o nosso Brasil, o nosso País para eventos tão importantes que sediaremos nos próximos tempos.

Portanto, quero dizer que, pessoalmente, tenho algumas observações a fazer em relação a esse superávit exagerado e ampliado no dia hoje, mas continuamos confiantes na política do Governo Federal, da Presidenta Dilma, que fará com que a gente possa levar o Brasil para o caminho do desenvolvimento, mas um desenvolvimento com distribuição de renda.

E muito obrigada, muito obrigada mesmo a V. Ex^a, Senador Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Parabéns à Senadora Vanessa, que deu um exemplo aqui de conhecimento estatístico, boa de conta. *(Risos.)*

Agora, concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos, o tempo regimental, e mais a tolerância que V. Ex^a desejar.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geovani Borges; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, é muito ruim quando, como parlamentar, como representante do Estado, a gente vem à tribuna denunciar malfeitos naquele Estado; mas esta é uma das principais missões do parlamentar: justamente fiscalizar e denunciar erros que aconteçam na administração do Estado e do País.

O assunto que trago hoje, de novo, diz-me respeito muito de perto: a questão da saúde. Sendo médico, fico indignado de ver como o atual Governador de Roraima faz pouco caso da saúde pública, isto é, da saúde do povo do meu Estado. Já vim aqui denunciar, por exemplo, roubo de medicamentos e de outros materiais na área de saúde, denúncias essas que foram comprovadas por uma operação feita pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, em que várias pessoas foram presas, lamentavelmente os peixes miúdos. Foi quando se constatou um roubo de R\$30 milhões com saúde, isto é, em compra irregular de medicamentos, medicamentos jogados fora que estavam fora ou dentro do prazo de validade, maracutaia que estava armada há muito tempo, Senador Geovani: compravam medicamentos em determinados laboratórios ou com representantes de laboratórios com prazo próximo de vencer; suponhamos, uma firma de um Estado “x” tinha um estoque de medicamentos que estava para vencer; aí se abria uma licitação, aliás, melhor, uma compra com dispensa de licitação, sob a alegação de urgência do medicamento; este era adquirido a um preço mais baixo no Estado “a”, porque estava para vencer, e comprado por um preço várias vezes maior no Estado de Roraima, porque se tratava “de emergência”.

Sr. Presidente, esse foi um caso comprovado por uma operação da Polícia Federal chamada Operação Mácula, ou traduzida para o nosso português mais comum: operação mancha. Uma mancha na saúde do meu Estado.

E, de lá para cá, inúmeros casos vêm acontecendo, Sr. Presidente. São pacientes mandados para casa, porque não há material para se fazer uma cirurgia; pacientes cujos parentes são obrigados a comprar o medicamento, porque falta o medicamento no hospital. Tudo, até alimentação mesmo, às vezes, os parentes têm que providenciar.

Pois bem, dias atrás, uma comissão de deputados estaduais, de tanto receber essas denúncias, foi fazer uma visita, uma inspeção no hospital público, mas o Secretário de Saúde e o Governador se indignaram e inclusive entraram com representação contra os deputados na Comissão de Ética da Assembleia Legislativa, porque aqueles parlamentares teriam constrangido os pacientes.

Pouco antes, o Governador do Estado, acompanhado de vereadores – interferindo, portanto, numa questão municipal –, foi ao hospital municipal, da prefeitura, o Hospital Santo Antônio, fazer jogo de cena, porque também naquele hospital estariam faltando medicamentos e equipamentos, etc. Só que ele se esqueceu de dizer que, como Governador do Estado, tem obrigação de repassar para o município um percentual para manutenção do hospital. E ele não faz

isso há muito tempo, por pinimba política. Não cuida do hospital do estado, que é o Hospital Geral do Estado, bem como não cuida da maternidade; e vai se intrometer no hospital municipal.

Agora, eu leio no jornal de hoje, o jornal **Folha de Boa Vista**, a seguinte matéria, com a manchete: “Vesícula...”

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Antes de V. Ex^a ler essa manchete, que eu tenho certeza é muito importante para o pronunciamento que V. Ex^a está fazendo, um belo discurso nesta tarde de hoje, como, aliás, uma denúncia que exige muita responsabilidade, eu gostaria de pedir permissão a V. Ex^a para registrar a presença dos alunos do 4º ano da Escola Classe Jardim Botânico, Lago Sul, DF. Sejam bem-vindos.

V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sejam bem-vindos à nossa sessão de hoje, que é uma sessão não deliberativa, em que não há votação, apenas há os debates dos Senadores, as denúncias, como esta que eu estou fazendo aqui, e a abordagem de temas de interesse da Nação e dos nossos Estados.

Mas como eu estava dizendo, Senador Geovani, a matéria da **Folha de Boa Vista** de hoje: “Vesícula. Pacientes sofrem na longa fila de espera”. E diz a matéria da jornalista Vanessa Targino:

Aproximadamente 10 pacientes que estavam internados para serem submetidos a cirurgias de vesícula foram mandados de volta para casa sem realizar o procedimento, na sexta-feira, no Hospital Geral de Roraima. Eles ficaram mais de 24 horas internados em um dos blocos e foram dispensados após o comunicado do cancelamento por falta de ampolas da medicação atropina.

A maioria dos pacientes aguarda pela cirurgia [veja bem, Senador Geovani] há quase um ano e muitos estão passando por sérios problemas de saúde. A funcionária pública Maria do Perpetuo Socorro Mariano, 44 anos, foi uma das pacientes dispensadas. Ela já foi mandada de volta pela segunda vez, depois que foi convocada às pressas na tarde de quinta-feira para a internação.

Palavras da paciente:

Desta vez foram mais longe e até me internaram. Mas acabei não sendo operada por falta de material. Acho isso um absurdo, pois completa um ano no próximo mês que espero por essa cirurgia, pois estou muito debilitada por conta das pedras que estão na minha vesícula. Fiquei 24 horas me preparando internada

e cancelam a cirurgia. O médico auxiliar ainda deu a notícia rindo da nossa cara.

Eu não acredito que um médico, um colega – não vou me referir a esse especialmente – fique feliz com uma situação dessas. Talvez, para a paciente, tenha parecido que ele esteja rindo, talvez até de sofrimento por ver que não pode exercer o seu trabalho, porque falta medicamento ou falta material.

A paciente lembrou que existem outras pessoas na mesma circunstância que ela e até em situação pior.

[E palavras dela ainda:]

‘Uma senhora veio da cidade de Iracema e também teve a cirurgia cancelada. Ela nem andava direito e o abdome inchado’, [disse ao frisar que o seu quadro clínico também vem piorando a cada dia e que ela vive à base de remédios].

‘Venho sentindo muitas dores e, para aliviar, estou tomando analgésico a cada seis horas. Já não tenho mais nem esperança de fazer essa operação, que é considerada simples pelo médico [e é simples mesmo] por meio de videolaparoscopia. Não é culpa dele, porque sempre está disponível para nos atender, mas sempre ocorre um problema no HGR. Já ocorreram problemas no centro cirúrgico, manutenção de ar condicionado e até falta de material. Agora, falta medicamento’.

Outra paciente, que está na fila de cirurgia, desde maio deste ano, também reclamou da demora, pois as dores abdominais são intensas, necessitando até de internação. Ela disse que já fez todos os exames para a cirurgia, porém nunca surge uma vaga.

‘Quando tenho as crises, sou internada e muitas vezes é preciso comprar seringa [vejam bem, ela ou a família tem de comprar seringa] ou outro tipo de material para poder receber a medicação. Infelizmente, tenho que esperar, pois na lista há mais de 20 pessoas na minha frente. Devido à falta de material, o médico faz apenas uma operação por semana’.

Senador Geovani Borges, é realmente um escárnio com o povo. Enquanto o Governador é acusado de roubo em todas as áreas, inclusive na saúde, o povo passa por essas necessidades.

E o Secretário de Saúde, que era Secretário da Fazenda, que assumiu, com esse escândalo que houve da prisão e da constatação de um roubo de 30 milhões, que não é médico, mas um contador, parece que não

está conseguindo fazer a contabilidade da Secretaria de Saúde. O Governador, logicamente, não dá nenhuma atenção realmente à saúde. Aliás, ele não dá atenção a nada. Ele não dá atenção à educação; não dá à segurança; os professores estão reclamando, fizeram uma paralisação; os policiais, também.

Enfim, o meu Estado vive um caos desde que este Governador, pelo falecimento do titular, o Governador Ottomar Pinto, em 2007, assumiu o meu Estado, como dizia o Presidente Lula: nunca antes, na história do Estado, viveu tamanha corrupção, descaso com a população. E o Governador que foi eleito, de maneira corrupta, agora em 2010, teve o seu mandato cassado em fevereiro de 2011 e está no cargo, através de recursos que precisam ser julgados no Tribunal Superior Eleitoral. Enquanto isso, ele está fazendo uma verdadeira maracutaia generalizada, roubando e deixando o povo morrer ou ficar doente por falta de coisas elementares, como material de consumo, como medicamento.

Portanto, quero aqui fazer uma denúncia ao Ministério Público, tanto do Estado quanto Federal, porque vai dinheiro do Governo Federal para a saúde de Roraima. Quero chamar a atenção do Ministério da Saúde, porque não é possível continuar esse descaso e esse verdadeiro crime contra a população.

E o que é pior, o Governador age como uma espécie de ditador e acha que sequer os Deputados Estaduais, que têm obrigação, sim, de fiscalizar, podem ir ao hospital constatar a situação em que estão os pacientes, a situação em que está o hospital público.

Sei que, muitas vezes, muita gente iria dizer: “Mas isso, no Brasil praticamente todo, é assim”. Realmente, infelizmente, a saúde no Brasil está precária, mas o meu Estado, Senador Geovani, tem 451 mil habitantes, recebe dinheiro suficiente para prestar uma boa assistência e não presta porque estão roubando lá. Está provado, com esses 30 milhões que a Polícia Federal, num primeiro momento, já detectou, mas o roubo já vem desde que este Governador assumiu, repito, em dezembro de 2007, e continua porque para o mau caráter é muito fácil roubar na saúde. Como se consegue comprovar direitinho que o medicamento é comprado, é aplicado ou apenas consta no papel que é comprado e consta no papel que é aplicado?

Isso realmente é uma vergonha, e não posso ficar calado diante de um fato como este: ver pessoas sofrendo, sujeitas a morrerem inclusive. Não é só o mal que existe de elas ficarem com problemas de cálculo na vesícula, de pedra na vesícula, que dá uma série de disfunções, mal funcionamento do fígado, da digestão, de tudo, mas até de morrerem por uma complicação. No entanto, o Governador não pára de passear, não pára de roubar, e o povo que se lixe.

Quero deixar aqui, portanto, o meu registro. Não fui eleito para aqui acobertar malfeitos. Acho que é chegada a hora de os órgãos de fiscalização, o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público Estadual e também os órgãos federais de fiscalização botarem uma força-tarefa no meu Estado para passar a limpo essa roubalheira que não pára – e não pára às custas da vida e da saúde das pessoas.

Quero terminar, Senador Geovani, pedindo a V. Ex^a que autorize a transcrição, na íntegra, dessa matéria publicada no jornal **Folha de Boa Vista** de hoje. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

PACIENTES SOFREM NA LONGA FILA DE ESPERA

29-8-2011 01h19

Vaneza Targino

Aproximadamente 10 pacientes que estavam internados para serem submetidos a cirurgias de vesícula foram mandados de volta para casa sem realizar o procedimento, na sexta-feira, no Hospital Geral de Roraima (HGR). Eles ficaram mais de 24 horas internados em um dos blocos e foram dispensados após o comunicado do cancelamento por falta de ampolas da medicação atropina.

A maioria dos pacientes aguarda pela cirurgia há quase um ano e muitos estão passando por sérios problemas de saúde. A funcionária pública Maria do Perpetuo Socorro Mariano, 44 anos, foi uma das pacientes dispensadas. Ela já foi mandada de volta pela segunda vez, depois que foi convocada às pressas na tarde de quinta-feira para a internação.

“Desta vez foram mais longe e até me internaram. Mas acabei não sendo operada por falta de material. Acho isso um absurdo, pois completa um ano no próximo mês que espero por essa cirurgia, pois estou muito debilitada por conta das pedras que estão na minha vesícula. Fiquei 24 horas me preparando internada e cancelam a cirurgia. O médico auxiliar ainda deu a notícia rindo da nossa cara”, comentou.

A paciente lembrou que existem outras pessoas na mesma circunstância que ela e até em situação pior. “Uma senhora veio da cidade de Iracema e também teve a cirurgia cancelada. Ela nem andava direito e o abdome inchado”, disse ao frisar que o seu quadro

clínico também vem piorando a cada dia e ela vive à base de remédios.

“Venho sentindo muitas dores e, para aliviar, estou tomando analgésico a cada seis horas. Já não tenho mais nem esperança de fazer essa operação, que é considerada simples pelo médico, por meio da videolaparoscopia. Não é culpa dele, porque sempre está disponível para nos atender, mas sempre ocorre um problema no HGR. Já ocorreram problemas no centro cirúrgico, manutenção no ar-condicionado e até falta de material. Agora faltou esse medicamento”, lamentou.

Outra paciente que está na fila da cirurgia, desde maio deste ano, também reclamou da demora, pois as dores abdominais são intensas, necessitando até de internação. Ela disse que já fez todos os exames para a cirurgia, porém nunca surge uma vaga.

“Quando tenho as crises, sou internada e muitas vezes é preciso comprar seringa ou outro tipo de material para poder receber a medicação. Infelizmente tenho que esperar, pois na lista tem mais de 20 pessoas na minha frente. Devido à falta de material, o médico faz apenas uma operação por semana”, reclamou.

SESAU – A Secretaria Estadual de Saúde (Sesau) informou, por meio da assessoria de comunicação, que o medicamento atropina está disponível tanto nas farmácias dos hospitais do Estado como no Departamento de Assistência Farmacêutica. Em relação à denúncia de cancelamento de cirurgias eletivas de vesícula na última sexta-feira, sob alegação de falta do medicamento, informou que o caso será apurado pela direção da unidade.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Senador Mozarildo, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Gostaria de convidar V. Ex^a, se me der essa honra, para assumir a Presidência, pois sou o próximo orador. *(Pausa.)*

O Sr. Geovani Borges deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra, o Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Para uma comunicação inadiável, com aquele tempo previsto para uma segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a está inscrito e autorizado a falar para uma comunicação inadiável.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, peço registro nos **Anais** desta Casa de um acontecimento em meu Estado que expressa a desmotivação e a angústia dos profissionais de educação.

Ainda estão sendo sentidas as ações de paralisação dos professores, técnicos e alunos da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), contra o que eles classificam como um desmonte da educação pública. Os técnicos da Unifap, seguindo orientação nacional da categoria, lutam pela reformulação do seu Plano de Carreira e pelo aumento salarial dos atuais R\$1.034,00 para R\$1.645,00.

Sr. Presidente, estamos falando da unidade superior de ensino público, da nossa Universidade, objeto de extremo orgulho do povo da minha terra, do povo tucuju. Mas podemos perfeitamente incluir nessa pauta as demandas dos outros níveis estudantis.

Estamos finalizando o mês de agosto, e, para nosso desgosto, existem escolas no Estado do Amapá que, até hoje, estão sem professores. Estão sem professores, portanto, desde o início do ano. Não é preciso muita coisa para entender e estimar o prejuízo que isso acarreta para cada aluno e para o ensino como um todo. Nessa agonia, os que mais sofrem com o descaso são alunos das séries finais – do 8º Ano do ensino fundamental ao 3º Ano do ensino médio –, que estão mudando de escolas e que se preparam para os embates do vestibular, do PAS e de outras modalidades competitivas da educação. Eles ficam em evidente desvantagem.

Como se pode imaginar que uma turma de alunos esteja chegando ao fim do ano sem ter uma única aula sequer de determinadas matérias que serão cobradas posteriormente nas avaliações seriadas? Como vai ser o vestibular dessas moças e desses rapazes? E há um detalhe: a falta de professores atinge principalmente a área de Exatas, pois a grande cobrança por parte dos alunos é sobre a ausência de professores de Química, de Física e de Matemática.

Os alunos estão perdidos, sem respostas. Afirmando que, sem aulas, não estão preparados sequer para as provas finais de cada semestre, o que dirá para o vestibular, onde concorrem com milhares de pessoas, aliás, milhões, porque o sonho de cursar uma faculdade é buscado pelos jovens de todo o País.

É de se lamentar! Na rede municipal, o quadro foi reduzido em quase 50%. E esse fato agravou ainda mais a falta de professores.

Quem dará a resposta a essas carências, Senador Mozarildo, que preside esta Casa neste momento?

Então, senhores, o que há é uma somatória de reclamações, um rosário de queixas e de demandas que percorre desde o ensino fundamental, passa pelo ensino médio e chega às insuficiências do ensino superior, onde faltam também professores, laboratórios, equipamentos, infraestrutura. Digo isso, sem falar nas queixas salariais.

Essa é, portanto, uma radiografia resumida da situação da educação no Amapá, objeto hoje de minha denúncia e motivo do meu profundo dissabor.

Na área de educação, acho que Roraima, Sr. Presidente, não está diferente do Amapá. As denúncias que V. Ex^a fez há pouco desta tribuna são muito sérias.

Um jornal do Amapá, **A Gazeta**, na edição de sábado passado, trouxe uma denúncia muito séria: “Em menos de 24 horas, 120 médicos pedem demissão”. V. Ex^a é médico e sabe o que isso significa num Estado com uma população tão sofrida, como é a do Estado de Roraima e a do Estado do Amapá.

“A crise que atinge a saúde do Amapá ganhou contornos dramáticos nas últimas 24 horas. A falta de iniciativa do Governo do Estado em atender as reivindicações dos médicos precipitou o movimento de demissão em massa. Só, ontem [no sábado da semana passada], 120 dos 500 médicos pediram demissão do serviço público. A defasagem de 24% de toda a força médica nos hospitais estaduais pode ter consequências sem precedentes, como o agravamento e até a morte de pacientes.”

É a chamada da matéria da **Gazeta**: “Em menos de 24 horas, 120 médicos pedem exoneração do Estado. [...] a possibilidade de mais pacientes virem a óbito aumenta. Solução está nas mãos do governo estadual”.

Estou torcendo para que o Governo do Estado finalmente tome uma atitude. São vidas que estão em risco. É muito sério o que estou vendo aqui, em uma página inteira do jornal.

Vou solicitar à Presidência desta Casa que anexe esta matéria como peça do meu pronunciamento, na forma do Regimento.

Falei de educação e de saúde, fora o tema da segurança, que está um caos no meu Estado.

Agradeço a generosidade do tempo a V. Ex^a e concluo meu pronunciamento, repassando o jornal, para que faça parte como peça do meu pronunciamento.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR GEOVANI BORGES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Jornal Verdade a **G**azeta

Sábado, 27 de agosto de 2011

CAOS NA SAÚDE

Em menos de 24 horas, 120 médicos pedem demissão

A crise que atinge a Saúde do Amapá ganhou contornos dramáticos nas últimas 24 horas. A falta de iniciativa do governo do Estado em atender as reivindicações dos médicos precipitou um movimento de demissão em massa. Só ontem, 120 dos 500 médicos pediram demissão do serviço público. A defasagem de 24% de toda a força médica nos hospitais estaduais pode ter consequências sem precedentes como o agravamento e até a morte de pacientes.

DEFASAGEM NOS PLANTÕES

Em menos de 24 horas, 120 médicos pedem exoneração do Estado

Sem 120 médicos atuando nos **hospitais do Estado**, a possibilidade de mais pacientes virem a óbito aumenta. Solução está nas mãos do governo estadual.

STEFANNY MARQUES
DA REPORTAGEM LOCAL

Promessa feita, promessa cumprida. Ontem, parte dos médicos que decidiram, na noite de quinta-feira, suspender os plantões a partir do dia 1º de setembro, começou a pedir exonerações do governo do Estado do Amapá. Dos 500 que anunciaram a paralisação, pelo menos 120, ou seja, 24%, já oficializaram, no Conselho Regional de Medicina (CRM), o desejo de deixar o serviço público. Com o pedido em massa, a possibilidade de mais pacientes virem a óbito aumentou. A solução está nas mãos do governo estadual, que insiste em se manter em silêncio.

A medida é uma resposta ao não cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre o Ministério Público Estadual (MPE), Sindicato dos Médicos do Amapá (Sinmed), Conselho Regional de Medicina e Secretaria de Saúde (Sesa). Atualmente, 504 médicos atuam na rede pública estadual, dos quais 50% trabalham mediante contrato administrativo. Eles reclamam da baixa remuneração paga nos plantões, irregularidades nas escalas e a falta de diálogo com o governo do Estado.

O executivo estadual deveria apresentar uma proposta de regularização dos plantões até o dia 31 deste mês, no entanto, como o diálogo não avançou, os profissionais decidiram tomar a atitude extrema de suspender os atendimentos e ain-

da pedir exoneração dos contratos administrativos.

Segundo o presidente do Sindicato dos Médicos do Amapá, Fernando Aptonio do Nascimento e Nascimento, esta é a primeira vez que a categoria se mobiliza para reivindicar seus direitos. "Nossa intenção não era tomar essa atitude extrema. Sabemos do nosso compromisso com os pacientes da rede pública, mas não encontramos outra alternativa", explicou.

A Federação Nacional dos Médicos estabelece que a média salarial dos profissionais deve ser em torno de R\$ 9.188,72. Os valores estipulados pela Secretaria de Saúde aos médicos do contrato administrativo chegam perto de R\$ 3.056,00 equivalente a 20 horas semanais. Ou seja, o Amapá paga menos de 50% do que é permitido pela lei aos médicos que atuam no serviço público.

O presidente do Sinmed afirma que buscou entendimento com o secretário de Saúde, Edilson Pereira, e que ele teria se mostrado solícito aos pedidos do Sindicato, concordando ainda com a regularização dos plantões médicos. "O que nos surpreendeu foi a atitude do secretário que um dia após a conversa, sinalizou que nossos pedidos ainda demonstrariam a ser atendidos, pois passariam por análise e estudo", ressaltou Fernando Nascimento.

As escalas de plantões são valores adicionais pagos para complementar o salário dos médicos. O valor serve para cobrir o tempo de serviço dos profissionais no local de trabalho. Para cada plantão deveria ser pago o equivalente a R\$ 1.200, mas o governo do Amapá estabeleceu que as escalas não podem extrapolar os R\$ 600. E para as escalas de sobre-aviso, ou seja, aquelas em que o médico pode ser acionado a qualquer hora do dia

para atender aos pacientes, é pago cerca de R\$ 250. A tentativa do Sinmed é negociar para que os valores dos plantões e das escalas sejam equiparados.

Crianças são atendidas em corredores do Pronto Atendimento Infantil

No único hospital com UTI pediátrica, a maioria das crianças não são climatizadas. Foi o que ocorreu na visita da deputada Roseli Matos (DEM) em visita ao Pronto Atendimento Infantil (PAI), na última quinta-feira. O atendimento foi encaminhado à Comissão de Saúde e a deputada ressaltou que "a situação não é a melhor que encontramos no Hospital de Emergência, pois os pacientes estão empilhados em macas nos corredores".

Acompanhada do presidente do Sindicato dos Médicos do Estado do Amapá (Sinmed) e do deputado Roseli confirmou o atendimento infantil possui apenas 20 máscaras de proteção respiratória. O equipamento é utilizado sem o filtro, o que compromete a eficácia do tratar as crianças, em virtude de higienização adequada.

Segundo a parlamentar, a demanda é grande vez que o PAI é o único hospital que possui 96 leitos. Ela acrescentou que "os 96 leitos não são suficientes para suprir a demanda, quando o número de leitos é insuficiente". Em conversas com mães de pacientes, ela percebeu que a maioria não procura o atendimento de Saúde, ou quando procuram, não encontram atendimento.

Em perfeita sintonia com os problemas relatados em Emergência, os profissionais do PAI também foram afetados. Para dar agilidade ao atendimento, foi criada uma escala extra, fato testemunhado por Simone Queiroz, que está com a licença médica, que aproveitou para fazer um apelo. "As mães precisam olhar por estes profissionais, pois eles estão sobrecarregados e percebemos que eles estão sofrendo".

Após presenciar as mesmas cenas de atendimento aos pacientes e sobrecarga de trabalho da saúde em duas unidades hospitalares, Roseli Matos também conversou com a deputada Olívia Consuelo. Ela explicou que a visita é para dar visibilidade da situação. "É uma situação insustentável, que já foi discutida na Assembleia Legislativa e que o Executivo precisa resolver imediatamente", concluiu Roseli. (Rég)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Geovani, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Luiz Henrique, do PMDB de Santa Catarina.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Constituição Federal de 1946 estabeleceu o princípio da aposentadoria compulsória para servidores públicos aos 70 anos. Naquele ano, a idade média do brasileiro mal chegava aos 45 anos, o brasileiro tinha uma expectativa de vida de 45 anos, ou seja, o brasileiro morria, em média, aos 45 anos. Hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o brasileiro morre, em média, aos 73 anos, e tudo indica que, dentro de cinco anos, a expectativa de vida crescerá para 75 anos. No entanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Constituição Cidadã de 1988 mantém a aposentadoria compulsória aos 70 anos. Essa é uma grande incongruência.

O jornalista Gaudêncio Torquato analisa essa questão na edição de **O Estado de S. Paulo** de domingo. Ao analisá-la, o jornalista foca mais especificamente os prejuízos que tem o Poder Judiciário pela perda de magistrados em pleno vigor, em plena capacidade intelectual, em plena experiência, em plena maturidade, que têm de ir para casa aos 70 anos de idade. Como Governador do Estado, Sr. Presidente, constatei a perda de vários Srs. Desembargadores que tinham condições de judicar por pelo menos mais dez anos, que estavam na plenitude da sua capacidade física e intelectual.

Não é apenas o Poder Judiciário que perde, o Itamaraty vem perdendo alguns de seus melhores quadros, que poderiam continuar servindo à diplomacia brasileira e ao nosso País, no auge de sua capacidade, no auge de seu pleno saber diplomático.

Por isso, Sr. Presidente, é fundamental que este Congresso, a Câmara dos Deputados aprove a emenda constitucional já aprovada nesta Casa, para impedir a continuidade da perda, pelo Estado, desses quadros fantásticos, dessa massa crítica experiente, que vai embora simplesmente por que atingiu a idade de 70 anos.

Estudo da Fiesp mostra que o Brasil economizaria R\$1,4 milhão/ano por trabalhador se o período de trabalho fosse estendido para 75 anos. Em cinco anos [diz a Fiesp], a economia na esfera federal seria de R\$2,4 bilhões. Jogando a planilha nos Estados e Municípios, a conta [de economia] chegaria aos R\$5,6 bilhões em cinco anos.

Por isso, Sr. Presidente, é fundamental que seja aprovada pela Câmara a Proposta de Emenda Constitucional nº 457, que, repito, já foi aprovada nesta Casa e que precisa do respaldo da Câmara, dos Srs. Deputados.

Faço aqui esse apelo e esse alerta, pedindo aos nossos colegas Deputados que tornem urgente a aprovação dessa PEC, que é fundamental para o Brasil, para que o serviço público não continue perdendo quadros qualificados, como tem ocorrido em grande proporção nos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, para uma comunicação de liderança, ao Senador Humberto Costa, do PT de Pernambuco.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, desde o último final de semana, nosso País, forçosamente, passou a ter a necessidade de discutir os limites de iniciativas de órgãos de imprensa danosos à imagem de pessoas públicas, a partir de acusações vazias, falaciosas, lançadas a partir de dados que nada expressam. Não se trata de cercear a liberdade de expressão, como muitos procuram tergiversar, tentando, assim, liquidar o debate antes mesmo que ele se inicie. Trata-se, isto sim, de pôr fim a eventos como o produzido no último fim de semana pela revista *Veja*, em prejuízo aos limites da ética jornalística. Sob o falso pretexto de jornalismo investigativo, a revista provavelmente cometeu ato ilegal com a tentativa de invasão de domicílio, conforme será esclarecido em inquérito em curso na Polícia Civil do Distrito Federal.

Numa tentativa de incriminar o ex-Ministro José Dirceu e de tentar criar um clima negativo entre os integrantes da base aliada ao Governo, um dos repórteres da revista hospedou-se, na última quinta-feira, no Hotel Nauom, de Brasília, onde Dirceu se hospeda e recebe líderes partidários não do PT, mas de todos os demais partidos, inclusive do PSDB. Horas depois de se instalar no hotel, o repórter da revista tentou invadir o apartamento de Dirceu. Seu estratagema foi o de tentar enganar uma das camareiras do estabelecimento, dizendo que havia perdido as chaves do aposento. Após ser constrangida pelo funcionário da revista, a camareira, que não acreditou na mentira, denunciou o repórter à direção do hotel, que, às pressas, sem fechar a conta, fugiu do local do crime. Certo da impunidade, voltou ao hotel e, com falsa identidade, tentou invadir o apartamento pela segunda vez, apresentando-se como um funcionário da prefeitura da cidade de Varginha, de nome Roberto, que deveria deixar documentos importantes no aposento de Dirceu. Mas o falso testemunho

novamente não enganou, e a tentativa de invasão de domicílio não se consumou pela segunda vez.

A direção do hotel registrou a tentativa de violação de domicílio em boletim de ocorrência do 5º Distrito Policial do Distrito Federal, mas desconfia que outros crimes possam ter sido cometidos. Entre eles, estão o suborno de funcionários ou a instalação ilegal de grampos no sistema interno de tevê que garante a segurança do local.

Essa desconfiança se sustenta no fato de a revista ter publicado as imagens clandestinas do circuito interno em preto e branco. Ocorre, Sr. Presidente, que o sistema gera imagens coloridas. Diante dessas novas evidências de espionagem ilegal, a direção do hotel anunciou que também irá acionar a Polícia Federal. Caso se confirme essa suspeita, outro crime foi cometido. Crime que, na Inglaterra, recentemente, provocou o fim das atividades de um dos jornais mais vendidos no país, bem como a demissão e a prisão de vários de seus diretores.

O resultado já se encontra nas bancas: oito páginas de informações requestradas e ilações contra altos funcionários do Governo, Senadores e Deputados do Partido dos Trabalhadores, do PMDB e da própria oposição, sem nenhum fato ou informação concreta, a não ser a prova do crime cometido, com imagens de ambiente privado, obtidas ilegalmente.

A democracia conquistada neste País é um bem precioso, mas ela também vem acompanhada de outros valores caros ao País. A apuração minuciosa dos fatos, a partir de provas contundentes e de resultados de investigações já feitas, é necessária antes de se lançar qualquer acusação sem cabimento contra qualquer pessoa: homem público, cidadão ou cidadã.

Por fim, esperamos que a revista procure se pautar pela boa conduta do jornalismo ético, em respeito aos princípios democráticos brasileiros, e que atos como esses não voltem a se repetir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador João Alberto Souza, pelo PMDB do Maranhão.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) proclamou o ano de 2011 o Ano Internacional da Química.

Em consonância com as Nações Unidas, presto minha homenagem aos químicos pela relevância de seus serviços à sociedade. Mas, antes, é importante esclarecer a todos os relevantes benefícios que essa categoria vem proporcionando, contribuindo eficaz-

mente para o conforto, a segurança e a melhoria da nossa qualidade de vida.

De fato, senhores, o profissional da química não é apenas aquele que vive fechado em seu laboratório, cercado de tubos de ensaio, balões, pipetas, provetas, buretas, ou mesmo que passa o seu tempo manipulando alguns equipamentos sofisticados, distante da vida real. O profissional da química não se limita ao controle de qualidade no laboratório. Sua participação é imprescindível em diversos setores da economia.

É o profissional químico quem assegura a qualidade da água que consumimos; industrializa o leite e produz laticínios; fabrica o tecido de nossas roupas, alveja-o e tingem-o; produz os antibióticos e todos os insumos dos medicamentos; fabrica os defensivos agrícolas e os pesticidas, garantindo nossa produção agrícola; industrializa as rações para a pecuária e os fertilizantes para a agricultura; produz alimentos e os conservantes alimentares; fabrica o papel, o plástico e os laminados metálicos ou metalizados para embalagens. É ele quem obtém o álcool combustível. E, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Brasil já é líder mundial na produção de etanol e pioneiro no estudo do biocombustível. É ele que faz a exploração do petróleo e seus derivados; fabrica diversos produtos como o Viagra, o vinho, a cachaça, ora transformados em produtos de exportação.

Com efeito, senhoras e senhores, o papel do profissional da química é indispensável para a sociedade moderna. É ele quem tem a nobre missão de assegurar à sociedade, em geral, e ao consumidor, em particular, que os produtos colocados à nossa disposição atendam plenamente aos requisitos de identidade e qualidade exigidos pela população.

Os desafios do setor, no entanto, são muitos. Entre eles estão a preocupação com o meio ambiente, a capacitação dos profissionais, a falta de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.

No que diz respeito ao meio ambiente, uma das inquietações está relacionada ao crescimento dos teores de substâncias químicas no ar e também em direção aos cursos d'água. Enfrentar esses desafios exige o aprimoramento de processos químicos industriais e o desenvolvimento de tecnologias de capacitação e tratamento desses poluentes.

No que se refere ao aspecto social, traduzido em termos de mercado de trabalho, vale salientar que a evolução da tecnologia química tem gerado milhares de empregos para o setor, e é por isso que o mercado de trabalho para os profissionais na área de química vive um momento exemplar.

Segundo um estudo feito pela Associação Brasileira de Química, até 2020, a indústria vai precisar de

200 mil a 300 mil profissionais formados nesse setor, seja em nível técnico, superior ou pós-graduação. Para se ter uma ideia da demanda, o aumento no número de vagas na área química em todo o Brasil cresceu 42% no primeiro semestre de 2011, em relação ao mesmo período de 2010, segundo o estudo.

Como se observa, investir no setor químico em grande escala é primordial para o fortalecimento da economia nacional, inclusive para que se concretizem as metas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê recursos da ordem de R\$503,9 bilhões em obras de logística, energia, habitação e saneamento básico. Mas, no entanto, não podemos esquecer de investir no próprio profissional, capacitando-o adequadamente para as novas exigências do mercado.

A maioria dos bons profissionais da área, hoje, procura fora do País – nos Estados Unidos, na Alemanha – o conhecimento e a especialização necessários para atender a demanda do setor interno. Não podemos deixar que isso continue prevalecendo. Agora é a hora de investir em recursos humanos, nos profissionais da química, como também em pesquisa e em tecnologia para enfrentar os desafios de um desenvolvimento exigido pela globalização.

Senhoras e senhores, com essas palavras, parabênizo todos os profissionais de química do Brasil e encerro lembrando o nome de um grande químico francês, considerado o criador da química moderna, Antoine Lavoisier, em sua famosa frase: “Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, nem mesmo os jornais, nem menos as revistas estão dando as informações plenas da situação de paralisia nas escolas brasileiras. Nem mesmo os **blogs, twitters, sites** conseguem, Senador Requião, dizer quantas crianças hoje estão sem aula, porque suas escolas estão paradas.

Mas o mais grave, Senador Requião, é que tentei ver se o MEC sabia, e o MEC não tem a menor ideia de quantas escolas, quantos Estados, quantas cidades, quantas universidades, quantas instituições federais de ensino médio estão paradas hoje. Não há no MEC uma sala de situação para saber o estado em que está hoje... Eu nem falo os indicadores educacionais. Eu falo a frequência às aulas, as escolas abertas, as escolas funcionando, os professores comparecendo.

Nós aqui, Senadores – eu pelo menos, apesar do esforço que tenho feito esses dias –, não sabemos quantas crianças hoje estão impedidas de assistir às aulas, porque as escolas estão paradas.

Nos últimos dias, houve um debate, notícias, sobre a desigualdade entre escolas públicas e particulares. Houve divulgação de informações sobre como está a situação do aprendizado e soube-se – percebeu-se, avaliou-se – que mais de metade das crianças não acompanham na série em que está o que deveria saber.

Divulgou-se também que 70% da população no Brasil é o que se pode chamar de analfabeto informal, tanto no Português quanto na Matemática. Isso a gente apura, e, depois de dois ou três dias de uma certa indignação, ninguém liga mais. Todo mundo esquece.

Ninguém esquece 16 de julho de 1950, quando o Brasil perdeu a Copa para o Uruguai. Essa data ninguém esquece! Agora, os dados, os indicadores e a situação da educação geram um certo incômodo, e, daqui a uma semana, ninguém fala mais, até que novos indicadores venham. Dos indicadores, pelo menos, tomamos conhecimento, mas o número de crianças hoje sem aula, porque as escolas estão fechadas; o número de universidades hoje sem aula porque as universidades estão fechadas; de escolas técnicas, isso nós nem conseguimos saber como está, e não temos ninguém neste País com a tarefa de carregar essa estatística.

Cada banco que entra em greve todo mundo sabe; cada vez que falta energia em qualquer casa, todo mundo sabe, mas toda vez que crianças ficam sem aula só os pais tomam conhecimento.

Há Estados no Brasil que já têm seus professores em greve há dois e até mais meses, e tudo continua normal, igual! –, como se daqui a alguns anos a fatura dessa paralisia não viesse a ser cobrada: cobrada sob a forma de ineficiência, cobrada sob a forma de desigualdade, cobrada sob a forma de vergonha, cobrada sob a forma de atraso, cobrada sob a forma de falta de competitividade. De tudo isso virá a fatura para nós, como está chegando hoje a fatura do dever de casa que não fizemos alguns anos atrás.

Nós estamos pagando. Todos sabem que o Brasil hoje perde competitividade todos os dias e só consegue ter uma balança comercial favorável por causa dos preços de produtos que exportamos há quinhentos anos: bens primários, **commodities** – com exceção de um ou outro, como é o caso dos aviões da Embraer.

Pois bem, nós estamos pagando hoje a fatura por um dever de casa que não fizemos no passado. Há pouco, o Senador Humberto Costa falou de violência. Essa violência é produto da falta do dever de casa feito cinquenta, trinta, vinte anos atrás e que continuamos sem fazer hoje. Continuamos sem fazer hoje o dever

de casa relacionado à educação. É claro que hoje nós temos merenda, nós temos ProUni, nós temos um piso salarial, mas nós não estamos fazendo o dever de casa para transformar o quadro trágico da educação brasileira. E a fatura virá, mas a fatura que chegará será mais grave do que a que está sendo apresentada a nós, de hoje, porque no passado não se fez o dever de casa.

E a gente sabe que não seria difícil começar a fazer o trabalho. Eu não digo que vai ser fácil fazer o trabalho da revolução educacional em um ano, dois anos, três anos, mas, se definirmos fazer isso, nós sabemos como. O Brasil sabe, a Presidenta sabe, está na mesa dela a proposta. E há outras propostas aí, a minha – citá-la não quer dizer que seja melhor do que a de outros – é a ideia de ir ampliando o número de escolas federais neste País, de tal maneira que, daqui a algumas décadas, duas no máximo – não precisamos de mais do que isso –, todas as escolas deste País seriam federais.

Falou-se muito esta semana na desigualdade entre a escola pública e a escola privada, mas tomando as públicas em conjunto. Se você retira daí as federais, a situação delas é melhor do que a média das particulares. Não vou dizer que seja melhor do que a melhor das particulares, mas é melhor do que a média. Por que a gente não começa a espalhar isso pelo Brasil? São apenas trezentas hoje. Por que a gente não começa a espalhar de maneira a, daqui a vinte anos, tornarmos federais todas as escolas brasileiras, como é o Colégio Pedro II, como são as escolas técnicas, os colégios de aplicação, os colégios militares e até mesmo alguns colégios particulares, que são federais porque seguem o mesmo padrão onde quer que esteja o colégio daquela marca, daquela sigla, com aquele nome.

As escolas particulares estão conseguindo padronizar a qualidade, não importa a cidade onde esteja o colégio – e não vou citar aqui os nomes para não fazer propaganda –, de tal a tal grupo educacional.

Por que as públicas – estatais, na verdade, porque pública é quando serve ao público, e só se serve ao público quando se tem qualidade –, por que não podemos fazer isso com as estatais? Ao longo de alguns anos, pelo estudo que deixei entregue na Casa Civil, levaria vinte anos, mas teríamos todas as escolas deste País com horário integral, com prédios bonitos, com equipamentos mais modernos, e pagando R\$9 mil por mês a cada professor, depois de um concurso muito difícil para ver quais entrariam e com compromissos como dedicação exclusiva e avaliação anual do desempenho e da qualificação do professor.

Se fizermos isso, não vamos passar pela situação que estamos passando hoje de ver nossas crianças sem aula por causa de greve, porque os professores não

conseguem receber o piso; ou outros porque pagam o piso, mas pagam um salário insuficiente; ou outros porque se paga um salário até não tão baixinho, mas a escola fica em um prédio degradado.

Por que se tem ar condicionado em banco e não se tem ar condicionado em escola, para que as crianças, nas cidades quentes, possam assistir à aula sem o calor infernal que caracteriza muitas das nossas cidades? Por que riem, como se fosse uma brincadeira, quando falamos que escola deveria ter ar condicionado? Por quê? Mas é a verdade. No Brasil de hoje, quando digo isso, as pessoas tomam como uma ironia, como uma brincadeira. Quero para as escolas o que damos aos bancos. Não precisa dar mais nada do que se dá aos bancos: prédios bonitos, funcionários bem preparados, salários altos e exigência para que trabalhem. Isso é possível, Senador Mozarildo.

Vejo a Presidente fazendo o esforço até necessário conjunturalmente, por exemplo, de aumentar o próprio superávit fiscal. Isso é necessário em alguns momentos, mas é lamentável que a política de um governo se restrinja a isso, sem dizer: isto é conjuntural deste ano, mas, nos próximos quinze, vinte anos, olhe aqui qual será o retrato de nosso País. Até porque parte da necessidade hoje de um superávit fiscal vem da falta do dever de casa feito pelos governos anteriores. E agora nós recebemos a fatura.

Venho aqui, Senador Mozarildo, simplesmente para lembrar: o Brasil está pagando uma alta fatura, nos dias de hoje, por não termos feito o dever de casa nos anos anteriores, em diversos aspectos, mas, sobretudo, não termos feito o dever de casa como governantes no que se refere à educação. E dizer que o que nós estamos deixando de fazer hoje – porque continuamos sem fazer – vai cobrar uma alta fatura, um alto preço, um custo muito alto daqui a alguns anos.

Nós, governantes deste País, da oposição ou não, Executivo ou Legislativo, não temos o direito de fechar os olhos como nós fechamos para o número de crianças sem aula neste exato momento no Brasil. Não temos o direito de fechar os olhos para a quantidade de universidades sem aulas neste momento no Brasil. Não temos o direito de fechar os olhos, porque, ao fecharmos os olhos para o que acontece hoje na escola, estamos fechando os olhos para o que vai acontecer no Brasil no futuro. Porque o melhor retrato do futuro de um país é a sua escola no dia de hoje.

Se alguém quiser ver como vai ser o futuro de um país, olhe para sua escola hoje. Não é diferente. É bonita a escola, os alunos estão contentes, os professores bem preparados e dedicados? O futuro vai ser bonito. A escola é feia, o prédio caindo, professores

descontentes, obrigados a greves, sem equipamentos, alunos sem motivação? O futuro do país é feio.

Nós estamos hoje construindo um futuro feio para o nosso País, porque não abrimos os olhos à realidade que estamos passando. Eu chego até a dizer que deveria pedir desculpas por não ter conseguido, mas eu duvido que outro aqui consiga, Senador Viana, saber quantas crianças estão sem aula hoje por causa de greve. O Ministério da Educação não tem esses dados. O Ministério da Educação nem se preocupa com isso, porque ele diz que educação é uma questão dos estados e dos municípios.

Não dá para este País ter futuro enquanto a educação de nossas crianças estiver nas mãos de pobres prefeitos, de pobres governadores e sem um sistema central que crie uma carreira nacional do magistério, como nós temos do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, da Infraero, do Ministério Público, da Justiça, do Congresso. Por que o professor não tem uma carreira nacional do magistério? O simples gesto de um piso, até hoje, enfrenta muita dificuldade. Deve haver uma carreira nacional de magistério e um programa federal de qualidade educacional.

É isso que eu chamo de federalização, e isso não é para ser feito hoje, não é para ser feito já, não é nem mesmo para ser feito com as escolas e os professores de hoje; cria-se uma carreira nova, e esses professores migrarão se forem aprovados como professores federais. Já há professores federais, não estou falando nenhuma novidade. Os professores das escolas técnicas, do Colégio Pedro II, em cada uma das suas áreas, que são diversos colégios Pedro II, os professores do Instituto de Aplicação são federais; os professores das universidades são federais; os professores das escolas técnicas são federais.

Por que a gente não amplia isso, com um salário muito bom e exigência muito grande para eles?

Se a gente fizer isso, não vai ter que passar hoje o constrangimento de milhões de crianças sem aula porque os professores pararam; e pior: as dificuldades do futuro em consequência da paralisação de hoje. Um dia sem aula de uma criança hoje repercute no futuro. Quando a gente para a construção de um prédio, dez anos depois recomeça e põe o tijolo no lugar certinho; mas, quando para um processo educacional por algum tempo, a gente não consegue recuperar na mesma qualidade, na mesma dimensão.

Eu ouvi falar da fatura que nós estamos pagando hoje e da fatura que vamos pagar depois.

Com muito prazer, passo a palavra ao Senador Viana, que, no Acre, conseguiu fazer com que o professor tivesse possivelmente o maior salário entre os professores da rede estadual.

O Sr. Jorge Viana (Bloco/PT – AC) – Querido Senador Cristovam, V. Ex^a tem uma história de vida toda ela dedicada a este País através da educação. Aliás, toda essa dedicação tem trazido resultado por conta dessa maneira persistente com que V. Ex^a trabalha no sentido de alertar, de mostrar. Penso que o Brasil vive uma situação, e talvez o grande consenso nacional, hoje, nas conversas, do ponto de vista teórico, é que a maior prioridade do Brasil é educação; mas, na hora em que atitudes começam a ser tomadas, isso não se configura como a maior prioridade. De fato, V. Ex^a tem razão. No caso do Acre, nós éramos o 25º, 26º ou o 27º, dependendo do indicador, no Brasil, há pouco mais de dez anos. E, graças a Deus, hoje já disputamos os indicadores entre os dez Estados brasileiros. Mas isso é um começo. Foi uma ação também do ex-Governador Binho Marques, também um propósito de seguir o caminho de V. Ex^a quando Governador do Distrito Federal, e nós sempre disputávamos com o Distrito Federal o salário de professor. Mas também o Acre é um dos primeiros Estados a ter 100% – isso num Estado muito complexo, muito difícil –, 100% da rede municipal, estadual, com professores com nível superior. Foi um programa que nós financiamos, nós, Governo do Estado. Começou no meu Governo, depois com o Governador Binho, e agora com o Governador Tião Viana, um programa financiado pelo Governo para que todos os professores das redes municipais, os rurais e os urbanos, pudessem fazer faculdade. O Acre tem 22 municípios, implantamos um núcleo temporário da Universidade Federal nos 22 municípios. O que queria era me associar à preocupação de V. Ex^a. Tenho refletido, participei de um evento nos Estados Unidos, junto com alguns colegas, e o evento era para debater como podemos fazer mais pela educação, já que ela é uma prioridade. E V. Ex^a está trazendo um ponto de que, para mim, eu estou cada dia mais convencido, mas quem pode tratar com mais profundidade esse assunto é V. Ex^a: é que, do jeito que está estabelecido na Constituição – e hoje o seu discurso é exatamente em cima disso –, pelo menos isso não é o que está estabelecido na Constituição, adotou-se no País, como prática, que os municípios cuidam das crianças, os Estados cuidam dos adolescentes, e a União Federal cuida dos adultos. E os seus argumentos, os argumentos de V. Ex^a estão mostrando que isso não funciona. É um absurdo, porque, se a educação tem que passar por um processo de evolução, nós temos que começar pelas crianças. Aí nós colocamos o ente mais frágil da cadeia de poder, o município, e é ele que tem que cuidar, sim, mas não sozinho, não sem apoio, não sem um programa verticalizado nacional, como pode ser o piso nacional, que V. Ex^a prega com muita

precisão. Então, queria só pôr isso. Eu tenho refletido. Eu acho que, enquanto o Brasil fizer uma partilha da educação, uma parte, as crianças, quem cuida são os municípios; a outra parte, o Estado... Temos que trabalhar juntos, principalmente a União Federal, fazendo com que os critérios, as regras, a ação possa ser compartilhada com todos, principalmente na hora de fazer valer o que está estabelecido na própria Constituição. Então, Senador Cristovam, eu presencio isso. Muitos Estados têm municípios em situação precária, e nós entregamos na mão desses municípios a responsabilidade de eles nos entregarem um adolescente, para os Estados. Isso não tem funcionado. A prova é que, num momento de greve como esse, as crianças estão sem aula, e parece que o Brasil está funcionando. Se está funcionando assim, está funcionando muito mal. Então, parabéns a V. Ex^a por esse pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

Quero concluir, ...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. (PTB – RR) – Senador Cristovam, queria pedir permissão a V. Ex^a para registrar a presença aqui, nas nossas galerias, de um grupo de turistas da terceira idade, ou, melhor dizendo, da melhor idade, de Volta Redonda, no Rio de Janeiro.

Sejam bem-vindos ao nosso plenário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Bem-vindos, e é um prazer estar falando na hora em que vocês estão aí.

Mas, Senador Jorge Viana, a ideia que permeia todos hoje de que educação é a prioridade é uma grande hipocrisia das direções brasileiras hoje. Todas! Não estou aqui excetuando ninguém! É uma hipocrisia!

A gente fala que educação é importante, mas vê o programa do Governo Federal que dá subsídio à indústria automobilística. Eu fiz as contas aqui um dia desses. O sacrifício fiscal que deram à indústria automobilística em um ano dava para pagar um valor de pelo menos R\$250,00 a mais para cada professor. A gente fala em educação, mas estão aí os estádios sendo construídos para a Copa do Mundo.

Aliás, Senador Requião, quero dar aqui uma sugestão aos professores em greve: vão à frente de cada estádio da Copa e coloquem uma faixa bem grande: “Este prédio é um exemplo de corrupção nas prioridades”. Ponham faixas como essa para mostrar ao povo que o dinheiro que poderia estar indo para educação, para saúde, está indo para financiar turistas que virão aqui assistir ao jogo – porque nós vamos assistir pela televisão, como assistimos à do Japão. Ponham essa faixa. Isso é uma corrupção nas prioridades e

demonstra uma grande hipocrisia quando se fala em prioridade à educação.

Quero concluir simplesmente lembrando: este discurso é sobre fatura, sobre a fatura social, sobre a fatura, a conta que nós estamos pagando por não termos feito o dever de casa no passado, e a conta que nós vamos pagar, daqui a cinco, dez, quinze, vinte anos, por causa da paralisia das escolas nos dias de hoje por intransigência de governadores, de prefeitos, ou porque eles não mostraram que não têm dinheiro, pegaram um avião e vieram aqui dizer ao Ministro: “Ministro, essas escolas são suas. Não tenho como mantê-las e tenho minhas crianças, tenho responsabilidade, mas não tenho como pagar”.

Eu acredito que a maior parte dos prefeitos não tem condições de pagar um salário bom para os professores, embora todos eles paguem salários bons para outras categorias. Venham aqui e entreguem ao Ministro. Digam: “Ministro, a responsabilidade é sua. Assuma minhas escolas. Federalize”.

A gente já fez isso quando precisou, e outros países também, quando bancos ameaçaram quebrar. Quando banco ameaça quebrar, o Governo chega lá e diz: “Está comprado o banco, aqui está o dinheiro para que o banco não quebre”. Quando a escola de um Município quebra, a gente deixa nas costas do prefeito, constringendo os professores a serem obrigados a entrar em greve, desarticulando os pais, desarticulando as mães, desarticulando as famílias e empobrecendo brutalmente a capacidade intelectual das nossas crianças.

Era isso, Senador Mozarildo, que eu tinha para colocar, com a minha indignação e com a minha frustração de não conseguir, em nenhuma fonte, saber quantas crianças hoje estão sem aula no Brasil, apesar de matriculadas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O Senador Paulo Paim permuta com o Senador Ataídes Oliveira, do PSDB do Tocantins.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, continuo contra o acúmulo de tributos que pesam sobre as folhas de salários pagas pelas empresas brasileiras. Por isso, apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2011, pelo qual proponho a redução do Custo Brasil a partir da extinção da contribuição ao Inkra, de que trata o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970.

O interessante, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que eu mesmo, há poucos dias, não sabia que as empresas

hoje, no Brasil, pagam duas alíquotas ao Incra: uma de 0,2%, por meio desse decreto-lei. Todas as empresas do segmento, menos as que estão enquadradas no Simples, pagam mensalmente; até as nossas indústrias automobilísticas, por exemplo. E a outra alíquota é de 2,5%, determinada pela Lei nº 8.212, de julho de 1991.

Srs. Senadores, vejam que nós temos duas alíquotas que as empresas pagam sobre a folha de pagamento bruta dos trabalhadores: a de 0,2%, que todo mundo paga; e a de 2,5%, que é paga pelas empresas do segmento. Isso me deixou admirado, porque nem eu mesmo sabia. Vim a descobrir quando fui buscar informações sobre o Sistema S.

Pois bem, não tributar em demasia o trabalho, além de favorecer a geração de emprego e renda, encontra forte apoio no próprio Governo Federal. É de interesse da nossa Presidente – ela tem dito isto sempre – desonerar a folha de pagamento das empresas. Isto muito me satisfaz, porque sabemos que os empresários são a força motriz de uma nação. São eles que dão emprego, que pagam impostos e que distribuem renda. Então, fico muito contente com essa visão da nossa Presidente Dilma.

A Minirreforma Tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003, previu a hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento de salário. Entretanto, no meu entendimento, a desoneração da folha deve ser permanente e estender-se a todos os setores econômicos.

O fato é que, examinando cuidadosamente as múltiplas incidências do chamado Sistema S, deparei-me com uma verdadeira anomalia, como acabei de dizer, que é a contribuição para o Incra de 0,2% sobre a folha de salário devida por todas as empresas e entidades a elas equiparadas, exceto as enquadradas no Simples.

A contribuição para o Incra de 0,2% sobre a folha de salário das empresas em geral não mais se justifica, por várias razões que alinho na justificativa do PLS, dentre as quais destaco a exigência simultânea de outra contribuição de 2,5%, também para o Incra, que incide novamente sobre a soma da folha mensal dos seus empregados pelas empresas do setor agroindustrial, principalmente.

Sei que os recursos arrecadados, dentre outras destinações, são utilizados para promover a Reforma Agrária no nosso País. Afirmo categoricamente que sou favorável ao Programa de Reforma Agrária, um programa que é indispensável para a desconcentração da propriedade de terras; para o desenvolvimento agrário; para a pacificação do campo; e para o progresso social.

Mas, do mesmo modo que sou favorável a esse programa, assim como aos demais programas gover-

namentais que visam a estabelecer a igualdade de condições entre nós brasileiros, entendo que esses programas devem ser financiados com os recursos orçamentários, até porque, hoje, a nossa economia tem condições de gerar recursos para todos sem onerar o cidadão ou as empresas.

Por entender que neste Parlamento a Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores também defendem o alívio da pesada carga tributária, que é imposta às empresas em nosso País, conto com o decisivo apoio de V. Ex^{as} para a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2011.

Pois bem, Presidente Anibal, essas duas alíquotas eu chamo de anomalia. Empresas que não têm absolutamente nada a ver com o segmento agrário pagarem 0,2%, para mim, é uma barbaridade. Por isso eu peço a extinção dessa alíquota e aguardo que este Parlamento seja sensível à situação das nossas empresas que hoje já trabalham naquela linha baixa de rentabilidade e que, repito, são as que dão emprego neste País.

Sr. Presidente, eu volto novamente – não posso deixar –, a falar sobre o Sistema S do nosso País. Eu não tenho alternativa. Quando você percebe que entidades paraestatais como o Sistema S, que hoje deve arrecadar, neste exercício, algo em torno de R\$15 bilhões, não é brincadeira...

E como já é do conhecimento da imprensa, deste Parlamento, há um requerimento de minha autoria, feito há mais de 60 dias, pedindo informações ao Tribunal de Contas da União. O Tribunal não pôde atender às informações conforme eu as solicitei.

Então, por meio do Acórdão nº 2.172, de 2011, decidido em plenário pelo nosso TCU, com o nosso Presidente o Ministro Benjamin Zymler, o Ministro Valmir Campelo, o Ministro Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge; e os substitutos, Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira, eles assinam: Benjamin Zymler, o Presidente; o Relator, Marcos Bemquerer Costa, bem como o Procurador Lucas Rocha Furtado.

Esse é um Acórdão do Tribunal, dando a mim as respostas solicitadas em parte. E aqui o Tribunal diz, meu Presidente – eu não quero estender-me muito porque é um assunto de que eu venho falando, desta tribuna, já por algumas vezes, mas eu gostaria de repetir aqui –, o nosso Tribunal, logo no início de seu acórdão, inicia com uma ressalva, e a ressalva diz o seguinte:

Na instrução inicial (peça 5), a 5ª Secretaria de Controle Externo consolidou os dados contábeis fornecidos pelas entidades, sem prejuízo de consignar a inviabilidade de aferir a sua correção, em razão de dois aspectos.

Aqui ele está dizendo, então, que deve ser feita uma correção por causa de dois aspectos:

O primeiro decorre do fato de o Sesi e o Senai arrecadarem diretamente as contribuições que lhes cabem, muito embora a Lei nº 11.457/2007 tenha atribuído competência à Receita Federal do Brasil para recolhimento das contribuições sociais.

O segundo relaciona-se com a ausência de divulgação na internet, por algumas entidades do 'Sistema S', de dados e informações atualizados acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, desatendendo à previsão inserida na LDO/2009 (Lei nº 11.768/2008, art. 6º, § 3º) e mantida nas LDOs subsequentes.

Então, veja aqui, meu Presidente, meu Senador Cristovam, que o nosso Tribunal coloca aqui logo, como ressalva, que o nosso Sistema S hoje – formado pelo Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest, Senar, Sebrae e outros –, coloca, logo de início, que há uma contribuição feita indiretamente. A Lei nº 11.457 determina que tão somente a Receita Federal é que poderá receber essas contribuições. E, na verdade, o Sesi e o Senai não estão cumprindo a lei; estão infringindo a lei.

E se diz aqui, mais à frente, que mais de 50% da arrecadação feita por essas duas entidades é feita por fora. Isso demonstra que não há controle nenhum. O Governo Federal não tem controle algum sobre essas arrecadações indiretas. Isso é um risco à nossa Nação.

E não se trata de milhões, meu Senador Mozarildo Cavalcanti; trata-se de bilhões! Aqui nós estamos falando de R\$15 bilhões de arrecadação neste ano. Em 2010, foi de R\$12,4 bilhões.

E aqui também o nosso Tribunal começa com a ressalva, dizendo que não há prestação de conta alguma. Ele diz que não há transparência alguma do Sistema S, o que é de conhecimento de todos nós, deste Parlamento. Isso é um grande risco à nossa Nação, aos nossos trabalhadores e aos empresários, que já pagam com muita dificuldade.

Vejam que a partir da criação da Lei da Receita Federal do Brasil, pela Lei nº 11.457, repito, a atribuição da arrecadação das contribuições sociais a cargo do INSS passou a ser de competência exclusiva da Receita Federal do Brasil, conforme estipulado em seus arts. 2º e 3º.

Eu não vou, meu Presidente, ficar aqui, neste momento, repetindo o que eu já disse anteriormente, mas eu gostaria muito de fazer um apelo. Na verdade, eu não tenho os balanços patrimoniais dessas entidades – nem mesmo os órgãos que se dizem de fiscalização. Eu gostaria tanto de ter esses balanços patrimoniais.

O que eu tive, até agora, foram poucas informações, que são principalmente do Sesi, que tornou públicas, através da Internet, suas receitas e despesas. O Sesi arrecadou quase 5 bilhões de reais e passou de 2010 para 2011 com quase 3 bilhões de reais em disponibilidade financeira.

Diante desse quadro, Presidente, resta-me fazer o seguinte: eu imploro, em nome dos trabalhadores e empresários do nosso País, ao Tribunal de Contas, à nossa Receita Federal, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público da União, a nós, Parlamentares, à imprensa brasileira, que eu admiro tanto e de quem tenho dito aqui que é o nosso quarto poder de fato, e, por final, à nossa Presidente Dilma Rousseff que cobrem o cumprimento da lei, que cobrem do Sistema S a transparência, que fiscalizem o Sistema S, porque não estamos falando de milhões; nós estamos falando de bilhões.

A qualquer momento, Presidente, V. Exª vai ver que essa bomba vai estourar no Brasil, porque são administrados pelos mesmos administradores.

Um entra outro sai; depois, outro sai e o outro entra; um é presidente do Senar, é presidente da CNA, é presidente da nossa federação do nosso Estado. Ou seja, eles mesmos fiscalizam eles mesmos. Isso é um risco muito grande para eles próprios e para o nosso País.

Interessante. Acabei de receber aqui um jornalzinho, que diz o seguinte. O Senac, aqui, em Brasília, com essa arrecadaçãozinha que tem, Senador Mozarildo Cavalcanti, de R\$15 bilhões, recebi aqui o jornalzinho, o Senac oferecendo os seus serviços: O Senac-DF está com matrículas abertas para os cursos profissionalizantes de costureiro, auxiliar administrativo e informática básica. As aulas serão oferecidas nas unidades da Ceilândia, Setor Comercial Sul, Jesse Freire e 915 Norte, de manhã, a 3 de setembro. Preço: R\$320,00 a R\$900,00. Informações através dos telefones tais. Com R\$15 bilhões de arrecadação, esse é o valor do curso. Tem muitas e muitas faculdades em nosso País hoje que cobram muito menos do que isso. Eu já disse aqui que uma senhora que quer aumentar sua receita para ajudar seu marido quer fazer um curso de depilação tem que pagar três parcelas para o Sesc de R\$100,00. Já disse aqui também que um aluno do ITBA de São Paulo, que recebeu classificação A, Professor Senador Cristovam, o ITBA, um curso de tecnólogo, que recebeu classificação A, em 2008, esse aluno custou R\$7,2 mil. Esse aluno pagou R\$7,2 mil para um curso de Tecnólogo 1 nesse instituto ITBA.

No Sesc, nesse mesmo exercício de 2008, o aluno desse mesmo curso custou R\$10,6 mil. Alguma coisa está errada. Olha o preço desses cursos aqui, Senador

Cristovam. Como é que esses alunos podem, então, conseguir entrar, ter oportunidade e conseguir entrar no mercado de trabalho? Isso é que me deixa indignado com o Sistema S. O Sistema S foi criado para dar oportunidade, para capacitar essas crianças, esses jovens e colocá-los no mercado de trabalho.

Eu tenho repetido aqui que, no nosso Estado tão pobre, nas nossas menores cidades, o nosso povo nem sabe o que é Sesc ou Senai. E estão lá sendo levados pelo **crack**.

Eu disse aqui, na semana passada, que o Sesc comprou um prediozinho, o Senac comprou um prediozinho em São Paulo, no Bom Retiro, por R\$53 milhões, onde há uma piscina aquecida de 312 metros, no quarto pavimento, inclusive com teto retrátil.

Não dá, sabe, Presidente? Não dá, Senador!

Concedo um aparte a V. Ex^a, com todo o prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) Senador Ataídes, primeiro, eu fico feliz de ver Senador que pega uma bandeira e começa a carregá-la e leva até as últimas consequências a sua posição. Segundo, estou de acordo que dinheiro público a gente tem que fiscalizar com muito cuidado. Então, o dinheiro do Sistema S vem de recursos públicos e tem que ser fiscalizado. Ao mesmo tempo, eu queria dizer, em terceiro lugar – tem o quarto –, que, diante da omissão do Poder Público, aliás, do poder estatal em relação à educação, sobretudo ao ensino médio e ao ensino técnico, ainda bem que a gente tem instituições como essas, desde que a gente fiscalize como esse dinheiro é gasto; por que um aluno tem que pagar, se houve dinheiro vindo do Governo. Então, a gente tem que balancear, primeiro, a transparência, a fiscalização sobre o dinheiro aplicado pelo Sistema S; segundo, reconhecer o que de bom o Sistema S está fazendo que o Governo deveria fazer. Em último, apoiar a sua preocupação com essas reeleições sucessivas. Existe um projeto meu nesta Casa há anos que proíbe reeleição, por mais de uma vez, para qualquer cargo. Você pode ser dono por toda a vida – dono é dono –; agora, na hora em que a gente disser que para Deputado, Senador, Vereador, cartola de futebol, dirigente de escola de samba, presidente de sindicato só pode haver uma reeleição, ou seja, dois mandatos, nós vamos quebrar alguns vícios muito fortes da atividade do sistema brasileiro estatal e paraestatal. Nós estamos criando pessoas cuja profissão é ser presidente de instituição da qual ele não é dono.

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Da qual ele não é dono ou ela não é dona, porque apenas está ali cumprindo o resultado de uma eleição.

Nisso eu estou de acordo com o senhor. É preciso quebrar essa repetição de mandatos que nós temos em todas as instituições, inclusive no Sistema “S”.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Meu Senador, é sempre uma admiração poder ouvi-lo.

Eu sempre disse aqui nesta tribuna que sou, Presidente, defensor do Sistema “S”. Em nenhum momento eu disse que não sou defensor do Sistema “S”. O que eu busco no Sistema “S” é o que V. Ex^a disse: transparência, cumprimento da lei. Trata-se de tributo. E eu percebo que o Governo está falhando com as suas atribuições, ou seja: fiscalizar, acompanhar essas atividades do Sistema “S”.

Interessante, Senador. Estão aí os ditadores caindo mundo afora.

Nós não podemos ter ditadores aqui no Brasil, nós não podemos deixar que um Presidente da CNI fique por ali por dez, quinze, vinte mandatos, como o da CBF, por exemplo. A cada dia se fala desse cidadão, e ele está lá na cadeira, sentado. Essas eleições são uma porta aberta para a corrupção, nós sabemos disso. E o que me deixa muito indignado é que são sempre reeleitos, sempre reeleitos.

Agora percebo que vai ter uma eleição aí onde o Presidente da CNI já vai ser candidato à reeleição, o da CNA vai ser candidato à reeleição. Isso é muito ruim para o nosso País.

Concedo aparte ao nosso Líder, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Obrigado, Senador Ataídes. V. Ex^a nos surpreendeu nesse período curto em que esteve aqui como representante do Tocantins pela sensibilidade ao escolher temas essenciais. Acabo de chegar e ouço V. Ex^a falar da importância da alternância no poder, para acabar com esses mandatos consecutivos em cargos executivos que fazem com que as pessoas se sintam proprietárias e não representantes de um segmento, proprietárias de patrimônios incriveis. E V. Ex^a citou inteligentemente a CBF, que é um dos casos recorrentes de longevidade no exercício de uma função delegada que deveria proporcionar a alternância, que é salutar e consubstancia um processo democrático, absolutamente imprescindível na vida de um País como o nosso. Parabéns a V. Ex^a. Sei que teremos oportunidade de ouvi-lo ainda esta semana. Quero cumprimentá-lo, especialmente pela bandeira que empalmou nesses dias, buscando dar transparência às ações do Sistema S, fazer com que possamos conhecer valores e sua aplicação, defendendo sempre a correção nesse investimento também fundamental.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Muito obrigado, meu ilustre Senador.

Estou encerrando, Presidente.

A continuidade desses presidentes, desses senhores, a continuidades desses presidentes...

(Interrupção do som.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – ...dá nisso aqui, Sr. Presidente. Devo ter mais de cinquenta destes blocos de contas rejeitadas do sistema. Eu trouxe só um para mostrar para a imprensa. Trata-se de contas rejeitadas. Se elas são ajeitadas depois, não sei, mas são rejeitadas. Estão comigo mais de cinquenta, mas, se formos buscar na Internet, encheremos uma carreta hoje.

Muito obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ataídes Oliveira, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para pedir a minha inscrição como líder. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, Senadoras, volto a esta tribuna, volto ao plenário desta Casa por conta de uma reclamação, de uma solicitação, de uma exigência do povo acreano. Refiro-me aos problemas que o povo do Acre e uma parcela importante do povo de Rondônia vive hoje, por conta de problemas na travessia do rio Madeira, na BR-364, entre Porto Velho e Rio Branco.

Sr. Presidente, V. Ex^a, que é um colega nosso do Acre, que semana passada tratou deste assunto, sabe da gravidade deste problema, tanto é que venho aqui, neste começo de semana, para denunciar o problema e pedir um posicionamento imediato das autoridades responsáveis.

As dificuldades de transporte na região são uma realidade na Amazônia brasileira há muitas décadas. A ocupação, o desenvolvimento dessa parte tão importante do Brasil e do mundo se deram em função dos rios, e mesmo a ocupação e o desenvolvimento da Região tendo origem nesse meio de transporte que faz uso da calha natural dos rios, nós não temos políticas para essa modalidade de transporte tão importante na região. Depois nós tivemos, com a chegada do transporte aéreo, um desafio novo, em vez de meses de viagem em embarcações, passamos para dois de viagens da Capital da República – na época

Rio de Janeiro – até a cidade de Rio Branco. Para um exemplo de um das cidades na parte mais ocidental da Amazônia brasileira – dois dias de viagem. A partir do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, ele estabeleceu um plano de fazer a integração rodoviária do Brasil e nós conhecemos o projeto da BR-364, ligando o Centro-Oeste do Brasil, o Sudeste do Brasil até a parte mais ocidental da Amazônia, passando por Cuiabá, Porto Velho, Rio Branco até Cruzeiro do Sul, chegando, no final, no Boqueirão da Esperança – na fronteira com o Peru.

No período em que estive no Governo do Estado, de 1996 até 1999, eu me empenhei nesse projeto porque entendia que ele é um sonho do povo acreano e uma necessidade para que possamos estabelecer a integração do Estado do Acre.

Junto com esse projeto, trabalhamos também o projeto da BR-317, que liga a cidade de Boca do Acre, no Amazonas, passa por Rio Branco, por Senador Guiomard, e segue, passando por Brasileia, Capixaba até Assis Brasil na fronteira com o Peru.

Com a ajuda do então Presidente Fernando Henrique, realizamos parte desse sonho, levamos a BR-317 até a fronteira do Acre com a Bolívia, na tríplice fronteira, e com o Peru. No começo do governo do Presidente Lula, demos início à última etapa para a realização desse sonho, a última etapa de pavimentação asfáltica da BR-364, entre Cruzeiro do Sul e Rio Branco.

Como parte do nosso projeto de desenvolvimento sustentável e de preparar a população para essa nova fase na vida do povo do Acre e, ao mesmo tempo, visando minimizar os impactos negativos, ambientais e sociais, e também levando em conta as condições e as peculiaridades regionais para fazer a pavimentação dessa estrada, tomamos a decisão de abrir várias frentes, a mais importante delas vindo de Cruzeiro do Sul rumo a Rio Branco.

Alguns, por falta de conhecimento ou por maldade, sempre se posicionaram contra essa estratégia de execução da obra. Mas só pode ser por maldade ou por desconhecimento, porque uma pessoa que minimamente conheça a realidade da região sabe o quanto é difícil trabalhar a pavimentação rodoviária naquela região do País.

O Acre não tem pedra; o Acre não dispõe, em boa parte do seu território, de um solo que se possa dizer que tenha um mínimo de suporte para a consolidação de uma rodovia. Daí, ao longo de décadas, começando ainda com Euclides da Cunha, já se discutia – discutimos hoje, e eu, particularmente, estou me dedicando, no mandato, a estudar esse tema – a necessidade de pensar, para a Amazônia, para o Brasil, e, especialmente para aquela região, a prioridade da

ferrovia, tendo em vista que a ferrovia é absolutamente mais adequada do ponto de vista ambiental, do ponto de vista econômico e, claro, por conta das questões de clima, de solo, e das peculiaridades da região amazônica, é o caminho melhor que poderíamos trilhar.

Esse é um sonho que se mantém muito vivo e que, com o passar dos anos, certamente se tornará realidade. Eu, neste momento, venho a esta tribuna, Sr. Presidente, colegas Senadores, para dizer que a conclusão da BR-364 é uma realidade hoje. Os que não acreditavam estão tendo que se curvar diante da realidade pelo empenho do Governador Tião Viana, pelo empenho do ex-Governador Binho, pelo empenho do ex-Presidente Lula e pelo envolvimento e a decisão da Presidente Dilma. Estamos contando os meses para realizar o sonho da integração acreana, e isso certamente, se Deus quiser, se dará no próximo semestre, no próximo ano, como está estabelecendo o Governador Tião Viana em comunicação com o Ministério dos Transportes e com a Presidente Dilma. Deveremos ter a maior festa da história do Acre, porque será uma festa do Acre inteiro, com a ligação rodoviária da BR-364 de Cruzeiro do Sul a Rio Branco e com todas as pontes.

Mas o que me traz a esta tribuna hoje é o fato de que vamos ter ainda um problema grave. Contam-se os meses para a conclusão das obras da BR-364. Todas as pontes estão ficando prontas; já foram feitas muitas: sobre o rio Acre, sobre o rio Iaco, sobre o rio Caeté, sobre o rio Purus, sobre o rio Envira, sobre o rio Tarauacá, sobre o rio Liberdade, sobre o rio Juruá. São quase 3 km de pontes atravessando os grandes rios, que são paralelos no Acre. Mas hoje o problema grave que estamos vivendo é que vamos ter a BR concluída, mas um trecho importante ligando, na mesma BR-364, Porto Velho a Rio Branco, sem conclusão. Refiro-me à ponte sobre o rio Madeira, a ponte na margem do rio Madeira a mais ou menos 250 km de Porto Velho. Uma ponte de 1.084 m que, necessariamente, tem que ser um pouco maior, com um orçamento garantido desde 2009, um montante de R\$170 milhões. E nós estamos hoje vivendo neste momento, nesta semana, neste mês, um risco grave de desabastecimento no Acre, do combustível ao alimento, ou parte do abastecimento do Estado, comprometendo toda essa malha, todo esse trabalho feito, seja através da 317, ligando o Brasil com Bolívia e Peru, seja através da 364 que, agora, com a determinação do Governador Binho e com o trabalho, dia e noite, desenvolvido pelo Governador Tião Viana, está garantido o tráfego de carros entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul definitivamente este ano, pela primeira vez na história. Mas podemos ter uma interrupção do abastecimento do Acre por conta da irresponsabilidade que, ao longo desses anos vem se fazendo presente

pela ausência de se estabelecer uma prioridade na construção da ponte, na BR-364, no rio Madeira, entre Rio Branco e Porto Velho.

Quero, Sr. Presidente, antes de concluir, referir-me ao caminho de toda a bancada federal do Acre e de Rondônia. O esforço tem sido grande, do Governador Confúcio, do Governador Tião Viana, e de V. Ex^a mesmo, que preside esta Casa, que é coordenador da bancada e que esteve comigo no Ministério dos Transportes, em audiência, com a bancada de Senadores do Acre e de Rondônia. Muitos políticos de Rondônia já tentaram, muitos políticos do Acre já tentaram, mas não temos mais tempo a perder. Temos que resolver esse assunto.

O Governo Federal tem que concluir a análise desse tema e nós temos que estabelecer os prazos para que o Acre não fique refém de uma situação que envolve, obviamente, as questões naturais, com a seca anual do rio Madeira, mas envolve também um problema comercial, porque a empresa que administra esse transporte, que tem a concessão desse transporte, tem muitas dívidas com o povo de Rondônia e do Acre. Primeiro, pelo preço que cobra, que é um absurdo, é muito mais caro do que qualquer pedágio, mas também pelo péssimo serviço prestado à população com caminhoneiros, com pessoas que passam com suas famílias horas esperando o momento da travessia, durante o dia e, à noite, uma melhor sorte para poder seguir, seja de Rio Branco para Porto Velho ou de Porto Velho para Rio Branco, pela 364.

Com muita honra, concedo um aparte ao meu querido Senador e colega Randolfe Rodrigues, que acabou de vir do nosso Estado. Hoje falávamos por telefone e ele dizia as suas impressões com relação às mudanças que o nosso Estado vem experimentando.

Senador Randolfe, estou fazendo este pronunciamento, porque temos que resolver o problema dessa ponte. Um pouco mais de mil metros está destoando de toda uma prioridade estabelecida pelo Governo Federal na implementação da BR-317 e 364, no Acre. Sem essa ponte, a população corre o risco de viver um colapso no Acre. Pura irresponsabilidade dos que deveriam ter assumido a condução desse processo, da licitação à execução dessa obra, no Ministério dos Transportes.

Ouçõ V. Ex^a, Senador Randolfe.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – É com muita honra que lhe apartei, meu querido Senador Jorge. Como V. Ex^a costuma dizer – e vou utilizar um termo seu –, eu. Nas cabeceiras do rio, visto que a minha terra é onde os rios que nascem na sua deságuam. Estive com o vice– Governador em exercício, com o Presidente da Assembléia, para apresentar o

nosso projeto de partilha do FPE e mobilizar a bancada federal do Acre, mobilizar o Acre neste sentido, projeto que V. Ex^a e o Senador Aníbal já subscrevem. Resolvi lhe apartear, permita-me dizer aqui, a impressão que fiquei do Acre. Permita-me dizer que a agenda que nós temos de realizar no Amapá, nós temos de cumprir em Macapá é a agenda que vocês realizaram nesses 12 anos de governos seguintes no Acre. Fiquei muito bem impressionado com a nova arquitetura urbana de Rio Branco. A melhor impressão é de como Rio Branco estava há 15 anos e como Rio Branco está hoje, com arquitetura urbana, com metas alcançadas de 100% da população ter hoje acesso a água potável, ter acesso a saneamento básico, fundamental numa região como a nossa da Amazônia, com a arquitetura urbana de Rio Branco, uma cidade de 380 mil habitantes, a minha capital de 420 mil habitantes, posso dizer com convicção hoje que quero realizar no Amapá a agenda que vocês já conseguiram cumprir e realizar no Acre, na realização de saneamento básico, na infraestrutura educacional, eu visitei as escolas modelos do Acre e fiquei, particularmente, impressionado com a estrutura e com o modelo de educação que se avançou no Acre nos últimos anos e com a infraestrutura de saúde. Olha Jorge e Aníbal, permitam me dirigir a vocês, queria lhe apartear para parabenizar, para cumprimentar vocês pela revolução que foi realizada no Acre ao longo desses anos.

Sei que não foi à toa. O Acre tem uma história belíssima que vem de Gálvez, vem de Plácido de Castro, tem a passagem de Chico Mendes, sei que não foi à toa a belíssima aliança que lá foi construída entre a luta dos povos da floresta, estive em Xapuri também, foi uma emoção particular visitar a terra de Chico Mendes acompanhado por Élon Martins, visitar o túmulo de Chico, visitar o solo sagrado onde Chico derramou o sangue e onde fertilizou o belíssimo projeto que vocês estão construindo no Acre, um projeto de cidadania, o termo que vocês usam de Florestania não é um termo de fato à toa. É uma agenda que nós queremos realizar no Amapá. É uma agenda que consegui reunir. Esta é a arquitetura política mais importante ou tão importante, como a arquitetura urbanística das obras que vi em Rio Branco e vi no contexto do Estado do Acre: a arquitetura política de aliançar um projeto de desenvolvimento com preservação da floresta. Essa síntese que vocês realizaram no Acre – permita-me dizer – é uma síntese que nós queremos para a Amazônia. Ainda bem que cheguei aqui a tempo de ouvir o seu pronunciamento e de fazer questão de apartear-lo, para dar o meu testemunho do que vi no Acre e das identidades que temos do local de onde os rios nascem para o local onde os rios deságuam no Amapá. Espero

que logo as correntezas dos rios levem - e levará, com certeza, com o envolvimento da população amapaense - para lá os bons ventos e as boas águas da segunda revolução acreana a que vocês têm dado curso no belo Acre, que presenciei nesse final de semana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Muito obrigado, querido Senador e amigo Randolfe. Eu só lamento não ter podido estar lá para te receber e compartilhar contigo, porque somos moradores do mesmo rio. Somos vizinhos: um, um pouquinho mais para a foz; o outro, um pouquinho mais para a cabeceira. É perto de quatro mil quilômetros de distância, mas somos moradores do mesmo rio. Eu sei do seu compromisso, do seu empenho, do seu sonho de ver toda a Amazônia sustentável, do ponto de vista socioambiental e também do ponto de vista da economia daquele povo, que merece uma condição de vida melhor.

De fato, está em curso no Acre um processo de mudança que chama a atenção e que virou referência para o Brasil e para os países vizinhos da Bolívia e do Peru, que nos visitam. Mas é um projeto feito a muitas mãos. Ele não tem um autor; somos todos colaboradores dele. Lá, nós trocamos a ideia da administração pelo cuidar: cuidamos do Acre, cuidamos do nosso povo. E os resultados estão vindo; as mudanças nos indicadores sociais estão vindo, as mudanças nos indicadores econômicos estão vindo, e toda uma infraestrutura no Acre está sendo consolidada, para que a gente possa ter uma melhoria definitiva na vida das pessoas e isso possa chegar às famílias que moram nos lugares mais distantes. A isso nos chamamos florestania. Essa é a base que buscamos, que é o desenvolvimento sustentável. Nós o queremos para toda a Amazônia e para todo o Brasil, mas no Acre, com a ajuda de muitos, especialmente do Presidente Lula, esse projeto já está em curso. Então, muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte.

Eu queria concluir, Sr. Presidente, agora propondo um encaminhamento. E é oportuno que V. Ex^a esteja presidindo aqui, porque eu gostaria de pedir que a Mesa do Senado desse seqüência a uma solicitação que eu pretendo, junto, inclusive com V. Ex^a encaminhar, como já tínhamos conversado um pouco antes de subir a essa tribuna, no sentido de pedir uma ação imediata do Ministério do Transporte, do Dnit e da Antaq. Eu já procurei o diretor técnico Pedro Brito, o recebi no meu gabinete, ele me falava que é possível nós colocarmos outra empresa imediatamente para melhorar nesse momento a prestação do serviço, porque não adianta insistir com a atual empresa. Ela tem, talvez, o melhor negócio do mundo, ela tem um faturamento... Algumas contas falam e, são números que o cálculo tem que ser empírico, mas quem conhece a realidade como nós conhecemos, quantas vezes estive ali se fala

em faturamento acima de um milhão de reais por mês; cobra-se por uma carreta de trem mais de 120 reais por uma travessia, uma simples Kombi paga quase 20 reais – mais caro do que qualquer pedágio no sul do País. Isso foi noticiado por veículos de comunicação de Rondônia, no caso, me refiro ao *Rondônia ao Vivo*, um **site** do Estado de Rondônia, que tem sempre trabalhado esse tema e tem ajudado quando denuncia os problemas; mas também pela imprensa do Acre, nos sites, nos jornais, nas televisões que colocam esse assunto. Então é muito importante que o Senado Federal, fazendo valer a vontade da bancada acreana e, tenho certeza, da bancada de Rondônia, possa solicitar uma ação imediata no sentido de oferecer um serviço melhor. Vamos ter já, já ter quilômetros e quilômetros de fila, já, já vamos ter ameaça – que espero não se configure em realidade – que é do colapso de abastecimento de combustível em Rio Branco e em todo o Estado do Acre e parte da Bolívia, e parte do Peru que hoje já depende também do Estado do Acre.

E queria propor por último, já que já tivemos, ainda quando o Ministro Alfredo estava à frente do Ministério do Transporte, o nosso colega hoje Senador e o Dr. Pagot era o Diretor Geral do Dnit, fizemos uma reunião com os três Senadores do Acre, os três Senadores de Rondônia pedindo, solicitando prazo para que se estabelecesse um novo projeto para a nova licitação, já que essa licitação da ponte tem sido calculada sistematicamente e nos leva a crer que tem, atuando por trás para que mantenham o serviço da balsa na mão privada, adiando, como vem sendo feita, nos últimos 10 anos, a construção dessa obra, que é tão importante. Ou seja, a BR-364 está ficando pronta e sequer é feita a licitação do Madeira.

Então, é hora de fazermos uma união da Bancada Federal do Acre, toda a Bancada, a Bancada de Rondônia, e uma diligência no Dnit, na Antaq e no Ministério de Transportes, para que não sigamos tendo esse problema tão grave, que é o risco do desabastecimento. Quem está pagando por isso é a população. A que mais sofre é a população carente do Acre.

Então, Sr. Presidente, são essas as minhas palavras e espero, sinceramente, ainda nesta semana, que possamos agendar com a Diretoria da Antaq, com a Diretoria nova do Dnit, com o novo Ministro e o novo Diretor-Geral do Dnit uma audiência da Bancada do Acre, com a Bancada de Rondônia, pedindo providência imediata para o transporte neste verão – chamamos agora de verão – e também um posicionamento sobre o Projeto Executivo e quando vamos ter a licitação para o início das obras, solucionando definitivamente o problema das obras da ponte sobre o rio Madeira na BR-364, entre Porto Velho e Rio Branco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Jorge Viana, o pronunciamento que V. Ex^a faz na tribuna do Senado hoje é da máxima importância e tem a nossa mais absoluta solidariedade, como coordenador da Bancada Federal do Acre, porque o assunto é de extrema gravidade e diz diretamente respeito aos interesses do povo do Acre e de Rondônia, que verdadeiramente querem uma resposta para essa situação.

V. Ex^a pode ter certeza de que estaremos à disposição para somarmos esforços, no sentido de convencer o Ministério dos Transportes a realizar, o mais rápido possível, a licitação para início da construção da ponte sobre o rio Madeira e também uma solução paliativa para esse verão, porque o nível da água baixou muito, e a gente começa a ter problemas de abastecimento, nos próximos dias, tanto em Rio Branco quanto nos Municípios de todo o Vale do Acre, que dependem dos produtos que passam pela balsa.

Então, o pronunciamento de V. Ex^a é da máxima importância para o povo do Acre e de Rondônia e V. Ex^a tem a nossa mais irrestrita solidariedade.

Agora, com a palavra, pela liderança do PSDB, o Senador Alvaro Dias. Logo em seguida, teremos o pronunciamento do Senador Paulo Paim e, depois, pela liderança do PSOL, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro Mantega anunciou hoje a elevação da meta do superávit primário em 10 bilhões de reais, de 117 para 127 bilhões de reais.

O nosso objetivo não é adotar uma posição de contrariedade em relação a atos do Governo como rotina, mas é inevitável neste momento afirmamos que se trata, do ponto de vista econômico, de uma medida inócua que não contribui para a redução das taxas de juros e certamente não significa corte de gastos. Não é resultante este aumento do superávit primário do corte de gastos de custeio como se propalou. Na verdade esse aumento já ocorreu, uma vez que até julho alcançamos quase 80% do superávit primário previsto em função do aumento da arrecadação. O que determinou este anúncio foi o aumento de receita e não o corte de gastos.

De outro lado, além do aumento da arrecadação que é resultado da manutenção de uma carga tributária que esmaga os setores produtivos do País, além disso, tivemos a contribuição de empresas como a Vale e outras que tiveram renegociação de dívidas e ações judiciais resolvidas. Isso contribuiu também para o aumento da receita pública, que fez com que pudesse o Governo anunciar um aumento do superávit primário sem na verdade realizar corte de gastos.

O que nós gostaríamos é que o Governo anunciasse um programa de controle dos gastos públicos. Isto não aconteceu. Que o Governo anunciasse uma reforma administrativa para reduzir as despesas correntes. Isso não aconteceu.

Gostaríamos de ver o Governo empenhado em uma reforma administrativa que modernizasse o Estado brasileiro, eliminando os paralelismos, a superposição de ações existentes, fatos que elevam de forma significativa as despesas correntes, que são quase sempre despesas supérfluas, perfeitamente dispensáveis.

O que ocorreu, na contramão da redução do Estado em razão das privatizações realizadas, foi o aumento da estrutura burocrática do Estado brasileiro, com a criação de ministérios, de estatais, de diretorias, de agências, de departamentos, de cargos comissionados. Isso por quê? Porque cresceu também a base de apoio ao Governo, com a aliança de inúmeros Partidos que buscam o seu espaço no Executivo. O crescimento significativo da base de apoio ao Governo estimulou o aumento da estrutura burocrática do Estado, para que todos pudessem ser contemplados com o prêmio pela adesão; com a premiação pelo apoio oferecido ao Governo.

Portanto, se o Governo anuncia uma reforma administrativa, fica difícil acreditar no propósito de cortar despesas. Na verdade, o que deseja o Governo é evitar que, no Congresso Nacional, propostas importantes como a que regulamenta a Emenda 29 para definir a responsabilidade da União com a Saúde Pública no País sejam aprovadas.

Essas propostas evidentemente aumentam as despesas. Mas são despesas imprescindíveis. O que há hoje é um caos na saúde pública brasileira. Há pessoas amontoadas em corredores de hospitais, há pessoas que morrem nas filas dos hospitais, aguardando a oportunidade do atendimento.

E a responsabilidade pela saúde pública no País fica quase que exclusivamente na conta dos Municípios brasileiros, com a participação, obviamente, dos Estados, mas, sobretudo, com encargos que sobrecarregam o orçamento dos Municípios, especialmente os menores, que chegam a gastar com saúde pública até 30% da sua receita.

Portanto, o que ocorreu hoje no Palácio do Planalto, nessa reunião com lideranças governistas, foi esse chamamento. Foi como se o Governo dissesse ao Poder Legislativo: não aumentem despesas, não criem despesas, não aprovem a PEC 300, não aprovem a regulamentação da Emenda 29, porque nós estamos cortando. Vamos cortar gastos de custeio e aumentar o superávit em R\$10 bilhões. Isso não é verdadeiro. E eu repito: o aumento do superávit já ocorreu como

consequência do aumento da arrecadação que se verificou até julho. E nós não estamos contabilizando ainda os meses que restam até o final do ano.

Esse aumento de superávit em R\$10 bilhões, repito, não contribui para a redução de taxas de juros e também não chega ao patamar dos gastos do Governo com os serviços da dívida. Esses já chegaram a R\$138 bilhões, sem somarmos os serviços da dívida nos meses que restam até o final do ano.

Parece-me que tivemos hoje mais um espetáculo oficial, em que se tenta passar uma ação de eficiência do Governo, mas que, na verdade, não corresponde à realidade dos fatos. Repito, trata-se de mais uma tentativa de convencer a base aliada no Congresso Nacional a não aprovar medidas de importância para a população brasileira.

Quando se convoca o Poder Executivo a realizar uma reforma administrativa, a adotar programas de controle dos gastos públicos, o que se deseja é recuperar a capacidade de investir produtivamente do Estado brasileiro, que está comprometida exatamente pela irresponsabilidade de gestão, sobretudo uma consequência do aumento das estruturas burocráticas criadas nos últimos anos.

Portanto, Sr. Presidente, entendemos que cabe à Oposição continuar insistindo na tese de que a Presidente Dilma Rousseff está devendo ao País uma reforma administrativa e a mudança do modelo que já se esgotou. É evidente que cortar gastos, eliminando estruturas ociosas ou desnecessárias e combatendo a corrupção, certamente mereceria o aplauso da Oposição.

O anúncio do aumento do superávit como consequência do aumento da arrecadação certamente não nos faz admiradores do ocorrido. Ao contrário.

Concedo, ao Senador Randolfe, o aparte que solicita.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senador Alvaro Dias, o mais grave é o que significa o superávit primário: é a continuação do mesmo na política econômica; ou seja, a continuação de uma política econômica baseada em superávit primário, metas de inflação e altas taxas de juros. A continuação dessa política econômica, para os desafios que o Brasil tem nesta década, não resolve. A continuação dessa política econômica não resolverá sequer que o Brasil saia bem da iminente crise mundial que está afetando todas as nações do Planeta. Além do mais, é importante destacarmos que o superávit primário corresponde a 48%, ou seja, metade do Orçamento Geral da União; é metade do Orçamento Geral da União, que é tirado de investimentos. Nós temos visto a situação da saúde pública em todo o País – meu Es-

tado tem padecido e muito com isso. Essa ortodoxia econômica que atende somente ao capital financeiro não me parece ser a medida mais adequada para ser tomada pelo Governo. O Governo anuncia ampliação do superávit em 127 bilhões, mas isso é o caminho inverso; é a continuação do caminho da financeirização; é a continuação do caminho da ortodoxia econômica; é o inverso das alternativas que deveriam ser apontadas para os países se colocarem diante da crise mundial. É o inverso do caminho que, por exemplo, a China está buscando para resolver o problema da crise; a China está buscando ampliar sua capacidade de investimento. E a gente, Senador Alvaro, está indo no caminho inverso: aumentando o superávit primário e reduzindo a capacidade de investimento do Estado brasileiro. É lamentável.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Randolfe, sempre lúcido.

O que certamente deve ser ressaltado é o fato de que compromissos assumidos na campanha relativamente a reformas, esses compromissos foram, de forma ampla e irrestrita, ignorados; não há nesse período de sete meses de Governo nenhuma disposição da Presidente Dilma de promover reformas no País. O que se ouve reiteradamente é o desejo de buscar novas fontes de custeio para a saúde pública no Brasil. Até se admite a aprovação da Emenda 29, desde que se vincule a nova CPMF; não importa a sigla, desde que se arranquem recursos do contribuinte brasileiro. O Governo, em nenhum momento, admite cortar seus gastos, reduzir sua estrutura, mas pensa sempre em colocar o braço longo com a mão grande no bolso do contribuinte para retirar dele os recursos que sustentem uma alteração de legislação que imponha ao Executivo federal o repasse de recursos, como lhe compete, para a manutenção da saúde pública no Brasil. Em reforma tributária não se ouve falar; reforma administrativa, muito menos. O Governo não quer abrir mão do aparelhamento do Estado. O Estado tem que ser agigantado como é hoje para atender aqueles que oferecem o seu apoio, o apoio sempre subserviente às imposições do Poder Executivo.

É exatamente esse modelo, o modelo do aparelhamento do Estado, que produz corrupção e compromete a eficiência administrativa. É uma fábrica de escândalos, como estamos verificando no Brasil. Depois de 8,5 anos da implementação desse modelo, já temos a exata noção da sua nocividade.

Tenho repetido aqui inúmeras vezes. Se a Presidente Dilma Rousseff não acabar com esse modelo, não o sepultar definitivamente, certamente estará inviabilizando a sua gestão do ponto de vista da eficiência administrativa. Não há como concluir bem o

seu mandato, se esse modelo de promiscuidade, de relação espúria for mantido para assegurar um apoio esmagador no Congresso Nacional.

Sempre nos colocamos diante de uma realidade. O que vem ocorrendo no Brasil de uns tempos para cá, com o esvaziamento da oposição, desde o Município, passando pelo Estado e alcançando a União, não é bom para as instituições públicas, não é bom para o conceito e a imagem dos políticos brasileiros e pior ainda é para a democracia e para o País.

Hoje somos poucos fazendo oposição, seja no Município, seja no Estado, seja na União. Para a maioria dos políticos, é confortável estar na sombra do Poder. O que ocorre no Congresso Nacional é o reflexo desta tendência, um fenômeno que ocorre no País de uns tempos para cá. Poucos se submetem a essa missão de investigar o Executivo, de denunciar os seus equívocos, de fiscalizar e de se opor quando os erros são notórios, como ocorre ultimamente em nosso País.

Enquanto a Presidente Dilma aceita esse modelo, se submete a ele, até porque é artífice, uma vez que sempre foi considerada a gestora principal no mandato do presidente Lula. Se há uma herança nociva, como se admite, obviamente, ela é sócia dessa herança e foi a principal beneficiária dela na campanha eleitoral. Talvez seja esse o impasse vivido pela Presidente da República. Certamente, verifica que para o êxito da sua gestão é importante mudar, mas há compromissos inegáveis que não podem ser ignorados. A mudança poderá significar rompimento com a estrutura responsável pela sua presença na Presidência da República.

Enfim, Sr. Presidente, são essas algumas observações que improvisadamente fazemos depois do anúncio do Ministro Mantega, de aumento do superávit em 10 bilhões de reais, como se isso por si só fosse suficiente para o enfrentamento de uma crise que supostamente possa chegar ao nosso país como decorrência da crise internacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Aníbal, Presidente desta sessão; Senador Ataídes; Senador Requião; Senador Valadares; Senador Jarbas Vasconcelos; Senador Randolfe e Senador Eurípedes, aqui à nossa direita, eu faço um registro, o mesmo registro que, no meu entendimento, já fez a Senadora Ana Amélia. Porque entendo importante. Eu conversava com ela, quando cedi o meu lugar para ela e lhe fiz um aparte. É que estamos realizando no Rio Grande do Sul a nossa 34ª Expointer, que teve início no dia 27 e estende-se até o dia 4 de setembro. Fica

no Município de Esteio, lá na Região Metropolitana da nossa capital, Porto Alegre.

A 34ª Expointer é considerada a maior feira agropecuária da América Latina e uma das mais importantes e maiores exposições-feiras do mundo. Tendo como local o Parque de Exposições Assis Brasil, uma área de 141 hectares, que fica ao lado da BR-116, a feira, com certeza, é um momento em que o Rio Grande do Sul mostra as suas principais riquezas, fruto do suor e do trabalho da nossa gente. Já é uma marca, eu diria, que praticamente todos os Presidentes da República passem pela feira. O Presidente Lula esteve lá diversas vezes e a Presidenta Dilma também vai estar lá. Além disso, nós temos lá convidados, praticamente, dos cinco continentes.

A Expointer leva a marca da inovação e da qualidade como fatores que impulsionam o crescimento da economia do nosso Estado, fortalecendo aquilo que chamamos de projeto de desenvolvimento sustentado.

Lá, Sr. Presidente, estão em exposição avançadas tecnologias, máquinas modernas. O que há de melhor, eu diria, na genética pecuária gaúcha tem ali o seu espaço, como também temos convidados de outros países. Os melhores exemplares das raças criadas em solo gaúcho claro que têm ali o seu destaque.

Para se ter uma ideia do que representa essa feira, lembro aqui alguns números do ano passado: mais de quatro mil animais representando mais de 150 raças; cerca de três mil expositores; vendas superiores a R\$850 milhões; cerca de 400 eventos, entre palestras e seminários.

Esses números, eu diria, por si só, dão a dimensão e a certeza de que a Expointer espelha não só a grandeza, mas a diversidade e a pujança da economia gaúcha.

Quem for lá, com certeza, vai perceber a convivência harmoniosa entre o trabalhador do campo e o trabalhador da cidade, numa verdadeira simbiose. De um lado, temos o produtor, o tratador de animais, o plantador, o artesão, o pequeno produtor, os agricultores familiares, os artistas da nossa cultura; do outro lado, aqueles que vivem na cidade e que nesse período se reencontram com suas verdadeiras raízes, porque é inegável que grande parte daqueles que vivem na capital, ou nas cidades que circulam a capital, Porto Alegre, veio do interior.

Por isso, Sr. Presidente, vimos, ouvimos, passemos e conversamos com milhares de gaúchos e gaúchas, além de delegações de outros Estados da Federação. A Expointer tem também a grata satisfação de receber a visita de representantes de outros países, como eu dizia, de praticamente todos os continentes.

Nesse final de semana, o público visitante ultrapassou 90 mil. No sábado, foram 49 mil pessoas. Quarenta e oito mil, quatrocentas e nove pessoas, precisamente, passaram pelo parque. Ontem, até às 18 horas, foram 42.357 pessoas.

Alguns dados importantes: a venda de animais rendeu, até agora, cerca de R\$2,730 milhões. Lembremos que ela começou no dia 27. Já ultrapassa a cifra de R\$2,730 milhões, ou seja, praticamente R\$3 milhões. A exposição de artesanato comercializou 3,78 mil peças. O valor em dinheiro ultrapassou R\$131 mil. A feira de agricultura familiar teve um volume de vendas, somente nesses dois dias, porque o dado que eu tenho é de dois dias, que ultrapassou R\$200 mil.

Os Bancos BRDE, Badesul, Bannisul, Banco do Brasil e Sicredi receberam mais de R\$56,5 milhões em propostas de investimento para aquisição de máquinas e implementos agrícolas. O programa mais procurado é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf.

Mas não é só isso. Após o término da feira, nos viremos aqui, dando continuidade a este pronunciamento, falar do resultado final do que foi a 34ª Expointer.

Sr. Presidente, eu quero ainda registrar a importância da decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal e já acatada pelo Ministério da Previdência. O Ministro Garibaldi anuncia a todos aqueles que foram prejudicados na sua aposentadoria, por não ter sido considerado o novo teto de 1991 a 2004, que agora estão sendo revistos todos esses cálculos que vão permitir que os aposentados que não tiveram um reajuste adequado sejam, então, consagrados. Alguns receberam entre R\$11 mil, R\$9 mil, R\$7 mil, R\$8 mil, conforme a situação. Que bom que o Supremo decidiu, e o Ministro está processando já os devidos pagamentos.

Quero também, Sr. Presidente, deixar muito claro que a nossa caminhada, eu diria, aqui no Congresso, para que os aposentados e pensionistas tenham direito a um aumento real em 1º de janeiro, independentemente da questão anunciada do superávit primário, há de continuar! Eu sou daqueles que dizem que, se dá para desonerar a folha – e eu não sou contra –, significa que dá também para pagar os aposentados e pensionistas; senão, em janeiro, eles receberão menos dos que os 13,5% já consagrados de reajuste, que vão ser dados para o salário mínimo. E quando eu digo menos, é menos que a metade: eles não receberão nem 6%, enquanto o salário mínimo receberá 13,5%.

É como alguém já me disse e eu repito: nós não podemos penalizar aqueles que pagaram, do seu suor, do seu trabalho, sobre dois salários, sobre três salários, sobre quatro salários, sobre cinco salários ou sobre dez salários, e, aí, não receberem o mesmo reajuste

que vai ser concedido. É por isso que eu venho seguidamente à tribuna insistir nessa tese.

Na sexta-feira ainda, Senador Ataídes, fiz um pronunciamento forte em que eu disse o seguinte: se continuarem a não querer dar o reajuste real a que tem direito o cidadão que pagou durante toda a sua vida, todos os trabalhadores, com o tempo, vão passar a ganhar um salário mínimo! A quem interessa isso? Interessa aos grandes bancos da chamada previdência, aí sim, financeira privada. Por quê? O cidadão, percebendo que o destino dele é não ganhar o reajuste e ganhar somente um salário mínimo, vai ter de procurar uma previdência privada. E a pergunta que fica e é feita pelos aposentados: “De que adianta eu pagar sobre cinco, seis, sete, oito, nove ou dez salários se o meu destino, no futuro, é receber somente um salário mínimo?” Aí seria a privatização da Previdência pública.

Nós fizemos uma série de debates nos Estados – o último foi em Minas. Teremos outro na quinta-feira, quando aqui estarão os representantes da Anfip, da Fenafisp, da Cobap, de outras entidades de aposentados e pensionistas e de centrais sindicais, a fim de buscarmos uma grande mobilização para garantir que, na peça orçamentária, haja aportes de recursos que garantam o reajuste dos aposentados, como também o fim do fator previdenciário.

Senador Ataídes, vou dar um aparte a V. Ex^a em seguida, mas veja bem: o Governo vai entrar num beco sem saída. Eu tenho alertado o Governo sobre isso. Se o Governo continuar com o fator previdenciário, o que os trabalhadores vão começar a fazer? E vão fazer isto corretamente – eu faria isto. Eles vão entrar com o instituto da desaposentadoria, que é assegurado ao servidor público e o Supremo, por sua vez, já está decidindo que é assegurado também aos outros trabalhadores. Devido ao fator, se ganhavam 2.000, vão se aposentar com 1.200, mas vão continuar trabalhando, porque a lei permite, e, no momento adequado, eles se desaposentam e, aí, eles se aposentam com um tempo maior de contribuição e idade. Resultado: durante um período, vão ganhar, em tese, salário integral na fábrica ou no banco ou no comércio e mais 70% ou 60% da aposentadoria; mais na frente, aposentam, não têm de devolver e, aí, vão ganhar aposentadoria integral, porque, mesmo com fator, com tempo maior de contribuição e idade, eles têm direito à aposentadoria integral. Já temos em torno de 20 milhões de aposentados que estão trabalhando e que poderão usar o instrumento da desaposentadoria.

Eu tenho perguntado também: se desonerarem totalmente, como ficam os 100 bilhões aproximadamente que são arrecadados pela Previdência, pela contribuição do empregador? O empregador paga so-

bre o total da folha; o trabalhador paga de 8% a 1%, no máximo, sobre 3.650. Ora, o empregador paga três vezes mais que o trabalhador. Se desonerarem de 20% para zero, de onde surgirão os 95 bilhões para resolver o problema da Previdência?

Por isso, estou dando mais um alerta: se quiserem desonerar a folha, não há problema algum, mas montem uma proposta consequente e responsável. Se isso for feito, nós estaremos satisfazendo, sim, o interesse do sistema financeiro, que é o da previdência privada. Qualquer cidadão que perceber que vai ganhar somente um salário mínimo, sendo que o rendimento dele é de cinco, três, quatro ou dez salários, vai ter de caminhar para a previdência privada.

Então, essas são as minhas preocupações que quero levantar neste momento. Depois, falarei, Senador Ataídes, sobre um tema que foi fruto de debates hoje, pela manhã, que foi a questão da redução de jornada e a redução dos encargos sobre a folha. V. Ex^a era convidado, inclusive para ser painalista, mas justificou que não poderia participar, porque estava em São Paulo.

Senador Ataídes, com a palavra.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco/PSDB – TO) – Senador Paim, eu me sinto muito feliz, muito contente em saber que, nesta Casa, tem um Senador como V. Ex^a, que sempre carregou essa bandeira dos aposentados e pensionistas. Quando V. Ex^a está falando de correção da aposentadoria, nós estamos falando do direito adquirido dos trabalhadores, dos nossos aposentados e pensionistas. Não estamos falando que nós queremos alguma coisa dada a eles, como gratificação. Não. Nós estamos querendo, e V. Ex^a é muito sabedor desse assunto, que se deem a eles os direitos que eles têm, adquiridos. Eu me lembro, Senador, V. Ex^a acabou de colocar, não havendo, a partir de janeiro, as correções, eles vão, daqui a alguns dias, os nossos aposentados, que aposentaram sobre 10 salários mínimos, por exemplo, vão receber um. Isso já aconteceu no passado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – De 20 para 10.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco/PSDB – TO) – É. No passado, eu me lembro muito bem, quem se aposentou com 15 salários mínimos, ao longo dos anos, chegou em 1986/87, estavam ganhando um ou dois salários mínimos. Quando veio a Constituição de 1988, aí se fez uma correção de 80%, salvo melhor juízo. Então, fico realmente muito feliz em saber que carrega essa bandeira e que é um direito adquirido dos nossos aposentados e pensionistas. Esse dinheiro que agora eles vão receber, determinado agora pelo nosso tribunal, lamentavelmente, muitos deles, meu Senador Paim, não vão estar vivos, não estão aqui mais na Terra para

receber esse dinheirinho, para comprar alguma coisa. Talvez, nem a sua própria pensionista, a sua própria esposa. Talvez, um filho; talvez, um neto. Isso é que é mais lamentável, porque eu posso dizer o seguinte: existem processos de perda de rendimentos dos nossos aposentados que estão nos tribunais há mais de 20 anos, mesmo sabendo que os aposentados têm privilégio no julgamento desses processos. Então, imagino e peço a Deus que tenham muitos que venham a pegar esses 11 mil, 9 mil, que o tribunal decidiu. Tomara. Mas a maioria já foi embora. Muito obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu que agradeço, Senador Ataídes, pelas suas considerações.

Permita-me, ainda, Sr. Presidente, usando os últimos cinco minutos, dizer que estamos fazendo lá na Subcomissão de Trabalho e Previdência, que presido, junto com a Comissão de Direitos Humanos, uma série de debates.

Fizemos um bom debate sobre aviso prévio proporcional e, no final, Senador Ataídes – V. Ex^a, naquele dia, não pôde ficar até o final –, por unanimidade, os empresários – fiz com os trabalhadores num dia e, depois, com os empresários – chegaram ao entendimento de que o Congresso tem que regulamentar, porque, se o Congresso não regulamentar, o Supremo vai regulamentar, e, no entendimento deles, será muito além daquilo que a gente pode construir como acordo aqui no Congresso. É por isso que eu tenho dito: “Que bom que o Supremo tem provocado esse debate do aviso prévio proporcional, que está na Constituição há mais de vinte anos”. O Congresso não votou essa matéria, mas não foi por falta de projetos.

Pois bem. Hoje o debate foi sobre a redução de jornada e a redução dos encargos sobre a folha. Já tinha feito com os trabalhadores, com as centrais e com as confederações, e hoje fiz com os empresários. Para mim, isso é importante, primeiro, porque, no dia em que eu discuti esse tema com as lideranças dos trabalhadores, todas as centrais e confederações mandaram representantes. Hoje, houve a mesma coisa. Tanto a FIESP, como a CNI, a Federação do Comércio, enfim, todas as federações de empresários mandaram seus representantes. Eu, é claro, estava presidindo. Sou autor de uma PEC, junto com o Senador Inácio Arruda – nós a apresentamos quando éramos Deputados –, da redução de jornada de 44 para 40. Mas, lá, eu não estava como autor da PEC; eu estava presidindo a sessão. Então, ouvi todos, como ouvi os representantes dos trabalhadores. O que ficou claro? Os trabalhadores querem a redução de jornada de 44 para 40. Os empresários, no dia de hoje, o que disseram? “Nós somos a favor de que esse tema seja discutido e ajustado entre a categoria profissional e a econômica,

construindo os acordos chamados coletivos ou mesmo por empresa”. Disseram eles que cerca de 50% dos trabalhadores brasileiros já trabalham em torno de 40 horas. Exatamente 39,8 – se não me engano – é carga horária, segundo eles, da maioria dos trabalhadores, fruto de acordos entre empregados e empregadores.

Bom, na próxima quinta, eu vou ouvir os aposentados e pensionistas, a Copab e outras entidades de caráter nacional, como a Anfip, a Fenafisp. Por quê? Porque o tema é redução de jornada, mas também redução dos encargos sobre a folha. Depois de ouvir, nessa terceira audiência, os três setores – essa será a terceira e última –, vamos fazer uma única audiência, chamando três representantes de cada setor para se fazer o debate sobre os encargos, sobre a folha de pagamento e sobre a chamada redução de jornada.

Há argumentos para todos os lados. Alguns buscam experiências no mundo; outros buscam mais na América Latina, mas convicto eu estou de uma coisa: só é possível nós chegarmos a uma proposta de entendimento se houver muito boa vontade tanto por parte do empregado quanto do empregador.

Foi assim na Constituinte. Eu fui Constituinte, de 86 a 88, e naquela época nós defendíamos as 40 horas. E, mediante muita discussão, muito diálogo, chegamos a um acordo e passaram as 44. De 48 veio para 44.

Nesse momento, pelo que percebo, só com muito diálogo e entendimento, porque ninguém aqui tem força, na minha avaliação, para aprovar uma proposta de emenda constitucional, ou seja, três quintos para manter a sua posição. Então só mediante muita discussão, muito diálogo, muito bom senso e no campo que eu chamaria da razoabilidade.

A razoabilidade é...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu vou concluir, Sr. Presidente, pode ter certeza.

Aquilo que é possível dentro de um quadro em que a gente veja o que cada um acha o ideal e aquilo que é possível.

Era isso, Sr. Presidente. Só peço a V. Ex^a que considere na íntegra o meu pronunciamento sobre esse tema.

Confesso, Sr. Presidente, que eu ia fazer um outro pronunciamento sobre uma carta que recebi da Associação Nacional das Rádios Comunitárias, mas como não consegui falar com o Relator, que é o nosso colega Walter Pinheiro, que demonstra uma série de preocupações quanto à lei aprovada, vou preferir primeiro falar com o Walter, que está chegando a Brasília, sobre esse tema, então farei o pronunciamento, depois de falar com Walter Pinheiro, no dia de amanhã.

Obrigado, Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, teve início no dia 27 de agosto, se estendendo até o dia 4 de setembro, no município de Esteio, na Região Metropolitana de Porto Alegre, a 34^a Expointer – a maior feira agropecuária da América Latina e uma das maiores e mais importantes exposições-feiras do mundo.

Tendo como local o Parque de Exposições Assis Brasil, uma área de 141 hectares, ao lado da BR 116, a feira é um momento em que o Rio Grande do Sul mostra as suas principais riquezas, fruto do suor e do trabalho de sua gente.

A Expointer leva a marca da inovação e da qualidade como fatores que impulsionam a economia gaúcha, fortalecendo o projeto de desenvolvimento sustentado.

Lá estão em exposição avançadas tecnologias, as máquinas mais modernas, o que de melhor a genética da pecuária gaúcha tem. Os melhores exemplares das raças criadas em solo gaúcho.

Para se ter uma idéia do que representa esta feira, vou lembrar aqui alguns números do ano passado: mais de quatro mil animais representando mais de 150 raças. Cerca de três mil expositores. Vendas superiores a 850 milhões de reais. Mais de 390 eventos entre palestras e seminários.

Esses números, por si só, dão a certeza de que a Expointer espelha não só grandeza, mas a diversidade e a pujança da economia gaúcha. Quem for até lá vai perceber a convivência harmoniosa entre o trabalhador do campo e o trabalhador da cidade, numa verdadeira simbiose.

De um lado, temos o produtor, o tratador de animais, o plantador, o fabricante, o artesão, o pequeno produtor, os agricultores familiares, os artistas da nossa cultura. E, de outro, aqueles que vivem na cidade e que neste período se reencontram com suas raízes.

Além de delegações de outros estados da federação, a Expointer tem também a grata satisfação de receber a visita de representantes de países de todos os continentes.

Sr. Presidente, nesse final de semana o público visitante ultrapassou os 90 mil. No sábado, 48.419 pessoas passaram pelo parque. Ontem, até as 18 horas, foram registradas 42.357 pessoas.

Alguns dados: A venda de animais rendeu até agora em torno de R\$ 2.730.000,00 (dois milhões e setecentos e trinta mil)

A exposição de artesanato comercializou 3.780 (três mil e setecentos e oitenta) peças. O valor chegou a ultrapassar os R\$ 131.000,00 (cento e trinta e um mil).

A Feira da Agricultura Familiar teve um volume de vendas, até o momento, que ultrapassou os R\$ 200 mil. Os bancos BRDE, Badesul, Banrisul, Banco do Brasil e Sicredi receberam mais de R\$ 56,5 milhões em propostas de investimentos para aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

O programa mais procurado é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, após o término da feira pretendo vir a esta Tribuna e relatar os resultados oficiais deste ano.

Aproveito para convidar a todos para conhecerem o estado do Rio Grande do Sul e dar um pulinho em Esteio, na 34^a Expointer.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, na Subcomissão Permanente do Trabalho e Emprego da Comissão de Assuntos Sociais foi debatida, com o setor empresarial, a “redução da jornada de trabalho e de encargos sobre a folha”.

A proposta de reduzir o tempo semanal de trabalho é antiga e, tem gerado certa polêmica. De um lado, temos os empregados que reivindicam diminuição da jornada semanal trabalhada de 44 horas para 40 horas.

E de outro, estão os grupos empresariais que estudam a proposta e buscam estratégias que freiem os possíveis prejuízos econômicos e na produção.

Eu venho defendendo a redução da jornada de trabalho há bastante tempo. Por razões óbvias. Com uma menor carga horária de trabalho, reduziremos problemas como stress, cansaço e, como consequência, doenças que tem origem por aí.

Com uma menor carga horária de trabalho, obteremos um resultado positivo em produtividade e qualidade de serviços prestados.

Com uma menor carga horária de trabalho, vamos acalmar a economia, gerar novos empregos, diminuir os níveis de trabalhos informais e expandir o ritmo da produção de serviços. Dados estatísticos dão conta de que, ao reduzir a jornada de trabalho, prevista na Constituição Federal de 44 para 40 horas, seriam gerados três milhões de empregos formais. Números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que até 31 de dezembro do ano passado os vínculos empregatícios ativos ultrapassaram a marca de 44 milhões. Já o número de trabalhadores inativos contratados com carteira assinada chegou a 22.679 milhões.

Informações relevantes, que mostram que um dos fatores que mais afeta diretamente a nossa posição econômica mundial é o aumento do número de empregos, juntamente com a carga fiscal paga pelos empregados e empregadores.

Pois bem, Senhoras e Senhores, todos sabemos que estamos falando de uma questão urgente e de grande importância para os companheiros e companheiras trabalhadores do nosso país.

E, para aqueles que buscam emprego também, pois como disse antes, essa é uma proposta viável e capaz de contribuir demais na luta contra o desemprego.

É uma proposta que irá colaborar imensamente com a modernização das relações trabalhistas e a criação de novos postos de empregos formais.

Aqui mesmo, nesta tribuna, já citei anteriormente o exemplo da experiência da redução de jornada de 39 horas semanais para 35 horas, feita na França, pelo Governo de Lionel Jospin (1997-2002).

Foram criados um milhão de empregos.

E, além da geração de mais empregos, essa medida foi capaz de reduzir os custos das empresas através da diminuição de contribuições.

Eu sou, de fato, Sr. Presidente, um defensor ferrenho dessa idéia. Tanto assim, que apresentei ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição número 75/2003 que propõe a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Há mais de 15 anos temos lutado para que a PEC seja aprovada e passe a se constituir em Lei.

É importante dizer que, parte do setor empresarial enxerga a proposta como sendo prejudicial ao avanço produtivo. Acredita que a redução da jornada acarretaria elevação de custos para a contratação de mão de obra...

Considera, também, que, caso seja aprovada, a PEC provocará a necessidade de substituição de mão de obra humana por máquinas e equipamentos. Tudo isso por conta dos altos custos de contratação de um empregado. Propus, aqui no Senado, que tanto empregados quanto empregadores se beneficiem desse avanço nas relações de trabalho. Aos empregados seria concedido, conforme expus nas falas anteriores, diminuição do tempo trabalhado. Aos empregadores, para que não se sintam lesados produtiva e economicamente, sugeri que ficassem isentos do pagamento de encargos trabalhistas e que, portanto, a folha de pagamento dos empregados fosse desonerada.

Para vocês terem uma idéia, só para a Previdência Social as empresas pagam 20% do salário bruto de cada empregado. Com o valor passando para 15%, a diferença seria substituída por uma alíquota de 2,5% incidente sobre a receita bruta arrecadada pela em-

presa. Ganhariam os empregadores, ganhariam os empregados. Somada a esta taxa, está a contribuição por parte dos empregados. Cerca de 8% a 11% do salário dos profissionais contratados são usados para o financiamento das aposentadorias e pensões do INSS.

Além de incentivarem o aumento da competição entre empresas, as altas taxações de impostos contribuem para a disseminação de empregos e trabalhos informais. É preciso que todos entendam que a redução de jornada só representará uma vitória se for fruto do entendimento, entre empregados, empregadores e governo, pois o país que queremos, está baseado na humanização das relações de trabalho, onde todos podem sair vencedores.

O empresariado brasileiro necessita de incentivos para a produção e redução de custos, enquanto que os empregados, que são a força viva do trabalho, necessitam de uma participação maior no sistema para ter uma vida digna.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido nos termos do Regimento.

Se eu puder ter a honra, também, de participar dessa reunião gostaria muito de saber dos encaminhamentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será convidado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, pela Liderança do PSOL.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srs. Senadores, Sr. Presidente Anibal Diniz, vou utilizar a tribuna nesta segunda-feira, para falar sobre o nosso projeto comum de nova partilha do Fundo de Participação dos Estados. Mas, antes de falar do projeto, eu gostaria de fazer duas saudações.

A primeira, já o fiz, aparteando meu querido amigo, Senador Jorge Viana, do Acre, e também o faço à bancada do Acre no Senado e ao povo acreano, reiterando, Senador Aníbal, a boa impressão que tive nesse final de semana, quando lá estive, do avanço da agenda de serviços de infraestrutura, de arquitetura urbana da cidade de Rio Branco, de políticas sociais obtidos pelo povo do Acre e por seu Governo. Para nós da Amazônia, esse avanço nas políticas públicas e sociais que ocorrem no Estado do Acre é uma referência.

Da mesma forma, estive, no último fim de semana, no solo sagrado de Xapuri. Foi de uma emoção particular. Em Xapuri, que conhecia somente das notícias de Chico Mendes, foi travada uma das mais belas batalhas amazônicas por um projeto amazônico de desenvolvimento sustentável e baseado na identida-

de dos povos da floresta, que teve como ícone, como principal referência, Chico Mendes.

Lá estive para prestigiar a filiação ao Partido Socialismo e Liberdade da companheira Dercy Teles de Carvalho, militante seringueira e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, sucessora, por conseguinte, de Chico Mendes. É com uma alegria enorme que nós do PSOL a recebemos em nosso partido, pelo que significa a luta dos seringueiros da Amazônia para todos nós. Ela é, de fato, a luta pela libertação do Acre.

O Acre, permita-me, Senador Aníbal, citar mais uma vez, tem uma história particular de heroísmo do povo brasileiro ao insistir que um território seja de fato seu. Um capítulo particular dessa luta heróica é o episódio da luta dos seringueiros, que tem Chico Mendes como sua principal referência.

Então, foi com emoção singular estar em Xapuri e uma alegria enorme receber a filiação da companheira Dercy em nosso partido.

Fui lá para encontrar o Governador Tião Viana – já o tinha encontrado anteriormente. Tenho a honra de compartilhar com os senhores, Senador Anibal e Senador Jorge Viana, o nosso projeto de nova partilha do FPE, V. Ex^{as} que são coautores do projeto. Estive também com o Vice-Governador do Acre em exercício e com o Presidente da Assembleia. A ideia era apoiar a mobilização que vocês, a bancada do Acre, os Senadores do Acre já iniciaram, para que, o quanto antes, haja o debate sobre o projeto de nova partilha do Fundo de Participação dos Estados.

Como me parece que há um conjunto de desinformações sobre o Projeto do FPE, resolvi utilizar a tribuna nesta segunda-feira, para dizer o que representa o nosso Projeto de Lei nº 289, de 2011.

Nós temos que remontar, para esclarecer o conteúdo do nosso projeto, ao que significa o FPE – Fundo de Participação dos Estados. É o principal instrumento econômico do pacto federativo. Para alguns Estados do Sul, Sudeste do País, talvez, de fato, ele corresponde muito pouco do que mobiliza sua economia. Mas para nós de Estados amazônidas representa, em alguns Estados como o meu, 75% de toda a receita do Amapá.

O que ocorre é que a partilha do FPE foi definida pela Lei Complementar nº 62, de 1989. Precisamente, é o art. 2º dessa Lei Complementar nº 62, de 1989, que faz a partilha dos recursos do FPE. O que ocorre, Senador Aníbal, é que, em 1989, quando foi definida a partilha na Lei Complementar nº 62, não se teve, concretamente, nenhum estudo sobre os dados, sobre os critérios que levariam a partilha dos recursos do FPE, naquela lei. Então, há algumas perguntas que necessitam serem feitas.

O que levou um Estado da Federação a ter 9% de toda a transferência constitucional do Fundo de Participação dos Estados, na Lei Complementar nº 62, de 1989? O que levou um Estado da Federação a ter 9% enquanto Estados como os nossos ficaram com 4% da partilha do FPE? Estados como o do Tocantins, meu querido Senador, ficaram com 4% da partilha. Qual o critério que foi definido em 1989 para que um Estado tivesse 9%, outro tivesse 7% e os nossos tivessem 4%?

Não há nenhum critério razoável que justifique isso, do ponto de vista econômico e do ponto de vista do princípio do FPE, que é um instrumento econômico para a constituição do pacto federativo. Só há um argumento que talvez justifique: o fato de, na época, haver políticos localizados em alguns Estados com maior poder de influência sobre o Senado, sobre a política nacional, e que tenham, por sua influência política, pautado essa partilha do FPE da forma como está.

Essa repartição, que dá 9% do FPE, por exemplo, para o nosso querido Estado da Bahia, e que dá 4% para o Acre, para o Amapá e para o Tocantins, e que dá 2%, Senadora Vanessa, para o querido Estado do Amazonas, essa partilha é injusta. E mais do que injusta. Em 2010, o Supremo Tribunal Federal declarou que ela é inconstitucional. Ou seja, além de injusta, é inconstitucional.

O que significou isso ao longo do tempo? Significou que o Estado do Amapá, Senador Anibal, perdeu, ao longo dos últimos 20 anos, R\$638 milhões por ano. Significa R\$12 bilhões. Significa que o Estado do Acre, Senador Anibal, perdeu, ao longo dos anos, R\$700 milhões. Significa quase R\$14 bilhões. Esse recurso – não tenho outra palavra – foi tirado indevidamente dos nossos Estados, porque não houve, na Lei Complementar nº 62, de 1989, critérios técnicos, critérios econômicos para estabelecer a atual partilha do FPE.

Meu querido Senador Ataídes Oliveira, faço questão de ouvir o seu aparte.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco/PSDB – TO) – Senador Randolfe, a consequência de tudo isso que V. Ex^a acaba de colocar nessa tribuna, com tanta clareza, com tanta precisão, é que os nossos Estados, hoje, devem algo em torno de R\$440 bilhões, impagáveis. Os nossos Estados não têm condição de pagar. Esse é o resultado. Os nossos Municípios tiveram uma queda, salvo melhor engano, em torno, nestes últimos anos, de praticamente 9%, e as atribuições e as ações sociais, as atribuições das ações sociais determinadas pelo Governo Federal aos nossos Municípios aumentaram. Veja que coisa ortodoxa: tira o dinheiro e aumenta a responsabilidade dos nossos Municípios. Os nossos Prefeitos estão sem a mínima condição de governar os seus Municípios, as suas cidades. O resultado é isso

aí. Agora, isso vai ter que mudar. Os nossos Estados não dão mais conta de pagar, os nossos Governadores estão em condições terríveis e a nossa grande expectativa é essa grande distribuição dos *royalties* do petróleo. Ou eles repararem essa perda terrível que V. Ex^a acaba de colocar com toda clareza. Queria só fazer esse registro, meu Senador. Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Meu querido Senador, incorporo o vosso aparte.

Quero dizer que conversei com a Ministra Gleisi, que tenho dialogado aqui com o nosso líder do Governo no Senado, que subscreve também o nosso projeto de lei da partilha do FPE, no seguinte sentido: há três debates que considero fundamentais para o Brasil e para o nosso pacto federativo no momento. Um é o FPE, o outro é a partilha dos *royalties* do petróleo e o terceiro é a guerra fiscal, é o ICMS da origem e o ICMS do destino.

Nesses três temas, há Estados que ganham, há Estados que vão perder. Esses três temas não podem ser tratados indevidamente. Somente alerto que, em relação ao FPE, há uma decisão pairando sobre a cabeça do Congresso Nacional, assim como a espada pairava sobre a cabeça de Dâmocles. É a decisão do Supremo Tribunal Federal, que diz que a atual partilha é inconstitucional. Significa dizer que, se até dezembro de 2012 – e, em virtude disso, eu chamo a atenção –, nós, do Congresso Nacional, não legislarmos sobre o FPE vamos delegar para o Supremo Tribunal Federal que, mais uma vez, legisle sobre um tema que não tivemos competência para legislar ou, ainda, corremos o risco de ser movida alguma ação e o Supremo Tribunal Federal decretar a suspensão do FPE dos Estados da Federação brasileira.

Para São Paulo isso significa 1% da sua receita; para o Amapá, para o Amazonas, para Tocantins, para o Acre, para Rondônia é sempre mais de 50% da receita. Imagine, Senador Raupp, imagine 50% da receita do nosso Estado, do dia para a noite, ser suspensa. Então, o Congresso Nacional, o Senado não pode prevaricar. E aqui faço um apelo à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, lá na Comissão se encontram dois projetos, um da lavra nossa, suscrito também pelo Senador Romero, pelo Senador Valdir Raupp, pelo Senador Aníbal Diniz, pelo Senador Jorge Viana e outro pela Senadora Vanessa Grazziotin.

O quanto antes a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a Comissão de Assuntos Econômicos têm que produzir um debate e tem que votar. Não importa se é o nosso projeto, se é outro projeto, se é o projeto ajustado, mas o Senado Federal, o Congresso Nacional brasileiro não pode se omitir – e este é o termo, eu vou utilizar um termo do Código Penal

que podem utilizar aqui, o termo é omissão. A omissão nesse caso é pecaminosa, é criminosa, a omissão nesse caso corresponde – aí é um dispositivo do Código Penal – a prevaricar. Nós, do Congresso Nacional, não podemos prevaricar sobre esse tema. O quanto antes precisamos que tramite nas Comissões e que seja votado.

Senador Valdir Raupp, é com imenso prazer que ouço o seu aparte.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Senador Randolfe, V. Ex^a está surpreendendo todo o País com a sua juventude, com a sua determinação, um Senador jovem, muito sábio, parece até que é veterano aqui no Congresso Nacional. Parabeno-o pelos temas debatidos, pelos temas apresentados. Esse Projeto da distribuição do FPE, esse novo formado, que deverá ser aprovado aqui no Senado, já era para ter acontecido há algum tempo. Mais uma vez o Congresso Nacional está se omitindo de legislar. A Ministra Ellen Gracie, que em breve estará deixando o Supremo Tribunal Federal, pois está se aposentando, deu uma entrevista recentemente dizendo que o Congresso Nacional tem ficado omissos em muitas matérias e que o Supremo Tribunal Federal muitas vezes tem que legislar. Tanto o Supremo Tribunal Federal quanto o TSE – Tribunal Superior Eleitoral. O Congresso durante todo esse tempo não aprovou uma reforma eleitoral profunda, assim todos os anos o TSE tem que baixar leis, aplicar resoluções, interpretando a Constituição, para legislar em nome do Congresso Nacional. A questão do FPE no passado, eu não sei quantos anos, mais de vinte, trinta anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Vinte anos. A Lei Complementar 62 foi de 1989.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Vinte anos. Naquela época o critério foi em cima de população, de pobreza, Estados que naquela época eram pobres, hoje estão um pouco mais ricos. E agora mudou essa realidade, em vinte anos a realidade muda. Nós já estamos devendo a aprovação de uma lei para mudar esses critérios e fazer justiça. O projeto de V. Ex^a faz justiça com alguns Estados e não prejudica tanto os outros, como V. Ex^a estava falando, questão de São Paulo e outros. Eu estava pensando, antes de V. Ex^a se referi aos *royalties* do petróleo, exatamente a mesma coisa. Acho que o Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo não vão perder nada, vão deixar de repartir, vão deixar de dividir, caso fique tudo para eles, os *royalties* do petróleo, com os outros Estados da Federação. As águas profundas, as águas nacionais, não são de Estado nenhum. A Constituição diz que já o subsolo não é de Estado nenhum. O subsolo não é nem mesmo do proprietário da terra onde estão as jazidas de minérios no subsolo. O subsolo é da União e

as águas nacionais também, como o nome já diz. As águas nacionais também são da União. Então, o pré-sal é mais do que justo que seja dividido para todos os Estados e para todos os Municípios brasileiros. É isso que devemos fazer, com todo respeito ao querido Governador do Rio de Janeiro, que é do meu partido, Sérgio Cabral, ao meu Prefeito do Rio de Janeiro que é Eduardo Paes, que é do PMDB, o Governador do Espírito Santo, enfim, a bancada aqui no Senado e na Câmara Federal, parlamentares do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, acho que é mais do que justo a repartição dos **royalties** do petróleo para todos os Estados e todos os Municípios brasileiros. Essa nova configuração da distribuição do Fundo de Participação dos Estados, também deve ser feita da mesma forma, com justiça, e justiça é o projeto de V. Ex^a que assinei e que outros senadores também assinaram. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Honra-me muito Senador Valdir Raupp ter V. Ex^a como um dos subscritores, como um dos companheiros que junto conosco está subscrevendo esse projeto.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Randolfe, eu gostaria de um aparte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Valadares, com todo prazer lhe concederei o aparte, mas ainda sobre o aparte do Senador Valdir Raupp, só para destacar, o Estado de Rondônia tem perdido, desde 1989, dois bilhões de reais com a partilha anterior do FPE.

Então, na verdade, não estamos pedindo, os Estados não estão pedindo nada a mais e nada a menos, estamos pedindo que os nossos Estados, que tem perdido recursos com a partilha atual, da forma como é, que, repito, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, possam ter recuperado o que já perderam.

Neste sentido, eu gostaria de destacar um tema. Quem sou eu para fazer aqui advertências, mas gostaria de dialogar com os Governadores dos Estados da Amazônia, em particular. A nova partilha do FPE não trata simplesmente de mantermos a reserva de 85% para os Estados do Norte e Nordeste. Manter a reserva de 85% e utilizar como palavra de ordem, por exemplo, que nenhum Estado perca, significa manter a injustiça que é cometida contra os nossos Estados da Amazônia, que têm perdido, e muito. Eles têm perdido dois bilhões, como Rondônia tem perdido; têm perdido seiscentos milhões, como o Amapá tem perdido; têm perdido setecentos milhões, por ano, ao longo dos últimos vinte anos, por conta de um casuísmo político ocorrido em 1989. Não tem outro termo para o que aconteceu em 1989, no art. 2º da Lei nº 6.289,

que é a Lei da Partilha do FPE, que foi resultado de um casuísmo político que deu origem à atual partilha, sacrificando, em especial, os Estados da Amazônia.

Nosso grande debate, nesse caso, é em especial com outros Estados irmãos do Nordeste. São Estados irmãos nossos, mas nós não podemos, na partilha de 85%, ser prejudicados por outros Estados.

Ouçó, com o maior prazer, os apartes. Senador Valadares, permita-me, é o que diz o cavalheirismo, primeiro as damas. Então, Senadora Vanessa Grazziotin, que já tinha pedido; em seguida, o Senador Valadares. Senadora Vanessa.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB - AM) – Muito obrigada. Quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Randolfe. Não é a primeira vez que V. Ex^a traz ao Plenário desta Casa um debate relativo a um tema tão importante, que é o pacto federativo. Na realidade, quando V. Ex^a trata da distribuição dos *royalties* do pré-sal – e é só o que estamos discutindo, pois não queremos trabalhar naquilo que já foi lícitado, no que já está pactuado no Brasil – estamos diante de uma grande descoberta que fará com que o Brasil não seja um consumidor, mas sim um exportador de petróleo para o mundo inteiro. É óbvio, haja vista que está a mais de duzentos metros da costa brasileira, que precisamos debater como o Brasil inteiro se beneficiará dessa riqueza que é brasileira, que é brasileira. E V. Ex^a traz também o debate acerca do seu projeto do Fundo de Participação dos Estados, do FPE – não vou repetir o que já foi dito aqui –, que estamos obrigados a aprovar, mesmo porque não há uma regra definida ainda, democraticamente. Eu também tenho um projeto, e V. Ex^a sabe, que tramita e muda as regras. E nós queremos debater a questão. Não quero que o meu projeto seja aprovado. Tenho certeza de que V. Ex^a também não. O que nós queremos é construir coletivamente um critério justo. Hoje, por exemplo, a Bahia tem quociente de 9.3%

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E a pergunta a ser feita: o que estabeleceu esse quociente? Qual foi o critério?

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Exato. Qual o critério, diferente do que tem sido dito aqui, não há um critério, a Bahia tem quociente de 9.3%. O seu Estado o quociente – salvo engano – é de 2.8, o meu Amazonas é de 2.7%

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O Amazonas é um dos mais prejudicados.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – É um dos mais prejudicados, é de 2.7% o quociente do Amazonas. Então, qual é o critério definido? Nós temos de levar em consideração uma série de fatores, o IDH, a dimensão, a população...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– A preservação ambiental.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM)

– A preservação ambiental, que aí V. Ex^a coloca 5% e eu coloco 2%, mas levamos em consideração a política tributária. A repartição de recursos no Brasil tem que levar em consideração aqueles Estados que têm extensas áreas de proteção ambiental. É claro que não são áreas bloqueadas, elas podem ser trabalhadas em prol do desenvolvimento. Agora, é um investimento que vai requerer anos porque trabalha muito com a inovação, com a ciência e tecnologia, pesquisa, o conhecimento de uma riqueza que o Brasil não conhece e que os brasileiros não conhecem ainda. Então, cumprimento V. Ex^a e tenho certeza que em breve nós estaremos, como estamos, enfrentando um grande debate acerca do Código Florestal, em breve enfrentaremos outro grande debate que é acerca do novo pacto federativo, principalmente em relação ao FPE e aos **royalties** do petróleo do pré-sal. Parabéns, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Obrigado Senadora Vanessa.

Enfim, tanto o nosso projeto quanto o projeto de V. Ex^a o fundamental é que o Senado legisle, o fundamental é que o Senado o quanto antes debata. Os nossos projetos estão na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Tem que sair o quanto antes de lá, porque nós vivemos sob um prazo estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal e nós não podemos nos omitir em relação a esse debate.

Concordo plenamente com V. Ex^a, os nossos Estados foram injustiçados. Tem o nosso projeto, tem o projeto de V. Ex^a e podem ser fundidos num projeto só o quanto antes. O importante é o reconhecimento de que a partilha atual é injusta e necessitamos de uma nova partilha.

Senador Valadares, com muita honra e prazer que ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Com a maior brevidade porque V. Ex^a já está no final de seu pronunciamento, mas eu queria registrar o meu apoio ao seu projeto porque V. Ex^a coloca em debate um dos grandes temas que, certamente participam não só da preocupação do Senado como também da Câmara dos Deputados e dos prefeitos municipais de um modo geral. Os Municípios estão praticamente falidos, as prefeituras fizeram um acordo com o governo da União e, neste acordo os Municípios se comprometeram a pagar suas dívidas perante a Previdência Social. Logo depois dessa repactuação das dívidas surgiram novas dívidas por meio de precatórios submetidos pela Justiça. Os Municípios, então, a maior parte deles, estão sem aquela chamada certidão

negativa até para receber dotações orçamentárias às emendas individuais dos Parlamentares. Por isso, V. Ex^a vem, em boa hora, atender aos reclamos dos Estados. A mudança a que V. Ex^a se refere tão-somente aos Estados ou também...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Aos Estados.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Não inclui os Municípios?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Não, porque o Projeto de nossa autoria e de outros Senadores dialoga com a decisão do Supremo Tribunal Federal, que decretou inconstitucional a partilha do FPE.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Sim. Então, se ela é inconstitucional para os Estados, deve ser também para os Municípios.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Com certeza.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Então, seria de bom alvitre que talvez V. Ex^a, ou algum de nós, pudesse fazer uma emenda incluindo o interesse municipal, porque a política começa e se realiza nos Municípios. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perfeito, Senador Valadares. De fato, esse é um debate fundamental para o pacto federativo.

A Constituição de 88 elevou o Município à condição de ente federado, e a razão pela qual existe o FPE para os Estados é a mesma pela qual existe o FPM para os Municípios.

Concluindo, querido Senador Presidente, o nosso Projeto partiu de um dado concreto. Recepcionamos o resultado dos estudos do grupo de trabalho do Conselho Nacional de Política Fazendária. Ou seja, fizemos um projeto partindo do início de debate que aconteceu no Fórum de Secretários da Fazenda do País.

Estamos à disposição, tanto eu quanto a Senadora Vanessa Grazziotin e os outros Senadores – Anibal, Jorge Viana, Valdir Raupp e Romero Jucá, que subscrevem o Projeto – para debater os critérios que estabelecemos.

Um deles, por exemplo, é a preservação ambiental. Acho que não é de bom tom, o Brasil, às vésperas de uma Conferência Mundial do Meio Ambiente, argumentar contrário à necessidade de preservação das unidades de conservação. Creio que é importante o Brasil chegar, no ano que vem, na sua Conferência Mundial de Meio Ambiente, que será sediada no Rio de Janeiro, apresentando um produto concreto, dizendo que compensa os Estados da Federação que têm, em seu território, a preservação da maioria de seu território.

E para concluir, Sr. Presidente, quero reiterar um diálogo com os governadores, e foi por isso que visi-

tei o Acre neste fim de semana. É fundamental que os Governadores da Amazônia se mobilizem para dizer o seguinte: a máxima não pode ser somente a preservação dos 85% para os Estados do Nordeste e do Norte. Na verdade, somos prejudicados em função da disparidade com alguns Estados do Nordeste. Nós temos que enfrentar esse debate no fórum de governadores, e a máxima não é de que alguns Estados não podem perder. Alguns

terão que perder para que seja feita justiça. E os Estados que venham a perder – se nós caminharmos juntos com os debates dos **royalties** do petróleo e do ICMS – poderão ganhar nos outros debates.

Por fim, no projeto estamos estabelecendo uma fase de transição que poderá ser de cinco anos, de sete anos, de dez anos, o que impedirá que algum Estado possa repentinamente perder os seus recursos.

Enfim, Sr. Presidente, não quero me alongar, quero agradecer a condescendência de V. Ex^a para esse debate que é um debate desta Casa, que é um debate da Casa da Federação, que é um debate do Senado. E quero apelar para que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o quanto antes coloque para a votação os projetos que lá tramitam sobre o FPE, sob pena de nós, do Congresso Nacional Brasileiro, prevaticarmos – utilizando o termo do Código Penal e não a omissão – em relação a esse debate fundamental para a Federação brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ataídes Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Parabéns, Senador Randolfe, pelo seu extraordinário discurso, sobre um assunto de tamanha importância para os nossos Estados e Municípios. Mais uma vez, obrigado, Senador.

Com a palavra o nobre Senador Roberto Requião, por favor.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srs. e Sr^{as} Senadores e Senadoras, “nada mais se parece a um saquarema do que um luzia no poder”.

Eu atribuí essa frase a Oliveira Viana, porque através dele a conheci. Mas depois recebi uma explicação mais detalhada de um assessor aqui do Senado, e a frase vem da época do Império. Ela é mais antiga.

Eu me reporto a essa frase por dois motivos: por uma discussão que fui ter nas Minas Gerais, a convite do Deputado Celinho, do PT, e de Rogério Dias, sobre o salário mínimo regional e sobre as novas medidas

anunciadas pelo Governo Federal. “Nada mais se parece a um saquarema do que um luzia no poder”. O nosso Governo Federal anuncia o aumento do superávit primário. Aliás, com um corte orçamentário que deve ser aprovado pelo Congresso Nacional que responderia a uma redução dos juros.

Li agora há pouco um artigo do economista Amir Khair, Secretário das Finanças da Prefeitura de São Paulo, que, lá no passado, em uma época, assumiu um cargo de Chefe do meu gabinete de Deputado Estadual no Paraná. O Amir raciocina sobre isso: “Não, não cairão juros porque o Banco Central está a serviço do capital financeiro”.

E essa medida, associada, por exemplo, ao veto da Presidenta Dilma ao aumento concreto dos salários dos servidores são barretadas, aceno ao capital, aos rentistas, que lucraram no último ano... tenho fontes diversas para avaliar esse lucro. Tenho uma do IPEA, de R\$260 bilhões de juros; o Amir fala em R\$226 bilhões durante o último ano. Esse último ano deve contabilizar os meses deste ano também.

E eu não vejo firmeza nas mudanças. O discurso do Ministro Mantega não é ruim, mas as medidas são homeopáticas, e as sinalizações são para o mercado, e não para o País.

A Presidenta quer o apoio do Congresso Nacional nas suas medidas. Eu gostaria de apoiar medidas que atendessem aos interesses do Brasil, e não de conserto de uma crise sob a perspectiva do mercado financeiro.

Mas o assunto a que quero me referir ainda é esta reunião que tivemos em Minas Gerais, um ciclo de debates sobre o salário mínimo regional.

Fui convidado porque implantei o salário mínimo regional no Paraná. Aliás, o salário mínimo regional do Paraná é o mais alto do País. Quando eu estava para implantar o regional paranaense, escutava, por parte da Fiep e de alguns setores do comércio e da indústria, as críticas mais disparatadas: o salário mínimo regional vai desempregar as empregadas domésticas, vai provocar o desemprego em massa; o salário mínimo regional desestrutura a economia. Aliás, com devida redução sociológica, as mesmas críticas que, lá no passado, se fizeram contra a abolição da escravatura, as mesmas críticas contra a redução da jornada de trabalho para as 40 horas que nós estamos tentando hoje.

Mas eu não precisava discutir a questão do mínimo regional. O mínimo regional do Paraná incorpora a cada ano – ele foi criado em 2006 –, junto com a inflação, a produtividade. E foi a falta da inclusão da produtividade que levou os Estados Unidos ao desastre: congelamento do salário dos trabalhadores, empréstimos de longo prazo e juros altos, até que ninguém

conseguia pagar mais o empréstimo que devia, e a economia norte-americana cai como um castelo de cartas.

Parece que os luzias no poder hoje, no Brasil, repetem o vezo ortodoxo dos saquaremas. E medidas corajosas deixam de ser tomadas, embora vez por outra apareça um discurso realmente progressista, que não é acompanhado concretamente por medidas econômicas.

Foi duro o jogo em Minas Gerais. Quando fui convidado, eu me recordei da veemência, aqui no plenário do Senado, dos nossos companheiros do PSDB contra o congelamento do salário mínimo da Dilma. E pensava eu, lá nas Minas Gerais: terei essa mesma veemência a favor de um piso mínimo regional, que Minas não implantou até hoje. Implantado no Paraná; pelo Luiz Henrique, em Santa Catarina; no Rio de Janeiro; se não me engano também em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Mas em Minas, não.

Mas a oposição era terrível. Uma representante do governo vai à tribuna e diz ao conjunto de trabalhadores: "Imaginem vocês se vocês tiverem que pagar R\$2 mil para uma empregada doméstica, jamais poderão ter uma empregada doméstica." Falácia absoluta! O piso mínimo regional no Paraná, que é o mais alto no Brasil, dá a uma empregada doméstica um salário mínimo de mais ou menos R\$660,00, se bem me recordo; jamais R\$2 mil. Por outro lado, se alguém não puder pagar uma empregada doméstica, não tem nisso justificativa para restaurar o regime da escravidão no Brasil.

Nós podemos avançar de forma extremamente concreta com o salário mínimo regional em todos os Estados do País.

Senador Ataídes, o salário mínimo regional abriga apenas os trabalhadores não sindicalizados, os que não têm oportunidade de um dissídio coletivo por um órgão de representação da sua categoria; e não atinge os funcionários públicos, que têm os seus salários fixados por um ato jurídico complexo, com a participação do Poder Executivo, do Poder Legislativo e da sanção do Poder Executivo. Então, as prefeituras ficam fora. E nós sabemos que muitas prefeituras paupérrimas do Brasil têm um número enorme de funcionários, quase que com a função de um Bolsa Família, porque, nos Municípios, não existe atividade econômica alguma. Nisso não se mexe. Não se mexe nos sindicalizados.

Mas, em Minas, de repente, aparece-me um cidadão que se dizia representante da Força Sindical, dizendo: "Não acenem com a felicidade que não virá para os trabalhadores mineiros, porque o mínimo regional é rigorosamente impossível".

No Paraná, eu ouvia essa mesma conversa durante todo o período de implantação do nosso mínimo regional. E ele está implantado. E ele foi um sucesso.

Agora, junto com o mínimo regional no Paraná, fizemos algumas compensações. Por exemplo: microempresa, Senador Ataídes, não paga imposto algum no Paraná; e as pequenas empresas pagam cerca de 2% do seu movimento.

Os trabalhadores mais pobres têm energia elétrica gratuita, compensada pelo Estado, não pela nossa companhia de energia. E a água e o serviço de tratamento de esgoto têm uma tarifa social de R\$5,00, pela água e pela coleta e o tratamento de esgoto das famílias mais pobres. A luz gratuita garante o banho quente no inverno, garante a lâmpada acesa no final de tarde, para que o filho de um trabalhador possa cumprir os deveres da escola.

Quem paga? Paga o Erário. É caro? Não é barato. Porque o que o Erário investe na energia elétrica economiza no posto de saúde, nas pneumonias e nos problemas decorrentes da falta absoluta de uma geladeira, por exemplo, para preservação de alimentos.

No Paraná, nós conseguimos para os agricultores que resolvem plantar aquilo que é carente no Brasil, como o trigo, o seguro integral por parte do Governo Federal e do governo estadual. E nós evoluímos com essas políticas de forma extraordinária.

Quando reduzi a zero o imposto das microempresas, diziam: "O Governador quer acabar com a arrecadação." Não, Ataídes, o custo da máquina arrecadatória é muito maior do que se arrecada da pequena empresa; e o pequeno empresário, posto em sossego, sem a pressão do fisco estadual, se capitaliza e gasta no mercado formal, nos grandes estabelecimentos comerciais, com a compra da geladeira, da televisão, dos bens de consumo duráveis que acabam entrando no círculo virtuoso da arrecadação e dos investimentos públicos em educação, em saúde, em infraestrutura. Pois muito bem, deu certo no governo do Paraná. Por que a oposição do governo de Minas Gerais? E por que os Estados brasileiros, todos eles, não estabeleceram o seu salário mínimo regional? No Paraná, o governo que me sucedeu já abandonou a política inicial porque corrigiu o salário mínimo que havíamos estabelecido em 6,6%. Esquecendo a produtividade, corrigiu só com o processo inflacionário, quando o aumento deveria ter sido, no mínimo, de 14,6%. É regressão.

Mas o que se pode dizer do PSDB e do nosso Governo Federal a respeito dos seus comportamentos na economia? Exatamente o mesmo comportamento. É a submissão à ortodoxia. A diferença é que existem algumas políticas sociais por parte do PT que são implementadas, na verdade. Mas a política econômica é de absoluta submissão à ortodoxia; nada muda. Tudo como dantes no quartel de Abrantes. E cada vez mais

me convenço de que nada mais se parece com um luzia do que um saquarema no poder.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Obrigado, Senador.

Pela liderança do PSB, concedo a palavra ao nobre senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, pela manhã, conjuntamente com as lideranças partidárias que apóiam o Governo, nós, presidentes de partidos, participamos de uma reunião com a Presidenta Dilma que considero fundamental para os destinos do nosso País, no que tange às medidas ali anunciadas por Sua Excelência e, posteriormente, de forma pública, pelo Ministro Mantega; medidas essas que visam, sem dúvida alguma, atenuar o impacto da crise internacional, colocando uma barreira a qualquer interferência negativa, do que está acontecendo nas economias avançadas, aqui neste país.

Seria falta de responsabilidade se o Governo fizesse ouvidos de mercador, achando que o Brasil está imune a todos os movimentos financeiros e econômicos que acontecem mundo afora. E a Presidente Dilma, do alto de sua responsabilidade, resolveu acautelar-se, prevenir o futuro, construir fórmulas capazes de enfrentar a turbulência internacional sem prejuízos aos programas sociais, já criados, e sem prejuízo das ações do Governo que visem manter o emprego, fomentar o desenvolvimento por meio de investimentos anteriormente programados.

As medidas não vão atingir os programas sociais do Governo; elas não vão atingir o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC; elas não vão atingir o Brasil sem Miséria, Programa do Governo Federal para tirar da pobreza extrema mais de 14 milhões de brasileiros; elas não vão atingir também o Programa Brasil Melhor, que apóia as atividades econômicas de segmentos importantes do empresariado nacional, notadamente a indústria manufatureira, que é a que mais se ressentiu dos efeitos da crise gerada nos Estados Unidos e na Europa. Medidas como a renúncia fiscal, o apoio à micro e à pequena empresa, todas aquelas atividades governamentais anunciadas publicamente pela Presidenta Dilma, não vão sofrer solução de continuidade.

O objetivo do Governo é economizar com o incremento da meta de superávit primário, é economizar para que o Brasil possa pagar a sua dívida, para que o Brasil, no médio prazo, possa reduzir as taxas de juros, que são as mais elevadas do mundo, o que prejudica substancialmente as nossas empresas. Ora, se temos

hoje taxas de juros elevadas isso faz com que o capital internacional procure aqui especular para tirar partido financeiro dessa vantagem. Mas, se o Brasil reduzir as taxas de juros – e isso vai acontecer no médio prazo –, nós vamos reduzir o Custo Brasil, nós vamos ajudar as empresas que exportam e vamos contribuir para que os programas de desenvolvimento aconteçam com mais celeridade.

No Brasil, como disse o Ministro Mantega, nós temos uma situação fiscal sólida. Os investimentos estão sendo feitos, mas eles são insuficientes para a promoção do nosso desenvolvimento, para gerar os empregos que nós queremos. E o efeito mais benéfico, a queda de juros, é o objetivo primordial dessas medidas tomadas pela Presidenta Dilma.

Nós temos, hoje, um montante de reservas que nunca tivemos e nunca pensamos em ter: mais de R\$400 bilhões. Isso dá um colchão de segurança ao Governo para que, no caso de uma crise maior que venha aqui para o Brasil, o Banco Central tenha um instrumento indispensável para salvaguardar os interesses dos investimentos das empresas e do mercado, impedindo que haja, como houve, em 1998 ou 1999, uma queda acentuada da nossa moeda, o que veio provocar, naquela data, no século passado, uma crise sem precedentes.

Então, aumentar o superávit primário em 10 bilhões – antes, estávamos prevendo um superávit primário de 81,7 e ele vai ser de 91,7 – não significa, de modo nenhum, que o Governo vai conter os investimentos e que o Governo vai impedir a realização dos programas já anunciados anteriormente. O Governo dá o seguinte recado: nós não vamos reduzir os gastos até agora anunciados e comprometidos, mas nós não vamos gastar mais do que estamos gastando. E não gastando mais do que estamos gastando nós faremos economia, uma economia de, no mínimo, R\$10 bilhões, que vão ter um significado importante para a consolidação, para a concretização do nosso equilíbrio fiscal.

Portanto, a Oposição, cumprindo o seu papel, aqui disse que o Governo está cortando investimentos, que o Governo está tomando medidas que vão prejudicar a economia nacional. Não é verdade. O que o Governo está fazendo é justamente isto: manter os investimentos e proteger a economia nacional de uma possível – e não estamos livres de que isso aconteça – interferência da crise aqui, no Brasil.

Senador Valdir Raupp, eu concedo a V. Ex^a o aparte; V. Ex^a que estava presente, juntamente com tantos outros Senadores, como o Senador Eduardo Amorim, e pôde testemunhar que o compromisso de Dilma com o crescimento do Brasil continua de pé.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Nobre Líder Senador Antonio Carlos Valadares, eu estava presente na reunião do conselho, assim como estive presente na reunião anterior, também, há uns 20 dias atrás, quando já se previa uma diminuição nas despesas – não nos investimentos, como V. Ex^a está falando –, uma redução das despesas sem diminuir os investimentos, o que não é uma coisa muito fácil de acontecer. A preocupação que eu tenho, Senador Valadares, não é nem pelo aumento do superávit primário, que poderia retirar alguns investimentos do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento. Mas os investimentos estão diminuindo em função da desaceleração das obras que estão programadas no País. Eu lamento dizer isso a um Senador da base. Sou o Presidente do PMDB nacional, que é o segundo maior Partido da base. Eu poderia até dizer o primeiro, porque temos a maior bancada aqui no Senado e uma bancada quase igual à do PT na Câmara dos Deputados. Somos o Partido da base que tem o Vice-Presidente da República. Este ano houve – infelizmente, não é culpa da Presidente da República nem dos ministros – e a conjuntura levou a se diminuir um pouco a aceleração dos investimentos. Nós estamos a apenas quatro meses de terminar o ano, e as obras, algumas paradas; outras, em ritmo mais lento, até pelos problemas que aconteceram em alguns ministérios. E não vejo que haja mais tempo de executar o que estava previsto no Orçamento deste ano. Então, automaticamente, sem que haja corte, sem que haja aumento de superávit, já vai haver uma economia no Orçamento deste ano, porque não se vai executar o que estava previsto no Orçamento. E eu vejo, de repente, o Governo, com todo o respeito, deixando de liberar R\$1 bilhão, R\$2 bilhões para cumprir emendas parlamentares, emendas individuais que vão ajudar as prefeituras, pequenas prefeituras espalhadas por todo o País. Isso ajuda muito na economia local. Então, acho que o Governo não deveria restringir tanto a liberação de verbas, sendo que, automaticamente, algumas obras grandes que consomem muito dinheiro já estão paralisadas, ou por um problema de fiscalização, ou por um projeto malfeito, ou por uma licitação, ou por um projeto básico que não teve projeto executivo. Com isso, “n” obras no País hoje estão paralisadas por problemas de projeto. Então, essa economia já está sendo feita automaticamente...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ainda bem que V. Ex^a está dizendo que não é por falta de pagamento,...

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ...mas por causa, vamos dizer, da falta

de previsão na elaboração dos projetos e também em virtude da fiscalização intensa dos órgãos de controle.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Exatamente. O grande problema...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Aqui e acolá se manda parar uma obra porque há indícios de irregularidades, há indícios de superfaturamento ou indícios de subfaturamento. E a obra é automaticamente paralisada, enviado o resultado para o Congresso Nacional resolver, para a Comissão de Orçamento.

De modo que dinheiro, a meu ver, não é o problema; recurso não é o problema. Houve, nesses sete meses, um aumento da arrecadação, se não me engano, de mais de R\$90 bilhões...

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Bilhões de reais!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ...em relação ao mesmo período do ano passado. Quer dizer, o Governo está economizando com o superávit primário R\$10 bilhões, mas a arrecadação está aumentando muito mais do que esse superávit que o Governo acrescenta nos planos dele.

As obras, a paralisação dessas obras, a nossa preocupação maior seria se faltasse dinheiro. E não é, parece-me, o que está faltando.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – O grande problema do nosso País é projetos. Por isso é que temos de nos preocupar também com a formação de técnicos, de engenheiros, de técnicos de projetos, para que os projetos saiam bem feitos e não tenham esse problema, e com o rigor, é lógico, nas licitações, nos contratos, para que não haja paralisação logo no início ou no meio das obras. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Valdir Raupp, V. Ex^a foi governador e sabe muito bem que os órgãos de controle – Tribunal de Contas, CGU, Ministério Público – estão preparadíssimos para o exercício de seu papel fiscalizador. São técnicos da mais alta qualificação que são enviados aos Estados, aos Municípios e também às obras do Governo Federal, para justamente fiscalizar projetos como os que V. Ex^a acaba de citar aí, alguns dos quais defeituosos. Por quê? Porque, na hora da sua elaboração, faltou um técnico realmente competente, com a qualificação necessária, para poder executar aquele projeto, sem nenhuma interrupção. Infelizmente, está acontecendo isso. Nós, do Congresso, demos todas as condições aos órgãos do controle, pagando bem. Ora, um funcionário do Tribunal de Contas que vai fiscalizar uma pobre prefeitura do interior do Amazonas, que ganha 10 ou 20 vezes mais que o funcionário presidente de uma comissão, está muito melhor preparado que

aquele que está nos confins do mundo, executando licitações e fazendo obras. Então, nós preparamos o controle e a fiscalização, mas não preparamos quem vai executar. A verdade é essa. No Brasil, está faltando isto: qualificação de pessoal e melhoria salarial dos funcionários que vão cuidar daquilo, porque alguém que está numa comissão de orçamento ou numa comissão de licitação deve ter não apenas preparo, mas também uma boa remuneração, para não ser tentado a fazer besteira, a fazer coisas como as que o Brasil está lendo nos jornais.

O Sr. Eduardo Amorim (Bloco/PSC - SE) – Senador Valadares, um aparte.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Eduardo Amorim, é com muito prazer que concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Amorim (Bloco/PSC – SE) – A Presidente Dilma hoje nos ressaltou – e o senhor bem repetiu lá – que crise se combate com crescimento. Todos concordaram, mas se consegue crescimento gastando com qualidade. Confesso que fiquei um pouco preocupado naquilo que trata dos gastos com a saúde, sobretudo a regulamentação da Emenda nº 29. A Emenda nº 29 põe qualidade nos gastos com a saúde, porque ela coloca os limites daquilo que é saúde e daquilo que não é saúde, fazendo com que os maus gestores não utilizem dos poucos recursos da saúde com aquilo que não é saúde, os poucos recursos da saúde com outras áreas que nada têm a ver com saúde, utilizando-se dessa brecha, desse espaço, desse vazio da lei para justificar esses gastos indevidos, penalizando mais ainda a nossa saúde. Nosso Estado de Sergipe é um dos poucos da Federação que cumpre a Emenda 29, gastando dentro daquilo que manda a lei, cumprindo os 12%. Mas nós sabemos que vários e vários outros Estados, Estados grandes, estão muito longe de cumprir. Então, não é justo que aqueles que cumprem realmente paguem pelos que não cumprem, pelos que não têm saúde realmente como prioridade. Mas eu gostei da fala da Presidente quando ela disse que uma das grandes preocupações do Governo dela era realmente promover uma saúde de qualidade, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Eduardo, agradeço a V. Ex^a pelo aparte, que incorporo ao meu discurso. V. Ex^a tocou num assunto que realmente foi, a meu ver, o principal tema da reunião, dos debates que ali foram travados, e a preocupação da Presidenta da República em universalizar, como a própria Constituição prevê, a saúde, saúde de boa qualidade e que seja gratuita para todos. E, para isso, ela falou de forma bastante clara que o Brasil precisa de recursos financeiros, de mais recur-

sos financeiros, para melhorar a saúde da população. E eu acho, como V. Ex^a falou, que a qualidade do serviço de saúde também está diretamente relacionada com a regulamentação da Emenda 29, que é o Projeto de Lei Complementar nº 306-B, de 2008, que se encontra na Câmara dos Deputados. Passou aqui, no Senado, foi para lá. E, lá, na Câmara dos Deputados, está prevista uma votação para o dia 28 de setembro, se não me engano.

Ora, o grande lance da discussão dessa matéria não é apenas a regulamentação pura e simples do uso do dinheiro proveniente da saúde. Eu já fiz denúncias aqui de que cerca de 20 Governadores não estavam cumprindo a Constituição. Os Estados são obrigados a aplicarem 12% em saúde; os Municípios, 15%. Os Municípios estão aplicando.

Agora, nem todos os Estados estão aplicando os 12% que são obrigados a aplicar, mas, quando o fazem, aplicam de forma subliminar, dizendo, por exemplo, que obras de saneamento são consideradas obras de saúde que deveriam participar do cômputo da aplicação dos 12%. Então, isso está lá na Câmara. A Câmara está regulamentando e dizendo como é aplicado esse dinheiro.

Então, o grande lance que eu estou lhe falando é o seguinte: o Governo reconhece esses vazios que são criados, essas brechas que são criadas para burlar a legislação, mas reconhece também que os recursos são insuficientes para dar uma atenção maior, uma universalização, gratuidade e serviço de boa qualidade. Para tanto, o Congresso, principalmente a Câmara dos Deputados, vai ter que se deter numa nova fonte de recursos, porque a Presidenta foi taxativa quando afirmou que é muito difícil, com os recursos atuais, prestar um serviço melhor para a saúde do Brasil. Mas está na mão da Câmara dos Deputados, e, daqui até o mês de outubro, teremos uma solução.

Sr. Presidente, hoje é o Dia Nacional de Combate ao Fumo. Nós sabemos que a fumaça do cigarro, segundo dados publicados, traz, pelo menos, 4.700 substâncias que podem causar danos à saúde, e 90% dos casos de doença de pulmão provêm do uso indiscriminado do cigarro, do fumo, do tabaco. Então, é da maior importância que nós aqui chamemos a atenção para esse problema, que não é apenas nacional, é mundial.

O dia 31 de maio é o Dia Mundial de combate ao uso do fumo, e, hoje, dia 29 de agosto, é o Dia Nacional de Combate ao Fumo. Ele foi instituído há 25 anos pela Lei 7.488, de 1986.

Estima-se que as doenças cardiovasculares e pulmonares, além dos cânceres, são responsáveis por dois terços de todas as mortes ocorridas no Planeta e seus principais fatores de risco que afetam tanto os

países pobres quanto as nações desenvolvidas são o tabagismo, o alcoolismo, a inatividade física e a alimentação inadequada.

Somente o tabagismo é responsável por um terço de todas as neoplasias, por quase 30% dos casos de infarto do miocárdio e pela maioria das doenças respiratórias crônicas.

O tabagismo é uma das mais graves preocupações de nossas autoridades sanitárias e de todos os profissionais da área de saúde, bastando lembrar que o cigarro mata por ano cerca de 200 mil brasileiros, muitos deles fumantes passivos, ou seja, não fumantes expostos à fumaça do cigarro alheio.

A propósito, cabe lembrar que tivemos aqui em Brasília o IV Seminário Alianças Estratégicas para o Controle do Tabagismo, que reuniu representantes de organizações governamentais e não governamentais.

O evento foi promovido pela Aliança de Controle do Tabagismo, uma associação muito atuante que congrega mais de 500 organizações empenhadas nessa causa.

Agora, uma curiosidade, Senador Eduardo Amorim, benéfica para nós, que somos sergipanos: entre os órgãos governamentais representados no citado seminário estava a Secretária Municipal de Saúde da Prefeitura de Aracaju, que desde 2004 mantém ações estratégicas de promoção da saúde e de preservação do tabagismo na capital sergipana.

Essas ações somadas a iniciativas como a lei municipal de 2009 que proíbe fumar em locais públicos têm contribuído para que Aracaju tenha proporcionalmente o menor número de fumantes do Brasil. Aracaju é quem menos fuma no Brasil, conforme revelou recente pesquisa do Ministério da Saúde. Então, quanto menos fumantes menos pessoas expostas aos problemas causados pela fumaça do cigarro.

O índice de fumantes com idade acima de 18 anos em Aracaju é de 8%. A média brasileira é de 15,5%. Parabéns, Aracaju.

No Dia Nacional de Combate ao Fumo, eu quero homenagear a nossa capital e, por intermédio do Prefeito Edvaldo Nogueira, traduzir a manifestação do PSB de regozijo pela luta da Prefeitura de Aracaju em favor da saúde de nosso povo.

Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Ex^a a inserção, digo melhor, a publicação, na íntegra, do discurso que faço no dia nacional consagrado ao combate ao fumo.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o Ministério da Saúde realiza nesta segunda-feira, dia 29, em todo o país, o Dia Nacional de Combate ao Fumo. Esse dia foi instituído através da Lei 7.488/1986. Estima-se que as doenças cardiovasculares e pulmonares, além dos cânceres, são responsáveis por dois terços de todas as mortes ocorridas no planeta, e seus principais fatores de risco, que afetam tanto os países pobres quanto as nações desenvolvidas, são o tabagismo, o alcoolismo, a inatividade física e a alimentação inadequada. Somente o tabagismo é responsável por um terço de todas as neoplasias, por quase 30% dos casos de enfarte do miocárdio e pela maioria das doenças respiratórias crônicas.

O Brasil participará da Cúpula das Doenças Não Transmissíveis, que será promovida pela Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, no próximo mês. Na ocasião, será apresentado o Plano Brasileiro para o Enfrentamento das Doenças Não Transmissíveis, moléstias cuja incidência vem crescendo de forma acelerada em nosso País e em todo

Sr. Presidente, o Brasil, aliás, é signatário da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que prevê a adoção de medidas sem as quais o Brasil não atingirá as metas estabelecidas no plano que a Presidente Dilma apresentará na reunião de cúpula da ONU.

O tabagismo, de fato, é uma das mais graves preocupações das nossas autoridades sanitárias e de todos os profissionais da área de saúde, bastando lembrar que o cigarro mata, por ano, cerca de 200 mil brasileiros, muitos deles fumantes passivos – ou seja, não fumantes expostos à fumaça dos cigarros alheios.

A propósito, cabe lembrar que tivemos aqui em Brasília, no período de 8 a 10 deste mês, o IV Seminário Alianças Estratégicas para o Controle do Tabagismo, que reuniu cerca de 80 representantes de organizações governamentais e não governamentais ligadas às áreas de saúde, direitos humanos e meio ambiente, entre outras, para debater medidas que visem reduzir o uso do tabaco. O evento foi promovido pela Aliança de Controle do Tabagismo, uma associação muito atuante que congrega mais de 500 organizações empenhadas nessa causa.

Entre os órgãos governamentais representados no citado seminário estava a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Aracaju, que desde 2004 mantém ações estratégicas de promoção da saúde e de prevenção do tabagismo na capital sergipana. Essas ações, somadas a iniciativas como a Lei Municipal nº 3.756 e 2009, que proíbe fumar em locais públicos, têm contribuído para que Aracaju tenha proporcionalmen-

te o menor número de fumantes do Brasil, conforme revelou recente pesquisa do Ministério da Saúde. O índice de fumantes com idade acima de 18 anos é de 8% em Aracaju, enquanto a média nacional é de 15,5%.

Esses números, nobres Colegas, demonstram que políticas públicas adequadas e campanhas de conscientização são eficientes para reduzir os danos do tabagismo; e justificam a mobilização de entidades como a Aliança de Controle do Tabagismo para que seja aprovado o PLS nº 315/2008, do ilustre Colega Senador Tião Viana, que proíbe o uso do tabaco em ambientes fechados. O citado projeto, que tem o meu apoio incondicional, tramita na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo desta Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil tem se destacado no continente como o país que vem reduzindo a prevalência do tabagismo mais rapidamente. Embora a notícia seja alvissareira, ainda é muito pouco. É preciso lembrar que o preço do cigarro brasileiro é um dos menores do mundo. É preciso, também, refutar as alegações dos fabricantes de cigarros de que a proibição do tabaco em estabelecimentos comerciais afeta as vendas e a geração de empregos. Esse suposto impacto já foi desmentido em pesquisas diversas, realizadas em diversos países, como o Canadá, os Estados Unidos e a Inglaterra. Além de proteger os não fumantes, as autoridades sanitárias devem também intensificar as campanhas para demonstrar que o uso do tabaco mata seis milhões de pessoas em todo o mundo, a cada ano.

Por todos esses motivos, faço um apelo aos nobres Colegas para que se empenhem no cumprimento rigoroso das determinações da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, da qual somos signatários.

Muito obrigado!

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Ataídes Oliveira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Valadares, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Passamos a palavra ao nobre Senador Anibal Diniz, do PT do Acre.

Em seguida, ao Senador Eduardo Amorim, como líder, e ao Senador Valdir Raupp, como orador inscrito.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, pessoas que nos acompanham pelas redes sociais na Internet, é com muita alegria que compareço à tribuna na noite de

hoje para registrar a minha participação em evento promovido pelo Governo do Distrito Federal, pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério da Ciência e Tecnologia, em parceria com a Semp Toshiba, pela comemoração de seus 50 anos de existência no Brasil, um evento enxadrista que contou com a presença do grande mestre internacional Garry Kasparov, o maior enxadrista de todos os tempos.

Apesar de ter se aposentado das competições, ele continua um jogador atual, contemporâneo. No encontro de hoje, houve uma simultânea em que ele jogou com treze praticantes do xadrez.

O Ministro Aloizio Mercadante não se encorajou a enfrentá-lo, com medo do que seria manchete no dia seguinte, mas eu, representando o Senado, e o Governador Agnelo Queiroz nos encorajamos a jogar contra o Garry Kasparov. Foi uma experiência fantástica estar com o, sem dúvida, maior jogador de xadrez de todos os tempos.

Ao mesmo tempo, fomos presenteados com o último livro de Garry Kasparov: **Xeque-Mate – a Vida é Jogo de Xadrez**, que é este que eu apresento aqui.

E por que faço tanta questão de fazer este registro aqui na tribuna do Senado? Porque a presença de Garry Kasparov no Brasil pode servir de grande estímulo para a garotada aprender a jogar xadrez, estudar um pouco do xadrez, não só como competição, mas como ciência mesmo, como aplicação exata na busca de resposta precisa para cada um dos problemas que a vida apresenta. E é muito interessante porque Garry Kasparov não é um enxadrista excêntrico, daqueles que, para se aplicar ao jogo de xadrez, deixa de ser gente, deixa de viver a vida. Não, ele é um profissional, ele tem a sua profissão da qual sobrevive e é um participante da política. É nascido no Azerbaijão, mas tem nacionalidade russa e nacionalidade americana. É um ativista político e tem dedicado grande parte do seu tempo a contribuir para a popularização do xadrez, que é algo muito praticado na Rússia, nos países do leste europeu, mas que está vivendo um momento muito especial no Brasil.

Veja só que, nessa atividade de hoje, nós pudemos conhecer a enxadrista Katherine Vescovi, de 12 anos, uma garotinha brasileira, campeã nacional até a categoria sub-18. Imaginem só que uma garotinha de 12 anos joga até com jogadoras de quase 18 anos e é a campeã nacional. Ela é a representante do Brasil no sul-americano, inclusive é campeã sul-americana também e representante do Brasil nas competições mundiais.

Isso tudo para ressaltar como o Brasil também vive um momento importante. A Confederação Brasileira de Xadrez tem desenvolvido programas nesse sentido.

Alguns Estados têm adotado o xadrez como disciplina obrigatória nas escolas. O Estado do Paraná, na cidade de Curitiba, tem alguma experiência nesse sentido, e muitas escolas públicas têm adotado o xadrez como disciplina complementar. Pode até se tornar disciplina obrigatória, como forma de incentivar o fortalecimento do raciocínio lógico das crianças.

Por isso, a atividade de hoje, promovida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, com o Ministro Mercadante, em parceria com a diretoria da Semp Toshiba, aconteceu lá na sede do Sebrae, mas contou com a participação desses personagens e também com a presença especial de 150 alunos da rede pública do Distrito Federal. Isso tudo como forma de incentivo a que o xadrez seja propagado para as crianças, para que elas tenham acesso, tenham contato com essa prática o mais cedo possível, para que possam se desenvolver com muito mais competência e tenham muito mais habilidade para se deparar com os problemas.

Houve um momento importante no pronunciamento do Ministro de Ciência e Tecnologia sobre todo o esforço que está sendo feito para que as empresas produzam **tablets** para serem popularizados no Brasil, inclusive as partidas de xadrez aconteceram em **tablets** da Semp Toshiba. E uma coisa me chamou bastante a atenção no discurso proferido pelo Garry Kasparov, que foi o seguinte questionamento: uma pessoa, para chegar ao nível de excelência a que chegou Garry Kasparov, tem uma receita pronta e acabada para o sucesso?

Ele fala que quando tinha 12 anos começou a ser uma celebridade do xadrez mundial. Porque ele foi campeão juvenil com 17 anos, e campeão mundial aos 22 anos, em 1985. Ele tinha 22 anos e foi o campeão mundial mais jovem da história. E desde que foi campeão, ele não deixou de ser campeão. Ele abandonou o xadrez em 2005. Ele deixou de jogar oficialmente, mas ele não havia passado o título de campeão para ninguém, porque não havia sido derrotado numa competição oficial da Federação Internacional de Xadrez. Então se perguntava muito para ele qual era o segredo, qual a fórmula mágica para se chegar a esse nível de excelência.

E a mesma pergunta vale para todas as áreas, porque, quando vemos alguém de sucesso, o caminho mais fácil, o caminho da simplificação é sempre falar: qual é o segredo do sucesso? E ele acabou, depois que se aposentou como enxadrista, refletindo sobre essas tantas perguntas e resolveu escrever a respeito e mostrar que a experiência de cada um é particular e que cada um tem que se desenvolver a partir da sua potencialidade, para que ninguém se sinta incapaz de superar as suas próprias dificuldades.

Ele escreve com muita precisão a esse respeito e me pareceu muito interessante partilhar esta reflexão, a reflexão de que o sucesso não vem pronto e acabado; ele não tem uma receita, ele é fruto de muito trabalho. Cada um na sua e aplicar o máximo possível para atingir a excelência. Então, ele escreve, logo no início, sobre o segredo do sucesso, o seguinte:

Quando eu era um astro adolescente do xadrez, em uma União Soviética apaixonada pelo jogo, desde cedo me acostumei a dar entrevistas e a falar em público. Além de perguntas eventuais sobre hobbies e garotas, essas primeiras entrevistas voltavam-se unicamente para a minha carreira enxadrística. Posteriormente, em 1985, tornei-me campeão mundial com a idade de 22 anos, o mais jovem da história e, daí em diante, o tipo de perguntas que me eram feitas mudou radicalmente. Em vez de me pedirem informações sobre jogos e torneios, as pessoas queriam saber como alcancei um sucesso sem precedentes. Como é que eu conseguia me esforçar tanto? Quantos lances à frente eu conseguia ver? O que se passava em minha cabeça durante o jogo? Eu tinha memória fotográfica? O que comia? O que fazia toda noite antes de dormir? Em resumo, quais eram os segredos do meu sucesso?

Essas curiosidades todas se colocavam acima da própria prática do jogo; as pessoas queriam saber do que se tratava esse sucesso, como ele o havia conseguido. Mais adiante, ele vai mostrar que cada um de nós cria a sua própria fórmula singular para tomar decisões. Nosso objetivo é aproveitar essa fórmula ao máximo, identificá-la, avaliar seu desempenho e encontrar meios de aperfeiçoá-la. Isso exigirá grande honestidade de autoavaliação e do quanto você realizou o seu potencial. Não existem jeitinhos. Esse não é um livro de dicas e truques. É um livro sobre autoconhecimento e desafio, sobre como desafiar a nós mesmos e aos outros para que possamos aprender a tomar as melhores decisões possíveis.

Estamos falando de um exímio conhecedor de xadrez, que mostra que o xadrez, na realidade, é importante para compreendermos não só o jogo em si, o jogo arte ciência, porque ele tem sua beleza, ele tem seu encanto, ele é competitivo, mas ele é fundamentalmente ciência e nos ensina, nos desafios da vida, que as tomadas de decisões desde muito cedo têm que ser feitas com muito senso de ética, de honestidade, de autoconhecimento, de busca de aperfeiçoamento, a partir do próprio esforço.

Então, diante de uma situação como essa – e louvero a oportunidade de ter participado desse evento com Garry Kasparov –, a gente vem refletir sobre a nossa política e a gente percebe que o segredo do sucesso

na política também não é uma fórmula pronta e acabada, é uma construção como fruto de muitos esforços.

A gente só atinge determinado patamar na vida com o fruto de muitos esforços. E aqueles que, porventura, resolvem atalhar o caminho para tentar ludibriar o meio ou as pessoas acabam sempre, de uma forma ou de outra, mais cedo ou mais tarde, desmascarados, postos a prova, acabam quebrando a cara.

Então, o fundamental para a gente é saber que temos que praticar a política com o mesmo sentimento com que um atleta de alta *performance* procura se aplicar para ter o melhor resultado.

Vejo aqui, Senador Paim, já disse em outro pronunciamento e repito, V. Ex^a aqui nesta Casa é sempre um dos primeiros, senão o primeiro, a chegar e um dos últimos a sair, senão o último a sair. Para mim V. Ex^a é um exemplo de parlamentar, completamente dedicado aos temas que estão presentes na vida das pessoas. Para mim esse é um exemplo de excelência. Qual é o exemplo do sucesso do Senador Paim? O segredo é estar sempre disponível, sempre aberto a ouvir, sempre disposto a fazer aquelas suas audiências públicas, ouvido cada um dos segmentos com toda atenção, com todo respeito, com toda generosidade, buscando sempre saídas. Se as respostas a gente não tem, porque é muito natural não termos as respostas, mas gente pode buscar coletivamente, com muito esforço, com muita dedicação, quais são as melhores saídas. E V. Ex^a, para nós, é um exemplo fundamental de como a política pode ser praticada na busca, senão da perfeição, mas pelo menos do melhor resultado possível com a nossa potencialidade. Nós podemos nos dedicar em busca sempre do melhor resultado.

Partindo para a conclusão, Senador Paim, quero me somar ao pronunciamento do Senador Jorge Viana, feito hoje à tarde na tribuna do Senado, em que ele fez uma reflexão sobre o tanto que avançou a BR-364, no Estado do Acre, de Rio Branco à Cruzeiro do Sul. A BR-364 está praticamente com cerca de 90% concluída, mas todas as pontes já estão praticamente concluídas. Na estrada de Rio Branco à Brasília/Assis Brasil, que é a rodovia do Pacífico, é a BR-317, também completamente concluída, levando a ligação do Acre, no Brasil, para o Peru e de lá para os portos do Pacífico.

Ao mesmo tempo em que, em 12 anos, foi possível executar todas essas obras no Estado do Acre, uma parte delas será concluída até 2012 com o Governador Tião Viana, que está muito empenhado nisso e nós temos de enfrentar o drama da ponte sobre o rio Madeira, que nunca acontece. São feitas licitações, licitações são tornadas públicas, depois há recursos

daqui e dali, um tipo de impedimento para que essa ponte sobre o Rio Madeira aconteça.

É uma ponte fundamental para as populações do Acre e de Rondônia. Agora mesmo estamos no forte do verão, no período mais seco onde o nível das águas nos rios baixa completamente e nós vamos nos deparar com filas quilométricas de carros, caminhões e carretas para fazer essa travessia do rio Madeira.

Os valores são escorchantes, desde R\$ 13 por um veículo menor, uma moto ou um carro de passeio, até R\$ 130 por uma carreta carregada.

Seguramente é o pedágio mais caro do Brasil e nós precisamos de uma solução para esse problema.

O Senador Jorge Viana fez um pronunciamento da máxima importância, pedindo às autoridades do Ministério dos Transportes que acelerem o máximo que puder a realização da licitação para construção da ponte sobre o rio Madeira, na BR-364, ligando Porto Velho, capital de Rondônia, a Rio Branco, capital do Acre; para que essa licitação aconteça o mais rápido possível e que possamos dar uma resposta para esse povo, porque não é possível as pessoas ficarem pagando todos os dias.

A notícia que se tem – e o Senador Jorge Viana falou aqui em números aproximados – é que, para cada dia, na balsa do rio Madeira, em que a ponte não é construída, a empresa que opera o sistema de balsa tem uma arrecadação de R\$60 mil. E R\$60 mil, por dia, é algo como R\$1,8 milhão por mês de faturamento. Aí certamente o grupo que opera esse sistema não tem nenhum interesse que aconteça a ponte sobre o rio Madeira.

Por isso, o Senador Jorge Viana fez um apelo aqui, e eu quero reforçá-lo, no sentido de que as bancadas federais do Acre e de Rondônia possam fazer fileira junto ao Ministério dos Transportes para que a gente tenha uma resposta, o mais rápido possível, no sentido da construção dessa ponte. Porque, num país como o nosso, com os esforços todos que a nossa Presidenta Dilma está fazendo para garantir que as obras do PAC tenham continuidade e sejam concluídas com sucesso, não podemos permitir que as populações do Acre e de Rondônia tenham de esperar por mais uma década para ter uma ponte sobre o rio Madeira, na BR-364.

Esse é o apelo que fazemos às autoridades do Ministério dos Transportes, ao Ministro Paulo Passos, que é uma pessoa solidária com a Amazônia, solidária com o Estado do Acre. Tenho certeza de que ele vai levar muito a sério essa proposição. Nós vamos, nos próximos dias, com o Senador Jorge Viana, os Deputados Federais e Senadores da bancada de Rondônia e da bancada do Acre, tentar uma nova audiência com o Ministro dos Transportes, para que tenhamos uma

resposta, tanto no sentido de iniciar o processo licitatório para a construção da ponte sobre o rio Madeira, quanto no sentido de tentar uma medida, ainda que paliativa, para esse período final do verão, em que provavelmente vamos ter filas quilométricas na travessia da balsa, porque, com o nível muito baixo das águas, a balsa tem dificuldade de transitar de um lado para o outro, e cria-se um transtorno terrível para o abastecimento de todo o Estado do Acre. Há produtos que vão até a Bolívia pela BR-317, o que acaba gerando um transtorno geral para essa população.

E a gente espera confiantemente que o Ministro Paulo Passos se sensibilize com essa reivindicação e tente fazer com que se acelere mais uma vez esse processo licitatório, que já foi interrompido no passado mais de uma vez e aí a gente espera que, agora, possa acontecer o processo licitatório e possa haver uma data para o início dessa ponte, que é fundamental para tirar do isolamento a população do Estado do Acre.

Era isso, Senador Paim. Muito obrigado pela atenção, e a gente fica na expectativa de que, a exemplo de Garry Kasparov, a gente se dedique o máximo possível para aprender cada vez mais da política e cada vez mais da missão de servir, porque ser político é ser consciente da sua missão de servir. Está no primeiro ensinamento de Jesus Cristo: “Quem quer ser o primeiro, seja aquele que está disposto a servir”. E nós, que adotamos a vida pública, temos que estar plenamente à disposição, a serviço do outro, a serviço da sociedade e temos que nos dedicar o máximo possível para produzir o melhor resultado dos nossos mandatos.

Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Senador Anibal Diniz. Permita que eu diga que V. Ex^a chegou tranquilo à Casa e confesso que, de tanto ouvi-lo na bancada e na tribuna, cada vez o respeito mais, pela competência, pela qualidade dos pronunciamentos, pela convicção e a honestidade que eu percebo na sua fala. É um orgulho ser parceiro de V. Ex^a e ouvir essas palavras que V. Ex^a, de forma muito tranquila, dirigiu a este Senador. Pode saber que recíproca é verdadeira.

Tenho muito respeito pela sua conduta como Senador da República.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu é que agradeço.

Senador Eduardo Amorim, como Líder do PSC.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, é com grande satisfação que ocupo hoje a tribuna desta Casa, para

homenagear a minha querida cidade natal Itabaiana, localizada na região agreste do Estado de Sergipe. Terra de pessoas simples e trabalhadores.

Poucos são aqueles que tiveram o privilégio de nascer à sombra de tão bela serra. Eu, meus Senhores, tive essa benção divina. Itabaiana fica a 54 km da Capital do nosso Estado de Sergipe e tem em seu nome guardada a tradição do tupi guarani, língua que retrata a origem do nosso povo. Segundo Sebrão Sobrinho, nosso conterrâneo e um dos maiores historiadores de Sergipe, Itabaiana significa “naquela serra tem uma aldeia onde mora gente”.

E foi nesse belo cenário, criado pelo bom Deus e pela natureza, que, em 1590, com o início da colonização da província sergipana, iniciada por Cristóvão de Barros, foi erguido o arraial de Santo Antônio, em homenagem ao santo que, anos mais tarde, se tornaria o padroeiro e protetor dos filhos de nossa terra.

Em 1675, a Irmandade das Almas comprou o Sítio do Padre Pedroso de Góes, pároco de São Cristóvão, com o intuito de ali erguer o templo onde, hoje, encontra-se construída a Igreja de Santo Antônio e Almas de Itabaiana.

Em 1678, três anos depois, Itabaiana já era distrito, vinte anos depois, em 1698, foi elevada à categoria de Vila. No ano de 1727, a Vila já possuía Câmara Legislativa. Porém, um dia em especial ficou marcado nos Anais da nossa história. Esse dia foi 28 de agosto de 1888 – portanto, ontem, fez 123 anos – quando a Vila foi elevada à categoria de cidade, na Presidência de Francisco de Paula Prestes Pimentel.

Nessa época, Sr. Presidente, a Filarmônica Nossa Senhora da Conceição já fazia mais de 100 anos. Esta, a mais antiga do Brasil, uma das mais antigas da América Latina, que hoje educa e qualifica jovens de todas as idades – tem mais 600 alunos –, que sobrevivem da abnegação de muitos professores. Temos, em Sergipe, em pleno agreste sergipano, a Filarmônica mais antiga do nosso País e uma das mais antigas da América Latina, com mais de 250 anos de existência.

Senhoras e Srs. Senadores, grandes são os talentos do povo da nossa terra, mas faço questão de ressaltar dois, quais sejam: a força e a determinação de seus filhos. Povo que conseguiu erguer uma cidade sem grandes indústrias longe dos grandes centros urbanos, em uma região pouco destacada no

cenário nacional. Contudo, Itabaiana é um dos grandes centros e um dos mais dinâmicos do nosso Estado, destacando-se pelas atividades comerciais e produtos agrícolas, e aí o papel que a feira e o comércio desempenham para o crescimento do nosso Estado e do nosso Município.

Foi utilizando a força da agropecuária e a capacidade de negociação, trazida no DNA da nossa terra, que os cidadãos desse ilustre Município conseguiram construir um lugar singular para viver.

Os filhos de Itabaiana estão presentes em cada canto desta Nação, seja vendendo castanha manufaturada artesanalmente – se encontrarem alguma castanha manufaturada artesanalmente em algum canto, em alguma praia, verifique se a origem não é de Itabaiana –, seja dirigindo caminhões – Itabaiana tem **per capita**, por habitante, a maior frota nacional e quiçá uma das maiores frotas de caminhões do Planeta –, caminhões esses que, nas rodovias do nosso imenso País, espalhadores pelo território nacional como profissionais liberais, ou mesmo representando nosso povo aqui no Congresso Nacional, por onde muitos já passaram, deixando sua contribuição no processo de democratização e construção de um País melhor para todos os brasileiros. E, aqui, não posso deixar de citar o saudoso conterrâneo, o ex-Senador Passos Porto, figura ilustre de Itabaiana e de Sergipe, falecido em outubro no ano passado.

Venho de uma família humilde, uma família que traz consigo as marcas do povo itabaianense, que são: a força do trabalho, a determinação, o respeito ao próximo e a confiança no futuro.

Cito como exemplo Maria Carreira, mulher que matinha ao lado de uma cancela,...

(Pausa.)

Desculpe-me, Presidente. A garganta de vez em quando falha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fique tranquilo meu Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – CE) – Tranquilo estou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está V. Ex^a fazendo um belo pronunciamento e eu, na verdade, estou fazendo essa interrupção para que V. Ex^a possa se recuperar; somente isso.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – CE) – Muito obrigado.

... conduzindo um carro de bois, para conseguir o sustento de sua família, com a determinação e a coragem com as quais, hoje, tantas mulheres conduzem suas vidas e de suas famílias e que temos o prazer de homenagear através da Presidente Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, eu gostaria de mencionar o Parque Nacional da Serra de Itabaiana, lugar com inúmeras cachoeiras, rico em vegetação nativa de mata atlântica e com uma fauna abundante. Nesse espaço, também está o, internacionalmente conhecido Parque dos Falcões, o único no Brasil que tem a liberação do Ibama para criar aves de rapina em cativeiro. Nossas

riquezas naturais são tantas e tão importantes que nos tornamos área de preservação ambiental.

E é por tudo isso que precisamos interiorizar mais nossos pensamentos e nossas ações. Muitos de nós viemos de cidades interioranas, lugares simples em que são valorizadas a força da palavra, do trabalho e a honra da família. E é em momentos difíceis, como os que estamos vivendo hoje, que o resgate desses valores nos dá inspiração e força para continuarmos lutando por uma cidade, um Estado e um País cada vez melhores para se viver, com índice baixo de violência e aumento na qualidade e na oferta de escolas, além de maior efetividade nos serviços de saúde.

Quero aqui parabenizar cada homem, e o faço através de um jovem, o conhecido Jamisson, da Itnet, um sonhador, um abnegado que, no interior do nosso Estado, montou uma empresa que presta serviços de informática e que leva informação para centenas e centenas de milhares de sergipanos. Quero parabenizar também cada mulher da minha terra, por conseguirem vencer, minuto a minuto, a luta do dia a dia. E que, em seus 123 anos de emancipação, Itabaiana possa se orgulhar cada vez mais de seus filhos.

Sr. Presidente, agradeço aqui por essas palavras. Quero dizer que é uma honra muito grande ter nascido naquele canto do meu Estado e do meu País, vivido e habitado por pessoas obreiras, pessoas simples, pessoas determinadas e vocacionadas, sobretudo, para o trabalho. São pessoas que acordam cedo, que preenchem e que vão, de feira em feira, em cada canto do nosso Estado, vender os seus produtos, produzidos por eles mesmos ou comercializar...

Mas são abnegados para o trabalho e têm uma força de vontade enorme, como o nosso povo, a nossa gente, o povo brasileiro tem.

E, hoje, vi mais uma vez no semblante da Presidente Dilma a vontade enorme de que este País continue a crescer, de que este País venha a ser um exemplo não só para o mundo, mas para nós, brasileiros.

Que a justiça social se faça, que o sonho de todos os brasileiros, de ter escola, de ter saúde de qualidade, de ter emprego, de ser feliz, seja pleno e aconteça o quanto antes. Vi isso no semblante da nossa Presidente.

Com a ajuda de todos nós, faremos deste País um País cada vez melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus parabéns, Senador Eduardo Amorim, brilhante como sempre.

Permita-me, Senador Eduardo Amorim, quando V. Ex^a tomava água e falava do seu Estado, dessa bela cidade, é natural até que, naquele momento, a gente respire fundo e tome água para conter um pouco as

emoções. Isso que é o bonito, para mim, do pronunciamento. V. Ex^a falou com a alma, com o coração.

Meus cumprimentos.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE)

– Com certeza, Sr. Presidente. A emoção, por vezes, trai até a voz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas é bonito. Pode saber que é muito bonito.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) –

É muita adrenalina, é muita endorfina. Como médico, sei porque conheço um pouco da fisiologia.

Muito obrigado pela sua paciência de estar aqui nos ouvindo, mas eu não poderia deixar de ressaltar a história do nosso povo e da nossa gente, construída no trabalho, construída com famílias humildes, mas abnegadas, que entendem que o trabalho realmente dignifica. E essa vocação o nosso povo e a nossa gente têm.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns. Esse foi o Senador Eduardo Amorim.

Passamos a palavra, de imediato, ao Senador Valdir Raupp, que fala como orador inscrito.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, do nosso querido Rio Grande do Sul, que tem abrigado lá muitos parentes e milhares de amigos, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi alguns Senadores fazerem relatos, aqui da tribuna, sobre a reunião do Conselho Político com a Presidente Dilma, com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, a Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, Ideli, da Coordenação Política, Miriam Belchior, do Planejamento, Gilberto Carvalho, da Articulação, e líderes de todos os partidos da base no Senado e na Câmara, presidentes de partidos, e lá eu estava como Presidente do PMDB nacional. E ficamos tranquilos, já pela segunda vez, em reuniões do Conselho, de que o Brasil vai resistir bravamente, firme, como resistiu na crise de 2008/2009, às turbulências internacionais.

E mais uma vez o mundo vivencia uma crise. O mundo vai comprar menos, o mundo vai importar menos, mas o Brasil vai estar preparado com reservas da ordem de mais de US\$350 bilhões, com previsões de aumento dessas reservas, de crescimento do PIB aí na faixa dos quatro pontos percentuais, geração de emprego quase plena. Enfim, o Brasil vai continuar crescendo, apesar da crise, de o cenário internacional não ser muito favorável. O Brasil vai continuar crescendo, vai continuar gerando emprego, distribuindo renda – crescimento com distribuição de renda, esse é o melhor caminho –, promovendo melhoria na educação, esperamos que não falem recursos para melhorar a

saúde, a segurança pública, temas tão debatidos na sociedade brasileira e que precisamos melhorar.

Acho que esses pontos o PMDB tem discutindo com certa frequência algumas bandeiras de luta; lutas como as que tivemos no passado, como a redemocratização do País, as Diretas Já e tantas outras travadas pelo PMDB e por outros partidos, é claro, e que agora o PMDB novamente estará travando em todo o Brasil, discutindo em todo o País. Eu já visitei 20 Estados brasileiros, devo visitar todos até o final deste ano. Eu queria até o final de setembro, mas não sei se será possível. Mas até o final do ano, com certeza, eu estarei passando pelas 27 unidades da Federação brasileira, sempre defendendo essas bandeiras: saúde, segurança pública, educação e, é claro, a geração de emprego não pode ficar fora e a distribuição de renda também não.

Então, parabenizo a Presidente Dilma e todos os seus Ministros, em especial os da área econômica, por estarem atentos, trabalhando diuturnamente para que o Brasil, mais uma vez, possa resistir a essa crise internacional e saia lá na frente com o crescimento da sua economia.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero falar aqui sobre um tema: juventude.

Recebi, com bastante alegria, a notícia de que o Rio de Janeiro foi escolhido como a cidade que acolherá a próxima Jornada Mundial da Juventude, a se realizar daqui a dois anos, mais precisamente em 2013.

O anúncio foi feito pelo próprio Papa Bento XVI, no domingo, 21 de agosto, na oportunidade em que Sua Santidade encerrava a 26^a Jornada, que aconteceu na capital espanhola, em Madri.

Talvez escape aos não católicos, Sr. Presidente, a importância dessa escolha para nós católicos, e eu diria até para nós brasileiros, independentemente do credo professado por cada um.

Em primeiro lugar, as jornadas mundiais da juventude estão entre os principais eventos promovidos pela Igreja católica no mundo. Elas foram idealizadas pelo querido Papa João Paulo II em 1985, e a primeira jornada já ocorreu no ano seguinte, em Roma.

Cada jornada envolve a participação de milhões de fieis, e, como não poderia deixar de ser, a presença de jovens católicos é maciça, pois as atividades de cada jornada são voltadas, primordialmente, para o fortalecimento da fé católica entre os jovens e para a construção de pontes de amizade entre os povos e as culturas que participam do evento.

O segundo ponto que eu gostaria de ressaltar é o fato de que a escolha do Brasil para sediar a próxima jornada é sinal inequívoco da confiança da Igre-

ja em nossa capacidade de sediar um evento dessa magnitude.

Não tenho a menor dúvida de que a escolha do Rio de Janeiro como sede da 27ª Jornada Mundial da Juventude foi influenciada positivamente por nossa condição de anfitriões da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Uma das manifestações mais evidentes do novo espaço ocupado pelo Brasil no cenário internacional é a realização de eventos dessa grandeza, que demandam uma capacidade infraestrutural capaz de corresponder às expectativas e atender às necessidades das centenas de milhares de pessoas que visitarão o País nessas ocasiões. É orgulho para nós brasileiros e principalmente para o Rio de Janeiro.

Eu quero parabenizar o Governador do meu partido, Sergio Cabral, que já foi Presidente da Assembleia Legislativa, como Deputado estadual, já foi Senador da República, quando tive oportunidade de conviver com ele aqui no primeiro mandato, e depois foi eleito Governador do Rio de Janeiro. Eu falava para o Sergio Cabral, quando ele já estava eleito governador, mas ainda não havia assumido, no final do mandato aqui no Senado, que se ele resolvesse o problema de segurança pública no Rio de Janeiro ele estaria credenciado para disputar a Presidência da República e ser presidente do País. Isso está acontecendo. Com determinação, o Governador Sergio Cabral está conseguindo resolver o problema de segurança pública. Que ninguém tenha dúvida: se ele não tivesse melhorado este cenário da segurança pública no Rio de Janeiro, certamente o Brasil não estaria apto a sediar no Rio de Janeiro a Copa do Mundo em 2014, as Olimpíadas em 2016 e tantos eventos de massa que o Rio de Janeiro tem sediado, e agora esta jornada da juventude.

O terceiro ponto que eu quero destacar é, justamente, a magnitude que deve alcançar a Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro.

A Jornada de Madri, por exemplo, reuniu mais de dois milhões de pessoas de 193 países. Se considerarmos que o Brasil é o maior País católico do mundo, com mais de 145 milhões de fiéis, e que será a primeira vez que uma Jornada Mundial da Juventude se realizará no Brasil, podemos antecipar com tranquilidade que a Jornada do Rio deve superar os números registrados em Madri.

Por falar no Rio de Janeiro, no Governador Sérgio Cabral, eu queria também enaltecer e parabenizar o Prefeito do Rio de Janeiro, companheiro também do PMDB, Eduardo Paes, que vem fazendo um trabalho magnífico. Com essa parceria do Prefeito Eduardo Paes, do Rio de Janeiro, do Governador Sérgio Cabral, como Governador do Rio de Janeiro, com o Presidente Lula,

no governo passado, e agora no Governo da Presidente Dilma, é que está sendo possível... Por isso, sempre advoguei a tese da parceria, do trabalho em parceria. Ninguém é bom sozinho. Ninguém faz nada sozinho. O trabalho tem que ser feito em parceria. Com essa parceria do Governo Federal, do Governo Estadual do Rio de Janeiro e do Governo Municipal da cidade do Rio de Janeiro, fica possível colher esses frutos na área da segurança pública, na área da humanização das favelas, da pacificação das favelas. Em todas as áreas, o Rio de Janeiro tem despontado como modelo para o restante do País e até para outras cidades mundo afora.

Que bom seria se essas parcerias pudessem ocorrer em outros Estados brasileiros – e deve ocorrer, mas não em todos, infelizmente –, em outras cidades brasileiras! Seria muito melhor para todos os brasileiros!

Vale destacar que a 27ª Jornada deve contar com a presença de Sua Santidade, o Papa Bento XVI, naquela que será sua segunda visita ao Brasil, o que, certamente, atrairá ainda mais pessoas a um evento que, desde já, será um dos principais a se realizar no País, em 2013.

Em nome do PMDB, anuncio que a juventude do nosso Partido será devidamente representada na Jornada, com a presença de jovens peemedebistas de todo o País. Acreditamos, no PMDB, que a Jornada Mundial da Juventude oferecerá às futuras lideranças do País, católicas ou não católicas, uma oportunidade ímpar para o exercício da fraternidade, o intercâmbio com outras culturas e o fortalecimento dos melhores valores da humanidade. E essas são qualidades que valorizamos no nosso Partido e não nos podem faltar no futuro.

Finalmente, registro que neste mês de agosto, depois de vinte anos, a juventude do PMDB voltou a integrar no quadro da executiva da União Nacional dos Estudantes, UNE. Inclusive, por diversas ocasiões, recebi jovens peemedebistas do país todo em meu gabinete para tratar do assunto que, felizmente, resultou nessa integração. Eu estou muito feliz, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que os jovens do PMDB voltem, depois de vinte anos, a integrar a União Nacional dos Estudantes brasileiros, UNE, que está sempre contando com o nosso apoio, com o apoio da Executiva Nacional do PMDB.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Valdir Raupp, pelo seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à

Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, na semana passada, lembramos a passagem dos 30 anos de morte do cineasta Glauber Rocha, falecido em 22 de agosto de 1981. Gostaria hoje de juntar-me aos que renderam justa homenagem à memória deste que foi um dos personagens mais importantes e influentes da cena artística brasileira nos anos 1960 e 1970.

De fato, Senhor Presidente, é impossível falar das artes e da cultura no Brasil durante esse complexo período, que coincidiu com a ditadura militar, sem mencionar o nome de Glauber Rocha. Glauber fazia parte da geração de artistas que inclui nomes como os de Hélio Oiticica, Torquato Neto, Caetano Veloso, Chico Buarque, geração que ao mesmo tempo ampliou e deu novas direções ao rico impulso criativo que floresceu no Brasil a partir da década de 1950, com criadores como Oscar Niemeyer, Tom Jobim e Vinícius de Moraes, Haroldo e Augusto de Campos, Clarice Lispector, entre outros. Coube à geração de Glauber dar continuidade a essa explosão criativa que se seguiu ao fim da 2^a Guerra e à redemocratização – enfrentando, no processo, as grandes dificuldades postas pelo início de um novo ciclo autoritário no Brasil, logo no início dos anos 60. Foi assim que essa geração, para além de sua contribuição ao movimento das artes e da cultura nacional, prontamente assumiu o papel de resistência, com tudo o que isso implica para a criação artística.

Não é exagero dizer que Glauber Rocha foi um dos artistas e intelectuais brasileiros mais influentes daquele período. O movimento do Cinema Novo, de que é o representante mais perfeito, teve, sem dúvida alguma, um impacto relevante na evolução da arte cinematográfica na segunda metade do século XX. Com seus filmes e com sua ampla produção teórica, Glauber Rocha deixou uma marca inconfundível no cinema, inscrevendo definitivamente o Brasil na história da sétima arte.

Como figura pública, Glauber Rocha tornou-se quase um ícone. Sua figura expressiva, seu tom sempre polêmico, seu estilo muitas vezes agressivo são marcas registradas daquele período que englobou a instalação da ditadura militar, sua evolução e, finalmente, sua distensão, a partir do final da década de 1970. Muitos de nós certamente ainda se lembram de sua marcante participação no programa Abertura, da TV Tupi, um evento importante naquele momento em que o País pouco a pouco se preparava para a volta à democracia.

Glauber Rocha morreu como viveu, envolvido nas polêmicas provocadas por seu último filme, *A Idade da Terra*, e totalmente absorvido pelo trabalho criativo. Poucos meses antes de ser internado, em Portugal, já doente, trabalhava em vários projetos de roteiros. Aos 42 anos, encontrava-se em plena maturidade intelectual e artística.

Sua morte prematura privou o País de um de seus artistas, pensadores, intérpretes mais originais. Mas como sempre acontece com os grandes criadores, vai-se o homem, fica a obra.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só queria agradecer aos companheiros do Amazonas, que nos convidaram para estar no debate do Estatuto do Motorista. Mas, como nesse dia haverá um debate aqui na Casa sobre a questão dos aposentados e pensionistas, não poderei estar presente. Até porque, na quinta-feira e na sexta-feira, a Presidenta Dilma vai estar em Canoas, no Rio Grande do Sul.

Com esses esclarecimentos, vamos encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se, amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 531, DE 2011

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 531, de 2011, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais), para os fins que especifica.*

(Lido no Senado Federal no dia 17-8-2011)

Relator revisor: Senador Flexa Ribeiro (Sobrestando a pauta a partir de: 10-6-2011)

Prazo final prorrogado: 05-09-2011

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 532, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2011, que

altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; altera o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, as Leis nºs 10.336, de 19 de dezembro de 2001, e 12.249, de 11 de junho de 2010, o Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; revoga a Lei nº 7.029, de 13 de setembro de 1982; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 532, de 2011).

(Lido no Senado Federal no dia 24-8-2011)

Relator revisor: Senador Vital do Rêgo
(Sobrestando a pauta a partir de: 13-6-2011)

Prazo final prorrogado: 8-9-2011

3

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR**
(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

4

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR**
(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 475, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que fixa normas, nos termos dos incisos

III, VI e VII do **caput** e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

(Pendente de:

- leitura do parecer da CCJ;
- emissão de pareceres da CRA e da CMA.)

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010
(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.

(Pendente de:

- leitura dos pareceres da CCJ, CCT e CDH;
- emissão de parecer da CRE.)

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

7

**PROPOSTA DE
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro

signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer, sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (no 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.*

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta*

o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante a Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 127, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2011 (nº 2.818/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 24 de junho de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 741, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 128, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2011 (nº 2.861/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre Cooperação no Campo da Agricultura, assinado em Brasília, em 24 de junho de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 742, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

13

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do*

Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.

14

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.

15

REQUERIMENTO Nº 1.013, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.013, de 2011, do Senador Wellington Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2011, com o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nº 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; e 256, de 2009, por regularem matérias correlatas (royalties de petróleo).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.
Boa noite!

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 55 minutos.)

REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Artigos 13 e 43, I do Regimento Interno (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
376-M	Anibal Diniz	43, I	24 a 26.08	Licença Saúde
377-M	Garibaldi Alves	13	30.08 a 01.09	Atividade Parlamentar

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
29/08/2011
segunda-feira

- 16h30** Recebe Dom Sérgio da Rocha, Arcebispo da Arquidiocese de Brasília
Sala de Audiências
- 17h** Recebe os Editores da Revista Líder Performance, Any Regina Rothmann, Soraia Schutel e Ângelo Acorssi
Sala de Audiências
- 17h30** Recebe a Deputada Ana Arraes
Sala de Audiências

Ata da 149ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 30 de agosto de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Srª Marta Suplicy, e dos Srs. Wilson Santiago, Cícero Lucena, Geovani Borges, Jorge Viana, Eduardo Amorim, Jayme Campos, Inácio Arruda e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 21 horas e 24 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

149ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 30/8/2011 07:07:22 até 30/8/2011 21:24:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	X	DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	X	PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	X
Blcco-PF	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	X	PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	X	DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	X	PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	X
PT	ES	ANA RITA	X	X	PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X		PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PT	AC	ANÍBAL DINIZ	X	X	PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	X	X	PRB	RJ	MARCELO CHIVELLA	X	X
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X	X	DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	X	P-SOL	PA	MARINOR BRITO	X	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	X	PT	SP	MARTA SUPLICY	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X	PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X	PSDB	SC	PAULO BAUER	X	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	X	PV	RN	PAULO DAVIM	X	X
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	X	PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X	PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	X	PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	X
PT	MS	DELÍCIDO DO AMARAL	X	X	P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	X	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	X	PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X	PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X	PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X		PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X	PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X	PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	X
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	X	PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X	PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X	PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X	PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	X	PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X	PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X	PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	X
PT	AC	JORGE VIANA	X	X					

Compareceram: 75 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 524, DE 2011**

Altera a Lei nº 8.036, de 8 de maio de 1990, para dispor sobre a multa incidente sobre o montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) durante a vigência do contrato de trabalho, na hipótese de tratar-se de mulher chefe de família.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 8.036 de 8 de maio de 1990, passará a vigorar acrescido do seguinte parágrafo § 4º:

“Art. 18º

§ 4º Eleve-se em dez por cento o percentual disposto no § 1º, na hipótese de tratar-se de trabalhadora chefe de família, que percebia até 3 salários mínimos por ocasião da demissão sem justa causa.” (NR)

Art. 2º Esta lei entrará em vigor depois de transcorridos 60 dias da data de sua publicação.

Justificação

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou em 2010 relatório que demonstra a desigualdade de gêneros no mercado de trabalho. O estudo que foi elaborado com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2008 (Pnad) demonstrou que o desemprego entre mulheres é superior, quando comparado ao índice dos homens. Cerca de 19% das mulheres estão fora do mercado de trabalho contra 10,2% dos homens. Mesmo tendo mais anos de estudo, as mulheres enfrentam maiores dificuldades em se colocar no mercado de trabalho.

Aproximadamente 23,5% das mulheres em atividade ganham menos de dois terços do rendimento mediano real. Entre os homens, esse percentual cai para 15,5%. Outro problema observado foi a quantidade de mulheres no mercado informal de trabalho, apenas 46,7% das mulheres estão em alguma atividade formal.

O número de mulheres à frente das responsabilidades familiares aumentou quase 10 pontos percentuais na última década, entre 2000 e 2010 o número de famílias chefiadas por mulheres passou de 25,9% para 35%, período em que vimos crescimento de nossa família.

Somadas as atribuições de chefe da casa, a mulher também acumulou, ao longo dos anos, uma jornada de trabalho exaustiva. Juntando a carga de horas trabalhadas com as atividades exercidas ao chegar em casa, as mulheres gastam, em média, 60 horas semanais.

Uma pesquisa realizada pela Regus, constatou que mais empresas preferem contratar mulheres sem filhos. Segundo a pesquisa, no Brasil, onde 57% das empresas pretendem aumentar seu pessoal, essa tendência é ainda mais evidente, com somente 38% das empresas declarando seus planos de contratar mais mulheres com filhos. A desculpa para esse comportamento é que os empregadores estão preocupados principalmente com a possibilidade de elas tirarem licença-maternidade para dar à luz outro filho (39%) e de estarem desatualizadas profissionalmente (29%) em decorrência da dedicação à família.

Entendemos que a presente proposição vem oferecer uma proteção ainda maior para as mulheres chefes de família. Garantir que tenham reduzidas as chances de serem demitidas sem justa causa, pois hoje elas são as mais vulneráveis.

Sala das Sessões, – Senadora **Ana Rita**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.036, DE 8 DE MAIO DE 1990

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 18. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, ficará este obrigado a depositar na conta vinculada do trabalhador no FGTS os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais. (Redação dada pela Lei nº 9.491, de 1997)

§1º Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acresci-

dos dos respectivos juros. (Redação dada pela Lei nº 9.491, de 1997)

§2º Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o § 1º será de 20 (vinte) por cento.

§3º As importâncias de que trata este artigo deverão constar da documentação comprobatória do recolhimento dos valores devidos a título de rescisão do contrato de trabalho, observado o disposto no art. 477 da CLT, eximindo o empregador, exclusivamente, quanto aos valores discriminados. (Redação dada pela Lei nº 9.491, de 1997)

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, DE 2011

Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre o seguro desemprego da trabalhadora desempregada que seja chefe de família.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Art. 4º, da lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990, passará a vigorar acrescido do seguinte parágrafo § 2º, sendo renumerado seu atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 4º

§ 1º

§ 2º no caso de tratar-se de trabalhadora desempregada chefe de família, que percebia até 3 salários mínimos por ocasião da demissão sem justa causa, o período máximo será de 6 (seis) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 14 (quatorze) meses, contados da data de dispensa que deu origem à primeira habilitação.” (NR)

Art. 2º Esta lei entrará em vigor depois de transcorridos 60 dias da data de sua publicação.

Justificação

Apesar da responsabilidade e a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro terem se ampliado com o passar dos anos, as desigualdades continuam iguais. Segundo um estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Secretaria de Política para as Mulheres divulgada em 2010 as mulheres - principalmente as mulheres negras - possuem rendimentos bastante inferiores aos dos homens, mesmo tendo escolaridade superior.

Entre 1998 e 2008 observou-se um aumento considerável na proporção de mulheres que são “chefes

de família”, ou seja, que são as principais responsáveis pelo sustento do lar. Essa porcentagem subiu de 25,9% para 34,9%, que equivale a mais de um terço das famílias brasileiras. Aumentou também a parcela de núcleos formados por mães que cuidam sozinhas dos filhos: de 4,4% para 5,9%.

Mesmo trabalhando fora as mulheres continuam como as principais responsáveis pelo trabalho doméstico o que acaba por forçá-las a uma jornada de trabalho exaustiva em média superior a 60 horas semanais.

É importante notar que as mulheres que as taxas de desemprego são maiores entre as mulheres que entre os homens, principalmente as mulheres negras. Para mulheres negras, a taxa em 2008 alcançou 10,8%, em comparação a 8,3% para as mulheres brancas, 5,7% para os homens negros e 4,5% para os homens brancos, que foram menos afetados.

Por isso propomos o presente projeto de forma a garantir maior proteção a mulher chefe de família que, no caso da perda do emprego não tenha ainda mais dificuldades, visto que uma nova colocação profissional é menos rápida que para os demais trabalhadores.

Sala das Sessões, – Senadora **Ana Rita**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990.

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 4º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado, por um período máximo de 4 (quatro) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 16 (dezesseis) meses, contados da data de dispensa que deu origem à primeira habilitação. (Vide Lei nº 8.900, de 1994).

Parágrafo único. O benefício do seguro-desemprego poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, satisfeitas as condições arroladas no art. 3º desta Lei, à exceção do seu inciso II.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.078, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 258, do RISF, a tramitação conjunta das PEC's n° 58, 59, 62 e 64, todas de 2011, que dispõem sobre a garantia dos mesmos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais aos trabalhadores domésticos.

Sala das Sessões, – Senadora **Ana Rita**, PT-ES.

(À Mesa para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para uma comunicação inadiável, como segundo orador inscrito.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O segundo?

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – É. O segundo, porque a Senadora Vanessa chegou primeiro do que eu.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Espera um pouquinho.

Vanessa, você é a primeira.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Agradeço ao Senador Geovani Borges. De fato, fui a primeira e, portanto, solicito inscrição para o período de comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Terceiro?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Peço minha inscrição no horário da liderança.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Liderança, Paulo?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Espera um pouquinho. Paulo Davim, pela liderança, é o primeiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço a palavra para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É o terceiro?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O terceiro.

Obrigado, Presidente.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Se houver uma suplência, eu fico na suplência, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Se houver uma suplência, nós, com prazer, o colocaremos.

Estamos abrindo a sessão com o primeiro orador inscrito, que é o Senador Paulo Paim, pelo tempo regimental.

Por favor, Senador.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – *(Intervenção fora do microfone.)*

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Senadora Vanessa pediu a inversão. Se o senhor concorda, tudo bem. *(Pausa.)*

Então, fala, em primeiro lugar, a Senadora Vanessa, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr^a Presidenta, Senadora Marta Suplicy.

Quero agradecer a compreensão do Senador Paulo Paim em promover a permuta, visto que, daqui a alguns instantes, terei que participar de uma importante reunião da Bancada Federal do Amazonas, composta por Deputados e Senadores, cuja coordenação está a critério do Senador Eduardo Braga. Hoje, trataremos de assuntos importantes, relativos ao Estado do Amazonas.

Logo mais, também teremos, Sr^a Presidenta – é esta a razão que me traz à tribuna –, uma atividade muito importante aqui, no Senado Federal. Trata-se de uma pré-divulgação de um filme que está sendo conduzido pela cineasta Eva Neide, que reside em Los Angeles, nos Estados Unidos da América do Norte, e está desenvolvendo um trabalho muito bonito que contribuirá muito para a história do Brasil e para a história do mundo inteiro. Esse filme que está sendo conduzido, elaborado terá uma apresentação, hoje, de três minutos e meio, de apenas um tópico mostrando como acontecerá esse filme, o qual resgata a história dos soldados da borracha no Brasil.

E, Senador Eduardo Suplicy, os soldados da borracha, no período da Segunda Guerra Mundial, foram convocados assim como os combatentes, os pracinhas brasileiros, que foram combater no *front* de guerra, durante a Segunda Guerra.

Também o Governo brasileiro editou um segundo decreto. Primeiro, convocando brasileiros a se alistarem para combater e ajudar a derrotar os nazistas, fazer parte das forças aliadas. Depois publicou outro decreto que convocava brasileiros de todas as regiões para irem à Amazônia e trabalhar na extração do látex, da

borracha, visto que a escassez da borracha no período de guerra era algo preocupante. Então, houve uma grande mobilização internacional, inclusive para que o Brasil voltasse sua produção a patamares do início daquele século. Então, foram brasileiros, principalmente nordestinos, que levaram suas famílias, Senadora Marta, e foram até Amazônia para trabalhar na extração da borracha, foram viver nas calhas do rio Purus, do rio Madeira. E, sem dúvida nenhuma, pelos levantamentos históricos feitos até agora, morreram mais brasileiros na Amazônia do que no combate durante a Segunda Guerra Mundial.

Essa cineasta Eva Neide, que é descendente de um soldado da borracha, vem se dedicando há algum tempo a fazer esse filme, a contar essa história, porque, infelizmente, essa história pouco é falada e lembrada no Brasil. Os livros didáticos – e nós já encaminhamos inúmeras indicações ao Ministério da Educação – não fazem essa passagem da história.

Quero dizer que nós somos uma bancada de parlamentares, sobretudo dos Estados do Amazonas, de Rondônia, do Acre, do Pará, mas os Estados do Acre, Amazonas e Rondônia são os que mais concentram ainda soldados da borracha, pessoas com idade já muito avançada.

E são muitos os projetos de lei que tramitam e que têm como objetivo resgatar a história. Um deles estabelece o dia de homenagem ao soldado da borracha; o outro, que foi aprovado recentemente, de autoria da Deputada Perpétua Almeida, do PCdoB do Estado do Acre, considera os soldados da borracha heróis da Pátria. Isso é muito importante, porque eles saíram de todas as regiões do Brasil, mas principalmente do Nordeste, atendendo a um chamamento da Presidência da República à época, e foram trabalhar na extração da borracha, numa região que não conheciam e que sequer dominavam. Portanto, muitos morreram por conta de ataques de cobras, de animais peçonhentos, mas ajudaram, sem dúvida alguma, o Brasil e o mundo inteiro com aquele belo trabalho que desenvolveram.

Eu quero dizer que vários deles estão em Brasília hoje. Na Comissão de Educação, haverá uma apresentação de um *trailer*...

(Interrupção do som.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Se V. Ex^a permitir, eu concluo neste minuto, Sr^a Presidente.

Será feita, na Comissão de Educação, a apresentação de um breve **trailer** de três minutos e cinquenta segundos.

Eles estão em Brasília hoje mobilizados e reivindicam a aprovação da PEC n^o 556, de 2002, uma PEC de minha autoria, que apresentei na Câmara dos De-

putados e que dá a esses senhores de idade já muito avançada a mesma condição dos pracinhas de guerra.

Então, com este pronunciamento, presto não apenas uma homenagem aos soldados da borracha, mas já damos curso à nossa campanha para que essa proposta de emenda constitucional seja aprovada e justa seja feita no Brasil; para que esses homens – repito – de idade avançada tenham o reconhecimento que a Nação lhes deve.

Muito obrigada, Presidenta Marta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Vanessa.

Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Paulo Paim, pelo tempo regimental.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG. *Fora do microfone.*) Pela ordem, Sr^a Presidente.

Eu gostaria de me inscrever pela Liderança do PDT.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Zezé Perrella, estou colocando o senhor como terceiro inscrito, enquanto aguardamos o documento do Partido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Marta Suplicy, Senadores e Senadoras, pesquisa divulgada ontem, mais uma vez, reafirma, Senador Mozarildo, que a principal preocupação da população é a saúde – saúde, educação e violência.

Então, sempre é bom lembrar que a Constituição de 1988, de que fiz parte, garante que a saúde é um direito social, ao estabelecer, no art. 196:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações de serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O setor da saúde lida diretamente – não estou aqui inventando a roda – com a vida das pessoas, com o sofrimento das pessoas, exigindo, portanto, de cada um de nós, Parlamentares, autoridades, profissionais, enfim, o povo brasileiro em geral, um esforço para que as ações de saúde sejam aprimoradas e melhoradas. A sociedade brasileira clama, mais uma vez, mediante essa pesquisa, para que o Congresso Nacional aprove a Emenda n^o 29.

Eu falo com muita tranquilidade da Emenda n^o 29, porque o Senador Tião Viana, do Acre, foi quem construiu a Emenda n^o 29, e nós aprovamos nesta Casa. Eu não posso negar algo que eu já votei e aprovei. A Emenda n^o 29 é que vai garantir que 10% das receitas

brutas da União sejam destinadas à saúde; Estados, 12%; e Municípios, 15%.

Temos também que lembrar que seria fundamental, na votação da DRU agora, como fizemos na questão da educação, que garantíssemos que aqueles 20% que saem da seguridade e, conseqüentemente, da saúde e da assistência ficassem na fonte original do recurso da peça orçamentária, que, pelos meus cálculos, daria mais ou menos R\$50 bilhões a mais na saúde.

Como membro da Frente Parlamentar Mista da Saúde, reitero meu compromisso pela saúde pública e universal gratuita e de qualidade para todos. O Brasil, oitava economia do mundo, que todos apontam que daqui a dez anos poderá ser a quinta economia do mundo, não pode continuar com essa situação gravíssima na questão da saúde.

Sei que houve um debate sobre esse tema inclusive junto às instâncias de Governo. E o que foi dito? “Apontem mais fontes de recursos.” Eu não tenho problema nenhum. Vamos discutir o que quiser como fonte de recursos, mas que tem que haver mais investimentos na saúde, tem que haver. Não dá para continuar assim.

Eu me lembro que, recentemente, aprovamos na Comissão de Direitos Humanos uma visita aos hospitais. Solicitaram-nos que esperássemos um pouco mais. Estamos esperando. Mas é preciso, efetivamente, que aconteça esse movimento, porque a saúde não pode esperar, as vidas não podem esperar.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paim, pode me conceder um aparte?

A Srª Marinor Brito (PSOL – PA) – Pode depois me conceder um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paim, quero cumprimentar V. Exª pelo tema, porque realmente dá para ficarmos um pouco perplexos quando se discute essa questão da saúde e vem esse argumento de que se tem de indicar fonte de recurso para poder financiar a saúde. V. Exª citou aí a DRU. Tire, portanto, uma parte da DRU para ficar na saúde e na seguridade, e já se tem uma fonte. Outras fontes. Há vários projetos e, se consolidarmos esses projetos... Por exemplo, loterias, não vai um tostão para a saúde, mas vai para eventos culturais, etc. E as contribuições, que são exclusivas para o Governo Federal? Então, o que acho que temos de discutir é, diante dos tributos e das fontes que já temos, remanejá-las para aplicar na saúde, e não pensar em criar um novo tributo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Marinor.

A Srª Marinor Brito (PSOL – PA) – Eu queria parabenizá-lo, Senador Paim, por trazer mais uma vez aqui um tema que é o tema do Brasil. É o tema necessário para pensar a dignidade humana do povo brasileiro. Sem um sistema único de saúde que funcione e que atenda às necessidades do povo trabalhador deste País e da sociedade como um todo, nós não temos a menor possibilidade de pensar em dignidade, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A Srª Marinor Brito (PSOL – PA) – Eu trouxe essa questão na semana passada, com muita revolta, com muita indignação, e, talvez, se me dedicasse exclusivamente a esse tema, eu tivesse de fazer isso todos os dias, porque todos os dias morre gente no meu Estado por negligência, por falta de atendimento, por falta de estrutura, por falta de condições mínimas de atendimento no Sistema Único de Saúde. Agora, não é justo – V. Exª tem razão – aumentar a carga tributária do povo brasileiro. Não é justo! Não é justo taxar o povo brasileiro. Nós temos de ampliar e taxar as grandes fortunas deste País. V. Exª tem um projeto de lei que tramita aqui. O Deputado Ivan Valente tem um projeto que tramita lá na Câmara dos Deputados. Por que não taxar as grandes fortunas? Ficar buscando alternativas... Ou então, Senador, se não quer mexer com essa parte da elite por opções políticas de governo, tire um pouquinho, tire 1% do pagamento da dívida pública, que absorve hoje 50% dos recursos orçamentários deste País. Então, parabéns a V. Exª. Eu sou daquelas que não desistem de lutar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós não desistimos.

A Srª Marinor Brito (PSOL – PA) – V. Exª é parceiro nessa caminhada de luta pela dignidade humana, pela condição humana de vida. Nós não podemos aceitar esse tipo de provocação. Eu, pelo menos, me rebelo diante desse tipo de provocação do Governo, que tem milhares de assessores Brasil a fora e ainda fica mandando os Senadores apontarem a fonte de renda. Eu estou apontando: reduz o dinheiro do pagamento da dívida pública e aplica na saúde do povo brasileiro. Obrigada, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu vou passar a palavra em seguida ao Senador Paulo Davim. Peço apenas que me permita fazer um registro – Senador Ricardo Ferraço, vou me dirigir a V. Exª –, porque recebi aqui informações sobre a importância da regulamentação da profissão de comerciante.

Falo aqui em meu pronunciamento da boa vontade de V. Exª como relator. V. Exª já me informou, e eu informei a eles, que o seu parecer ainda não está pronto porque eles não deram as contribuições que

queriam dar. Então, quero cumprimentar V. Ex^a como relator e dizer para as entidades dos comerciários que tenho certeza de que, se depender de V. Ex^a, a regulamentação da profissão acontecerá.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – Nós estamos, na prática, Senador Paulo Paim, basicamente aguardando que todos os segmentos dessa importante categoria de trabalhadores brasileiros possam construir uma convergência, um entendimento, um consenso em torno do tema, para que nós possamos relatar essa matéria, que vai representar um avanço muito grande na estabilidade dos trabalhadores comerciários em todo o País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ricardo Ferraço. Foi essa a resposta que eu dei para eles.

Senador Paulo Davim, por favor, V. Ex^a havia pedido um aparte para falar sobre a saúde.

O Sr. Paulo Davim (Bloco/PV – RN) – Senador Paim, quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento que faz agora. Serei breve para não diminuir ainda mais o seu tempo. Quero apenas me somar às suas palavras. Acho realmente que a Emenda nº 29 é o anseio a sociedade brasileira, é o anseio de todos os profissionais que pensam e que fazem a saúde no Brasil e é, sobretudo, uma necessidade do povo brasileiro. A Emenda nº 29 corresponde a mais recursos para a saúde e, mais do que isso, estabelece obrigações orçamentárias com a saúde entre União, Estados e Municípios, e determina o que é atividade-fim e o que é atividade-meio. Portanto, precisamos votar a Emenda nº 29, como também precisamos abrir um debate para discutirmos fontes de financiamento para a saúde. Só não podemos ficar na passividade, achando que vivemos dias sem problemas na saúde – ao contrário: vivemos num mar de problemas. Parabéns por seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex^a. Quero dizer que concordo, na íntegra, com seu aparte.

Sr^a Presidente, para terminar, recebi três apartes em meus dez minutos, o que é bom, e sei que outros estão esperando para falar. Só quero fazer mais um registro.

Na região do litoral norte do meu Estado, os Municípios de Tramandaí e Imbé estão, há muitos anos, há três décadas, sofrendo com as dificuldades para o desenvolvimento turístico e da economia, baseada na pesca artesanal. A potência turística do rio Tramandaí e as catorze lagoas que a interligam estão praticamente inexploradas devido à dificuldade de navegação...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para concluir, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O que estou pedindo aqui é que haja um olhar do Ministério do Turismo para essa região. Eles apresentaram uma série de demandas junto àquela Pasta diretamente – não foi emenda parlamentar – que espero possam ser atendidas.

Assim, Sr^a Presidente, desejo todo o sucesso aos Municípios de Tramandaí e Imbé, pelo movimento que estão fazendo no sentido de fortalecer o turismo no nosso litoral norte.

Peço a V. Ex^a que considere, na íntegra, os três pronunciamentos, já que eu aqui os resumi, de forma muito rápida.

Obrigado a V. Ex^a e aos três Senadores que me apartearam.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sempre é bom lembrar que Constituição de 1988 garante que a saúde é um direito social ao estabelecer em seu Artigo 196 que é um, abre aspas, “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, fecha aspas.

O setor de saúde lida diretamente com a preservação da vida e com o sofrimento das pessoas, exigindo, portanto, de cada um de nós, parlamentares, autoridades, profissionais do setor e cidadãos brasileiros em geral, um esforço para que as ações de saúde sejam continuamente aprimoradas.

A sociedade brasileira clama para que a Câmara dos Deputados, assim como já fez o Senado Federal, aprove a regulamentação da Emenda 29 que estabelece que a União terá que destinar para a saúde 10% das receitas correntes brutas; Estados 12% da arrecadação dos impostos, e municípios, valor igual ou superior a 15%.

Além da emenda 29, que traria um grande aporte de recursos para a saúde, com a retirada da DRU (Desvinculação das Receitas da União) teríamos mais de R\$ 50 bilhões de reais para investir na seguridade social (saúde, assistência e previdência)

Como membro da Frente Parlamentar Mista da Saúde, reitero o meu compromisso de lutar por uma saúde pública universal, gratuita e de qualidade que vá ao encontro dos anseios e desejos da nossa gente.

O Brasil como a 8ª economia do mundo não pode mais esperar e aceitar que o seu sistema de saúde continue com poucos recursos e a sua população sofra pela falta de um sistema de saúde eficiente.

Temos sim que promover avanços e isso requer consciência e decisão.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo lembrar hoje, da necessidade de estabelecermos parâmetros adequados para o exercício da atividade profissional de comerciante. Precisamos regulamentar a Profissão de Comerciante!

Eu me sinto muito feliz por abrir ao debate esta questão, que faz parte da luta árdua e de muitos anos destes trabalhadores, pessoas de tamanha importância e que colaboram para o contínuo desenvolvimento da economia de nosso país!

São milhões de trabalhadores incluídos na atividade do Comércio, mas até a presente data ainda não foram beneficiados com um diploma legal, um diploma que regule a profissão de Comerciante!

Com isso, outras questões tenderão a se organizar, como por exemplo, a qualificação dos profissionais, o valor do salário, o horário de trabalho, aposentadoria, etc.

Devido ao aumento da atividade econômica, o comércio passou a abrir aos domingos, dia este, tradicionalmente de descanso e de convívio em família, e isso tornou-se um problema para os comerciantes, ou seja, muitas famílias chegaram a se desintegrar, filhos quase não reconhecem mais os pais, momentos de lazer foram suprimidos. Sabemos que é importante a geração de mais empregos e isto deverá ser sempre incentivado, mas o que não se pode admitir é a extensão da jornada de trabalho por até 12 horas consecutivas ou mais, como ocorre em muitos casos.

A atividade comercial exige a participação do comerciante e não deve somente ser regulada apenas pelo detentor do capital, o empresário, deve-se deixar de lado apenas a visão calculista do lucro pelo lucro e passar a estimular uma mão de obra mais bem qualificada e mais satisfeita com a atividade que executa.

Assim, os trabalhadores se sentirão mais valorizados e amparados legalmente, como outras categorias já são. Esta proposição encampa o sentimento dos comerciantes, manifestado por suas entidades representativas e representa um alerta sobre a situação de absoluta desregulamentação que vive o setor.

Sr. Presidente! Por isso precisamos regulamentar a Profissão de Comerciante!

Cabe lembrar que ela já foi aprovada no Congresso Nacional dos Trabalhadores do Comércio, promovi-

do pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio – CNTC.

Faço questão de destacar o Projeto de Lei que apresentei nesta Casa Legislativa – PLS 115 de 2007, que se encontra na Comissão de Assuntos Sociais aguardando o parecer do Relator, Ricardo Ferraço, do Espírito Santo. Ele tem demonstrado muita boa vontade e inclusive está esperando a presença da categoria, conforme combinado comigo.

Quero pedir o apoio de Vossa Excelência e dos demais Senadores e Senadoras para a aprovação deste Projeto!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a região do litoral norte do estado do Rio Grande do Sul, especificamente os municípios de Tramandaí e Imbé, vêm há muitos anos, talvez mais de três décadas, sofrendo com as dificuldades para o desenvolvimento turístico e da economia baseada na pesca artesanal devido ao assoreamento do Rio Tramandaí, ou seja, o acúmulo de areia no fundo do rio.

A potência turística do Rio Tramandaí e as 14 lagoas que a interligam estão praticamente inexploradas, devido à dificuldade de navegação, até mesmo os tradicionais eventos náuticos deixaram de ocorrer.

Os barcos de passeios turísticos de Tramandaí e Imbé vêm ano a ano diminuindo o seu calado, ou seja, a profundidade mínima de água necessária para a embarcação poder navegar e mesmo assim não conseguem levar os turistas por mais de 5 KM da ponte Garibaldi.

Os pescadores e suas famílias, que foram os primeiros a povoarem essa região devido a fartura de peixe na época, já estão em extinção. Não temos mais pescadores que sobrevivem somente da pesca, pois devido à escassez do peixe, dividem suas atividades com construção civil, comércio em geral e principalmente, acabam por ficar empregados, trabalhando nas prefeituras locais, diante do desemprego.

Sr. Presidente, este relato que aqui dei, chegou às minhas mãos através dos vereadores Clayton Ramos, do PT de Tramandaí, José Paulo Firme da Rosa, do PTB, de Imbé, e dos militantes sociais Márcio Espíndola e Pierre Emerim da Rosa.

Segundo eles, há falta de continuidade dos governos, o desinteresse dos órgãos governamentais em discutir as soluções exigidas ao caso para se obter uma maneira política correta, inclusive na proteção da natureza.

A população daquela importante região gaúcha espera um maior interesse das autoridades e órgãos responsáveis. Da minha parte podem ter certeza que já tem o meu apoio e engajamento a fim de garantir

uma solução para o problema e, assim, garantir uma melhor qualidade de vida aos cidadãos e cidadãs do litoral norte do meu estado.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Paim. V. Ex^a será atendido na forma regimental. O aparte sempre é uma gratificação para quem está falando, mas acaba roubando um tempinho. Mas acho que, no frigar dos ovos, vale a pena, porque é sempre importante e acrescenta.

Com a palavra o Senador Paulo Davim, pela liderança do seu Partido, o PV.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, recentemente, nesta Casa, realizamos uma justa homenagem ao escritor, pesquisador e folclorista potiguar Luís da Câmara Cascudo. Como ele, tivemos e temos no meu estado do Rio Grande do Norte homens que dedicaram parte de suas vidas aos estudos da cultura popular, como Veríssimo de Melo, já falecido, e Deífilo Gurgel, um ferrenho defensor e estudioso, como ele próprio diz, “ousado” por ter levado para as discussões acadêmicas, por diversas vezes, a temática e a riqueza de nossa cultura popular. Dados do IBGE dão conta que em mais de 70% dos nossos municípios existe algum tipo de manifestação oriunda do povo, levando o Rio Grande do Norte ao 3º lugar no ranking nacional quando o assunto é cultura popular.

Pois bem, diante da riqueza oferecida pelo estado em suas manifestações artísticas populares, o Governo do Estado, sob a idealização e coordenação geral da Secretaria Extraordinária de Cultura do RN – contando com ações de outras Secretarias e parceiros como Universidades Públicas e Privadas, sociedade civil organizada, órgãos públicos municipais e a iniciativa privada, está promovendo até o próximo domingo, 4 de setembro, um programa chamado “Agosto da Alegria”. Esse programa teve início no dia 1º e tem como objetivo principal valorizar a vasta cultura popular existente e fazer uma interseção com o turismo local, já que agosto é um mês de entressafra.

Durante todo o mês de agosto e um pedaço de setembro a capital potiguar se vestiu e ainda se veste com as cores do nosso folclore, dos nossos folguedos, deixando-se envolver pela alegria dos brincantes e pela sabedoria dos convidados. Um dos grandes nomes desse evento é o do paraibano Ariano Suassuna, que deu uma aula espetáculo, em plena praça, para um público de mais de duas mil e quinhentas pessoas – das mais variadas idades. Além dele, outros convidados ilustres já passaram pelo Agosto da Alegria, como Jorge Aragão; Antônio Nóbrega; Paulinho da Viola; o Balé Popular do Recife; o Grupo de Expressões Fol-

clóricas Cheiro do Pará; os cineastas Walter Carvalho e Ney Santanna, que exibiram documentários sobre a cultura popular; as Ceguinhas da Paraíba, conhecidas nacionalmente pelo documentário “A Pessoa é para o que nasce”; além de outras figuras expressivas da cultura popular, como o pintor norte-riograndense de arte ingênua, radicado há quase 40 anos em Goiás, Fé Córdula, e o arquiteto natalense, radicado no Recife, Carlos Augusto Lira, responsável pelas intervenções urbanas no carnaval multicultural de Recife, que foi falar sobre sua experiência em aliar arquitetura à cultura popular.

Para que pudesse acontecer e contemplar diversas linguagens, o Agosto da Alegria elencou 11 eixos temáticos: Folclore; Parafolclore; Artesanato; Gastronomia; Discussões Acadêmicas; Cultura Afro-Brasileira; Publicações; Audiovisual; Artes Visuais; Artes Cênicas e Música. Dessa forma, durante todo o mês de agosto, o público estimado em um milhão de pessoas pôde assistir a cerca de 400 apresentações, exposições, palestras, shows musicais e muitas outras atividades.

Como os colegas senadores devem saber, no dia 22 do mês de agosto se comemora o Dia Mundial do Folclore. Naquela semana, o Agosto da Alegria dedicou-se aos Folclores e Brincantes e teve apresentações de importantes grupos locais e de outros estados brasileiros, como o Pastoril, o Boi de Reis, o Grupo Araruna de Danças Desaparecidas ou Semidesaparecidas, os Congos de Calçola, o Maracatu, dentre muitos outros.

Agora nesta última semana do Agosto da Alegria, o Governo do Estado promove dois eventos simultâneos: A Feira de Artesanato Potiguar, que reunirá o trabalho de mais de 7 mil artesãos do Rio Grande do Norte e o Festival Gastronômico Sabor Potiguar, que vai mostrar toda nossa riqueza e tradições gastronômicas.

Eu disse inicialmente que o mês de agosto era, na perspectiva turística, um mês de entressafra. Pois bem, ERA, porque com um evento como esse, que já em sua primeira edição tem tirado o público de casa, enchendo espaços e praças públicas com milhares de pessoas, com atividades sempre gratuitas, é realmente um programa de Governo consolidado. E, tenho certeza, nos próximos anos só tenderá a se fortalecer e colocar o Rio Grande do Norte na agenda nacional de eventos culturais, a exemplo de outros, como o Natal em Gramado (RS); a Paixão de Cristo, em Nova Jerusalém (PE); o Boi de Parintins, no Amazonas. Portanto, quero parabenizar a iniciativa do Governo do Estado, na pessoa da governadora Rosalba Ciarlini, a Secretária Extraordinária de Cultura, Isaura Rosado, demais Secretarias de Estado envolvidas no Programa Agosto da Alegria, que tem enchido de orgulho nosso Estado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Mozarildo, pelo tempo regimental.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Marta Suplicy, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu tenho aqui, repetidas vezes, mostrado a minha preocupação com a situação do meu Estado, Estado pelo qual nós lutamos muito como Constituintes, para transformá-lo de Território em Estado, justamente na esperança de termos cidadania, de sermos cidadãos de melhor categoria.

V. Ex^a, Senador Geovani Borges, que conosco lutou por essa transformação, sabe que Amapá e Roraima viviam como capitânias hereditárias: um período com indicações políticas alienígenas, fora do Estado; e, depois, por indicações, no período militar, numa divisão entre as três Forças Armadas. O certo é que, transformado em Estado, muitas coisas melhoraram, mas, no meu Estado, de 2007 para cá – portanto, estamos caminhando para quatro anos –, nós temos tido, lamentavelmente, retrocessos, marasmo.

Todos os dias os jornais dão notícias. Hoje, por exemplo, li que os produtores pararam de fornecer. Ontem o Ministério da Agricultura proibiu a saída de produtos agrícolas do Estado. Por quê? Porque há um desgoverno, porque há um Governador que não está preocupado em administrar. Primeiro, porque não tem competência; segundo, porque está cassado e não está preocupado, portanto, com o futuro do Estado, mas com o futuro do tempo que ele passará ainda como Governador. Portanto, o Estado está como uma nau sem rumo.

Ontem eu tive uma audiência com a Ministra Gleisi Hoffman e eu disse a ela justamente que era chegada a hora de o Governo Federal, depois de passado um período em que a agenda para Roraima foi sempre de restrições, de demarcação de terras, sejam ecológicas ou indígenas, enfim, um período em que o Governo não repassou as terras para o Estado, era chegada a hora de ter uma agenda positiva. Isto, aliás, nós pregamos na campanha: que a Presidente Dilma teria uma agenda positiva para o Estado.

Levei para a Ministra alguns pontos que considero fundamentais. Primeiro, se o Governo Lula demarcou uma reserva indígena imensa, que é a reserva de Raposa Serra do Sol, cumpre agora fazer o depois, que é, primeiro, um programa de atendimento aos que foram excluídos da reserva – e foram quatrocentas famílias, Senador Geovani –, que não foram sequer indenizados ou reassentados. A mesma coisa aconteceu com os índios que ficaram lá, que são de várias etnias, de

várias organizações: não há também um programa de desenvolvimento para eles. Por fim, nessa área de Raposa Serra do Sol, a construção de uma hidrelétrica que teria dois vieses: no caso das comunidades indígenas, primeiro, eletrificar toda a região, segundo, que parte dos lucros com geração de energia que iria abastecer o Estado reverta em benefício das comunidades indígenas; o outro ponto é uma melhor atenção, o que, aliás, vê-se que acontece com todos os Municípios da faixa da fronteira, mas, notadamente no meu Estado, há descaso com os Municípios. Então pedi um olhar especial para a Prefeitura de Boa Vista e todos os Municípios do interior.

Terceiro item, que afeta também V. Ex^a, que vive lá no Estado do Amapá: a questão dos funcionários públicos civis e militares que eram do ex-território e estão numa situação injusta, porque nem têm o enquadramento equivalente ao de funcionário federal – e são funcionários federais, mas estão num quadro em extinção –, nem têm também a equiparação, por exemplo, com os servidores do Distrito Federal.

Outro item: botar para funcionar as áreas de livre comércio que estão criadas, mas não funcionam, e a zona de processamento de exportação que também, por questão apenas de burocracia e de falta de investimento, não vai à frente, portanto, não gera empregos.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Se V. Ex^a puder me conceder...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Em seguida, terei o maior prazer em ouvir V. Ex^a.

Mas o último item da proposta eu levei à Ministra Gleisi, obviamente para que ela leve à Presidente Dilma. Aliás, quando tivemos uma reunião com a Bancada do PTB, falei para a Presidente Dilma que ela precisava ter uma agenda positiva para o meu Estado. E o último item foi justamente o quê? O aperfeiçoamento e o incremento dos mecanismos de comércio e relação fronteiriça com a Venezuela e com a Guiana.

Senador Geovani, nós estamos geograficamente incrustados dentro da Venezuela e da Guiana e não temos nenhum tipo de incentivo. E, pior, até os minérios produzidos em Roraima são descaminhados. Por exemplo, temos notícias concretas de que o diamante que é produzido como da Guiana, na verdade é extraído no rio, no lado brasileiro. Então, é preciso realmente que haja essa agenda positiva e a Presidente Dilma se debruce sobre isso.

Com aquele governador não podemos contar! É preciso que haja um plano federal, com apoio às prefeituras; com incentivo a esses órgãos que são fundamentais: instituições como área de livre comércio e área de processamento de exportação; e o incremento do comércio exterior. Sem isso, realmente o Estado não

vai progredir e, pior, só vai andar para trás, com esse Governador cassado que está lá.

Senador Geovani, com muito prazer eu ouço V. Ex^a.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Eu agradeço a oportunidade que V. Ex^a me proporciona neste momento, porque tenho acompanhado com muita atenção as posições levantadas por V. Ex^a no que diz respeito ao seu querido Estado de Roraima e também do Amapá, onde lutamos juntos na qualidade de ex-Deputados Constituintes, pela transformação de território para estado. Então, os problemas são semelhantes. V. Ex^a tem feito denúncias muito graves desta tribuna e me causa espécie que também no Amapá nós tenhamos sofrido várias incursões de processos da Polícia Federal, se não me engano, 31 operações, com mais de 300 pessoas presas. O Amapá tem sido, assim, passado a limpo. Eu não tenho nada contra, porque acho que tudo deve ser devidamente apurado e condenados os culpados. Mas até agora, no Amapá, as coisas continuam em aberto. No seu Estado, V. Ex^a denuncia a corrupção a olhos vistos. Eu conheço V. Ex^a e sei que é uma pessoa séria, correta. Eu tenho orgulho de dizer que sou seu companheiro aqui no Senado e fui seu companheiro também na Câmara dos Deputados. Sei da seriedade de V. Ex^a, que em momento algum, ao longo da sua trajetória – que eu conheço – política foi leviano. E me assusta que até agora nenhuma providência foi tomada. Mas V. Ex^a continua firme, forte; recebe ameaças, porque eu tenho conhecimento, tem sido um verdadeiro tribuno corajoso nesta Casa. Eu quero hipotecar minha solidariedade a V. Ex^a. Inclusive nós já apresentamos PECs e V. Ex^a já apresentou outras iniciativas legislativas para contornar essa situação. Somo com V. Ex^a na perspectiva de a nossa Presidenta Dilma se sensibilizar e fazer uma pauta positiva para essas áreas de fronteira, tanto do Amapá quanto de Roraima. Parabenizo V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Agradeço a V. Ex^a e quero dizer, inclusive como Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que tenho feito um trabalho justamente para, de um modo global, tentar resolver essa questão. Mas especificamente no meu Estado eu entendo que é preciso, sim,...

(A Sr^a Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – ... que a Presidente olhe com carinho e faça essa pauta positiva. Então eu espero que nós possamos ter êxito, porque a Presidente é uma pessoa que sabe administrar, que tem compromisso com a verdade, que não compactua com a corrupção.

Portanto, eu espero só que, dentro de pouco tempo, o Tribunal Superior Eleitoral casse esse governador e nós possamos passar a viver um novo momento.

Sr^a Presidente, eu quero apenas, para deixar registrado nos Anais, pedir a transcrição do *paper* que eu deixei com a Ministra Gleisi sobre a audiência que eu tive ontem.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

AUDIÊNCIA MINISTRA GLEISI HOFFMANN

- 1 – Reserva Indígena Raposa Serra do Sol.
 - 1.1 – Programa de atendimento aos excluídos da RIRSS.
 - 1.2 – Programa de desenvolvimento étnico-social dos indígenas levando em conta suas diversidades e organizações.
 - 1.3 – Construção da hidrelétrica do rio Cotingo (cachoeira do Tamanduá), objeto do PL n° 2.540, de 2006, na CD, como forma de aporte de recursos financeiros e de eletrificação das comunidades.
- 2 – Prefeitura de Boa Vista (capital) e outras prefeituras do interior.
- 3 – Funcionários públicos civis e militares do ex-Território Federal de Roraima.
- 4 – Áreas de Livre Comércio (ALE) e Zona de Processamento de Exportação (ZPE)
- 5 – Aperfeiçoamento e incremento dos mecanismos de comércio e relação fronteiriça com Venezuela e Guiana.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Mozarildo.

Com a palavra... Senador Suplicy, o Senador Geovani vai ser orador inscrito. Como ele também pediu para ser, estou comunicando que há uma vaga. Como o senhor está na frente, pode vir. Há dois. Ele está no lugar do Geovani. Depois, você, em terceiro. Pode ser qualquer um dos dois, porque há uma vaga.

Então, agora, comunicação inadiável.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr^a Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ocupo mais uma vez a tribuna do Senado da República, a Casa que constitucionalmente tem a responsabilidade, a tarefa e a prerrogativa de defender os Estados federados, em razão, pelo menos até aqui, em princípio, da votação que temos programada para o dia 16

de setembro, no Congresso Nacional. Na oportunidade estaremos apreciando o voto do Presidente Lula à Emenda do ex-Deputado Federal Ibsen Pinheiro, que, ao arrepio da lei, propõe uma divisão, sem diferenciar, sem contemplar, sem considerar os impactos da extração do petróleo nos Estados confrontantes, nos Estados produtores. Ao arrepio da lei e da Constituição, em vários dos seus aspectos, mas citaria dois.

O art. 20 da Constituição Federal, que preserva aos territórios confrontantes, aos Estados produtores, uma participação diferenciada na distribuição dos **royalties** do petróleo, assim como a mesma emenda determina por parte do Governo Federal uma compensação por parte do Poder Executivo. Ou seja, o Poder Executivo teria a responsabilidade de fazer a compensação, mas a Emenda não estabelece fonte de receita para essa compensação.

Estamos fazendo um esforço muito grande aqui no Senado da República. Quero, inclusive, cumprimentar o Senador Wellington Dias, que tem feito todo o esforço, que tem sido absolutamente acolhedor, ouvindo os Estados não produtores, mas também ouvindo os Estados produtores, como é o meu caso, que represento aqui no Senado Federal o Estado do Espírito Santo, que é produtor de petróleo no seu território há quase 40 anos, mas, somente nos últimos quatro ou cinco anos, teve a sua produção acelerada, intensificada, alcançando, tudo indica, até o final de 2011, quem sabe, 300 mil barris de petróleo por dia de produção.

A minha manifestação é de confiança, no sentido de que o Senado da República, que tem a responsabilidade da unidade nacional, que tem a responsabilidade de construir a solidariedade entre os Estados federados, possa, de fato, avançar para a construção de uma matéria que possa convergir, construir o consenso necessário.

Estamos fazendo isso através das Comissões de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura, tivemos reuniões na semana passada, amanhã teremos outra importante reunião, oportunidade em que estaremos recebendo os Governadores Renato Casagrande, do meu Espírito Santo, e também o Governador Sérgio Cabral, do Estado do Rio de Janeiro.

A minha expectativa é que, nos próximos dias, possamos intensificar ainda mais, possamos estar ainda mais debruçados sobre esse tema, que é muito importante, um tema que não pode continuar dividindo o País entre Estados produtores e Estados não produtores. É necessário – e falo isso como capixaba, falo isso como Senador que representa um Estado produtor de petróleo, Senador Zezé — porque há o reconhecimento acerca da necessidade de fazermos uma distribuição equilibrada, de fazermos uma distribuição que

possa contemplar o conjunto dos Estados brasileiros, mas uma distribuição que tenha como limite o respeito aos impactos que os nossos territórios, que os nossos Estados sofrem em razão da extração do petróleo.

Não acredito que este será um debate que nós estaremos vencendo na bravata ou na força, até porque...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Até porque, acima da força e da bravata, está o diálogo, está a construção do consenso, está a necessidade de caminharmos ou de continuarmos caminhando pelo equilíbrio.

Essa é a manifestação que faço nesta hora em que chamo a atenção, mais uma vez, dos Senadores da República para a necessidade do consenso, da convergência e de uma proposta que possa, em lugar de dividir o País, unificá-lo e considerar o conjunto dos interesses dos Estados produtores, mas também considerar a necessidade equilibrada de uma distribuição dos **royalties**.

Muito obrigado Sr^a Presidente, muito obrigado Sr^s e Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada Senador Ferrazzo.

Com a palavra o Senador Geovani, em permuta com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Senadora Marta Suplicy, que preside esta sessão, antes de fazer o meu pronunciamento, gostaria de solicitar à Mesa que submetesse ao Plenário um voto de pesar à família enlutada do Sr. Heitor de Azevedo Picanço, que faleceu ontem, dia 29, segunda-feira, às 13 horas, aos 87 anos de idade. Tive o privilégio de tê-lo como professor no segundo grau do Colégio Comercial do Amapá. Ele foi prefeito de Macapá, por duas vezes, foi prefeito de Santana, por uma vez, tesoureiro geral do nosso querido ex-Território do Amapá. Teve nove filhos, a Eleni, a Francisca, a Eliana, o Helder, o Herbert, o João, o Heitor Júnior, já falecido, o meu querido Badu Picanço, que foi Deputado Federal por duas vezes, seu irmão Roberval Picanço, que foi Deputado Estadual, por dois mandatos.

Estou encaminhando requerimento à Mesa, solicitando apreciação do Plenário. E à família ficam aqui os nossos sentimentos da tribuna do Senado.

Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, permitam-me registrar a ocorrência de um dos eventos mais tradicionais do Estado do Amapá, já na sua 31ª edição: A Caminha Alexandrina, que aconteceu nesse fim de semana, em Macapá.

A cada ano um tema é selecionado para servir de mote à mobilização essencialmente estudantil. Este ano, o tema, mais que bem-vindo, foi a acessibilidade, chamando a atenção de todos para os clamores das pessoas que possuem algum tipo de necessidade especial.

O evento é uma iniciativa oriunda da Escola Estadual Alexandre Vaz Tavares e já faz parte do calendário de programação escolar e até mesmo do Estado do Amapá e leva para as ruas organizações não governamentais e governamentais, entidades privadas e, sobretudo, os estudantes.

A Caminhada Alexandrina surgiu na década de 80, pelo desejo de um professor de Educação Física que se preocupava com a qualidade de vida dos estudantes e decidiu transformar essas preocupações numa mobilização reflexiva sobre os temas que afetam a vida em sociedade.

Eles já caminharam em favor de várias pregações. Ora em favor da importância do trabalho, ora pelo valor das atividades físicas; em outra ocasião, pela qualidade de vida dos idosos, ou combatendo as drogas e a prostituição infantil.

O Senador Gilvam Borges fez várias caminhadas nesse movimento estudantil.

E este ano trataram da acessibilidade, num esforço louvável de mostrar que as pessoas com algum tipo de deficiência não precisam e não querem ser vistas como coitadas que nada podem produzir.

Pelo contrário, a força dessa mobilização juvenil nos dá o sinal de todo o potencial que o ser humano traz em si, seja ou esteja ele fisicamente perfeito ou não.

Na verdade, o tema da acessibilidade já vinha sendo trabalhado com os alunos desde o início do ano e a culminância desse projeto foi justamente a caminhada.

É importante que se diga que todos os dias a gente se depara com escadas, elevadores inadequados, vagas apertadas nos estacionamentos, calçamento inadequado nas ruas, falta de rampas e de outros facilitadores de acesso.

E o pior, a gente se acostuma com essa inadequação. Mas é justamente esse cenário que exclui pelo menos um em cada 14 brasileiros com determinados tipos de deficiência física, seja ela definitiva, seja circunstancial.

Desenvolver a acessibilidade em um ambiente é promover condições de mobilidade com autonomia, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas cidades. A acessibilidade é um direito de todos, de ir e vir, uma conquista social. Quando um espaço é construído acessível a todos, ele oferece oportunidades iguais.

E talvez essa noção, essa sensibilidade possa ser despertada a partir da consciência de que a dificuldade não existe só para os cadeirantes, para a pessoa que usa muletas ou próteses. Existem pessoas com mobilidade reduzida e temporária, gerada por diversos fatores, tais como idade, gravidez, deficiência auditiva ou visual e acidentes, que levam as pessoas temporariamente a ficar com dificuldades de locomoção.

Então, é todo um conjunto que precisa ser pensado e adequado porque isso faz parte do desenvolvimento sócio-cultural, dos princípios de respeito e, sobretudo, de amor ao próximo.

Todos nós devemos ter condições de chegar aonde queremos, andar pelos passeios sem impedimento, os cadeirantes podendo ir e vir pelas ruas sem transtorno, acesso ao transporte coletivo garantido, sem constrangimentos, entre tantos outros direitos do cidadão.

A acessibilidade é uma condição básica para a inclusão social das pessoas com deficiências ou que tenham necessidades especiais. Daí a importância que quero atribuir a essa iniciativa lá na capital do meu Estado, provida pela força e pelo idealismo da juventude e de um professor que um dia teve a coragem de sonhar para seus alunos a perspectiva de um mundo melhor.

Parabéns, portanto a todos os que participaram e ajudaram a promover mais uma edição da Caminhada Alexandrina, por mostrar a força de mobilização que o nosso povo tem.

Muito obrigado, era este o nosso registro desta tarde.

E, para concluir o meu pronunciamento, uma homenagem muito especial ao meu querido professor Heitor de Azevedo Picanço, que fez história na época em que o Amapá ainda era território.

Ao Deputado Badu, Deputado Roberval e sua família, as nossas sinceras condolências.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Geovani Borges.

Concedo a palavra à Senadora Marinor Brito, pela Liderança do PSOL.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos e a todas, Senadora Marta Suplicy, falo aqui em nome da Liderança do PSOL, do Senador Randolfe, do próprio PSOL do Brasil inteiro, dos nossos militantes, dos ecossocialistas do PSOL, de todos aqueles que defendem um desenvolvimento sustentável, as florestas, seu povo, os recursos hídricos, a riqueza da biodiversidade e o equilíbrio climático, tanto das zonas rurais, como das cidades.

Consideramos o projeto de reforma do Código Florestal extremamente nocivo ao interesse público, aos interesses nacionais e às futuras gerações brasileiras.

Queria apontar uma das muitas polêmicas que envolvem este debate. As ocupações irregulares em APPs de margens de rios e encostas de morros, que podem ocasionar tragédias humanas, seriam regularizadas pelo projeto aprovado na Câmara dos Deputados. Isso seria possibilitado pelo conceito de "Área Consolidada" introduzido pelo Relator, que, inicialmente, seria até 22 de julho de 2008. Entretanto, o PLC 30/11 permite interpretações que extrapolam os prazos temporais e a natureza das atividades permitidas em áreas atualmente protegidas, o que é uma temeridade absoluta.

O PL 30/11, debatido por todo o Brasil, mesmo que de forma ainda não democratizada por falta de interesse dos Deputados, sobretudo, da bancada ruralista, é um projeto cujo fluxograma tem três etapas, formando um tripé sobre os quais ele se estrutura: primeiro, a Área Consolidada; segundo, a Recomposição; e, terceiro, a Regularização. É o fluxograma de devastação. A questão central em jogo é a tentativa de formular uma lei que seja uma licença ambiental para desmatar. É uma licença em três etapas.

A síntese do Código Florestal que foi aprovado pela Câmara dos Deputados é a seguinte: desmato, não sou multado e fico regular, estou dentro da lei. Esse tripé, que chamamos de Tripé da Motosserra (Área Consolidada, Recomposição e Regularização) permite ao agronegócio desmatar uma área florestal nativa protegida por APP ou reserva legal sem ser multado ou autuado. Depois disso, receber uma série de flexibilizações nas obrigações de reflorestar e ganhar incentivos financeiros, e, finalmente, ser regularizado de forma rudimentar e sem segurança jurídica cartorial ou acompanhamento do Ministério Público, tendo garantida a continuidade de suas operações de créditos agrícolas das carteiras oficiais do Governo.

Estamos presenciando neste momento, aqui, no Senado, uma tentativa de atropelar o debate necessário sobre tão delicada questão de interesse nacional. Está prevista para amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça, a apresentação do relatório do Senador Luiz Henrique, para aprová-lo nesta semana ou ainda, na véspera do feriado, na terça-feira que vem.

No dia 13 de setembro, quero alertar os Srs. Senadores, em audiência conjunta das Comissões que debatem o Código Florestal, serão ouvidos importantes juristas brasileiros, em uma tentativa de fortalecer elementos mais seguros sobre as implicações jurídicas do projeto de lei em debate. Ou seja, a Comissão de Constituição e Justiça, na minha opinião e na opinião de vários Senadores desta Casa, não pode aprovar um relatório que versa sobre a constitucionalidade ou a legalidade do que foi enviado pela Câmara antes de

ouvir os juristas por ela convidados. É uma contradição, Senador Pedro Taques.

Até o momento estamos esperando que a Presidenta...

(Interrupção do som.)

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ... que a Presidenta Dilma tenha uma atitude mais construtiva sobre o tema. A Presidenta já ouviu, recentemente, as reivindicações dos representantes do agronegócio, mas precisa, urgentemente, abrir a sua agenda para receber os representantes do Movimento em Defesa das Florestas, que congrega as principais entidades da sociedade civil, do mundo acadêmico e dos movimentos ambientalistas.

Quais setores, Senadora Marta, para concluir, serão beneficiados por uma possível pressa de decidir, na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, a aprovação do relatório? Esta Casa não ganha nada atropelando o seu próprio calendário de discussão. Não podemos e não devemos repetir a política de rolo compressor utilizada na votação da Câmara dos Deputados.

Quero deixar claro que a Bancada do PSOL tem um lado nessa batalha, Senadora. Estamos junto com os trabalhadores rurais, as populações extrativistas, indígenas, a CNBB, a OAB...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para encerrar, Senadora.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Para encerrar, Sr^a Presidente. Estamos junto com a CNBB, a OAB, a Via Campesina, a Organização do Campo, que congrega o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragem, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento de Mulheres Camponesas e outras organizações da agricultura familiar deste País. Exigimos punição, controle do Estado e, sobretudo, o fim desse modelo de desenvolvimento baseado na devastação do meio ambiente.

Esperamos que a maioria desta Casa garanta uma profunda e minuciosa análise do tema e que a voz da sociedade civil brasileira seja efetivamente ouvida no Senado Federal.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Marinor Brito.

Quero registrar que o pronunciamento do Senador Paulo Davim, que falou pela Liderança do PV, deve ser transcrito na íntegra, conforme diz o Regimento.

Eu também gostaria de saudar os quarenta visitantes da Diretoria do Serviço Militar do Exército, representados pelo Cel. Meireles. Sejam muito bem-vindos ao Senado!

Eu gostaria de pedir ao Senador Geovani Borges que assumisse a Presidência, para que eu fizesse meu pronunciamento como oradora inscrita.

A Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

A SRA. MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, esta é uma semana importante para a nossa economia. Nesta quarta-feira, o Comitê de Política Econômica vai decidir a nova taxa básica de juros, que, hoje, está em 12,5% ao ano. Também na sexta-feira, serão divulgados pelo IBGE os dados do PIB do segundo trimestre. São dois eventos marcantes, principalmente se considerarmos o contexto internacional em que, hoje, nós nos encontramos.

As principais economias mundiais, que começaram o ano em processo de recuperação, hoje, visivelmente, estão perdendo força. Os Estados Unidos encerraram o primeiro semestre com crescimento de 1,2%, próximo ao da França, com 1,4%, e um pouquinho melhor do que o do Reino Unido. Na Espanha e na Itália, o crescimento foi de 0,6% e de 0,7%. Mas o que mais me preocupa é que essas economias praticamente não cresceram entre o primeiro e o segundo trimestre. Isso sinaliza que estão a caminho de uma estagnação econômica.

Permitam-me aqui abrir um parêntese: a despeito da estagnação dos Estados Unidos, achei acertada a decisão do FED de adiar a maciça injeção de dólares para reativar sua economia. Fiz um pronunciamento sobre isso na semana passada, mas isso não aconteceu. Essa foi uma medida que já tinha sido tentada, a expectativa era muito ruim, e o FED voltou atrás, porque os resultados tinham sido pouco positivos – aliás, foram mais negativos mesmo –, contribuindo até para um maior desequilíbrio na economia mundial.

Eu diria que as economias emergentes, como a Rússia, a Índia, o México e o Chile, têm obtido melhor desempenho, juntamente com a Alemanha, com a Coreia, com a China. Mas, ainda assim, a perda de vigor das economias é uma realidade mundial hoje.

O PIB brasileiro do segundo trimestre, que vai ser anunciado na sexta-feira, vai registrar uma alta de 0,8% ante o primeiro trimestre, apresentando uma melhora. Isso significa um crescimento acumulado de 3% ao ano, o que é um bom resultado. A questão, no entanto, é o que esperar da segunda metade do ano. Avançaremos um pouquinho mais, alcançando 4% ou

até mesmo 5%, ou estagnaremos e ficaremos pouco abaixo do que já conquistamos no primeiro semestre?

Aqui, o elemento chave é o *mix* de política monetária e política fiscal que foi escolhido pelo Governo.

Primeiro, é importante termos clareza das diferenças existentes entre os dois momentos da crise internacional. Isso tem de ficar muito claro. O primeiro momento, entre 2008 e 2009, foi marcado por um profundo desequilíbrio do setor financeiro privado, que dependeu da pronta intervenção do setor público para evitar uma quebra em massa. Os senhores estão lembrados de como foi a bolha nos Estados Unidos, e, no Brasil, houve outro tipo de política. Já o segundo momento, que estamos atravessando agora, tem o desequilíbrio das finanças públicas em seu centro, com o risco de contaminar os bancos privados que detêm títulos públicos. É por essa razão que a política fiscal se tornou o principal elemento estabilizador da economia, mais até do que a até então política monetária.

Nesse contexto, foi muito providencial a Presidenta Dilma ter começado o seu mandato – os senhores estão lembrados – reafirmando o compromisso com a austeridade fiscal por meio do seu Plano de Ajuste Fiscal do início do ano. Lembro-me de que, naquele momento, muitos foram céticos quanto aos efeitos concretos da economia de R\$50 bilhões, como ela propôs, mas o fato é que, naquele momento, a Presidenta consolidava a “âncora fiscal” como o mais importante eixo de estabilização de sua política econômica. E acertou, Presidente Geovani. Muitos também duvidavam do real compromisso do Governo nesse sentido. Diziam que era “medida demagógica”, “para inglês ver”. Diziam que a Presidenta não ia conseguir isso, não ia fazer isso. Mas o resultado está aí: economia de R\$91,9 bilhões nos sete primeiros meses do ano, sendo R\$66,3 bilhões da União, R\$27,7 bilhões dos Estados, R\$2 bilhões dos Municípios e R\$1,9 bilhão das estatais. E, com isso, já alcançamos 80% da meta fiscal de 2011. Se isso não é cumprir o prometido no início do ano, não sei o que seria.

Mas os críticos, agora, “culpam” o aumento da arrecadação federal pelo sucesso da política fiscal. Realmente, a receita tributária cresceu no Brasil, mas isso aconteceu porque o Brasil cresceu 3,3% nos últimos doze meses; porque a produção industrial cresceu 3,7%; porque as vendas no comércio cresceram 9,5%; porque o emprego cresceu 2,1%; porque a renda real cresceu 4%. Então, não temos de lamentar tudo isso! Temos mais é de ficar felicíssimos, porque estamos crescendo, e a arrecadação está aumentando.

O aumento da arrecadação reforça a atuação do setor público, que vem exercendo importante papel transformador em nosso País. Aliás, uma das mudan-

ças estruturais importantes iniciadas no Governo Lula foi o papel estratégico do Estado no desenvolvimento econômico. É o que vemos com o PAC, com a Caixa, com o BNDES, com a Petrobras, apenas para citar alguns deles. Alguém tem dúvida de que foi a atuação do setor público que nos livrou da primeira parte da crise financeira internacional? Tiraram-se até os impostos dos automóveis. Estão lembrados? É a manutenção dessa ação pronta e ousada do Governo naquele momento e agora que permitirá que continuemos a crescer, a despeito de todos os desafios externos que vemos em todo o mundo, com essa enorme dificuldade. E estamos segurando muito bem nossa política econômica.

Aqui também se situa outra crítica equivocada: a de que o gasto público está crescendo. O gasto público cresce, de fato, porque, com a execução das ações do PAC, já se alcançaram R\$14,9 bilhões entre janeiro de julho, valor 39,8% superior ao do ano passado. Outras despesas do orçamento social e previdenciário também cresceram, resultado do principal compromisso do Governo: "País rico é país sem pobreza". É natural também que o gasto de custeio cresça, porque todas as principais iniciativas demandam estrutura de pessoal e estrutura operacional para executá-las – elas demandam isso. Tanto o investimento público quanto o gasto social acabam levando ao gasto de custeio justificável e de boa qualidade.

Ontem, a Presidenta aprofundou ainda mais o compromisso do Governo com a "âncora fiscal" como principal instrumento estabilizador da política econômica. Foi anunciado um adicional de R\$10 bilhões de esforço fiscal para a meta do superávit primário deste ano. E olha que nem precisávamos disso, pois a situação de nossas finanças públicas é privilegiada. E reitero o que disse: isso será o fiel da balança neste segundo momento da crise internacional. Vamos ficar protegidos.

Vejam os dados. O resultado nominal de nossas contas públicas nos últimos 12 meses é de -1,9% do PIB, um dos menores valores do período pós-real. Só para lembrar, a média desse déficit entre 1995 e 2002 foi de -5,8%. Dizemos isso para compararmos e termos uma noção do que estamos falando. Os Estados Unidos registraram um déficit, em 12 meses, de -10,6%; o Reino Unido, um déficit de -10,4%; o Japão, um déficit de -9,5%; a França, um déficit de -7,7%; a Itália, um déficit de -4,6%; a Alemanha, um déficit de -3,3%.

Mesmo quanto ao endividamento público, utilizando o conceito bruto ampliado que tanto agrada aos críticos, o Brasil registra 65,3% do PIB, o que é muito inferior aos 91,6% dos Estados Unidos, aos 77,2% do Reino Unido, aos 220,3% do Japão, aos 84,3% da França, aos 119% da Itália e aos 80% da Alemanha.

Com isso, é possível ter a dimensão de como a nossa economia está mais bem situada. Ou seja, por todos os parâmetros, estamos fiscalmente fortes. Mas o anúncio é importante, pois desloca o peso da estabilização de preços para a "âncora fiscal". Com isso, alivia-se a política monetária, permitindo que o Comitê de Política Monetária possa ousar um pouco mais em sua reunião desta semana e focar para garantir a manutenção da trajetória de crescimento.

Respondendo, então, à questão que abordei no início, quero dizer que acredito, sim, que o Governo acertou no *mix* política monetária e política fiscal e que devemos avançar um pouco mais nessa segunda metade de 2011, buscando um crescimento de 4,5%, a despeito da estagnação mundial.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Naturalmente, eu lhe daria mais tempo, mas V. Ex^a encerrou rigorosamente no tempo regimental.

A SRA. MARTA SUP LICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Encerrei em tempo hábil. Sendo a controladora do tempo, sempre tenho de fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Tem de ficar atenta.

Antes de devolver a Presidência à Senadora Marta Suplicy, concedo a palavra...

A SRA. MARTA SUP LICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Peço a V. Ex^a que fique por mais um minuto na Presidência, porque vou atender a uma pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Então, concedo a palavra ao Senador Suplicy, para uma comunicação inadiável. Em seguida, falará o Senador Pedro Simon, em permuta com a Senadora Vanessa Grazziotin.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, nos termos do Regimento Interno da Casa.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geovani Borges, eu quero primeiro expressar o meu sentimento de pesar à família e a todos que trabalharam em *O Globo* com o jornalista Rodolfo Fernandes, a quem conheci e com quem convivi e trabalhei na *Folha de S. Paulo*. Ele era um excelente e ímpar jornalista.

Mas gostaria de aqui, Sr. Presidente, ressaltar que, nos dias 25 e 26 últimos, quinta e sexta passadas, participei, na Argentina, como representante do Senado, sem ônus para a Casa, do seminário sobre o futuro da integração da América Latina, ocasião em que, a convite da Cátedra Livre da Universidade Nacional do Prata – José Gervásio Artigas para a Integração; da Cátedra Livre Democracia e Estado de Di-

reito Raúl Alfonsín, da Universidade de Buenos Aires; e da Federação Universitária Argentina. Ali apresentei uma palestra sobre a perspectiva da renda básica de cidadania. No auditório lotado da Faculdade de Direito de Buenos Aires, pude dialogar com deputados e senadores de diversos países da América Latina, que consideraram muito importante a perspectiva da instituição de uma renda básica.

Durante a viagem, tomei conhecimento, mais de perto, das experiências que envolveram as eleições primárias que ocorreram na Argentina, no dia 14 de agosto último.

Elas foram estabelecidas pela Lei nº 26.571, de 2009. Todos os grupos partidários, incluídos aí os partidos políticos, as confederações e as alianças, aquilo que chamamos de coalizão, devem proceder, de forma obrigatória, à seleção de seus candidatos a cargos públicos nacionais por meio de eleições primárias, de forma simultânea em todo o território nacional, mesmo nos casos em que se apresente apenas um candidato por cargo na lista do partido.

A designação dos pré-candidatos é exclusiva dos grupos partidários, devendo respeitar o previsto em suas cartas de organização e os aspectos constantes da legislação constitucional e infraconstitucional. Cada grupo partidário determina os requisitos para o cidadão ser pré-candidato às eleições primárias, nas quais deverão votar todos os eleitores, independentemente de serem ou não filiados a partidos políticos.

As listas de pré-candidatos apresentados pelos grupos partidários para registro à Direção Nacional Eleitoral devem conter um número de assinaturas de filiados, cuja percentagem em função do número total de filiados ou do número total de eleitores, o que for menor, deve respeitar um mínimo previsto na lei, como de 1% a 2%.

Desde 1991, por força da Lei nº 24.012, os grupos partidários, ao confeccionarem suas listas de candidatos, o que vale também para os pré-candidatos das eleições primárias, deverão integrá-las por, no mínimo, 30% de mulheres.

Nas eleições primárias argentinas, o voto é obrigatório para todos os eleitores, que deverão escolher apenas um candidato para cada cargo nacional em disputa, podendo optar por listas de diferentes grupos partidários.

Ressalto que o interesse da população foi tão grande que nessas primárias houve um comparecimento de 78% dos eleitores, enquanto no sufrágio anterior votaram não mais que 75% dos eleitores.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Apurado o resultado para Presidente da Nação, ficou a Presidenta Cristina Fernández Kirchner, pela Frente Justicialista (Peronista) para a Vitória, com 50,7% dos votos. Em segundo lugar, com 12,2% dos votos, ficou Ricardo Alfonsín, filho do ex-presidente Raúl Alfonsín, pela Coalizão da Social-Democrata União Cívica Radical com setores dissidentes do Peronismo. O terceiro coube ao ex-presidente Eduardo Duhalde, da Frente Popular, com 12,18% dos votos.

Somente poderão participar das eleições, apresentando candidatos, os grupos partidários que, nas eleições primárias, obtiveram um mínimo de 1,5% de votos válidos para cada categoria de cargos em disputa, o que vem sendo de alguma forma criticado, dentre os aspectos, por um lado, tão positivos...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – ... da experiência argentina.

A Lei nº 26.571, de 2009, foi apresentada pelo executivo argentino ao Congresso Nacional como facilitadora da democratização da representação política, da transparência e da equidade eleitoral. Somente elegendo seus pré-candidatos nas eleições primárias, uma coligação ou partido político poderá participar dos comícios nacionais.

Os pré-candidatos somente podem se apresentar por um só grupo partidário ou partido político e para uma única categoria: Presidente, Deputado ou Senador. As mesas de votação das eleições primárias são mistas, contendo as cédulas de todas as coligações ou partidos, com suas respectivas listas de pré-candidatos para cada categoria. Eles ainda não têm o voto eletrônico. A participação na eleição primária é tanto dos filiados partidários quanto de todos os eleitores em geral.

Com isso, segundo o Ministério do Interior Argentino, os candidatos selecionados terão maior legitimidade social para representarem o povo.

Como nas eleições primárias argentinas, ocorridas no dia 14 de agosto, os 10 partidos e coalizões que disputaram o pleito apresentaram apenas o nome de um pré-candidato para cada cargo eletivo, essas eleições prévias se transformaram num termômetro, numa pesquisa eleitoral para as eleições de outubro próximo.

De qualquer maneira, avalio como muito positiva e cumprimento o povo argentino por essa iniciativa, pois tenho lutado para ser um daqueles que defendem maior democratização da representação política. Julgo que falta ao processo eleitoral argentino, tanto quanto ao nosso processo, uma regulamentação que

discipline, nos partidos políticos, a escolha interna de candidatos a cargos eletivos.

Justamente para isso apresentei, em abril deste ano, proposta de emenda à Constituição que objetiva garantir um mínimo de aproximação...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para concluir, Sr. Presidente. Entre os representantes e seus representados, estabelecendo que, obrigatoriamente, os nomes que comporão as listas abertas ou fechadas, para eleições proporcionais ou majoritárias, sejam fruto da escolha do conjunto de filiados da agremiação partidária, dentro da circunscrição eleitoral de cada cargo em disputa. Os membros de cada partido poderão votar em seus candidatos internos (qualquer filiado que queira se candidatar) para que, no passo seguinte, os mais votados tenham seus nomes submetidos ao sufrágio universal.

A PEC determina, especificamente, que a opção de cada eleitor filiado, para o caso dos cargos proporcionais, deverá constar de dois votos, um para o sexo masculino e outro para o sexo feminino. Essa proposta toma por base os dados do IBGE, que falam inclusive que a população feminina hoje é até maior...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...do que a população masculina. Assim, é um dever de justiça e coerência fazer constar a obrigatoriedade de se dar às mulheres, no mínimo, a mesma oportunidade dada aos homens, cumprindo os preceitos constitucionais de igualdade entre homens e mulheres.

Assim, avalio que a aprovação da PEC nº 23, de 2011, consolidará o princípio democrático no âmbito de cada partido político e em todo o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, como orador inscrito, em permuta com a Senadora Vanessa – PMDB e PCdoB fizeram uma permuta.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é muito delicado o tema que quero abordar. Que eu me inspire e diga as coisas que devo dizer.

Já há algum tempo, a sociedade brasileira vem respeitando e cumprimentando a Senhora Presidente da República por seu estilo de governar.

É um estilo sóbrio, fala pouco, direta, mas, principalmente, deixa claro que, no seu Governo, a linha é aquela. Os partidos podem indicar as pessoas que representam o pensamento do partido, mas devem ter dois requisitos para trabalharem com ela: primeiro, têm que ter uma ficha limpa, têm que ter uma biografia transparente; segundo, têm que ter competência para exercer o cargo que desempenham.

Ela falou, antes do discurso de posse, quando foi proclamada sua eleição, o que me emocionou, pois, eleita – em qualquer lugar do mundo, o eleito, no discurso da vitória, é alegria, é felicidade, é transparência de emoção –, ela foi fria e objetiva, dizendo exatamente o que ela faria na presidência da República. Já eleita, não na base de buscar voto, mas na base de assumir compromisso. E ela vem fazendo isso. Sem estardalhaço, sem outra preocupação que não a de fazer isso.

Não vamos nem discutir, mas o caso do Chefe da Casa Civil foi tão óbvio que não houve dúvida nenhuma nesse sentido. Ela fez o que devia fazer: afastou o Chefe da Casa Civil.

O que veio depois, veio depois. O irmão do Líder do Governo disse uma série de catilinárias sobre o Ministro dos Transportes, e os fatos apareceram, e ela afastou-o.

O problema do Ministro Jobim não tem nada a ver com isso, mas é aquilo que é muito tradicional no Rio Grande: incompatibilidade de gênio, e ele se afastou.

Dois Ministérios estão sob interrogação, o de Turismo e o das Cidades. Isso nós aplaudimos, uma série de Parlamentares de todos os partidos aplaudiram. Não é alegria pela coisa que aconteceu, é alegria pela competência dela na condução dos trabalhos.

Aí começaram a surgir movimentos. Na Câmara, no Senado, líderes, partidos iam fazer represálias, iam cruzar os braços, iam apresentar uma votação de propostas negativas ao Governo. Chegou a se falar que haveria um movimento que levaria à tentativa de afastamento da Presidente. Inclusive, a pessoa que teria dito isso, a imprensa publicou. A pessoa me telefonou, pessoalmente, para dizer que não era verdade. E eu não tenho por que duvidar de que não era verdade.

Esse movimento começou a crescer. Há uma interrogação, e as pessoas perguntam: “O que está acontecendo?”

Quando a Presidente diz que não gosta do termo “expulsão” ou coisa parecida, eu também acho que não. Mas aí as perguntas que se fazem sobre o que fará a Presidente precisam de resposta. Eu não acredito que ela retroaja na sua maneira de ser; que tenha cuidado, sim, que tenha cuidado, mas retroagir e passar a conviver... Aquilo que alguns querem dizer que com o partido republicano foi fácil, com o PT e com o PMDB

é mais difícil, vamos temporizar. Eu não acredito nisso. Sinceramente, não acredito.

Agora, a *Veja* publicou uma reportagem de dez páginas, que o Líder do PT, naquela tribuna, foi e respondeu. Eu não quero discutir nada, nem o que está na *Veja*, nem o que o Líder falou. Não levo para o lado de que o ilustre ex-Chefe da Casa Civil estaria fazendo armações ou coisa que o valha, como deixa entender a revista, nem que tenham qualquer tipo de interesse comercial ou coisa parecida. Eu não acredito. Mas eu me pergunto: o que o Sr. José Dirceu está fazendo num quarto de hotel com o Presidente da Petrobras aqui, em Brasília? Eu já parto do princípio – mesmo porque não me passa pela cabeça; tanto o Presidente da Petrobras quanto o Sr. José Dirceu são pessoas altamente competentes – de que eles não vão se reunir num quarto de hotel, em Brasília, para discutir qualquer tipo de coisa ou qualquer tipo de negócio. Isso não me passa pela cabeça.

Mas estariam fazendo o quê? Discutindo política. É competência do Sr. José Dirceu conversar com o Presidente da Petrobras, num hotel, discutindo política? É competência do Sr. José Dirceu estar com uma série de pessoas, uma série de Ministros, num quarto de hotel, em Brasília, discutindo política?

Se nós olharmos para São Paulo, está o Presidente Lula com o seu Instituto Lula. O Fernando Henrique tem o Instituto Fernando Henrique. Agora, é pomposo. E são institutos, cá entre nós, que fazem inveja aos americanos, porque são institutos de países do primeiro mundo. E está lá no jornal todo dia o Presidente Lula falando com o Ministro, falando com Governador, falando com Parlamentar, discutindo medidas futuras, quando ele não está lá no exterior. Hoje, ele está lá na Bolívia, discutindo uma estrada Brasil–Bolívia com o Presidente da República da Bolívia. Mas, se isso não é governo paralelo, o que é isso? O que o Presidente Lula quer com uma decisão que nem essa?

Eu faço justiça. Até hoje as referências do Presidente Lula à Dilma são as melhores possíveis. Quando ele disse para não tirar o Chefe da Casa Civil, e a Presidente Dilma tirou, ele foi muito competente. Tirou, está tirado. Não fez uma crítica. Até hoje, o Presidente Lula, quando fala em Presidência da República, daqui a quatro anos, sempre diz: “A candidata é a Dilma. Ela só não vai ser se não quiser.” Não vejo uma crítica do Presidente Lula à Presidente Dilma. Faça justiça, mas a maneira de agir...

O que é mais forte hoje? Reparem nas notícias dos últimos quinze dias. Quantas manchetes apareceram de alguém falando com a Presidente Dilma no Palácio do Planalto? Eu não me lembro. Ela chegou a fazer uma reunião com o alto gabarito dos Líderes e

do seu Governo, e só apareceu o Ministro da Fazenda falando. Ela nem apareceu. Agora, nos últimos quinze dias, não tem dia que não aparece alguém falando com o Lula no Instituto Lula. Ou é Ministro, ou é Governador, ou é Parlamentar até de outros partidos, até do PSDB estão lá falando com ele. Isso não é meio governo paralelo?

Eu acho que o PT se esqueceu. O PT gostou muito de falar em governo paralelo quando era oposição. No Governo Fernando Henrique, o Lula nomeou vários ministros paralelos. Isso é próprio do parlamentarismo. A Inglaterra tem isso. Como no parlamentarismo o cara pode ser governo amanhã, cai hoje o gabinete, amanhã já tem que ser governo, no partido e na oposição têm gente preparada para assumir. Mas não me parece nem que o Brasil tenha um regime tipo parlamentarismo, nem que haja um golpe de Estado previsto. Então, que tipo de governo paralelo é esse que o PT está fazendo?

São essas coisas que estão ficando graves. E alguém se pergunta, então, se a Presidente Dilma não está recuando. Eu digo que não. Alguém se pergunta se já não passou a época de ela fazer realmente a firmeza de Governo, se ela não teria esquecido. Eu digo que não. Mas eu acho que um movimento está sendo criado e crescendo no Brasil. OAB, CNBB, ABI e uma série de entidades de parlamentares no sentido do estabelecimento de uma ética, de uma dignidade, de uma seriedade neste País está crescendo. Está crescendo.

Um fato muito importante: o que aconteceu lá no Oriente Médio é algo que a história ainda não esclareceu devidamente. Na primavera que está aparecendo no Oriente Médio, não tem ninguém do terrorismo, ninguém muçulmano, ninguém, quem quer que seja, por trás. Não tem nem uma grande liderança atrás. De repente, não mais do que de repente, forças populares, o que é impressionante. Gente que não se sabe de onde vem começa a utilizar a Internet, e essas frentes começam a dizer: “Amanhã, às 10 horas, na frente do palácio; quinta-feira, às 10 horas e 30 minutos, na frente da rodoviária”. Um fala para o outro, o outro fala para o outro, o outro fala para o outro, o outro fala para o outro e, na insistência da busca da democracia ou da derrocada daquele regime, são milhares e milhares que derrubaram a ditadura. Parece mentira.

Nós, nas Diretas Já, tínhamos movimento, tínhamos partido, tínhamos liderança, tínhamos ideias, tínhamos uma demonstração enorme de fazer. Eles só têm um “não”. Não quero aquele governo, não quero aquela ditadura, não quero aquele fascismo. E o derrubaram. Se lá eles puderam fazer, por que o Brasil não pode?

No Brasil, não há violência; no Brasil, não há outra coisa senão lutarmos para reiniciarmos a vida brasileira.

Nós estamos no caminho certo. A economia vai bem, o desenvolvimento vai bem, o crescimento vai bem. No Governo Lula, esse crescimento, acompanhado de distribuição da renda, vai bem. Mas a moral, a ética vão péssimas.

Terminar com o Brasil país da impunidade é algo que a sociedade pode aceitar como bandeira. Esses jovens de caras pintadas podem aparecer. E, Presidente Dilma, que bom que isso venha com a senhora tendo o respeito de todos!

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Pedro Simon, em poucas palavras, eu não conheço nenhum país civilizado do mundo em que ex-Presidente da República se reúna com ministro para tratar de projetos em andamento vindos do governo anterior, quando ele era o chefe de estado e chefe de governo. Isso enfraquece a governabilidade da Presidente. Isso é fato. Nós temos que elogiar o Presidente Lula pelo seu governo, agora, esse tipo de atitude enfraquece a instituição da Presidência da República. Ex-Presidente precisa se desencarnar do cargo que ocupou.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu concordo plenamente com V. Ex^a. É uma realidade profunda essa que V. Ex^a afirma, principalmente quando o ex-Presidente é o grande responsável por aquela que está dirigindo; é o grande responsável por quem está presidindo, com a qual fala todo dia. Fala e pode falar, telefona, discute e debate, o que é diferente de montar um governo paralelo lá no Estado de São Paulo.

Aliás, o Lula já fez errado quando montou ali a sede do governo, porque tinha mais movimento a de São Paulo do que a daqui. Foi a primeira vez que aconteceu isso na história. São Paulo é o mundo econômico, político; manda o ministério, tudo é São Paulo, mas ninguém, antes do Lula, tinha montado ali um gabinete da Presidência da República, na época inclusive em que ele não estava no Palácio, estava lá no Banco do Brasil, tão pomposo como o de São Paulo.

Pois não, Senador.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Pedro Simon, mais uma vez, em seus muitos anos de vida pública, o senhor demonstra que a sua preocupação é com a Nação, é com as instituições, é com o funcionamento da democracia e vem aqui, de uma maneira transparente, clara, séria levantar o risco que nós vivemos do enfraquecimento da figura da Presidenta Dilma. O senhor não usou nenhuma ilação de que esses encontros podem ser negociatas, como a imprensa tenta fazer; não levantou suspeita do que está por trás de conspiração; o senhor foi ao âmago do que é indiscutível. O indiscutível é que se cria a im-

pressão de que há poderes paralelos à Presidenta e, nesse caso, dois: o Presidente Lula e o ex-Ministro...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – O que o senhor traz aqui não tem nada a ver com suspeita. É uma constatação. Isso é muito perigoso, porque no regime militar a força vem dos canhões; mas no regime civil vem da imagem, da credibilidade, da liturgia, da liderança de quem está na Presidência. E qualquer arranhão a essa liderança, a essa liturgia, qualquer arranhão pode tirar poder. Quando o senhor falou antes, e eu estava ouvindo, que se comentou a possibilidade até mesmo de que ela não terminasse o mandato e o senhor disse, com toda a clareza, que recebeu telefonema da pessoa que teria dito isso, dizendo que não é verdade, não há dúvida de que não é verdade. Eu não acredito que seja verdade. Mas existem duas formas de golpe: o golpe que tira o presidente e o golpe que aprisiona o presidente. Aprisionar o presidente...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Presidente, eu gostaria de pedir, porque esse tema eu acho que é tão importante para a democracia, para a República, o tema que o Senador Pedro Simon...

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Está assegurada a palavra a V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – ... que até eu que gosto de falar, sinceramente, de uma maneira mais enxuta, não estou conseguindo concluir nos segundos que me foram reservados. Vou tentar. Com mais dois minutos eu tiro.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Eu vou fazer o seguinte: eu vou acrescentar dois minutos para você.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Dois minutos, muito bem; não vou usar mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Perfeito.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Existem dois tipos de golpe. Existe o golpe que tira o presidente; deste ninguém está nem falando, nem imaginando neste País. Mas existe aquele que aprisiona Presidente, e a Presidenta está prisioneira. Ela está prisioneira, em primeiro lugar, do fato de que ela tomou posse como se fosse o terceiro mandato, e não o primeiro. Ela está prisioneira ao fato de que um governo, no seu terceiro mandato, é velho e começa cansado. Nós todos que já estamos velhos sabemos como cansa ser velho. Um governo que mantém os mesmos programas, que não traz uma inspiração nova, novidade, começa velho. Em geral, nós, velhos, não vivemos muito. Temos um horizonte de vida. Temo

que, hoje, a Presidenta Dilma esteja prisioneira de um governo antigo, velho, cansado, que não trouxe a inspiração dos 50 milhões de votos que ela recebeu, ainda que, é óbvio, graças, em grande parte, ao apoio do Presidente Lula. Este Governo precisa ser renovado, não só pela questão da ética, como ela propôs e prometeu, e eu acreditei – e ainda acredito – na faxina. Não é só isso. É um novo governo, em termos de novas medidas, novas propostas, novos sonhos, de que o Brasil está precisando, e o que estão fazendo o ex-Presidente Lula e o ex-Ministro não ajuda a renovação do Governo dela. Ao contrário, dá a impressão, ainda mais, de tutela. Isso é muito ruim para ela, para a República inteira e para o Brasil. Por isso, o discurso de V. Ex^a é muito importante.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Agradeço ao importante aparte de V. Ex^a, que, junto com o do Senador Pedro Taques, complementou o meu pronunciamento muito importante.

Quero dizer apenas o seguinte: na minha opinião, não existe a hipótese de alguém torcer para que a Presidente Dilma vá mal, achando que, se isso acontecer, será bom para o Presidente Lula. Se a Presidente Dilma for mal, não há nenhuma chance de o Presidente Lula pensar em vir para a Presidência. Pode acontecer de a Presidente Dilma ir bem, e o candidato ser o Lula. Isso é normal! Mas, se a Presidente Dilma for mal, como alguns pensam, o Lula vai mal também, porque ele vai ser o responsável, porque a indicou e pelo que está acontecendo hoje – se fôssemos analisar, hoje, em qualquer pesquisa –, pelo que está fazendo para complicar o governo dela.

É muito melhor o governo da Presidente Dilma ir bem para ela, para o Lula e para o Brasil. Não tenho nenhuma intimidade com a Presidenta. Nenhuma! Votei nela e não me arrependo. Mas, com toda sinceridade, rezo a Deus para que ela tenha coragem, para que ela tenha firmeza, que não se assuste com alguns, principalmente do PT e do PMDB.

A Senhora tem muito tempo de governo para eles pensarem em fazer oposição. A Senhora tem que ser firme e firme na sua tese: provada a corrupção, rua; indicado um novo nome, a biografia é digna, é digno, é competente, nomeia. Isso a Senhora tem que fazer no seu governo. E tenho certeza de que cada dia que passa é isso que o povo na rua vai cobrar de V. Ex^a.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela liderança, ao Senador Zezé Perrella.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

Sr^{as} e Srs. Senadores, todo brasileiro que gosta de futebol se lembra do Caso Serginho, que chocou o País há alguns anos. Para os que não conhecem o episódio, o jogador, então capitão do time de São Caetano, sofreu um colapso cardíaco durante partida contra o São Paulo Futebol Clube, vindo a falecer poucas horas depois.

Infelizmente, incidentes como esses já não são tão raros. Há alguns anos, no Cruzeiro, clube que presido, o jogador Diogo teve um enfarto durante os treinamentos e só foi salvo porque tínhamos um desfibrilador, não tão em moda na época, a postos. Ainda recentemente, outro jogador profissional de futebol desmaiou em campo durante partida válida pelo Campeonato Brasileiro. De mortes já são três ou quatro em nossos estádios em curto tempo.

O que ocorre, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que o crescimento da atividade desportiva profissional, devido ao elevado nível de exigência física e psicológica dos atletas, o aumento da competitividade entre os clubes, acaba por trazer, eventualmente, consequências muito perversas. Há situações em que atletas, mesmo de esportes considerados seguros, se veem sob risco de morte durante suas atividades profissionais. Para minimizar as consequências desses fatos, a Lei Pelé determina, em seus artigos 45 e 94, que as agremiações de futebol deverão contratar, para seus atletas profissionais, seguro de vida e de acidentes pessoais.

Por variadas razões, alguns clubes acabam por descumprir o que determina a lei, em claro prejuízo ao direito de seus funcionários e, em última análise, até mesmo da justa concorrência que deveria prevalecer entre as várias equipes participantes de uma mesma competição.

E por que isso ocorre? Pelo menos por dois os motivos. Durante algum tempo, as seguradoras nacionais não operavam com esse tipo de seguro. Aqueles times que pretendessem adequar-se ao disposto na lei tinham que procurar seguradoras no exterior. Hoje, porém, Senador Eduardo Suplicy, essa dificuldade não existe mais. Em segundo lugar, não obstante a lei prever a obrigatoriedade do seguro, não há uma efetiva fiscalização, tampouco algum tipo de sanção que garanta o cumprimento desse mandamento legal.

É por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, que estamos apresentando projeto de lei que, aprovado, obrigará os clubes de futebol profissional a contratar aquele seguro previsto na Lei Pelé, sob pena de não poderem utilizar seus atletas em competições promovidas pela Confederação Brasileira de Futebol.

O projeto, Sr. Presidente, atribui à Confederação Brasileira de Futebol a obrigação de exigir comprovação de contratação de seguro de todo atleta profissional a

ser inscrito em competições por ela patrocinadas. Em resumo: atleta que não estiver protegido por seguro não será inscrito na competição.

Acreditamos que esse aperfeiçoamento à Lei Pelé multiplicará o número de agentes fiscalizadores do disposto no art. 45, com evidentes benefícios a atletas, seus familiares e, inclusive, às agremiações, que poderão contar com jogadores mais seguros psicologicamente.

E assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço o apoio dos senhores a essa proposição que acabo de apresentar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a inclui também o técnico, como no caso do técnico Ricardo Gomes.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Também para os treinadores.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Para os treinadores, em homenagem ao técnico do Vasco da Gama.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Muito lembrado pelo senhor.

A tensão psicológica a que os próprios treinadores se submetem e os jogadores se submetem pode acarretar consequências nefastas na vida dessas pessoas.

Então é para proteger também os clubes que eu peço e conto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, com o apoio de V. Ex^{as} para esse nosso projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Parabenizo o Senador Zezé pela iniciativa.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi, em permuta com a Senadora Ana Amélia.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental de dez minutos e da tolerância da Mesa.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Sr. Presidente, Sr^{as} Senadores, Srs. Senadores. Inicialmente, quero agradecer à Senadora Ana Amélia por ter me concedido o seu tempo para que eu pudesse falar um pouco aqui hoje sobre agricultura.

Na semana passada, fui convidado por uma empresa a participar de um evento na Argentina, um congresso de algodão, chamado Clube da Fibrã. E para lá foram levados mais de 300 produtores brasileiros, de todos Estados que são produtores de algodão e, por três dias, fizemos um debate sobre essa cultura tão importante para o País, para a vida nacional e para as exportações também.

E tive a oportunidade então, no final desse evento, de andar pela Argentina para ver o que os *hermanos* estão fazendo. E confesso que levei um susto, se pos-

so dizer assim, um susto agradável para os argentinos e um pouco desagradável para *nosotros*, brasileiros. Porque a Argentina, com seu território tão menor que o do Brasil, está a passos largos e está nos alcançando na produção de grãos.

O Brasil é reconhecido no mundo inteiro como o grande país agrícola, com os grandes potenciais que tem, mas, na realidade, queria chamar a atenção do Senado para dizer que estamos ficando com o potencial, como é a África hoje, e os argentinos estão ficando com a produção. E, no final, vão acabar ganhando de nós.

Andando pelo pampa argentino, não muito distante de Buenos Aires, uns 300 quilômetros, onde está concentrada a grande zona de produção, a gente percebe as diferenças nítidas que existem em relação ao Brasil. A primeira diferença é de logística. Enquanto toda a produção argentina está situada num raio de 300 quilômetros, a brasileira está a 1.800, 2000 quilômetros, como é o caso do Estado de Mato Grosso, como é o caso de Tocantins, como é o caso de Goiás, entre 1000 e 1.400 quilômetros.

Os portos argentinos, do lado. Gastam-se US\$ 4 a US\$ 5 para tirar uma tonelada de milho, ou de soja, ou de cevada, ou de trigo da propriedade e colocar no armazém junto ao rio Paraná. No Brasil, nós gastamos US\$ 50 por tonelada para fazer a mesma coisa.

Mas, Sr. Presidente, o que mais me chamou a atenção, e confesso que não conhecia, foi como funciona a questão ambiental na Argentina. É muito interessante, porque, neste momento, Senadora Ana Amélia, estamos discutindo o Código Florestal brasileiro. E parece que há uma briga entre os setores urbanos e os setores produtores, até aqui dentro do próprio Senado.

E o que vou dizer aqui, pena que não temos muitos Senadores na sessão, já que estamos com a pauta trancada, que seria importante, Senadora, até antes de votarmos, que pudéssemos ter uma comissão daqui do Senado para visitar o que os argentinos estão fazendo na agricultura.

Nessa região do pampa, dos campos argentinos, como é o nosso cerrado, como são os nossos campos gerais no Paraná, e pampa, no Rio Grande do Sul, não existe um único metro quadrado de reserva legal. Não existe um único rio, um único arroio, um único córrego que tenha proteção de APP como se tem no Brasil.

E olha, e quero deixar registrado, não estou nem reclamando do que estamos para votar e fazer aqui, porque concordo em muitos aspectos que temos que ter a preservação do meio ambiente, mas daí a competir com os argentinos, com os uruguaios em condições diferentes, e muito diferentes, só vai ter uma coisa para o Brasil: ser derrotado na corrida pela produção de alimentos no Brasil e no mundo.

Tive a oportunidade de verificar que, em poucos anos, Senadora Ana Amélia, cinco anos, dez anos, no máximo, a Argentina estará produzindo mais soja do que o Brasil; estará produzindo mais milho do que o Brasil; estará produzindo, como já produz, mais trigo, girassol, couza e outras coisas. E para quem é o maior produtor de grãos, ou para quem for o maior produtor de grãos, sobrarão para esse país ou para essa economia, não só a exportação do grão, mas as outras atividades, as atividades agroindustriais, as atividades da verticalização da economia agrícola, que é sair dos grãos, sair da proteína vegetal, para a proteína animal, que é muito mais cara e que o mundo demanda muito mais do que simplesmente os grãos que exportamos.

Então, eu queria chamar a atenção do Senado Federal e da sociedade brasileira para o fato de que a votação do Código Florestal que vamos fazer aqui seja um marco para a agricultura e para o sistema de conservação no Brasil, mas que não seja um impeditivo para que o Brasil continue a crescer, a evoluir e ser cada vez mais produtivo e cada vez melhor nesse segmento.

Acho, e quero deixar aqui clara a minha posição, que aquilo que foi conquistado, aquilo que foi feito no nosso País – e, hoje pela manhã, discutimos, na Comissão de Meio Ambiente, a agricultura, e também, na Comissão de Ciência e Tecnologia, com a presença do Ministério das Cidades e outros –, em que as cidades pedem que as conquistas, os avanços, a ocupação das APPs sejam preservados pelo novo Código. E também vamos reivindicar, estou aqui dando a minha posição, que também queremos isso no campo, para respeitar a ocupação daqueles que fizeram no passado, dentro de outras regras e em outras situações.

Concedo um aparte à Senadora Ana Amélia, que, tão gentilmente, me cedeu o espaço para eu estar aqui, nesta tribuna.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Com toda razão, Senador Blairo Maggi. Agradeço-lhe o aparte e agradeço também as informações extremamente atuais e importantes que o caro Colega traz dessa visita à Argentina. Isso não significa dizer que o fato de a Argentina, nosso principal concorrente na produção agropecuária dentro do Mercosul e fora dele também, a ausência do Estado, com regulamentação, com penalização, com uma série de outras normas legais, não significa dizer que essa ausência tem sido responsável por problemas ambientais na Argentina. Ao contrário. Tenho certeza de que V. Ex^a encontrou lá uma preocupação dos produtores argentinos com a preservação ambiental, porque eles têm consciência também de todas as questões relacionadas ao aquecimento global, à necessidade de preservação da terra, porque,

como no Rio Grande do Sul, o agricultor está preparado, hoje, inclusive para a questão do uso do plantio na palha, que tem baixo carbono, para a agricultura de baixo carbono e todas essas práticas de manejo que são sustentáveis. Então, o que V. Ex^a traz é extremamente relevante, Senador Blairo. Concordo plenamente com V. Ex^a. Muitos agricultores, muitos empresários, não só da agricultura, estão indo buscar o ambiente mais seguro da produção na Argentina e no Uruguai, no Paraguai e até na Bolívia, porque o ambiente é de maior segurança e um ambiente mais favorável aos empreendedores, sejam eles da área rural, sejam eles da área industrial. É o que está acontecendo no meu Estado, o Rio Grande do Sul, são indústrias que estão indo para a Argentina, para o Uruguai e para o Paraguai ou com produtores rurais fazendo a mesma coisa porque o ambiente aqui não está favorável. Queremos aprovar, sim, até novembro, o Código Florestal, para evitar a judicialização de uma matéria tão importante, porque agricultor responsável, como são os agricultores, V. Ex^a é um deles, e os do meu Estado, têm responsabilidade com a preservação ambiental e com o aumento da produção de grãos de maneira sustentável. Muito obrigada.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Agradeço à Senadora Ana Amélia o aparte. O meio ambiente não conhece fronteiras. Não é porque tem o rio Paraguai e o rio Paraná, que divide os nossos países, que as coisas são diferentes. Na realidade, eles estão num sistema totalmente livre, desobrigados. Compra-se um hectare de terra na Argentina e planta-se um hectare de terra na Argentina. No Brasil, se estiver na Amazônia, compra um hectare, dez mil metros quadrados, e vai usar 20%. No cerrado, vai usar 65% e, no resto do País, 80%.

Portanto, o que vem acontecendo é que nós temos uma lei ambiental pesada, dura – eu não diria que não é necessária, mas ela é dura, é pesada –, mas enquanto outros países não fazem a mesma coisa, não resta alternativa...

(Interrupção do som.)

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT. *Fora do microfone.*) – Mais um minuto, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Um momento, que o Senador estava aqui falando.

Mas vou conceder mais dois minutos para o encerramento, Senador. Desculpe-me.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Mas como eu brincava aqui, *nosotros* não podemos pular **la frontera** e produzir na Argentina.

Então, acho que o Brasil deve se preocupar com isso. É uma questão para quem mora na cidade, que

tem de ter a compreensão de como funciona o campo e de que não criemos aqui, no Senado Federal, um cabo de guerra nesse assunto. Porque, se fizermos aqui um cabo de guerra, alguém sairá vencedor. E nós não queremos nem ser vencedores nem ser perdedores. O que nós queremos é o consenso para fazer com que a preservação do meio ambiente e as questões de produção, de segurança alimentar, de uma economia forte que traga divisas para o País, que a gente consiga fazer isso com toda a tranquilidade.

Então, quero, mais uma vez deixar aqui o meu alerta. A Argentina se prepara para aumentar a sua produção de soja em mais de 40% nos próximos anos, em 106% na área de milho, em 57% na área de trigo e em 45% na área de girassol, chegando a mais de 100 milhões de toneladas, enquanto o Brasil patina nos seus 145 milhões de toneladas.

Quero aqui, mais uma vez, agradecer à Senadora e agradecer à Sr^a Presidente também.

Durante o discurso do Sr. Blairo Maggi, o Sr. Geovani Borges deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Marta Suplicy, 1^a Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Blairo Maggi.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, como orador inscrito, pelo tempo regimental.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta Marta Suplicy, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil tem sido um país pioneiro na busca de soluções alternativas para a questão energética. Estão aí, por exemplo, os biocombustíveis, alvo do interesse internacional e um campo de ganhos econômicos e ambientais de grandes perspectivas.

O mesmo potencial se dá em relação ao problema do lixo, que, no entanto, tem sido um tormento ambiental e social para as grandes cidades, fonte de graves e crescentes preocupações para a saúde pública. O Brasil produz, hoje, cerca de 200 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por dia, um monturo monumental, que acaba despejado em lixões, sem qualquer aproveitamento econômico. Segundo dados do IBGE, dos Municípios brasileiros, apenas 33% possuem 100% de serviços de limpeza ou coleta de lixo. O restante desses resíduos é depositado em lixões a céu aberto. Esse procedimento acarreta emissão descontrolada dos gases gerados em sua decomposição e na infiltração de líquidos no solo, causando impactos negativos à saúde da população e ao meio ambiente, contribuindo para o agravamento do efeito estufa.

E há ainda lixões próximos a zonas aeroportuárias que causam riscos à segurança dos voos, pela presença maciça de aves de grande porte, como os urubus, sem esquecer o drama social que cerca a questão: a presença de catadores de lixo nas áreas de deposição final. Cito o exemplo da cidade de Aracaju. É preciso encontrar, ao lado da grande Aracaju, nas cidades circunvizinhas da grande Aracaju, uma solução para esse problema, o mais rapidamente possível.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), cerca de 25 mil catadores de lixo trabalham nos lixões, dos quais 22,3% têm até 14 anos de idade. E há ainda aos catadores que vivem nas ruas das grandes cidades brasileiras.

Essa situação impôs soluções ao Poder Público, que concebeu legislação específica criando os aterros sanitários, que porão fim aos lixões.

Essas mudanças, no entanto, entram plenamente em vigor em 2014. São importantes, mas insuficientes. Os aterros sanitários não resolvem, apenas atenuam o problema. Protegem, sem dúvida, o contato do lixo com o terreno, mas não deixam de ser cloacas em que o lixo é decomposto, produzindo metano e chorume, líquido tóxico e sem uso, que pode vazar e contaminar os terrenos, os lençóis freáticos e os rios. E o mais grave é que há aí um desperdício imenso, já que o metano pode ter aplicação rentável na produção de energia elétrica. Já é utilizado assim nos Estados Unidos e em países da Europa, onde se produz há anos energia elétrica pela queima dos resíduos domiciliares em usinas próprias que produzem vapor. Esse vapor alimenta caldeiras e as turbinas que vão produzir energia elétrica.

Na Europa, já se processam 130 milhões de toneladas de lixo, gerando energia térmica em mais de 700 instalações, produzindo mais de 8,8 mil megawatts de energia elétrica. Por aqui, continuamos jogando lixo no lixo, tornando-o um drama social e ambiental. Por que não seguir o exemplo daqueles países, tornando os resíduos sólidos fonte alternativa de energia limpa e barata? Há tecnologia disponível, já testada e avaliada, com resultados auspiciosos.

Segundo os engenheiros Adriano Pires e Abel Holtz – o primeiro é Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura; o segundo, consultor na área de energia e negócios –, “a produção média de 200 mil toneladas diárias de lixo possibilitaria a produção de energia na ordem de 2 mil megawatts médios dessa fonte, a mesma produção de uma central nuclear como Angra I”. E isso traria diversas vantagens de custo, segurança e limpeza ambiental.

Tenho conhecimento de que alguns centros de pesquisa estudam objetivamente esse aproveitamento, o que é uma grande notícia. Há, por exemplo, proje-

to de utilização de biogás proveniente do tratamento de resíduos sólidos urbanos para geração de energia elétrica e iluminação a gás, desenvolvido pelo Centro Nacional de Referência em Biomassa (CENBIO). Esse projeto é financiado pelo Ministério de Minas e Energia e encontra-se em fase de implantação na Central de Tratamento de Resíduos (CTR) de Caieiras, em São Paulo, a maior da América Latina, recebendo cerca de 10 mil toneladas de lixo diariamente. É preciso que esse projeto chegue a todo o País. O aproveitamento do biogás para geração de energia propicia o uso racional das fontes disponíveis, diminuindo a dependência de fontes externas de energia, e, como ocorre a conversão do metano em dióxido de carbono, promove a redução de emissões de gases de efeito estufa, já que o metano tem potencial de aquecimento global cerca de vinte vezes maior, quando comparado ao dióxido de carbono.

A legislação, há pouco tempo, era um obstáculo, já que estabelecia monopólio estatal para a produção de energia elétrica. As mudanças institucionais introduzidas no setor, com a criação da Aneel e com a instituição do Mercado Atacadista de energia (MAE), deram origem a um novo modelo mais eficaz e em condições de abrir novos horizontes para o atendimento da demanda crescente da sociedade.

Na sequência das alterações normativas, já é permitido a qualquer empresa produzir energia e vendê-la a qualquer consumidor, desde que seja ao menos de 3 megawatts a potência instalada correspondente à energia comercializada.

O transporte da energia foi também alvo de nova regulação, não havendo mais obstáculos à sua contratação. Com esse novo modelo institucional do setor elétrico, tornou-se possível a produção de energia elétrica a partir do lixo, com o envolvimento da iniciativa privada, e passaram a ser viáveis parcerias entre empresas e prefeituras, em especial a Resolução Aneel nº 271, de 2007, que inclui as usinas de incineração nas isenções das tarifas de transmissão e distribuição, desde que a potência exportada seja inferior a 30 megawatts e que pelo menos 50% da energia seja produzida pela fração renovável de lixo.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Já estou terminando, Sr. Presidente. Eu gostaria que me concedesse apenas mais dois minutos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos, portanto, instrumentos institucionais e legais – o arcabouço não está apenas pronto e elaborado, mas já faz parte da legislação brasileira – para acelerar esses procedimentos e fazer desse limão amargo, o drama

social e ambiental do lixo, uma limonada saborosa e lucrativa, uma fonte limpa e rentável de produção de energia elétrica.

Sr. Presidente, o Brasil está ingressando na era da modernidade em vários setores. Estou aqui apontando um em que o Brasil precisa avançar: o aproveitamento racional das fontes de energia.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, a Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Meu Presidente. Meu Presidente. Meu Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pois não, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Já que estamos muito próximos à Ordem do Dia...

Já entramos?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Ainda não. Não entramos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Meu Presidente, há dois requerimentos de minha autoria: um de número 1.058 e outro de número 1.064, de 2011, que constam do Período do Expediente, através dos quais solicito auditoria no Sistema S e informações ao Tribunal de Contas da União, que gostaria muito de vê-los aprovados. Peço, então, a gentileza de V. Ex^a no sentido de verificar a possibilidade de colocá-los em votação.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Caro Senador, V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento. Logo após, próximo à Ordem do Dia, vamos para a apreciação do Plenário, fazer a consulta ao Plenário.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Agora fará uso da palavra o Senador Cristovam Buarque, em substituição ao Senador Geovani Borges. Por dez minutos, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu tinha previsto hoje falar aqui lembrando, Senador Pedro Simon, os 50 anos da campanha da legalidade,

liderada pelo nosso saudoso Leonel Brizola. Lembrar o que é que faz com que Leonel Brizola esteja vivo até hoje: seu carisma, sua honestidade, sua firmeza, sua combatividade, seu sentimento de Pátria, sua visão de longo prazo. E falar também uma especulação. Como seria o Brasil hoje se ele tivesse ganhado a eleição de 1989? Como ele teria feito a reforma política, que acho que ele teria feito? Como ele teria criado um modelo econômico subordinado aos interesses nacionais e da população? Como ele teria feito – e não há dúvida disso – uma revolução na educação brasileira?

Mas, depois de ouvir o discurso do Senador Pedro Simon, creio que Brizola entenderia perfeitamente que eu mudasse o tom, o tema do discurso, e repercutisse a fala do Senador Pedro Simon.

O que ele trouxe aqui foi uma preocupação de um patriota e de um patriota democrata. O que ele trouxe aqui foi a preocupação com a imagem do chefe ou da chefe de Estado deste País, no nosso caso hoje, da Presidenta Dilma. O que ele trouxe para nós não foram ilações nem suspeitas a respeito de coisas indecentes que alguns líderes brasileiros estejam fazendo, como as revistas colocaram. Não!

Ele analisou aquilo que ninguém pode suspeitar de ilícito, Senador Luiz Henrique. Mas, mesmo sendo lícito, traz um respingo muito grande na imagem da Presidenta Dilma. O que ele falou é que o comportamento do ex-Presidente Lula, pela sua grandeza, até de uma maneira que ele não precise forçar, porque realmente ele tem uma dimensão muito grande, esse comportamento termina apequenando a Presidenta da República.

O Senador Pedro Simon lembrou quando o ex-Presidente Lula sai para negociar com o Presidente da Bolívia; quando o ex-ministro José Dirceu recebe ministros e presidentes de estatais para despachar, mesmo que – o Senador Pedro Simon foi enfático – não haja nada suspeito, de ilegal por trás disso. Mesmo assim, é um gesto de lesa-República, porque é um gesto de lesa-imagem da nossa Presidenta. O que o Senador Simon veio fazer aqui hoje foi tentar defender a liturgia da Presidência da República, sem o que não se mantém o poder.

Porque o regime militar mantém o poder com a farda e com as armas. Não precisa de liturgia. Não precisa de credibilidade. Os tanques nas ruas ou mesmo nos quartéis, com ameaça de irem para as ruas, são suficientes para dar a firmeza e a segurança, mas, nos regimes civis, a segurança e a firmeza não vêm sem uma imensa credibilidade, que surge dos gestos, que surge do respeito de toda a sociedade à Presidenta da República.

E há mais de uma maneira de ferir isso. Existe o ferimento das ofensas que a oposição pode cometer – e, se o fizer, a gente tem de combater aqui, não pode deixar que a figura de uma Presidente, de um Presidente, seja maculada de uma maneira perversa, de uma maneira má, de uma maneira irresponsável –, e há outra maneira: é sem ofender, mas dizendo ou fazendo coisas que façam com que o tamanho dela fique menor.

Eu, Senador Viana, fiquei preocupado, fiquei preocupado com os movimentos recentes dessas grandes personalidades que são José Dirceu e o ex-Presidente Lula. Não estou aqui levantando suspeita de coisas ilícitas da parte de nenhum deles dois, como Pedro Simon não levantou, mas é que, ao tomarem uma dimensão tão grande como a que têm, em comparação, pode-se diminuir a imagem da Presidenta Dilma. E isso fica ainda mais perigoso pelo fato de a Presidenta, desde o seu primeiro dia, passar a imagem de que este é um governo de simples continuidade.

Governo de continuidade já começa com mais de oito anos, e governo que começa com mais de oito anos já começa velho. Com todo respeito que ela deveria ter, por obrigação, por necessidade, à imagem do Presidente Lula, por mais que ela tivesse sempre tido a gratidão que tem a ele, era preciso rasgos de diferença entre um governo que terminou e um governo que começou, era preciso coisas inspiradoras novas, programas diferentes, sem acabar com aqueles que davam certo.

Mas nós não estamos vendo isso. Apesar de o *slogan* ter mudado para muito melhor – no lugar de “Brasil, país de todos”, “País rico é país sem pobreza” –, apesar da campanha pela erradicação da miséria, que é um avanço no que se refere ao Fome Zero, apesar disso, a imagem que passa nesses oito meses é de um governo que é, pura e simplesmente, continuidade do anterior, inclusive continuidade das boas coisas do anterior – o anterior teve boas coisas sim, e não adianta a oposição querer descaracterizar qualidades do Governo Lula.

Mas a simples continuidade não é boa. A democracia não é feita apenas para renovar o nome de quem assina os atos que vão para o *Diário Oficial*.

A democracia é feita também para renovar o conteúdo daquilo que vai para o *Diário Oficial*. E isso não temos visto ou temos visto muito pouco. E aí temos um governo que começa envelhecido. Isso é ruim para o Brasil, isso é ruim para a sua imagem.

Agora, se, ao mesmo tempo, acontece isso com pessoas grandes, assumindo posições de liderança, despachando com ministro, com presidente de estatal, viajando ao exterior para negociar com chefe de

estado projetos de interesse do Brasil e da Bolívia, corremos um grande risco, Senador Luiz Henrique, de termos um governo, que tem tudo para ser grande, se apequenando diante de dois fatos: a continuidade sem inspirações novas e a presença marcante, como uma sombra, de personalidades de antes sobre a Presidenta do momento.

A nossa tarefa, dos republicanos, dos patriotas, de oposição ou não, é fazer os alertas que o Senador Pedro Simon há pouco fez, de fazer esses alertas que estou apenas repercutindo modestamente porque ele quem fez o discurso, foi ele quem levantou o problema. Nosso papel de quem quer zelar pela continuidade da Nação e não do governo, pela continuidade da Nação com novos projetos e não de um governo repetitivo, como o anterior, que quer dar a imagem do tamanho que deve ter uma presidenta da República maior do que a sombra dos outros, nós que temos essa preocupação, Senador Pedro, temos que estar aqui, Senador Benedito, falando com clareza e zelando pela imagem da Presidenta. Quando for necessário, com críticas – o que estou falando não deixa de ser crítica –, sobretudo, quando possível, com elogios, mas nunca diminuindo a figura dela, seja por discurso de oposição, seja por um excesso de presença de pessoas do Governo, do partido do Governo, ligadas ao Governo, mas jogando sombra sobre a Presidenta Dilma.

Quero manifestar, aqui, o meu compromisso com a República brasileira, com a democracia e com a Presidenta que temos pelos próximos quatro anos, pronto a fazer críticas quantas vezes forem necessárias, a defender quantas vezes for preciso, mas não só da oposição, defender de muitos aliados que, deliberadamente ou não, cometem atos de lesa-República, porque são atos de lesa-presidência da República.

Era isso, Senador Pedro Simon, Senador Presidente Sarney, que eu gostaria de ter falado hoje.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Jorge Viana deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) –

ORDEM DO DIA

A Presidência inclui, desde a presente sessão, as matérias referentes à reforma política que estão prontas para entrar em pauta, que são as seguintes:

- Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, que altera os arts. 46 e 56 da Constituição para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senadores; vedar a eleição de suplente que

seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular e dá outras providências;

- Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2011, que altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer o mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos, e mudar a data das respectivas posses; e
- Proposta de Emenda à Constituição nº 42, que acrescenta o § 3º ao art. 45 da Constituição Federal para exigir que lei ou Emenda Constitucional que altere sistema eleitoral seja aprovada em referendo para entrar em vigor.

Quanto à Proposta de Emenda à Constituição nº 43, a Presidência informa que foi apresentado, pelo Senador Eduardo Suplicy, o Requerimento nº 1.055, de 2011, de dispensamento dessa matéria da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2011, agendado para a sessão do dia 6 de setembro.

Se aprovado o requerimento, as matérias voltam a ter tramitação autônoma e retornam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para exame.

Tão logo a Ordem do Dia esteja desobstruída, as matérias poderão ser deliberadas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 1:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 531, DE 2011

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 531, de 2011, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais), para os fins que especifica.

Transcorre, hoje, a quinta sessão da matéria constando da pauta.

Prestados esses esclarecimentos, passamos à apreciação da matéria.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Foi requerida há poucos minutos...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Ah, perdão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – ... a aprovação de dois requerimentos de minha autoria, um de nº 1.058, outro de nº 1.064. Eu gostaria, Sr. Presidente, que colocasse em votação, se possível.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Tão logo a Ordem do Dia termine, nós entraremos na pauta com esses requerimentos.

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para encaminhar, Sr. Presidente. Assim que V. Ex^a abrir, eu peço para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Para encaminhar?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pressupostos de relevância e urgência.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Eu ainda não dei a palavra ao Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente. Só aguardo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Relator, Senador Flexa Ribeiro, para proferir parecer sobre a matéria.

O Senador Demóstenes Torres está inscrito para encaminhar a votação.

PARECER Nº 846, DE 2011–PLEN

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 531, de 2011, permite a transferência de recursos financeiros a Estados e a Municípios, com vistas a reconstruir, reformar e adequar a infraestrutura física predial de escolas públicas, bem como a reequipá-las e a promover outras ações necessárias à continuidade do atendimento aos alunos, em função de prejuízos ocasionados por desastres naturais, tais como enchentes e deslizamentos de encostas ocorridos em diversas localidades do País.

A urgência e a relevância justificam-se pela necessidade de agilizar a reconstrução das escolas públicas danificadas pelas enchentes, a fim de possibilitar o retorno dos alunos às salas de aula.

Sr. Presidente José Sarney, fico satisfeito em poder relatar essa Medida Provisória, que atende, verdadeiramente, Senador Agripino, o mandamento constitucional que determina:

“Art. 167. [...]”

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.”

A Medida Provisória em análise visa a atender uma situação que se enquadra, sem dúvida, nessas condições, pois é imprevisível, é urgente e decorre de calamidade pública. Essa Medida Provisória terá, cer-

tamente, o apoio de todos, diferentemente de muitas outras medidas provisórias que abriram crédito extraordinário para finalidades e situações previsíveis e sem urgência, condições que nada tinham a ver com guerra, com comoção interna ou com calamidade pública. Cito três exemplos de medidas provisórias desse tipo editadas em 2010: a Medida Provisória nº 515, de 2010, que abre crédito extraordinário em favor da Justiça do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo no valor global de R\$26.673.264.196,00 e que virou lei – o PSDB entrou com uma Adin e está aguardando o julgamento no Supremo Tribunal Federal –; a Medida Provisória nº 508, de 2010, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Educação no valor de R\$968.185.382,00 e que foi rejeitada, Senador Romero Jucá, Líder do Governo, pelo Senado; e a Medida Provisória nº 490, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação e da Integração Nacional no valor global de R\$1.287.072.416,00 e que teve seu prazo de vigência encerrado sem votar.

Com o intuito de acabar com essa prática que considero ilegítima, apresentei a PEC nº 45, de 2008, que altera a redação do § 3º do art. 167 da Constituição, suprimindo a expressão “como as” da frase “como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública”. Dessa forma, veda-se a abertura de crédito extraordinário por medida provisória para situações que não configuram explicitamente guerra, comoção interna ou calamidade pública. A PEC está, há quatro meses, pronta para a pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável do Senador Alvaro Dias.

Sr. Presidente, como eu disse nas palavras iniciais, a Medida Provisória nº 531, de 2011, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Educação no valor de R\$74 milhões para os fins a que me referi, a reconstrução de escolas sujeitas a calamidades, como inundações e desmoronamento, tem, sim, urgência e relevância e será, com certeza absoluta, aprovada por todos os Senadores e Senadoras.

Dessa forma, Sr. Presidente, diante das razões expostas, o nosso voto é no sentido de que a Medida Provisória nº 531, de 25 de abril de 2011, atende aos preceitos constitucionais que devem orientar sua adoção e se encontra adequada sob o ponto de vista financeiro e orçamentário. No mérito, somos por sua aprovação, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O parecer do Revisor Flexa Ribeiro é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária

da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, e, no mérito, pela aprovação da medida.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira.

Está inscrito, em primeiro lugar, o Senador Demóstenes Torres.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente, de forma sucinta, nós votamos favoravelmente, acompanhando o Relator Flexa Ribeiro, que não poderia deixar de apresentar o seu relatório favorável, já que o objetivo é fazer com que os estudantes possam retornar às escolas rapidamente. O retorno dos alunos às salas de aula é fundamental, e é exatamente isso que justifica a relevância e a urgência dessa proposta.

Esta Medida Provisória possibilita a transferência de recursos financeiros a Estados e Municípios para reconstrução, reforma e adequação da infraestrutura física de escolas públicas bem como reequipá-las e promover ações necessárias à continuidade do atendimento aos respectivos alunos em função de prejuízos ocasionados por desastres nacionais, como enchentes e deslizamentos de encostas ocorridos em diversas localidades do País.

Portanto, se justificam a relevância e a urgência, e o nosso Partido, o PSDB, vota favoravelmente, acompanhando o Relator Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha palavra é a palavra do meu partido. Nós votamos semana passada a Medida Provisória 530, que tratava de abrir caminhos institucionais para recuperação de unidades escolares prejudicadas por intempéries – cheias, terremotos, o que quer que seja.

E a matéria que votamos agora destina recursos financeiros. Uma completa a outra. Se votamos a favor, e eu manifestei a minha posição logo ao votar a favor da anterior, a nossa posição é, seguindo o relatório do Senador Flexa Ribeiro, manifestar a nossa posição favorável em nome da educação, garantindo a destinação de recursos financeiros para recuperação de escolas no Brasil inteiro prejudicadas por intempéries.

É o nosso voto. É a nossa posição.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Benedito de Lira, para encaminhar a votação.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar a Presidenta Dilma por ter encaminhado essa medida provisória e, ao mesmo tempo, cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro pelo desprendimento de fazer um relatório favorável, considerando que a matéria é altamente relevante, e eu que o diga, Presidente, porque meu Estado foi alvo de uma grande enchente, que já completou um ano. Temos mais de 12 escolas que estão em fase de recuperação, de construção.

É importante e significativa a aprovação dessa matéria na tarde de hoje. Eu quero comunicar à Mesa que meu partido votará favoravelmente a essa medida provisória...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – ... considerando a importância que ela traz para reconstruir, reequipar as escolas que foram destruídas com os desastres ecológicos ocorridos no Brasil em diversos Estados, especialmente no Nordeste, nos Estados de Pernambuco e Alagoas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria, de forma prazerosa, de registrar, aqui no plenário da Casa, a presença do ilustre Desembargador de Mato Grosso, José Ferreira; como também a presença do Juiz Dr. Antônio Abano, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais; do companheiro Juiz Dr. Horácio; do Dr. Marcelo, Juiz da Comarca também de Cuiabá, do meu Estado de Mato Grosso; que nos visitam no dia de hoje. Eu gostaria de registrar essas presenças honrosas aqui no Senado Federal, Sr. Presidente. São essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, para encaminhar a votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós, do PSOL, votaremos favoravelmente a essa medida provisória. Destaco que esperamos muito que todas as medidas provisórias fossem com os aspectos desta. Esta é uma medida provisória que cumpre todos os pré-requisitos de relevância e urgência. Eu colocaria até a ela mais um adjetivo: ela é humanitária – inclusive os recursos já foram utilizados – em

virtude da necessidade que ela veio a suprir, que foi atender à educação pública brasileira, vítima das tragédias naturais, muitas ocorridas em especial no Rio de Janeiro e no Nordeste no início deste ano.

Então, essa é uma daquelas medidas provisórias que cumpre todos os pré-requisitos. Quem dera que o instituto da medida provisória fosse utilizado como nesta MP 531.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB - AP) – Não havendo mais oradores, eu encerro a discussão.

Em votação os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Agora, vamos discutir o mérito.

Não havendo oradores inscritos, encerro a discussão.

Em votação a medida provisória.

Não havendo manifestação em contrário das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores, declaro aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 531, DE 2011

MENSAGEM Nº 29, DE 2011-CN

(Nº 110/2011, na origem)

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$74.000.000,00, para os fins que especifica.

A Presidenta da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo desta Medida Provisória.

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de abril de 2011; 190º da Independência e 123º da República. – **Dilma Rousseff.**

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
Unidade: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO

Crédito Extraordinário

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	1061	Brasil Escolarizado							74.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 847	1061 00FA	Apoio à Recuperação da Rede Física Escolar Pública							74.000.000
12 847	1061 00FA 0101	Apoio à Recuperação da Rede Física Escolar Pública - Nacional (Crédito Extraordinário)							74.000.000
			F	3	2	90	0	300	29.600.000
			F	4	2	90	0	300	44.400.000
TOTAL - FISCAL									74.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									74.000.000

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB - AP) – O item 2 é também uma medida provisória.

O relatório ainda não chegou à Mesa, de maneira que temos um prazo de 24 horas ainda para distribuir ao Plenário. Ela fica em pauta para votação amanhã.

É o seguinte o item:

Item 2:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 21, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 532, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2011, que altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e

9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; altera o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, as Leis nºs 10.336, de 19 de dezembro de 2001, e 12.249, de 11 de junho de 2010, o Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios;

revoga a Lei nº 7.029, de 13 de setembro de 1982; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 532, de 2011).

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB - RR) – A ideia é votá-la amanhã, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB - AP) – Essas matérias podem ser votadas, porque elas não estão incluídas nas matérias em que a pauta é obstruída pelas medidas provisórias.

Item 11:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 127, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2011 (nº 2.818/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 24 de junho de 2009.*

O parecer é favorável, sob nº 741, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e foi Relator o Senador Pedro Simon.

Discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão e submeto à votação.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 127, DE 2011**

(Nº 2.818/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 24 de junho de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de

Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal, Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 24 de junho de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto do Acordo encontra-se publicado no **DSF**, de 12-5-2011.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB - AP) – **Item 12:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 128, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2011 (nº 2.861/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre Cooperação no Campo da Agricultura, assinado em Brasília, em 24 de junho de 2009.*

O parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é favorável, sob nº 742, de 2011, Relator: Senador Pedro Simon.

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão e submeto à votação do Plenário.

Os que concordarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 128, DE 2011**

(Nº 2.861/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre Cooperação no Campo da Agricultura, assinado em Brasília, em 24 de junho de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas

sobre Cooperação no Campo da Agricultura, assinado em Brasília, em 24 de junho de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Memorando, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto do Memorando de Entendimento encontra-se publicado no **DSF**, de 12-5-2011.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 15:**

REQUERIMENTO Nº 1.013, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.013, de 2011, do Senador Wellington Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2011, com o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nº 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; e 256, de 2009, por regularem matérias correlatas (**royalties** de petróleo).

A Presidência comunica ao Plenário que, com a aprovação do requerimento, o Projeto de Lei do Senado nº 448 perde seu caráter terminativo.

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos, e de Serviços de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Requerimento também do Senador Ataídes Oliveira, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria nas entidades componentes do Sistema S – Sesi, Senai, Sesc, entre outras –, no que se refere às gestões dos exercícios 2008 a 2010. (Requerimento nº 1.058, de 2011)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em votação o requerimento.

Sem contestação, dou como aprovado e será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Também requerimento do Senador Ataídes Oliveira, solicitando ao Tribunal de Contas da União informações sobre as auditorias e inspeções realizadas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, nos anos de 2008, 2009 e 2010. (Requerimento nº 1.064, de 2011)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em votação o requerimento.

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Consulto os Srs. Líderes se podemos submeter ao Plenário a votação de dois embaixadores e dois diretores do DNIT, que restam para aprovação. (*Pausa.*)

Não havendo contestação, assim procederemos.

Peço aos Senadores que se encontram em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário. Vamos iniciar a votação de mensagem de escolha de chefes de ação diplomática, cuja votação é nominal, e precisamos da presença dos Senadores e Senadoras no plenário da Casa.

Em primeiro lugar é a mensagem que indica o Sr. Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Cargo Especial para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa.

O parecer é favorável, sendo Relator o Senador Blairo Maggi. (**Parecer nº 847, de 2011–CRE.**)

É o seguinte o item:

Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 86, DE 2011

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem nº 86, de 2011 (nº 176/2011, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Discussão do parecer. (*Pausa.*)

Sem discussão, encerro a discussão.

E vamos passar à votação.

Peço à Mesa que prepare o painel para procedermos à votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço aos Srs. Senadores que compareçam

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – SIM, 45; 06 votos NÃO.

Nenhuma abstenção.

A indicação foi aprovada, e a Presidência comunicará à Senhora Presidente da República.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Somente registrar o meu voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata vai registrar a intenção de V. Ex^a.

E será feita a devida comunicação à Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 96, DE 2011

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem 96, de 2011 (nº 229/2011, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação da Sr^a Vitoria Alice Cleaver, Ministra de Primeira Classe do Quadro

Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Socialista do Vietnã.

O parecer é favorável, da Comissão de Relações Exteriores, sendo Relator o Senador Randolfe Rodrigues. **(Parecer nº 848, de 2011–CRE.)**

Discussão do parecer. *(Pausa.)*

Sem oradores, encerro a discussão e vamos passar à votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras já podem votar. E peço aos Srs. Senadores e Senadoras que permaneçam no plenário, uma vez que vamos ter ainda mais duas votações.

(Procede-se à votação.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, apenas para registrar o meu voto na votação anterior, acompanhando a maioria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Cícero Lucena. A Ata vai registrar.

Se todos os Senadores e Senadoras já votaram, vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – SIM, 43; 7 votos NÃO.

Nenhuma abstenção.

A indicação foi aprovada, e a Mesa comunicará à Senhora Presidente da República a decisão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 841, DE 2011

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 841, de 2011, da Comissão de Infraestrutura, sendo Relator o Senador Eduardo Braga, sobre a Mensagem Presidencial nº 112, de 2011 (nº 305/2011, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Roger da Silva Pêgas para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Transportes e Infraestrutura – DNIT.

Discussão do parecer. *(Pausa.)*

Sem oradores, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores e Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nas duas votações anteriores, votei “Sim”, para que conste em Ata, por gentileza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata registrará.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Nas votações anteriores, votaria “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Eduardo Amorim votaria “Sim”.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para registrar que Senador Sérgio Souza votou “Sim” nas duas votações anteriores, para que conste em Ata.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que marque “sim” nas duas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador João Durval, a Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria que considerasse o meu voto favorável nas duas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido.

A Senadora Vanessa Grazziotin está votando, o Senador José Agripino, também.

Se todos os Senadores e Senadoras já votaram, vou encerrar a votação.

A Senadora Ana Amélia está votando. *(Pausa.)*
Encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA**PARECER N° 841, DE 2011 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)**

Sr. ROGER DA SILVA PÊGAS, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 30/8/2011

Num.Votação: 3
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 30/8/2011 16:51:08
Encerramento: 30/8/2011 16:53:11

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	Votou
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	Votou
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PR	MS	ANTÔNIO RUSSO NETTO	Votou
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	Votou
PR	MT	BLAIRO MAGGI	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	Votou
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	Votou
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	Votou
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	Votou
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
PT	AC	JORGE VIANA	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	Votou
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PSDB	SC	PAULO BAUER	Votou
PV	RN	PAULO DAVIM	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	Votou
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	Votou
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	Votou
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	Votou

Votos SIM : 46
Votos NÃO : 08
Votos ABST. : 01

Total : 55


Primeiro-Secretário

Presidente: JOSÉ SARNEY

Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA

Emissão: 30/8/2011 16:53:13

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – SIM 46; NÃO 8.

Uma abstenção.

Total: 55 votos.

A indicação foi aprovada.

Será feita a devida comunicação à Excelentíssima Senhora Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Última votação nominal.

Item extrapauta:

PARECER Nº 842, DE 2011

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 842, de 2011, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Walter Píneiro, sobre a Mensagem nº 115, de 2011 (nº 308/2011, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. José Florentino Caixeta, para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

Discussão do parecer. *(Pausa.)*

Sem oradores, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, vou proceder à votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras já podem votar. O painel está aberto. *(Pausa.)*

(Procede-se à votação.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) –

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar que nós reunimos e instalamos a Comissão Mista de Mudanças Climáticas na tarde de hoje. Inclusive, gostaria de agradecer ao Senador Renan Calheiros, que me indicou, através do Partido

do PMDB, a ocupar esta Comissão e agradecer a todos os Srs. Parlamentares, Senadores e Deputados Federais que estiveram presente na Comissão, que me elegeram Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Senador Wellington acompanha a Liderança do PT nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senadora Marinor.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu queria pedir a atenção do Presidente José Sarney para os Projetos de Lei nºs 22 e 25, de 2011, que tratam de crédito suplementar para o reforço da realização do plebiscito do Tribunal Superior Eleitoral, e ambos dependem de decisão do Congresso Nacional. É uma questão vital para a realização do plebiscito no Pará, que já está marcado para dezembro deste ano, a aprovação pelo Congresso Nacional desses dois projetos de lei.

Então, estou pedindo, apelando aqui a atenção da Presidência do Senado para que encaminhe ao Presidente da Câmara dos Deputados pedido em caráter de urgência para a aprovação dos Projetos de Lei nºs 22 e 25, de 2011, que tratam de crédito suplementar para reforço à lei orçamentária vigente, para o Tribunal Superior Eleitoral, para a realização do plebiscito no Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a será atendida na forma regimental.

Senadores e Senadoras, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA**PARECER Nº 842 DE 2011 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)**

Sr. JOSÉ FLORENTINO CAIXETA, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DE PLANEJAMENTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

Núm. Sessão: 1
Data Sessão: 30/8/2011

Núm. Votação: 4
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 30/8/2011 16:54:03
Encerramento: 30/8/2011 16:57:33

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PP	RS	ANA AKÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	Votou
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	Votou
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	Votou
PR	MT	BLAIRO MAGGI	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	Votou
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	Votou
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	Votou
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	Votou
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	Votou
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PDT	BA	JOÃO DUVAL	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
PT	AC	JORGE VIANA	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	Votou
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PSDB	SC	PAULO BAUER	Votou
PV	RN	PAULO DÁVIM	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	Votou
PP	PQ	REDITÁRIO GASSOL	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUILÃO	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	Votou
PT	BA	WALTER PINHEIRO	Votou
PT	PI	WELLINGTON DIAS	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 50
Votos NÃO : 09 **Total : 59**
Votos ABST. : 00



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – SIM, 50; 09 votos NÃO.

Nenhuma abstenção.

A indicação foi aprovada e será feita a devida comunicação à Excelentíssima Senhora Presidente da República.

Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as demais matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.*

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que *fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fau-*

na e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.*

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer, sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (no 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.*

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que *oferece*; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno

suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

13

REQUERIMENTO Nº 1108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.*

14

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de S.Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vamos passar à lista de oradores.

Com a palavra o Senador José Agripino, pela Liderança, e depois o Senador Jorge Viana.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem, só para justificar.

Eu votei duas vezes, mas às outras duas votações não estava presente. Portanto, se aqui estivesse, votaria conforme a orientação do meu Partido. Estou justificando o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata registrará o desejo de V. Ex^a.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 849, DE 2011

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto

Legislativo nº 634, de 2010 (nº 2.350/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 742, de 2009, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da referida mensagem e produzido por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após análise pelas Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania. O projeto de decreto legislativo que confirma o tratado recebeu a chancela do Plenário daquela Casa em 11 de novembro de 2010.

No Senado Federal, onde foi registrado como Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 634, de 2010, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 29 de novembro de 2010, mas não teve designação de relatoria ainda naquela sessão legislativa.

Continuou a tramitar na nova legislatura por força do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal. Em 28 de abril deste ano foi destinado ao Relator signatário após o decurso do prazo regimental para recebimento de emendas.

II – Análise

Cuida-se aqui de um acordo entre o Brasil e Botsuana, que visa a fortalecer os laços de amizade entre os dois povos, por meio da cooperação educacional e do desenvolvimento científico entre ambos os países, os quais reconhecem a importância dessa colaboração e estão conscientes de que o desenvolvimento científico e tecnológico global exige uma nova visão para alcançar a excelência de seus recursos humanos (Preâmbulo e artigo I).

Os objetivos do acordo são o fortalecimento da cooperação educacional no âmbito da educação avançada, a formação e aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores, o intercâmbio de informações e experiências e o fortalecimento da cooperação entre equipes de pesquisadores (artigo II).

Para alcançar os objetivos, as partes adotarão programas de intercâmbio de professores, pesquisadores, técnicos e especialistas para a realização de cursos de graduação e/ou pós-graduação; realizarão intercâmbio de missões de ensino e pesquisa de curta e de longa duração; e elaborarão e executarão conjuntamente projetos e pesquisas em áreas a serem posteriormente definidas (artigos III e IV).

O ingresso em cursos de graduação e pós-graduação será regido pelos processos seletivos da respectiva Parte Contratante, podendo ser criados sistemas de bolsas e/ou facilidades que permitam a pesquisadores e estudantes adquirirem aperfeiçoamento acadêmico e profissional (artigo V).

De relevante importância no acordo, registre-se a disposição sobre reconhecimento dos diplomas e títulos acadêmicos obtidos em uma das Partes, os quais terão seu reconhecimento na outra Parte sujeito a sua legislação nacional (artigo VI).

Sob os auspícios do acordo, as partes se comprometem a promover a difusão e o ensino da cultura e língua da outra Parte em seu território (artigo VII).

O acordo poderá ser emendado e entrará em vigor a partir da data de recebimento da segunda das notificações de ratificação. Terá vigência por cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, salvo em caso de denúncia por uma das partes (artigo IX).

A cooperação entre os povos é princípio constitucional que rege nossas relações internacionais. No caso em apreço, reveste-se de importância especial, porque reforça esse tipo de relacionamento com uma nação da africana, que se espera seja marcado pelo dinamismo e benefícios recíprocos.

III – Voto

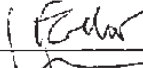
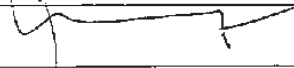
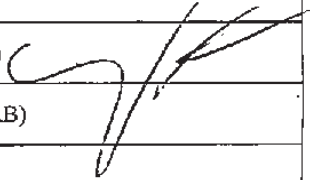
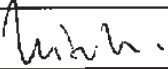
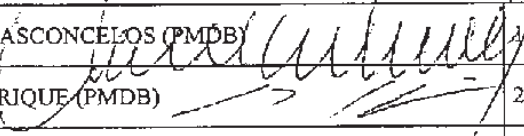
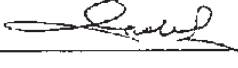
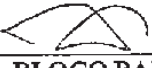
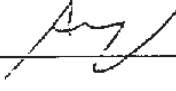
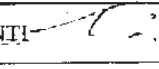
Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, concluo este parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 634, de 2010.

Sala da Comissão, 25 de agosto de 2011. – Senador **Fernando Collor**, Presidente – Senador **Marcelo Crivella**, Relator.

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 634, DE 2010

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 25/08/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR 	
RELATOR: SENADOR MARCELO CRIVELLA 	
TITULARES SUPLENTE	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTTIN (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT) 
VAGO	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT) 	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB) 	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) 
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP) 	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) 	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI 
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER Nº 850, DE 2011

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 648, de 2010 (nº 2.831/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros dos Países de Língua Portuguesa, assinada na cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.

Relator: Senador **Antônio Carlos Valadares**

Relator *ad hoc*: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de

Decreto Legislativo nº 648, de 2010, decorrente da Mensagem nº 154, de 9 de abril de 2010, encaminhada pela Presidência da República ao Congresso Nacional, que submete à consideração desta Casa o texto da *Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros dos Países de Língua Portuguesa, assinada na cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005*. A referida mensagem presidencial é acompanhada da íntegra do tratado e exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores.

Na Câmara dos Deputados, a mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou e aprovou o projeto de decreto legislativo em análise. A proposição passou, em seguida, pelo crivo positivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa. Por fim, o projeto foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 18 de novembro de 2010.

Consequentemente, a proposição veio ao Senado Federal, foi recebida pela Comissão de Relações

Exteriores e Defesa Nacional, em 18 de janeiro de 2011, não tendo sido apresentada emenda no prazo regimental.

II – Análise

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal, e não ofende outras normas fundamentais, nem regimentais. Tampouco verificamos vícios quanto a sua juridicidade.

Precisamente, o ato internacional em apreço é composto de 22 (vinte e dois) artigos e já foi aprovado pelo Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo nº 175, de 14 de maio de 2009. Contudo, essa aprovação se deu sem cotejar os artigos 19, 20, 21 e 22, da parte III do acordo, que versam sobre suas disposições finais.

As regras ausentes na primeira aprovação dizem respeito à assinatura e entrada em vigor da Convenção, sua conexão com outros tratados, eventual denúncia e, por fim, notificação aos Estados Contratantes sobre assuntos diversos a ela pertinentes. Em suma, trata-se de regras procedimentais, típicas do direito dos tratados, sem as quais o ato é incompleto e deficiente.

Em face dos elementos acima expostos, no mérito, a adoção integral deste Acordo corrige aprovação equivocada do passado.

III – Voto

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 648, de 2010.

Sala da Comissão, 25 de agosto de 2011. – Senador **Fernando Collor**, Presidente – Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Relator *ad hoc*.

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 648, DE 2010

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 25/08/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>Fcollor</i>	
RELATOR "AD HOC": SENADOR MOZARILDO CAVALCANTE <i>Mozarildo Cavalcante</i>	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCIDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPPLY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT) <i>[Handwritten signature]</i>
VAGO	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB) <i>[Handwritten signature]</i>
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT) <i>M. Buarque</i>	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB) <i>[Handwritten signature]</i>	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB) <i>[Handwritten signature]</i>	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>[Handwritten signature]</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP) <i>[Handwritten signature]</i>	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) <i>[Handwritten signature]</i>	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIÑO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTE <i>[Handwritten signature]</i>
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER Nº 851, DE 2011

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2011 (nº 2.721/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Maláui, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2009.

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2011, decorrente da Mensagem nº 158, de 9 de abril de 2010, encaminhada pela Presidência da República ao Congresso Nacional, que submete à consideração desta Casa o texto do *Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Maláui, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2009*. A referida mensagem presidencial é acompanhada de texto do tratado em português e exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores.

Na Câmara dos Deputados, a mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou e aprovou o projeto de decreto legislativo em análise. A proposição passou, em seguida, pelo crivo positivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa. Por fim, o projeto foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 26 de maio de 2010.

Consequentemente, a proposição veio ao Senado Federal, onde foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 7 de junho de 2010, não tendo sido apresentada emenda no prazo regimental.

II – Análise

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal, e não ofende outras normas fundamentais, nem regimentais. Tampouco verificamos vícios quanto a sua juridicidade.

Precisamente, o ato internacional em apreço é composto de 10 (dez) artigos e terá vigência inicial de 5 (cinco) anos, renovável automaticamente por iguais períodos, salvo manifestação contrária de uma das Partes com pelo menos 1 (um) ano de antecedência à sua renovação automática.

Destina-se à promoção da cooperação técnica entre os dois países, a ser detalhada mediante reuniões entre representantes das Partes Contratantes e implementada por meio de programas executivos. Estes definirão as instituições executoras, os órgãos coordenadores e os insumos necessários aos programas, atividades e projetos acordados, que poderão envolver instituições do setor público e privado, organizações não governamentais de ambos os países e organizações internacionais.

Além disso, o acordo reproduz cláusulas típicas da cooperação técnica internacional, como as referentes a sigilo de informações, facilidade na concessão de vistos, imunidades funcionais, privilégios fiscais e aduaneiros e destino de bens, equipamentos e outros itens.

Em face dos elementos acima expostos, no mérito, estamos certos de que a adoção deste Acordo favorecerá as relações de amizade e cooperação com a República do Maláui.

III – Voto

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2011.

Sala da Comissão, 25 de agosto de 2011. – Senador **Fernando Collor**, Presidente – Senador **Marcelo Crivella**, Relator.

Senado Federal
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 137, DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 25/08/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>Fcollor</i>	
RELATOR: SENADOR MARCELO CRIVELLA <i>Marcelo Crivella</i>	
TITULARES	
SUPLENTE	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCIDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT) <i>Linberg</i>
VAGO	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT) <i>Crivella</i>	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB) <i>Jarbas</i>	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB) <i>Luiz Henrique</i>	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP) <i>Francisco Dornelles</i>	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) <i>Aloysio</i>	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER Nº 852, DE 2011

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2011 (nº 2.835/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Domínio da defesa assinado em Maputo, em 26 de março de 2009.

Relator: Senador **Luiz Henrique**

I – Relatório

Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 139, de 2011, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Maputo, em 26 de março de 2009.

Em atenção ao disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, combinado com seu art. 84, inciso VIII, o Poder Executivo enviou às Casas Legislativas a Mensagem nº 71, de 25 de fevereiro de 2010, que solicita a apreciação da matéria.

Na Câmara dos Deputados, o ato internacional em apreço foi aprovado em 16 de junho de 2011, na forma do Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que passou pelo crivo, ainda, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O ato internacional em exame se faz acompanhar de Exposição de Motivos, assinada pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa, que destaca que o Acordo estabelece as bases normativas que regulamentarão a cooperação militar entre as Partes signatárias, permitindo, assim, a expansão dos vínculos existentes entre o Brasil e Moçambique sobre essa matéria.

II – Análise

O instrumento internacional em pauta compõe-se de onze artigos.

Os Artigos 1 e 2 apresentam os objetivos do Acordo e as diversas formas pelas quais deverá ser desenvolvida a cooperação entre as Partes no domínio da defesa.

Entre elas constam a promoção da cooperação entre as Partes em assuntos relativos à defesa, nomeadamente nas áreas de pesquisa e desenvolvimento; compartilhamento de conhecimentos e experiências adquiridas no campo de operações, na utilização de equipamento militar de origem nacional e estrangeira, no cumprimento de obrigações internacionais de manutenção da paz e no campo da ciência e da tecnologia; promoção de ações conjuntas de treinamento e instrução militar, exercícios militares combinados e a correspondente troca de informação; colaboração em assuntos relacionados a equipamentos e sistemas militares e cooperação em outras áreas no domínio da defesa que possam ser de interesse comum.

No tocante ao desenvolvimento da cooperação, esse deverá realizar-se por meio de visitas mútuas de delegações de alto nível a entidades civis e militares; reuniões entre as instituições de defesa de cada uma das Partes signatárias; intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares; participação em cursos teóricos e práticos, seminários, conferências, debates e simpósios em entidades civis e militares, entre outras iniciativas de interesse comum.

O Artigo 3 determina que a implementação do Acordo será feita por meio de um grupo de trabalho conjunto, constituído por representantes de cada um dos Ministérios da Defesa e dos Ministérios das Relações Exteriores e, quando for o caso, de outras instituições de interesse para as Partes.

O Artigo 4 atribui aos países signatários as responsabilidades financeiras para as atividades decorrentes do Acordo, sendo que cada Parte será responsável por seus respectivos gastos relativos a transporte, alimentação e hospedagem e a tratamento médico, dentário, remoção de pessoal doente, ferido ou falecido. Porém, a Parte receptora deverá prover o tratamento daquelas enfermidades que exijam atenção de emergência ao pessoal da Parte remetente.

O Artigo 5 dispõe sobre a responsabilidade civil das Partes, vedando a qualquer delas iniciar ação cível contra a outra Parte ou seu pessoal por danos causados durante as atividades que se enquadrem no Acordo.

No que diz respeito à segurança das informações sigilosas que vierem a ser geradas ou trocadas no âmbito do Acordo, o Artigo 6 prevê a celebração de instrumento adicional voltado para a proteção da matéria sigilosa. Adicionalmente, enumera uma série de princípios a serem observados pelas Partes enquanto tal instrumento não entrar em vigor, entre eles

a proibição de que a Parte destinatária venha a prover a terceiros países qualquer tecnologia ou equipamento militar ou a difundir informação sigilosa obtida sob o Acordo sem a autorização da Parte remetente; a classificação, pela Parte destinatária, de igual grau de sigilo ao atribuído pela Parte remetente; bem como outras determinações sobre o uso, o acesso e os procedimentos para a desclassificação do grau de segurança da informação ou para a diminuição do seu grau de classificação de segurança.

O Artigo 7 faculta a celebração de protocolos complementares ao Acordo e programas em áreas específicas de cooperação de defesa, desde que haja o consentimento dos países signatários.

Os Artigos 8 e 9 versam respectivamente sobre a possibilidade de emenda do Acordo, por troca de Notas, pela via diplomática, e sobre a resolução de controvérsias, que se realizará por meio de consultas e negociações entre as Partes.

Os Artigos 10 e 11 contêm as fórmulas de praxe sobre a vigência do Acordo, que será indeterminada e terá início trinta dias após a data de recebimento da última notificação mediante a qual um dos Estados signatários comunica ao outro que foram cumpridos os respectivos requisitos internos, e sua denúncia, que surtirá efeitos noventa dias após o recebimento da notificação de denúncia de uma das Partes à outra.

Consideramos o ato internacional, que ora se submete à apreciação legislativa para efeitos de in-

corporação ao ordenamento jurídico interno, altamente conveniente e oportuno aos interesses nacionais. Seu acolhimento pelo Congresso Nacional e posterior ratificação resultarão em maior aproximação entre as Forças Armadas do Brasil e de Moçambique. O Acordo inscreve-se, segundo ressalta a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores,

“... no marco da prioridade africana da política externa brasileira e segue a orientação estratégica de intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas, inscrita na Política de Defesa Nacional de 2005.”

Cabe ainda assinalar o reconhecimento, expresso no Preâmbulo ao presente documento, do princípio do pleno respeito à integridade do território nacional, a soberania e a independência política de cada Estado, a quem assiste o direito soberano de definir suas prioridades nacionais em matéria de defesa.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2011, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Domínio de Defesa, assinado em Maputo, em 26 de março de 2009.

Sala da Comissão, 25 de agosto de 2011. – Senador **Fernando Collor**, Presidente – Senador **Luiz Henrique**, Relator.

Senado Federal
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 139, DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 25/08/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>Fcollor</i>	
RELATOR: SENADOR LUIZ HENRIQUE	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANÍBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT) <i>[Handwritten signature]</i>
VAGO	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB) <i>[Handwritten signature]</i>
BLATRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT) <i>Crustovam</i>	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB) <i>[Handwritten signature]</i>	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB) <i>[Handwritten signature]</i>	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>[Handwritten signature]</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP) <i>[Handwritten signature]</i>	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) <i>[Handwritten signature]</i>	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI <i>[Handwritten signature]</i>
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu encaminhei à Mesa um requerimento que eu acho que independe de votação, mas, de qualquer forma, eu queria consultar, que pede seja formulado um voto de aplauso ao Fundo Cristão para Crianças, pelo transcurso dos 45 anos de atividade em prol do desenvolvimento comunitário e social no Brasil, com foco na formação de crianças e adolescentes.

O requerimento está na Mesa e gostaria de contar com o apoio de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Será encaminhado o requerimento de V. Ex^a. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.079, DE 2011

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja formulado voto de aplauso ao Fundo Cristão para Crianças, pelo transcurso dos 45 anos de atividades em prol do desenvolvimento comunitário social no Brasil, com foco na formação de crianças e adolescentes para a vida adulta.

Justificação

Em 30 de agosto de 2011 o Fundo Cristão para Crianças – ChildFund Brasil, comemora seus 45 anos de dedicação ao desenvolvimento comunitário e social no Brasil, com foco na formação da criança para a vida adulta. Atualmente está presente em mais de 800 comunidades de 54 municípios nos Estados de Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Cerca de 220 mil pessoas, dentre elas, mais de 140 mil crianças e jovens são beneficiados através dos 500 projetos sociais ligados à Organização.

A trajetória do Fundo Cristão para Crianças – ChildFund Brasil, consolidou-se no país em 1966. Naquele tempo a luta contra a pobreza parecia distante, mesmo assim a organização definia sua missão e dela nunca abriu mão: apoiar o desenvolvimento de crianças em situação de privação, exclusão e vulnerabilidade para que sejam capazes de realizar

melhorias em suas vidas e tenham oportunidade de se tornarem jovens, adultos, pais e líderes que conferirão mudanças sustentáveis e positivas às suas comunidades. Mobilizar pessoas e instituições para que atuem na valorização, proteção e promoção dos direitos das crianças na sociedade.

O Fundo Cristão para Crianças – ChildFund Brasil, atua em comunidades de baixa renda através de 93 organizações sociais parceiras. Dentre os benefícios que estas organizações recebem para desenvolver seus projetos junto às comunidades, de forma efetiva e com maior impacto social, o Fundo contribui técnica e financeiramente para a correta utilização dos recursos de forma transparente e eficaz. Ao longo do tempo, as organizações parceiras são estimuladas a buscar suas próprias parcerias junto ao Poder Público e organizações privadas locais, bem como recebem estímulo para trabalhar em rede, potencializando assim o impacto social e o desenvolvimento de políticas públicas em prol da criança e do adolescente.

O Fundo Cristão para Crianças – ChildFund Brasil, é um integrador de recursos, tecnologias sociais e ferramentas de gestão que permitem a modelagem de soluções para problemas enfrentados pelas crianças e pelas comunidades nas quais vivem. A estratégia da organização valoriza o papel da família, criando um ambiente propício para o desenvolvimento infantil.

Para chegar aos 45 anos, foram imprescindíveis as parcerias com a comunidade e empresas socialmente responsáveis. Muitas organizações privadas procuram o Fundo Cristão para Crianças para que o investimento social seja feito por intermédio do Fundo, por tratar-se de uma organização responsável, com um histórico de credibilidade e atuação positiva junto às comunidades.

Com o Programa de Apadrinhamento, busca mobilizar a sociedade sobre a importância do compartilhamento para a transformação de milhares de vidas.

Diretoria: Rosber Neves Almeida – Presidente; Ednilton Gomes de Soárez – Vice-Presidente; Valseni José Pereira Braga – 1º Tesoureiro; Jadyr Elon Braga – 2º Vice-Presidente; José Júlio dos Reis – 1º Secretário; Airton Maia Nogueira – 2º Secretário.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2011. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto solicitado. O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador José Agripino.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, gostaria de registrar o meu voto “sim” nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a será atendida.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, o que me traz à tribuna é mais ou menos uma comunicação inadiável.

Eu gostaria de comunicar a V. Ex^a e à Casa que amanhã, às 3 da tarde, no plenário 6 da Câmara dos Deputados, que é a sala da Comissão de Agricultura, vão se reunir partidos como o meu, o PSDB, convidaremos o PSOL, convidaremos o PPS e tantos quantos queiram ir a esse encontro para a renovação de um compromisso, compromisso que é com o País, com a ética, com a dignidade. E digo isso pelo seguinte, Sr. Presidente: na segunda-feira passada, há pouco mais de oito dias, um grupo respeitabilíssimo de Senadores, entre os quais o Senador Jarbas Vasconcelos, o Senador Cristovam, o Senador Pedro Simon, o Senador Blairo Maggi, vários Senadores se manifestaram com relação a um pacto entre eles de apoio à Presidente Dilma Rousseff no que se convencionou chamar de faxina.

O País todo ouviu, e o País todo se posicionou. Uns aplaudiram aquela iniciativa, outros nem tanto, outros olharam com desconfiança, mas todos com respeito, inclusive eu, que respeito, e respeito muito, esse grupo respeitável de Senadores que se manifestou em apoio à Presidente Dilma na faxina, na remoção de cargos importantes de pessoas sob acusação. Eram pessoas que depositavam na Presidente a sua confiança e que até diziam: “As investigações se farão, as punições ocorrerão; para isso, a Presidente tem o meu apoio, independentemente da instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito”. “Contra o quê?” – muitos disseram.

Eu não me posiciono como o Senador Jarbas Vasconcelos, que já assinou, que já é subscritor da CPI e se incorporou aos oradores daquela segunda-feira, em defesa da Presidente e da faxina. O que me traz à tribuna é um fato que a mim preocupa, e é claro que preocupa o País inteiro: decorridos dez dias, Senador Jarbas Vasconcelos – V. Ex^a já assinou a Comissão Parlamentar de Inquérito, e V. Ex^a emprestou a sua confiança a que a Presidente viesse a fazer a faxina;

V. Ex^a, como eu, é testemunha de que ministros foram exonerados, mas ministros acusados permanecem nas suas funções –, a Presidente mudou completamente a sua forma de dizer e de falar. Já não fala mais em faxina. Pelo contrário, desconversa e diz que a faxina que ela deseja fazer é a da construção disso, daquilo e daquilo outro.

Ótimo! Mas que cumpra o compromisso de fazer a faxina ética, para a qual contou com o apoio de homens respeitáveis, como o Senador Cristovam, o Senador Jarbas, o Senador Pedro Simon e tantos outros, que comprometeram, até perante a opinião pública, parte do seu crédito.

Senador Alvaro Dias, decorridos dez dias, o Palácio do Planalto silenciou completamente com relação à limpeza do padrão ético na política do Brasil. Eu; o Senador Alvaro, líder do PSDB; o Senador Demóstenes Torres; companheiros da Câmara dos Deputados desses Partidos; o Senador Jayme Campos, que aqui está; o Senador Pedro Taques, que é subscritor da CPI, seguramente estaremos amanhã nesse encontro, o encontro para renovar o compromisso com a limpeza, sim, de verdade, por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Se a Presidente interrompeu o processo para o qual recebeu o aval de pessoas respeitáveis, o nosso compromisso continua. E o que eu gostaria era de solicitar àqueles que depositaram sua confiança na palavra da Presidente, de que estaria fazendo a faxina, mas que interrompeu, esqueceu o que havia dito, que se incorporem àqueles que querem de verdade fazer a faxina, assinando a Comissão Parlamentar de Inquérito, que, essa sim, essa tem, durante 90 dias, o poder para quebrar sigilos, para provocar confrontos, para trazer a colaboração da Polícia Federal, do Ministério Público, para fazer as investigações por inteiro e para produzir, ao final, um relatório; relatório que será entregue à Justiça, para que a Justiça possa instalar um processo e punir os culpados. É o que o País quer. É o que o País deseja.

Ninguém aqui está para prejudicar ou para destruir ninguém, mas ninguém pode fazer cara de paisagem diante de um quadro que causa indignação aos brasileiros. Todo dia, todo fim de semana, toda capa de revista de fim de semana é denúncia de corrupção, e esta Casa do Congresso tem uma obrigação, que tem que cumprir.

De modo que, com essa minha manifestação, como presidente de um partido que tem o compromisso com a democracia e com a decência, eu gostaria de convidar aqueles que querem a investigação de verdade a se fazerem presentes amanhã, às 15 horas, no plenário 6 da Câmara dos Deputados, para,

independentemente de partido político, fixarmos uma posição clara na luta contra a corrupção.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senador Agripino, quero me somar a V. Ex^a, já que se trata, a meu ver, de uma postura de responsabilidade pública. O Congresso Nacional não pode ficar passivo. Nós fizemos discursos, alguns fizeram acreditando na boa intenção da Presidente. Nós não acreditamos. Consideramos uma encenação, uma farsa, mas respeitamos os que deram voto de confiança e acreditaram. Imagino que aqueles que acreditaram estão decepcionados. Não houve ação, não houve, de forma alguma, providências rigorosas que reflitam a indignação, que, para a parte decente do País, tem o tamanho dos grandes escândalos que estão ocorrendo impunemente. Portanto, amanhã, estaremos lá com V. Ex^a nesse ato que tem por objetivo reafirmar a posição de intransigência em relação à necessidade da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Da mesma forma, reafirmando o nosso posicionamento de que não acreditamos em encenações, não acreditamos em mistificação na tentativa de iludir. Nós queremos, Senador José Agripino, cumprir o nosso dever. O dever do Parlamento é de legislar e de fiscalizar o Executivo. É de investigar quando há necessidade, e, nesta hora, a necessidade prioritária para o Parlamento é a necessidade de se investigar corrupção no Governo. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Gostaria de comentar, a propósito da manifestação de V. Ex^a, que tudo aquilo que a Presidente tomou de iniciativa foi decorrência da pressão de denúncias de revistas, de jornais; nunca, em momento algum, de iniciativa própria do Palácio do Planalto. E aquilo que foi tomado de providência foi tomado por pressão dos veículos de comunicação e de opinião pública.

Como, a cada momento, os veículos de comunicação noticiam fatos que vão mudando ao longo do tempo, se as denúncias em torno de malfeitos no Ministério das Cidades ou do Turismo, etc. etc. perdem intensidade, o Governo recolhe o trem e esquece o compromisso que anunciou ao País de fazer a faxina. E deixa mal aqueles que, neste plenário, tomaram a iniciativa cavalheirescamente, democraticamente, de manifestar apoio à iniciativa anunciada por Sua Excelência, a Presidente da República.

O que nós estamos querendo é, de verdade, exercendo o papel que nos compete, o de fiscalizar, levar à frente para concluir o processo.

É importante, sim, após a denúncia, a exoneração e aplicação da punição. O pior dos males, de

todos eles, é a impunidade. E nós estamos diante da perspectiva segura, se não agirmos, de convivermos com a impunidade.

Ouçó, com prazer, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT - DF) – Senador, tendo sido citado, peço a palavra, mas para dizer que estou sintonizado com aquilo que o senhor falou a meu respeito. Começo a ficar decepcionado com a posição que a Presidenta vem tomando nessas últimas duas semanas, digamos. Quando surgiram os escândalos, eu não tive dúvidas de que não deveria assinar a CPI, uma vez que ela estava tomando as medidas necessárias para fazer o que ela própria chamou de faxina. E creio que seria bom para o Brasil ter um presidente que pudesse fazer aquilo que a população espera, sem necessidade da pressão do próprio Congresso. Era um voto de confiança e, ao mesmo tempo, uma perspectiva do interesse nacional. Eu disse até, na época, que eu queria dar à Presidenta a chance de ver o Diário Oficial “furando”, como dizem os jornalistas, a imprensa comum. Ou seja, saindo uma demissão graças às informações que a própria Presidenta fosse capaz de adquirir, sem precisar esperar denúncias dos jornais. Isso não aconteceu, e, pelas últimas declarações, eu começo a duvidar. Eu tenho dito que, em relação à CPI, existem os que não assinaram, existem os que assinaram, e existem os que não assinaram ainda. Eu me considero nesse bloco. Ainda vou dar alguns dias de credibilidade à Presidenta e de sensação de uma coisa boa para o País. Não é só pela credibilidade, porque seria bom. Mas, se eu sentir que isso não é verdade, o que é bom para o Brasil pode não ser bom para a Presidenta, que seria uma investigação feita por fora do Poder Executivo. O ideal é que fosse por dentro, mas o pior é que não seja feito. E, se a Presidenta titubeia lá, eu não titubearei aqui. Por isso, pedi o aparte para dizer que agradeço o seu voto de confiança de que aquela posição minha, contrária à dos que assinaram, tinha uma razão de interesse público e de respeito à Presidenta, mas que pode desaparecer, se eu não receber de lá o gesto de credibilidade dela, porque eu sou daqueles que o que quer de lá é a credibilidade dela, nada mais. Nada mais tenho a pedir. Apenas que ela demonstre que está sintonizada com o que o povo quer, que é aquilo que ela chamou de faxina.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Eu folgo em ouvir, Senador Cristovam, essas suas palavras, porque não era outro teor que eu esperava da manifestação de V. Ex^a. Um homem com o calibre moral de V. Ex^a, que tantas vezes tomou atitudes fortes, com independência, tinha que se manifestar como se manifestou. A não convivência com a improbidade é uma marca da sua vida pública.

V. Ex^a disse que aguardava que a Presidente, além de investigar as denúncias feitas, tomasse iniciativas, que é o que nós estamos querendo com relação às denúncias que não foram feitas, mas que são do conhecimento do Poder Executivo, que tem os seus veículos de informação. Nem houve iniciativas, nem houve processo de investigação e punição daquilo que foi denunciado. E a Nação se inquieta, e alguém tem que falar pela Nação. Nós estamos falando. Amanhã nós vamos fazer um ato para dizer ao Brasil que nós estamos de marcha batida, mantendo— nos firmes na intenção de esclarecer, de investigar, usando os instrumentos que a democracia emprega ao Congresso, ou seja, uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Uma opinião como essa de V. Ex^a nos encoraja a ir à luta, e nós aguardaremos com paciência a manifestação de V. Ex^a e de outros que pensam como V. Ex^a, que têm, como V. Ex^a, a estatura moral e a disposição de não conviver com a improbidade. Pelo contrário, querem dar a sua contribuição no sentido de que este Governo acerte. Mas, principalmente, mais do que acertar, que cumpra aquilo que as pessoas imaginam que ele venha a fazer.

V. Ex^a é um dos que imaginavam ou imaginam que o Poder Executivo tem compromissos; mas o tempo está se esvaindo, e esse compromisso está se esgotando.

Antes que seja tarde, Sr. Presidente, vamos tomar providências e esperamos a colaboração dos homens e das mulheres que têm compromisso real com a punição e com a investigação.

Esse é o compromisso do meu Partido, que deixo renovado nesta tarde.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Com a palavra o Presidente José Sarney, em permuta com o Senador Roberto Requião. Em seguida, o Senador Jorge Viana. (*Pausa*)

Então o Presidente faz a permuta com o Senador Jorge Viana, e em seguida é o Presidente José Sarney.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Colegas Senadores, o que me traz à tribuna, nesta tarde de hoje, é que estou protocolando, no Senado, um Projeto de Lei que altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, a chamada Lei das ZPEs.

A proposta que trago tem apenas dois artigos.

O art. 1º, que altera o art. 18 da Lei, no seu §8º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Excepcionalmente para as ZPEs localizadas em faixa de fronteira da Região Norte o limite de receita bruta, decorrente de exportação para o exterior, definido no caput deste artigo, será de, no mínimo, de 60% de sua receita bruta, total de venda de bens e serviços.

Art 2º A Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Explico: as ZPEs são parentes da Zona Franca e também das Áreas de Livre Comércio. É um instrumento de desenvolvimento regional, criado em vários países do mundo.

Elas começaram a ser discutidas e implementadas na Europa em 1959; em 1960, começaram a ser implantadas na Ásia e América Latina; em 70, alcançaram quase 80 países; e, nos anos 80 e 90, consolidaram— se em todo o mundo.

Estou trazendo, Sr. Presidente José Sarney, algo que interessa aos nossos Estados. Hoje, a Lei das ZPEs estabelece um mínimo para a exportação de 80%. Esse percentual tem de ser exportado.

Penso que o Brasil, hoje, que é um dos grandes mercados do mundo, pode e deve dar um tratamento diferenciado para os Estados fronteiriços. Consolidamos uma ligação rodoviária com a Bolívia e com o Peru e estamos trabalhando também com a Guiana. O mesmo ocorre em Roraima.

Entendo que, com as ZPEs criadas no Brasil – são em torno de 23 –, nas mais diferentes regiões, o que é adequado para que possamos equilibrar o desenvolvimento regional, especialmente Nordeste e Norte, mas entendo que é muito necessário darmos um tratamento diferenciado para os Estados de fronteira, tendo em vista que a proposta das EPEs – e eu cito aqui –, na região Sul são duas, na região Sudeste são cinco; na região Centro– Oeste são três; na região Nordeste são nove; e na região Norte são quatro. A proposta, o projeto que apresento hoje vem no sentido de alterar nas áreas de fronteiras o percentual mínimo de exportação, passando de 80 para 60%.

Faço por último aqui um registro. No dia 1º de julho de 2010, o Presidente Lula, atendendo uma solicitação do Governador Binho Marques e de todo o povo acreano, tanto o setor empresarial como a classe trabalhadora, assinou um decreto criando as ZPE do Acre, no Município de Senador Guiomar, próximo a Capital do Acre, Rio Branco.

Estavam presente nessa solenidade o hoje Governador Tião Viana, à época Senador, o hoje Senador Aníbal Diniz, o então Presidente da Assembléia Edivaldo Magalhães, que hoje é o Secretário de Indústria e Comércio responsável pela implementação da ZPE e o Presidente da Federação das Indústrias do Acre,

João Francisco Salomão, além do Secretário Gilberto Siqueira, que foi o grande arquiteto da implementação dessa ZPE no Acre.

O propósito nosso é uma nova economia, Senador Valdir Raupp, na área de fronteira, usarmos bem a infraestrutura instalada, próximo de Rio Branco, Porto Velho. Em um raio de mil quilômetros nos temos 30 milhões de habitantes e é fundamental nós termos ali instalado não só as áreas de livre comércio consolidadas, mas as ZPEs e é esse o propósito.

Trago aqui esse projeto para o Senado Federal e espero que possamos dar um tratamento diferenciado para que possamos ser justos com os Estados de fronteira na Região Norte do País sob pena dessas ZPEs na Amazônia não serem implementadas, tendo em vista que nós temos as outras ZPEs nas diferentes regiões do nosso País.

O projeto é simples, ele prevê que façamos a modificação do mínimo a ser exportado. O projeto prevê basicamente que nas ZPEs da região Norte, nas áreas de fronteira, se tenha como limite mínimo para ser exportado não 80%, mas 60%. A classe média brasileira hoje acolhe a metade do nosso povo. São 100 milhões de brasileiros na classe média. Esse é o legado do Presidente Lula. Lamento ouvir colegas, como ouvi há pouco, colegas que cumprem o seu papel de oposição, mas que não precisam ser injustos. O Presidente Lula libertou boa parte do povo brasileiro que vivia na miséria! O Presidente Lula trouxe expectativa de vida para uma parcela importante de excluídos da sociedade brasileira, que agora estão incluídos.

Senador Raupp, com honra ouvirei o aparte de V. Ex^a. Mas, basicamente, o que estou apresentando hoje é uma proposta de mudar um artigo da Lei das ZPEs, dando um tratamento diferenciado: que os Estados da região Norte que tenham ZPE, em vez de terem a obrigatoriedade de exportar 80%, tenham a obrigatoriedade de exportar apenas 60%, como mínimo, para que possamos atender essa nova classe média brasileira, que é o grande legado do governo do Presidente Lula e que, agora, a Presidenta Dilma aprofunda, quando faz um programa de retirar da exclusão social 16 milhões de brasileiros e brasileiras.

É com honra que ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Senador Jorge Viana, V. Ex^a faz um pronunciamento muito oportuno neste momento. Nós discutimos hoje pela manhã com o Ministro Fernando Pimentel na Comissão de Assunto Econômicos. Eu tive a oportunidade de fazer lá alguns questionamentos sobre esse novo modelo das ZPEs. E eu estou agora ao lado do Presidente José Sarney, que foi quem iniciou esse processo há mais de 20 anos, ainda no governo de V. Ex^a,

e isso depois foi reeditado pelo governo Lula. Olha quanto tempo nós perdemos! A China tem mais de duas centenas de ZPEs, Zonas de Processamento de Exportação, espalhadas por todo o País. E olha o resultado que está dando para a China. É o maior exportador do mundo, que está crescendo sustentadamente a uma taxa de 10% a 11% ao ano. Então, nós já perdemos muito. E, principalmente, os nossos Estados mais pobres e mais distantes, sem a perspectiva de levar grandes indústrias, a solução seriam as Zonas de Processamento de Exportação. Vejam o exemplo do Pólo Industrial de Manaus! Eu sempre cito o exemplo do Pólo Industrial de Manaus, hoje, com mais de 400 indústrias, gerando mais de 500 mil empregos. Ele retirou a pressão sobre a floresta. Esse projeto, além de industrial, de geração de riqueza e renda, é ambiental. O Amazonas preserva hoje 98% das florestas, por quê? Porque não houve pressão sobre a mata, sobre o desmatamento, em função do Pólo Industrial de Manaus. Então, o Acre, com muita justiça – e V. Ex^a defende, iniciou como Governador esse projeto, que já está quase pronto. Na sua infraestrutura está faltando apenas a instalação. Rondônia começa agora também com um novo porto, já com área de 300 hectares, numa parceria com a iniciativa privada para construir a nossa ZPE em Porto Velho, já aprovada também. Então, parabéns V. Ex^a. Conte comigo. Quero parabenizar o Fernando Pimentel pela iniciativa de mudar essa configuração de 20% para mercado interno e 80% para exportação. São poucas empresas no Brasil, hoje, que exportam 80%. Talvez a Vale do Rio Doce, que é minério de ferro, e umas poucas outras – talvez não dê meia dúzia – conseguem exportar 80% da sua produção. É injusto. Se ficar nesse modelo, não vai atrair indústria nenhuma. Então, tem que inverter. Talvez 80% para o mercado interno e 20% para exportação. Isso seria justo com os Estados mais pobres e mais jovens, como os Estados do Acre, Rondônia e outros. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Raupp. É com satisfação que incorporo o aparte de V. Ex^a. E queria dizer que V. Ex^a também faz justiça com o Presidente Sarney. De fato, o Presidente Sarney é pioneiro no propósito de fazer com que o Brasil seja competitivo. Hoje, o mundo está dividido em dois mundos: os que têm dinâmica, os países em processo dinâmico e os países estagnados. O Brasil é um dos líderes desse mundo dinâmico, que está crescendo, que está fazendo inclusão social, que se desenvolve.

Mas V. Ex^a tem razão. Só na Ásia, são 900 ZPEs. Novecentas na Ásia! No mundo todo, são mais de 3.500. No Brasil, temos 23, nenhuma implementada

ainda, depois de tantos anos. A do Acre, hoje, é uma das que está mais avançada, do ponto de vista da infraestrutura, porque nós pegamos financiamento junto ao BNDES, fizemos uma parceria com o setor privado. O Governador Binho iniciou esse processo e o Governador Tião está fazendo um trabalho muito importante para que, imediatamente, a gente possa ter a implementação de indústrias no Acre e fazermos do Acre, por conta de termos na sua nova logística uma vantagem comparativa que podemos usar. O que é que adianta? Nós fizemos com o Presidente Lula, começou no governo do Presidente Fernando Henrique e agora, com a Presidente Dilma, vamos concluir a BR-364, fazendo a integração do Acre. Fizemos a BR-317, ligando com Bolívia e Peru. Estão prontas. Só falta agora a ponte do rio Madeira, que, aliás, está dando problema de novo.

Hoje, estive no Ministério dos Transportes, junto com o Senador Aníbal, pedindo que seja retomada imediatamente uma ação de emergência para garantir o abastecimento do Acre, do próprio Peru e da Bolívia, tendo em vista o problema da seca do rio Madeira, que não permite uma regular transporte.

Mas eu queria, então, só dizer que é fundamental, nesta hora, nos somarmos ao Ministro Pimentel e implementarmos essas áreas, para que o Brasil possa melhor se posicionar, tanto para atender o mercado externo como o mercado interno, diminuindo nossa dependência de produtos que podem ser produzidos nessas Zonas de Processamento de Exportação.

É com muita honra que ouço o querido Senador.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Senador Jorge Viana, eu gostaria de fazer minhas as palavras do Senador que me antecedeu, meu Presidente do PMDB, Valdir Raupp, acerca do pioneirismo do Presidente Sarney quando governou esta Nação. V. Ex^a fala nas ZPEs, e eu poderia dar o exemplo, aqui, da distribuição de renda hoje, que é, sem dúvida alguma, um dos carros-chefes do Governo – e foi o Presidente Sarney o precursor –, e de tantos outros projetos implantados, de desenvolvimento social e combate à fome, o programa do leite, não sei se V. Ex^a se lembra, de forma inusitada, recuperando a nossa bacia leiteira. Mas as ZPEs são outro ponto, e V. Ex^a trata desse assunto com muita propriedade. O Senador Raupp deu quase que totalmente o retrato. V. Ex^a trouxe os números e ele deu o retrato. Só faltou dizer que o nosso Governo, o Governo que eu apoio e que V. Ex^a apoia, não tem demonstrado interesse em regularizar essas ZPEs. Eu tenho lutado, por exemplo, pela minha lá na capital, lá na Paraíba, em Santa Rita, e encontro portas fechadas, absoluta e hermeticamente fechadas, quando da discussão tributária, da Fazenda – não é,

Cícero? –, da Receita Federal, dos Ministérios envolvidos na articulação das ZPEs. Por isso, acho que o discurso de V. Ex^a é importante, porque mostra que o mundo está avançando e que nós do Brasil não podemos perder esse passo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Vital do Rêgo, incorporo o aparte de V. Ex^a.

Quero concluir dizendo que são mais de 65 milhões de empregos gerados pelas ZPEs no mundo afora. Mas, sinceramente, temos também, na concentração de poder econômico nas regiões Sul e Sudeste do País, uma certa discriminação. O próprio Polo Industrial de Manaus só não passou maiores dificuldades por conta da ação do Presidente Lula, que resolveu enfrentar as dificuldades impostas por uma parte da elite econômica de São Paulo, que não queria que nós tivéssemos políticas de incentivo fiscal para equilibrarmos o desenvolvimento regional no País.

Então, é muito importante que nos somemos, nessa hora, com o Governo da Presidente Dilma, com o Ministro Pimentel, e implementemos essas áreas, fazendo valer um sonho antigo do Presidente Sarney, que preside esta Casa, que é um sonho que deu certo no mundo inteiro. É um instrumento poderoso que a China, que a Índia, que os países asiáticos usam, o México usa, e aqui no Brasil, lamentavelmente ainda está no papel.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Por gentileza. É com prazer que ouço o meu querido Senador Walter Pinheiro.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – Senador Jorge Viana, V. Ex^a toca em tema de suma importância principalmente para desenvolvimento regional; não tem como fazer desenvolvimento regional... Ali na Mesa, o Presidente desta nossa sessão é um homem da Paraíba. Se não fosse a política de deslocamento de incentivos, não teríamos o grande pólo de pesquisa na Paraíba; não teríamos isso de forma acentuada no Nordeste como um todo, meu caro Cícero. Imagine na região Norte, onde tivemos um processo de longos anos de atraso das instalações das universidades. Posso falar isso, Senador Jorge Viana...

(interrupção do som)

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Peço a compreensão dos oradores.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – Vou encerrar. Posso falar isso para V. Ex^a, baseado, por exemplo, no caso da história da medicina. A Universidade Federal da Bahia foi um baluarte no apoio à iniciativa da Escola de Medicina no Acre. Mas se não tivéssemos

na Lei de Informática, cujo texto é de minha autoria, se não provocássemos esse desequilíbrio que, na realidade, era um desequilíbrio para reequilibrar essas contas no País, não teríamos nem sequer apoiado a Zona Franca de Manaus, nem intensificado o crescimento em toda a região Norte e Nordeste do País.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, querido amigo e companheiro Senador Walter Pinheiro. Passo rapidamente a palavra ao querido senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Peço aos oradores a compreensão porque há vários Senadores que ainda vão falar.

O Sr. Cyro Miranda (Bloco/PSDB – GO) – Vou ser bem breve, Senador. O senhor tocou num ponto, como disse o Senador Walter Pinheiro, fundamental. O nosso Estado de Goiás sofreu como todos os Estados por falta de política regional. Não é deste Governo nem do anterior. Nunca tivemos política regional. É o animal ferido, com fome, que precisa ir atrás da caça. Então, por meio do incentivo fiscal que é o ICM, único instrumento que o governador tem, começamos a mudar o jeitão do Estado. Mas o senhor sabe o que é mais importante, Senador? Nos últimos dez anos, nenhum Estado perdeu receita. Quando o Sul e o Sudeste dizem que estão sendo prejudicados, não é verdade; nenhum deles perdeu receita. Então, não podemos perder esse foco. Isso é salutar, é competitividade. Isso existe no mundo inteiro. O senhor está de parabéns, Excelência.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente, peço desculpas pelo tempo.

Obrigado, querido companheiro Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Agradeço.

Conforme anunciado, com a palavra, o Senador Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 526, DE 2011

Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com o objetivo de reduzir o limite de receita bruta decorrente de exportação para o exterior por pessoas jurídicas instaladas em ZPE localizada na faixa de fronteira da Região Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 18.
.....
.....

§ 8º Excepcionalmente, para ZPE localizada em faixa de fronteira da Região Norte, o limite de receita bruta decorrente de exportação para o exterior definido no **caput** deste artigo será de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A ZPE e similares, como área de livre comércio com o exterior, é um instrumento utilizado em todo o mundo. Segundo informações da Organização Internacional do Trabalho – OIT, o número de países com ZPE, em 1975 eram 25, passando para 130 em 2006 e a quantidade de ZPEs, nos mesmos anos passou de 79 para 3.500.

O Brasil, mesmo que tardiamente, resolveu instalar as suas ZPEs com as seguintes finalidades:

- Atrair investimentos estrangeiros;
- Reduzir desequilíbrios regionais;
- Fortalecer o Balanço de Pagamentos;
- Promover a difusão tecnológica;
- Criar empregos;
- Promover o desenvolvimento econômico e social do país;
- Aumentar a competitividade das exportações brasileiras.

Atualmente existem no Brasil 23 Zonas de Processamento de Exportações – ZPEs em diversos estágios pré-operacionais.

Para a organização das ZPEs foi aprovado o seu marco legal, a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, estabelecendo no seu art. 18 que *somente poderá instalar-se em ZPE a pessoa jurídica que assuma o compromisso de auferir e manter, por ano-calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços.*

No entanto, para cumprir a finalidade de redução dos desequilíbrios regionais, a instalação de uma ZPE como uma fonte de estímulo ao desenvolvimento econômico de uma região, é preciso levar em conta as peculiaridades de cada localidade. Ao estabelecer uma regra única para todo o território nacional, a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, acaba por limitar a possibilidade de interesse de empresários em investir numa ZPE situada na faixa de fronteira da Região

Norte. As desvantagens da localização de um empreendimento naquela região reduzem a atratividade para os investidores.

Por outro lado, é necessário considerar a importância da ocupação da área fronteira daquela região do País para a segurança e a soberania nacionais. Assim, considero necessário permitir que sejam oferecidos estímulos adicionais às empresas que venham a se instalar em ZPE localizada na faixa de fronteira da Região Norte.

Tendo em vista a importância da faixa de fronteira da Região Norte e as suas desvantagens locais, proponho que as empresas instaladas em ZPE ali localizada possam destinar uma parcela maior da sua produção ao mercado interno. A alteração apresentada nesta proposição aumenta o limite da receita bruta auferida com vendas no mercado interno de 20% para 40%.

A mudança apresentada, também leva em consideração que apesar da crise econômica internacional, o Brasil vem assistindo um contínuo crescimento econômico, inclusive possibilitando a criação de uma nova classe média, correspondendo a 50,5% da responsável por um robusto mercado interno.

O crescimento do mercado interno, por um lado, e as dificuldades das empresas atingirem o patamar de 80% de exportação, por outro, nos leva a propor mudança no percentual de exportação como forma de viabilizar as ZPEs localizadas na região fronteira. Também é importante ressaltar que a produção destinada ao mercado interno não significará vantagem na concorrência com os produtos de outras regiões, na medida em que a logística e distância dos principais mercados consumidores aumentam significativamente o custo.

Estou certo de que este diferencial de tratamento resultará em maior atratividade para os investimentos na faixa de fronteira da Região Norte. Assim sendo, peço o apoio dos nobres Senadores a esta proposição.

Sala das Sessões, – Senador **Jorge Viana** – Senadora **Angela Portela** – Senador **Aníbal Diniz**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.508, DE 20 DE JULHO DE 2007

Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.

Art. 18. Somente poderá instalar-se em ZPE a pessoa jurídica que assuma o compromisso de auferir e manter, por ano– calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo,

80% (oitenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços. (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

§ 1º A receita bruta de que trata o caput deste artigo será considerada depois de excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre as vendas. (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

§ 2º O percentual de receita bruta de que trata o caput deste artigo será apurado a partir do ano– calendário subsequente ao do início da efetiva entrada em funcionamento do projeto, em cujo cálculo será incluída a receita bruta auferida no primeiro ano– calendário de funcionamento. (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

I – (revogado): (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

a) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

b) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

c) (revogado). (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

II – (revogado): (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

a) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

b) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

c) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

d) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

e) (revogado). (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

III – (revogado): (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

a) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

b) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

c) (revogado). (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

§ 3º Os valores relativos aos produtos internados, que tenham sido fabricados por empresas localizadas em ZPE, não serão computados para os efeitos da limitação de que trata o caput deste artigo, quando as compras correspondentes forem efetuadas pela União, Estado, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias, e tiverem sido realizadas em virtude de concorrência internacional.

§ 4º A energia elétrica produzida por empresa em ZPE, excedente ao seu consumo, poderá ser vendida no mercado interno, observado o mesmo tratamento

tributário dado à energia elétrica produzida e distribuída no País, sujeitando-se ao mesmo percentual de internação presente nesta Lei.

§ 3º Os produtos industrializados em ZPE, quando vendidos para o mercado interno, estarão sujeitos ao pagamento: [\(Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008\)](#)

I – de todos os impostos e contribuições normalmente incidentes na operação; e [\(Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008\)](#)

II – do Imposto de Importação e do AFRMM relativos a matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem de procedência estrangeira neles empregados, com acréscimo de juros e multa de mora, na forma da lei. [\(Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008\)](#)

§ 4º Será permitida, sob as condições previstas na legislação específica, a aplicação dos seguintes incentivos ou benefícios fiscais: [\(Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008\)](#)

I – regimes aduaneiros suspensivos previstos em regulamento; [\(Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008\)](#)

II – previstos para as áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, instituída pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007; da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, instituída pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; e dos programas e fundos de desenvolvimento da Região Centro-Oeste; [\(Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008\)](#)

III – previstos no art. 9º da Medida Provisória nº 2.159–70, de 24 de agosto de 2001; [\(Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008\)](#)

IV – previstos na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; e [\(Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008\)](#)

V – previstos nos arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. [\(Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008\)](#)

§ 5º Será permitida, sob condições previstas em regulamento, a aplicação dos seguintes regimes aduaneiros especiais à mercadoria saída de ZPE:

I – trânsito aduaneiro; [\(Revogado pela Lei nº 11.732, de 2008\)](#)

II – admissão temporária; e [\(Revogado pela Lei nº 11.732, de 2008\)](#)

III – o previsto no [inciso II do art. 78 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966](#). [\(Revogado pela Lei nº 11.732, de 2008\)](#)

§ 5º Aplica-se o tratamento estabelecido no art. 6º– A desta Lei para as aquisições de mercadorias realizadas entre empresas autorizadas a operar em ZPE. [\(Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008\)](#)

§ 6º A receita auferida com a operação de que trata o § 5º deste artigo será considerada receita bruta

decorrente de venda de mercadoria no mercado externo. [\(Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008\)](#)

§ 7º Excepcionalmente, em casos devidamente autorizados pelo CZPE, as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem adquiridos no mercado interno ou importados com a suspensão de que trata o art. 6º– A desta Lei poderão ser revendidos no mercado interno, observado o disposto nos §§ 3º e 6º deste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008\)](#)

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 1º de setembro do corrente, quinta-feira, às 12 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação das seguintes matérias: **Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 3, 6 e 10, de 2011.**

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem. É rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Pois não, Senador Vital.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é para justificar a ausência na votação anterior e pedir para consignar em Ata o meu voto que acompanha o do Partido. Eu estava na Comissão de Orçamento recebendo o Ministro Carlos Lupi, ao lado da Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Será consignado em Ata, Senador Vital.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, também peço para justificar a minha participação na votação e pedir inserção, na Ata, do meu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Será consignado em Ata o voto de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador e Presidente da Casa, José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o tema do meu discurso, evidentemente, é outro, mas não posso fugir a dizer umas poucas palavras sobre o problema das ZPEs, aqui levantado pelo Senador Jorge Viana.

Na realidade, quando fui Presidente da República, eu visitei a China e vi o modelo que eles tinham adotado, que era o das ZPEs. Eles começavam as ZPEs. Eu, então, estive nessa área, onde nascia uma nova China. Tive oportunidade, na entrevista com Deng Xiaoping, de ouvir quando ele me disse, sobre a China, que conviviam dois sistemas: um sistema socialista e um sistema de mercado. E quis implantar no Brasil o modelo das ZPEs. Infelizmente, a reação que tivemos de alguns setores econômicos do centro-sul, interessados em que o Brasil não se tornasse um grande país exportador, boicotou essa iniciativa.

Depois de muitos anos hibernando, o Presidente Lula deu um sopro de vida a esse modelo e possibilitou que votássemos aqui uma nova lei de ZPEs, que agora já está em vigor. Esperamos que também os órgãos do Governo, principalmente o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sejam mais ágeis em provar as ZPEs requeridas e que até hoje estão sem a devida atenção.

Mas o que ia falar hoje, aqui, é sobre o aspecto humano, que muito me toca.

Tenho assistido esses últimos tempos na televisão àquele problema dos meninos abandonados, jogados na droga e caminhando para a área do crime, e das meninas prostitutas. Pior do que isso, vi que eram as mães que muitas vezes estavam estimulando que esses meninos e essas meninas caminhassem por esse caminho de infelicidade.

Pensei que estamos com um problema que passa subliminarmente, mas que é fundamental nesse processo, que é o problema da desestruturação da nossa família. Realmente, aí talvez possa residir a fonte desses problemas todos, pela falta que está existindo da coesão familiar e pela desintegração da família, que resulta nesses fatos tão dolorosos que presenciamos.

Recordo que, há quase 40 anos, em outubro de 1972, expus nesta Casa a necessidade da criação de um ministério que se encarregasse de coordenar e sistematizar a ação governamental no setor do bem-estar social, que naquela época não existia, e da família. A visão que existia desses problemas era uma visão da caridade e não de uma obrigação do Estado.

Eu fazia, naquela época, uma análise dos graves problemas de amparo à infância e à velhice e constatava que a sociedade industrial gerava grandes problemas sociais. O crescimento econômico atingia índices expressivos que não se refletiam absolutamente no crescimento social.

Naquele tempo, a estrutura governamental agia com instrumentos incapazes de atingir os problemas em todo o seu alcance. Nós tínhamos numerosos órgãos que tratavam de assistência social, que se espa-

lhavam por quatro Ministérios. Nós tínhamos um setor no Ministério do Planejamento, outro no Ministério da Justiça, outro no Ministério da Saúde e outro ainda no Ministério da Educação. Também se encarregavam do problema a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a Legião Brasileira de Assistência e milhares de sociedades dispersas pelo Brasil, recebendo subvenções, pleiteando ajuda pública, sem que houvesse um órgão capaz de coordenar a ação de governo.

Eu quero reivindicar que fui uma das vozes neste País pioneiras para que se colocasse o problema social na agenda das nossas preocupações. Naquele tempo, as nossas preocupações eram somente com a nossa agenda econômica, como responsabilidade do Estado. E foi com outra visão que, como Presidente da República, escolhi, como lema do governo, “Tudo pelo Social”.

Então, eu me considero, com muitos outros, como tendo uma posição muito forte na direção de tratar o problema social como uma responsabilidade primordial do Estado.

Naquele tempo, eu falava que o problema amadurecera. Já éramos um País que não podíamos lidar com questões sociais como se fossem só problemas de caridade pública. Racionalizava-se tudo no Brasil, modernizava-se o País em todos os setores, e essa sistematização tinha que vir por meio de um ministério que encarasse o problema da família, que fosse um órgão normativo, centralizador de toda ação pública e de todos os recursos destinados a esse setor.

Passou o tempo. Não mudou a realidade.

Os problemas continuam sendo de imensa gravidade, embora tratados sob um enfoque diferente, e, hoje, com uma grande prioridade nos programas governamentais.

Quero dizer que, em boa hora, o Presidente Lula criou o Ministério que tinha como objetivo principal o problema da fome.

Nas Nações Unidas, em 1985, eu falei sobre a fome, o que era a fome, a necessidade que o mundo tinha de encarar esse problema da fome. Hoje, nos balanços alimentares que se fazem do mundo, 17 países já não têm condições de sustentação alimentar. E, agora, nós estamos assistindo a esse drama, a essa tragédia da Somália, que realmente toca humanamente a todos nós e nos leva a adquirirmos uma responsabilidade muito maior em nível coletivo, mundial, quanto à solução desses problemas.

Quero dizer que, também, com o programa da Bolsa-Família, a pobreza tem diminuído no Brasil. Há uma grande migração de classes menos favorecidas para a classe média. Não podemos ignorar, no entanto, que, em todo o mundo, aumenta a diferença entre

pobres e ricos e que, no Brasil, essa relação entre a renda dos 10% mais ricos e dos 10% mais pobres é da ordem de 40 vezes e que a renda do 1% mais rico equivale à dos 50% mais pobres, em torno de 13% do nosso PIB.

Estamos enfrentando grande parte dos geradores da marginalização, que afeta mais violentamente a infância, a começar pelo grande sucesso na oferta de emprego e na incorporação do trabalhador à economia formal, avançando no problema da habitação e na diminuição dos problemas das favelas e da segurança.

Quando Presidente da República – tenho sempre que fazer essas referências, porque, para mim, elas são referências nessa longa caminhada de coerência em favor desses problemas —, também dei atenção aos problemas sociais. Cheguei a criar o Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social, que, naquela época, era um novo enfoque com que se procurava tratar esses problemas. Mais tarde, foi criado o Ministério da Ação Social, convertido em Ministério da Assistência Social; por sua vez, convertido no Ministério do Bem-Estar Social; e, finalmente, em Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome.

Ao mesmo tempo, os problemas da infância e da velhice tiveram grande avanço na legislação, a começar pelas orientações da Constituição de 1988, que previu, no seu capítulo VII – Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso – a responsabilidade conjunta da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem um amplo elenco de direitos sociais (artigo 227), e de amparar as pessoas idosas (artigo 230). Foram criados dois grandes estatutos, o da Criança e do Adolescente – ECA, e o do Idoso. A assistência social ganhou uma lei orgânica, a LOAS, e, há pouco, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

É com certa tristeza que eu vejo, no espectro governamental, que todos os outros setores foram atendidos, mas ainda não temos inserido dentro desse espectro aquilo que a Constituição fala em primeiro lugar, que é a base da sociedade: a família.

Mas demos grandes passos. No entanto, cenas como as que temos visto ultimamente, em que crianças são incentivadas à prática de crime por suas mães, em que crianças assaltam e, detidas, depredam as instituições encarregadas de lhes dar proteção, voltando em seguida para a vida das ruas, mostram que não atingimos ainda o cerne do problema. E esse, creio eu, é a família.

A família precisa ser considerada não somente como uma entidade econômica, mas também como uma entidade social, como uma entidade fundamental. Por isso mesmo, deve ser objeto de um espaço

especial e privilegiado em nossas políticas públicas. É preciso, creio eu, que encaremos o fortalecimento dos núcleos familiares, a relação entre pais e filhos, entre filhos e pais, entre todos e cada membro da família, como uma prioridade.

É certo – e, aqui, repito – que o Bolsa Família encerra uma resposta para que os filhos possam escapar da armadilha do trabalho infantil e possam se integrar à escola. O que nos falta é implementar o vínculo de compreensão de que esse esforço deve ser encarado como a oportunidade dos pais de darem aos filhos o precioso bem que é a educação e não apenas como uma obrigação burocrática para usufruírem de um benefício financeiro. O que nos falta é fazer com que o amor – unidade de medida familiar por excelência – possa encontrar espaço nas dificuldades das relações familiares, restaurando um equilíbrio muitas vezes perdido.

Estas carências que levam às crises das famílias não são exclusividade dos mais pobres. Por toda a sociedade se espalha uma crise de valores familiares. Nessa fragilidade se infiltra o problema das drogas – e todos acompanham com angústia os avanços do *crack*, do *ox* e como eles afetam, principalmente, aqueles que têm vínculos familiares mais frouxos. Nessa fragilidade se infiltra o drama da violência contra as mulheres, entre casais, entre pais e filhos, entre filhos e pais. Nessa fragilidade se infiltra o problema da falta de assistência ou mesmo dos maus-tratos aos idosos. Nessa fragilidade se infiltra o problema da violência sexual contra menores, muitas vezes iniciada dentro da própria casa, inclusive com o incesto.

É esse panorama da sociedade, no conjunto, que nos leva a meditar sobre o aspecto humano, não sobre o aspecto político, como muitas vezes essa questão está sendo tratada, de que realmente é necessário que se procure restaurar os valores morais da família, como uma unidade destinada a melhorar esses problemas que nós vemos hoje, dramáticos e trágicos, dentro da sociedade.

O fortalecimento, assim, dos laços familiares, é importante para a sociedade. E não é sem razão que a nossa Constituição declara a família a “base da sociedade”. E diz ela: “tem especial proteção do Estado”. É a família bem estruturada que pode cumprir sua parte das obrigações em relação à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso. E temos políticas voltadas para a criança, o adolescente, o jovem e o idoso. Com mais razão, nós devemos priorizar as políticas do Estado em relação à família. Temos atuado e legislado sobre as partes, quando o trabalho essencial deve se dar sobre o todo.

Qual o caminho a adotarmos para resolver essa questão? A mim parece claro que essa é uma questão

a ser tratada a nível ministerial – talvez com uma reforma das competências do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, inserindo aí também o problema da família – e, a partir daí, a gestão do problema ser equacionada com a visão de que é preciso estabelecer uma rede de capilaridades que chegue também aos Estados e aos Municípios. A família, por definição, se desenvolve localmente, e é preciso pensar como agir localmente. Mas os conceitos, a política da família precisa ser reformulada em termos nacionais.

Convoco, por isso, na minha idade, as forças sociais e o Estado, representados pela sociedade civil organizada, pela academia e pelos vários níveis de governo, a somarem esforços na busca de uma resposta a esta questão premente: como dar à família a proteção que ela precisa para voltar a ser aquilo que diz a nossa Constituição, a base da sociedade – mais uma vez repetindo essa expressão —, a unidade inicial que centraliza os esforços para atingirmos alguns dos mais importantes problemas do nosso País.

É aí que nós vamos encontrar os problemas que hoje nós enfrentamos, que nós temos que enfrentar, da violência, do trabalho infantil, da prostituição infantil ou de adolescentes, das drogas, do álcool, em que a mocidade, sem encontrar mais caminhos de utopias, se dedica a um caminho niilista e, ao mesmo tempo, de dissolução da própria personalidade.

Com uma família bem estruturada, com uma família coesa, teremos um avanço importante na educação, Senador Cristovam Buarque, diminuirá, sem dúvida, a criminalidade, a recuperação dos viciados em drogas se tornará possível, o problema da violência doméstica será marginalizado, e tantas outras políticas públicas se tornarão mais efetivas.

Olhemos, assim, pela família, para que ela possa olhar por todos nós.

Minha proposta é acrescentarmos, como eu já disse, ao Ministério do Desenvolvimento Social a atribuição de cuidar desse tema da família, transformando-se o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome no Ministério do Desenvolvimento Social e da Família.

Esta minha mensagem, que me dispus a trazer nesta tarde, é porque fiquei extremamente chocado, ultimamente, com coisas que, até então, na minha longa vida, não tinha visto: mães incentivando os filhos ao crime; mães explorando os seus filhos, jogando-os no terreno da criminalidade, incentivando-os a que passem a ser consumidores de droga, a que passem a ser vendedores de droga. Isso, sem dúvida, é um sinal de que algo há de muito errado debaixo do sol.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Sarney, o Sr. Cícero Lucena, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador José Sarney, pelo pronunciamento.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

Antes, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para pedir a V. Ex^a que conste na Ata que, nas votações anteriores, eu acompanhei a Liderança do meu Partido. Estava numa audiência fora e só cheguei agora.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Será constada em Ata, Senador Eunício Oliveira, a justificativa de V. Ex^a.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. É só para registrar a minha votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senadora Lúcia Vânia, será registrado em Ata o voto de V. Ex^a.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso deixar de parabenizar o Presidente desta Casa, que, no seu pronunciamento, destaca a necessidade de políticas públicas de beneficiamento, de fortalecimento da família brasileira.

A Unicef, há alguns anos, lançou, no seu relatório, justamente uma posição semelhante de que era preciso que nós desenvolvêssemos políticas públicas de proteção da infância, da adolescência, sem deixar de cuidar do núcleo familiar, do fortalecimento desse núcleo familiar com políticas públicas e cuidado. Acho que o Bolsa Família já traz no seu nome justamente esse tipo de estímulo.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesse fim de semana, aconteceram, na Bahia, dois importantes eventos para a agenda do turismo nacional, que eu tenho a necessidade de destacar, hoje, nesta Casa.

O primeiro deles foi, sexta-feira passada, a reunião do setor hoteleiro brasileiro, convocada pelo FOHB, o Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil, através do segundo encontro de hotéis com Parlamentares, que aconteceu no Hotel Pestana, com a presença das principais redes de hotéis do País e da Comissão de Turismo e Desporto, da Câmara dos Deputados, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, do Senado Federal, e do Fornatur, Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo.

Naquela oportunidade, nós passamos o dia discutindo a apresentação da pesquisa do Hotel Invest, que acompanha o desempenho da hotelaria nacional, a sua taxa de ocupação em todo o Brasil, os preços médios das diárias brasileiras e a sua projeção para o período da Copa. E pudemos concluir, ao longo do debate por toda tarde, com a afirmação do setor hoteleiro de que a hotelaria não será o problema da Copa de 2014; que o setor hoje vive um momento muito positivo de esperança com o desenvolvimento econômico do nosso País.

Além disso, o setor apresentou uma pauta de projetos, na Câmara dos Deputados e aqui no Senado, que dizem respeito ao interesse do setor hoteleiro no Brasil, aqueles que negativa e positivamente podem estimular a hotelaria nacional.

No caso da Bahia, inclusive, Sr. Presidente, nós discutimos um pouco os novos investimentos de hotéis em nossa cidade e compreendemos que é necessário, para não haver um desequilíbrio entre a oferta, que está crescendo, e a demanda, também crescente, aumentar a promoção do destino Bahia nos outros Estados brasileiros e também fora do Brasil, especialmente na América do Sul.

O Fornatur recentemente se reuniu e discutiu sobre a tendência de as viagens se darem, no máximo, de país para país, de oito horas de tempo gasto; que nós deveríamos solicitar da Embratur uma priorização de investimentos e de promoção na América do Sul, justamente porque há muitos anos a Embratur vem priorizando o destino da Europa para a promoção do turismo nacional. E nós percebemos que os países da América do Sul podem ser grandes emissores de turistas para o Brasil, até porque, na Copa do Mundo de 2014, teremos a participação, pela primeira vez, de cinco países da América do Sul, já definidos, e com a possibilidade de um sexto.

Portanto, faz-se necessário que o Brasil se volte para os nossos irmãos da América do Sul com políticas de atração, para que essa visita ocorra, com promoção de novos voos entre esses países e o nosso, e também com propaganda e investimentos promocionais no sentido de atrair esse turista para o nosso País.

Para a Bahia, esse investimento é altamente positivo. A nossa Bahia já vem, há muito tempo, pelos menos nos últimos três anos, buscando um investimento maior na América do Sul.

Esse foi um dos encontros. O outro, Sr. Presidente, aconteceu segunda-feira, ontem, com a presença do Fórum Legislativo da Copa 2014, na Assembleia Legislativa de Salvador, visitando a VIII Sede da Copa do Mundo.

O Fórum, composto pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados e da Subcomissão da Copa, da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, busca, em cada Estado, debater o projeto de preparação da Copa daquele Estado, visando acompanhar o desenvolvimento dos investimentos em mobilidade urbana, no estádio de futebol, onde fomos fazer uma visita *in loco*, conhecer a maquete, o projeto; debater intensamente o projeto da Bahia. Lá tivemos, também, oportunidade de discutir os investimentos e as ações voltadas para o fortalecimento do turismo, a exemplo do receptivo turístico e da qualificação voltada para o turismo em nosso Estado.

A pauta de turismo que trago para o conhecimento e discussão da Casa, creio, é necessária, porque, dentre muitas razões, Sr. Presidente, há algumas semanas, tivemos o Ministério do Turismo envolvido em uma publicidade muito negativa no Brasil. E isso com um Ministério novo, um Ministério que tem uma tradição de ação competente, de promoção turística fora do Brasil e no Brasil. Então, nós temos a definição dos 65 destinos turísticos brasileiros; nós temos um investimento no Prodetur, no Nordeste brasileiro, significativo, mudando a realidade das nossas cidades, na sua infraestrutura, para bem receber o turista internacional e nacional; nós temos hoje o Prodetur, pela sua vitória e ação no Nordeste brasileiro, sendo reivindicado e previsto e aplicado em cidades de todo o Brasil.

É importante que nós possamos compreender que a pauta do turismo nacional, a luta pela intensificação e fortalecimento do setor turístico no Brasil é muito maior, muitas vezes maior, do que os fatos que, lamentavelmente, aconteceram ou foram denunciados no Ministério do Turismo. E trazer à tona essa discussão para que este Senado também possa dar a sua contribuição ao fortalecimento do turismo nacional.

Há alguns anos nós estamos nos batendo, tentando modificar o quadro da visita turística estrangeira no Brasil, que não consegue passar dos cinco milhões de visitante. E, para tanto, é indispensável que nós possamos, de forma objetiva, trabalhar no fortalecimento, no Orçamento da União, no orçamento

da Embratur, para promoção no exterior, e possamos também redefinir a política de prioridades de promoção da Embratur.

Recentemente o Presidente da Embratur, nosso querido ex-Deputado Federal Flávio Dino, em artigo no jornal **Folha de S. Paulo**, justamente atendendo a demanda, a reivindicação do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo redefine a prioridade de investimento na promoção turística brasileira para a América do Sul, em detrimento da Europa, justamente já visando um novo projeto voltado para a Copa do Mundo, para que nós possamos aproveitar essa imensa avenida de oportunidades que é a Copa do Mundo para o turismo brasileiro e possamos ter uma reversão dessa quadro nacional, possamos disputar com outros países da América Latina, como é o caso da região do Caribe, como é o caso do México e outros países latino-americanos, que recebem já uma quantidade de turistas bastante superior à que recebe o Brasil, apesar de toda potencialidade que o nosso País tem, com a dimensão continental que o Brasil tem.

Mas, principalmente, entendendo, como todos os países do mundo, o principal investimento que nós temos que fazer no turismo interno do nosso País. Em todos os países o turismo interno é a principal base de sustentação do turismo. E quando nós falamos dos países europeus, nós precisamos olhar lá os números que indicam que esses países, muito próximos uns dos outros, são visitados por pessoas do próprio continente europeu.

Então é muito importante que nós possamos fazer as nossas promoções internas no Brasil para que o Piauí visite a Bahia e conheça todas as potencialidades e todas as belezas da Bahia, e possa conviver não apenas com as praias da Bahia, mas com a cultura baiana, com a gastronomia baiana, e também os baianos possam visitar o Piauí e conhecer todas as belezas e toda a cultura que o Piauí tem.

Um país de dimensão continental...

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pois não.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pois não, meu Líder.

Pois não, Senador.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senadora Lídice da Mata, V. Ex^a enfoca um assunto, o turismo, que é do mais alto significado para a economia do nosso País e quiçá também para a eco-

nomia latino- americana, e, mais de perto, sul- americana, para o fortalecimento também do Mercosul,...

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – ...que pode se beneficiar dessa política regional evidenciando as belezas, as potencialidades turísticas, a riqueza que temos na nossa região centro- sul, Mercosul, digo melhor, mostrando aquilo que a Europa já faz com muito brilho e muita competência, onde países como a Espanha dão prioridade ao turismo, melhorando a infraestrutura de aeroportos, de estradas, hotéis, qualificando restaurantes, garçons e cozinheiros para que recebam bem os seus visitantes. A nossa infraestrutura ainda é deficitária em termos de aeroportos, em termos de culinária. Só em alguns lugares como a Bahia, no Nordeste até o Ceará...

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Temos avançado muito.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Quem sabe até Manaus avançamos muito. Agora, no que toca a essa infraestrutura a que V. Ex^a se referiu, a Copa do Mundo é o grande instrumento para valorizar o nosso turismo e mostrar a nossa força, a nossa organização. Esse preparo com que V. Ex^a está preocupada, participando de reuniões não só na Bahia, mas em outros Estados, significa que o Senado Federal, por seu intermédio, de outros Senadores e Deputados Federais está focado nessa questão importantíssima para o enriquecimento do nosso País e o reconhecimento internacional das nossas potencialidades. Turismo é riqueza e V. Ex^a está mostrando o espírito e visão e o povo da Bahia reconheceu esse espírito de visão, trazendo- a para o Senado Federal e mostrando ser a grande representante que o povo baiano gostaria que fosse. Meus parabéns a V. Ex^a e acompanhamento com muito interesse o restante do seu discurso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Senadora Lídice, se V. Ex^a me permite.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pois não.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Quero inicialmente parabenizá- la pela forma como trata desse tanto, tanto pela visão global, a visão nacional e, claro, com carinho especial a Bahia que V. Ex^a tão bem representa aqui nesta Casa. Quero lembrar nesse tema um ponto em que V. Ex^a já contribui, assim como o Senador Valadares, o Senador Eduardo Amorim, Walter Pinheiro e outros que participam da Comissão do Desenvolvimento Regional que é a proposta de darmos conta de uma solução para essa área da

aviação regional. Eu creio que seja fundamental, para o desenvolvimento do turismo, a aviação regional. Aliás, sugeri ao Presidente da Comissão, Benedito de Lira, para marcarmos uma reunião de trabalho com o novo Ministro da Aviação Civil. É impossível hoje estar em Fortaleza e ir a Sergipe direto, muitas vezes é preciso vir a Brasília ou ir a São Paulo para poder ir a um Estado do próprio Nordeste. Então, eu quero parabenizá-la. Saiba que V. Ex^a poderá contar sempre com o nosso entusiasmo, pela forma brilhante como atua nesta Casa. Muito obrigado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Senadores Valadares e Wellington.

Eu quero chamar a atenção de que nós temos uma extensa pauta positiva do turismo nacional e da Copa do Mundo. Às vezes nos envolvemos de maneira a achar que a Copa do Mundo está se tornando uma pauta negativa para o Brasil. Chega-se, inclusive, a debater se o Brasil tem condições ou não de receber a Copa do Mundo. Acho que esse debate é profundamente superado.

Nós temos larga possibilidade de receber a Copa do Mundo, nós temos uma tradição enorme de organização de grandes eventos em nosso País, tanto no Sul como no Nordeste e no Norte brasileiro, de grandes eventos culturais, de grandes festas, mas precisamos direcionar de forma racional os nossos esforços, para maximizar todas as possibilidades que a Copa do Mundo nos traz, do ponto de vista do fortalecimento nacional.

Nesse sentido, Sr. Presidente, para finalizar, é importante que possamos destacar a Medida Provisória nº 540, que discute, portanto, o plano Brasil Melhor, para que possamos nos abrir e colocar, no plano Brasil Melhor, elementos também de estímulo ao fortalecimento do turismo nacional.

Nós já debatíamos, na Câmara dos Deputados, um Projeto de Lei que considera o receptivo turístico brasileiro num produto de exportação e queremos introduzir essa discussão no plano Brasil Melhor. Essa emenda já foi apresentada na Câmara dos Deputados, queremos reaver a discussão sobre essa questão.

Também achamos fundamental que o Brasil possa debater a Copa do Mundo e a necessidade de os nossos países voltarem a se ver de frente uns para os outros e não de costas, todos voltados a tentar conquistar a Europa, em função da nossa colonização européia, e possamos nos constituir enquanto povos irmãos

Povos irmãos, que contribuam uns com os outros, que visitem e conheçam os outros.

Finalmente dizer que considero a Copa do Mundo o maior legado que nós precisamos debater e transformar. Será um legado do investimento no capital humano brasileiro.

Nós precisamos qualificar o produto turístico de cada um dos Estados do Norte e do Nordeste brasileiro, com o seu potencial enorme turístico e para tanto nós precisamos, portanto, investir na qualificação do nosso receptivo e do nosso capital humano, na qualificação dos serviços turísticos em cada um dos nossos estados.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Lídice da Mata, o Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim – Bloco/PSC – SE) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

Passo a palavra, pela liderança do PMDB, ao Senador Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, profissionais da imprensa, demais senhores e senhoras, o Brasil, nos últimos anos, especialmente nos últimos oito anos, tratou de várias políticas públicas e decisões governamentais que de fato contribuíram não só para o desenvolvimento como também para a geração de emprego e renda neste País.

Essas políticas, Sr. Presidente, como por exemplo o controle da inflação, o controle do superávit primário com compromissos para o pagamento das dívidas, redução das taxas de juros, além de outras decisões que contribuíram muito, Senador Antonio Carlos Valadares, para termos aquilo que todos nós testemunhamos no último ano. Por exemplo, em 2010, uma taxa de crescimento de mais de 7% ao ano.

Graças a essas políticas, graças a essas decisões governamentais, Sr. Presidente, nós testemunhamos o Brasil entrando no trilho do desenvolvimento, do crescimento com geração de renda, com geração de emprego e com melhor qualidade de vida da população brasileira.

Chegamos a ver, Senador Eduardo Suplicy, a taxa de juros, como acompanhamos no ano passado, cair de 12,5% para 9,5%; portanto, foi de 3%, como acompanhamos no ano passado, a queda da Selic, da taxa de juros do nosso País.

Infelizmente, no final do ano passado e início deste ano, com as questões internacionais, as crises internacionais, acompanhamos um retorno do crescimento da taxa de juros, voltando aos 12,5%. Isso muito nos tem preocupado nos últimos anos, especificamente neste momento em que o Brasil volta a enfrentar ou a sofrer as conseqüências da crise internacional.

Hoje, por exemplo, ou digo até ontem, a Presidenta Dilma se reuniu com o conselho político e com

vários Ministros da área econômica para adotar algumas medidas, como, por exemplo, a elevação do superávit primário em mais R\$10 bilhões, o controle fiscal, apelando para que de fato se reduzisse a taxa de juros para contribuir, Sr. Presidente, com a continuidade do crescimento econômico, se não no patamar de 7%, que testemunhamos no ano passado, mas pelo menos com a previsão mantida em 4,5% no ano de 2010.

Hoje temos a informação de que o Banco Central se reúne para decidir a diminuição da taxa de juros. Essa decisão, de fato, interessa à população brasileira, especificamente ao setor produtivo, especificamente àqueles que aplicam no desenvolvimento, na geração de emprego, e que esperam do Banco Central a compreensão no que se refere à diminuição da taxa de juros para contribuir com o desenvolvimento, com a geração de emprego e com a melhoria da qualidade de vida e de oportunidades que todos os brasileiros esperam, não só do Governo, como também do Congresso Nacional.

A tensão nossa, na tarde de hoje, de fato, tem sido grande, e tenho certeza de que de todo o setor produtivo deste País também, o setor econômico, além daqueles que apostam no melhor para o Brasil; não no pior. Muitos apostam no pior, levando as questões para o lado político e para as decisões político-partidárias. Nós não. Apostamos no que for melhor para o Brasil.

E por essa razão, Sr. Presidente, é que temos que fortalecer a intenção do Governo no que se refere a essa redução da taxa de juros com ampliação das políticas públicas. Com isso, teremos melhoria dos programas, maior abrangência dos programas sociais e também dos demais programas do Governo, para que o Brasil continue crescendo, para que o Brasil seja aquele Brasil com que todos nós sonhamos e que todos nós almejamos.

Precisamos baixar o mais rápido possível a Selic, precisamos reduzir os juros para que tenhamos condições de continuar com essa abrangência e com essa perspectiva de crescimento, não só aumentando as nossas exportações como também o respeito internacional que os demais países têm pelo Brasil. E eu tenho certeza de que essa política, com o apoio de todos nós, será redentora para o futuro de todos nós brasileiros.

Por isso, Sr. Presidente, este é o nosso registro no dia de hoje, no sentido de não só apelar ao Banco Central para, nesta reunião que se realiza hoje – não sei se terminará hoje ou só amanhã –, que aposte na redução dos juros, a fim de contribuir com o setor produtivo, com a geração de emprego e com o desenvolvimento do nosso País.

Essas políticas públicas e decisões do Governo, apesar de serem com cortes no orçamento, o que dói

muito no que se refere a investimento, são necessárias neste instante. E nós temos que não só apoiar como também preservar o salário das pessoas, a perspectiva de melhoria e também os ganhos reais que, graças a Deus, alcançamos nos últimos anos.

Despeço-me, Sr. Presidente, agradecendo a atenção de V. Ex^a, como também de todos os demais companheiros que aqui estão, para juntos decidirmos continuar apoiando essas políticas, que de fato contribuem para a melhoria da qualidade de vida, a garantia do futuro econômico do nosso País e oportunidade de trabalho da grande maioria da população brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC –SE) – Pois não, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria fazer um registro muito importante.

No sábado passado, tivemos, no Rio de Janeiro, um evento mundial, o Ultimate Fight no Brasil, com os olhos do mundo voltados para nós.

Penso, de uma maneira particular – e V. Ex^a, que é um batalhador pelo Estado de Sergipe, na defesa da família e no enfrentamento às drogas –, que começamos, a partir desse momento, a escrever um momento novo no arrefecimento do uso e do abuso das drogas no País, com o avanço do esporte, com o crescimento do MMA no mundo, hoje esse *mix* de artes marciais que encanta o mundo e cresce mais do que o futebol.

O mundo voltou os olhos para o Brasil no sábado. A fantástica luta de Anderson Silva, o Pelé do MMA no mundo; o ressurgimento da lenda Minotauro; o nocaute brilhante do Shogun e, com muito orgulho, faço um registro da presença de Paulo Tiago aqui conosco, policial do Bope que lutou sábado lá no UFC. Foi uma luta fantástica e emocionante.

A entrada do Paulo Tiago foi uma apoteose, porque a música era a de *Tropa de Elite*, e 20 mil pessoas gritando: “Caveira! Caveira! Caveira!”

Penso que seja uma coisa solidária a uma polícia que se fez respeitar no Brasil, que é o Bope, uma polícia em que o Rio de Janeiro confia, em que Brasília confia. E este atleta, Sr. Presidente, Paulo Tiago, ali sentado, recebendo os cumprimentos, ao lado do seu empresário Wallid Ismail, uma lenda do *jiu-jitsu* no mundo inteiro, uma referência no mundo inteiro.

Aliás, com todo o respeito ao *jiu-jitsu* e aos Gracie, mas o Wallid foi o único atleta a ter vencido no mundo quatro Gracie; é conhecido no mundo como *serial killer* dos Gracie.

Hoje, o esporte é confraternização, respeito, não é marginalizado como há alguns anos; é entendido como um esporte. Havia 20 mil pessoas, de uma geração saúde, lá dentro do HSBC Arena, no Rio de Janeiro.

As academias estão cheias; os jovens, os adolescentes, encantados com atleta do porte de Paulo Tiago, que aqui se faz acompanhar pelo campeão olímpico de vôlei, o Pampa, medalha de ouro; por Wallid Ismail, essa lenda do *jiu-jitsu*, do moab; do Maurício. Mas quero abraçar o Paulo Tiago, e, fazendo isso, Sr. Presidente, abraço o Erick Silva, o nocaute mais rápido da noite: 35 segundos. Um menino do meu Estado do Espírito Santo, de Cobilândia; filho de um sindicalista, do Nunes, do nosso amigo Presidente da CUT. Tive o prazer e o privilégio de participar do treinamento dele, de dar parte do meu tempo puxando um treinamento de *box* para ele e de vê-lo nocautear de pé, na sua estréia. Um garoto pobre de Cobilândia. O Espírito Santo, na verdade, tem vocação para produzir campeões.

Ver o resultado da luta do Paulo, o Yuri Marajó, daqueles que estavam começando – o Paulo Tiago já é uma lenda nos Estados Unidos – nos orgulha muito.

Saio aqui do Senado, muitas vezes, às oito horas, às dez horas, e ainda vou à academia para, com muito orgulho, participar do treinamento de *box* do Paulo, um atleta absolutamente forte. E estive no *corner* dele, no Rio de Janeiro, nesse evento maravilhoso, olhando de perto, participando desse momento tão emocionante da vida do Brasil, quando os olhos do mundo se voltavam para nós.

Paulo, eu quero agradecer o exemplo que você é para as nossas crianças. E espero que nós tenhamos outros Paulos Tiagos, outros Andersons Silvas, outros Minotauros da vida, que vão criar uma cultura nova de uma geração longe das drogas, de uma geração saúde neste País. E nós temos um celeiro aqui no País e, certamente, vamos exportar muitos lutadores ainda da qualidade do Sr. Wallid Ismail e de tantos outros. Este País vocacionado para vencer no esporte.

Por isso faço este registro emocionado, feliz por tudo que aconteceu e com a presença do nosso querido Paulo Capitão Nascimento Tiago, do Bope, que arrebentou sábado lá no UFC, no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Concedo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao nobre Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, internautas que nos acompanham pela rede mundial de computadores, primeiramente, gostaria de anunciar aqui no plenário a

minha adesão ao projeto de lei do Senado, de autoria do Senador Jorge Viana, que propõe alteração na Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com o objetivo de reduzir o limite da receita bruta decorrente de exportação para o exterior por pessoas jurídicas instaladas em Zonas de Processamento para a Exportação, as ZPEs, localizadas na faixa de fronteira da Região Norte.

Essa proposição do Senador Jorge Viana contou com vários apartes hoje à tarde aqui, durante o seu pronunciamento, inclusive com uma menção especial do próprio Presidente José Sarney, que contou toda história da luta do Governo brasileiro no sentido de implantar as Zonas de Processamento para Exportação no Brasil, e também o esforço que está sendo feito para agilizar esse processo para todas as cidades e regiões onde as ZPEs serão instaladas.

Nós estamos com a nossa Zona de Processamento para Exportação em fase de implantação também no Acre. E temos grandes esperanças de que essa ZPE vá contribuir para a implantação de várias indústrias e para a geração de muitos empregos, que vão contribuir para a elevação da renda do nosso povo do Estado do Acre.

Essa proposição do Senador Jorge Viana, que, a partir de hoje, conta também com a minha assinatura, certamente vai contribuir imensamente, na medida em que vai reduzir o percentual mínimo de exportação dos produtos, de 80% para 60% do faturamento de cada empresa instalada nas ZPEs.

Outro assunto que me traz à tribuna, Sr. Presidente, é trazer um relato referente a um pronunciamento que fizemos na semana passada e que, novamente, foi trazido à tona na sessão de ontem, relacionado à travessia do rio Madeira, na BR 364, entre Porto Velho e Rio Branco.

Vale a pena ressaltar que a travessia do rio Madeira, que não tem uma ponte, é feita através de balsas. Esse sistema de balsas, por meio de uma concessão da Antaq, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, tem provocado uma distorção e uma injustiça muito grande, porque a empresa – é uma única empresa – operadora das balsas fica com o lucro, explora, tem um alto rendimento, e a população tem que arcar com um péssimo serviço, com as consequências de um péssimo serviço, que tende a piorar ainda mais nesse período de forte verão, quando as águas do rio Madeira baixam, e a travessia pela balsa fica muito mais difícil.

Então, hoje, eu e o Senador Jorge Viana tivemos uma audiência com o Ministro dos Transportes, o Sr. Paulo Sérgio Passos, e obtivemos dele o compromisso pessoal de trabalhar em duas perspectivas ao mesmo tempo.

A primeira delas é tentar fazer o possível para acelerar o processo de licitação para a contratação da obra da ponte sobre o rio Madeira, entre Rio Branco e Porto Velho. O rio Madeira fica exatamente a 280 quilômetros de distância de Rio Branco e é a única passagem para se chegar ao Acre. Então, imagine só que todo o combustível, todos os produtos alimentícios que são importados passam pela BR 364 e pela balsa do rio Madeira. Nesse período, as filas são quilométricas, e os transtornos, muito grandes.

O Ministro Paulo Passos comprometeu-se, primeiro, a nos ajudar no sentido de acelerar o processo de licitação, tentar finalizar o projeto para a construção da ponte sobre o rio Madeira, que seria a solução definitiva para aquele problema. Paliativamente, ele se comprometeu e imediatamente convocou o Sr. Fernando Fialho, responsável pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq, no sentido de mandar uma equipe de técnicos para aquela região, para o rio Abunã, a fim de identificar exatamente os problemas e ver se há uma solução, pelo menos paliativa, durante o forte do verão agora, para acelerar as travessias. Os transtornos são muito grandes, e a gente não pode permitir que as pessoas passem por tamanho transtorno no trecho Porto Velho–Rio Branco, exatamente na travessia do rio Madeira.

Essa situação está devidamente encaminhada com o Ministro dos Transportes, e nós temos esperança de ter uma solução definitiva, não de imediato, mas com o tempo que a solução exige, que é a construção da ponte. Enquanto a ponte não sai, acredito que vai haver, pelo menos, mais empresas operando esse sistema de balsas, para que não fique o monopólio, e a empresa imponha o preço e apresente serviços de péssima qualidade.

Mas, Sr. Presidente, gostaria também de, neste momento em que ocupo a tribuna do Senado, tratar de um tema nacional que contribui muito para o desenvolvimento da nossa economia e que teve um desdobramento importante nesta semana, no Acre, que é o incentivo ao crescimento do empreendedorismo individual. Vale lembrar que o empreendedor individual é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário.

O Governador do Acre, Tião Viana, por meio da Secretaria de Pequenos Negócios, criada no atual governo, entregou, na última segunda-feira, a dezenas de mulheres do Município de Feijó os equipamentos que faltavam para que muitas pessoas concretizassem o sonho do próprio negócio, o sonho do empreendedorismo.

O Governador Tião Viana entregou 30 máquinas de costura, 168 equipamentos para salão de beleza,

incluindo cadeiras para corte e lavagem, secadores, espelhos e pranchas cerâmicas para cabelos.

A Secretaria de Pequenos Negócios do Acre é a responsável pelo projeto que está capacitando homens e mulheres em todo o Estado. Oferece, além dos cursos de formação, o material necessário para o trabalho e o acompanhamento do negócio por no mínimo dois anos. É uma forma de garantir o sucesso do empreendimento e de orientar os novos empreendedores nessa caminhada.

A Secretaria dispõe de 550 kits de costureira e de cabeleireiro para serem distribuídos entre as cooperativas e associações na periferia de Rio Branco e também nas outras cidades do interior do Estado. Os kits incluem desde as máquinas de costura industriais até as linhas e tecidos que serão utilizados pelos empreendedores contemplados, além de outros materiais necessários para a confecção de roupas e todo o material para a montagem de salões de beleza.

Além dos equipamentos, a equipe da Secretaria incentiva as pessoas dos bairros mais carentes a se organizarem em associações ou cooperativas. Dessa forma, podem ter acesso ao microcrédito disponível no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal.

A equipe da Secretaria oferece ainda cursos profissionalizantes em diversas áreas, e serviços de contabilidade gratuitos para auxiliar nos balanços das microempresas.

A intenção do Governador Tião Viana é fortalecer o projeto estratégico da Presidenta Dilma Rousseff no que diz respeito ao combate à miséria e à fome a partir da geração de emprego e renda e do fortalecimento do setor produtivo. O objetivo é que os cidadãos se capacitem e sejam orientados para que consigam buscar dignamente sua sobrevivência. O nosso objetivo é acabar com a miséria a partir da geração de emprego e renda e a partir da viabilização do próprio negócio dos indivíduos.

A ação do Governo do Acre está em consonância com as medidas tomadas pelo governo do ex-Presidente Lula e pelo Governo da Presidenta Dilma de incentivo à microempresa e ao empreendedor individual para a geração de empregos e melhor distribuição de renda.

O crescimento do número dos empreendedores formalizados é constante. Segundo o Sebrae, esse resultado pode contar inclusive com a ajuda da chamada propaganda boca a boca feita por empreendedores que atestam os benefícios da formalização.

Em janeiro deste ano, por exemplo, o Brasil ganhou 81,6 mil novas empresas individuais, o que representou um crescimento de quase 200% em relação aos 27,6 mil empreendedores registrados em janeiro

de 2010. Ao todo, já se formalizaram como empreendedores individuais mais de 900 mil pessoas. E, para 2011, a meta é formalizar 500 mil profissionais.

Quando formalizado, o empreendedor individual tem vários benefícios:

- tem direito a cobertura previdenciária para si e para sua família, incluindo auxílio– doença, aposentadoria por idade, salário– maternidade após carência, pensão e auxílio reclusão, com contribuição mensal reduzida;
- pode registrar até um empregado com baixo custo, possibilitando desenvolver melhor o seu negócio e fazer com que sua empresa cresça;
- o empreendedor individual formalizado também não sofre com a burocracia: deve fazer uma única declaração por ano sobre o seu faturamento;
- com a formalização, o empreendedor tem ainda condições de obter crédito principalmente junto aos bancos públicos, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste ou Banco da Amazônia; esses bancos dispõem de linhas de financiamento com redução de tarifas e taxas de juros adequadas;
- eles podem também fazer compras em conjunto por meio da formação de consórcios de fins específicos; isso permite aos empreendedores condições mais vantajosas em preços e condições de pagamento;
- outra vantagem da formalização é o baixo custo: cada empreendedor individual gasta, no máximo, R\$33,25 por mês; além de permitir ao empreendedor saber quanto gastará por mês, sem surpresas, a formalização lhe dará condições de crescer, pois o seu negócio contará com apoio creditício e gerencial, além da tranquilidade para trabalhar em razão da cobertura previdenciária própria e da família;
- ser um empreendedor formalizado também facilita a venda do trabalho para o governo. O governo é um grande comprador de mercadorias e serviços nas suas três esferas: federal, estadual e municipal; para vender para o governo, é preciso estar formalizado – daí a importância da formalização da microempresa individual.

O incentivo aos pequenos negócios vem se mostrando uma diretriz acertada de promoção do desenvolvimento.

Dados recentes do Sebrae, baseados em informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, apontam que, de cada cem vagas formais de trabalho geradas em julho, 78 eram nas micro e pequenas empresas. Vejam que,

de cada cem empregos formais gerados no mês de julho, 78 foram gerados em micro e pequenas empresas.

Apenas no mês passado, em julho, os pequenos negócios geraram 109,5 mil postos com carteira de trabalho assinada. Destes, 107,9 mil foram gerados nas microempresas que têm menos de quatro funcionários. Podemos dizer que as micro e pequenas empresas foram responsáveis por 71% do total de empregos registrados no País de janeiro a julho deste ano, contra 68% no mesmo período de 2010.

A tendência se repete em todo o ano. A fatia dos pequenos negócios superou a média histórica de contribuição para a geração de emprego formal, de 52% do total, o que prova que o dinamismo econômico do nosso País, com destaque para a distribuição de renda, favorece um processo interessante, que impulsiona os negócios e as oportunidades de trabalho.

Do início do ano até julho, as micro e pequenas empresas geraram um milhão de postos de trabalho formais. Isso é muito significativo para mostrar o quanto o nosso Brasil está pujante, o quanto a política desenvolvida pela nossa Presidenta Dilma está no caminho correto.

Dessa forma, gostaríamos de parabenizar o Governador Tião Viana pelo incentivo aos pequenos negócios. Esses empreendimentos, ao lado das micro e pequenas empresas, são fundamentais para o nosso País. Empregam mais e ajudam a gerar renda em torno do seu negócio. Incentivar essas atividades significa aumentar o número de empregos e distribuir melhor a renda no País.

Então, Senador Walter Pinheiro, trago aqui esse exemplo que aconteceu esta semana no Município de Feijó. O Governador Tião Viana, levando os equipamentos, seja para um salão de beleza, seja para um ateliê de corte e costura, promovendo a organização das mulheres em cooperativas e, ao mesmo tempo, dando esperança, uma possibilidade de um rendimento a mais para cada família, além de oportunidade de emprego e renda para essas famílias, está levando adiante aquele objetivo desenhado pela nossa Presidenta Dilma, que é de fazer crescer o nosso País, principalmente em termos de oportunidades para aqueles que mais necessitam, que são as pessoas que não têm um emprego formal, nem uma profissão definida. Recebem a sua possibilidade de profissão a partir de treinamentos oferecidos pelo Governo, em parceria com o Sebrae. O resultado disso são milhares e milhares de microempresas individuais sendo formalizadas. Dessa maneira, a renda dessas famílias vai aumentar significativamente, e a gente vai ter possibilidade de uma vida melhor para essas pessoas. A multiplicação dessa possibilidade de vida melhor para essas pes-

soas é que faz crescer em nós a esperança de que o nosso Brasil vai ser cada vez melhor, principalmente sendo conduzido, como está, com a seriedade, com a firmeza da nossa Presidenta Dilma e de toda nossa equipe do Governo Federal.

Quero aqui trazer esses cumprimentos ao Governador Tião Viana e à Presidente Dilma, pela iniciativa de fazer com que a facilitação na abertura de uma microempresa individual e também a facilitação no que diz respeito às declarações de ganhos contribua para a geração de muito mais emprego e contribua para a gente fazer um Brasil cada vez mais forte e preparado para os desafios do futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ANIBAL DINIZ.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna para tratar de um tema nacional que contribui muito para o desenvolvimento da nossa economia e que teve um desdobramento importante nesta semana, no Acre: o incentivo e o crescimento do empreendedorismo individual.

Vale lembrar que o empreendedor individual é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário.

O governo do Acre, o governador Tião Viana, por meio da Secretaria de Pequenos Negócios, entregou nesta segunda-feira, dia 29, as mulheres do município de Feijó, os equipamentos que faltavam para que muitas pessoas concretizassem o sonho do próprio negócio, o sonho do empreendedorismo.

O governador Tião Viana entregou 30 máquinas de costura, 168 equipamentos para salão de beleza, incluindo cadeiras pra corte e lavagem, secadores, espelhos e pranchas cerâmicas para cabelos.

A Secretaria de Pequenos Negócios do Acre é a responsável pelo projeto que está capacitando homens e mulheres em todo o Estado. Oferece, além dos cursos de formação, o material necessário para o trabalho e o acompanhamento do negócio por no mínimo dois anos. E uma forma de garantir o sucesso do empreendimento e de orientar os novos empreendedores nessa caminhada.

A secretaria dispõe de 550 kits de costureira e cabeleireiro para serem distribuídos entre as cooperativas e associações na periferia da capital e interior do estado. Os kits incluem desde as máquinas de costura industriais até as linhas e tecidos, além dos outros materiais necessários para a confecção de roupas a todo o material para a montagem de salões de beleza.

Além dos equipamentos, a equipe da secretaria incentiva as pessoas dos bairros mais carentes a se organizarem em associações ou cooperativas. Dessa forma, podem ter acesso ao microcrédito disponível no Banco do Brasil e na Caixa Econômica.

A equipe da secretaria oferece ainda cursos profissionalizantes em diversas áreas, e serviços de contabilidade gratuitos para auxiliar nos balanços das microempresas.

A intenção do governador Tião Viana é que os cidadãos se capacitem e sejam orientados para que consigam buscar dignamente sua sobrevivência. O nosso objetivo é acabar com a miséria.

A ação do governo do Acre está em consonância com as medidas tomadas pelo governo do ex-presidente Lula e pelo governo da presidenta Dilma de incentivo à microempresa e ao empreendedor individual para a geração de empregos e melhor distribuição de renda.

O crescimento do número dos empreendedores formalizados é constante. Segundo o Sebrae, esse resultado pode contar inclusive com a ajuda da chamada propaganda boca-a-boca feita por empreendedores que atestam os benefícios da formalização.

Em janeiro deste ano, por exemplo, o Brasil ganhou 81,6 mil novos empreendedores individuais, o que representou um crescimento de quase 200% em relação aos 27,6 mil registrados em janeiro de 2010. Ao todo, já se formalizaram como empreendedor individual mais de 900 mil pessoas. E para 2011, a meta é formalizar 500 mil profissionais.

Quando formalizado, o empreendedor individual tem vários benefícios.

- Tem direito à cobertura previdenciária para si e para sua família, incluindo auxílio-doença, aposentadoria por idade, salário-maternidade após carência, pensão e auxílio reclusão, com contribuição mensal reduzida
- Pode registrar até 1 empregado, com baixo custo, possibilitando desenvolver melhor o seu negócio e crescer.
- O empreendedor individual formalizado também não sofre com a burocracia. Deve fazer uma única declaração por ano sobre o seu faturamento.
- Com a formalização o empreendedor tem ainda condições de obter crédito principalmente junto aos bancos públicos como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste. Esses bancos dispõem de linhas de financiamento com redução de tarifas e taxas de juros adequadas.
- Eles podem também fazer compras em conjunto por meio da formação de consórcio de fins especí-

ficos. Isso permite aos empreendedores condições mais vantajosas em preços e condições de pagamento.

- Outra vantagem da formalização é o baixo custo para se formalizar. O custo da formalização é de fato muito baixo. No máximo, R\$ 33,25 por mês, fixo. Além de permitir ao empreendedor saber quanto gastará por mês, sem surpresas, lhe dará condições de crescer, pois o seu negócio contará com apoio creditício e gerencial, além da tranquilidade para trabalhar em razão da cobertura Previdenciária própria e da família.
- Ser um empreendedor formalizado também facilita a venda do trabalho para o governo. O governo é um grande comprador de mercadorias e serviços, nas suas três esferas: Federal, Estadual e Municipal. Para vender para o governo é preciso estar formalizado.

O incentivo aos pequenos negócios vêm se mostrando uma diretriz acertada de promoção do desenvolvimento.

Dados recentes do Sebrae, baseado em informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, apontam que de cada cem vagas formais de trabalho geradas em julho, 78 eram nas micro e pequenas empresas.

Apenas no mês passado, em julho, os pequenos negócios geraram 109,5 mil postos com carteira de trabalho assinada. Destes, 107,9 mil foram gerados nas microempresas que têm menos de quatro funcionários.

Podemos dizer que as micro e pequenas empresas foram responsáveis por 71 % do total de empregos registrados no país de janeiro a julho deste ano, contra 68% no mesmo período de 2010.

A tendência se repete em todo o ano. A fatia dos pequenos negócios superou a média histórica de contribuição para a geração de emprego formal, de 52% do total. O que prova que o dinamismo econômico do nosso país com destaque para a distribuição de renda favorece um processo interessante, que impulsiona os negócios e as oportunidades de trabalho.

Do início do ano até julho, as micro e pequenas empresas geraram 1 milhão de postos de trabalho formais.

Desta forma gostaríamos aqui de parabenizar o governador Tião Viana pelo incentivo aos pequenos negócios. Esses empreendimentos, ao lado das micro e pequenas empresas, são fundamentais para o nosso país. Empregam mais e ajudam a gerar renda em torno do seu negócio. Incentivar essas atividades significa aumentar o número de empregos e distribuir melhor a renda no país.

Essa é a nossa defesa.

Durante o discurso do Sr. Anibal Diniz, o Sr. Eduardo Amorim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento o Senador Aníbal pelo belo pronunciamento na tarde noite de hoje.

De forma prazerosa, quero anunciar que falará, em nome da liderança do PSC, o ilustre Senador do Sergipe Eduardo Amorim. V. Ex^a, na ordem de inscrição, pela liderança, tem 5 min.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Permita-me, prezado Senador Jayme, que possa inserir nos Anais desta sessão a carta enviada ao Presidente Curt Trennepohl, do Ibama, onde assinalo a importância de se manter os escritórios nas áreas de Bauru, Araçatuba e Ribeirão Preto, que tão bons serviços têm prestado e as razões para isso. Muito obrigado!

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

OFÍCIO Nº 772/2011

Brasília, 30 de agosto de 2011

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. Curt Trennepohl
Presidente do IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA
70818– 900 – Brasília – DF

Ref.: Reestruturação Interna do IBAMA para o Estado de São Paulo.

Prezado Dr. Curt,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, apresento, para sua análise, prioritário assunto que, no momento, muito me preocupa, acerca de possíveis extinções de Escritórios ou Bases Avançadas do IBAMA no Estado de São Paulo.

Em nosso Estado, como o senhor sabe, o IBAMA possui sua Superintendência na Capital e nove Escritórios ou Bases Avançadas no Interior. Avalio que, pela volumosa população do Estado e pelas complexas e dicotômicas questões ambientais e econômicas ali vivenciadas, todos os Escritórios e Bases Avançadas

do Órgão em São Paulo precisam ser mantidos e reforçados nesta reestruturação que se avizinha.

Pelas notícias que recebo, preocupam-me, especialmente, a possibilidade de redução de efetivo e/ou de apoio material nas cidades de Bauru, Araçatuba e Ribeirão Preto.

A Base Avançada de Bauru, por exemplo, possui setenta e oito municípios sob sua jurisdição, com uma população de aproximadamente dois milhões de habitantes, numa área de grande complexidade ambiental. O trabalho sócio-ambiental de Bauru se desdobra em trechos importantes das bacias hidrográficas dos Rios Tietê, Paranapanema e Piracicaba, contando ainda, para não me estender, com 19 assentamentos e 4 aldeias indígenas.

A Base Avançada de Araçatuba, responsável por 93 municípios do noroeste paulista, numa região que representa 12,5% do território de São Paulo, abrange uma população de cerca de 1.250.000 habitantes. A sua área está inserida no centro da bacia hidrográfica do Rio Paraná, comportando cinco reservatórios de usinas hidroelétricas e sendo considerada uma importante rota de tráfico de animais silvestres.

A Base Avançada de Ribeirão Preto, que perfaz um total de 84 municípios, dentre os quais as aglomerações urbanas de Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Franca, possui uma população de aproximadamente 3.500.000 de pessoas. Esta Unidade Avançada funciona como um importantíssimo ponto de convergência econômica e social de nosso Estado, devido à sua posição central e à excelente malha de que é servida.

Por tudo, senhor Presidente, peço sua especial atenção para que nossas Bases Avançadas e Escritórios no interior do Estado de São Paulo recebam o devido apoio em pessoal e material que necessitam, nessa reestruturação, para a consecução de suas importantes e difíceis atividades precípuas.

Sendo o que há para o momento, despeço-me com

O abraço,

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço o registro na íntegra do texto que foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nos termos regimentais, V. Ex^a tenha certeza de que a Mesa está registrando.

Senador Eduardo, prorrogo a sessão por mais uma hora.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última segunda-feira, segunda-feira passada, portanto, ontem, foi realizado, no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Sergipe, o Seminário da Comissão Especial do Projeto de Lei nº 7.495, de 2006, por meio do requerimento do Deputado Federal e amigo André Moura, que é membro dessa Comissão Especial que trata do piso salarial dos agentes de saúde e dos agentes de endemia. Estavam lá presentes mais de dois mil agentes de saúde e de endemia.

Sr. Presidente, eu que já fui secretário de saúde, entendo que esses profissionais não são apenas agentes de saúde e agentes de endemia. São agentes construtores de cidadania. Feliz do governo que compreende, que valoriza, seja federal, seja estadual, seja municipal, a importância desses profissionais. Nenhum profissional, nenhuma categoria tão bem conhece os nossos lares e as nossas famílias como os agentes de saúde e de endemia.

Na ocasião, estiveram presentes deputados estaduais, vereadores de Aracaju e de vários Municípios do nosso Estado e de Estados vizinhos, prefeitos, deputado federais e o relator do projeto na Câmara dos Deputados, Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão.

A Presidente da Assembleia Legislativa do nosso Estado, a primeira mulher presidente daquele parlamento, a Dr^a Angélica Guimarães, que me representou no evento ao qual gostaria muito de estar presente, o que não foi possível em face da reunião do Conselho Político que tivemos aqui em Brasília. Aproveito esta oportunidade para agradecer à Presidente do parlamento estadual sergipano.

Para mim, falar em defesa dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias é falar em defesa da atenção básica de saúde em nosso País, que tem como princípios fundamentais a integralidade, a qualidade, a equidade e a participação social.

Supõe-se que foi na China a origem dessa estratégia recomendada pela Organização Mundial de Saúde, onde ficaram conhecidos como “médicos dos pés descalços”, no início da década de 50.

No Brasil, identifica-se a existência desses técnicos em saúde desde a Sucam – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – e em programas que visavam à extensão da cobertura e ampliação do acesso a serviços de saúde. Aqui destaco a importância de uma profissional, uma enfermeira, fundamental na implantação desse programa, enfermeira Fátima, Professora da Unicamp.

Podemos considerar, de certa maneira, que essas políticas tiveram alguma continuidade em diversas

iniciativas de âmbito regional ou local, e que se traduziram em programas do tipo Agentes Comunitários de Saúde, encampados pelo Ministério da Saúde como programa nacional – Pacs, em 1991.

Hoje, são vocês, os agentes comunitários de saúde, os elos fundamentais entre as necessidades da população e os serviços de saúde oferecidos pelos Municípios. Trabalhar nesta área é viver o dia a dia das comunidades, porque delas fazem parte e nelas desenvolvem o trabalho, por meio de ações individuais ou coletivas, realizam atividades de educação e promoção de saúde básica e de prevenção de doenças.

Contamos com um contingente de mais de 300 mil agentes comunitários de saúde no País, Sr. Presidente, responsáveis por 370 milhões de visitas domiciliares. Destes, quase quatro mil em Sergipe, organizados em 575 equipes, cobrindo, em média, 80% do nosso Estado.

E é graças às ações realizadas pelo Programa de Agentes Comunitários de Saúde e Endemias, considerado parte do Programa Saúde da Família, que podemos comemorar a diminuição do índice de mortalidade infantil, Sr. Presidente, o crescimento da participação dos brasileiros nas campanhas de vacinação e o aumento da atenção pré-natal às gestantes do País.

Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes, Sr. Presidente, é pela importância, respeito e reconhecimento que temos ao trabalho desenvolvido pelos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias que estamos aqui reunidos hoje, neste Parlamento, e que estiveram na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, para discutirmos o Projeto de Lei nº 7.495/06 e seus apensos.

Sabemos que o trabalho da comissão especial instalada na Câmara dos Deputados, destinada a proferir parecer ao projeto, está sendo árduo, visto que existem 18 proposições apensadas, ou seja, proposições semelhantes em tramitação na Casa.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC - SE) – Sr. Presidente, foi dado aos demais líderes vinte minutos. Embora eu não vá utilizar os vinte minutos, solicito que utilize o princípio da proporcionalidade e da correção, como o senhor é justo.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB - CE) – Acabei de chegar, mas darei mais dois minutos a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC - SE) – Apesar de conhecermos os argumentos e as dificuldades do Governo, sabemos também que as reivindicações dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias são legítimas.

É importante a criação de um piso salarial nacional e de uma data-base. As diretrizes para os planos de carreira e a regulamentação das atividades da categoria também são reivindicações que não podem deixar de ser consideradas, sem falar no reconhecimento pelo papel que desempenham junto ao SUS e principalmente junto à sociedade. Como disse aqui, nenhuma categoria conhece tão bem os nossos lares e as nossas famílias como a dos agentes de saúde.

Feliz do dia, Senador Wellington Dias, que os nossos agentes de saúde terão em suas mãos um microcomputador, um *palmtop* ou um *laptop*, que esteja conectado a uma central. Só assim, vamos ter praticamente em tempo real um censo e um diagnóstico de toda situação de cada família: aqueles que estão na escola, os miseráveis, os que não têm o que comer, aqueles que estão usando medicamento para hipertensão, para diabetes... Praticamente em um mês, vamos ter tudo isso. A Presidente Dilma disse isso recentemente e esperamos que ela possa colocar isso em prática.

Não devemos jamais esquecer que, mais que agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias, esses cidadãos são agentes de cidadania, muito contribuem para uma cidadania justa e digna do nosso povo e da nossa gente e, por isso mesmo, são merecedores de todo respeito de todas as esferas do Estado e da sociedade em geral.

Era isso que gostaríamos de ressaltar, Sr. Presidente.

O Sr. Jayme Campos (Bloco/DEM - MT) – Um aparte.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC - SE) – Pois não, um aparte, Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (Bloco/DEM - MT) – Eu queria cumprimentar V. Ex^a pelo belo pronunciamento, sobretudo no que se refere aos agentes de saúde e de combate a endemias, que, indiscutivelmente, fazem um trabalho extraordinário, naturalmente, onde eles existem em nosso País. Particularmente, tenho uma admiração pelos agentes de saúde diante dos serviços relevantes que prestam junto às comunidades mais humildes, que ocupam, naturalmente, as periferias dos grandes centros e das médias cidades. Há que se lamentar que essas pessoas não sejam bem remuneradas. Quando V. Ex^a defende nesta tribuna que eles têm de ter um piso salarial, isso é mais que justo. Infelizmente, os salários estão bem aquém dos serviços que eles prestam. Eu, particularmente, quando fui prefeito de Várzea Grande, tive a primazia de, naquela oportunidade, já há alguns anos, de dar, ou seja, sair na vanguarda da implantação das unidades do PSF no meu Município de Várzea Grande. E os resultados são altamente positivos. V. Ex^a disse bem claro em sua

fala que seriam agentes da cidadania. É verdade. Eu quero aqui, particularmente, dizer que, quando V. Ex^a se refere aos agentes de saúde, tem um aliado para lutarmos aqui no Congresso Nacional. É mais do que justo o pleito, já que não é de hoje, o pleito da relação do piso salarial já é velho. Todavia, até agora essas suas reivindicações não foram atendidas, não foram ouvidas pelas autoridades competentes. De tal maneira, quando V. Ex^a se refere a esse segmento muito importante do serviço público, se posso chamar assim, em nosso País, tem que ter, realmente, um tratamento diferenciado, até porque mexe com vidas, com os velhinhos das periferias, com as pessoas que são portadoras muitas vezes de doenças como a hipertensão e outras doenças, e com as crianças, a vida. E, na escala de valor, uma das coisas mais importantes, como bem disse aqui o Walter também, é a vida. Primeiro é Deus, segundo é vida. E essas pessoas têm que ter o devido respeito. Infelizmente, isso não tem acontecido em nosso País. Portanto, quero cumprimentar V. Ex^a, sei que V. Ex^a está batalhando, está lutando pelos interesses desse segmento tão importante do servidor deste País e quero propor ser seu aliado. Juntos, podemos buscar, de fato, um salário justo, condigno, pelos serviços que eles prestam ao povo brasileiro. Muito obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos, por suas palavras. E digo que, no dia em que tivermos esses profissionais devidamente reconhecidos, capacitados, treinados, com computador na mão, acho que em nenhum canto do Planeta, do mundo, terá um exército tão forte para dar um diagnóstico e para agir de prontidão em qualquer situação. Reconhecer o valor desses profissionais, capacitar esses profissionais, eu acho que é fortalecer a cidadania e não apenas a saúde.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – Um aparte, Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Pois não.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – Acho que é importante o pronunciamento de V. Ex^a, lembrando inclusive que esta Casa, recentemente, recebeu – refiro-me ao Congresso – a visita de milhares de agentes comunitários. Aqui, nós aprovamos uma emenda constitucional de que tive oportunidade de ser o relator, criando a profissão, uma das poucas profissões que entraram na Constituição. V. Ex^a vai ver lá a criação inclusive não só dos agentes comunitários, mas também dos agentes de combate às endemias. Hoje, no Brasil, eles são mais de 150 mil...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Trezentos mil. Mais de trezentos mil.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – Não, digo os agentes comunitários e, obviamente, somados aos agentes de combate às endemias chegamos...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – A mais trezentos.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – ...a esse número expressivo.

E na Câmara dos Deputados tramita, numa comissão especial, o projeto que cria o piso. Eu acho que é importante, Senador, que nós cobremos um pressuposto básico, para que nós tenhamos piso, Senador Jayme. Assim fizemos com os professores. Fez-se necessário, inclusive, a criação de um fundo, hoje o Fundeb, ontem o Fundef. Então, foi essa contribuição que eu inclusive apresentei ao nosso amigo Domingos Dutra, que também é um dos coordenadores, assim como Amauri Teixeira, na Bahia. Na quinta-feira retrasada eles fizeram um grande ato na Assembleia Legislativa, com três mil agentes. Portanto, é importante que a gente discuta com o Governo, Senador, a criação desse fundo, para consubstanciar e consolidar, de uma vez por todas, o piso nacional desses importantes profissionais da área de saúde, que são o sustentáculo da política de saúde enraizada por este País. Parabéns a V. Ex^a.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador Walter Pinheiro pelas palavras.

Concedo a palavra ao amigo, Senador Wellington Dias.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Para parabenizar V. Ex^a pelo tema que traz e apenas me somar aqui a basicamente essa posição do Senador Walter Pinheiro. Para que a gente tenha uma condição adequada, como merece e precisa, não só de trabalho, como V. Ex^a lembra, como de remuneração, há necessidade dessa complementação por parte da União, que tem todo o nosso apoio pela importância que tem para a política de saúde, especialmente para a prevenção, os agentes de saúde. Parabéns. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Muito obrigado.

Concedo a palavra para um aparte ao Senador Valadares, meu conterrâneo.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Eduardo Amorim, é importante que traga V. Ex^a ao Senado Federal a forma como...

(Interrupção do som.)

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – ...a forma como a Bancada do nosso Estado de Sergipe vem se comportando com relação a esse

problema, o Deputado pelo Estado de Sergipe, Andre Moura, e V. Ex^a, dando conhecimento de que houve lá, em nosso Estado, uma grande reunião a respeito deste assunto, do piso para os agentes comunitários, que têm um papel preponderante na saúde do Brasil. O Brasil ainda é um País desigual, ainda é um País em desenvolvimento, com disparidades regionais, sociais e econômicas ainda prementes, que precisam ser corrigidas, e a presença do agente comunitário, notadamente no Nordeste do nosso País, é um ...

(Interrupção do som.)

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Nosso Senador Inácio Arruda está sendo econômico no dedo.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Ele está sendo muito econômico. Quando estava como Presidente, todos tinham vinte minutos.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Exatamente. Depois da Ordem do Dia, V. Ex^a tem direito a vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Inicialmente, não fui eu que marquei o tempo de V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a só teve direito a dez, não foi, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – De toda sorte, V. Ex^a já dispôs de vinte minutos, contados os ilustres apartes que foram dados a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Vinte minutos de apartes.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Só no meu aparte, Senador Eduardo, eu já fui interrompido três vezes. Vamos ver se eu termino.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Já correram mais de trinta segundos.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Então, Senador, meus parabéns. Acho que as propostas que estão correndo aqui no Senado e na Câmara dos Deputados são importantes, merecem o nosso apoio e serão apreciadas com muito carinho. A Presidente Dilma é uma pessoa que conhece a importância dos agentes comunitários para o aperfeiçoamento de um setor tão importante...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Vinte e um minutos de apartes.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – ... para a vida dos brasileiros. Meus parabéns a V. Ex^a!

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Muito obrigado, Senador Valadares. Sei que os agentes de saúde também podem contar com a sua disposição, com a sua luta, bem como com os colegas Senadores. Muito obrigado, Presidente, pela concessão.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Esta Mesa sempre é generosa com V. Ex^a, especialmente com este tema que trouxe para debate e discussão dos agentes comunitários de saúde, populares que vão de casa em casa e cuidam diretamente das pessoas.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Que conhecem cada lar, cada família, cada necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – E que hoje são requisitados não só para cuidar da saúde da população,...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – ... mas também para dizer para o médico, para o enfermeiro, para a enfermeira onde está o paciente mais necessitado. Os requisitados deveriam ir para outros serviços pelo conhecimento que têm da comunidade.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – É verdade.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Amorim, o Sr. Jayme Campos deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Jayme Campos, digno representante de Mato Grosso em nosso país.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei rápido. V. Ex^a sabe que eu tenho o direito a vinte minutos, mas me comprometo a usar bem menos na minha fala aqui, até porque eu quero apenas dizer da nossa...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Seis minutos está bom para V. Ex^a?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Dez. Ficaria muito satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Dez. Aqui quem marca é V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

A minha presença aqui nesta tribuna é para falar da nossa perplexidade atônita com a situação em que se encontra a população de Cuiabá, que assistiu indefesa, ontem, a mais uma demonstração de ousadia e crueldade de quadrilhas que assaltam e matam sem piedade, em plena luz do dia.

Por volta das quatro horas da tarde, bandidos alvejaram covardemente, pelas costas, o vigia de um carro— forte num dos centros comerciais mais movimentados da cidade. Seguiu— se o tiroteio, que poderia ter se transformado numa tragédia sem precedentes em nosso Estado. Cenas de pânico e medo, sangue e corpos estirados pelo chão, a testemunhar o clima de terror.

Infelizmente a insegurança em que vivemos atualmente, meu caro Senador Paulo Paim, na comunidade mato— grossense é um saldo dramático: dois seguranças e dois assaltantes baleados e mortos. A tentativa de assalto foi frustrada pela coragem dos vigilantes – e aqui eu quero render as minhas homenagens póstumas a eles – que levaram sua noção de dever às últimas consequências. Um deles, inclusive, morreu segurando o malote bancário. Mas, o temor e a intranquilidade, já abalada, por crimes bárbaros que ainda estão sem solução.

Cito especificamente os casos do jornalista Auro Ida e dos Prefeitos Antonio Luiz de Castro, de Nova Canaã do Norte; e Waldenir Antonio da Silva, de Santo Antonio do Leste, assassinados há mais sem respostas convincentes sobre a autoria do crime.

Essas são vítimas com rostos conhecidos, personagens de nossa cena política e cultural, personalidades de quem podemos falar. Mas, segundo levantamentos da própria Justiça mato— grossense, uma verdadeira legião de mortos praticamente insepultos povoam as prateleiras das cortes criminais da região. Dormem nos escaninhos dos tribunais de nosso Estado nada mais, nada menos do que 6.300 processos de homicídios. A mesma fonte revela que, nos últimos três anos, ocorreram mais de 11 mil denúncias de assassinato, sendo que cinco mil casos ainda nem foram julgados.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a vida é um dom superior, um sopro da presença de Deus na matéria. Banalizar a vida significa zombar da criação; é o mesmo que conspirar contra as noções básicas de humanidade e compaixão.

Se ao longo da sua evolução, o homem deu às costas à divindade da existência, promovendo a morte como instância de dominação de poder, cabe ao Estado amparar a sociedade moderna em sua incessante

busca pela paz, pela liberdade, por tolerância e pela convivência.

Os governos têm a obrigação ética de reprimir o crime, punindo exemplarmente seus culpados. Os governos não podem ser frouxos ou paternalistas com os bandidos; devem agir com rigor de suas atribuições constitucionais, caçando os criminosos e salvaguardando os direitos individuais e coletivos do cidadão.

Nossa sociedade vive o signo do medo, pois uma simples operação bancária tornou— se uma atividade de risco. Os bandidos trancafiaram nossos semelhantes nas prisões da desconfiança e do pavor. Somos hoje seres assustados. Tememos bala perdida, assalto, sequestro e assassinato. Nossa sociedade adoeceu e o Estado tornou— se impotente diante do crime, vítima da falta de estrutura e treinamento das polícias que, por sua vez, são vítimas dos baixos salários pagos aos agentes de segurança e, sobretudo, vítimas da corrupção e das lamentáveis conexões entre autoridades e marginais.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em Mato Grosso, a situação ficou insustentável na área de segurança pública, devido à greve dos investigadores e escrivães, que se arrasta desde o dia 1º de julho. Apenas 30% da categoria permanecem em atividade, o que dificulta o efetivo combate aos bandidos e à elucidação de crimes.

Nesse sentido, faz— se necessário o esforço do Governador Silval Barbosa e do comando de greve para que, por meio do diálogo e da compreensão dos reais interesses da comunidade, cheguem a um bom termo o mais rápido possível, porque, sem polícia, não há como debelar o crime.

Por isso, entendo que é preciso reagir. Mato Grosso está acostumado a recolher vida de seu solo, e não enterrar o futuro de sua gente.

Portanto, quero aqui, nesta oportunidade, dizer da nossa preocupação, Senador Wellington, na medida em que nós Senadores, a sociedade inteira está acostumada a ver tragédias e tragédias como essas acontecerem em todo território nacional. Mas o que me causa maior perplexidade é que em Mato Grosso, que sempre foi um Estado tranquilo, a violência está tomando conta.

Por incrível que pareça, essa tragédia aconteceu no dia de ontem, mas, há poucos minutos atrás, eu ligava a nossa Internet e acompanhava um dos *sites*, quando vi que acabaram de assaltar também um banco lá na cidade de Campo Novos, com vários reféns.

Então, particularmente, eu acho que o Governo Federal, quando se propõe implantar o PAC da Segurança, que é o PAC— II – e, desta feita, o Ministro José Eduardo Cardoso esteve na semana passada na

Comissão Externa que vai buscar subsídios, dados, informações para construirmos a política nacional de segurança – eu acho muito importante, não só apoiarmos a PEC nº 300, que vai melhorar os salários dos nossos policiais como, sobretudo, nós temos uma política efetiva do combate à violência.

O projeto é muito bonito, a proposta é ótima, mas eu pergunto Senador Inácio: A proposta é da edificação de 2.800 bases comunitárias de policiais militares deste País. E fazendo um cálculo, rapidamente, eu acredito que vá precisar no mínimo de um aumento efetivo de 60 a 80 mil novos policiais, que devem ingressar nas fileiras das Polícias Militares do Brasil.

O que vejo hoje é a dificuldade que as polícias paguem um bom salário, que inicia aí a conversa, Senador Paulo Paim. É muito pouco o que ganham, quase nada, os policiais que tem a missão nobre de serem os guardiões da sociedade, no que se diz segurança pública. E quando se faz uma proposta muito bonita, que é a proposta do PAC– II em relação à segurança, de 2.800 bases, eu pergunto: Onde vamos ter policiais para atender esse demanda, de atender esses tantos números de bases comunitárias? Na medida em que Mato Grosso, hoje, precisava ter no mínimo, no mínimo, algo em torno de 12 mil policiais. Nós temos o efetivo na casa, mais ou menos, de 6.500 a 7 mil homens, já com dificuldade de dar um bom salário.

Por isso eu quero fazer um apelo, também, à Presidenta Dilma, que veja de outra maneira, com outros olhos, a questão salarial dos nossos policiais. Em Mato Grosso, particularmente, os salários estão muito aquém da real necessidade; um Soldado da PM ganha, eu acho, em torno de R\$2 mil. Então, se nós não tivermos um salário muito bem pago, uma polícia inteligente, o Governo Federal apoiando, sobretudo as questões das fronteiras, que são 16 mil quilômetros de fronteiras que nós temos hoje no Brasil, com o Paraguai, com a Bolívia, com a Argentina, então nós precisamos reforçar de fato o policiamento em relação às fronteiras brasileiras.

E quero crer que só vamos combater a violência, primeiramente, com boas políticas públicas, investindo em educação, investindo na política social, na saúde, nas praças públicas, ou seja, em áreas de lazer, na geração de emprego, enfim. Feito isso, tenho certeza de que vamos diminuir esse número assombroso que hoje temos no nosso País.

Os índices aumentam todo dia, todavia o Governo está sendo impotente para resolver essa demanda, que, lamentavelmente, é assustadora.

De maneira que eu quero me solidarizar com os familiares dos seguranças que foram a óbito, lá no meu Estado. Quero crer que são homens como es-

ses que certamente enaltecem a classe trabalhadora brasileira, na medida em que pagaram com a própria vida na defesa dos interesses que, com certeza, não eram somente do emprego. Eles são a demonstração, sobretudo, de que devemos muito ao trabalhador brasileiro diante do que prestam à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, permita, eu ia fazer um aparte lá do plenário,...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com muito prazer, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...mas como eu tive que presidir... É só para dizer a V. Ex^a: meus cumprimentos. É preciso discutir, sim, a situação da Polícia Militar. Não dá para um policial, em Brasília, ter um piso de R\$5 mil e no Rio Grande do Sul e no Estado de V. Ex^a, ter um de R\$1 mil. Não dá para não enfrentar esse debate. Vamos ter que enfrentar; senão vão continuar acontecendo mortes, mortes e mortes e não se responde, porque eles não têm estrutura, não têm segurança e não têm salários. Para nos dar segurança eles têm que ter um mínimo de segurança.

E a outra questão, a dos vigilantes, na nossa Comissão, coordenada por V. Ex^a, nós aprovamos o adicional de periculosidade. Infelizmente, a Câmara não vota.

Quero cumprimentar V. Ex^a, que está defendendo os vigilantes e os Policiais Militares. Nós vamos ter que enfrentar esse debate aqui no Congresso da República. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, que indiscutivelmente é o grande defensor, defende todos os dias, certamente com outros Senadores, com outros Parlamentares da Casa, das classes trabalhadoras. Mas V. Ex^a colocou aqui que, até agora, está emperrada a periculosidade, na Câmara, infelizmente. Foi aprovada aqui, mas não sei qual é o motivo, qual é a razão por que até agora não foi aprovada.

De tal forma que acho que é um debate que temos que travar aqui, buscando segurança, políticas públicas sociais, para nós diminuirmos a violência. Particularmente, estou assombrado, perplexo em relação ao meu Estado, Mato Grosso, que sempre foi um Estado pacífico, manso, e que hoje, lamentavelmente, Senador, nós passamos a ser reféns dos bandidos, dos marginais daquele Estado.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, o Sr. Inácio Arruda deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento, Senador Jayme Campos.

E agora eu passo a palavra para o Senador Walter Pinheiro.

O Senador Walter Pinheiro dispõe do tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, Sr. Presidente, aqui, antes desses dois importantes registros sobre investimentos na Bahia e a Feira de Ciência e Tecnologia ali no Centro de Convenções, quero, aqui, dizer da minha alegria de hoje ter lido em todos os veículos de comunicação em nosso País a informação precisa, incisiva e contundente, através de uma fala da Presidente Dilma quando diz de forma muito enfática as medidas tomadas. A última e, portanto, diria complementar a todos esses passos que, desde o início do ano, o nosso Governo vem adotando na área fiscal inclusive na área para conter a escalada da inflação, medidas buscando manter o desenvolvimento econômico e me refiro, ontem, à alteração do nosso superávit em dez bilhões e, como disse a Presidenta Dilma hoje em Pernambuco, essas medidas completam o caminho para que o Copom possa baixar as taxas de juros ou a taxa básica de juros, mais conhecida como a Selic.

Chegou a hora, companheiro Paulo Paim, dessa contribuição por parte do Copom para interferir diretamente na economia, para ir ao encontro das medidas que o Governo vem tomando e, nessa atitude, corroborar com todas as iniciativas para que o desenvolvimento econômico no País continue, como disse muito bem o nosso Ministro Fernando Pimentel, hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, para que também a gente tenha a oportunidade de enfrentar a crise, mantendo o nível de geração de postos de trabalho, mantendo principalmente a inflação sob controle.

Essa é, portanto, uma das medidas importantes, Paulo Paim, Medidas como essa é que nos levam a ter atitudes como a que vou revelar agora anunciada ontem pelo Presidente da Petrobrás, o baiano José Sérgio Gabrielli, na Federação das Indústrias do Estado da Bahia.

Dizia ali o nosso Presidente da Petrobrás, Gabrielli, sobre o Plano de Negócios 2011/2015 da Petrobrás. Esses investimentos são da ordem de 224,7 bilhões e, aí, estou me referindo a dólares, transformando isso ou traduzindo para reais, estamos falando em algo na ordem de R\$389 bilhões, sendo que 95% do montante direcionados, claro, ao Brasil. A Petrobras tem operações fora do Brasil, também, meu caro Paulo Paim. E na Bahia, o plano, anunciado ontem ou

o plano de negócios 2011/2015, da Petrobras prevê investimentos na ordem de 9,8 bilhões de dólares, sendo 6 bilhões na exploração de novos campos e desenvolvimento dos já existentes; portanto, ampliando a nossa capacidade na prospecção de petróleo e nos preparando, meu caro Wellington Dias, para o grande debate sobre a distribuição dos *royalties* do petróleo, que todos nós aqui apontamos as nossas expectativas e as nossas baterias para a conclusão desse conjunto de debates, patrocinados ali pela Comissão de Infraestrutura e pela Comissão de Assuntos Econômicos, para que, ao final do mês, portanto, a partir do dia 15 de setembro, já tenhamos os indicativos para um acordo e até o final do mês possamos votar uma matéria que discipline, de uma vez por todas, a distribuição dos *royalties* do petróleo no Brasil.

Esse plano e as prioridades da Bahia estão concentradas em campos como de Araçás, no nosso conhecido litoral norte baiano, o território do litoral norte, o Polo Balsamo, Miranga, além de a retomada da produção do campo de Dom João Mar. Os projetos de exploração de petróleo prevêem ainda a perfuração de pelo menos 40 novos poços na Bahia, até 2015.

Esses investimentos não se situam só nessa área da perfuração, ainda temos os investimentos na cadeia do gás, portanto serão na ordem de 1,7 bilhão de dólares. O principal investimento será na instalação do terminal de regaseificação, na Bahia de todos os santos, que deve entrar em operação em janeiro de 2014, com a capacidade de regaseificar 14 milhões de metros cúbicos dia, estou me referindo à atividade com gás. Também foram anunciados investimentos para a construção das usinas termelétricas, de Barra do Rocha I e Bahia II. Há, por parte da Petrobras, uma expectativa de que a participação do Pré-sal na produção do Petróleo da estatal passe de 2% para 18%, em 2015 e alcance algo em torno de 40,5% em 2020.

Atualmente o mercado do Nordeste é abastecido, prioritariamente, pela Refinaria Landulpho Alves que se situa ali na cidade de São Francisco do Conde, apesar da nossa referência ser Candeias, mas é importante lembrar isso.

Na região, mesmo com essa presença da Refinaria Landulpho Alves, ainda temos um déficit de 464 mil/dia. Portanto, estou me referindo a essa produção de litros de combustível que alimenta a nossa região Nordeste e é levado para a região Nordeste de outras regiões.

A Bahia também poderá receber investimentos extras da Petrobrás e aí me refiro à área naval. Estamos numa disputa para a consolidação do estaleiro baiano, a licitação que, efetivamente, deve abrir para 21 novas sondas de exploração de petróleo e gás. Por-

tanto, está em curso esse processo licitatório e até o dia 2 de outubro nós teremos o certame de envio de propostas para o desfecho dessa importante licitação, permitindo assim que nós consolidemos o nosso parque de estaleiros na região da Baía de Todos os Santos.

Há uma expectativa muito grande por parte de todos os baianos que o Consórcio Rio Paraguaçu, que recentemente lançou, Senador Paim, fiz questão de enaltecer aqui, uma importante e nova tecnologia na área de exploração de petróleo a partir de uma base instalada em plataforma.

Portanto, um produto, um desenvolvimento feito naquela região.

Então, é muito provável que nossa expectativa que esse consórcio que pretende erguer estaleiro em São Roque, ali em Maragogipe, cidade baiana, que esse consórcio possa entrar na disputa.

Então, Sr. Presidente, acredito que esse importante passo, esses investimentos da Petrobrás, vão, exatamente, ao encontro dessas medidas que falei aqui antes, as medidas adotadas pelo nosso governo no sentido de estimular o desenvolvimento.

Essa política da Petrobrás é uma política que não só vai ao encontro das medidas como vai tendo um papel decisivo nas medidas que são investimentos locais. São investimentos espalhados.

São investimentos espalhados no País. Assim como assistimos também, Senador Inácio Arruda, na semana retrasada, o grande leilão de eólica no país, permitindo assim que diversos Estados pudessem participar. Na Bahia, por exemplo, nós participamos, entramos no leilão e conquistamos dezoito parques..., São dezoito parques, a conquista, terminando com 52, porque já tínhamos 34 parques consolidados – no último leilão, dezoito –, perfazendo o total de 1.414 *megawatts*/hora de energia do vento.

Portanto, são iniciativas importantes. Aqui estou falando dos investimentos da Petrobrás em matriz energética, o aspecto fundamental dessa produção de combustível. Nós hoje estamos nos preparando para o processo de apreciação de uma medida provisória que traz em seu bojo inclusive regras para regular a produção industrial do etanol. O etanol hoje, que é misturado à gasolina, e, portanto, influencia decisivamente no preço da gasolina, o que conseqüentemente impacta diretamente no controle da inflação.

Eu dizia, meu caro Senador Inácio Arruda, mais ou menos no início de março aqui, que precisávamos de medidas duras contra aqueles que contraem recursos, no BNDES, para investimento. E, em decorrência do preço do açúcar, essas usinas partiram para produzir muito mais açúcar do que álcool - o preço do açúcar no mercado internacional está cada vez mais elevado

–, e nós estávamos tendo uma baixa produção de álcool por parte dessas usinas.

Agora, temos dois elementos incidentes, ou melhor, influenciadores nessa política negativa: a queda da safra e ainda a baixa produção de álcool. Então, a medida provisória que votaremos amanhã nos traz este alento que é a participação da ANP na regulação da produção. Portanto, é, numa linguagem bem direta, exigir que aqueles que tomaram financiamento, no BNDES, produzam álcool, ou seja, trabalhem com o etanol, para que tenhamos a oportunidade na mistura. Essa medida provisória também traz outro componente importante. Ou seja, trouxemos o percentual de mistura, que era no seu limite mínimo de 20, para 18, permitindo assim uma maior utilização da gasolina na relação com o álcool, para tentar interferir nessa linha de preço.

Logo, investimentos como esse da Petrobrás, no Estado da Bahia ou em qualquer outro lugar do Brasil, são importantes para essa consolidação da matriz energética são importantes esses investimentos para o fomento da economia local para geração de postos de trabalho. E no particular na Bahia, nós temos toda uma indústria petroquímica em volta. Então, portanto, esses investimentos da Petrobrás encontram um polo petroquímico vigoroso e que, portanto, completa o ciclo de petróleo e petroquímica permitindo assim a atividade econômica da Bahia continuar em franco desenvolvimento.

Mas quero, Sr. Presidente, aqui para encerrar, também registrar um importante ato na Bahia patrocinado também desde o dia de ontem, que é nessa área – que sei que V. Ex^a é um apaixonado também – da educação profissional. O Governo do Estado da Bahia realiza uma feira que começou ontem, e deve encerrar até o dia de amanhã, portanto, a 1^a Feira de Ciência e Tecnologia Sociais e o 2^o Encontro de Educação Profissional da Bahia, evento dessa magnitude, realizado no Centro de Convenções, aberta ao público. A Feira tem meu caro Paulo Paim, 26 estandes de unidades dos territórios, portanto, com representação, a Bahia dividida em 26 territórios, então cada território representado ali com as unidades territoriais do Ensino Profissionalizante. E é importante salientar que entre as tecnologias expostas pelos alunos, estão exatamente as de produção de biodiesel e de sabão com óleo de cozinha. Quer dizer, a fabricação de instrumentos, economia de energia que é outro desenvolvimento muito importante e a política de reciclagem de computadores.

Na sexta-feira próxima passada, dia 26, foi publicada no **Diário Oficial** da Bahia também a expansão da nossa rede com a criação de mais 4 centros profissionalizantes estaduais: um na cidade de Santa

Luz, outro na cidade de Ilhéus e dois em Salvador. Com isso, a Bahia passa a contar com 50 centros profissionalizantes, sendo 28 territoriais e 22 estaduais. É bom salientar meu caro Paim, eu gosto muito de firmar isso, me lembro que quando o Governador Jaques Wagner chegou ao governo, na Bahia nós tínhamos quatro mil alunos matriculados no ensino profissional. Portanto, no dia de ontem, o nosso Secretário Oswaldo Barreto anunciou a marca 50 mil vagas ocupadas no ensino profissional, na Bahia, e a meta é chegar, em 2014, com 84 mil vagas, oferecendo à nossa juventude a formação profissional, espalhada exatamente nos nossos 26 territórios por todo o Estado. Na realidade, temos hoje, ainda, nessa esfera, 72 cursos entre Capital e interior oferecidos à nossa juventude.

Quero frisar, mais uma vez, a importância dessa rede profissionalizante, que são desde cursos rápidos até uma etapa um pouco mais longa, permitindo, assim, o chamado completar do ciclo profissionalizante, preparando a nossa gente para o mercado de trabalho.

É lógico que toda essa nossa estrutura, Senador Paulo Paim, soma— se a essa brilhante iniciativa do nosso Governo, começada no Governo Lula, que é a expansão da Rede Federal de Ensino Superior, Profissional e Tecnológico, hoje conhecida como IFETs, as nossas antigas escolas técnicas ampliadas na Bahia, com mais nove unidades.

É bom lembrar isto: ganhamos mais nove unidades dos IFETs, e a Bahia também recebeu mais duas novas universidades federais — a Universidade Federal do Oeste e a Universidade do Sul da Bahia —, completando, portanto, a nossa estrutura para a formação de nossa gente no ensino profissional, no trabalho de pesquisa.

A chegada de mais duas novas universidades, somando— se às três existentes na Bahia, permitirá a este Estado a possibilidade de ampliar os seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, inclusive com a Petrobras. Temos uma parceria para investimento na ordem de quase 30 milhões, na área do resinoquímico, dos campos maduros.

Então, é importante a formação profissional, a parceria com o sistema Senai, o Simatec, formando gente. O Simatec que, hoje, meu caro Wellington, tem 17 cursos de nível superior na sua formação, lá na unidade, além das faculdades particulares, como a Unifacs e outras, que participam conosco de diversas iniciativas.

Portanto, quero aqui saudar essa brilhante experiência da Feira. A nossa juventude lá, envolvida, criativa, mostrando, de forma muito enfática, toda essa produção do conhecimento, expressada naquilo que chamamos, a cada momento, de tecnologia que nada

mais é, Paim, do que a nossa capacidade de aplicar à ciência. Eu sempre brinco e essa ciência está aqui sobre a cabeça de todo o mundo. Alguns vão e aplicam e neste sentido alguns vão tornando— se donos porque acharam que aplicaram e portanto passam a controlar.

O nosso desafio é estimular cada vez mais que esta ciência, que este conhecimento seja aplicado e que ele não tenha dono. E que isso possa cada vez mais ser espalhado, difundido por todos os cantos permitindo a evolução científica e tecnológica, a evolução de mercados, a ampliação da oferta de emprego e promovendo principalmente a distribuição social.

Era isso meu caro Senador Paulo Paim o que tinha a dizer, nesta noite. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) — Cumprimento Senador Walter Pinheiro, defendendo como sempre o interesse de todos pelo brasileiro e o ensino técnico, com certeza, é uma paixão de todos nós e que aponta o futuro da nossa juventude.

Passamos a palavra como Líder do PC do B ao Senador Inácio Arruda.

Autor, permita— me que eu diga, porque eu disse nas Comissões...

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) — Claro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) — ... junto da PEC das 40 horas.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Claro! E eu já requeiro uma Audiência especial da Comissão de Direitos Humanos para que possamos discutir a redução da jornada de trabalho nos termos do projeto que apresentamos, em conjunto, ainda na Câmara dos Deputados, que está pronto para ser votado naquele Plenário.

Antes faremos um trabalho que vai envolver a nossa Ministra Maria do Rosário e a Casa Civil da Presidenta da República e articulação política, envolver no bom sentido, evidentemente, para aprovarmos aqui o projeto de lei da Deputada Maria do Rosário, hoje Ministra dos Direitos Humanos, a anistia para os trabalhadores do Correio que já é uma matéria madura, pronta, não há mais resistência alguma. O próprio Presidente dos Correios, hoje, colocou— se à disposição para que pudéssemos colocar esse acordo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar a minha fala, quero solicitar a V. Ex^a a aprovação de dois requerimentos de minha autoria, o Requerimento nº 721, de 2011, que prepara uma sessão de homenagem ao Ano Mundial da Química Verde, promovida pelas Nações Unidas, e o Requerimento nº 877, de 2011, para que façamos uma homenagem aos economistas brasileiros, tantos homens e mulheres tão destacados na nossa atividade, discutindo os rumos do Brasil na área da economia. Então, eu pediria que,

logo que for possível, V. Ex^a pudesse votar esses dois requerimentos que considero importantes para a nossa atividade nacional no Parlamento brasileiro.

Sr. Presidente, quero primeiro fazer um registro do desempenho da atividade da Subcomissão do Nordeste, presidida pelo Deputado Wellington Landim, que percorre o nosso País, visitando as cidades nordestinas. Ontem, estive no Ceará, buscando examinar quais são as questões mais sentidas do povo cearense, quais os problemas mais candentes, em que nós podemos firmar esse sentimento de unidade da nossa região, a região onde ainda, infelizmente, se localiza o maior número de pessoas abaixo da linha de pobreza. Por isso, exige de nós um cuidado especial, e o seu trabalho, Senador, é muito importante. Nós, cearenses, nos congratulamos com o trabalho da subcomissão que ontem teve a presença do Governador do Estado, que teve a presença do Senador paraibano Vital do Rêgo e do nosso colega José Barroso Pimentel.

Conversei há pouco com o Senador Eunício, que não pôde comparecer, mas lá estava uma delegação de pessoas que trabalham com ele, que acompanhou toda a atividade da nossa Comissão.

Ali destaquei três questões que considero muito importantes. A primeira, Sr. Presidente, é que nós estamos construindo uma obra especialíssima, fruto da ousadia do Presidente Lula, que é a interligação de bacias hidrográficas com um sentido humanístico e no sentido, que também é humanístico, do desenvolvimento de uma região chamada Nordeste setentrional, uma das regiões mais secas do nosso País. Essa interligação de bacias, eu posso dizer que tem o seu trabalho facilitado por uma trajetória secular de uma instituição chamada Dnocs, que preparou o meu Estado, o Ceará, com barramento de rios; depois, com a interligação das águas desses rios com várias outras bacias, através dos seus barramentos; que preparou o Rio Grande do Norte com suas barragens, para acumular água, para poder garantir a nossa existência naquela região; que preparou a Paraíba, Pernambuco, posso dizer que uma parte significativa do Piauí, mesmo do Maranhão, que tem muita água, de Alagoas, Sergipe, Bahia, onde esse órgão atua.

Hoje se discute quem deverá comandar a gestão desse importante empreendimento. E eu digo que, na verdade, esse debate não poderia existir, não deveria existir, porque já há um órgão do Governo Federal preparado, uma verdadeira escola de hidrologia do nosso País, uma universidade do semiárido na prática, que é o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. A terminologia mais adequada seria de convivência com a seca, porque foi isto que ele fez: permitiu a nossa convivência com os longuíssimos períodos de estiagem.

Pouca gente fora do Nordeste sabe o que é uma estiagem de dois anos, dois anos e meio, três anos. Poucos. Poucos sabem o que é isso. Poucos conviveram, no conjunto do País. Só quem está ali naquele pedaço sabe o que é uma longa estiagem e os seus efeitos, muitas vezes danosos, que obrigaram o povo do meu Estado, muitos do Piauí, do Maranhão, a povoarem todo o norte e também o sul e o sudeste brasileiro. Eu, se puder, um dia, ainda vou fazer campanha do Lindbergh Farias lá no Rio de Janeiro, pedindo o voto dos nossos amigos cearenses que moram naquele torrão.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Há um milhão de cearenses, viu? Não quero tomar o seu tempo, mas há um milhão de cearenses no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Isso da última leva. Mas é para demonstrar o que é que significa a diáspora da nossa região. Então, na verdade, não se deveria nem discutir esse assunto, Senador Wellington Dias. Eu acho que a gestão deve ficar na mão do Dnocs. Digamos que vamos travar uma batalha. Se surgiu a discussão, é porque existe uma dúvida sobre quem deve comandar esse grande empreendimento conduzido pelo Presidente Lula e pela Presidente Dilma, porque ela já vem tocando nesse assunto desde quando ocupava a Casa Civil no governo do Presidente Lula, meu caro Wellington Dias, a quem já concedo a palavra para um aparte.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Senador Inácio Arruda, primeiro quero agradecer a V. Ex^a, já agradecemos lá a direção da Assembleia Legislativa, o Governador Cid, os prefeitos, as lideranças todas, empresariais, dos trabalhadores, os técnicos, e com um carinho especial a V. Ex^a, ao Senador Pimentel, que tão bem nos receberam lá no Ceará. O povo do Ceará colocando de forma competente as suas posições em relação ao desenvolvimento do Nordeste. Quero ressaltar exatamente a participação de V. Ex^a, trazendo um tema que nós ainda não havíamos visto nos outros Estados por onde havíamos passado, que é exatamente o papel do Dnocs dentro desse programa de recursos hídricos, dentro do programa Água para Todos, e puxar o tema da recuperação dos perímetros irrigados. Hoje já acertamos com o Senador Benedito de Lira que a Comissão de Desenvolvimento Regional realizará uma reunião de trabalho com o Ministro Fernando Bezerra, trazendo todos os envolvidos, Codvasf, Dnocs, enfim, para que possamos fazer uma pactuação dentro daquilo que V. Ex^a cobrou: colocar para funcionar, gerar emprego e renda, porque é disso que o Ceará e o Nordeste precisam. Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço a ilustrada participação de V. Ex^a, mas, na

verdade, nós do Ceará é que estamos agradecendo, porque abriu um espaço fabuloso. Olha, imagine que o Ceará tem 85 mil hectares irrigados! Isso foi Dnocs. O que há hoje de irrigação no Piauí e na Paraíba, não tenho dúvida, também foi Dnocs. Mesmo em Pernambuco, tirando a parte do São Francisco, ali embaixo, o rio ali, Petrolina, Juazeiro, na Bahia, também foi Dnocs. No Rio Grande do Norte, também. Então, acho que temos o dever de colocar na mesa o debate sobre quem deve comandar essa importante obra.

Mas, Sr. Presidente, uma segunda questão para o Nordeste – não é fácil, não; isso é batalha renhida que se trava, que foi abordado também nessa grande reunião no Ceará: chama-se Banco do Nordeste. Nós precisamos alavancar o Banco do Nordeste. Não temos que ter medo, receio dos argumentos que muitas vezes se levantam.

Lembro-me de quando discutimos o Simples na Câmara. V. Ex^a era Deputado Federal naquela época. Começou-se a discutir o primeiro Simples; travou-se uma guerra, a Receita não aceitava, daria prejuízo, etc. Tivemos que dobrar essa questão no voto. E ganhamos. Hoje o Simples é uma realidade e está se expandindo.

A mesma coisa quando se falam dos bancos regionais, dos bancos públicos regionais, de grande importância para nossa região. O banco de investimentos da nossa região é o Banco do Nordeste. E esse banco precisa ser alavancado. No final de sua gestão, o ex-Presidente do banco, Roberto Schmidt, fez praticamente um manifesto ao Presidente Lula, na sua presença. E o Presidente Lula respondeu afirmativamente: “Vamos pegar isso à unha e vamos resolver”.

Quando aqui tramitou matéria que abria crédito de cinco bilhões para a Caixa Econômica, nós fizemos uma emenda que foi aprovada na Câmara e depois no Senado. Mas quero dizer que foi a duras penas, com forte resistência da Fazenda, forte resistência. Praticamente, pediram ao relator, na última hora, para retirar. Um bilhão para o Banco do Nordeste. Mas nós conseguimos aprovar. O Presidente Roberto Schmidt pediu mais 10 bilhões ao Presidente Lula, que disse: “Vamos mandar”. Porque precisamos alavancar o banco. Ele precisa dessa alavancagem para ampliar a captação de investimentos que podem vir para o Nordeste e precisam do apoio dessa instituição. Isso ajuda o Nordeste inteiro e ajuda o Brasil. Acho que precisamos pegar à unha esta questão da alavancagem do Banco do Nordeste porque ela é muito significativa para a nossa região. Ali estava presente o atual Presidente do banco, Jurandir Santiago, que está mais do que compromissado com esta importante proposta para o Nordeste brasileiro.

Sr. Presidente, quero abordar o segundo tema que é correlato: é o problema da luta pela educação no Brasil. Esta semana teremos a marcha dos estudantes que vêm a Brasília.

Eles vêm dispostos a fazer um grande movimento, a dar uma balançada nos nossos sentimentos em torno da questão da educação no Brasil. Nosso investimento ainda é muito pequeno. E olha que o que fez o Lula e o que está fazendo a D^a Dilma não é pouca coisa. Não é pouca coisa. A nossa Presidente já lançou o Pronatec, que nós vamos, daqui a pouco, aprovar no Congresso Nacional, já fez a ampliação da rede federal de ensino superior, as universidades e os institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Posso citar o Estado do Ceará. Sei que isso o Wellington fez em seu Estado, mas isso também vai progredir em muitos outros Estados nordestinos. Mas, no Estado do Ceará, de seiscentas escolas de ensino médio, quando o estudante concluía o ensino médio, você perguntava o que ele era, e ele dizia que não era nada, porque ele não estava formado em nada, ele tinha se preparado para fazer o vestibular. Mas, na escola pública, com dificuldade para se chegar a uma universidade, poucos iam fazer o vestibular e não tinham formação nenhuma, profissão nenhuma. Eu tive oportunidade de fazer o ensino médio e ter um título de graduado em eletrotécnica pela Escola Técnica Federal. Nós precisamos pegar isto aqui: o novo Plano Nacional de Educação.

Os estudantes, professores e parte significativa da sociedade pedem a ampliação dos investimentos nesse setor. Pedem 10% do PIB para a educação. E não é muito. A gente considera muito porque são tantas as necessidades do País que você se pergunta: “Só para a educação 10%?” Para quê? Para melhorar a qualidade, para garantir que professor de ensino médio, de ensino básico e de ensino infantil sejam professores de dedicação exclusiva. Não pode haver caso de professor que é pago pelo mesmo Governo, ou seja, o mesmo Governador pagar para ele de manhã numa escola e de tarde noutra. É a mesma Prefeitura. São os entes federados em conjunto que pagam três contratos para um professor ficar feito louco correndo da cidade, da capital para um Município da região metropolitana ou correndo o Município inteiro para ganhar, em conjunto, um salário que poderia ser pago numa escola só, ele tendo dedicação exclusiva, com mais qualidade, com mais eficiência, com mais condição para se preparar para acompanhar a família.

Tenho certeza de que temos problema na gestão das escolas. A eficiência, o nosso modelo, o regime de funcionamento, sei que tudo isso é problema, mas,

sinceramente, se não melhorarmos o trabalho com os professores, vamos continuar sofrendo na educação do nosso País.

Veja, no meu Estado, já tivemos neste ano uma greve na capital, longa greve, praticamente liquidando o primeiro semestre dos professores. E as bandeiras dos professores eram justas. Não tinha uma bandeira equivocada. Eram corretas. Eram justas. Agora estamos com uma paralisação dos professores do Estado. Também são justas as suas bandeiras. São corretas. Mas, quando você examina, tanto no caso dos Municípios como no caso dos Estados, as condições para que Estados e Municípios banquem, com os meios de hoje, uma reparação salarial capaz de oferecer ao professor da educação exclusiva, praticamente nenhum Estado tem condições de fazer. Faz o Distrito Federal, porque é o Governo Federal que banca, é a União que banca o Distrito Federal. Os outros Estados não têm esses meios adequados.

Aonde quero chegar? A um tema que abordamos ontem, na Assembleia Legislativa, que é de onde vamos retirar os recursos para atender aos professores do Estado do Ceará, do Piauí, do Maranhão, para citar três unidades da Federação, que têm mais carências no nosso País. De onde vamos tirar os recursos? Se não criarmos um tributo novo, se não criarmos um novo imposto, de onde vem? Vem de conseguirmos amarrar a aplicação dos recursos, dos **royalties**, dos recursos do Fundo Social do pré-sal e destiná-los para a educação, assegurá-los para a educação.

Por que crescemos na área de ciência e tecnologia? Por que cresceu exponencialmente o número de patentes depositadas pelo Brasil? Porque usamos os fundos já existentes atualmente, os chamados fundos setoriais. Usamos mais recursos na área de pesquisa, em ciência, em formação, em qualificação dos pesquisadores brasileiros. É isso que tem alavancado essa área no Brasil. Pois vamos usar o fundo do pré-sal para a educação. Vamos assegurar esse recurso por um período, durante os próximos 30 anos, durante os próximos 20, 25, 30. Vamos estabelecer uma meta. Não há meta de inflação? Se há meta de inflação, por que não há meta para erradicar? Agora mesmo o Presidente disse: "Vamos erradicar a miséria!". Pois vamos erradicar também essa chaga de educação de baixa qualidade no Brasil, de notas baixas que envergonham o nosso País ainda.

De onde vamos tirar dinheiro? Eu digo: vamos tirar daqui, vamos tirar do Fundo Social do Pré-sal, vamos tirar dos **royalties**. Vamos amarrar a aplicação desses recursos. Vamos deixar ligados. Este é o maior investimento, é o maior bem que podemos fazer ao nosso País: é o investimento na educação, dando

qualidade, garantindo dedicação exclusiva dos professores. Eu quero um professor de educação infantil ganhando igual a professor universitário. Ora, se ele cuida da pessoa que acabou de nascer, com um ano, dois anos de idade, esse, na verdade, era para ser o mais bem remunerado. Nós fazemos uma inversão no Brasil: nós remuneramos bem quando se chega ao final, e remuneramos mal na formação do nosso povo. Isso causa um prejuízo grande na nossa formação.

Então, Sr. Presidente, eu proponho, defendo que nós nos juntemos aos estudantes brasileiros, à União Nacional dos Estudantes, à União Nacional dos Estudantes Secundaristas, à Organização Nacional dos Professores, seja de ensino básico, seja de ensino médio, seja de ensino infantil, seja de ensino superior, para criarmos um sentimento no nosso País de que é, sim, possível alcançar os 10% do PIB em educação; de que é, sim, possível estabelecer metas e atender essa justa reivindicação do povo brasileiro. Não é uma reivindicação de um setor, de um segmento, de uma corrente político-ideológica. Não. Essa é uma reivindicação do Brasil.

Eu cito, para encerrar, um exemplo extraordinário, Sr. Presidente. Agora, a Presidenta Dilma anunciou a junção de todos os cursos da região do Cariri, nos Municípios de Crato, Barbalha e Juazeiro, cursos da universidade federal, cursos de Engenharia, de Medicina, de Agronomia, de Administração, de Direito, para criar uma nova universidade, a Universidade Federal do Cariri. Quando a Presidente anunciou, nós fizemos uma observação: aquela região, ao longo dos últimos 15, 20 anos, recebeu quase 10 cursos da universidade federal, entre eles os cursos de Medicina, de Engenharia, de Agronomia, de Direito, de Administração, de Ciências Contábeis, entre outros, todos com a sua grande relevância.

Ali ampliaram-se os cursos da Universidade Regional do Cariri, que é a universidade estadual, ali se sedimentou a presença do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Também surgiram cursos de universidades e faculdades particulares de Medicina, Direito, entre outros. Aquela região transformou-se num centro universitário de formação. E sabe qual é o resultado, Presidente Paulo Paim? O crescimento da região, o ano passado, foi de 18%, um crescimento que é o dobro das taxas chinesas, porque ali, agora, existe a presença da educação, da formação, que traz qualidade. Os centros universitários atraem investimentos, atraem negócios e melhoram a vida do conjunto da população daquela região.

Por isso que nos estamos juntando a esse movimento da UNE e da Ubes, dos professores, para atender à reivindicação dos professores do Ceará,

do Piauí, do Maranhão, do Rio Grande do Norte. É preciso garantir os meios, e nós temos condições de fazer isso aqui no Senado, na Câmara, no Congresso Nacional. Talvez, sem precisar criar um novo tributo, um novo imposto, tenhamos condições de aprimorar a educação e a formação do povo brasileiro. Se fizermos isso, se conseguirmos isso, talvez nós responderemos ao clamor do Presidente Sarney hoje, na tribuna do Senado, pedindo para cuidar da família. E acho que a melhor maneira de cuidar da família é garantir uma boa educação para os filhos do nosso povo, com eles tendo o direito a passar o dia inteiro na escola, porque hoje somente uma parte da população, pequena, tem direito a um serviço de qualidade o dia inteiro na escola, formando bem seus filhos.

Deixo, portanto, Sr. Presidente, essa reivindicação para que possamos apreciar as medidas que já estão tramitando no Senado e na Câmara, que permitem um investimento de qualidade na educação pública brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Senador Inácio Arruda, pelo seu pronunciamento. Oxalá todos os Estados brasileiros, na linha do que V. Ex^a falou em defesa da educação, paguem o piso salarial dos ‘professores, que esta Casa aprovou e, infelizmente, alguns Estados, até hoje, não pagam.

Vai ser importante, nesta quarta-feira – estarei com V. Ex^a, estaremos juntos, creio eu, presidindo, a pedido do Senador Roberto Requião –, esse debate com os estudantes do Brasil sobre o pré-sal e investimento na educação.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE.) – Obrigado.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, o Senador pode usar a palavra.

Em seguida, falará o Senador Wellington Dias.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero apenas agradecer. No sábado passado, estive na cidade de Marcolândia, no Piauí, e fui homenageado pelo povo daquela querida terra com o título de cidadania na Câmara de Vereadores. Foi uma bela festa, em que inúmeras lideranças foram homenageadas. A Câmara criou um título para homenagear os filhos da terra, e não somente aqueles de fora que, morando lá, contribuem com o desenvolvimento do Município. Eles homenageiam os filhos da terra que tanto fazem por aquela cidade tão pujante, que nasceu de um posto fiscal chamado Posto da Serra, que se transformou em

cidade, quando foi emancipada de Padre Marcos. Eu queria agradecer ao Prefeito Chico Coelho, ao Vice-Prefeito Amaro, ao Presidente da Câmara, Antonio Carlos, aos Vereadores Antonio Andrade, Antonio Luís, Chagas Ramos, José Valdemiro, Mateus Castro, Joel Coutinho, Valmir de Juracy e, em especial, ao Vereador Erivan Ramos, autor da propositura do título que me homenageou.

Já que o Senador Wellington Dias vai falar em seguida, eu conversava com ele aqui, Senador Paim, a respeito do fato de que um dos maiores clamores daquela cidade ainda é a questão da água, que começou com a Adutora do Estreito, que foi embargada. Nós temos aqui que buscar uma solução. Sei que o Senador Wellington, como governador, foi o autor dessa obra e lutou muito, mas temos de amenizar a dor daquele povo, buscando saída para que a água chegue a Marcolândia, já que essa é a prioridade zero para o desenvolvimento daquela região tão importante, já que é tão produtora. Eles querem lá um polo industrial, pois são um grande produtor de farinha de mandioca. Isso é importante para a qualidade de vida em Marcolândia.

Quero aqui deixar registrada essa homenagem, grato ao povo de Marcolândia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador João Vicente Claudino, eu não posso deixar de me somar a essa justa homenagem que a cidade lhe oferece. Tenho certeza de que V. Ex^a fez jus por tudo que tem feito aqui, no Congresso Nacional, e no Piauí, em defesa de todo o nosso povo e de toda a nossa gente. Parabéns a V. Ex^a. Que fique nos Anais da Casa essa homenagem que a cidade de Marcolândia fez a V. Ex^a. Meus cumprimentos.

Senador Wellington, com a tolerância de V. Ex^a, quero colocar em votação dois requerimentos de autoria do Senador que está aqui, do lado - se eu não colocar em votação, ele me tira a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foram lidos anteriormente os **Requerimentos nºs 721 e 879, de 2011**, do Senador Inácio Arruda e outros Senadores, solicitando que o período do Expediente da sessão do dia 25 de outubro seja destinado a comemorar o Ano Internacional da Química e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

Em votação os requerimentos.

Os Senadores e Senadoras que concordam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi lido também, anteriormente, o **Requerimento nº 877, de 2011**, também do Senador Inácio Arruda e outros Senadores, solicitando que o período do Expe-

diente da sessão do dia 20 de setembro seja destinado a comemorar o Dia do Economista.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Assim, atendemos o requerimento do Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Com a palavra, o Senador Wellington Dias, pelo tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, é um prazer e uma honra. Também quero me somar aqui à homenagem feita pelo povo de Marcolândia... Aliás, Senador Paulo Paim, pouca gente sabe: Marcolândia é uma cidade que fica próxima de Araripina, em Pernambuco. Nesta época do ano, provavelmente ainda, chega a 10 graus. O Piauí é conhecido pela temperatura de Teresina, que, nesta época do ano também, chega perto, ultrapassa 40 graus. É uma tríplice fronteira: Ceará, região de Campos Sales; Araripina, a região de Pernambuco; e a região de Marcolândia, no Piauí.

E sei da dedicação de V. Ex^a, todo trabalho e todo empenho por aquela região. Por isso, considero justa a homenagem e me somo aqui com V. Ex^a, tenho certeza o Senador Ciro, para a gente encontrar uma saída em relação à Adutora do Estreito, a Adutora do Leste, que mudou para Adutora do Estreito. A barragem ficou pronta, a adutora está pronta, faltam apenas as estações elevatórias, e é impossível que a gente não dê uma solução. Ou seja, são Municípios do cristalino brasileiro, que precisam de uma solução. Estarei com V. Ex^a agora, como homenageado, com mais responsabilidade, junto com o povo de Marcolândia, e o parabênico por esse momento.

Quero, Sr. Presidente, registrar também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Wellington, só me permita...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faço questão de registrar – estava conversando com V. Ex^a e com o Senador Lindbergh Farias – a presença da nossa querida Deputada Federal Jandira Feghali, com quem estive anos na Câmara, que preside a Frente Parlamentar da Cultura e divide comigo a Presidência da Frente Parlamentar pela Integração da América do Sul.

Bem-vinda.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Também as minhas homenagens aqui à nossa grande guerreira, lutadora, Jandira Feghali.

Sr. Presidente, estivemos, nesses dias, também numa maratona intensa, em Fortaleza, num evento da Comissão de Desenvolvimento Regional, especificamente da Subcomissão do Nordeste, como já foi relatado aqui tanto pelo Senador Pimentel como pelo Senador Inácio Arruda.

Destaco que saí de Fortaleza para chegar a Teresina e, imediatamente, já ir para o Município de União, com a presença do Ministro da Previdência, nosso companheiro Garibaldi, do Senado Federal, com toda sua equipe do INSS, para inaugurar uma agência do INSS, fruto de uma emenda do Deputado Nazareno Fonteles. Fomos com o Governador Wilson Martins, com o Prefeito José Barros e com muitos outros parlamentares, líderes, deputados estaduais, federais, vereadores, enfim, com todas as lideranças, comemorando essa importante obra.

Destaco ainda uma viagem que fizemos com o Governador para Canto do Buriti e, de lá, para São Raimundo Nonato e também São Lourenço, visitando obras daquela região. Destaco a inauguração do presídio, obra do Ministério da Justiça em parceria com o Estado, iniciada ainda no meu Governo. Estiveram presentes o Governador do Tocantins, Siqueira Campos, o nosso Senador Vicentinho, também desta Casa, pelo Tocantins, além de outras lideranças. Assim, a região passa a ter um centro de ressocialização, como lembrava bem o Prefeito Padre Herculano, que é do nosso Partido, em São Raimundo Nonato. Há ali ainda um conjunto de outras obras que estão em andamento: rodovias, obras relacionadas a energia elétrica, um bela praça na cidade de São Braz, a adutora em São Lourenço.

Quero, enfim, comemorar com o povo daquela região esse conjunto de ações e trago aqui, Sr. Presidente, dois temas importantes. Num deles, eu começo manifestando o meu apoio, não só o apoio, como reforçando aqui o que disse o nosso Líder Humberto Costa, que, ontem, veio à tribuna chamar a atenção do Brasil – eu já chamava atenção aqui na semana anterior. Acho que todos nós sabemos a importância da democracia e o quanto foi duro a gente ter a democracia. Foi a partir de alguns abusos da democracia que outros encontraram justificativas, por exemplo, para a implantação de ditaduras, no Brasil e em outras partes do mundo.

Portanto, eu acho que a gente ter hoje a liberdade de um Congresso funcionando, a liberdade de imprensa, a liberdade de organização sindical, a liberdade de manifestação de toda a ordem, o Judiciário, o

Ministério Público, os Tribunais de Conta, as entidades de classe, enfim, todos funcionando é algo precioso para o nosso País. E é exatamente por conta disso que nós precisamos ter um cuidado com aquilo que se chama de abuso.

O que se colocava aqui era uma situação em que um jornalista que deve ter todo o direito de ser um autêntico defensor da democracia e também de preservar as condições da sua existência teria praticamente invadido um hotel, disfarçado, usando outro nome, enfim, da forma como somente os criminosos agem – é bom que se diga. Ou seja, eu não posso fugir da minha responsabilidade e da minha obrigação profissional, seja como bancário, seja numa missão como esta de Senador.

Então, eu quero aqui chamar a atenção, como chamou o Líder, sobre isso e, ao mesmo tempo, dizer aqui que é preciso ter cuidado, porque, muitas vezes, uma situação como essa leva a rumos que, com certeza, não importam ao povo brasileiro.

Pois bem. Vivemos, nas últimas semanas, uma série de ataques ao Governo Federal, uma febre de denúncias – como alguns chamam –, e existe aí uma clara tentativa de fazer a realidade parecer pior do que ela é. Vejam: eu já citei aqui antes que nós temos um importante avanço no nosso País, iniciado desde a abertura democrática, desde os anos 80, acumulado a cada momento. Ao mesmo tempo, há uma estruturação no País para que a gente tenha o combate à corrupção, para que a gente tenha o combate à impunidade e a toda forma que venha a atingir aquilo que é essencial para a vida do ser humano.

Lembrava que, em 2003, apenas 16 operações da Polícia Federal foram feitas, com 223 presos. E aí a gente chega, em 2010, multiplicando para 124 operações, com 2.734 presos. Então, isso mostra o efeito da liberdade. A ânsia de fazer acontecer a liberdade leva, muitas vezes, em alguns lugares do Brasil e do mundo, alguém a querer fazer justiça com suas próprias mãos. Quantas vezes não combatemos e quanto não foi duro para evitar o crime organizado, que, em nome de vinganças, em nome muitas vezes de fazer o combate à criminalidade, levava à matança de inocentes? É isso que queremos evitar.

Portanto, o combate à corrupção, a transparência, essa é parte da defesa, graças a Deus, do nosso Partido desde o nascedouro. Foi assim no Governo do Presidente Lula e permanece assim no Governo da Presidente Dilma.

Quero lembrar a importância da existência da Controladoria– Geral da União, além da Polícia Federal. Cerca de 3.300 servidores, para citar um exemplo, foram punidos por envolvimento em práticas ilícitas

no nosso País. Foram demitidos 2.812 servidores, a bem do serviço público; 281 perderam seus cargos em comissão – aliás, coloca-se o afastamento desse ou daquele servidor como uma panaceia, e na verdade isso é uma prática corriqueira, comum, graças a Deus, no nosso País. Lideranças com mandatos perdem mandatos. Prefeitos, governadores, parlamentares, desembargadores, enfim, algo que não era comum no nosso País.

É verdade que estamos num mundo perfeito? Eu digo que não, mas acho que é importante, para alcançarmos a perfeição, um olhar todo especial para o cumprimento da lei. Nós temos uma Constituição que é cara, nós temos uma democracia que custou a vida de milhares de brasileiros, homens e mulheres que perderam a vida ou que arriscaram a vida exatamente por isso.

Assim, eu quero destacar, Sr. Presidente, que tramita nesta Casa um conjunto de projetos que são essenciais para a democracia. Então, faço aqui uma fala sobre esse tema e, para ganhar tempo, dou como lido o restante desse pronunciamento.

Outro tema, Sr. Presidente.

Hoje, quero comemorar neste plenário e fazer uma homenagem pelos 15 anos da Abraço – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, essa entidade que sei do carinho com que V. Ex^a tem tratado.

No meu Estado, fui membro signatário inclusive da primeira rádio comunitária que foi registrada e autorizada com base numa lei cujas negociações ajudei, quando ainda Deputado Federal, com o então Presidente Fernando Henrique Cardoso, para que tivéssemos as condições de o Brasil cumprir o chamado Tratado de São José da Costa Rica, que permite que rádios comunitárias de baixa potência possam assim funcionar.

Presente hoje em 22 Estados brasileiros e no Distrito Federal, a Abraço tem importante papel, desde 1996, nas lutas democráticas na área da comunicação.

Tivemos, no ano passado, a I Conferência Nacional na Área da Comunicação. Sei do papel de todas as entidades de rádio, televisão, jornais, Internet, enfim, das mais diferentes formas de comunicação, mas destaco o papel da Abraço nessa comemoração.

Sabemos que as rádios comunitárias têm enfrentado todos os desafios e obstáculos para que não se transformem em meios de comunicação isolados no cenário político. Elas só fazem sentido quando são, de fato, instrumento por onde escoam as notícias, os debates, as principais discussões de interesse das comunidades em que estão inseridas, bem como dos movimentos e das organizações sociais.

No âmbito das rádios comunitárias, esse caráter democrático e diferenciado sempre partiu de uma construção coletiva junto com as comunidades de cada região.

No Piauí, Sr. Presidente, temos cerca de mil e duzentas emissoras de baixa potência. É preciso encontrar uma maneira, junto ao Ministério das Comunicações – aliás, destaco que essa é uma tarefa que o Ministro Paulo Bernardo tem se dedicado, junto com sua equipe, ouvindo todas as entidades, apresentará, nos próximos dias, condições de aperfeiçoar esses mecanismos legais, para que se tire da clandestinidade um conjunto de entidades que, na verdade, prestam importante serviço ao nosso País – e à Anatel, pra que se possa regulamentar o serviço prestado por esses importantes meios de comunicação, principalmente em locais de difícil acesso.

A Assembleia Legislativa do Piauí propôs, durante audiência pública na Comissão de Administração e Política Social, a apresentação de uma emenda constitucional transferindo para os Estados e Municípios a competência para autorização de funcionamento de rádios comunitárias. Não sei se essa é a melhor saída, mas o fato é que alguma coisa precisa acontecer.

É impossível que tenhamos, que o Congresso Nacional tenha de analisar se uma emissora pode funcionar em uma cidade do Rio Grande do Sul, em uma cidade do meu Piauí ou do Amazonas. Será que não seria possível ter um conselho que tenha uma base em cada um dos Estados, com uma forte presença dos segmentos mais respeitáveis do Estado, do Município, como o Ministério Público, enfim, coordenado pela Anatel, para que se possa apreciar pleitos como esse? Creio que esse, sim, é um caminho que temos que avançar.

O Presidente da Abraço– Piauí, Ricardo Campos, cobra que as rádios comunitárias sejam mais valorizadas pelo Governo Federal, com uma análise mais profunda antes de a Agência Nacional de Telecomunicações aplicar multas e apreender equipamentos.

Eu, ainda como Deputado, depois como Governador, muitas vezes me coloquei junto à Polícia Federal, junto à Anatel, junto ao Ministério Público, junto ao diálogo com o próprio Judiciário sobre isso, ou seja, entidades ali formada com a presença da Igreja Católica, de Evangélico, de sindicatos dos trabalhadores, muitas vezes das micros e pequenas empresas, pessoas ali sendo colocadas como criminosas porque faziam funcionar uma emissora que tinha um pleito junto a Ministério das Comunicações, junto à Anatel, ou seja, nada de clandestino; o Governo sabendo o nome, endereço, quem são seus representantes, quem respondia por aquilo. Mas passa um ano, dois anos,

três anos, às vezes mais tempo e não tem sequer uma resposta. Então é essa mudança que a Abraço cobra e quero aqui dizer da importância de uma solução.

Ainda na semana passada, estive com o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, para tratar do processo de liberação de várias rádios comunitárias do Piauí, dentre os quais da minha cidade Oeiras, de Parnaíba. Mas também ali acompanhado também de lideranças de Minas Gerais, que também tiveram ali uma boa informação e pronto atendimento pelo Ministro das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT–RS) – Senador Wellington Dias, permita?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT–RS) – Permita, porque é sobre esse tema. Recebi um material também da Abraço e eles estão muito preocupado com aquele projeto que o Senador Walter Pinheiro relatou, que veio da Câmara. Mas eu queria aproveitar a sua fala, porque falei com o Senador Walter Pinheiro e ele me garantiu que não terá nenhum prejuízo para as rádios comunitárias, nem para as TVs universitárias, enfim, para todo esse rol de comunicação que V. Ex^a está defendendo com brilhantismo neste momento. Quero tranquilizá-los, pois o Relator Walter Pinheiro me garantiu que eles não terão nenhum prejuízo a partir da sanção que será feita pela Presidenta Dilma.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Exatamente. Eu quero aqui reconhecer o quanto tem orgulho dos que fizeram esse registro, primeiro, aqui, desse tema, lamentável, que sei que não é uma prática, não é do fiel e honroso jornalismo brasileiro. Sei que, inclusive, as entidades dos jornalistas saberão separar o joio do trigo. Porque veja, quem não reconhece o papel da Rede Globo, da Rede Bandeirantes, do SBT, da Record, enfim, da Rede Vida, de todos os meios de comunicação, da TV Senado, da TV Câmara. Quem não reconhece das emissoras de alta potência, pelo papel que têm no Brasil inteiro; dos nossos meios de comunicação, dos jornais, hoje, dos nossos **sites**, dos nossos **blogs**. Enfim, o papel decisivo para a construção da democracia, para que se tenha mais transparência.

Aliás, uma constatação que faço, eu sempre digo: é o olho do cidadão que faz a fiscalização. Quanto mais transparência, quanto mais abertas as formas de acompanhamento e de divulgação, maior a capacidade de combatermos a corrupção e a impunidade.

Eu ouvia hoje, aqui, lembranças – parece– me que do Senador Jayme Campos –, falando de seis mil processos, apenas um pouquinho que havia sido julga-

do, o resto todo na impunidade. Então, em situações como essa há necessidade de espaços para que se possa fazer o acompanhamento.

Pois bem, o meu testemunho, Sr. Presidente, é de que essas emissoras de baixa potência fazem um trabalho fundamental em várias localidades. Digo como quem já foi sindicalista, mas também como quem já foi vereador, deputado estadual, federal, governador, hoje Senador da República, como quem é um cidadão brasileiro, bancário da Caixa Econômica Federal. Ou seja, eu reconheço o importante papel dessas emissoras na educação, muitas delas fazendo um trabalho educativo espetacular, no trabalho nas campanhas de saúde, no apoio aos trabalhadores rurais, que muitas vezes têm essas emissoras nesse papel importante, na divulgação da palavra de Deus pelas igrejas, na propagação dos diversos credos, das diversas denominações religiosas cristãs, por exemplo, no ensino à distância, na divulgação, por exemplo, das campanhas eleitorais, no debate político, na conscientização do nosso povo. Como desconhecer isso? Como tratar pessoas que fazem esse papel como criminosos?

É isso que eu acho que tem que mudar. Por isso quero, mais uma vez, parabenizar os trabalhos desenvolvidos pela Abraço em todo o Brasil, a militância, os membros das diversas organizações sociais, em cada um dos lugares do Brasil, em cada Município, em cada canto deste País, especialmente no meu Piauí.

E coloco meu mandato à disposição para que encontremos maneiras mais rápidas de organizar e legalizar o funcionamento das rádios comunitárias do Brasil. Repito, inclusive aí também, separando o joio do trigo.

Quero aproveitar para destacar a importância do Programa Cidades Digitais ao ampliar a base da rede digital pelo Ministério das Comunicações.

Em meu Estado, o Governador Wilson trabalha o Programa Piauí Digital, lançado pelo Ministro das Telecomunicações, que visa construir redes digitais locais de comunicação nos Municípios brasileiros, promover a produção e oferta de conteúdos e serviços digitais e facilitar a apropriação de tecnologias da informação e comunicação pela gestão pública e pela população, o que nos faz avançar em outras formas de comunicação.

No meu Estado, já existe o Programa Piauí Digital, como eu disse, que vai levar internet para todos os Municípios, a começar por 49 Municípios, e queremos aproveitar o Programa Cidades Digitais para inovar – que é um importante programa lançado pelo Ministro Paulo Bernardo – e conseguir implantar a infraestrutura de conexão, pontos públicos de acesso à internet, qualificação e apoio a espaços públicos e comunitários também em outros Municípios.

Quero aqui saudar esses quinze anos da Abraço e a todos que contribuem para construir a nossa democracia também na área da comunicação.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

SEGUEM NA ÍNTEGRA DISCURSOS DO SR. SENADOR WELLINGTON DIAS.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Sem acompanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, vivemos nas últimas semanas uma série de ataques ao governo federal, uma febre de denunciamento. Existe uma clara tentativa de fazer a realidade parecer pior do que é.

Por todos os lados, apregoam uma faxina no governo. Uma faxina que presume ter muitas coisas erradas e que só agora estão sendo consertadas. Isso não é verdade. Desde o primeiro mandato do Presidente Lula mudou-se a forma como o governo reage às denúncias. Antes de nosso governo, o que víamos era o sucateamento dos órgãos policiais e dos órgãos de controle. À alegação de que os serviços públicos tinham corrupção era respondida com privatizações e criações de Agências Controladoras.

Já no primeiro mandato do Presidente Lula, o governo investiu na recuperação da Polícia Federal, que recebeu total autonomia em relação aos interesses políticos. Essas mudanças estão comprovadas pelo número de operações de combate a corrupção que a Polícia Federal realizou no Brasil. Foram 16 operações em 2003, com 223 presos, atingindo em 2010 um total de 124 operações, com 2734 presos. Este ano, foram realizadas até agora 141 operações, com 923 pessoas presas.

O combate a corrupção com transparência faz parecer que ela só existe agora, quando os esquemas são descobertos e quadrilhas desbaratadas.

Ledo engano! A sensação de impunidade é que, de alguma forma, incentivou ao longo de séculos um comportamento leniente com a coisa pública que, só agora, com as investigações altamente qualificadas conduzidas com isenção e competência por nossa Polícia Federal estamos conseguindo combater com sucesso.

A corrupção, Senhor Presidente, é como um câncer que somente pode ser combatido quando descoberto.

Mas, não são apenas as operações da Polícia Federal que demonstram o empenho de nosso governo no combate à corrupção.

A Controladoria-Geral da União trabalha intensamente para fiscalizar a máquina pública brasileira. Cerca de 3300 servidores foram punidos por envolvimento em práticas ilícitas. Foram demitidos 2812

servidores, 281 perderam seus cargos em comissão e 204 perderam suas aposentadorias. Somente este ano, 98 servidores foram expulsos do serviço públicos por envolvimento em irregularidades.

Estes procedimentos acabam, definitivamente, com qualquer sentimento de impunidade dos servidores públicos, independente de sua posição hierárquica.

Durante o meu governo no Piauí, tivemos especial atenção para com esse assunto. Criamos e implantamos o Portal da Transparência onde todas as ações do governo ficaram acessíveis a todos os cidadãos; Criamos a Controladoria Geral do Estado, que acompanha, fiscaliza e faz auditorias nos órgãos do Governo Estadual; Criamos a rotina de todo mês por sorteio escolher um órgão a ser fiscalizado pela CGE; Determinamos o encaminhamento dos relatórios da CGE sistematicamente para o Tribunal de Contas do Estado;

Acompanhamos de perto as liberações financeiras pelo Comitê de Gestão Financeira que criamos, bem como as obras por um grupo de trabalho criado para este fim. Com essas ações tínhamos sempre as informações do andamento das obras e sua qualidade, comparando a liberação financeira com a obra física realizada;

Também realizávamos reuniões abertas, sempre com a presença da Sefaz, Seplan e Segov com os Secretários gestores das obras ou ações para definição de prazos e liberações financeiras, o que fazia com que todos os presentes, inclusive outros secretários tomassem conhecimento de tudo o que nos ajudava no acompanhamento e controle, o que inibia a má gestão dos recursos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o combate a corrupção que o governo brasileiro implementa é visto com destaque em todo o mundo, que indica e copia a adoção de transparência e publicidade dos atos de governo em todos os níveis.

Além das medidas tomadas pelo próprio Executivo, nesta Casa tramitam mais de 50 projetos de lei, iniciativa dos Senadores, dos Deputados e do Poder Executivo, propondo a criação de dispositivos legais para combater a corrupção. É a demonstração cabal de que a vontade de nosso país é combater esse mal.

A corrupção, Senhor Presidente, não é uma exclusividade do Brasil ou do nosso governo. Ela existe desde a antiguidade e, graças aos avanços das leis que protegem o interesse público e do uso das tecnologias de informação, hoje podemos combatê-la com muito mais eficácia.

Por fim, Senhor Presidente, a corrupção não pode ser combatida apenas pelo Governo. O combate à corrupção deve ser uma ação de todos os cidadãos.

É nesse contexto que saúdo a iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB, que lançou no

último dia 24 de agosto o Observatório da Corrupção, quando o seu presidente, Ophir Cavalcante, lembrou que a sociedade brasileira precisa se entender como protagonista nesta luta.

A OAB busca com o Observatório da Corrupção criar um canal com a sociedade, para permitir que os cidadãos denunciem casos que venham a conhecer e exijam celeridade da Justiça nos processos que envolvam denúncias de corrupção.

A luta contra a corrupção é a base da construção de um país justo. E nós todos, que estamos lado a lado construindo um Brasil Soberano capaz de ser uma nação líder no cenário mundial, estamos juntos com a população para garantir que suas riquezas não sejam dilapidadas, como foram em outras épocas.

Portanto, o combate a corrupção deve acontecer em todos os governos e em todos os níveis, buscando, além da criminalização dos corrompidos a criminalização, também, dos corruptores.

Porque, Senhor Presidente, Senhores e Senhoras senadoras, o combate a corrupção inicia com a educação de valores como veracidade, honestidade e sinceridade. Inicia no lar, continua na escola e se consolida na sociedade.

Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero fazer hoje, aqui no Plenário, uma homenagem aos 15 anos da Associação Brasileira de Radiofusão Comunitária, a Abraço. Presente em 22 Estados e no Distrito Federal, a Abraço nasceu em 1996 com o objetivo de unificar a luta das rádios comunitárias na defesa da liberdade de expressão e da livre manifestação radiofônica das comunidades das cidades, periferias e do campo.

Uma das grandes contribuições das rádios comunitárias, senhor presidente, é ter propiciado a muitas comunidades a possibilidade de deixarem de ser apenas receptores passivos de conteúdo radiofônico, para se transformarem em criadores, elaboradores e gestores do seu próprio meio de comunicação.

Sabemos que as rádios comunitárias têm enfrentado todos os desafios e obstáculos para que não se transformem em meios de comunicação isolados no cenário político. Elas só fazem sentido quando são, de fato, instrumentos por onde escoam as notícias, os debates, as principais discussões de interesse das comunidades onde estão inseridas, bem como dos movimentos e das organizações sociais.

No âmbito das rádios comunitárias, esse caráter democrático e diferenciado sempre partiu de uma construção coletiva, junto com as comunidades de cada região.

No Piauí, Sr. Presidente, temos cerca de 1200 rádios comunitárias. É preciso encontrar uma maneira junto ao Ministério das Comunicações e à Anatel para que se possa regulamentar o serviço prestado por esses importantes meios de comunicação, principalmente em locais de difícil acesso.

A Assembleia Legislativa do Piauí propôs, durante audiência pública na Comissão de Administração e Política Social, a apresentação de uma emenda constitucional transferindo para os Estados e municípios a competência para autorização de funcionamento de rádios comunitárias. Não sei se essa é a melhor saída.

O presidente da Abraço– Piauí, Ricardo Campos, cobra que as rádios comunitárias sejam mais valorizadas pelo Governo Federal, com uma análise mais profunda antes de a Agência Nacional de Telecomunicações aplicar multas e apreender equipamentos.

Na semana passada, estive com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, para tratar do processo de liberação de várias rádios comunitárias do Piauí, dentre elas a de Oeiras e a de Parnaíba.

Meu testemunho, senhor presidente, é de que as rádios comunitárias fazem um trabalho fundamental em várias localidades. Trabalho de divulgação da informação, promoção de campanhas preventivas, educação à distância, enfim, conecta aquela localidade ao restante do mundo.

Por isso, quero mais uma vez parabenizar os trabalhos desenvolvidos pela Abraço em todo o Brasil, especialmente no Piauí, e coloco meu mandato à disposição para que encontremos maneiras mais rápidas de organizar e legalizar o funcionamento das rádios comunitárias no Brasil.

Quero aproveitar para destacar a importância do programa Cidades Digitais, lançado pelo Ministério das Comunicações e que visa construir redes digitais locais de comunicação nos municípios brasileiros, promover a produção e oferta de conteúdos e serviços digitais, e facilitar a apropriação de tecnologias da informação e comunicação pela gestão pública local e pela população.

No meu Estado, já existe o Programa Piauí Digital, que vai levar internet para 49 municípios piauienses, mas queremos aproveitar o programa Cidades Digitais para inovar e conseguir implantar a infraestrutura de conexão, pontos públicos de acesso à internet e qualificação e apoio a espaços públicos e comunitários também em outros municípios.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos, Senador Wellington Dias, que esse “abraço” que V. Ex^a dá seja um abraço de todo o Senado da República e meus cumprimentos também pelo discurso em defesa da democracia.

Passamos a palavra, neste momento, por cessão do Senador Cícero Lucena, ao Senador Lindbergh Farias para o seu pronunciamento usando do tempo que for necessário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, estamos aqui às 20:28 horas e quero assumir esta tribuna para tentar ser o mais breve possível, trazendo três projetos que apresentei, nesta Casa, sobre um tema pelo qual tenho subido muito a esta tribuna, nos últimos dias, que é sobre a política econômica, taxas de juros, combate à inflação.

Vai ser a última vez porque a reunião do Copom é amanhã, Senador Paulo Paim. V. Ex^a está acompanhando, mas eu quero falar da torcida. Hoje tivemos um debate, uma audiência pública, na Comissão de Assuntos Econômicos, com o Ministro Fernando Pimentel, onde fiz questão de repetir o que tenho falado aqui desde há semana passada. Às vezes, Senador Paulo Paim, eu sinto que a gente tem que marcar as nossas posições, os nossos discursos; falar uma vez, falar duas vezes, falar a terceira vez, porque sinto que esse é um momento decisivo, momento decisivo.

A Presidenta Dilma sabe dos desafios que a crise econômica internacional está nos impondo. Sinto que se o Banco Central começar, no dia de amanhã, a baixar as taxas de juros, todos nós teremos um grande acerto. Eu já falei aqui várias vezes que a Presidenta Dilma tem dito que nós vamos ter dois problemas centrais com essa crise econômica internacional: o primeiro, é a inundaçã do País com dólares; o segundo, é a inundaçã – esse termo inundaçã é da própria Presidenta da República – de produtos importados. Temos uma pressã violentíssima sobre a nossa moeda, sobre o câmbio.

Tenho aplaudido as posições do Governo, controle de capitais, ter colocado IOF sobre captaçã externa, IOF sobre derivativos; o Plano Brasil Maior, uma política de defesa comercial consistente. Mas eu tenho assumido aqui para dizer, reiteradas vezes, e vou dizer hoje pela última vez antes da reuniã do Copom: se não caminhar para baixar a taxa de juros, nós não teremos saída. Nós temos hoje uma taxa de juros reais superior a 6%; a Hungria tem 2,5%; o Chile tem

1,8%. Então, todas essas medidas de controle de capitais são importantes, mas não tem jeito: uma economia como a nossa, com um grau de estabilidade que estamos conseguindo criar neste País, com reservas internacionais e com taxas de juros desse jeito, nós vamos continuar sendo um porto seguro de atração de recursos, de dólares, principalmente depois da decisão do Banco Central norte-americano, do FED, de deixar claro que até 2013 eles vão ter taxa de juros de zero a 0,25%.

Então, enfrentar esse problema é decisivo.

Creio que o momento seja agora. Citei, novamente, hoje na reunião com o Ministro Fernando Pimentel que, em 2008, nós perdemos aquele *time*, depois do surgimento da crise econômica, depois da queda do Banco Lehman Brothers; nós tivemos a reunião do Copom em outubro; nós tivemos a reunião do Copom em novembro e, infelizmente, o Banco Central não baixou a taxa de juros. Tivemos que forçar mais o fiscal, e ainda bem que o Presidente Lula, com a sensibilidade dele, ampliou o crédito para o povo.

No Governo Fernando Henrique Cardoso nós tínhamos só 22% do PIB de crédito para o povo, e nós fomos para 46%. Política de recuperação do salário mínimo, investimento público, gastos públicos sim – nós fomos pelo fiscal – e, graças à sensibilidade do Presidente Lula, nós crescemos, em 2010, 7,5%. Estou convencido de que perdemos uma chance ali de ter começado, naquele momento da crise, a baixar as taxas de juros.

Eu tenho alertado para as pessoas aqui, agora. Acho que a situação parece muito com a de 2008, porque se não baixarmos as taxas de juros agora e a crise econômica internacional se agravar, nós teremos de ir novamente para o fiscal.

Na hora H, uma coisa que não vamos admitir é desacelerar essa economia, é perder o que foi a nossa grande conquista: colocar 40 milhões de brasileiros na classe média. Esse é o nosso projeto e não vamos deixar a nossa economia desacelerar; se o Banco Central não tomar as medidas corretas em relação à taxa de juros, nós vamos, mais a frente, ter de tomar decisões em cima de outros instrumentos, em especial, sobre a política fiscal.

Estou convencido do que a Presidente Dilma e o Ministro Mantega estão querendo fazer agora é o correto, ou seja, irmos para uma política monetária, baixar as taxas de juros e fazer essa contenção fiscal. O meu temor é que a gente se perca por errarmos no **time**.

Então, sou um daqueles brasileiros que estão esperançosos que no dia de amanhã saia uma decisão do Banco Central em baixar as taxas de juros. Até porque, no primeiro semestre deste ano, nós gastamos, em seis meses, 138 bilhões de reais em pagamento de juros. Nenhum país aguenta isso. Nós temos de fazer superávit e temos juros nessas proporções. São 138 bilhões, Senador Paulo Paim! Olha que esforço fiscal.

Se nós começarmos a baixar as taxas de juros qualquer um ponto ou dois pontos isso impacta sabe em quanto? São 20 ou 30 milhões de recursos livres para investimentos.

Nós sabemos que isso é uma obsessão da Dilma. Nós temos de aumentar os investimentos neste país. Hoje nós estamos na ordem de 19% e a Dilma tem uma meta de, em 2014, chegar a 22,4%.

Essa é a nossa batalha do dia a dia.

Agora, apresento esses três projetos dentro desta mesma linha, Senador Paulo Paim. Quero citar o primeiro projeto, que é uma alteração na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a adoção prévia, pelo edital de licitação, de variação de índices de preços como critério de reajuste de valores referentes a despesas estabelecidas nos contratos.

Isso aqui é para tentar impedir a indexação.

O Ministro Guido Mantega falou desse projeto, há poucos dias, quando esteve aqui no Senado Federal; devo dizer, inclusive, que a ideia de apresentação deste projeto partiu de um artigo do nosso ex-ministro Bresser Pereira, mas acho que este é um projeto muito importante.

Quero ler aqui, rapidamente, essa justificativa:

Até 1994, quando o Plano Real foi lançado, o Brasil tinha vivido 20 anos sob o regime de alta inflação. Nesses anos, a inflação persistia, em grande parte, por conta das diversas formas de indexação de preços existentes. As lições aprendidas daquele período foram as seguintes: (i) – o governo central deve ter postura e atitude anti-inflacionárias permanentes; (ii) – focos de inflação devem ser identificados e atacados e (iii) – mecanismos de reprodução da inflação devem ser desmontados.

Hoje, a inflação é moderada. O governo e seus organismos estão de forma inequívoca empenhados na manutenção da estabilidade monetária. Os focos de inflação têm sido identificados. Algumas políticas específicas têm sido utilizadas para neutralizá-los, por exemplo: a

adequação do valor da Cide às variações internacionais do preço do petróleo.

Aqui é um fato novo. De fato, no Governo da Presidenta Dilma, nós estamos tratando da inflação. E eu parabeneizei a atual Direção do Banco Central, quando adotou a tese do gradualismo, ou seja, de não buscar o centro da meta da inflação este ano, de jogar para 2012, porque se tivéssemos feito o que o mercado pediu no começo do ano, nós tínhamos colocado a Taxa Selic lá em cima e tínhamos derrubado a economia. Tinha chegado essa crise econômica aqui, agora, e nós estaríamos em apuros.

Mas o Governo começou a tentar a identificar quais as causas da inflação para agir das formas mais diversas possíveis. Antigamente era o seguinte: inflação, Taxa Selic; só que tem coisas que não têm nada a ver: a Taxa Selic com a pressão do consumo. Dou exemplo aqui. Não foi só essa questão da variação do preço do petróleo, em que a Petrobras faz essa adequação nas bombas; mas está aqui a questão do etanol. Nós tivemos um problema gigantesco de desabastecimento do etanol. O que o Governo fez? Inclusive a Medida Provisória nº 532, que vai ser discutida aqui, amanhã, trata disso. O Governo colocou a ANP regulando e chamou a Petrobras também. E a Petrobras está entrando, de forma decisiva, na produção de etanol, para que a gente resolva esses problemas, no futuro.

Mas vou continuar:

Contudo, muito pouco, ou quase nada, tem sido feito nos últimos anos para que as práticas de reprodução da inflação sejam desmontadas. O próprio Estado brasileiro estimula tais práticas ao assinar contratos com cláusulas de indexação de valores de despesas. A indexação de preços é perversa, ela provoca inflação sem que se apresente como causa aparente.

Outra coisa: de que vale, no final, aumentarmos a Taxa Selic, se já está lá tudo prefixado, como os preços?

A indexação de preços não aparece como causa da inflação de forma explícita, como aparecem, por exemplo, a escassez de energia, um choque climático etc. Mas, a indexação contratual de preços é uma causa da inflação como qualquer outra e deve ser eliminada.

Um exemplo hipotético é capaz de ilustrar o tema: um órgão do governo federal estabeleceu um contrato de prestação de serviço com

uma empresa do setor privado. O contrato estabelece que após um ano o valor do serviço será reajustado de acordo com o IGP– DI. O IGP é calculado através da média ponderada da inflação medida por três índices: (I) – com peso de 60%, o IPA, que mede a inflação dos produtos agrícolas e industriais no atacado, (II) – com peso de 30%, o IPC, que mede a inflação da cesta de consumo das famílias com rendimentos até 33 salários mínimos e (III) – com peso de 10%, o INCC, que mede a inflação da construção civil.

Se logo após a assinatura do contrato hipotético houvesse um choque climático– agrícola, isto faria aumentar o preço no atacado dos alimentos e, em consequência, haveria uma variação para cima do IPA e do IGP– DI. Então, aproximadamente doze meses após o choque climático– agrícola, o IGP– DI transportaria seus efeitos para o valor da despesa do órgão público acima citado. Assim, a inflação ocorrida no passado é transferida para frente e o reajuste do preço do contrato para o setor público aumentaria ainda que não tivesse havido aumento de custos do serviço contratado.

Situações semelhantes ao exemplo hipotético descrito ocorrem porque a Lei 8.666, em seu artigo 40, inciso XI, admite "...a adoção de índices específicos ou setoriais..." o que permite a utilização de índices de preços como critério para balizar reajustes de despesas estabelecidas em contratos. É inaceitável, por exemplo, que o IGP– DI possa orientar reajustes de contratos de uma prestação específica de serviço.

Ademais, a indexação de preços via contratos é extremamente prejudicial à estabilidade monetária na medida em que estimula a indexação informal e a cultura de reajuste de preços sem causa identificada: empresas e pessoas aumentam preços não porque houve um aumento de seus custos ou porque planejam poupar para investir, mas porque percebem que outros preços aumentaram. E porque uns aumentam preços, outros aumentam também. E assim a inflação se reproduz ao longo do tempo – de forma defasada, silenciosa, mas permanente. Quando este processo contínuo de reajustes de preços se estabelece, ainda que a inflação seja moderada, como no Brasil atualmente, o

que está estabelecido, de fato, é uma enorme rigidez que dificulta a queda da inflação.

Os instrumentos anti-inflacionários tradicionais, tais como o corte de gastos públicos ou a elevação da taxa básica de juros, não são capazes de impedir ou eliminar a inflação resultante da indexação de preços, especialmente, quando a indexação é formal, estabelecida em contratos. Portanto, a contribuição que o poder público deve dar para acabar com este tipo específico de inflação é proibir que o Estado assine ou renove contratos com o setor privado que possuam cláusulas de indexação de despesas.

Vou repetir: “proibição que o Estado assine ou renove contratos com o setor privado que possuam cláusulas de indexação de despesas.”

Os contratos entre o Estado e o setor privado devem, contudo, prever cláusulas que possibilitam a mudanças de valores monetários das despesas governamentais. As cláusulas de adequação de preços devem prever a possibilidade de variação de preços calculada com base, por exemplo, na produtividade do trabalho e nos custos da atividade contratada. Jamais se pode aceitar a introdução de quaisquer índices de variação de preços que estabeleçam memórias inflacionárias, isto é, que tragam para o presente a inflação que ocorreu no passado.

Se a inflação inicial (ou seja, aquela que provoca inflação no presente porque ocorreu inflação no passado) é amenizada em decorrência do fim das cláusulas de indexação de preços através de contratos entre o Estado e o setor privado, então, até mesmo a taxa de juros básica da economia, a taxa Selic, poderia ser reduzida.

Sr. Presidente, volto a dizer, este é um projeto que acho muito importante. Fiquei muito satisfeito pelo Ministro Guido Mantega ter feito referência a este projeto, na sua passagem aqui, no Senado Federal. Isso mostra que é um projeto que pode andar com velocidade nesta Casa. E volto a citar novamente, Ministro e Professor Bresser Pereira, que fez um artigo que nos estimulou a contribuir com este projeto de lei.

O segundo projeto de lei que apresentei hoje: Altera a Lei nº 10.179, de 06 de fevereiro de 2001, para

vedar a emissão de títulos da dívida pública remunerados pela taxa da dívida pública Selic e por taxas de câmbio, após prazo de dois anos da alteração proposta.

Nós somos o único país do mundo em que vinculamos a remuneração dos títulos da dívida pública à taxa de juros, nossa Taxa Selic. Único país do mundo.

Eu justifico aqui dizendo:

Títulos públicos de longa maturação têm, em qualquer lugar do mundo, juros pré-fixados, ou seja, a remuneração dos títulos é conhecida do momento da sua aquisição em leilões. No Brasil, grande parte dos títulos da dívida pública é indexada à taxa de juros Selic.

A taxa de juros Selic é a taxa de juros básica da economia. Este tipo de taxas de juros é utilizado para remunerar os empréstimos de recursos (de curtíssimo tempo), negociados no mercado interbancário de reservas. Tal mercado é gerenciado dia a dia por bancos centrais com o intuito de controlar a liquidez da economia, manter as taxas de juros bancárias estáveis e assegurar reservas para o bom funcionamento dos bancos.

Para ilustrar a definição de taxa de juros Selic e o seu papel na economia brasileira, na nossa justificativa vamos reproduzir um texto de um livro que fala da introdução desse mecanismo aqui:

A taxa de juros Selic é a taxa de baliza a troca de reservas entre as instituições financeiras. Especificamente, a Circular nº 2.900 define a taxa selic como a ‘taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) para os títulos federais’. Com isso, ficam incluídas todas as operações de trocas de reservas por um dia entre as instituições financeiras e entre essas e o Banco Central no cálculo dessa taxa de juros. Esta Circular estabelece também que a partir dessa data, a política monetária passa a ser regida pela fixação de metas para a taxa Selic e seu eventual viés – elevação ou redução potenciais da meta Selic –, visando o cumprimento da meta de inflação, conforme estabelecido pelo Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999.” (Livro: Economia Monetária e Financeira: teoria e política; página: 185; editora: Campus– Elsevier; 2ª edição: 2007; autores: Fernando Cardim de Carvalho e outros)

Sr. Presidente, esse inusitado arranjo brasileiro impõe uma ligação entre a política monetária (taxa Selic) e a política fiscal de gastos (despesa com a remuneração do serviço da dívida pública). Esse valor que eu falei aí, de 138 bilhões de reais, em seis meses. Esse é um arranjo no mínimo inusitado, estranho. Todas as vezes que a política monetária objetiva elevar a taxa de juros básica da economia, por exemplo, para reduzir a liquidez da economia – e nós tivemos o caso da pressão inflacionária no começo do ano, ou seja, o Governo queria reduzir a liquidez da economia para conter a inflação, então é imposto um custo fiscal gigantesco, resultante dos títulos de maturação mais longa indexados à Selic, que o Tesouro emitiu e negociou em mercado aberto. Então, veja bem, o objetivo do Governo é conter a inflação, é retirar a liquidez. Aumentou a Taxa Selic, só que leva junto remuneração dos títulos da dívida pública; é um custo fiscal terrível. Não há por que estarmos indexados dessa forma.

Ademais, Sr. Presidente, nessas circunstâncias, uma elevação da Taxa Selic atrairia também – é outro efeito – capitais estrangeiros para o País para a compra de títulos da dívida pública, já que eles se tornariam mais atrativos. Então, haveria pressão para uma valorização cambial, o que pode não ser desejável.

Para finalizar, ainda temos títulos indexados à taxa de câmbio, é uma parcela muito reduzida. Mas, no passado, já tiveram grande importância em termos quantitativos.

Sr. Presidente, vou resumir. Quero dizer que o Governo tem mudado um pouco o perfil dessa vinculação com a Taxa Selic. Em 2002, nós tínhamos 60% da nossa remuneração dos títulos da dívida pública vinculados à Taxa Selic; em 2006, 35%; agora nós estamos em 31%.

Eu peguei uma entrevista que saiu nos jornais de hoje, do Secretário– Executivo Nelson Barbosa, falando isto: “É preciso desindexar a dívida [...] É muito difícil um título privado concorrer com um título indexado pela Selic.”

Por que eu apresento este projeto, se o Governo já está fazendo essa mudança? É porque eu quero proibir. Ao proibir a vinculação da remuneração dos títulos à Taxa Selic, nós vamos evitar uma coisa que está acontecendo, porque os que não estão vinculados à Taxa Selic... Hoje, o mercado faz um jogo muito duro porque vão vir os títulos que são remunerados pela Taxa Selic. O mercado, por isso, não aceita preços pré– fixados abaixo desse valor Selic.

Então, creio que este é um projeto muito importante, porque tem o sentido de impedir a vinculação

da remuneração dos títulos públicos com a Taxa Selic. Eu acho que é fundamental, nesse debate de futuro e nesse arranjo que a Presidenta Dilma quer fazer, trazer as nossas taxas de juros para níveis normais.

Vou ser bem breve, Senador Paulo Paim, falando de um último projeto, no qual eu altero a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para que passe a figurar como competência do Banco Central do Brasil a expressão “perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, garantir que o sistema financeiro seja sólido e eficiente e estimular o crescimento econômico e a geração de empregos.”

Hoje o nosso Banco Central fala apenas em busca da estabilidade monetária, só em cima da estabilidade monetária, apesar de que devo reconhecer que este ano o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini – e nós estamos tendo, pela primeira vez na história recente do País, um Banco Central com composição de funcionários públicos, funcionários de carreira, sem agentes do mercado. E acho isso positivo. Mas, pela primeira vez, a gente tem visto o Presidente do Banco Central falar que são dois os objetivos: manter a estabilidade monetária e perseguir o crescimento econômico. A mesma coisa tem falado a Presidenta Dilma.

Pois bem, é um debate conceitual, mas importante. Até porque temos vários exemplos históricos. O Banco Central norte– americano, FED, é como esta minha proposta – e quero aqui citar. O Banco Central australiano também. Vou ler aqui rapidamente, para encerrar, a minha justificação:

Em geral, bancos centrais atuam na economia através da utilização de instrumentos de política monetária, assim como estabelecem regras de regulação do sistema financeiro. Contudo, a atuação de um banco central não é neutra em relação ao lado real da economia. Os resultados de sua atuação não se restringem à esfera monetária e financeira.

A evidência de que existe um canal de ligação entre a esfera monetária e financeira e a esfera da economia real é reconhecida pela legislação que orienta a atuação de importantes bancos centrais. O Federal Reserve Bank, o Banco Central dos Estados Unidos, afirma em sua missão que é dever da instituição atuar para influenciar: “... as condições monetárias e de crédito na economia em busca do emprego máximo, preços estáveis e taxas de juros de longo– termo moderadas”. [Esse é o banco central americano].

O Banco Central da Austrália afirma, em sua missão, que a atuação da instituição deve contribuir para: “a estabilidade da moeda, a manutenção do pleno emprego, a prosperidade econômica e o bem-estar do povo da Austrália”.

Diferentemente dos bancos centrais mencionados, o Banco Central do Brasil possui a seguinte missão: “assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema sólido e eficiente”.

Então, Sr. Presidente, eu encerro, não vou me alongar, e quero agradecer a V. Ex^a pela tolerância.

Acho que são projetos muito importantes, porque, volto a dizer, já falei aqui várias vezes, não podemos abrir mão neste País – o Senador Randolfe pede um aparte –, mas quero dizer que não podemos abrir mão neste País disso que estamos construindo: 40 milhões de brasileiros na classe média, uma grande mobilidade social; estamos construindo um grande mercado de consumo de massa.

Por isso, alerto os senhores diretores do Banco Central que vão tomar a decisão amanhã no Copom; é importante que a decisão do Copom amanhã comece a acenar para a redução da taxa de juros.

Senador Randolfe.

Estamos aqui também com o nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Estou tendo a honra de estar falando aqui, e com a presença do nosso Presidente da CCJ, Senador Eunício Oliveira.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senador Lindbergh, o tempo de V. Ex^a já se concluiu e não quero exasperar na tolerância sua nem na do Presidente. O que V. Ex^a propõe e dialoga é o modelo e o padrão que, penso, deve ser o caminho que a economia brasileira deve seguir. Nós construímos um grande mercado de massas. Lamentavelmente, a decisão de ontem do Ministro Guido Mantega, de ampliação de superávit primário, no meu entender, não dialoga que estas pretensões nossas, com estas ideias nossas, com estes ideais que estamos consubstanciando, em que estamos insistindo. Quero acreditar que amanhã, eu espero que amanhã nós não tenhamos, na reunião do Copom, ampliação da taxa de juros porque isso, de fato, dialogará em sentido contrário ao que estamos defendendo e às convicções que estamos sustentando aqui. Há muito tempo, Lindbergh, desde a UNE, minhas convicções dialogam com as suas; nadamos na mesma correnteza do rio. Divergimos na mesma coisa; não acredito que medidas como a ampliação

do superávit sejam medidas que dialogam com as nossas convicções.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Randolfe, vou encerrar porque o Senador Eunício está para subir e V. Ex^a também vai falar. Antes devo dizer uma coisa: o Governo aumentou muito a arrecadação no começo deste ano. Eu confesso que vou voltar à tribuna para bater palmas se a medida de ontem tiver ajudado o Banco Central a reduzir a taxa de juros no dia de amanhã. Se isso não acontecer, V. Ex^a vai ver um Senador vir aqui para reclamar. Porque, no contexto, esse aumento de superávit, se for para baixar taxa de juros e começar um ciclo de derrubada de taxa de juros, eu digo: valeu a pena. Também não sou fã do aumento do superávit primário, porque sabemos que temos que aumentar investimentos neste País. Mas digo a V. Ex^a que aumento de superávit sem aumento da taxa de juros vai fazer este Parlamentar subir aqui à tribuna amanhã à noite para reclamar, porque temos que aumentar nossos investimentos neste País. E por isso acho que talvez tenha sido uma posição da Presidenta para jogar o Banco Central numa situação assim: fizemos mais esse esforço; a bola está com vocês. Acho que é esse o chamado que o Brasil está fazendo ao Banco Central amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Lindbergh Farias, pelos três projetos apresentados.

Todos vamos bater sempre na mesma tecla para que se diminua essa taxa de juros. Estamos todos torcendo por isso.

Passo a palavra, neste momento, como orador inscrito, ao Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão, ocupo esta tribuna para registrar, com prazer, que o Sindicato das Indústrias de Calçados e Vestuários, o Sindindústria, de Juazeiro do Norte, cidade fértil do meu vale do Cariri, região sul do Ceará, está comemorando, merecidamente, o grandioso sucesso da Feira de Tecnologia e Calçados do Ceará, realizada agora, no mês de agosto, em sua 11^a edição, com o apoio da Associação Brasileira de Fabricantes da Indústria de Calçados e do Sebrae nacional do Ceará.

O sucesso desse evento não surpreendeu, por ser Juazeiro do Norte o maior polo calçadista do Nordeste

brasileiro e o terceiro polo do País, superado apenas por Franca, em São Paulo, e Novo Hamburgo, no seu Rio Grande do Sul.

Reconhecido como um dos setores que mais empregam, a indústria de transformação do calçado vem assumindo posição de marcante destaque no processo de desenvolvimento econômico regional, gerando milhares de empregos no setor calçadista, constituído por mais de trezentas empresas, envolvendo grandes, médios e pequenos empresários.

Maior cidade do interior do Ceará, com mais de trezentos mil habitantes, polo turístico religioso, que recebe, por ano, mais de 2,5 milhões de visitantes, na sua maior parte romeiros em culto à memória do Padre Cícero Romão Batista, Juazeiro exerce liderança e influência sobre vários municípios da região do Cariri dos Estados vizinhos, como Pernambuco, Paraíba e Piauí, e é também um grande mercado consumidor e promissor.

No setor de fabricação de calçados, Juazeiro vem apresentando constantes e crescentes índices de crescimento e de modernidade. Suas empresas juntas, em número superior a trezentas, produzem, mensalmente, 450 mil pares de sandálias femininas e 1,3 milhão de pares de sandálias chamadas microporosas.

A maior parte, Sr. Presidente, de sua produção é destinada ao competitivo mercado internacional: Europa, Mercosul e Estados Unidos. Nos últimos anos, a indústria calçadista de Juazeiro do Norte vem desenvolvendo intercâmbio inclusive com o polo calçadista da China, o que motivou a participação de expositores de Taiwan na 11ª Fetec. A Itália é outro país que vem desenvolvendo promissor intercâmbio com as indústrias de Juazeiro do Norte. Participou também da 11ª Fetec.

É significativo ressaltar, ainda, que o Sindindustrias atingiu o seu objetivo com a promoção da Fetec não só pelo lado promocional, como por proporcionar novos conhecimentos das mais avançadas técnicas de produção, transmitidos por empresários chineses e italianos, com os quais os fabricantes de calçados de Juazeiro vêm mantendo negócios constantes.

Para o presidente do Sindindustrias, Antonio Mendonça, “entre os setores que mais emprega, a indústria de transformação do calçado toma um novo rumo no processo de desenvolvimento”. Nos últimos dez anos, grande parte das indústrias de calçados de Juazeiro saiu das invisíveis fábricas da periferia, dos quintais das casas, para o campo da formalidade. O mercado ganhou novo perfil: modernizou-se; buscou

aceitação internacional e partiu para a especialização da mão de obra.

Com o apoio do Sindicato das Indústrias de Calçados de Juazeiro do Norte, três dezenas, entre as maiores empresas calçadistas da região caririense, estão realizando, atualmente, um programa pioneiro no Ceará: capacitação de mais de 10 mil pessoas, visando aproveitá-las no mercado de trabalho. Na visão dos empresários juazeirenses, esses novos profissionais formados e especializados vão garantir ainda mais desenvolvimento e melhor qualidade ao parque industrial calçadista do meu Cariri.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a realização da 11ª edição da Fetec, como parte da programação comemorativa do Centenário de Juazeiro do Norte, ocorrido este ano, pode ser considerada um de seus maiores eventos.

O sucesso da Fetec é aferido, entre outros, pelos seguintes fatos: recorde de visitantes e de expositores, muitos desses de vários Estados da Federação brasileira; pela primeira vez, houve a presença de expositores estrangeiros liderados por chineses e italianos; e por haver movimentado negócios de mais de R\$10 milhões.

Ao registrar esse êxito da Fetec, venho hoje a esta tribuna, Sr. Presidente, para saudar os promotores da feira e a comunidade de Juazeiro do Norte pelo sucesso do evento e pela importância do Município no contexto nacional, importância não só na área econômica, não só no polo calçadista, mas também a importância na área de ensino, como a área universitária. Com a implantação de novas universidades no meu Cariri, pública e particulares, e, agora, com a nova universidade federal anunciada pela Presidente Dilma, o Juazeiro e o Cariri ampliam a oportunidade de ensino, de cultura e do processo de desenvolvimento.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a pela permissão de falar aqui desta tribuna já neste horário tão avançado, mas tenho que dizer que Juazeiro faz jus, portanto, à projeção nacional que soube conquistar e consolidar, com as bênçãos do seu patriarca, o idolatrado já quase santo Padre Cícero Romão Batista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Eunício Oliveira, por defender os interesses do seu Estado, dando destaque a Juazeiro do Norte, à feira e à universidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu os seguintes Ofícios com indicações de nomes para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o disposto no inciso VI do art. 130– A da Constituição Federal:

OFÍCIO Nº S/54, DE 2011

Ofício nº 137/11-GLPSDB

Brasília, de junho de 2011.

Recebido em 26/06/2011
Hora 11:11
Mário Machado - Mat. 33282
Senador - PSDB

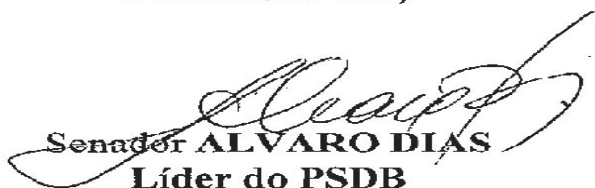
Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

O Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB vem, através deste, manifestar o seu apoio à indicação do Senhor **FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA** para o cargo de Conselheiro do CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,



Senador **ALVARO DIAS**
Líder do PSDB

Em 31 de maio de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney,

Os Líderes abaixo assinados indicam o Senhor **FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA**, *curriculum vitae* anexo, para compor o CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP), nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal.

Atenciosamente,



MARCELO CRIVELARI (PRB)
 FRANCISCO DORNELLES (PP)
 MAGNO MALTA (PE)
 ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
 SIM ROSELLI (PFB)
 SERENO RIBEIRO (PMN)

Brasília, 28 de junho de 2011.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
 Senador JOSÉ SARNEY,

Valho-me deste expediente para indicar, na qualidade de Líder do DEMOCRATAS, o Senhor **FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA**, *curriculum vitae* anexo, para compor o CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal.

Atenciosamente,



Senador DEMÓSTENES TORRES

Ofício GLPDT - 036/2011

Brasília, 09 de Agosto de 2011.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

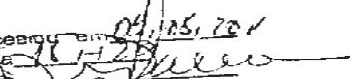
Tenho a honra de cumprimentar a Vossa Excelência, e, na qualidade de Líder do Partido Democrático Trabalhista (PDT), indicar o Senhor **Fabiano Augusto Martins Silveira**, *currículum vitae* anexo, para compor o CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do artigo 130-A, VI, da Constituição Federal.

Ao ensejo renovo meus mais efusivos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


Senador **ACIR GURGACZ**
Líder do PDT

Excelentíssimo Senhor Senador
JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Recebi em 09/08/2011
Hora 
Myslain Machado Met 38282
C.C. - SGM

Ofício nº 534/2011- GSREDC

Brasília/DF, 16 de agosto de 2011.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, valho-me do ensejo para manifestar meu apoio à indicação do Senhor FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA, Consultor Legislativo do Senado Federal, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal.

Sem mais para o momento, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


AREDIO CASSOL
Senador da República

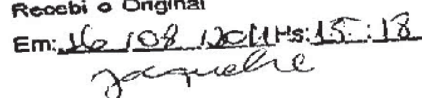
À Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

NESTA

Recebido em 16.08.2011
Hora 15:18

Mylam Machado - Mat. 38262
SGM

Presidência do Senado Federal
Jacqueline de Souza - Mat. 52000
Recebi o Original

Em: 16/08/2011 às 15:18


Fabiano Augusto Martins Silveira
CURRICULUM VITAE

Dados pessoais

- . **Filiação**
Afonso Celso Silveira e Sebastiana Martins Pinheiro
- . **Nascimento**
Belo Horizonte – MG, em 19 de dezembro de 1974
- . **Endereço residencial**
SQN 214, Bloco I, apto. 405, Asa Norte
Brasília – DF – CEP 70873-090
- . **Endereço profissional**
Senado Federal, Consultoria Legislativa
Praça dos Três Poderes, Anexo II, Bloco B, Sala 27
Brasília – DF – CEP 70165-900
- . **Endereço eletrônico**
fabiano@senado.gov.br

Formação acadêmica

- . Doutor em Ciências Penais pela Faculdade de Direito da UFMG (2004-2008), com período sanduíche na *Università degli Studi di Roma – La Sapienza* (2006-2007)
- . Mestre em Ciências Penais pela Faculdade de Direito da UFMG (1999-2003)
- . Graduação pela Faculdade de Direito da UFMG (1993-1998)

Formação complementar

- . Curso de Ética. Mestrado em Filosofia da UFMG (1998)
- . Curso de Criminologia – Prof. Alessandro Baratta – Faculdade de Direito da UFMG (2000)
- . Curso de *Teoria Generale del Diritto* – Prof. Luigi Ferrajoli – *Università degli studi di Roma Tre* (2006)

Atuação profissional

- . Consultor Legislativo do Senado Federal desde 2002, aprovado em 1º lugar para a área de direito penal, processual penal e penitenciário.
- . Advogado desde 1998, atualmente inscrito na OAB/DF sob o nº 31.440
- . Assessor da Coordenadoria de Direitos Humanos da Prefeitura de Belo Horizonte (2000)

Prêmios e dignidades públicas

- Prêmio Aliomar Baleeiro, Faculdade de Direito da UFMG (1995)
- Prêmio Hugo Andrade Santos, Faculdade de Direito da UFMG (1998)
- Membro da Comissão de Reforma do Código de Processo Penal, Senado Federal (2008-2009)
- Membro do Comitê Gestor do II *Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo* (2009-2010)

Magistério em Direito

- Professor Substituto da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG (1999-2000)
- Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas (2001)
- Professor da Escola de Governo do Distrito Federal, EGDF (2003)
- Professor da Universidade do Legislativo Brasileiro, UNILEGIS (2003)
- Professor do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB (2005-2006)
- Curso de Pós-Graduação em Processo Penal. Escola Superior da Associação do Ministério Público do Rio de Janeiro (2010)
- PUC/Minas Virtual. Curso de Especialização. Teoria Geral da Parte Especial do Código Penal (2010)

Textos publicados

- SILVEIRA, Fabiano Augusto Martins. A revisão do modelo constitucionalista de ilícito penal e a chamada "orientação às consequências". In: MENDES, Gilmar Ferreira; BOTTINI, Pierpaolo Cruz; PACELLI, Eugenio. (Org.). *Direito penal contemporâneo: questões controversas*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 213-236.. _____ . O juiz das garantias entre os caminhos da reforma do Código de Processo Penal. In: Gilson Bonato. (Org.). *Processo Penal, Constituição e Crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 247-265.
- _____. Modelos de distribuição da normativa penal: o papel do código e dos subsistemas penais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 82, p. 48-87, 2010.
- _____. A legislação penal brasileira em face da chamada sociedade do risco. *Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal*, v. 61, p. 47-56, 2010.

- . _____. Crescimento e descodificação do direito penal. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 897, p. 435-483, 2010.
- . _____. O diálogo entre ciência e política no processo de formação das leis penais. *Revista de Informação Legislativa*, v. 186, p. 7-28, 2010.
- . _____. O malandro nos contatos com a polícia: identidade e seletividade racial do sistema penal na discografia de Bezerra da Silva. *Revista Liberdade*, v. 5, p. 138-159, 2010.
- . _____. A grande mídia e a produção legislativa em matéria penal. *Senatus*, Senado Federal, v. 8, p. 30-36, 2010.
- . _____. O Código, as cautelares e o juiz das garantias. *Revista de Informação Legislativa*, v. 183, p. 77-93, 2009.
- . _____. Aspectos jurídicos da reincidência; anotações gerais. *Boletim IBCCRIM*, v. 78, p. 5-6, 1999.
- . _____. Fundamentos técnico-jurídicos da reincidência no moderno direito penal. *Revista do CAAP*, v. 4, p. 15-55, 1998.
- . _____. O anti-semitismo por Jean-Paul Sartre. *Revista da ESMAPE*, v. 8, p. 12-21, 1998.
- . _____. *Da criminalização do racismo: aspectos jurídicos e sociocriminológicos*. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. v. 1. 262 p.
- . _____. A Constituição e o princípio da ofensividade penal vinte anos depois. In: DANTAS, Bruno; CRUXÊN, Eliane; SANTOS, Fernando; LAGO, Gustavo Ponce de Leon. (Org.). *Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois*. Brasília: SENADO FEDERAL, 2008, v. 1, p. 315-348.
- . _____. Oportunidade histórica. *Folha de São Paulo*, p. A3 - A3, 11 dez. 2010.
- . _____. Um novo código de processo penal: como e por quê? *Revista Mens Legis*, Belo Horizonte, p. 36 - 37, 01 dez. 2008.
- . _____. Aspectos jurídicos da reincidência; anotações gerais. *Revista Jurídica Consulex*, Brasília, p. 59 - 61, 31 jan. 2001.

- . _____ . A ideologia do branqueamento; traço de um racismo mascarado. *O Sino do Samuel*, Belo Horizonte, p. 12 - 12, 01 abr. 1998.
- . PEREIRA JUNIOR, Edvaldo Costa; SILVEIRA, Fabiano Augusto Martins; ROBERTO, Giotdano Bruno Soares. *Roteiro para leitura do Malleus Maleficarum*. In: GUSTINS, Miracy Barbosa de Sousa; SILVEIRA, Jacqueline Passos da; AMARAL, Carolline Scofield. (Org.). *História do Direito: novos caminhos e novas versões*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2007, v. , p. 221-262.

Algumas palestras proferidas

- . Faculdade de Direito UuiBH. Belo Horizonte. O novo Código de Processo Penal (2011)
- . Jornada FESUDEPERJ – III Conferência – Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ. As cautelares no projeto do novo CPP (2011)
- . I Congresso Internacional de Ciências Criminais. Curitiba/PR. A reforma do CPP: Dogmática, Princípios, Ideologia e Neoinquisição (2011)
- . II Encontro de Defensores Públicos do Nordeste. Salvador/BA. Visão panorâmica da proposta de reforma do CPP e as garantias do acusado (2011)
- . III Congresso Brasileiro de Direito Penal & Processo. Fortaleza/CE. O processo cautelar (2010)
- . Semana do Ministério Público do Ceará 2010. Fortaleza/CE. A reforma do Código de Processo Penal e os direitos fundamentais (2010)
- . I Congresso Brasileiro de Direito Penal Contemporâneo. Santa Maria/RS. Anteprojeto integral do novo CPP (2009)

- . Seminário – 10 anos do Instituto de Ciências Penais. Belo Horizonte/MG. A reforma do Código de Processo Penal (2009)
- . Encontro promovido pela Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro AMPERJ. Rio de Janeiro/RJ. As medidas cautelares na reforma do Código de Processo Penal (2009)
- . Constituição Federal: 20 anos – Câmara Legislativa do Distrito Federal. Brasília/DF. Os direitos e garantias individuais 20 anos depois (2008)
- . I Jornada sobre Direito Processual Penal – Escola da Magistratura Federal da Primeira Região. Cuiabá/MT. As medidas cautelares na reforma do CPP (2008)
- . Academia de Polícia Civil do Distrito Federal. Brasília/DF. Novas Tendências do Direito Penal (2004)
- . II Encontro Nacional sobre DNA Forense. Belo Horizonte/MG. Dificuldades em se montar um banco de dados criminal de DNA no controle da violência no Brasil (2002)
- . Primeira Semana de Ciências Penais Departamento de Direito da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa/MG. Crimes Raciais (2001)
- . IV Congresso e IV Mostra de Ciências Humanas, Letras e Artes (FUNFEI, UFJF, UFLA, UFMG, UFOP, UFU, UFV). Viçosa/MG. O direito penal e as penas alternativas (1999)

Fabrizio Aguiar M. Silva

DECLARAÇÃO

Declaro, a propósito da indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público, e em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, que *estabelece normas para apreciação das indicações para composição do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, em face do que dispõe a Emenda Constitucional nº 45, promulgada em 08 de dezembro de 2004:*

I – que não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau, de membro ou servidor do Senado Federal;

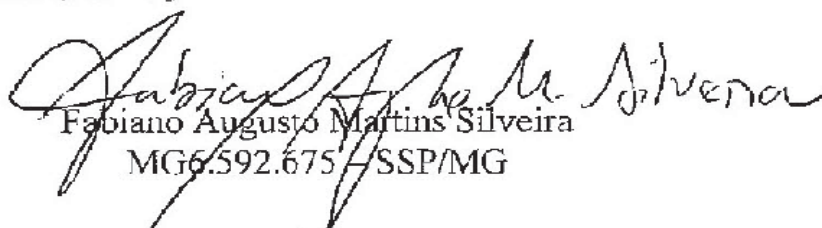
II – que sou servidor efetivo do Senado Federal desde 5 de agosto de 2002, ocupando o cargo de Consultor Legislativo;

III – que não sofri nenhuma sanção de natureza criminal ou administrativo-disciplinar, e que não existem procedimentos dessa natureza instaurados contra minha pessoa.

IV – que não sou membro do Congresso Nacional, de Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, e que não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Por ser verdade, firmo a presente.

Brasília, 16 de junho de 2011.


Fabiano Augusto Martins Silveira
MG6.592.675-SSP/MG

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

OFÍCIO Nº S/55, DE 2011

Ofício nº 323/2011

Brasília, 28 de junho de 2011.

Senhor Presidente:

O Líder abaixo assinado, de acordo com as normas regimentais pertinentes e tendo em vista o que dispõe o inciso VI do art. 130-A da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, vem indicar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, pelo Senado Federal, o nome do Sr. José Barroso Filho, *curriculum vitae* anexo.

Atenciosamente,



Senador Eduardo Amorim
Líder do PSC

A Sua excelência o Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal
N E S T A


OFÍCIO
Nº S/, DE 2011
(snº /2011, na origem)

Em _____ de junho de 2011

Senhor Presidente,

Os Líderes abaixo assinados, de acordo com as normas regimentais pertinentes e tendo em vista o que dispõe o inciso VI do art. 130-A da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, vêm indicar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, pelo Senado Federal, o nome do Sr. José Barroso Filho, *curriculum vitae* anexo.

Atenciosamente,



GILMAR MENDES

Mauricio Brito - Psc / Pa

CURRICULUM VITAE

José Barroso Filho

Resumo curricular - Dr. JOSÉ BARROSO FILHO

- Juiz-Auditor da Justiça Militar Federal, titular da 12ª C.J.M. (AM, AC, RO e RR), já atuou na 2ª Auditoria da 3ª C.J.M. (Bagé/RS), na 3ª Auditoria da 3ª C.J.M. (Santa Maria/RS), na Auditoria da 6ª C.J.M.(Ba e SE) e na Auditoria da 10ª C.J.M. (CE e PI) – desde dez/1997;

- Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça Militar Federal - **AMAJUM** - 2010/2012;
- Coordenador da **FRENTAS** – Frente Associativa (**AJUFE, ANAMATRA, AMAJUM, AMAGIS-DF, ANPR, ANPT, ANMPM e AMPDF**) – 2010
- Coordenador do Projeto “Centros Integrados de Desenvolvimento Regional” – Ministério da Defesa
- Juiz Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal Militar (DF) – abr/2009 a fev/2011;
- Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (DF) – mar a jun/2008;
- Membro da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros – **AMB** (2008/2010);
- Selecionado para o posto de Juiz Internacional (**ONU / Timor-Leste**) - 2008;
- Doutorando em Administração Pública pela Universidad Complutense de Madrid (**Espanha**);
- Diploma de Estudos Avançados em Administração Pública (Universidad Complutense de Madrid – **Espanha**);
- Mestre em Direito pela UFBA;
- Especialista em Direito Público pela UNIFACS/Ba;
- Pós-graduado pela Escola Judicial Edésio Fernandes/MG, pela Escola de Formação de Magistrados/Ba e pela Escola Superior de Guerra/RJ;
- Professor da Escola de Magistrados/Ba e da pós-graduação do CIESA (AM), Fundação Visconde de Cairu (Ba) e CCJB (Ba);
- Conferencista da Escola de Administração do Exército (**ESAEX**);
- Diretor Científico do Centro de Cultura Jurídica da Bahia (**CCJB**);
- Diretor Científico do Instituto Brasileiro de Direito Público - **IBDP** (2010/2014);
- Membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Direito Público;
- Membro da Associação Brasileira de Ensino do Direito - **ABEDI**;
- Coordenador do Curso de Direito da Faculdade de Tecnologia e Ciência/Ba - 2003/04;
- Coordenador do Curso de Especialização em Direito Público (CCJB);
- Membro do Conselho Superior do Instituto dos Advogados da Bahia - 2003/05;
- Membro de Bancas Examinadoras em Concursos Jurídicos;
- Autor de várias obras jurídicas (livros e artigos);
- Juiz de Direito (**MG**) – 1996/1997;
- Juiz de Direito (**PE**) – 1992/1996;
- Juiz Eleitoral (**45ª e 123ª Zonas Eleitorais – TRE/PE**)- 1992/1996;
- Promotor de Justiça (**BA**) - 1992.

I - Dados Pessoais

Nome : José Barroso Filho

Filiação : José Barroso e

Annyée Souza Barroso

Nacionalidade : Brasileira

Naturalidade : Ribeirão Preto/SP

Data de nascimento : 15 de fevereiro de 1967

Estado Civil : Casado

Profissão: Magistrado

Cargo: Juiz-Auditor da Justiça Militar da União

Cônjuge : Marta Foltz Cavalcanti Barroso

Endereço Profissional : Auditoria da 12^a CJM (AM, AC, RO e RR)

Manaus - AM

Telefone: (92) 3625-5051

(61) 9652-1028

E-mail: jbarrosofilho@uol.com.br

II - Documentação

Carteira de Identidade : 3.044.665 - SSP/BA

C.P.F. : 394.787.265 - 87

Título de Eleitor : 308921305/90 - 1^a Zona – Salvador / Ba

Certificado de Reservista : 172102387559

III - Escolaridade

1º Grau : 1ª e 2ª séries - Colégio Imaculada Conceição de Maria - Santos - São Paulo

3ª e 4ª séries - Colégio Loyola - Belo Horizonte - Minas Gerais

5ª a 8ª séries - Colégio Antônio Vieira - Salvador - Bahia

2º Grau : 1ª a 3ª séries - Colégio Anchieta - Salvador - Bahia

Graduação : **Bacharelado em Direito** Universidade Católica do Salvador/UCSal

Turma - Agosto/91

Pós-Graduação : **Curso de Doutorado em Administração Pública**

Universidade Complutense de Madrid/Espanha

Início: 2001.1 (Creditação concluída)

Diploma de Estudos Avançados em Administração Pública

Universidad Complutense de Madrid/Espanha

Início: 2001.1 Término: 2002.1

Curso de Mestrado em Direito Econômico

Faculdade de Direito - Universidade Federal da Bahia/UFBa

Início: 1999.1 Término: 2002.1

Curso de Especialização em Direito Público

Faculdade de Direito - Universidade Salvador/UNIFACS

Início: 1999.2 Término: 2001.2

Curso de Formação Inicial de Magistrados

Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte, de março a setembro de 1996

Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Escola de Preparação e Aperfeiçoamento de Magistrados

EPAM / Ba - Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Salvador, de março a dezembro de 1991

Curso de Gestão de Recursos de Defesa - CGERD

Escola Superior de Guerra - ESG

Brasília, de agosto a outubro de 2009

Curso de Gestão Cartorária

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM

Brasília, junho de 2010

Curso de Gestão de Pessoas e de Processos

Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Brasília, de abril a maio de 2010

Curso de Formação de Analistas de Sistemas

Lógica Informática

Salvador/Ba - 25/05/87 a 30/04/1988

IV - Atividades Científicas

- Diretor Científico do Instituto Brasileiro de Direito Público – IBDP
- Diretor Científico do Centro de Cultura Jurídica da Bahia – CCJB
- Membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Direito Público

V – Seleção Internacional

- District Court Judge / ONU – Posto em Timor Leste

VI - Cursos de Curta Duração

- "Extensão em Dir. Adm., Com., Penal, Proc. Penal / Civil e Const." - Brasplan - SSA/Ba - 13/12/89 a 15/03/1990
- "Direito das Coisas" - Instituto dos Advogados da Bahia - Salvador/Ba - 06/11/90 a 03/01/1991
- "Contratos" - Instituto dos Advogados da Bahia - Salvador/Ba - 12/11/90 a 09/01/1991
- "Parte Geral do Direito Civil" - Instituto dos Advogados da Bahia - Salvador/Ba - 08/01/91 a 12/03/1991
- "Família" - Instituto dos Advogados da Bahia - Salvador/Ba - 19/03/91 a 14/05/1991
- "Direito das Sucessões" - Instituto dos Advogados da Bahia - Salvador/Ba - 16/05/91 a 18/06/1991
- "Gerenciando a Qualidade Total em Serviços" - Fundação Christiano Ottoni / UFMG - 08 a 12/07/1996

VII - Participação em Congressos e Seminários

Como palestrante / conferencista:

- **"A Aplicabilidade da Lei nº 9.099/95 na Justiça Militar"**
III Seminário Jurídico de São Gabriel – URCAMP – São Gabriel/RS – 14 a 17/04/1998
- **"Sistema Judiciário Comunitário"**
Curso de Pós-graduação em Comércio Internacional – UNIFACS – Salvador/Ba – 22/07/1998
- **"Legislação Eleitoral"**
Curso de Graduação em Administração – UNIFACS – Salvador/Ba – 02/10/1998
- **"Os Princípios Constitucionais do Processo Penal"**
1º Encontro de Estudos Jurídicos – ESAEX – Salvador /Ba – 20 e 21/ 10/ 1998
- **"Direito Penal Militar"**
Curso de Graduação em Direito – UFBA – Salvador /Ba – 20/11/1998
- **"A Justiça Militar da União"**
Seminário "Novas Questões Penais" – UFBA – Salvador/Ba – 25 a 28/05/1999
- **"Juizados Especiais Criminais: Questões Polêmicas"**
Seminário "Justiça X Celeridade" – UFBA – Salvador /Ba – 08 a 11/05/2000
- **"Processo Penal Militar"**
Ciclo de Palestras sobre Direito Militar – 2º Distrito Naval – Salvador / Ba – 28/03/2001
- **"Exploração Sexual"**
Semana de Estudos Jurídicos – SAJU / UFBA – Salvador / Ba – 02/10/2001
- **"Causalidade e Imputação Objetiva"**
IV Seminário do Patronato de Presos e Egressos / Salvador/ Ba – 26/10/2001
- **"Teoria do Estado: Aspectos polêmicos"**
Fundação Visconde de Cairu / Vitória da Conquista/ Ba – 15/03/2002
- **"Tópicos para a reforma do CPM"**
Superior Tribunal Militar / Brasília/DF – 08/10/2004
- **"Justa Causa para a Ação Penal Militar"**
Superior Tribunal Militar / Brasília/DF – 11/11/2004

Como debatedor:

- "Juizados Especiais Criminais" - Congresso de Direito Penal - Salvador/Ba - 27/09/2001
- "Novos Rumos do Direito Penal no Séc. XXI" - Congresso de Direito Penal - Salvador/Ba - 28/09/2001

Como assistente:

- "Congresso de Direito Alternativo" - UCSal - Salvador/Ba - 17 a 19/11/1995
- "65º Encontro Regional de Estudos Jurídicos" - Escola Judicial / TJMG - 03 a 04/05/1996
- "II Simpósio de Direito Municipal" - Escola Judicial / TJMG - 10/05/1996
- "Ciclo de Conferências Prof. Celso Agrícola Barbi" - Escola Judicial / TJMG - 07 a 10/10/1996
- "Tendências Contemporâneas da Hermenêutica Jurídica" - Salvador / Ba - 17 a 20/11/1998
- "II Encontro de Magistrados da Justiça Militar da União" - STM - Brasília / DF - 09 a 12/11/1998
- "III Seminário Ambiental" - Ministério Público / Ba - 14 a 15/08/2000
- "III Encontro de Magistrados da Justiça Militar da União" - STM - Brasília / DF - 15 a 19/03/2001
- "Seminário Reprodução Humana Assistida" - UFBA - Salvador/Ba - 19 a 20/04/2002
- "Encontro Brasil-Portugal de Direito Constitucional" - Assoc. Nac. dos Proc. da República - 04 a 06/09/2002

VIII - Atividades Docentes

- **Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia – UFBA**
Disciplinas: Penal II - Penal IV - Criminologia - Criança e Adolescente
- **Professor da Faculdade de Direito da Universidade Salvador – UNIFACS**
Disciplina: Direito da Criança e do Adolescente e Direito Penal
- **Conferencista da Escola de Administração do Exército - ESAEX - SSA/Ba**
Disciplina: Processo Penal
- **Professor da Escola de Magistrados da Bahia – EMAB/TJBA**
Disciplinas: Direito Penal e Sentença Penal
- **Coordenador da Revista Jurídica da Faculdade de Tecnologia e Ciência - FTC**
De 01/03/2003 a 31/10/2003
- **Coordenador do Curso de Direito da Faculdade de Tecnologia e Ciência - FTC**
De 01/11/2003 a 01/11/2004
- **Professor da Pós-Graduação**

Centro de Cultura Jurídica da Bahia – CCJB.

Escola de Magistrados da Bahia – EMAB/TJBA

Centro de Ensino Superior do Amazonas - CIESA

IX – Membro de Bancas Examinadoras

- Banca Examinadora do Concurso de Admissão ao CFO /ESAEX - 2000
- Banca Examinadora de Direito Penal / Concurso: Professor Auxiliar/UNEB – 2000
- Banca Examinadora de Direito Processual Penal / Concurso: Professor Auxiliar/UNEB – 2000
- Banca Examinadora do Concurso de Admissão ao CFO/ESAEX - 2001
- Banca Examinadora do Concurso de Admissão ao CFO/ESAEX - 2002
- na condição de Presidente:
- Banca Examinadora de Direito Constitucional / Concurso: Professor Assistente /UNEB - 2002
- Banca Examinadora de Direito Internacional Público/Concurso:Professor Auxiliar/UNEB - 2002
- Banca Examinadora de Filosofia do Direito / Concurso: Professor Auxiliar /UNEB - 2002

X - Comissões

- Comissão de Estudos Relativos à Informatização de Processos – STM (2007/2008)
- Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB (2008/2010)
- Comitê Gestor do Sistema de Acompanhamento de Processos da JMU – STM (2010)
- Grupo Especial de Estudos visando alterações na CPM e CPPM – STM (2010)

XI - Livros Publicados

“Ato Infracional - Sentenças e Normas Pertinentes”

Editora Nova Alvorada, Belo Horizonte, 1997.

“Desenvolve Amazônia: Reflexões sobre o nosso futuro”

- Editora Aram, Manaus, 2007.

XII - Sentenças Publicadas

- “Medida Sócio-educativa de Semiliberdade c/c Prestação de Serviços à Comunidade, decorrente de ato infracional análogo ao delito tipificado no art. 121 c/c art. 14, II, do Código Penal”

- Revista Ciência Jurídica - volume 76 - Julho / Agosto / 1997 - p.336 / 338

- “Tráfico de Entorpecentes - Maconha - Posse - Persecução Penal - Flagrante Delito”

- Revista Ciência Jurídica - volume 77 - Setembro / Outubro / 1997 - p. 293/300

- “Furto Qualificado - Armamento Subtraído por Militar”

- Revista Ciência Jurídica - volume 80 - Março / Abril / 1998 - p. 308 / 314

- Revista Eletrônica Neófito, 1999

- Revista Eletrônica Jusnavigandi, v. 34, 1999

- “Falsificação de Documento”

- Revista Ciência Jurídica – volume 82 – Jul / Ago / 1998 - p. 384 / 389

- “Lesão Corporal Culposa”

- Revista Ciência Jurídica – volume 83 – Set /Out/1998 – p. 299/303

XIII - Artigos Publicados

[1] “Do Ato Infracional”

- Jornal Ciência Jurídica - Minas Gerais, p.04, Nov/1997

- Jornal Estado de Minas - Minas Gerais, p. 07, 03/12/1997

- Jornal A Razão - Rio Grande do Sul, p. 02 e 02, 25/01/1998, 16/03/1998 e 15/04/1998

- Revista In Verbis – Instituto dos Magistrados Brasileiros – IMB, p. 21, 01/10/1998

- Revista Eletrônica Neófito, www.neofito.com.br - 1999

- Site do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, www.ibccrim.org.br - 2000

- Jornal A Tarde - Bahia, p.06 e 06, 28/05/1999 e 16/05/2000

- Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 15, www.unifacs.br/revistajuridica - 2001

- Revista Eletrônica Jusnavigandi, v. 52, www.jus.com.br - 2001

- Revista Jurídica dos Formandos em Direito da UFBA, v. VII, p. 337-354, 2001

- Site IDH - Fundação Instituto de Direitos Humanos - www.idh.org.br - 2002

(2) “O Fiel da Balança”

- Jornal A Razão, Santa Maria – RS, p. 02, 18/03/1998
- Jornal Folha da Manhã, Passos – MG, p. 02, 06/11/1998
- Jornal Ciência Jurídica, Belo Horizonte – MG, p. 08, 01/11/1998
- Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte – MG, p. 09, 10/11/1998
- Jornal A Tarde, Salvador – Ba, p. 04, 14/01/1999
- Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 05, www.unifacs.br/revistajuridica - 2000
- Jornal Correio Braziliense - Brasília, p. 02, 12/11/2001

(3) “O Direito de Ser”

- Jornal A Razão - Rio Grande do Sul, p. 02, 15/05/1998
- Jornal A Tarde - Bahia, p. 08, 28/08/1998
- Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte – MG, p. 11, 11/09/1998
- Jornal Folha da Manhã, Passos – MG, p. 02, 27/10/1998
- Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 09, www.unifacs.br/revistajuridica - 2001

(4) “A Justiça Militar da União”

- Jornal A Razão, Santa Maria – RS, p. 02, 06/01/1998
- Jornal Folha da Manhã, Passos – MG, p.02, 18/11/1998
- Jornal A Tarde, Salvador – Ba, p. 08, 06/04/1999
- Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte – MG, p. 07, 12/04/1999
- Revista Eletrônica Jusnavigandi, v. 31, www.jus.com.br - 2000

(5) “Do Dano Moral”

- Revista Responsabilidade Civil, Belo Horizonte – MG, p. 35/37, 10/05/1997
- Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte – MG, p. 07, 22/07/1997
- Jornal Folha da Manhã, Passos – MG, p. 02, 03/10/1997
- Jornal A Razão, Santa Maria – RS, p. 02, 04/02/1998
- Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 02, www.unifacs.br/revistajuridica - 2000

(6) “Do Dano Processual”

- Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte – MG, p. 07, 29/07/1997
- Jornal Folha da Manhã, Passos – MG, p. 02, 21/09/1997
- Jornal A Razão, Santa Maria – RS, p. 02, 29/08/1998
- Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 04, www.unifacs.br/revistajuridica - 2001
- Jornal Correio Braziliense - Brasília, p.02, 26/11/2001

(7) “O Enigma do Direito”

- Revista Eletrônica Neófito, www.neofito.com.br - 1999
- Revista Eletrônica Jusnavigandi, v. 41, www.jus.com.br - 2000
- Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte - MG, p. 06, 29/01/2000
- Jornal A Tarde, Salvador - Ba, p. 06, 29/01/2000
- Jornal Correio Braziliense, Brasília - DF, p. 04, 27/03/2000
- Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 10, www.unifacs.br/revistajuridica - 2001

(8) “Do Erro Médico”

- Jornal Tribuna da Bahia, Salvador - Ba, p. 02, 27/08/1997
- Jornal Folha da Manhã, Belo Horizonte - MG, p. 02, 06/09/1997
- Jornal A Razão, Santa Maria - RS, p. 02, 11/02/1998

(9) “O Valor Probatório da Confissão”

- Jornal O Povo, Fortaleza - CE, 18/09/1997
- Jornal A Razão - Santa Maria - RS, p. 02, 26/02/1998

(10) “O Resgate da Dignidade do Adolescente”

- Jornal Folha da Manhã, Passos - MG, p. 02, 30/07/1997
- Jornal Tribuna da Bahia, Salvador - Ba, p. 04, 30/10/1997

(11) “A Utilidade Social da Pena”

- Jornal A Razão, Santa Maria - RS, p. 02, 08/04/1998
- Jornal A Tarde, Salvador - Ba, p. 06, 21/09/1998

(12) “Esperança de Cidadania”

- Jornal A Razão, Santa Maria - RS, p. 02, 29/04/1998
- Jornal A Tarde, Salvador - Ba, p. 06, 31/08/1998

(13) “Do Crime Continuado”

- Revista dos Mestrados em Direito da UFBA, p.243/252, 01/07/1999
- Revista dos Formandos em Direito da UFBA, p. 291/296, 01/07/1999

(14) “Em Defesa do Meio Ambiente”

- Jornal A Razão, Santa Maria - RS, p. 02, 18/02/1998

(15) “Da Prova Testemunhal”

- Jornal A Razão, Santa Maria - RS, p. 02, 01/03/1998

(16) “Hierarquia e Disciplina”

- Jornal A Razão, Santa Maria - RS, p.02, 01/02/1998

(17) “O Dia do Exército”

- Jornal A Razão, Santa Maria – RS, p. 02, 17/04/1998

(18) “O Dia do Soldado”

- Jornal Tribuna da Bahia, Salvador – Ba, p. 02, 06/09/1998

(19) “Direito Penal Econômico”

- Jornal Estado de Minas – Minas Gerais, p. 07, 11/07/2000

- Jornal Correio Braziliense – Brasília, 17/07/2000

- Jornal A Tarde – Bahia, p. 06, 31/07/2000

- Site do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, www.ibccrim.org.br - 2001

(20) “Acorda, Brasil”

- Jornal A Tarde, Salvador, p. 06, 16/08/1999

(21) “A Tutela Penal das Relações de Consumo”

- Site do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, www.ibccrim.org.br - 2000

- Revista do Instituto dos Advogados da Bahia – IAB, p. 131/146, 2000

- Revista dos Mestrados em Direito da UFBA, v. VIII, p. 217/235, 2000

- Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 03, www.unifacs.br/revistajuridica - 2000

- Revista Eletrônica Jusnavigandi, v. 52, www.jus.com.br - 2001

- Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal – Porto Alegre, v. 13, p. 14/27, 2002

(22) “A Responsabilidade Civil do Estado decorrente de atos judiciais”

- Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 14, www.unifacs.br/revistajuridica - 2001

- Revista Eletrônica Jusnavigandi, v. 52, www.jus.com.br - 2001

- Site do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, www.ibccrim.org.br - 2001

- Livro “Responsabilidade Civil”, Forense, 2001

(23) “Globalização e Sistema Jurídico Comunitário”

- Livro “Globalização e Direito”. Rio de Janeiro: Forense, p. 117/124, 2002

(24) “Propriedade: A quem serves?”

- Revista dos Mestrados em Direito da UFBA, v. IX, p. 276/293, 2001

- Revista do Curso de Direito das Faculdades Jorge Amado, v. 01, p. 171/190, 2001

- Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 16, www.unifacs.br/revistajuridica - 2001

- Revista Eletrônica Jusnavigandi, v. 52, www.jus.com.br - 2001

- Revista do Curso de Direito da UNIFACS, v. 02, p. 49-64, 2002

- Site IDH – Fundação Instituto de Direitos Humanos – www.idh.org.br - 2002

(25) "Da ação socio-educativa"

- Jornal A Tarde -Bahia, p. 06, 24/07/1997.

- Jornal Ciência Jurídica, Belo Horizonte- MG, p. 04, 01/09/1997

(26) "RIO + 10. Mundo até quando?"

- Correio Braziliense, Brasília – DF, 23/09/2002

- Site Instituto Brasileiro de Ciências Criminais- www.ibccrim.org.br - 2002

- Site do Acadêmico de Direito - www.sadireito.com.br - 2002

- Site www.amazonia.org.br - 2002

(27) "A Mola Comprimida"

- Correio Braziliense, Brasília – DF, 04/11/2002

- Revista Ângulos, Salvador- Ba, 2002

(28) "O Princípio da Legalidade Tributária"

- Revista Eletrônica da UNIFACS, v. 17, www.unifacs.br/revistajuridica - 2001

(29) "Segurança Alimentar: Base para o Desenvolvimento"

- Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(30) "Por Amor e Respeito ao Amazonas"

- Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(31) "Tiros-de-Guerra, Saúde e Inclusão Digital na Amazônia"

- Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(32) "Telemedicina: Rompendo limites para salvar vidas"

- Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(33) "Sustentabilidade na Amazônia: Nosso trato com o futuro"

- Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(34) "Energia Elétrica: Uma Luz à Cidadania"

- Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(35) "Educação: Emancipação e Desenvolvimento"

- Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(36) "Créditos de Carbono e Desenvolvimento Amazônico"

- Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(37) "Consórcios Intermunicipais: União pela Cidadania"

- Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(38) "Argila Calcinada: Pavimentando o Desenvolvimento na Amazônia"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(39) "Descobrimdo o Bambu: Saneamento e Saúde / Habitação e Desenvolvimento"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(40) "Urbanismo Criminógeno: Cidadania Excluída"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(41) "Compostagem: Utilização econômica e ecológica do lixo orgânico"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(42) "Financiar a Pesquisa: Condição para o Desenvolvimento Amazônico"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(43) "Os Pelotões Especiais de Fronteira: Segurança e Integração na Amazônia"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(44) "Hidroponia: Uma alternativa de cultivo para a Amazônia"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(45) "Casa de Bambu e Pneu: Eficiência Social e Ambiental"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(46) "Centros de Cidadania: O Direito na prática"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(47) "Correio Aéreo Nacional: Integração e Cidadania na Amazônia"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(48) "Licitação Sócio-Ambientada: Otimizando o recursos para muito além da obra"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(49) "Os rios comandam a vida: A importância do 9 Distrito Naval para a Amazônia Ocidental"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(50) "Projetos de Financiamento: Transformando Idéias em Ações"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(51) "Reduzir, Reutilizar e Reciclar: Conjugando a Sustentabilidade Ambiental"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(52) "Sistemas Silvopastoris: Opção à queimada de pasto e da floresta"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(53) "Pobre-Rica Amazônia: O impacto ambiental negativo da ausência de desenvolvimento"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(54) "O Reto absoluto e o Princípio da Proporcionalidade"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(55) "O perverso ciclo da violência contra a mulher"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

- site CNJ www.cnj.gov.br

(56) "Justiça e Desenvolvimento (I): Urbanismo criminógeno"

- site Consultor Jurídico www.conjur.com.br

- site Migalhas www.migalhas.com.br

- site CNJ www.cnj.gov.br

(57) "De A a Z: a multidisciplinar sustentabilidade amazônica"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(58) "A Sustentável Defesa do Ser ... Caboclo"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(59) "Os valiosos Bonsais da Amazônia: Um ensaio sobre a esperança realista"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(60) "Carta ao Ministro Patrus Ananias"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(61) "Projeto Centros Integrados de Cidadania"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(62) "Pobreza tem sexo e merece crédito"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

XIV – Teses aprovadas em Congressos

XX Congresso Brasileiro de Magistrados / 29 a 31 de outubro de 2009 / São Paulo

(1) "Centros Integrados de Cidadania"

(2) "Barcos da Justiça: Cidadania efetiva na Região Amazônica"

(3) "Gestão Participativa no Poder Judiciário"

XV – Associações

- *Sócio da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB*
- Sócio da Associação dos Magistrados da Justiça Militar Federal – **AMAJUM**
(Presidente - Biênio 2010/2012)
- Sócio da Associação Brasileira de Ensino do Direito - **ABEDI**

XVI – Institutos

- Membro do Instituto Brasileiro de Direito Público – **IBDP**
- Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – **IBCCRIM**
- Membro do Instituto de Ciências Penais - **ICP**
- Sócio-Colaborador do Instituto dos Advogados da Bahia - **IAB**
(Membro do Conselho Superior - Biênio 2003/05)

XVII - Estágio

Ministério Público do Estado da Bahia

Período: Março a Dezembro de 1990 / 7ª Vara Criminal

XVIII - Aprovações em Concursos Públicos

- Técnico Judiciário da Justiça Federal - 1º T.RF. – 1992
- Promotor de Justiça - Ministério Público do Estado da Bahia – 1992
- Juiz de Direito - Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco – 1992
- Juiz de Direito - Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais- 1996
- Juiz-Auditor da Justiça Militar Federal - STM – 1997
- Professor Substituto / Faculdade de Direito / UFBa – 2000
- District Court Judge / ONU – Posto em Timor Leste - 2008

XIX - Atividade Profissional**- Operador de Computador - Banco Econômico - Salvador / Bahia**

Período : 03/06/85 a 28/07/1986

- Representante Técnico - Itautec Informática - Salvador / Bahia

Período : 01/09/87 a 29/07/1988

- Estagiário da O. A. B. / Bahia

Período : 21/09/89 a 21/09/1991

- Advogado - Salvador / Bahia

Período : 29/11/91 a 31/05/1992

- Promotor de Justiça do Estado da Bahia

Período : 01/06/92 a 04/08/1992

- Juiz de Direito do Estado de Pernambuco

Período : 13/10/92 a 03/03/1996

- Juiz Eleitoral

Período : 13/10/92 a 03/03/1996

- Juiz de Direito do Estado de Minas Gerais

Período : 04/03/96 a 08/12/1997

- Juiz-Auditor - Justiça Militar da União

Atuação como Juiz-Auditor Substituto:

- 3ª Auditoria da 3ª C.J.M. - Santa Maria / RS - de 09/12/97 a 28/05/1998

- Auditoria da 6ª C.J.M. - Salvador / Ba - de 29/05/1998 a 16/12/2004

Atuou na 2ª Auditoria da 3ª C.J.M. Bagé / RS, de 02/01/1998 a 31/01/1998 e

na Auditoria da 10ª C.J.M. (CE e PI), de 02/02/2004 a 05/05/2004.

Promoção, por merecimento, a Juiz-Auditor Titular da 12ª CJM (AM, AC, RO e RR) em 17/12/2004

- Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça

Período: 10/03 a 07/06/2008

- Juiz Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal Militar

Período: 08/04/2009 a 02/03/2011

- Professor Universitário

- Escola de Administração do Exército/ESAEX

- Faculdade de Direito / Faculdade de Tecnologia e Ciência - FTC

- Centro de Educação Superior do Amazonas - CIESA

XX – Distinções

- Medalha da Vitória – Ministério da Defesa - 2011
- Medalha do Mérito Militar – Grau: Comendador - 2010
- Medalha de Reconhecimento do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul - TJM-RS - 2009
- Medalha do Mérito Legislativo – Assembleia Legislativa / Amazonas - 2008
- Medalha da Ordem do Mérito Judiciário – TJM/MG - 2008
- Voto de Aplauso – Senado Federal (Seleção / Posto: Juiz Internacional) - 2008
- Medalha do Mérito Militar - Grau: Oficial - 2007
- Voto de Aplauso – Senado Federal (Campanha: Mude um destino) - 2007
- Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico - 2006
- Medalha do Pacificador - 2006
- Medalha do Mérito do Ministério Público Militar - 2005
- Medalha do Mérito Santos Dumont - 2005
- Medalha “Mérito Tamandaré” – 2005
- Medalha do Mérito Judiciário Militar – STM - 2001
- Moção de Aplauso / Câmara Municipal de Sanharó / PE – 1993
- Moção de Aplauso / Câmara Municipal de Belo Jardim / PE – 1993
- Cidadão do Município de Sanharó / PE – 1994
- Moção de Aplauso / Assembleia Legislativa de Pernambuco – 1994
- Honra ao Mérito – Juizado da Infância e da Juventude de Belo Horizonte – 1997
- Diploma de “Amigo da 6ª Região Militar” – 2000
- Diploma de “Amigo do 19º BC” – 2001
- Diploma de “Amigo da PE” – 2005
- Diploma de “Amigo da 2ª Grupamento de Engenharia” - 2006
- Diploma de “Colaborador Emérito do Exército” – CMNE - 2002
- Amigo da Turma / Turma 2001.1 – Faculdade de Direito / UFBA
- Amigo da Turma / Turma 2001.2 – Faculdade de Direito / UFBA
- Professor Homenageado / Turma 2001.2 – Faculdade de Direito / UFBA
- Professor Homenageado / Turma 2002.1 – Faculdade de Direito / UFBA
- Professor Homenageado / Turma 2002.2 – Faculdade de Direito / UFBA
- Patrono / Turma 2003.1 – Faculdade de Direito / UFBA
- Professor Homenageado / Turma 2003.2 – Faculdade de Direito / UFBA
- Professor Homenageado / Turma 2005.2 – Faculdade Salvador / UNIFACS

Brasília, maio de 2011.


José Barroso Filho

DECLARAÇÃO

Para os fins do disposto na Resolução do Senado Federal nº. 7, de 2005, DECLARO que:

1. Não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável por minha indicação (art 5º, inc. II);
2. Não cumpro qualquer tipo de sanção criminal ou administrativo-disciplinar e, ainda, que não existe procedimento dessa natureza instaurado contra mim (art. 5º. inc. III);
3. Não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes (art.5º. inc. IV)

Brasília, 27 de junho de 2011


José Barroso Filho

DECLARAÇÃO

Para os fins do disposto no Ato nº. 1, de 2007 - CCJ, DECLARO que:

1. Não possuo parentes que exerçam ou tenham exercido atividades, públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional, ressalvadas a situação do meu falecido pai, José Barroso, que exerceu o cargo de Promotor de Justiça em Minas Gerais, a de meu falecido irmão, Sérgio Barroso, que exerceu o cargo de Procurador de Justiça em Minas Gerais, a de minha esposa, Marta Barroso, que é advogada e de meu cunhado, Maurício Cavalcanti, que exerce o cargo de Promotor de Justiça na Bahia.(art 1º, inc. II, a);
2. Não participo, nem participei, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais, ressalvada a condição de fundador do Centro de Cultura Jurídica da Bahia – CCJB, entidade voltada a difusão da cultura jurídica, da qual não recebo qualquer tipo de remuneração, uma vez que se trata de sociedade sem fins lucrativos (art. 1º, inc. II, b);
3. Não possuo débitos fiscais nas esferas federal, estadual e municipal, conforme certidões anexadas (art. 1º. inc. II, c);
4. Não sou autor ou réu em ações judiciais cíveis, criminais ou trabalhistas em tramitação, ressaltada a condição de autor na Ação Cível n. 0023563-64.2007.805.0001 - Juizado Especial de Defesa do Consumidor - TJBa)
5. Nos últimos cinco anos, exerci as funções de Juiz-Auditor titular da 12ª CJM (AC, AM, RO e RR), de Juiz-Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça e de Juiz-Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal Militar além da função de Professor em cursos de Pós-Graduação na área jurídica.

Brasília, 27 de junho de 2011



José Barroso Filho

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: JOSE BARROSO FILHO
CPF: 394.787.265-87

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 09:29:44 do dia 24/06/2011 <hora e data de Brasília>.
Válida até 21/12/2011.

Código de controle da certidão: **8054.483A.3267.2913**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria Executiva da Receita
Departamento de Arrecadação

Certidão Nº	Data e Hora
9303910	24/06/2011 11:03:50 AM Hs

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Válida até 24/07/2011

RAZÃO SOCIAL
ENDEREÇO
C.P.F.
PROFISSÃO

José Barroso Filho
Av. do Expedicionário, 2835, São Jorge, Manaus-13
394.787.265-87
Magistrado

Resguardando o direito da Fazenda Estadual de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico que de acordo com as buscas procedidas nos livros e registros existentes na Dívida Ativa do Estado do Amazonas, correspondentes aos últimos 05 (cinco) anos, não consta qualquer débito inscrito em nome do interessado acima identificado, até a presente data. Esta CERTIDÃO é a única emitida pela Secretaria de Fazenda, inclui todos os débitos inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 825855

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

JOSÉ BARROSO FILHO, ou vinculado ao **CPF: 394.787.265-87**,

NADA CONSTA no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Esta certidão abrange apenas o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 600-276 de 31 de Agosto de 2009;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília - DF, 13h05, 24/06/2011.

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF N° 165433

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

JOSÉ BARROSO FILHO, ou vinculado ao **CPF: 394.787.265-87**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 347/04-DIREF;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Distrito Federal (www.jfdf.jus.br);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Brasília - DF, 13h04, 24/06/2011.

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF **Nº 119908**

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

JOSÉ BARROSO FILHO, ou vinculado ao **CPF: 394.787.265-87**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Amazonas.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado do Amazonas.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 301/04-SECAD/DIREF;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado do Amazonas (**www.jfam.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Manaus - AM, 11h51, 24/06/2011.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

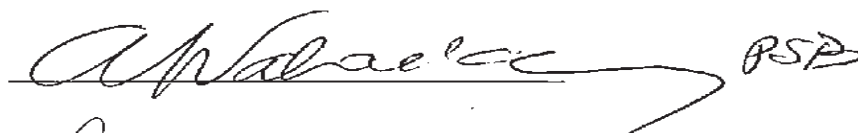
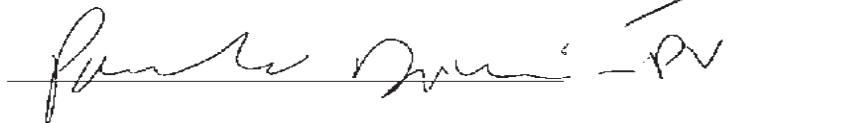
OFÍCIO Nº S/56, DE 2011


Brasília, de agosto de 2011.

Senhor Presidente,

Os Líderes Partidários abaixo assinados, de acordo com as normas regimentais e tendo em vista o que dispõe o inciso VI do art. 130-A da Constituição Federal, vêm indicar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, pelo Senado Federal, o nome do Edvaldo Fernandes da Silva, *curriculum vitae* anexo.

Atenciosamente,


_____ PSP

_____ PV


Líder do PLato e Soco

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
NESTA

DECLARAÇÃO

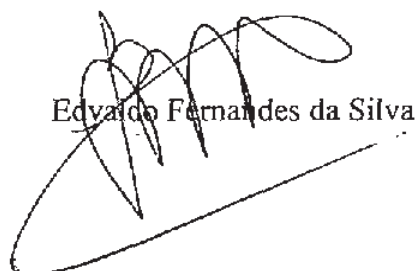
Para os fins dispostos na Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, **DECLARO** que:

1. Não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, de membro ou de servidor do Poder ou instituição responsável por minha indicação (art. 5º, II);

2. Não cumpro qualquer tipo de sanção criminal ou administrativo-disciplinar e, ainda, que não existe procedimento desta natureza instaurado contra mim (art. 5º, III);

3. Não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membros desses Poderes (art. 5º, IV).

Brasília, 1º de agosto de 2011.



Edvaldo Fernandes da Silva

Curriculum Vitae

EDVALDO FERNANDES DA SILVA

Advogado do Senado Federal

Doutorando em Sociologia
(Universidade de Brasília)

Mestre em Ciência Política
(IUPERJ/RJ)

Especialista em Direito Tributário
(Universidade Católica de Brasília)

Graduado em Direito
(Universidade Federal de Minas Gerais)

Graduado em Comunicação Social – Jornalismo
(Universidade Federal de Minas Gerais)

**CANDIDATO À VAGA NO CONSELHO NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO PREENCHIDA POR INDICAÇÃO
DO SENADO FEDERAL**

Edvaldo Fernandes da Silva

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Nome Edvaldo Fernandes da Silva
Nome em citações bibliográficas SILVA, E. F.; SILVA, Edvaldo Fernandes da; SILVA, E. Fernandes da.; FERNANDES, Edvaldo.
Sexo masculino
Filiação JOSE EMILIANO DA SILVA e MARIA FERNANDES DA SILVA
Nascimento 03/10/1972 - Mangaratiba/MG - Brasil
Carteira de Identidade M5463841 SSP - MG - 08/02/1988
CPF 88401383668

Endereço eletrônico

e-mail para contato : edvaldof@senado.gov.br
e-mails alternativos : ed3000@hotmail.com ; edvaldofernandes@globo.com

Telefone: 61 - 81351739**Formação Acadêmica/Titulação**

- 2011** Doutorado em Sociologia.
Universidade de Brasília, UNB, Brasília, Brasil
Título: *Movimentos Sociais e Processo Legislativo no Sistema Político Brasileiro*
Orientador: Sadi Dal Rosso
- 2006 - 2009** Mestrado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia).
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ-Tec, Rio De Janeiro, Brasil
Título: *Salário mínimo: a desindexação entre a norma, o fato e o valor.*, Ano de obtenção: 2009
Orientador: Adalberto Moreira Cardoso
- 2003 - 2004** Especialização em Direito Tributário.
Universidade Católica de Brasília, UCB-DF, Brasília, Brasil
Título: *O princípio da capacidade contributiva como arcabouço de efetividade dos direitos fundamentais econômicos*
Orientador: Oswaldo Otto Pontes Saraiva Filho
- Especialização incompleto(a) em Direito do Trabalho.
Universidade Presbiteriana Mackenzie, MACKENZIE, Sao Paulo, Brasil
Título: Não teve.
Ano de interrupção: 2003
- 1998 - 2003** Graduação em Direito.
Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, Brasil
- 1993 - 1997** Graduação em Comunicação Social.
Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, Brasil
- Graduação incompleto(a) em Comunicação Social - Relações Públicas.
Centro Universitário Newton Paiva, CNP, Belo Horizonte, Brasil
Ano de interrupção: 1992

Formação complementar

2011	Curso Superior - Filosofia. Aliança Francesa de Brasília, AFB, Brasil
2011	Curso Superior - Literatura. Aliança Francesa de Brasília, AFB, Brasil
2009	Literatura em Inglês. Sara Walker Special Courses, SW, Brasil
2010 - 2010	Curso de Processo Legislativo Avançado. Instituto Legislativo Brasileiro, ILB, Brasil
2009 - 2010	Curso de Aperfeiçoamento. Aliança Francesa de Brasília, AFB, Brasil
2003 - 2009	Curso Avançado de Francês. Aliança Francesa de Brasília, AFB, Brasil
2003 - 2008	Current Affairs. Sara Walker Special Courses, SW, Brasil
2004 - 2006	TTC (Teacher Training Course). Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, SBCI, Brasil
	Bacharelado em Teologia. Instituto Teológico João Ramos Jr., IMTJRJ, Brasil Ano de interrupção: 1999
1991 - 1996	Inglês. Instituto Cultural Brasil Estados Unidos, ICBEU, Brasil
1993 - 1993	Grego Clássico. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, Brasil
1993 - 1993	Latim I. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, Brasil

Atuação profissional

1. Senado Federal - SENADO

Vínculo institucional

2009 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Advogado do Senado Federal, Regime: Parcial

2. Instituto Legislativo Brasileiro - ILB

Vínculo institucional

2010 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor , Carga horária: 5, Regime: Parcial

3. O Diplomata - Instituto de Relações Internacionais - DIRI**Vínculo institucional**

2010 - Atual Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Professor de Direito Constitucional , Carga horária: 5, Regime: Parcial

4. Câmara dos Deputados**Vínculo institucional**

2005 - 2009 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Analista Legislativo - Técnico em Comunicação , Carga horária: 40, Regime: Parcial

2003 - 2004 Vínculo: Cargo de Natureza Especial , Enquadramento funcional: Assistente Técnico , Carga horária: 40, Regime: Integral

Atividades

09/2009 - 10/2009 Aperfeiçoamento
Especificação:
Teoria Política; Comparação de Sistemas Legislativos

5. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do DF - CREA/DF**Vínculo institucional**

2004 - 2005 Vínculo: Empregatício , Enquadramento funcional: Procurador Jurídico , Carga horária: 40, Regime: Integral

6. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS - SEE-MG**Vínculo institucional**

1991 - 1996 Vínculo: Jurídico-Administrativo , Enquadramento funcional: Professor de Português, Literatura e Inglês , Carga horária: 20, Regime: Parcial

7. Associação Beneficente Cristã de Caridade - ABCC**Vínculo institucional**

1998 - 1999 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Redator , Carga horária: 40, Regime: Integral

8. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados - CEFOR**Vínculo institucional**

2009 - 2009 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor de Sistemas Legislativos , Carga horária: 4, Regime: Parcial

9. Revista Educação Sem Segredos - RESS**Vínculo institucional**

2008 - 2010 Vínculo: Contratual , Enquadramento funcional: Editor-Geral , Carga horária: 4, Regime: Parcial

10. Vemser Publicações Ltda - VEMSER**Vínculo institucional**

1999 - 2000 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Gerente , Carga horária: 40, Regime: Integral

11. Rádio Metropolitana - RM**Vínculo institucional**

1999 - 1999 Vínculo: Celetista formal , Enquadramento funcional: Chefe de Reportagem , Carga horária: 40, Regime: Integral

12. Rick Bonfim Ministries - RBM**Vínculo institucional**

1997 - 1998 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Gerente de Comunicação Social, Regime: Dedicção Exclusiva

13. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG**Vínculo institucional**

1996 - 1997 Vínculo: Estudante de Graduação , Enquadramento funcional: Voluntário , Carga horária: 5

Atividades

1996 - 1997 Projetos de pesquisa, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Participação em projetos:
Bolsões de Miséria em Minas Gerais

14. Instituto Cultural FreeLife - ICFL**Vínculo institucional**

1994 - 2002 Vínculo: Sócio-Administrador , Enquadramento funcional: Diretor , Carga horária: 20, Regime: Parcial

Outras informações:

Além da direção administrativa, ministrava cursos de português, inglês e informática.

Projetos

1996 - 1997 Bolsões de Miséria em Minas Gerais

Descrição: Pesquisa jornalístico-etnográfica em bolsões de miséria em no Estado de Minas Gerais.

Situação: Concluído Natureza: Pesquisa

Integrantes: Edvaldo Fernandes da Silva (Responsável); ;

Financiador(es):

Áreas de atuação

1. Direito
2. Comunicação
3. Sociologia
4. Educação
5. Letras

Idiomas

Inglês	Compreende Bem , Fala Bem, Escreve Bem, Lê Bem
Francês	Compreende Bem , Fala Bem, Escreve Bem, Lê Bem
Espanhol	Compreende Bem , Fala Razoavelmente, Escreve Razoavelmente, Lê Bem
Italiano	Compreende Razoavelmente , Lê Razoavelmente
Latim	Lê Razoavelmente
Grego	Lê Razoavelmente

Produção em C, T& A

Produção bibliográfica

Capítulos de livros publicados

1. SILVA, E. F.

Mínimo Existencial e Pêndulo da Política In: Para além das urnas: reflexões sobre a Câmara dos Deputados. ed.Brasília : Câmara dos Deputados, 2010

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 000000000X

No prelo.

Artigos em jornal de notícias

1. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Legislação eleitoral - CCJ rejeita terceiro mandato para o Executivo. Jornal da Câmara. , 2009.

Referências adicionais : Brasil/Português. Home
<http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/default.asp?selecao=materia&codMat=49108>

page:

2. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Márcio legal do pré-sal prevê exploração em regime de partilha. Agência Câmara. , 2009.

Referências adicionais : Brasil/Português. Home page: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/139498.html>

3. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Ministro do TST lista benefícios da redução da jornada. Agência Câmara. , 2009.

Referências adicionais : Brasil/Português. Home page: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/134150-MINISTRO-DO-TST-LISTA-BENEFICIOS-DA-REDUCAO-DA-JORNADA.html>

4. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Parecer de Vicentinho adota redução da jornada de trabalho para 40 horas. Jornal da Câmara. , 2009.

Referências adicionais : Brasil/Português.

5. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Reforma tributária e PEC dos Vereadores são destaques da pauta. Agência Câmara. , 2009.

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital Home page: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/140227-REFORMA-TRIBUTARIA-E-PEC-DOS-VEREADORES-SAO-DESTAQUES-DA-PAUTA.html>

6. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Relator busca acordo para aprovar reforma tributária. Agência Câmara. , 2009.

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital Home page: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/140305-RELATOR-BUSCA-ACORDO-PARA-APROVAR-REFORMA-TRIBUTARIA.html>

7. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Relator da crise no emprego cobra maior proteção ao trabalho. Jornal da Câmara. , 2009.

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital Home page: <http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/default.asp?selecao=metaria&codMat=48493&pesq=>

8. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Consolidação de leis do trabalho enfrenta resistências. Agência Câmara. , 2008.

Referências adicionais : Brasil/Português. Home page: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/119747-CONSOLIDACAO-DE-LEIS-DO-TRABALHO-ENFRENTA-RESISTENCIAS.html>

9. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Pesquisa mostra que sociedade não confia nos Três Poderes. Agência Câmara. , 2007.

Referências adicionais : Brasil/Português. Home page: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/110947-PESQUISA-MOSTRA-QUE-SOCIEDADE-NAO-CONFIA-NOS-TRES-PODERES.html>

10. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Deputados defendem foro especial para ex-políticos. Agência Câmara. , 2006.

Referências adicionais : Brasil/Português. Home page: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/85967-DEPUTADOS-DEFENDEM-FORO-ESPECIAL-PARA-EX-POLITICOS.html>

11. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Foro privilegiado ganha força na Reforma do Judiciário. Agência Câmara. , 2006.

Referências adicionais : Brasil/Português. Home page: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/89430-FORO-PRIVILEGIADO-GANHA-FORCA-NA-REFORMA-DO-JUDICIARIO.html>

12. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Novatos na política prometem movimentar a Câmara. Agência Câmara. , 2006.

Referências adicionais : Brasil/Português. Home page: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/93692-NOVATOS-NA-POLITICA-PROMETEM-MOVIMENTAR-A-CAMARA.html>

13. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Pedido de vista adia votação de reforma do Judiciário. Agência Câmara. , 2006.

Referências adicionais : Brasil/Português. Home page: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/96249-PEDIDO-DE-VISTA-ADIA-VOTACAO-DE-REFORMA-DO-JUDICIARIO.html>

14. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Câmara analisa dezenas de alterações no Código Civil. Agência Câmara. , 2005.

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital Home page:

<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/76656-CAMARA-ANALISA-DEZENAS-DE-ALTERACOES-NO-CODIGO-CIVIL.html>

15. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Igrejas e partidos foram liberados de regras associativas. Agência Câmara. , 2005.

Referências adicionais : Brasil/Português. Home page: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/76637-IGREJAS-E-PARTIDOS-FORAM-LIBERADOS-DE-REGRAS-ASSOCIATIVAS.html>

16. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Leis alteraram regras de funcionamento de associações. Agência Câmara. , 2005.

Referências adicionais : Brasil/Português. Home page: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/76639-LEIS-ALTERARAM-REGRAS-DE-FUNCIONAMENTO-DE-ASSOCIACOES.html>

17. SILVA, Edvaldo Fernandes da

MP revogou compensação de dívidas com o governo.

<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/76636-MP-REVOGOU-COMPENSACAO-DE-DIVIDAS-COM-O-GOVERNO.html>. , 2005.

Referências adicionais : Brasil/Português.

18. SILVA, E. F., SALLES, Simone

Reforma Sindical chega à Câmara. Agência Câmara e Jornal da Câmara. www.camara.gov.br, 2005.

Referências adicionais : Brasil/Português. Home page: <http://www.camara.gov.br/internet/agencia/materias.asp?pk=62011>

19. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Regras para condomínios tiveram várias mudanças. Agência Câmara. , 2005.

Referências adicionais : Brasil/Português. Home page: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/76640-REGRAS-PARA-CONDOMINIOS-TIVERAM-VARIAS-MUDANCAS.html>

20. SILVA, Edvaldo Fernandes da

União entre homossexuais está longe da aprovação. Agência Câmara. , 2005.

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital Home page: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/76635-UNIAO-ENTRE-HOMOSSEXUAIS-ESTA-LONGE-DA-APROVACAO.html>

Artigos em revistas (Magazine)

1. SILVA, Edvaldo Fernandes da

A Advocacia do Senado e a defesa das prerrogativas do Poder Legislativo. JUS NAVIGANDI. Internet, 2011.

Palavras-chave: advocacia pública, Instituições, jurisdição constitucional, Parlamento, política pública, Senado Federal, teoria informacional

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital Home page: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/18578/a-advocacia-do-senado-e-a-defesa-das-prerrogativas-do-poder-legislativo>

2. FERNANDES, Edvaldo.

Representação judicial de órgão público é delicada. Consultor Jurídico. São Paulo, 2011.

Palavras-chave: advocacia pública, Instituições, Parlamento, Senado Federal, capacidade judiciária, competência, teoria informacional, política pública

Áreas do conhecimento : Direito, Ciência Política

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital Home page: <http://www.conjur.com.br/2011-mar-07/representacao-judicial-orgao-publico-complicada-parece>

Demais produções bibliográficas

1. SILVA, E. F.

A institucionalização da Advocacia do Senado Federal como salvaguarda das competências constitucionais do Congresso Nacional. Artigo. Brasília:Centro de Estudos da Consultoria do Senado, 2010. (Outra produção bibliográfica)

Palavras-chave: jurisdição constitucional, advocacia pública, competência, capacidade judiciária

Áreas do conhecimento : Direito

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários Home page: http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/NOVOS%20TEXTOS/texto72%20-%20Edvaldo.pdf

2. SILVA, E. F.

O papel do Congresso Nacional na inversão da curva declinante do salário mínimo. Artigo. , 2010.

(Outra produção bibliográfica)

Áreas do conhecimento : *Ciência Política, Direito, Economia*

Sectores de atividade : *Administração pública, defesa e segurança social*

Referências adicionais : *Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso*

Home page:

http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao.htm

3. SILVA, E. F.

Salário mínimo : a desindexação entre a norma, o fato e o valor. Dissertação de Mestrado, 2009. (Outra produção bibliográfica)

Palavras-chave: *advocacia pública, capacidade judiciária, comissões, mínimo existencial, política pública, Parlamento, salário mínimo, Senado Federal, teoria informacional*

Áreas do conhecimento : *Ciência Política, Economia, Direito*

Referências adicionais : *Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital*

Home page:

<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3826>

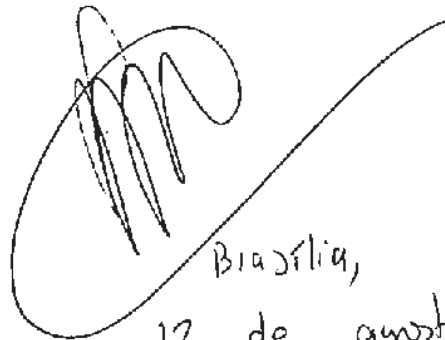
Produção Técnica

Demais produções técnicas

1. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Sistemas Legislativos Brasileiro e Americano, 2009. (Outro, Curso de curta duração ministrado)

Referências adicionais : *Brasil/Português. 30 horas. Meio de divulgação: Outro*



Brasília,
12 de agosto de 2011.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passo a palavra ao Senador Randolfe para o seu pronunciamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão, boa noite; boa noite a todos que nos assistem pela TV Senado, a todos que nos ouvem pela Rádio Senado.

Eu queria iniciar este pronunciamento nesta noite, Senador Paulo Paim, falando sobre a medida de

ontem, anunciada pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, em relação ao aumento da meta de superávit primário. Iniciamos esse diálogo ainda há pouco com o Senador Lindbergh.

Entretanto, nos chegou há pouco a informação de que a Câmara dos Deputados acabou de aprovar, por 265 votos a favor e 166 votos contra, a absolvição da Deputada Jaqueline Roriz. Anteriormente, o Conselho de Ética da Câmara havia decidido pela perda do seu mandato.

Senador Paulo Paim, essa decisão é lamentável e vai na contramão, inclusive, dos movimentos que nós

temos feito aqui, no plenário do Senado, para apoiar medidas do Governo de combate à corrupção e para constituir uma frente política de combate à corrupção que junte todas as pessoas de bem deste País.

A Câmara dos Deputados, com essa medida, dá para nós, dá para o Brasil um péssimo exemplo, absolvendo a Deputada Jaqueline Roriz num crime que estava claro, que foi diagnosticado e visto por todos os brasileiros. Quantos brasileiros não assistiram às cenas da Deputada se locupletando de recursos públicos?

Alguns podem dizer – e, aliás, era o argumento de alguns: “Foi anterior ao mandato, então ela não pode pagar por este pecado”. Ora, vem-me a necessidade de sugerir uma interpretação do Código de Ética da Câmara e do Senado. Os Códigos de Ética de nossas Casas, de todos os poderes da República, são os mais rigorosos Códigos de Ética, e eles pressupõem dizer o seguinte: que o Parlamentar, para exercer o mandato, necessita ter conduta ilibada.

Foram os eleitores brasileiros – no caso específico da Deputada, os eleitores brasilienses – que foram ludibriados. Ela, como candidata, dizia ter uma conduta ilibada e as fotos e as imagens retratam que não tinha. É importante ressuscitar o latim. A palavra candidato vem do latim: aquele que é cândido, aquele que é limpo. Para ser candidato, tem de ter uma postura ilibada, tem de ser cândido, como no latim, tem de ser limpo, tem de ser puro. E não é o que os fatos, concretamente, apontam. Então, o argumento de que o fato foi anterior ao exercício do mandato não se justifica diante dos nossos Códigos de Ética Parlamentar.

Mas o que mais nos assusta, Senador Paim, nessa decisão da Câmara de ainda há pouco, não é somente o absurdo da absolvição, é que o placar foi de 265 votos pela absolvição e 166 votos contra. Agora, eu pergunto: sabem quantos Parlamentares subiram à tribuna para defender a Deputada? Um. Sabem quantos Parlamentares foram à tribuna para pedir a cassação do mandato da Deputada? Cinco. Vejam que a expressão pública na tribuna não dialogou com o resultado dos votos, ainda há pouco, na cassação do mandato da Deputada Jaqueline Roriz, na Câmara dos Deputados.

Isso acontece, Senador Paim, porque ainda prevalece no ordenamento constitucional brasileiro uma figura que, no meu entender, é um incentivo à prática ilícita do mandato parlamentar, que é a figura do voto secreto. V. Ex^a tem um projeto de emenda constitucional que me parece que tramita, há alguns anos, que dorme, há alguns anos, nas gavetas do Congresso Nacional, seja do Senado, seja da Câmara. É um projeto funda-

mental de autoria de V. Ex^a e de outros Senadores. É o projeto que propõe o fim do voto secreto. Nada mais justo e adequado.

É importante remontarmos de onde vem o voto secreto. A origem do voto secreto está na origem do Parlamento, na Revolução Gloriosa inglesa, em 1688.

Mas qual era a ideia do parlamentar, naquele instante, ter o voto secreto? Era para, por meio do voto secreto, tê-lo como prerrogativa para que ele não sofresse a coação do rei, a coação de um poder autoritário.

Ou seja, o instituto do voto secreto vale para o Parlamento no momento em que estamos sob a égide de um governo autoritário, de uma ditadura. Não é o que me parece. Nós estamos, no Brasil, há mais de 20 anos de estabelecimento de um Estado democrático de direito, com alternância de poder, com todos os princípios de uma democracia estável. Então, nesse sentido, não há justificativa para a continuação e existência do voto secreto como instituição aqui no Brasil.

O voto secreto, sim, para o eleitor, que nos designa para cá. O voto secreto, sim, para o eleitor, que não pode ser coagido e pressionado. Mas, para nós, Senadores, Deputados, não há justificativa de continuar existindo o voto secreto, a não ser para isto: para servir como esconderijo seguro daqueles que não têm coragem de utilizar a tribuna, que não têm coragem de expor o seu voto.

Ora, cinco Deputados defenderam na tribuna, ainda há pouco, a cassação do mandato da Deputada. Um defendeu o contrário. Esse que defendeu o contrário, no meu entender, foi o mais honesto. Teve a coragem de revelar o seu voto, teve a coragem de dizer publicamente como iria se posicionar.

Essa decisão da Câmara de ainda há pouco, Senador Paulo Paim, é lamentável e vai na contramão dos acontecimentos que temos visto. Não posso esquecer aquela que chamei segunda-feira cívica contra a corrupção, que nós utilizamos aqui há duas semanas – eu, o senhor, o Senador Pedro Simon, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Pedro Taques e outros nos revezamos na tribuna do Senado –, inclusive dizendo à Presidente da República para que ela continuasse com as medidas de combate à corrupção, que ela teria no nosso apoio.

E veja que falo isso, sou de um partido que tem uma posição política de independência, de oposição programática ao Governo da Presidente Dilma, mas subi à tribuna com os senhores para dizer isso. É necessário que as medidas iniciadas anteriormente pela Presidente tenham continuidade, tenham uma sequência lógica, não parem, não tenham sido somente fogo de palha, não tenham sido somente por conta da

ocasião. Por isso, é fundamental, Senador Paim, nós continuarmos o conjunto de mobilizações que temos iniciado aqui no Senado.

Tivemos, na semana passada, uma audiência importantíssima na Comissão de Direitos Humanos, presidida por V. Ex^a, reunindo diferentes entidades que têm tido sua atuação pautada pelo combate à corrupção neste País.

Essa audiência deve ser um marco de um conjunto de outras ações que é necessário que façamos. Nós não podemos deixar, nós não podemos ficar limitados àquela segunda-feira cívica contra a corrupção. Nós temos que partir para ações concretas, e eu falo da tribuna para dizer que, se ficar somente no diálogo do Senado, das vontades de uma meia dúzia de Senadores, não teremos muito sucesso. É indispensável a mobilização da sociedade civil.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de V. Ex^a, que tramita aqui continuará dormindo nas gavetas do Senado e da Câmara se não houver pressão social.

Que esta decisão da Câmara de hoje seja o combustível... Por um lado ela é combustível à impunidade e à continuação da corrupção, ela tem de servir de outra forma. Ela tem de ser combustível para despertar a sociedade brasileira ao combate à corrupção.

Assim como, de vez em quando, ouvimos iniciativas de todas as formas, do governo ou não, de um conjunto de medidas que são necessárias para uma área ou para outra, um pacote de medidas, às vezes, para a economia, um pacote de medidas, outras vezes, para a indústria, chegou a hora de o Brasil ter um pacote de medidas de combate à corrupção. E o maior motor – e este é o triste exemplo da Câmara ainda há pouco – para corrupção neste País é a impunidade; o maior combustível para corrupção neste País é a impunidade. Por isso, urge um conjunto de medidas, o quanto antes.

Nós temos de resolver, no processo penal, o trâmite em relação aos crimes de corrupção. O Senador Pedro Taques falava para nós, ainda há pouco, numa reunião que tivemos, que, numa iniciativa dele propondo que o crime de corrupção seja declarado hediondo e que seja ampliada a penalidade ao crime de corrupção, contou com o apoio de mais de cem mil internautas, em menos de 48 horas, quando foi colocada na Internet essa iniciativa. Esse clima da sociedade brasileira tem que vir aqui para dentro. Por isso, é fundamental darmos passos seguintes nas lutas do combate à corrupção, mobilizando a sociedade civil, e é indispensável construirmos aqui um pacote de medidas de combate à corrupção, que passa por alterar a Constituição, para pôr fim a institutos como este do voto secreto, através da proposta de emenda constitucional de V. Ex^a, e que passa por alterar o Código Penal.

O crime de corrupção no nosso Código Penal é um crime que pode ser resolvido com pena privativa de direitos. Ora, a corrupção é um dos mais hediondos dos crimes. Quem pratica corrupção não pode cumprir a pena com pagamento de cesta básica. Quem pratica corrupção tem que sofrer, primeiro, a imposição de devolver aos cofres públicos, ao Erário, o que ele roubou, aquilo de que ele se apropriou.

Além disso, nós temos a necessidade de modificar o Código de Processo Penal para que crimes dessa natureza não durmam anos sem julgamento nas gavetas dos tribunais. Há ideias e iniciativas para isso. Há uma iniciativa simples: o Conselho Nacional de Justiça pode, por exemplo, orientar todos os Tribunais de Justiça, todos os Judiciários estaduais do País para que sejam criadas varas especializadas em crime de corrupção, para que essas varas possam, o quanto antes, julgar crimes dessa natureza e dar celeridade ao julgamento desses crimes.

Senador Paulo Paim, eu não acredito que essa é uma causa maior e eu estou convencido de que, neste Senado, neste plenário, não estamos a clamar no deserto. Temos ao lado V. Ex^a, temos ao lado o Senador Pedro Simon, o Senador Pedro Taques e inúmeros outros brilhantes Senadores e Parlamentares que não podem deixar de se indignar com a sequência de fatos.

Ora, veja: há uma média de um escândalo na República por semana. Quando o escândalo não surge do Executivo, quando não é uma denúncia em relação a algum Ministro, aí o escândalo vem do Legislativo, como é o caso da absolvição que ainda há pouco ocorreu na Câmara dos Deputados.

Então, é fundamental, é necessário, é indispensável que a sociedade brasileira se levante, se mobilize. Nós temos a oportunidade de fazer um enfrentamento à corrupção, de inibir a prática da corrupção no Brasil, mas isso não poderá ser feito por obra de meia dúzia de parlamentares. Só poderá ser feito se a sociedade brasileira despertar para isso, tomar as ruas e instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs e tantas outras que já trouxeram a este Parlamento belíssimas vitórias, como a instituição da Lei Complementar nº 135, de 2010, que instituiu a “Ficha Limpa”, se mobilizarem de novo para essa batalha decisiva que temos contra esse que considero um câncer degenerativo das instituições e da sociedade brasileira. É o momento que temos para isso e nesse momento a sociedade brasileira tenha certeza de que encontrará porta-vozes disso aqui no Senado, encontrará porta-vozes dessa luta na Câmara. Mas é fundamental que a sociedade tome essa iniciativa.

Sobre o superávit primário, eu iria me pronunciar na noite de hoje. Deixarei para fazê-lo depois. Fiquei de fato contaminado e estarecido com a notícia que recebi ainda há pouco da Câmara e não poderia deixar de fazer referência a esse acontecimento e de solicitar – exigir é o termo mais claro –, até pelo restabelecimento do Parlamento. Se o Parlamento quer dar exemplo ao Executivo e cobrar do Executivo medidas de combate à corrupção, o Parlamento tem que dar o primeiro exemplo. Utilizo mais uma vez a célebre frase: é o exemplo que arrasta; a palavra só convence.

Que nós votemos o quanto antes a sua proposta de emenda constitucional, Senador Paulo Paim. Aí nós daremos um bom exemplo e teremos inclusive melhores condições de cobrar dos outros Poderes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Randolfe Rodrigues, Líder do PSOL, pelo seu pronunciamento em defesa da democracia, do combate à corrupção e do fim do voto secreto.

Senador Randolfe, de fato a PEC nº 50, eu a apresentei há muito tempo. Havia apresentado na Câmara quando era Deputado, e infelizmente a Casa não vota. Eu não entendo como, se o Judiciário não tem voto secreto, se a maioria das câmaras de vereadores não tem voto secreto, se as assembleias legislativas não têm voto secreto...

Independente do mérito, V. Ex^a foi feliz. O importante é abrir o voto e a população que julgue o voto de cada um. A população nos passa uma procuração para aqui defendermos em tese os interesses do povo brasileiro. Como é que a população vai saber como estamos agindo se as votações são secretas? Então, isso é inadmissível.

Sempre dou o exemplo dos vetos. Eu, que estou aqui há 25 anos, já cansei de ver dezenas, centenas, milhares de projetos – porque são milhares – serem aprovados por unanimidade. O que aconteceu? Vem o veto e ele é mantido. Aí não dá para entender. Alguém está faltando com a verdade. Por isso, acho que é fundamental que haja uma cruzada nacional pelo fim do voto secreto.

Meus parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

Com essa rápida explicação da minha posição em defesa do voto secreto, dou por encerrada esta sessão do Senado da República.

Que Deus abençoe a todos nós nesta longa caminhada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.080, DE 2011

Requer Voto de Pesar pelo falecimento de Heitor de Azevedo Picanço, aos oitenta e sete anos, ocorrido no dia 29 de agosto de 2011.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido no dia 29 de agosto de 2011, do Senhor Heitor de Azevedo Picanço, aos oitenta e sete anos de idade. Heitor de Azevedo Picanço foi Prefeito de Macapá por duas vezes, Prefeito de Santana por uma vez e Tesoureiro-Geral do Estado do Amapá. Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares do falecido.

Sala da Sessão, 30 de agosto de 2011. – Senador **Geovani Borges** (PMDB-AP).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado. O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.081, DE 2011

Requeiro, com base no art. 74 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de comissão temporária composta por cinco membros, para, no prazo de cento e vinte dias, estudar e elaborar proposição(ões) legislativa(s) que vise(m) o aperfeiçoamento e a adequação do nosso ordenamento jurídico às necessidades decorrentes da organização e realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Para tanto a Comissão Temporária poderá realizar audiências públicas nas cidades-sede, ouvir autoridades e especialistas sobre o tema.

Imperativo considerar que o evento ensejará a vinda de grande contingente de agremiações e turistas de várias nacionalidades, a exigir aparelhamento jurídico que contemple possíveis adversidades durante a sua realização, notadamente na área da segurança pública.

Considere-se, ainda, que os resultados dos trabalhos desta Comissão Temporária servirão de base para a organização dos Jogos Olímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, de agosto de 2011. – Senador **Marcelo Crivella**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.082, DE 2011

Nos termos do inciso I, do art. 256, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2011, que “estabelece regime especial para a definição da área de reserva legal em propriedade ou posse situada na Amazônia Legal”, de minha autoria, seja retirado.

Sala das Sessões, – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido, nos termos do § 2º, I, do art. 256 do Regimento Interno.

Dessa forma, o requerimento objeto do Ofício SF nº 1.517/2011, que solicitava a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2011, com o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, perde o seu objeto e deixa de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 83, DE 2011**

Estabelece a maioria civil e penal aos dezesseis anos, tornando obrigatório o exercício do voto nesta idade.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 14 e 228 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14.
.....
§ 1º
I – obrigatórios para os maiores de dezesseis anos;
II –
a) os analfabetos;
b) os maiores de setenta anos.” (NR)
“Art. 228. A maioria é atingida aos 16 (dezesseis) anos, momento a partir do qual a pessoa é penalmente imputável e capaz de exercer diretamente todos os atos da vida civil.” (NR)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A crescente urbanização da população brasileira e a quase universalização da educação básica, acompanhadas do amplo acesso aos meios de comunicação, tem propiciado a nossos jovens conhecimento cada vez mais precoce sobre seus direitos e deveres

de cidadão, contribuindo para acelerar seu processo de amadurecimento social, e tornando-os aptos a agir em conformidade com as leis vigentes.

O ordenamento jurídico não tem deixado de reconhecer essa nova realidade. A Constituição de 1988 permitiu, já em seu texto original, que os jovens de 16 anos pudessem votar. Essa simples faculdade, temos certeza, contribuiu decisivamente para que o processo de redemocratização fosse tão exitoso. Também com grande sucesso, o Novo Código Civil, de 2002, reduziu a maioria civil de 21 para 18 anos, igualando-a à idade de imputabilidade penal.

Todavia, consideramos tais medidas tímidas e pontuais. O Estado não pode continuar negando à parcela importante da população brasileira o reconhecimento de sua plena cidadania. Tratar o maior de 16 anos como cidadão implica conferir-lhe os mesmos direitos de que os demais gozam, permitindo que pratiquem pessoalmente todos os atos de sua vida civil, como, por exemplo, contrair casamento, celebrar contratos, postular em juízo, viajar para o exterior, dirigir veículo, etc. Estamos inteiramente persuadidos de que, aos 16 anos, o jovem está preparado para a maioria e, portanto, para conquistar a vida adulta.

Como contrapartida óbvia, o mesmo jovem deve submeter-se a todas as obrigações previstas nas leis brasileiras, suportando as sanções decorrentes de sua desobediência.

Em síntese, a proposta ora apresentada trata o jovem de 16 anos como integral sujeito de direitos e obrigações, pressuposto para que construam, desde cedo, uma vida cívica em prol do País. Essa é a razão pela qual acreditamos que o voto aos 16 anos deva ser obrigatório, e não mais facultativo, pois nessa idade o jovem já possui plena capacidade de discernimento e de influir nos destinos do País. Se analisarmos bem, o voto facultativo passa a ideia de uma simples concessão, enquanto, a nosso ver, os jovens podem e devem assumir compromissos públicos.

Nesse contexto, a maioria aos 16 anos é muito mais a consequência do que o foco central do debate que a presente iniciativa quer despertar. Entendemos que muitas propostas caíram no equívoco de reduzir o problema à questão da responsabilidade penal. A discussão que desejamos levar adiante é muito mais rica. O que temos em mente é dotar o maior de 16 anos de plena cidadania, com os direitos e responsabilidades decorrentes dessa nova condição, inclusive na esfera penal.

Portanto, em essência, a questão a ser enfrentada diz respeito a ampliar a cidadania de uma expressiva parcela de brasileiras e brasileiros, conferindo-lhes, a um só tempo, direitos e deveres que a todos alcançam. Como enfatizamos, a presente proposição parte do pressuposto de que os maiores de 16 anos possuem, dado o amplo acesso à informação e a serviços públi-

cos de que dispõem, plenas condições de conquistar definitivamente a sua maioria.

Sala das Sessões, – Senador **Clésio Andrade**.

1		ACIR GURGACZ
2		JACOBO VASCONCELOS
3		SÉRGIO SENZAN
4		PINHEIRO
5		JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB/MA)
6		MOACILDO
7		UVALDO BORGES
8		CARLOS ROBERTO AMALRIC
9		LUÍZ HENRIQUE
10		ANTÔNIO CARLOS VALADARES
11		AIDA AMÉLIO (PP/RO)
12		REDATÁRIO CASSOL
13		MILTON DINIZ (PT-AC)
14		VALDIR RAUPP
15		ARO NOLLIMA
16		LINDBERDO
17		LINDBERG FARIAS - PT
18		MARCOS DE MORAES
19		DONELLI
20		CYRO MIRANDA
21		PAULO PAIM
22		ANTÔNIO RIOS
23		ARO RIBÉRIO
24		ROMERO TICHÁ
25		BLAISE MAGGI
26		DEL CIDRO
27		ZEZÉ PERRELLA

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 84, DE 2011

Acrescenta o § 17 ao art. 100 da Constituição Federal, para conceder aos dependentes e pensionistas dos credores de precatórios o direito de serem pagos com preferência, nos termos do § 2º do mesmo artigo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 17:

“Art. 100.
.....

§ 17. O disposto no § 2º deste artigo quanto à preferência no pagamento de precatórios, se aplica, nesses mesmos termos, aos pensionistas e dependentes das pessoas que tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data da expedição do precatório.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Entendemos que o contexto individual e social que fundamenta a concessão de prioridade no pagamento de precatórios às pessoas com 60 anos de idade ou mais na data da expedição do precatório se aplica, pelas mesmas razões, a quem depende dessa pessoa para viver.

Ou seja, os seus dependentes e, eventualmente, seu (ou sua) pensionista.

Por essa razão, observamos ser necessário o exame e a aprovação de uma proposição legislativa que, reconhecendo o senso de justiça e equidade que presidem a norma ora emendada, contribui para lhe sanar uma importante omissão.

Ante todo o exposto, e certo de que a presente proposição contribui sobremaneira para aperfeiçoar a ordem jurídico-constitucional brasileira no sentido da justiça e da segurança jurídica, solicitamos aos eminentes pares o apoio para a sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

ASSINATURA	SENADOR

LEGISLAÇÃO CITADA**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

**CAPÍTULO III
Do Poder Judiciário****Seção I
Disposições Gerais**

Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 1º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do

precatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 3º O disposto no **caput** deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 5º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 6º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 7º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 8º É vedada a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total ao que dispõe o § 3º deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 9º No momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação

administrativa ou judicial. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 10. Antes da expedição dos precatórios, o Tribunal solicitará à Fazenda Pública devedora, para resposta em até 30 (trinta) dias, sob pena de perda do direito de abatimento, informação sobre os débitos que preenchem as condições estabelecidas no § 9º, para os fins nele previstos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 11. É facultada ao credor, conforme estabelecido em lei da entidade federativa devedora, a entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos do respectivo ente federado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 12. A partir da promulgação desta Emenda Constitucional, a atualização de valores de requisi-tórios, após sua expedição, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 13. O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor, não se aplicando ao cessionário o disposto nos §§ 2º e 3º (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 14. A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora.

§ 15. Sem prejuízo do disposto neste artigo, lei complementar a esta Constituição Federal poderá estabelecer regime especial para pagamento de crédito de precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios, dispondo sobre vinculações à receita corrente líquida e forma e prazo de liquidação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 16. A seu critério exclusivo e na forma de lei, a União poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes do art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 527, DE 2011

Dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições financeiras manterem dispositivos antifurto que inutilizem as cédulas de moeda corrente depositadas no interior dos terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos) em caso de tentativa ilícita de abertura.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter dispositivos antifurto que tornem inadequadas à circulação as cédulas de moeda corrente depositadas no interior dos terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos) em caso de tentativa ilícita de abertura.

§ 1º Consideram-se tentativas ilícitas de abertura qualquer artifício visando furto, roubo, violação, extravio ou arrombamento, inclusive mediante explosão, choque e alta temperatura.

§ 2º Os dispositivos antifurto referidos no **caput** devem obedecer aos seguintes requisitos:

- I – assegurar o reconhecimento da legitimidade das cédulas;
- II – assegurar que o dano foi provocado por equipamento antifurto;
- III – assegurar que os danos provocados são resistentes à ação de agentes químicos ou de outros agentes que possam suprimir ou reduzir a evidência do dano;
- IV – não colocar em risco a integridade física dos usuários dos terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos).

Art. 2º As instituições que utilizem os dispositivos antifurto de que trata esta Lei devem comprovar ao Banco Central do Brasil o atendimento dos requisitos descritos no § 2º do art. 1º desta Lei, por meio de apresentação das especificações técnicas e de certificações e testes elaborados por entidade certificadora habilitada para executá-las.

Art. 3º As instituições financeiras devem fixar placa em local de destaque dos terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos) informando a existência dos dispositivos antifurto de que trata esta Lei.

Art. 4º Compete às instituições financeiras a manutenção dos registros das ocorrências que provocarem o acionamento dos dispositivos antifurto.

Art. 5º Em caso de acionamento acidental do dispositivo antifurto ou de tentativa frustrada de furto ou roubo, as instituições financeiras ressarcirão o Banco Central do Brasil pelos custos de análise e de fabricação e distribuição da cédula a ser reposta.

Art. 6º O descumprimento das disposições desta Lei sujeita as instituições financeiras e os seus administradores às penalidades previstas no art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor após decorridos 60 dias da data de sua publicação.

Justificação

Os ataques a caixas eletrônicos (postos de atendimento) vêm se tornando uma ocorrência comum no Brasil. Nos últimos meses, a imprensa tem noticiado dezenas de atentados, normalmente com o uso de explosivos, mas também das formas mais inusitadas, como destruindo o equipamento a marteladas ou mesmo o removendo por completo em um veículo de carga.

Tem-se atribuído o aumento desses episódios à relativa facilidade e rapidez de execução, aliadas ao alto retorno para os bandidos. Destarte, quadrilhas antes dedicadas a assaltos a bancos, roubos de cargas, tráfico de drogas e outros delitos estariam migrando para os ataques a caixas eletrônicos, usualmente perpetrados em lugares ermos e de madrugada.

Essa realidade vem acarretando imensos prejuízos às instituições financeiras, aos estabelecimentos comerciais que os abrigam e ao público em geral, que se vê coagido a mudar hábitos e viver com medo cada vez que vai realizar uma simples operação bancária.

Esse tipo de crime levou muitas instituições financeiras a tomarem elas próprias a iniciativa de instalar dispositivos antifurto que inutilizam as cédulas depositadas no interior dos caixas, quando ocorrem ataques. Nisso, seguiram o exemplo de países que praticamente acabaram com esse problema a partir da adoção desses “sistemas inteligentes” de segurança.

Enquanto isso, o Banco Central do Brasil (BC) e o Conselho Monetário Nacional (CMN), a quem caberia zelar pelo funcionamento harmonioso do sistema financeiro, apenas em junho de 2011 começaram a abrir os olhos para o problema, por meio da edição da Resolução CMN nº 3.981, das Circulares nºs 3.538 e 3.540, e da Carta-Circular nº 3.515.

Todavia, tratou-se de uma resposta tímida e insuficiente, na medida em que tão somente aborda a questão da possível substituição das cédulas suposta-

mente danificadas pelos dispositivos antifurto e ainda em circulação.

O Projeto que ora apresentamos dá um passo adiante, aproveitando partes relevantes das normas vigentes e tornando legalmente obrigatório o uso de tais dispositivos por parte das instituições financeiras. Com tal medida, deixa de existir a razão primeira para a ação dos bandidos: dinheiro fácil.

Estamos seguros de que os custos incorridos serão mais do que compensados pela redução dos delitos. Aliás, o fato de que os bancos já vêm adotando essa providência só comprova isso. Resta estendê-la a todos os caixas eletrônicos do País.

Não entramos na seara normativa das autoridades monetárias, a quem cabe continuar regulamentando a matéria, nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, mas estamos certos de estar contribuindo para minorar e quiçá estancar essa onda criminosa. Para tanto, contamos com o apoio dos ilustres colegas Parlamentares.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Vide texto compilado

Mensagem de veto

(Vide Decreto-Lei nº 2.065, de 1983)

Vigência

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO V Das Penalidades

Art. 44. As infrações aos dispositivos desta lei sujeitam as instituições financeiras, seus diretores, membros de conselhos administrativos, fiscais e semelhantes, e gerentes, às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação vigente:

I – Advertência.

II – Multa pecuniária variável.

III – Suspensão do exercício de cargos.

IV – Inabilitação temporária ou permanente para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições financeiras.

V – Cassação da autorização de funcionamento das instituições financeiras públicas, exceto as federais, ou privadas.

VI – Detenção, nos termos do § 7º deste artigo.

VII – Reclusão, nos termos dos artigos 34 e 38, desta lei.

§ 1º A pena de advertência será aplicada pela inobservância das disposições constantes da legislação em vigor, ressalvadas as sanções nela previstas, sendo cabível também nos casos de fornecimento de informações inexatas, de escrituração mantida em atraso ou processada em desacordo com as normas expedidas de conformidade com o art. 4º, inciso XII, desta lei.

§ 2º As multas serão aplicadas até 200 (duzentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, sempre que as instituições financeiras, por negligência ou dolo:

a) advertidas por irregularidades que tenham sido praticadas, deixarem de saná-las no prazo que lhes for assinalado pelo Banco Central da República do Brasil;

b) infringirem as disposições desta lei relativas ao capital, fundos de reserva, encaixe, recolhimentos compulsórios, taxa de fiscalização, serviços e operações, não atendimento ao disposto nos arts. 27 e 33, inclusive as vedadas nos arts. 34 (incisos II a V), 35 a 40 desta lei, e abusos de concorrência (art. 18, § 2º);

c) opuserem embaraço à fiscalização do Banco Central da República do Brasil.

§ 3º As multas cominadas neste artigo serão pagas mediante recolhimento ao Banco Central da República do Brasil, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da respectiva notificação, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo e serão cobradas judicialmente, com o acréscimo da mora de 1% (um por cento) ao mês, contada da data da aplicação da multa, quando não forem liquidadas naquele prazo;

§ 4º As penas referidas nos incisos III e IV, deste artigo, serão aplicadas quando forem verificadas infrações graves na condução dos interesses da instituição financeira ou quando da reincidência específica, devidamente caracterizada em transgressões anteriormente punidas com multa.

§ 5º As penas referidas nos incisos II, III e IV deste artigo serão aplicadas pelo Banco Central da República do Brasil admitido recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho Monetário Nacional, interposto dentro de 15 dias, contados do recebimento da notificação.

§ 6º É vedada qualquer participação em multas, as quais serão recolhidas integralmente ao Banco Central da República do Brasil.

§ 7º Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que atuem como instituição financeira, sem estar devidamente autorizadas pelo Banco Central da República do Brasil, ficam sujeitas à multa referida neste artigo e detenção de 1 a 2 anos, ficando a esta sujeitos, quando pessoa jurídica, seus diretores e administradores.

§ 8º No exercício da fiscalização prevista no art. 10, inciso VIII, desta lei, o Banco Central da República do Brasil poderá exigir das instituições financeiras ou das pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as referidas no parágrafo anterior, a exibição a funcionários seus, expressamente credenciados, de documentos, papéis e livros de escrituração, considerando-se a negativa de atendimento como embaraço à fiscalização, sujeito à pena de multa, prevista no 2º deste artigo, sem prejuízo de outras medidas e sanções cabíveis.

§ 9º A pena de cassação, referida no inciso V, deste artigo, será aplicada pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Banco Central da República do Brasil, nos casos de reincidência específica de infrações anteriormente punidas com as penas previstas nos incisos III e IV deste artigo.

Art. 45. As instituições financeiras públicas não federais e as privadas estão sujeitas, nos termos da legislação vigente, à intervenção efetuada pelo Banco Central da República do Brasil ou à liquidação extrajudicial.

Parágrafo único. A partir da vigência desta lei, as instituições de que trata este artigo não poderão impetrar concordata.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 528, DE 2011

Altera o art. 1º da Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, para determinar que percentual não inferior a 5% (cinco por cento) da receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta será destinado a programas de manutenção e desenvolvimento do ensino.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A União destinará percentual não inferior a 5% (cinco por cento) da receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores, em programas de manutenção e desenvolvimento do ensino. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Por meio da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, o art. 214 da Constituição Federal determina que o Plano Nacional de Educação (PNE) deve estabelecer meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB). Desse modo, o Poder Executivo propôs a elevação dessa relação de 5% para 7%, em dez anos, o que tem sido considerado um aumento muito modesto. Assim, por exemplo, a Conferência Nacional de Educação (CONAE) sugeriu que esse crescimento atingisse 10% do PIB.

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) também defende a cifra de 10% como forma de permitir que as obrigações constitucionais do Estado em matéria educacional possam ser cumpridas e que as metas do PNE não representem apenas desejos descolados da realidade.

Todos os níveis e modalidades educacionais do País demandam uma ação mais consistente do Poder Público. Na educação infantil, etapa reconhecida como essencial para todo o percurso educativo dos indivíduos, a persistente omissão do Estado na oferta de vagas em creches foi responsável por um dos maiores fracassos do PNE 2001-2011. Nas demais etapas da educação básica (ensino fundamental e ensino médio), os avanços no atendimento das escolas públicas não foram acompanhados por padrões dignos de qualidade. Apesar dos recentes avanços na oferta de vagas no ensino técnico, considerável contingente de egressos do ensino médio se ressentem das escassas oportunidades de qualificação profissional. No nível superior, em que o setor público obtém maior destaque em termos de qualidade do ensino e da pesquisa, surge também a deficiência no atendimento da demanda por vagas. Já a educação de jovens e adultos, a especial e a indígena continuam a receber um tratamento de segunda classe, apesar dos esforços dos profissionais da educação que a elas se dedicam.

Ressalvadas as particularidades de cada nível e modalidade de ensino, a escola e a universidade públicas são especialmente atingidas pelos salários baixos de seus profissionais da educação e pelas dificuldades de acompanhar as transformações tecnológicas aplicadas ao ensino, carecendo, muitas vezes, dos mais elementares recursos didáticos e condições físicas de funcionamento.

Ora, diante dos desafios existentes no setor educacional, torna-se primordial destinar-lhes maior montante de recursos públicos. O estabelecimento de nova meta a respeito da proporção do PIB dirigido ao gasto público em educação é de grande relevância, mas pode gerar, no futuro, grande frustração, se não forem criados mecanismos concretos que permitam elevar as aplicações de recursos públicos em educação.

Este projeto de lei dá um passo importante nessa direção. Seu texto altera a destinação de recursos oriundos de dividendos e participações da União, antes vinculados à amortização da dívida pública, substituindo todas as opções por apenas uma que destina 5% para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em 2010, o governo federal recebeu R\$ 32 bilhões de dividendos das empresas controladas pela União, com destaque para a Petrobrás, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Eletrobras. Se uma lei como a ora proposta estivesse em vigor naquele ano, a educação teria sido contemplada com mais R\$ 1,6 bilhão.

Concordamos com o economista Márcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para quem a manutenção da política de conferir prioridade ao uso de recursos públicos em favor da amortização de dívidas não favorece a redução das desigualdades sociais. Por isso, defendemos que os recursos auferidos de dividendos das empresas públicas devam ser utilizados, por exemplo, no incremento da produção nacional, na redução do **deficit** habitacional e de saneamento, bem como na melhoria dos serviços de saúde pública. Este projeto dá início ao esforço para mudar os rumos das políticas de Estado, começando pela educação pública.

Em vista do exposto, peço às Senhoras e aos Senhores Congressistas, o apoio para que este projeto possa transformar-se em lei e constituir um marco na luta contra as desigualdades sociais em nosso País.

Sala das Sessões, – Senadora **Marinor Brito**, PSOL/Pará.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.530, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997

Dispõe sobre a utilização dos dividendos e do superávit financeiro de fundos e de entidades da Administração Pública Federal indireta, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Serão destinados à amortização da dívida pública federal:

I – a receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;

II – o superávit financeiro dos fundos, das autarquias e das fundações, integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, apurado no balanço patrimonial.

niais do exercício de 1997 e seguintes, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, ressalvados: o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; o Fundo Nacional da Cultura – FNC; e os recursos provenientes de contribuições diretas dos servidores públicos com finalidade específica;

II – o superávit financeiro dos fundos, das autarquias e das fundações, integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1997, 1998 e 1999, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, ressalvados: (Redação dada pela Lei nº 10.148, de 21-12-2000)

a) o superávit financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Fundo Nacional da Cultura – FNC, e do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ, além dos recursos provenientes de contribuições diretas dos servidores públicos com finalidade específica; (Alínea incluída pela Lei nº 10.148, de 21-12-2000)

b) o superávit financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo – FDEPM e do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC a partir do exercício financeiro de 1998; (Alínea incluída pela Lei nº 10.148, de 21-12-2000)

c) o superávit financeiro do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural e o do Fundo da Marinha Mercante – FMM, a partir do exercício financeiro de 1999. (Alínea incluída pela Lei nº 10.148, de 21-12-2000)

III – as disponibilidades financeiras destinadas aos fundos, às autarquias e às fundações, existentes em poder do Tesouro Nacional, no encerramento do exercício de 1996, não comprometidas com os restos a pagar nem compromissadas com operações de financiamento com contrato já assinados ou em fase de contratação, desde que protocolados na instituição antes de 31 de outubro de 1997;

IV – o produto da arrecadação de que tratam o art. 85 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e o art. 40 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

§ 1º Para cumprimento do disposto neste artigo, os fundos, as autarquias e as fundações recolherão ao Tesouro Nacional os respectivos superávits, tão logo se encontrem disponíveis os recursos financeiros correspondentes.

(*Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 529, DE 2011

Altera a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001 para vedar a emissão de títulos da dívida pública remunerados pela taxa de juros SELIC e por taxas de câmbio, após prazo de dois anos da alteração proposta.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 7º, da Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com o acréscimo dos seguintes §§ 1º e 2º:

“Art. 7º

§ 1º Fica vedada a emissão de títulos da dívida pública remunerados pela taxa de juros Selic e por taxas de câmbio.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior passa a vigorar dois anos após a publicação desta Lei.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Títulos públicos de longa maturação têm, em qualquer lugar do mundo, juros pré-fixados, ou seja, a remuneração dos títulos é conhecida no momento da sua aquisição em leilões. No Brasil, grande parte dos títulos da dívida pública é indexada à taxa de juros Selic.

A taxa de juros Selic é a taxa de juros básica da economia. Este tipo de taxa de juros é utilizada para remunerar os empréstimos de recursos (de curtíssimo termo) negociados no mercado interbancário de reservas. Tal mercado é gerenciado dia a dia por bancos centrais com o intuito de controlar a liquidez da economia, manter as taxas de juros bancárias estáveis e assegurar reservas para o bom funcionamento dos bancos.

Para ilustrar a definição de taxa de juros Selic e o seu papel na economia brasileira passamos a reproduzir trecho abaixo de livro didático de economia:

“A taxa de juros Selic é a taxa que baliza a troca de reservas entre as instituições financeiras. Especificamente, a Circular nº 2.900, de 24 de junho de 1999, define a taxa Selic como a ‘taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) para os títulos federais’. Com isso, ficam incluídas todas as operações de trocas de reservas por um dia entre as instituições financeiras e entre essas e o Banco Central no cálculo desta taxa de juros. Esta Circular estabelece também que a partir desta data, a política monetária passa a ser regida pela fixação de metas para a taxa Selic e seu eventual viés – elevação ou redução de potenciais

da meta Selic – visando ao cumprimento da meta de inflação, conforme estabelecido pelo Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999.” (Livro: Economia Monetária e Financeira: teoria e política; página: 185; editora: Campus-Elsevier; 2ª edição: 2007; autores: Fernando Cardim de Carvalho e outros).

Este inusitado arranjo brasileiro impõe uma ligação entre a política monetária (taxa Selic) e a política fiscal de gastos (despesas com a remuneração do serviço da dívida pública), que é, no mínimo, estranha: todas as vezes que a política monetária objetiva elevar a taxa de juros básica da economia, por exemplo, para reduzir a liquidez da economia e conter a inflação, é imposto um custo fiscal resultante dos títulos de maturação mais longa indexados à Selic que o Tesouro emitiu e negociou em mercado aberto. Ademais, nessas circunstâncias, uma elevação da taxa Selic atrairia capitais estrangeiros para o país para a compra de títulos da dívida pública já que eles se tornariam mais atrativos. E, então, haveria pressão por uma valorização cambial, o que pode não ser desejável.

Para finalizar, ainda temos títulos indexados à taxa de câmbio, uma parcela muito reduzida. Mas, no passado, já tiveram grande importância em termos quantitativos. Ocorria que, nas crises cambiais, diante de desvalorizações abruptas do Real, o pagamento do serviço da dívida pública também crescia absurdamente. Por vezes, ocorria uma fuga de capitais e, em consequência, uma desvalorização da taxa de câmbio. Ocasionalmente, a desvalorização ocorria por conta de fatores externos e o resultado era que o nosso custo de serviço da dívida “explodia”.

Pelos motivos expostos, que são da maior relevância, deve-se proibir a emissão de títulos públicos indexados à Selic e à taxa de câmbio – o que evitará que movimentos da política monetária e da taxa de câmbio imponham custos fiscais ao Governo. Contudo, deve-se conceder um prazo de dois anos para que o Tesouro e o Banco Central possam organizar a mudança, ora proposta, na forma de uma transição suave.

Sala das Sessões, – Senador **Lindbergh Farias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.179, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2001

Conversão da MPv nº 2.096-89, de 2001

Dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 2.096-89, de 2001, que o

Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

.....
Art. 7º O Poder Executivo fixará as características gerais e específicas dos títulos da dívida pública, podendo, inclusive, criar séries específicas de cada título, bem como celebrar convênios, ajustes ou contratos para emissão, colocação e resgate dos títulos.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto de resolução do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 41, DE 2011

Acrescenta o art. 94-A ao Regimento Interno do Senado Federal, para dispor que a audiência pública agendada para se realizar em reunião extraordinária de comissão, bem como as reuniões das subcomissões e comissões temporárias, não poderão coincidir com os horários das reuniões ordinárias das demais comissões.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A Resolução nº 93, de 27 de novembro de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), passa a vigorar acrescido do seguinte art. 94-A:

“Art. 94-A. A audiência pública agendada para se realizar em reunião extraordinária de comissão, bem como as reuniões das subcomissões e comissões temporárias, não poderão coincidir com os horários das reuniões ordinárias das demais comissões.

Parágrafo único. Cabe à Mesa coordenar a agenda de realização das audiências públicas e reuniões a que se refere o **caput**, com o objetivo de evitar a coincidência de que se trata.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O projeto de resolução que ora apresentamos tem o objetivo de resolver problema hoje vivenciado por todo o Senado.

Trata-se do verdadeiro congestionamento de audiências públicas e de reuniões que ocorrem em praticamente todos os dias da semana e a todas as horas no Senado Federal.

Essas audiências públicas realizadas em reuniões extraordinárias das comissões pertinentes, assim como as reuniões das comissões temporárias e subcomissões, no mais das vezes, coincidem com as reuniões ordinárias de outras comissões, provocando um grande transtorno nas agendas dos Senadores, em prejuízo para os trabalhos da Casa.

Com efeito, como não há uma coordenação mínima entre as Comissões para a realização dessas audiências públicas extraordinárias ocorre que muitas vezes são realizadas simultaneamente diversas dessas audiências e os Senadores ficam impedidos de participar dos debates de temas importantes, por terem de estar presentes nas reuniões ordinárias das comissões das quais são membros, em prejuízo para os trabalhos parlamentares e para a própria sociedade.

Desse modo, para sanar tal problema é que estamos propondo que a audiência pública agendada para se realizar em reunião extraordinária de comissão e demais reuniões de comissões temporárias e subcomissões não poderão coincidir com os horários das reuniões ordinárias das demais comissões.

Ademais, estamos propondo que seja atribuída à Mesa – como órgão dirigente dos trabalhos da Casa – a função de coordenar a realização dessas audiências públicas, por meio de agenda específica.

Certos de que a adoção das medidas ora propostas contribuirá para o aperfeiçoamento dos trabalhos do Senado Federal, solicitamos o apoio dos nobres colegas para o seu aperfeiçoamento e ulterior aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Cyrol Miranda**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 41, de 2011**, que acaba de ser lido, nos termos do art. 235, II, a, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 274, de 28 de agosto de 2011**, da Senadora Vanessa Grazziotin.

É o seguinte o ofício:

OFÍCIO GSVGRA Nº 274/2011

Brasília, 28 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Em face da aprovação do Requerimento nº 1.026/2011, no tocante à diligência a ser realizada

nesta data pela CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Rio de Janeiro, comunico a Vossa Excelência que, por conflito de agenda, não pude comparecer à referida missão.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência a minha expressão da mais alta estima e apreço.

Atenciosamente, – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do **Ofício nº 1/2011-CMMC**, comunicando a instalação da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, bem como a eleição de seu Presidente e Vice-Presidente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 001/2011-CMMC

Brasília, 30 de agosto de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada no dia de hoje, 30 de agosto do ano em curso, foi instalada a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, conforme disposto na Resolução nº 4, de 2008-CN, tendo sido eleita a seguinte Mesa:

Presidente: Senador Sérgio Souza

Vice-Presidente: Deputado Alfredo Sirkis

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Respeitosamente, – Senador **Sérgio Souza**, Presidente da CMMC.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Srs. Senadores Ciro Nogueira e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores é sempre gratificante vir a esta tribuna para discorrer sobre boas notícias, desenvolvimento econômico e desempenhos satisfatórios de municípios do Piauí, estado que tenho a honra de representar nesta Casa do Parlamento brasileiro.

Venho hoje aqui para saudar a expansão das exportações feitas a partir da cidade de Piripiri, município do Norte do Piauí, onde vivem 62 mil pessoas.

Sr. Presidente, dados recentemente divulgados pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí demonstram que o município de Piri-piri ampliou sete vezes o volume de suas vendas externas no segundo trimestre deste ano, em comparação ao trimestre imediatamente anterior.

O volume exportado somou 8,692 milhões de dólares. Isso fez com que as exportações feitas por empresas de Piri-piri superassem até mesmo a capital do Estado. Também ficou à frente de Parnaíba e Campo Maior, que são importantes pólos de atividade econômica no Piauí.

O feito de Piri-piri enche-se de importância porque os números de crescimento das exportações feitas a partir daquele município foram sete vezes maiores no segundo trimestre de 2011.

Entretanto, senhoras e senhores senadores, devo destacar que o número das exportações em Piri-piri não se encerra em si. Isso porque cabem mais leituras no documento no qual esse dado está inserido: Conjuntura Econômica do Piauí – boletim analítico da Fundação Cepro.

Diz o boletim que os municípios com maior destaque nas exportações encontram-se no centro-norte do Piauí: Parnaíba, Teresina, Altos, Campo Maior, Castelo do Piauí, Pedro II e Piri-piri.

Cada uma dessas cidades tem focos específicos em suas trocas comerciais. Em Piri-piri é a cera de carnaúba. Em Parnaíba segue crescente a produção e venda externa de frutas orgânicas.

A cidade litorânea mais importante do Piauí está em vias de sediar uma Zona de Processamento para Exportação. Um porto em obras certamente vai lhe conferir meios para aumentar as vendas para o exterior. Aliás, um porto fará muito pelo aumento das vendas internacionais de produtos do Piauí.

Neste sentido é que consideramos fundamental que se avancem nas obras do porto de Luís Correia.

Também é necessário que o Aeroporto de Parnaíba seja viabilizado não apenas como emissor e receptor de turistas para o litoral do Piauí ou Rota das Emoções – a fantástica junção das belezas de Jericoacoara, no Ceará; Delta do Parnaíba e Lençóis Maranhenses.

O aeroporto de Parnaíba precisa também ser um terminal de carga para exportação e importação. Com crescentes volumes de produtos para exportação – entre eles frutas orgânicas – parece bastante razoável que foquemos em um terminal de cargas no aeroporto de Parnaíba.

Porto, aeroporto se completam com outros dois modais de transporte: o ferroviário e o rodoviário, que seguem satisfatórios para as atuais demandas de

turismo e exportação. Há, contudo, que se cuidar da reativação do transporte ferroviário para o litoral, favorecendo a produção e o comércio em cidades como Parnaíba. Um ramal ferroviário para Parnaíba é passo essencial como instrumento de expansão da economia e das vendas externas do Piauí.

Sr^{as} e Srs. Senadores, considero importante lembrar, também, que a melhoria dos modais de transporte deve favorecer também as vendas das commodities agrícolas produzidas em solo piauiense.

Nunca é demais lembrar que todos os investimentos em infraestrutura viária, capazes de reduzir os custos para vendas de produtos e compra de insumos, favorecem a nossa economia voltada para a exportação.

Desse modo, senhor presidente, considero essenciais para o crescimento econômico do Piauí a conclusão do Porto de Luís Correia, o uso do aeroporto de Parnaíba como terminal de cargas, a revitalização do ramal ferroviário para o litoral, bem como mais investimentos na melhoria da malha rodoviária de todo o nosso Estado.

Para encerrar, quero lembrar que, na última década, conforme o Censo 2010 do IBGE, somente quatro estados brasileiros tiveram crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima de 40%. Um deles é o Piauí, com evolução acumulada de 42%.

Os índices mostram que podemos não só consolidar esse crescimento como podemos também ir além. Temos potencial para atingirmos uma posição de destaque no cenário nacional e internacional. E eu, mais do que ninguém, acredito no meu Piauí.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é com satisfação que desejo registrar o recebimento da publicação Análise de Seguridade Social em 2010, produzida pela equipe técnica da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP).

De início, desejo agradecer o recebimento dessa publicação e me manifestar sobre a qualidade do seu conteúdo. Trata-se de uma avaliação aprofundada e detalhada da Previdência Social e de seu Orçamento, que analisa receitas e despesas da Seguridade Social no Brasil, contextualizando-as no quadro econômico contemporâneo.

É elogiável esse trabalho da Associação, que não se limita a defender os interesses de seus associados. Ela avança muito além disso e, valendo-se da expertise de seus membros, presta um excelente serviço à sociedade brasileira, informando-a sobre assunto de interesse tão grande quanto geral.

Aliás, não é de hoje que a ANFIP dá essa importante contribuição ao debate das questões da Previdência Social. Já há quase duas décadas a Associação edita, todos os anos, uma série de análises sobre a Seguridade Social brasileira, seu orçamento e os seus programas voltados à saúde, à previdência e à assistência social, aos benefícios e à prestação dos serviços públicos nessas áreas.

Sempre em busca de aperfeiçoamentos nesse trabalho, a ANFIP está anunciando também que pretende expandi-lo a todo o orçamento federal. Certamente teremos aí uma nova fonte de informações relevantes e abalizadas para melhor entender as contas públicas e para discuti-las com mais profundidade.

Além disso, a Associação está construindo um banco de dados com informações sobre receitas e despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que permitirá aos interessados pesquisar e comparar a execução orçamentária da União de vários exercícios.

Apenas a título de exemplo da relevância da publicação da ANFIP a que estou me referindo, gostaria de citar uma informação que ela traz à luz. Percorrendo-se as páginas dessa publicação, aprende-se que, em 2010, o avanço da economia foi muito importante para o financiamento da Seguridade Social no País, que teve resultados bastante positivos.

A publicação conclui pelo acerto da política do Governo do Presidente Lula no enfrentamento da crise econômica de 2008 que incluiu corte de juros, ampliação do crédito, corte de impostos e flexibilização das metas de superávit do setor público.

Essas medidas permitiram que se atravessasse a crise e se chegasse a 2010 com expressivo crescimento econômico, o que aumentou as receitas da Previdência. Verifica-se, portanto, segundo o documento da ANFIP, que as políticas governamentais inclusivas e integradas, no campo das políticas monetária e fiscal, se revelam melhores e mais efetivas que os cortes de benefícios previdenciários que muitos propõem.

Graças à Seguridade Social, segundo a análise da Associação, conseguiu-se financiar as políticas de reajustes reais do salário mínimo, de programas de benefícios assistenciais de prestação continuada, do Bolsa-Família e outros, o que ajudou a manter a economia em alta.

Assim, quero saudar mais uma vez esse trabalho, que tão excelente contribuição traz ao debate sobre questões tão relevantes à vida nacional. Parabéns à ANFIP e aos seus dirigentes por essa magnífica contribuição no sentido da informação da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai

encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 532, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2011, que altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; altera o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, as Leis nºs 10.336, de 19 de dezembro de 2001, e 12.249, de 11 de junho de 2010, o Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; revoga a Lei nº 7.029, de 13 de setembro de 1982; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 532, de 2011).

(Lido no Senado Federal no dia 24.08.2011)

Relator revisor: Senador Vital do Rêgo
(Sobrestando a pauta a partir de: 13.06.2011)

Prazo final prorrogado: 08.09.2011

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

3

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 475, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que *fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.*

(Pendente de:

- leitura do parecer da CCJ;
- emissão de pareceres da CRA e da CMA.)

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.*

(Pendente de:

- leitura dos pareceres da CCJ, CCT e CDH;
- emissão de parecer da CRE.)

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda

da nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 37, DE 2011**

(Reforma Política)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular e dá outras providências.*

Parecer sob nº 382, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2011**

(Reforma Política)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2011, tendo como primeiros signatários os Senadores José Sarney e Francisco Dornelles, que *altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a data das respectivas posses.*

Parecer sob nº 633, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renan Calheiros, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Pedro Taques, Inácio Arruda, Pedro Simon, Alvaro Dias e Waldemir Moka.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2011**

(Reforma Política)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2011, tendo como primeiros signatários os Senadores José Sarney e Francisco Dornelles, que *acrescenta o § 3º ao art.*

45 da Constituição Federal para exigir que lei ou Emenda Constitucional que altere o sistema eleitoral seja aprovada em referendo para entrar em vigor.

Parecer favorável, sob nº 661, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer, sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (no 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.*

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

13

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.*

14

REQUERIMENTO Nº 924, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 924, de 2010, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei Senado nº 502, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (concede seguro-desemprego ao trabalhador rural).*

15

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelen-*

tíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.

16

REQUERIMENTO Nº 1.031, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.031, de 2011, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (cinema para pessoas com deficiência auditiva e visual).*

17

REQUERIMENTO Nº 1.032, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.032, de 2011, do Senador Cyro Miranda, *Solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2011, além das Co-*

missões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

18

REQUERIMENTO Nº 1.033, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.033, de 2011, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (esclarecimento nos cinemas sobre danos causados com o uso de drogas).*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 2 minutos.)

RETIRADA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

(Artigo 256 do Regimento Interno)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
355-M	Cristovam Buarque	43, II	13 a 15.09	Retirado pelo Requerimento nº 380, de 2011-M.

Artigos 13, 40 e 43, II do Regimento Interno (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
378-M	Humberto Costa	13	30.08	Atividade Parlamentar
379-M	Cristovam Buarque	13	01.09	Atividade Parlamentar
381-M	Mário Couto	40	30.08 a 01.09	Atividade Parlamentar
382-M	Armando Monteiro	13	30.08	Atividade Parlamentar
383-M	Eduardo Braga	43, II	01, 06 e 08.09	Licença Particular

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ACIR GURGACZ		2011, que já tramitam em conjunto, por versarem sobre a mesma matéria.....	88
Aparte a senadora Ana Amélia.....	110	Requerimento nº 1.076, de 2011, que solicita o envio de voto de pesar à viúva do jornalista Rodolfo Fernandes, diretor de redação do jornal <i>O Globo</i> , falecido no dia 27 de agosto de 2011, na cidade do Rio de Janeiro.....	92
Registro da realização de palestras no Estado de Rondônia, iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater sobre o preço do leite e a elaboração de uma política de longo prazo para o setor leiteiro.....	116	Requerimento nº 1.077, de 2011, que solicita voto de pesar à viúva do jornalista Walmor Bergesch, falecido em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul.....	92
ALVARO DIAS		Homenagem pelo falecimento do jornalista Walmor Bergesch, na capital Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e do diretor de redação do jornal <i>O Globo</i> , Rodolfo Fernandes, filho do jornalista Hélio Fernandes.....	108
Requerimento nº 1.074, de 2011, que solicita ao Tribunal de Contas da União que seja realizada auditoria nos gastos da construção do petroleiro João Cândido.....	91	Registro da abertura da 34ª Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários (Expointer) na região metropolitana de Porto Alegre, no dia 27 de agosto...	108
Requerimento nº 1.075, de 2011, que solicita informações ao ministro das Minas e Energia sobre a construção de navios petroleiros pela Petrobrás...	91	Registro dos 50 anos do Dia do Movimento Legalista, comemorado em 27 de agosto de 2011, destacando a importância do evento para a agropecuária brasileira, sobretudo para o Estado do Rio Grande do Sul.....	108
Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2011, que estabelece programa de abatimento do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) do gasto na compra de medicamentos de doenças que especifica e dá outras providências.....	107	Relatório da visita de Sua Excelência a municípios do Estado do Rio Grande do Sul....	108
Aparte ao senador Ataídes Oliveira.....	138	Aparte ao senador Blairo Maggi.....	193
Questionamento sobre o anúncio, pelo Governo Federal, de aumento do superávit primário, que não contribui nem para a redução das taxas de juros nem para cortes de gastos.....	142		
Aparte ao senador José Agripino.....	223	ANA RITA	
ANA AMÉLIA		Requerimento nº 1.073, de 2011, que solicita autorização para Sua Excelência ausentar-se do País entre os dias 12 a 16 de setembro de 2011, para participar do Programa <i>Ciudad Mujer</i> da Comissão de Defesa da Mulher do Parlamento Salvadorenho, representando o Senado Federal.....	90
Comemoração do sexagésimo aniversário do jornal <i>O Dia</i> , ocorrido no dia 5 de junho de 2011..	2	Requerimento nº 1.078, de 2011, que solicita a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) nº 58, 59, 62 e 64, todas de	

	Pág.		Pág.
2011, que dispõem sobre a garantia dos mesmos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais aos trabalhadores domésticos.....	174	Comentários sobre os riscos causados pelo tabagismo, e saudação à prefeitura de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, pelas iniciativas que contribuíram para que a cidade tenha o menor número de fumantes do Brasil. Senador Antonio Carlos Valadares.....	156
Projeto de Lei do Senado nº 524, de 2011, que altera a Lei nº 8.036, de 1990, para dispor sobre a multa incidente sobre o montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) durante a vigência do contrato de trabalho, na hipótese de tratar-se de mulher chefe de família.	172	Defesa do aproveitamento do lixo para a produção de energia elétrica no Brasil, devido à grande produção de resíduos sólidos urbanos nos municípios brasileiros. Senador Antonio Carlos Valadares.....	194
Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2011, que altera a Lei nº 7.998, de 1990, para dispor sobre o seguro desemprego da trabalhadora desempregada que seja chefe de família.....	173	Aparte à senadora Lídice da Mata.....	234
		Aparte ao senador Eduardo Amorim.	244
ANIBAL DINIZ		ARMANDO MONTEIRO	
Registro da participação de Sua Excelência em evento enxadrista que contou com a presença do campeão mundial de xadrez, o russo Garry Kasparov. Defesa da importância do ensino desse esporte nas escolas brasileiras.	160	Requerimento nº 1.069, de 2011, que solicita remessa à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2011, que altera as alíquotas das contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social, de formação profissional e de fomento empresarias, e dá outras providências, para analisar sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.	88
Solidariedade ao pedido do senador Jorge Viana, para que as autoridades competentes acelerem a construção da ponte sobre o Rio Madeira, na BR-364, ligando Porto Velho, capital do estado de Rondônia, a Rio Branco, capital do Estado do Acre.	160	ATAÍDES OLIVEIRA	
Anúncio da adesão de Sua Excelência ao projeto de lei de autoria do senador Jorge Viana, que visa à implantação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) nas faixas de fronteira da Região Norte do País.	237	Justificação do Projeto de Lei nº 467, de 2011, de autoria de Sua Excelência, que propõe a diminuição de tributos pagos pelas empresas brasileiras e a defesa de maior transparência por parte das empresas que compõem o sistema S.	135
Registro da participação de Sua Excelência e do senador Jorge Viana em audiência com o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, acerca da construção da ponte sobre o Rio Madeira, entre as capitais Porto Velho, em Rondônia, e Rio Branco, no Acre.	237	Aparte ao senador Paulo Paim.	146
Cumprimentos ao governador Tião Viana e à presidente Dilma Rousseff pela adoção de medidas de estímulo à microempresa e ao empreendedor individual, para a geração de empregos e melhor distribuição de renda.	237	Aparte ao senador Randolfe Rodrigues.	150
ANTÔNIO CARLOS VALADARES		BLAIRO MAGGI	
Aparte ao senador Randolfe Rodrigues.....	153	Registro da participação de Sua Excelência em debate do Clube da Fibra, na Argentina, sobre a cultura do algodão. Avaliação da agricultura brasileira e argentina, destacando a necessidade de consenso na reformulação do Código Florestal.....	192
Apoio às medidas anunciadas pelo governo, que objetivam atenuar o impacto da crise econômica internacional. Senador Antonio Carlos Valadares..	156	CIRO NOGUEIRA	
Homenagem ao Dia Nacional de Combate ao Fumo, comemorado em 29 de agosto de 2011. Senador Antonio Carlos Valadares.....	156	Satisfação com a expansão das exportações e o crescimento econômico do Município de Piripiri, no Estado do Piauí, destacando a necessidade de melhorias na infraestrutura dos meios de transporte do estado.....	323

	Pág.	III Pág.
CLÉSIO ANDRADE		
Proposta de Emenda à Constituição nº 83, de 2011, que estabelece a maioria civil e penal aos dezesseis anos, tornando obrigatório o exercício do voto nesta idade.....	314	242
CRISTOVAM BUARQUE		
Indignação com a situação da educação no País e com a falta de políticas públicas que possam garantir uma revolução educacional.....	132	
Aparte ao senador Ataídes de Oliveira.....	138	
Aparte ao senador Pedro Simon.....	190	
Apelo à presidente Dilma Rousseff para que não faça um "governo de continuidade".	195	
Aparte ao senador José Agripino.....	223	
CYRO MIRANDA		
Aparte ao senador Jorge Viana.....	227	
Projeto de Resolução nº 41, de 2011, que acrescenta o art. 94-A ao Regimento Interno do Senado Federal, para dispor que a audiência pública agendada para se realizar em reunião extraordinária de comissão, bem como as reuniões das subcomissões e comissões temporárias, não poderão coincidir com os horários das reuniões ordinárias das demais comissões.	322	
EDUARDO AMORIM		
Projeto de Lei do Senado nº 521, de 2011, que altera a Lei nº 11.771, de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 1991; e dá outras providências, para incluir os municípios na composição do Sistema Nacional de Turismo.	104	
Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2011, que altera a Lei nº 11.771, de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 1991; e dá outras providências, para dispor sobre os convênios, contratos e parcerias firmados com o Ministério do Turismo.....	105	
Aparte ao senador Antonio Carlos Valadares.....	158	
Homenagem aos 123 anos de emancipação do Município de Itabaiana, no Estado de Sergipe, cidade natal de Sua Excelência.....	163	
		242
		242
EDUARDO SUPPLY		
Homenagem de pesar pelo falecimento do jornalista Rodolfo Fernandes.....		186
Registro da participação de Sua Excelência, como representante do Senado Federal, de seminário na Argentina sobre o futuro da integração da América Latina, em que apresentou palestra sobre a perspectiva da renda básica de cidadania.		186
Considerações sobre as eleições primárias que ocorreram na Argentina, no dia 14 de agosto de 2011.		186
Justificação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 23, de 2011, apresentada por Sua Excelência, que consolidará o princípio democrático no âmbito de cada partido político e em todo o País.		186
Registro do envio de carta de Sua Excelência ao presidente Curt Trennepohl, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), na qual defende a manutenção dos escritórios ou bases avançadas no Estado de São Paulo.		241
EUNÍCIO OLIVEIRA		
Registro da 11ª edição da Feira de Tecnologia e Calçados, realizada no Município de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará.....		265
FLEXA RIBEIRO		
Parecer nº 846, de 2011 (do Plenário), sobre a Medida Provisória nº 531, de 2011, que permite a transferência de recursos financeiros a Estados e a Municípios, com vistas a reconstruir, reformar e adequar a infraestrutura física predial de escolas públicas.		198
GEOVANI BORGES		
Comemoração do sexagésimo aniversário de fundação do jornal <i>O Dia</i> , ocorrido no dia 5 de junho de 2011.....		4

	Pág.		Pág.
Registro da edição especial intitulada “60 ideias que estão mudando o Rio”, publicada pelo jornal <i>O Dia</i> , no dia 05 de junho de 2011.....	4	Considerações sobre a marcha de estudantes a ser realizada em Brasília, com o objetivo de reivindicar a ampliação de investimentos na educação pública brasileira.	250
Denúncia de crise na educação e na saúde pública dos Estados do Amapá e de Roraima, em virtude da omissão do governo em atender as reivindicações dos professores e dos médicos.	127	JAYME CAMPOS	
Registro da matéria intitulada “Em menos de 24 horas, 120 médicos pedem demissão”, publicada no jornal <i>A Gazeta</i> , edição de 27 de agosto de 2011....	127	Aparte ao senador Eduardo Amorim.	243
Aparte ao senador Mozarildo Cavalcanti.	181	Preocupação com a grave crise na segurança pública do Estado do Mato Grosso. Defesa da melhoria dos salários dos policiais militares e da elaboração de política efetiva de combate à violência no Brasil.	245
Homenagem de pesar pelo falecimento, no dia 29 de agosto de 2011, do senhor Heitor de Azevedo Picanço, professor e ex-prefeito dos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá.....	182	JOÃO ALBERTO SOUZA	
Registro da realização da 31ª edição da “Caminhada Alexandrina”, na capital do Estado do Amapá, evento que já faz parte do calendário de programação da Escola Estadual Alexandre Vaz Tavares, cujo tema foi a acessibilidade.....	182	Homenagem aos profissionais de química do Brasil, reconhecendo o indispensável papel do químico na sociedade moderna.	131
Requerimento nº 1.080, de 2011, que solicita voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 29 de agosto de 2011, de Heitor Azevedo Picanço, ex-prefeito da capital Macapá, no Estado do Amapá..	313	JOÃO VICENTE CLAUDINO	
HUMBERTO COSTA		Agradecimento ao título de cidadão recebido por Sua Excelência na Câmara dos Vereadores do Município de Marcolândia, no Estado do Piauí.	254
Projeto de Lei do Senado nº 519, de 2011, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 4.898, de 1965, para estabelecer que a apresentação de preso provisório aos meios de comunicação de massa, com o intuito de expô-lo a vexame, configura abuso de autoridade.	101	JORGE VIANA	
Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2011, que altera o § 4º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal), para incluir como causa de aumento de pena o cometimento de crime de homicídio de servidor público no exercício de suas funções, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 1990, para incluir como crime hediondo esse tipo de homicídio.....	102	Aparte ao senador Cristovam Buarque.....	134
Defesa da discussão dos limites de atuação de órgãos de imprensa como forma de impedir eventos como o produzido pela revista <i>Veja</i> , em Brasília, em prejuízo dos limites da ética jornalística.....	130	Denúncia de problema na travessia do Rio Madeira, na BR-364, entre as cidades de Porto Velho, no Estado de Roraima, e Rio Branco, no Estado do Acre, solicitando a ação imediata dos órgãos competentes.	139
INÁCIO ARRUDA		Justificação do projeto de lei de autoria de Sua Excelência, que altera a Lei nº 11.508, a “Lei das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs)”. Registro da assinatura, pelo presidente Lula, de decreto criando a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Senador Guimard no Estado do Acre..	224
Comentários sobre as atividades desenvolvidas pela Subcomissão do Nordeste, presidida pelo deputado Welington Landim, que percorre o País visitando as cidades nordestinas, sobretudo o Estado do Ceará.	250	Projeto de Lei do Senado nº 526, de 2011, que altera a Lei nº 11.508, de 2007, com o objetivo de reduzir o limite de receita bruta decorrente de exportação para o exterior por pessoas jurídicas instaladas em Zona de Processamento de Exportações (ZPE) localizada na faixa de fronteira da Região Norte.....	227
		JOSÉ AGRIPINO	
		Convite para a reunião dos parlamentares na Câmara dos Deputados, a favor da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades no governo federal, sobretudo a corrupção.	222

	Pág.		Pág.
JOSÉ SARNEY		MARCELO CRIVELLA	
Destaque ao papel da família na prevenção de problemas sociais, como o uso de drogas, a criminalidade e a violência. Proposta de transformação do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome em Ministério do Desenvolvimento Social e da Família.	229	Homenagem aos 60 anos de fundação do jornal <i>O Dia</i> , comemorado em 5 de junho de 2011...	44
LÍDICE DA MATA		Parecer nº 849, de 2011 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 634, de 2010 (nº 2.350/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 1º de junho de 2009.....	211
Registro de dois importantes eventos ocorridos no Estado da Bahia, para discutir a preparação do País para a Copa de 2014 e o fortalecimento do turismo nacional. Destaque à Medida Provisória nº 540, de 2011, que discute o Plano Brasil Maior. ...	232	Parecer nº 851, de 2011 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2011 (nº 2.721/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Maláui, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2009.....	216
LINDBERGH FARIAS		Requerimento nº 1.081, de 2011, que solicita a criação de comissão temporária composta por cinco membros, para, no prazo de cento e vinte dias, estudar e elaborar proposições legislativas que visem o aperfeiçoamento e a adequação do nosso ordenamento jurídico às necessidades decorrentes da organização e realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.....	313
Elogios às medidas do governo para manter a estabilidade monetária e estimular o crescimento econômico do Brasil. Comentários acerca de projetos de lei apresentados por Sua Excelência sobre a política econômica, taxas de juros e combate à inflação.....	260	MARINOR BRITO	
Projeto de Lei do Senado nº 529, de 2011, que altera a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, para vedar a emissão de títulos da dívida pública remunerados pela taxa de juros apurada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e por taxas de câmbio, após prazo de dois anos de alteração proposta.....	321	Aparte ao senador Paulo Paim.	176
LUIZ HENRIQUE		Críticas ao Projeto de Lei nº 30, de 2011, que propõe a reforma do Código Florestal, em tramitação no Senado Federal, por estimular um modelo de desenvolvimento baseado na devastação do meio ambiente.	183
Apelo em favor da aprovação, pela Câmara dos Deputados, da Emenda Constitucional nº 457, de 2005, que aumenta o limite de idade para a aposentadoria compulsória dos servidores públicos...	130	Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2011, que altera o art. 1º da Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, para determinar que percentual não inferior a 5% (cinco por cento) da receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta será destinado a programas de manutenção e desenvolvimento do ensino.	319
Parecer nº 852, de 2011 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2011 (nº 2.835/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de Moçambique no domínio da defesa, assinado em Maputo, em 26 de março de 2009.....	218	MARTA SUPPLICY	
MAGNO MALTA		Análise da conjuntura econômica brasileira e internacional por ocasião da divulgação da nova taxa de juros e da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre.....	185
Registro da realização de evento mundial no Rio de Janeiro, o " <i>Ultimate Fight</i> ", com a participação de Paulo Tiago, policial do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope).....	236		

	Pág.		Pág.
MOZARILDO CAVALCANTI			
Registro da matéria intitulada “Vesícula. Pacientes sofrem na longa fila de espera”, publicada no jornal <i>Folha de Boa Vista</i> , edição de 29 de agosto de 2011.	123	Defesa da aprovação, pela Câmara dos Deputados, da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, em face do resultado de pesquisa, que reafirma que a principal preocupação da população brasileira é a saúde.....	175
Denúncia do descaso do governador do Estado de Roraima com a saúde pública. Defesa de providências dos órgãos federais e estaduais para fiscalizar e combater a corrupção no governo estadual.....	123	Solicitação de apoio ao Senado Federal para a aprovação do projeto de lei que regulamenta o exercício da atividade profissional dos comerciantes.....	175
Aparte ao senador Paulo Paim.	176	Considerações sobre as dificuldades no desenvolvimento do turismo e da economia da região do litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul, sobretudo os Municípios de Tramandaí e Imbé, devido ao assoreamento do Rio Tramandaí.....	175
Registro de audiência de Sua Excelência com a ministra Gleisi Hoffmann, na qual destaca as principais propostas em defesa do Estado de Roraima.	180	Proposta de Emenda à Constituição nº 84, de 2011, que acrescenta o § 17 ao art. 100 da Constituição Federal, para conceder aos dependentes e pensionistas dos credores de precatórios o direito de serem pagos com preferência, no termos do § 2º do mesmo artigo.....	315
Parecer nº 850, de 2011 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 648, de 2010 (nº 2.831/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros dos Países de Língua Portuguesa, assinada na cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.	214	PEDRO SIMON	
Requerimento nº 1.079, de 2011, que solicita voto de aplauso ao Fundo Cristão para Crianças, pelo transcurso dos 45 anos de atividades em prol do desenvolvimento comunitário social no Brasil, com foco na formação de crianças e adolescentes para a vida adulta.....	221	Avaliação do governo da presidente Dilma Rousseff.....	188
		PEDRO TAQUES	
		Aparte ao senador Pedro Simon.....	190
PAULO DAVIM			
Aparte ao senador Paulo Paim.	177	RANDOLFE RODRIGUES	
Cumprimentos ao governo do Estado do Rio Grande do Norte pela promoção do Programa Agosto da Alegria, que visa à valorização da cultura da região.....	179	Aparte ao senador Jorge Viana.	140
		Aparte ao senador Alvaro Dias.	143
PAULO PAIM			
Aparte à senadora Ana Amélia.....	111	Registro da visita de Sua Excelência ao Município de Xapuri, no Estado do Acre, para participar da solenidade de filiação de Dercy Teles de Carvalho, militante seringueira e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).	149
Registro da realização da 34ª Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários (Expointer), no Município de Esteio, no Estado do Rio Grande do Sul.	144	Esclarecimentos acerca do projeto de lei de autoria de Sua Excelência, que dispõe sobre os critérios de partilha dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para corrigir a injustiça contra os estados da Região Norte.	149
Elogios à decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e acatada pelo Ministério da Previdência Social (MPS), de garantir o pagamento de reajuste adequado aos aposentados que foram prejudicados na sua aposentadoria.....	144	Apelo à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e à Comissão de Assuntos Econômicos para que acelerem a votação dos projetos sobre o Fundo de Participação dos Estados (FPE).....	149
Registro de reunião na Subcomissão de Trabalho e Previdência, sob a presidência de Sua Excelência, para debater a redução da jornada de trabalho e dos encargos sobre a folha de pagamentos.....	144	Aparte ao senador Lindbergh Farias.....	265
		Protesto contra a absolvição, pela Câmara dos Deputados, da deputada Jaqueline Roriz. Defesa em prol de medidas de combate à corrupção, destacando a aprovação da Proposta de Emenda	

	Pág.		Pág.
Constitucional nº 50, de 2006, que estabelece o fim do voto secreto parlamentar.	310	VALDIR RAUPP	
RENAN CALHEIROS		Aparte ao senador Randolfe Rodrigues.....	151
Homenagem aos 60 anos de fundação do jornal <i>O Dia</i> , comemorado em 5 de junho de 2011...	47	Aparte ao senador Antonio Carlos Valadares.	157
RICARDO FERRAÇO		Congratulações à presidente Dilma Rousseff e a todos os ministros, em especial os da área econômica, pelas medidas anunciadas para o Brasil continuar crescendo, apesar da crise internacional.....	165
Aparte ao senador Paulo Paim.	177	Comemoração pela escolha da capital do Estado do Rio de Janeiro como sede da 27ª Jornada Mundial da Juventude, que será realizada em 2013, pela Igreja Católica.	165
Expectativa de ampliação da discussão acerca da necessidade de uma divisão equilibrada dos <i>royalties</i> do petróleo, considerando os impactos de sua extração nos estados produtores.....	181	Registro da importante volta da juventude do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) a integrar o quadro da executiva da União Nacional dos Estudantes (UNE), depois de vinte anos afastada.....	165
ROBERTO REQUIÃO		Aparte ao senador Jorge Viana.	225
Registro da participação de Sua Excelência em ciclo de debates sobre o salário mínimo regional, que beneficia os trabalhadores sem representação sindical e que não possuem acordo coletivo de trabalho, realizado no Estado de Minas Gerais.	154	VANESSA GRAZZIOTIN	
RODRIGO ROLLEMBERG		Requerimento nº 1.070, de 2011, que solicita informações ao ministro da Fazenda a respeito das empresas instaladas no País que utilizam os benefícios tributários na produção de bens de informática, dos produtos fabricados e das instituições de pesquisas públicas e privadas que recebem os recursos provenientes dos incentivos às empresas beneficiadas pela Lei de Informática, tendo em vista os prejuízos incalculáveis à Zona Franca de Manaus.....	88
Aparte à senadora Ana Amélia.....	110	Requerimento nº 1.071, de 2011, que solicita informações ao ministro de Ciência e Tecnologia a respeito das empresas instaladas no País que utilizam os benefícios tributários na produção de bens de informática, dos produtos fabricados e das instituições de pesquisas públicas e privadas que recebem os recursos provenientes dos incentivos às empresas beneficiadas pela Lei de Informática, tendo em vista os prejuízos incalculáveis à Zona Franca de Manaus.....	89
Considerações sobre a atualização e modernização do Código de Defesa do Consumidor, devido ao aumento do comércio pela internet, ao uso do cartão de crédito e ao endividamento dos consumidores....	118	Requerimento nº 1.072, de 2011, que solicita informações ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a respeito das empresas instaladas no País que utilizam os benefícios tributários na produção de bens de informática, dos produtos fabricados e das instituições de pesquisas públicas e privadas que recebem os recursos provenientes dos incentivos às empresas beneficiadas pela Lei de Informática, tendo em vista os prejuízos incalculáveis à Zona Franca de Manaus.....	90
Cumprimentos ao secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça pela pronta ação na regulamentação do serviço de táxi no Distrito Federal.	118		
ROMERO JUCÁ			
Homenagem ao cineasta Glauber Rocha pelo transcurso de 30 anos de seu falecimento, ocorrido no dia 22 de agosto de 1981.....	167		
Requerimento nº 1.082, de 2011, que solicita a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2011, que estabelece regime especial para a definição da área de reserva legal em propriedade ou posse situada na Amazônia Legal, de autoria de Sua Excelência.....	314		
Registro do recebimento da publicação Análise da Seguridade Social em 2010, avaliação detalhada da Previdência Social e de seu orçamento, elaborada pela equipe técnica da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip).	324		

VIII

	Pág.		Pág.
Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011, que altera o art. 134 da Constituição Federal, com o objetivo de garantir autonomia administrativa e funcional às Defensorias Públicas da União (DPU) e do Distrito Federal.	92	Defesa da importância do plano de negócios 2011/2015, da Petróleo Brasileira S/A (Petrobrás), que prevê investimentos para a ampliação da capacidade de exploração do petróleo no Estado da Bahia.....	248
Registro da participação de Sua Excelência, como representante do Partido Comunista do Brasil (PC do B), da reunião do Conselho Político da presidente Dilma Rousseff, para debate sobre o posicionamento do Brasil devido à crise econômica internacional.	121	WELLINGTON DIAS	
Aparte ao senador Randolfe Rodrigues.....	152	Aparte à senadora Lídice da Mata.....	234
Registro da pré-divulgação do filme da cineasta Eva Neide, na Comissão de Educação do Senado Federal, que resgata a história dos “soldados da borracha” no Brasil, no período da Segunda Guerra Mundial.	174	Aparte ao senador Eduardo Amorim.	244
VITAL DO RÊGO		Aparte ao senador Inácio Arruda.	251
Aparte ao senador Jorge Viana.	226	Congratulações ao senador João Vicente Claudino pelo recebimento do título de Cidadão do Município de Marcolândia, no Estado do Piauí, e pelo transcurso dos 15 anos da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço).	255
Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições financeiras manterem dispositivos antifurto que inutilizem as cédulas de moeda corrente depositadas no interior dos terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos) em caso de tentativa ilícita de abertura.....	317	Comentários sobre as importantes iniciativas do governo, do Congresso Nacional e da sociedade civil no combate à corrupção no Brasil. Preocupação com os abusos na prática jornalística que podem causar danos à democracia.....	255
WALTER PINHEIRO		WILSON SANTIAGO	
Aparte ao senador Jorge Viana.	226	Homenagem aos 60 anos de fundação do jornal <i>O Dia</i> , comemorado em 5 de junho de 2011... ..	46
Aparte ao senador Eduardo Amorim.	244	Expectativa de empenho por parte do Banco Central para a diminuição da taxa de juros a fim de contribuir com o setor produtivo, com a geração de emprego e com o desenvolvimento do Brasil.....	235
Elogios às medidas adotadas pelo governo para o controle da inflação e a manutenção do desenvolvimento econômico do País.....	248	ZEZÉ PERRELLA	
		Justificação do projeto de lei apresentado por Sua Excelência, que obriga os clubes de futebol profissional a contratarem seguro de vida e de acidentes pessoais para seus atletas, como prevê a Lei Pelé.	191